imperativo ético, jurídico e constitucional, na defesa e na garantia dos direitos fundamentais.

Neste sentido, será dada continuidade à implementação da Estratégia de Integração dos Refugiados em áreas como a saúde, educação, o ensino da língua portuguesa e o emprego, tendo em vista a sua plena integração na sociedade portuguesa.

A promoção da igualdade entre mulheres e homens enquadra-se num novo paradigma das relações sociais entre as pessoas e a sua interação com o território, um mundo que devolva o lugar da comunidade, valorizando a vida quotidiana e a proximidade.

Neste contexto, o Governo prosseguirá uma política de garantia da igualdade entre mulheres e homens, através da promoção de ações específicas e integrando, em todas as políticas, a dimensão de género, uma vez que a discriminação das mulheres é multifacetada e agrava outras formas de discriminação.

O Governo promoverá o desenvolvimento das seguintes ações:

- Combate efetivo e eficaz às desigualdades salariais entre mulheres e homens no trabalho, de modo a contrariar a tendência de agravamento que este indicador vem registando nos últimos anos;
- Equilíbrio de género no patamar dos 33 % nos cargos de direção para as empresas cotadas em bolsa, empresas do setor público e administração direta e indireta do Estado, e demais pessoas coletivas públicas;
- Prossecução do debate com os parceiros sociais, de modo a alcançar um compromisso para introduzir nos instrumentos de contratação coletiva disposições relativas à conciliação da vida privada e familiar com a atividade profissional, à prevenção das desigualdades de género e ao assédio no local de trabalho;
- Evolução para um referencial de exercício mínimo de 33 % do tempo total de licença efetivamente gozado por cada uma das pessoas que exerça a responsabilidade parental, replicando, de resto, outros instrumentos de promoção da igualdade de género. Esta medida implica, no regime atual, aumentar o tempo de licença gozada pelo homem para três semanas, dado que o tempo de licença irrenunciável pela mulher é de seis semanas. No restante tempo, a proporção de partilha do direito à licença deve ser incentivada, sem prejuízo da liberdade individual na organização partilhada dos tempos de licença.

## Lei n.º 42/2016

**de 28 de dezembro**

**Orçamento do Estado para 2017**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea *g*) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

### CAPÍTULO I

### Disposições gerais

#### Artigo 1.º

**Objeto**

1 — É aprovado pela presente lei o Orçamento do Estado para o ano de 2017, constante dos mapas seguintes:

*a*) Mapas I a IX, com o orçamento da administração central, incluindo os orçamentos dos serviços e fundos autónomos;

*b*) Mapas X a XII, com o orçamento da segurança social;

*c*) Mapas XIII e XIV, com as receitas e as despesas dos subsistemas de ação social, solidariedade e de proteção familiar do Sistema de Proteção Social de Cidadania e do Sistema Previdencial;

*d*) Mapa XV, com as despesas correspondentes a programas;

*e*) Mapa XVII, com as responsabilidades contratuais plurianuais dos serviços integrados e dos serviços e fundos autónomos, agrupados por ministérios;

*f*) Mapa XVIII, com as transferências para as regiões autónomas;

*g*) Mapa XIX, com as transferências para os municípios;

*h*) Mapa XX, com as transferências para as freguesias;

*i*) Mapa XXI, com as receitas tributárias cessantes dos serviços integrados, dos serviços e fundos autónomos e da segurança social.

2 — O Governo é autorizado a cobrar as contribuições e os impostos constantes dos códigos e demais legislação tributária em vigor e de acordo com as alterações previstas na presente lei.

#### Artigo 2.º

**Valor reforçado**

1 — Todas as entidades previstas no âmbito do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada em anexo à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, independentemente da sua natureza e estatuto jurídico, ficam sujeitas ao cumprimento dos normativos previstos na presente lei e no decreto-lei de execução orçamental.

2 — Sem prejuízo das competências atribuídas pela Constituição e pela lei a órgãos de soberania de caráter eletivo, o disposto no número anterior prevalece sobre normas legais, gerais e especiais que disponham em sentido contrário.

#### Artigo 3.º

**Orçamento Participativo Portugal e Orçamento Participativo Jovem Portugal**

1 — É criado o Orçamento Participativo Portugal (OPP) que constitui uma forma de democracia participativa, facultando aos cidadãos o poder de decisão direta sobre a utilização de verbas públicas.

2 — No âmbito do OPP é ainda criado o Orçamento Participativo Jovem Portugal (OPJP) enquanto instrumento de participação cívica e política dos jovens portugueses com idade compreendida entre os 14 e os 30 anos.

3 — A verba destinada ao OPP para o ano de 2017 é de € 3 000 000 inscrita em dotação específica centralizada no Ministério das Finanças, dos quais 10 % deverão ser atribuídos a projetos do OPJP, caso existam.

4 — A verba prevista no número anterior é distribuída por grupos de projetos da seguinte forma:

*a*) € 375 000 para grupo de projetos de âmbito nacional;

*b*) € 375 000 por cada um dos cinco grupos de projetos de âmbito territorial NUT II;

*c*) € 375 000 para cada um dos dois grupos de projetos das regiões autónomas.

5 — A operacionalização do OPP e do OPJP é regulamentada através de resolução do Conselho de Ministros.

## CAPÍTULO II

## Disposições fundamentais da execução orçamental

### Artigo 4.º

#### Utilização condicionada das dotações orçamentais

1 — Sem prejuízo do disposto nos n.os 3 e 7, apenas podem ser utilizadas a título excecional, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, as verbas a seguir identificadas:

*a*) Inscritas na rubrica «Outras despesas correntes — Diversas — Outras — Reserva»;

*b*) 12,5 % das despesas afetas a projetos não cofinanciados;

*c*) 15 % das dotações iniciais do agrupamento 02, «Aquisição de bens e serviços», inscritas nos orçamentos de atividades dos serviços integrados e dos serviços e fundos autónomos nas despesas relativas a financiamento nacional, à exceção das previstas na alínea seguinte;

*d*) 25 % das dotações iniciais das rubricas 020108A000 «Papel», 020213 «Deslocações e estadas», 020214 «Estudos, pareceres, projetos e consultadoria» e 020220 «Outros trabalhos especializados», inscritas nos orçamentos de atividades dos serviços integrados e fundos autónomos nas despesas relativas a financiamento nacional.

2 — Ficam sujeitos a cativação nos orçamentos das entidades da administração central os valores que, após a aplicação do disposto nas alíneas *b*) a *d*) do número anterior, excedam as despesas do agrupamento 02 «Aquisição de bens e serviços» face à dotação orçamental de 2016, corrigida de cativos.

3 — Em casos excecionais, devidamente fundamentados, podem as dotações sujeitas a cativação que decorrem do previsto no número anterior ser objeto de exceção mediante prévia autorização dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e em razão da matéria.

4 — Excetuam-se das cativações previstas nos n.os 1 e 2:

*a*) As despesas inscritas na medida 084 «SIMPLEX +», nos orçamentos dos serviços e dos organismos da administração direta e indireta do Estado afetos a projetos relativos à implementação de simplificação administrativa, no âmbito do programa SIMPLEX +;

*b*) As dotações afetas a projetos e atividades cofinanciados por fundos europeus e pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE), incluindo a respetiva contrapartida nacional;

*c*) As despesas financiadas com receitas próprias e por transferências da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. (FCT, I. P.), inscritas nos orçamentos dos serviços e fundos autónomos e das fundações das áreas da educação e ciência e nos orçamentos dos laboratórios do Estado e nos de outras instituições públicas de investigação;

*d*) As despesas financiadas com receitas próprias do Fundo para as Relações Internacionais, I. P. (FRI, I. P.), transferidas para os orçamentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

*e*) As dotações da rubrica 020220, «Outros trabalhos especializados», quando afetas ao pagamento do apoio judiciário e dos honorários devidos pela mediação pública;

*f*) As dotações inscritas no agrupamento 10 «Passivos Financeiros»;

*g*) A despesa relativa à transferência das receitas provenientes da concessão do passaporte eletrónico português para a Imprensa Nacional — Casa da Moeda, S. A., da entidade contabilística «Gestão Administrativa e Financeira do Ministério dos Negócios Estrangeiros» e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, afetas a estas entidades, a que se refere o n.º 7 do artigo 3.º do anexo à Portaria n.º 320-C/2011, de 30 de dezembro, alterada pelas Portarias n.º 296/2012, de 28 de setembro, e 11/2014, de 20 de janeiro, e o Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de maio, alterado pelos Decretos-Leis n.os 278/2000, de 10 de novembro, 108/2004, de 11 de maio, pela Lei n.º 13/2005, de 26 de janeiro, pelos Decretos-Leis n.os 138/2006, de 26 de julho, que o republica, 97/2011, de 20 de setembro, e 54/2015, de 16 de abril, respetivamente;

*h*) As dotações relativas às rubricas 020222, «Serviços de saúde», e 020223, «Outros serviços de saúde»;

*i*) As dotações previstas na Lei Orgânica n.º 7/2015, de 18 de maio, que aprova a lei de programação militar, e na Lei Orgânica n.º 6/2015, de 18 de maio, que aprova a lei das infraestruturas militares.

5 — As verbas transferidas do orçamento da Assembleia da República para as entidades com autonomia administrativa ou financeira nele previstas estão abrangidas pelas cativações constantes do presente artigo.

6 — As verbas cativadas identificadas nas alíneas *b*) e *c*) do n.º 1 devem ter por referência, respetivamente, o total dos projetos e o total do agrupamento 02, «Aquisição de bens e serviços», neste último caso excluindo as rubricas identificadas na alínea *d*) do n.º 1.

7 — Nas situações previstas no número anterior, podem as entidades redistribuir respetivamente, no âmbito dos projetos e do agrupamento 02, «Aquisição de bens e serviços», as verbas cativadas identificadas nas alíneas *b*) e *c*) do n.º 1, desde que mantenham o total de verbas cativadas, neste último caso excluindo as rubricas identificadas na alínea *d*) do n.º 1.

8 — O reforço por razões excecionais do agrupamento 02, com contrapartida noutros agrupamentos económicos, do orçamento de atividades está sujeito a autorização do membro do Governo competente em razão da matéria, desde que, destinando-se a rubricas sujeitas a cativação, seja realizada uma cativação adicional do montante que resulta da aplicação da alínea *c*) do n.º 1 sobre o valor do reforço e na mesma fonte de financiamento.

9 — A cativação das verbas referidas nas alíneas *b*) e *c*) do n.º 1 pode ser redistribuída entre serviços integrados, entre serviços e fundos autónomos e entre serviços integrados e serviços e fundos autónomos da responsabilidade do mesmo membro do Governo, mediante despacho deste.

10 — A extinção da cativação das verbas referidas nos números anteriores, no que for aplicável à Presidência da República e à Assembleia da República, incluindo as verbas mencionadas no n.º 5, incumbe aos respetivos órgãos nos termos das suas competências próprias.

11 — Ficam excluídos do âmbito de aplicação do presente artigo o Conselho das Finanças Públicas, as instituições de ensino superior e as entidades públicas reclassificadas que não recebam transferências do Orçamento do Estado ou de serviços e organismos da administração direta e indireta do Estado, cujas receitas próprias não provenham de um direito atribuído pelo Estado, ou que

apresentem nos últimos três anos custos médios inferiores a € 1 500 000.

12 — Para efeitos do número anterior, o conceito de transferência é o utilizado no n.º 7 do artigo 14.º e o conceito de custo é o utilizado pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P. (INE, I. P.), segundo o critério de rácio de mercantilidade.

13 — O reforço e a inscrição de rubricas sujeitas a cativação, a que se refere o n.º 1, quando ocorra entre serviços, é da competência do membro do Governo competente em razão da matéria, no âmbito do respetivo programa, desde que a contrapartida seja obtida no mesmo agrupamento económico.

Artigo 5.º

**Consignação de receitas ao capítulo 70**

As receitas do Estado provenientes de pagamentos indemnizatórios que lhe sejam efetuados, resultantes da celebração de acordos pré-judiciais entre a Comissão Europeia, os Estados membros e as empresas produtoras de tabaco, no âmbito da resolução de processos de contencioso aduaneiro, são consignadas ao capítulo 70 do Orçamento do Estado.

Artigo 6.º

**Afetação do produto da alienação e oneração de imóveis**

1 — O produto da alienação, da oneração e do arrendamento de imóveis do Estado ou dos organismos públicos com personalidade jurídica, dotados ou não de autonomia financeira, que não tenham a natureza, a forma e a designação de empresa, fundação ou associação pública, bem como da cedência de utilização de imóveis do Estado, pode reverter, total ou parcialmente, mediante despacho dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e em razão da matéria, para o organismo proprietário, para o serviço ou organismo ao qual o imóvel está afeto ou para outros serviços do mesmo ministério, desde que se destine:

*a*) Às despesas de investimento;

*b*) Ao pagamento das contrapartidas resultantes do cumprimento dos deveres constantes do Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, alterado pelas Leis n.os 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março, e pelas Leis n.os 83-C/2013, de 31 de dezembro, e 82-B/2014, de 31 de dezembro, e da respetiva regulamentação;

*c*) À despesa com a utilização de imóveis;

*d*) À despesa com a construção, a manutenção ou a aquisição de imóveis para aumentar e diversificar a capacidade de resposta em acolhimento por parte da Casa Pia de Lisboa, I. P. (CPL, I. P.), no caso do património do Estado afeto a esta instituição e nos termos a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e em razão da matéria.

2 — O despacho referido no número anterior autoriza ainda a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) a realizar a despesa correspondente à transferência da afetação do produto proveniente das respetivas operações patrimoniais.

3 — O remanescente da afetação do produto da alienação, da oneração, do arrendamento e da cedência de utilização de imóveis, quando exista, constitui receita do Estado.

4 — O disposto nos números anteriores não prejudica:

*a*) O estatuído no n.º 9 do artigo 109.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior (RJIES) e o previsto em legislação especial aplicável às instituições de ensino superior em matéria de alienação, oneração e arrendamento de imóveis;

*b*) O disposto em legislação especial aplicável aos imóveis afetos às forças e serviços de segurança, bem como aos imóveis anteriormente afetos aos extintos governos civis, em matéria de afetação da receita;

*c*) A aplicação do previsto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, alterado pelas Leis n.os 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março, e pelas Leis n.os 83-C/2013, de 31 de dezembro, e 82-B/2014, de 31 de dezembro;

*d*) A afetação ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial da percentagem do produto da alienação, da oneração, da cedência e do arrendamento de imóveis do Estado, que vier a ser fixada por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças.

5 — Os imóveis do Estado ou dos organismos públicos com personalidade jurídica, dotados ou não de autonomia financeira, que não tenham a natureza, a forma e a designação de empresa, fundação ou associação pública, podem ser objeto de utilização de curta duração por terceiros, de natureza pública ou privada, por um prazo não superior a 15 dias, não renovável, para a realização de eventos de cariz turístico-cultural, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental.

6 — A afetação do produto da utilização de curta duração tem a seguinte distribuição:

*a*) 50 % para o serviço ou organismo ao qual o imóvel está afeto;

*b*) 20 % para o programa orçamental do ministério com a tutela do serviço ou organismo ao qual o imóvel está afeto;

*c*) 10 % para o Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial;

*d*) 10 % para a DGTF; e

*e*) 10 % para a receita geral do Estado.

Artigo 7.º

**Transferência de património edificado**

1 — O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P. (IGFSS, I. P.), e o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.), relativamente ao património habitacional que lhes foi transmitido por força da fusão e da extinção do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, I. P., (IGAPHE, I. P.), e a CPL, I. P., podem, sem exigir qualquer contrapartida, sem sujeição às formalidades previstas nos artigos 3.º e 113.º-A do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, alterado pelas Leis n.os 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março, e pelas Leis n.os 83-C/2013, de 31 de dezembro, e 82-B/2014,

de 31 de dezembro, e de acordo com critérios a estabelecer para a alienação do parque habitacional de arrendamento público, transferir a propriedade de prédios, de frações que constituem agrupamentos habitacionais ou bairros, de fogos em regime de propriedade resolúvel e dos denominados terrenos sobrantes dos referidos bairros, bem como os direitos e as obrigações a estes relativos, para os municípios, empresas locais, instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública administrativa que prossigam fins assistenciais e demonstrem capacidade para gerir os agrupamentos habitacionais ou bairros a transferir.

2 — A transferência de património referida no número anterior é antecedida de acordos de transferência e efetua-se por auto de cessão de bens, o qual constitui título bastante de prova para todos os efeitos legais, incluindo os de registo.

3 — Após a transferência do património e em função das condições que vierem a ser estabelecidas nos acordos de transferência, podem as entidades beneficiárias proceder à alienação dos fogos aos respetivos moradores, nos termos do Decreto-Lei n.º 141/88, de 22 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.os 172/90, de 30 de maio, 342/90, de 30 de outubro, 288/93, de 20 de agosto, e 116/2008, de 4 de julho.

4 — O arrendamento das habitações transferidas destina-se a oferta habitacional a preços acessíveis, ficando sujeito ao regime do arrendamento apoiado para habitação ou de renda condicionada.

5 — O património transferido para os municípios e empresas locais pode, nos termos e condições a estabelecer nos autos de cessão a que se refere o n.º 2, ser objeto de demolição no âmbito de operações de renovação urbana ou operações de reabilitação urbana, desde que seja assegurado pelos municípios o realojamento dos respetivos moradores.

6 — O IGFSS, I. P., pode transferir para o património do IHRU, I. P., a propriedade de prédios ou das suas frações, bem como os denominados terrenos sobrantes dos bairros referidos no n.º 1, aplicando-se o disposto no presente artigo.

7 — A CPL, I. P., no que concerne aos imóveis que constituem a urbanização Nossa Senhora da Conceição, sita no Monte de Caparica, concelho de Almada, pode transferir para o património do IHRU, I. P., a propriedade dos prédios ou das suas frações, nos termos do presente artigo.

8 — Em casos excecionais e devidamente fundamentados, o património transferido para o IHRU, I. P., ao abrigo do presente artigo, pode, para efeitos da celebração de novos contratos de arrendamento, ficar sujeito ao regime de renda condicionada mediante despacho do membro do Governo responsável pela área da habitação.

## Artigo 8.º

**Transferências orçamentais**

O Governo fica autorizado a proceder às alterações orçamentais e às transferências constantes do mapa anexo à presente lei, da qual faz parte integrante.

## Artigo 9.º

**Indemnização compensatória para a LUSA, S. A.**

1 — No ano de 2017 a indemnização compensatória para a LUSA — Agência de Notícias de Portugal, S. A., tem o valor de € 15 838 364.

2 — Durante o ano de 2017, o Governo transfere ainda para a LUSA, S. A., a quantia restante relativa ao Orçamento do Estado para 2016 que não tenha sido transferida até 31 de dezembro de 2016.

## Artigo 10.º

**Afetação de verbas resultantes do encerramento de intervenções realizadas no âmbito do Programa Polis**

O membro do Governo responsável pela área do ambiente pode proceder, na respetiva esfera de competências, à alocação de verbas resultantes do capital social das sociedades Polis, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, até ao montante de € 6 000 000.

## Artigo 11.º

**Alterações orçamentais**

1 — O Governo fica autorizado a efetuar as alterações orçamentais:

*a*) Decorrentes de alterações orgânicas do Governo, da estrutura dos serviços da responsabilidade dos membros do Governo e das correspondentes reestruturações no setor público empresarial, independentemente de envolverem diferentes programas ou a criação de novos programas orçamentais;

*b*) Que se revelem necessárias a garantir, nos termos da lei orgânica do Governo, o exercício de poderes partilhados sobre serviços, organismos e estruturas da responsabilidade dos diversos membros do Governo, independentemente de envolverem diferentes programas.

2 — As alterações orçamentais que se revelem necessárias a garantir, nos termos da lei orgânica do Governo, o exercício de poderes partilhados sobre serviços, organismos e estruturas da responsabilidade dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional, do mar e da agricultura, independentemente de envolverem diferentes programas, são decididas por despacho dos respetivos membros do Governo, sem prejuízo das competências próprias do membro do Governo responsável pela área das finanças.

3 — O Governo fica autorizado, mediante proposta dos membros responsáveis pelas áreas das finanças, do desenvolvimento e coesão e, quando estejam em causa o Programa de Desenvolvimento Regional 2020 (PDR 2020) ou o Programa Operacional Mar 2020 (Mar 2020), da agricultura ou mar, respetivamente, a proceder às alterações orçamentais decorrentes da afetação da dotação centralizada do Ministério das Finanças, criada para assegurar a contrapartida pública nacional em projetos de investimento públicos financiados pelo Portugal 2020, nos orçamentos dos programas orçamentais que necessitem de reforços em 2017, face ao valor inscrito no orçamento de 2016, independentemente de envolverem diferentes programas, nos termos a fixar no decreto-lei de execução orçamental.

4 — Relativamente ao disposto no número anterior, não podem ser efetuadas alterações orçamentais que envolvam uma redução das verbas orçamentadas nas despesas relativas à contrapartida nacional em projetos cofinanciados pelo Portugal 2020 sem autorização prévia dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, do desenvolvimento e coesão e, quando esteja em causa o

PDR 2020 ou o Mar 2020, da agricultura ou mar, respetivamente.

5 — O Governo fica igualmente autorizado a:

*a*) Mediante proposta do membro responsável pela área das finanças, efetuar as alterações orçamentais que se revelem necessárias à execução do Portugal 2020, do Programa Operacional Pesca (PROMAR), do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), do Programa da Rede Rural Nacional (PRRN) e do MFEEE 2009-2014 e 2014-2021, independentemente de envolverem diferentes programas;

*b*) Efetuar as alterações orçamentais que se revelem necessárias para garantir o encerramento do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), independentemente de envolverem diferentes programas;

*c*) Efetuar as alterações orçamentais, do orçamento do Ministério da Saúde para o orçamento do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, que se revelem necessárias ao pagamento das dívidas à Caixa Geral de Aposentações, I. P. (CGA, I. P.), e ao pagamento, até 1 de agosto de 2012, das pensões complementares previstas no Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro, relativas a aposentados que tenham passado a ser subscritores da CGA, I. P., nos termos do Decreto-Lei n.º 124/79, de 10 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho;

*d*) Transferir, do orçamento do Ministério da Defesa Nacional para o orçamento da CGA, I. P., nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166-A/2013, de 27 de dezembro, as dotações necessárias ao pagamento dos complementos de pensão a que se referem os artigos 4.º e 6.º desse diploma;

*e*) Transferir do orçamento do Ministério da Economia para o orçamento do Ministério da Justiça o montante de € 150 000 e para a Agência para a Modernização Administrativa, I. P. (AMA, I. P.), o montante de € 246 800, visando a adaptação dos sistemas informáticos resultantes da alteração ao Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 116/2008, de 4 de julho, 292/2009, de 13 de outubro, 209/2012, de 19 de setembro, e 10/2015, de 16 de janeiro;

*f*) Proceder às alterações orçamentais decorrentes da afetação da dotação centralizada no Ministério das Finanças, criada para efeitos do OPP, independentemente de envolverem diferentes programas;

*g*) Proceder às alterações orçamentais que se revelem necessárias decorrentes de aumentos de capital por parte do Estado, assim como da gestão de aplicações de tesouraria de curto prazo, sem prejuízo do disposto no artigo 25.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, aplicável por força do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, e no artigo 118.º da presente lei.

6 — O Governo fica autorizado a proceder às alterações orçamentais decorrentes da afetação da dotação centralizada do Ministério das Finanças, criada para efeitos da sustentabilidade do setor da saúde, prevista nos termos do artigo 213.º, independentemente de envolverem diferentes programas, incluindo as respeitantes às transferências para as regiões autónomas, nos termos a fixar no decreto-lei de execução orçamental.

7 — O Governo fica autorizado a proceder às alterações orçamentais aos mapas que integram a presente lei e que designadamente evidenciam as receitas e as despesas dos serviços e fundos autónomos, bem como o mapa da despesa correspondente a programas, necessárias ao cumprimento do Decreto-Lei n.º 225/2015, de 9 de outubro, e do Decreto-Lei n.º 226/2015, de 9 de outubro.

8 — O Governo fica autorizado a proceder às alterações orçamentais decorrentes da afetação da dotação centralizada do Ministério das Finanças, criada para assegurar a redução do volume dos Passivos não Financeiros da Administração Central existentes em 31 de dezembro de 2016, independentemente de envolverem diferentes programas.

Artigo 12.º

**Retenção de montantes nas dotações, transferências e reforço orçamental**

1 — As transferências correntes e de capital do Orçamento do Estado para os organismos autónomos da administração central, das regiões autónomas e das autarquias locais podem ser retidas para satisfazer débitos, vencidos e exigíveis, constituídos a favor da CGA, I. P., da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), do Serviço Nacional de Saúde (SNS), da segurança social e da DGTF, e ainda em matéria de contribuições e impostos, bem como dos resultantes da não utilização ou da utilização indevida de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

2 — A retenção a que se refere o número anterior, no que respeita a débitos das regiões autónomas, não pode ultrapassar 5 % do montante da transferência anual.

3 — As transferências referidas no n.º 1, no que respeita a débitos das autarquias locais, salvaguardando o regime especial previsto no Código das Expropriações, só podem ser retidas nos termos previstos na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, alterada pelas Leis n.os 82-D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, 132/2015, de 4 de setembro, 7-A/2016, de 30 de março, e pela presente lei.

4 — Quando a informação tipificada na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, aplicável por força do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, bem como a que venha a ser anualmente definida no decreto-lei de execução orçamental ou noutra disposição legal aplicável, não seja atempadamente prestada ao membro do Governo responsável pela área das finanças pelos órgãos competentes e por motivo que lhes seja imputável, podem ser retidas as transferências e recusadas as antecipações de fundos disponíveis, nos termos a fixar naquele decreto-lei, até que a situação seja devidamente sanada.

5 — Os pedidos de reforço orçamental resultantes de novos compromissos de despesa ou de diminuição de receitas próprias implicam a apresentação de um plano que preveja a redução, de forma sustentável, da correspondente despesa no programa orçamental a que respeita pelo membro do Governo de que depende o serviço ou o organismo em causa.

Artigo 13.º

**Transferências orçamentais e atribuição de subsídios às entidades públicas reclassificadas**

1 — Em regra, as transferências para as entidades públicas reclassificadas financiadas por receitas gerais são

inscritas no orçamento da entidade coordenadora do programa orçamental a que pertence.

2 — As entidades abrangidas pelo n.º 4 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada em anexo à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, que não constem dos mapas anexos à presente lei, da qual fazem parte integrante, não podem receber direta ou indiretamente transferências ou subsídios com origem no Orçamento do Estado.

Artigo 14.º

**Transferências para fundações**

1 — As transferências a conceder às fundações identificadas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 13-A/2013, de 8 de março, não podem exceder os montantes concedidos nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.os 13/2014, de 14 de março, 75-A/2014, de 30 de setembro, 82-B/2014, de 31 de dezembro, e 33/2015, de 27 de abril.

2 — Nas situações em que o serviço ou o organismo da administração direta e indireta do Estado, incluindo instituições do ensino superior público, responsável pela transferência, não apresente transferências no triénio 2008 a 2010 para a fundação destinatária identificada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 13-A/2013, de 8 de março, o montante global anual a transferir por aquele, no ano de 2017, não pode exceder o valor médio do montante global anual de transferências do triénio 2014 a 2016 para a fundação destinatária.

3 — Ficam fora do âmbito de aplicação do presente artigo as transferências realizadas:

*a*) Para pagamento de apoios cofinanciados previstos em instrumentos da Política Agrícola Comum (PAC), bem como as ajudas nacionais pagas no âmbito de medidas de financiamento à agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos, definidas a nível nacional;

*b*) Para as instituições de ensino superior públicas de natureza fundacional, previstas no capítulo VI do título III do RJIES;

*c*) Pelos institutos públicos na esfera de competências do membro do Governo responsável pela área do trabalho, solidariedade e segurança social, e pelos serviços e organismos na esfera de competências dos membros do Governo responsáveis pela área da ciência, tecnologia e ensino superior, pela área da educação e pela área da saúde, quando se encontrem ao abrigo de protocolo de cooperação celebrado com as uniões representativas das instituições de solidariedade social;

*d*) No âmbito de programas nacionais ou europeus, protocolos de gestão dos rendimentos sociais de inserção, Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e Fundo de Socorro Social e outros no âmbito do subsistema de ação social;

*e*) Na área da cultura e da cooperação e desenvolvimento, quando os apoios sejam atribuídos por via de novos concursos abertos e competitivos, em que as fundações concorram com entidades com diversa natureza jurídica;

*f*) Na sequência de processos de financiamento por concursos abertos e competitivos para projetos científicos, nomeadamente os efetuados pela FCT, I. P., para centros de investigação por esta reconhecidos como parte do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia;

*g*) No âmbito de protocolos de cooperação, as associadas a contratos plurianuais de parcerias em execução ao abrigo do MFEEE 2009-2014 e, bem assim, as que tenham origem em financiamento europeu ou em apoios competitivos que não se traduzam em contratos de prestação ou de venda de serviços à comunidade;

*h*) Pelos serviços e organismos na esfera de competências do membro do Governo responsável pela área da educação, ao abrigo de protocolos e contratos celebrados com entidades privadas e com entidades do setor social e solidário e da economia social, nos domínios da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário, incluindo as modalidades especiais de educação;

*i*) Pelos serviços e organismos na esfera de competências do membro do Governo responsável pela área da saúde, ao abrigo de protocolos celebrados com entidades do setor social e solidário e da economia social;

*j*) Ao abrigo de protocolos celebrados com fundações que não tenham recebido transferências suscetíveis de integrar o disposto nos n.os 1 e 2 ou que respeitem a apoios pontuais.

4 — A realização das transferências previstas no presente artigo depende da verificação prévia, pela entidade transferente:

*a*) Da validação da situação da fundação à luz da Lei-Quadro das Fundações, aprovada em anexo à Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro;

*b*) De inscrição no registo previsto no artigo 8.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada em anexo à Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro;

*c*) De parecer prévio da Inspeção-Geral de Finanças, em termos a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.

5 — Ficam proibidas quaisquer transferências de serviços e organismos da administração direta e indireta do Estado, incluindo instituições do ensino superior público, para as fundações que não acederam ao censo desenvolvido em execução do disposto na Lei n.º 1/2012, de 3 de janeiro, ou cujas informações incompletas ou erradas impossibilitaram a respetiva avaliação, até à inscrição no registo previsto no artigo 8.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada em anexo à Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro.

6 — Por despacho dos membros do Governo responsáveis em razão da matéria e pela área das finanças, podem as fundações, em situações excecionais e especialmente fundamentadas, beneficiar de montante a transferir superior ao que resultaria da aplicação do disposto nos n.os 1 e 2.

7 — Para efeitos do disposto no presente artigo, entende-se por transferência todo e qualquer subsídio, subvenção, auxílio, ajuda, patrocínio, garantia, concessão, doação, participação, vantagem financeira ou qualquer outro financiamento, independentemente da sua designação, temporário ou definitivo, que seja concedido pela administração direta ou indireta do Estado, regiões autónomas, autarquias locais, empresas públicas e entidades públicas empresariais, empresas públicas locais e regionais, entidades reguladoras independentes, outras pessoas coletivas da administração autónoma e demais pessoas coletivas públicas, proveniente de verbas do Orçamento do Estado, de receitas próprias das referidas entidades ou de quaisquer outras.

Artigo 15.º

**Cessação da autonomia financeira**

O Governo fica autorizado a fazer cessar o regime de autonomia financeira e a aplicar o regime geral de autonomia administrativa aos serviços e fundos autónomos que não tenham cumprido a regra do equilíbrio orçamental prevista no n.º 1 do artigo 25.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, aplicável por força do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, sem que para tal tenham sido dispensados nos termos do n.º 3 do referido artigo 25.º

Artigo 16.º

**Regularização de dívidas relativas a encargos dos sistemas de assistência na doença**

O membro do Governo responsável pela área da saúde fica autorizado a proceder ao encontro de contas entre a ADSE e as regiões autónomas relativamente a dívidas resultantes de comparticipações pagas pelas regiões autónomas a beneficiários da ADSE nelas domiciliados.

Artigo 17.º

**Determinação de fundos disponíveis em atividades e projetos cofinanciados**

1 — Em 2017, na determinação dos fundos disponíveis dos serviços e organismos da Administração Pública e demais entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, no quadro de atividades e projetos cofinanciados pelo MFEEE 2009-2014 e 2014-2021, pelo Portugal 2020 e pelo QREN, podem ser consideradas as verbas correspondentes a 50 % do valor solicitado em pedidos de reembolso, independentemente de terem sido ou não pagas ou reembolsadas pelos respetivos programas operacionais.

2 — Sendo certificadas ou validadas as faturas incluídas nos pedidos de reembolso a que se refere o número anterior, é este o valor a considerar para efeitos de fundos disponíveis, para os efeitos do disposto na subalínea *vi*) da alínea *f*) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e na alínea *f*) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, deduzido do valor já considerado no número anterior.

3 — A competência para a assunção de compromissos plurianuais das entidades públicas reclassificadas que não tenham pagamentos em atraso é do respetivo órgão de direção quando os referidos compromissos apenas envolvam receita própria ou receitas provenientes de cofinanciamento europeu.

4 — A competência para a assunção de compromissos plurianuais dos serviços e organismos da Administração Pública e demais entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que não tenham pagamentos em atraso, é do respetivo órgão de direção quando estejam em causa projetos cofinanciados no âmbito do Portugal 2020 e do QREN.

5 — Nos casos previstos nos números anteriores, a abertura de procedimento para a realização da despesa fica dispensada da prévia autorização a conferir por portaria de extensão de encargos, prevista no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que estabelece o regime da realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens moveis e de serviços, desde que cumpridos os seguintes requisitos cumulativos:

*a*) Ter um prazo de execução igual ou inferior a três anos;

*b*) Os seus encargos não excederem € 300 000, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração, excetuando os compromissos que envolvam receitas próprias, os quais não podem exceder € 150 000, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração.

6 — A Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e a respetiva regulamentação são revistas no ano de 2017, com vista a assegurar que os objetivos de controlo orçamental são conciliados com a capacidade de gestão das entidades para assumirem compromissos e em linha com a estratégia global de implementação da Lei de Enquadramento Orçamental.

Artigo 18.º

**Política de prevenção da violência doméstica, de proteção e de assistência das suas vítimas**

1 — Para efeitos do previsto no artigo 80.º-A da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, aditado pela presente lei, cada entidade inscreve no respetivo orçamento as verbas referentes à política de prevenção da violência doméstica, de proteção e de assistência das suas vítimas, no âmbito da respetiva medida.

2 — Do montante das verbas referidas no número anterior e da sua execução, bem como da estimativa do montante correspondente a isenções concedidas a pessoas com o estatuto de vítima de violência doméstica, é dado conhecimento ao membro do Governo responsável pela área da igualdade.

## CAPÍTULO III

## Disposições relativas a trabalhadores do setor público

### SECÇÃO I

### Carreira e estatuto remuneratório

Artigo 19.º

**Prorrogação de efeitos**

1 — Sem prejuízo da eliminação progressiva das restrições e da reposição das progressões na carreira a partir de 2018, durante o ano de 2017 são prorrogados os efeitos dos artigos 38.º a 42.º, 44.º a 46.º e 73.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

2 — O disposto no número anterior não é aplicável aos membros dos órgãos estatutários e aos trabalhadores de instituições de crédito integradas no setor empresarial do Estado e qualificadas como «entidades supervisionadas significativas», na aceção do ponto 16) do artigo 2.º do

Regulamento (UE) n.º 468/2014, do Banco Central Europeu, de 16 de abril de 2014, e respetivas participadas que integrem o setor empresarial do Estado.

3 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1, podem ser definidos regimes específicos de trabalho extraordinário ou suplementar, nomeadamente no setor da saúde, nos termos que venham a ser definidos no decreto-lei de execução orçamental.

4 — O disposto no presente artigo não prejudica igualmente a concretização dos reposicionamentos remuneratórios respetivos decorrentes da obtenção do título de agregado pelos professores auxiliares e associados do ensino superior universitário e pelos professores coordenadores do ensino superior politécnico, em cumprimento do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de novembro, bem como não prejudica o reposicionamento remuneratório decorrente da obtenção dos títulos de agregado e de habilitado a que aludem as alíneas *a*) e *b*) do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 239/2007, de 19 de junho, obtidos pelos investigadores auxiliares ou principais.

Artigo 20.º

**Atualização do subsídio de refeição**

1 — O valor do subsídio de refeição fixado na Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro, é atualizado, fixando-se em € 4,52 a partir de 1 de janeiro e em € 4,77 a partir de 1 de agosto.

2 — A atualização do valor do subsídio de refeição pago aos titulares dos cargos e demais pessoal a que se refere o n.º 9 do artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, nos casos em que nos termos da lei ou por ato próprio tal esteja previsto, não pode ser superior, em valor absoluto, à atualização que resulta do número anterior.

Artigo 21.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e regime aplicável ao setor público empresarial**

1 — É revogado o n.º 4 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, que estabelece o novo regime jurídico do setor público empresarial, retomando-se a aplicação dos instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho existentes no setor público empresarial.

2 — Ao setor público empresarial é aplicável o disposto em instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho, quando existam, em matéria de subsídio de refeição, trabalho extraordinário ou suplementar e trabalho noturno.

3 — Relativamente às restantes matérias abrangidas pelos instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho referidos no número anterior, os direitos adquiridos são repostos em 50 % em julho de 2017 e em 50 % a 1 de janeiro de 2018, sem efeitos retroativos.

4 — O previsto no número anterior produz efeitos com a entrada em vigor da presente lei e salvaguarda os direitos adquiridos desde a suspensão dos instrumentos de regulamentação coletiva, não havendo lugar a quaisquer pagamentos a título de retroativos.

Artigo 22.º

**Incentivos à eficiência**

A execução de medidas de equilíbrio orçamental não prejudica a possibilidade de o membro do Governo responsável pela área das finanças estabelecer, por portaria, a fixação de incentivos e outros mecanismos de estímulo à eficiência, em especial nos consumos intermédios, no âmbito da administração direta e indireta e no setor empresarial do Estado.

Artigo 23.º

**Programas específicos de mobilidade**

1 — As medidas de equilíbrio orçamental do n.º 1 do artigo 19.º não prejudicam a aplicação do n.º 1 do artigo 153.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pelas Leis n.os 84/2015, de 7 de agosto, e 18/2016, de 20 de junho, no âmbito de programas específicos de mobilidade autorizados pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, sob proposta do membro do Governo responsável em razão da matéria.

2 — A mobilidade de trabalhadores para estruturas específicas que venham a ser criadas em áreas transversais a toda a Administração Pública, pode implicar a transferência orçamental dos montantes considerados na dotação da rubrica «Encargos com pessoal», para fazer face aos encargos com a respetiva remuneração e demais encargos, ficando autorizadas as necessárias alterações orçamentais, ainda que envolvam diferentes programas, nos termos do decreto-lei de execução orçamental.

Artigo 24.º

**Pagamento do subsídio de Natal**

1 — Durante o ano de 2017, o subsídio de Natal ou quaisquer prestações correspondentes ao 13.º mês a que tenham direito, nos termos legais, as pessoas a que se refere o n.º 9 do artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, são pagos nos termos seguintes:

*a*) 50 % no mês de novembro;
*b*) Os restantes 50 % em duodécimos, ao longo do ano.

2 — Os valores do subsídio de Natal correspondentes aos pagamentos referidos nas alíneas *a*) e *b*) do número anterior são apurados em cada um dos meses de 2017 com base na remuneração relevante para o efeito, tendo por referência a remuneração auferida no mês de pagamento daqueles valores, nos termos legais.

3 — O direito a cada duodécimo do subsídio de Natal, previsto na alínea *b*) do n.º 1, vence-se no primeiro dia do mês a que respeita.

4 — Aos aposentados, reformados e demais pensionistas da CGA, I. P., bem como ao pessoal na reserva e desligado do serviço a aguardar aposentação ou reforma, independentemente da data de passagem a essas situações e do valor da sua pensão, o subsídio de Natal é pago nos termos seguintes:

*a*) 50 % no mês de novembro;
*b*) Os restantes 50 % em duodécimos, ao longo do ano.

5 — O pagamento do subsídio de Natal nos termos do número anterior é efetuado pela entidade de que dependa o interessado, com base no valor indicado na comunicação prevista no artigo 99.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro.

6 — Os descontos obrigatórios que incidam sobre o subsídio de Natal, nomeadamente penhoras e pensões de

alimentos, e que não correspondam a uma determinada percentagem deste, mas a um montante pecuniário fixo, são deduzidos pela totalidade ao valor do subsídio de Natal, líquido das retenções na fonte a título de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), das quantias em dívida à CGA, I. P., e das quotizações para a ADSE.

7 — As pensões automaticamente atualizadas por indexação à remuneração de trabalhadores no ativo ficam sujeitas às medidas previstas na presente lei para o subsídio de Natal destes trabalhadores.

8 — Em qualquer situação em que o subsídio de Natal ou outra prestação correspondente ao 13.º mês venha a ser pago por inteiro após a entrada em vigor da presente lei, o cálculo do seu valor deve resultar da soma dos valores que, por força dos números anteriores, seriam devidos em cada mês, descontado o valor que, a esse título, já tenha sido pago.

9 — A partir de 2018, o subsídio de Natal é pago integralmente, nos termos da lei.

SECÇÃO II

**Outras disposições**

Artigo 25.º

**Estratégia de combate à precariedade**

1 — No âmbito da estratégia de combate à precariedade definida no artigo 19.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e na sequência do levantamento dos instrumentos de contratação utilizados pelos serviços, organismos e entidades da Administração Pública e do setor empresarial do Estado, o Governo apresenta à Assembleia da República até ao final do primeiro trimestre de 2017 um programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública para as situações do pessoal que desempenhe funções que correspondam a necessidades permanentes dos serviços, com sujeição ao poder hierárquico, de disciplina ou direção e horário completo, sem o adequado vínculo jurídico.

2 — No âmbito da execução do programa referido no número anterior, o Governo regulamenta as condições em que o reconhecimento formal das necessidades permanentes dos serviços determina a criação dos correspondentes lugares nos mapas de pessoal.

3 — Para efeitos do preenchimento dos lugares referidos no número anterior, o Governo deve considerar critérios de seleção que valorizem a experiência profissional no desempenho das funções do lugar a preencher, valorizando especialmente a experiência de quem ocupou o respetivo posto de trabalho.

4 — Os procedimentos previstos no n.º 2 devem ter o seu início até 31 de outubro de 2017.

Artigo 26.º

**Duração da mobilidade**

1 — As situações de mobilidade existentes à data da entrada em vigor da presente lei cujo limite de duração máxima ocorra durante o ano de 2017, podem, por acordo entre as partes, ser excecionalmente prorrogadas até 31 de dezembro de 2017.

2 — A prorrogação excecional prevista no número anterior é aplicável às situações de mobilidade cujo termo ocorre em 31 de dezembro de 2016, nos termos do acordo previsto no número anterior.

3 — No caso do acordo de cedência de interesse público a que se refere o artigo 243.º da LTFP, a prorrogação a que se referem os números anteriores depende de parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública.

4 — Nas autarquias locais, o parecer a que se refere o número anterior é da competência do presidente do órgão executivo.

Artigo 27.º

**Registos e notariado**

Até à revisão do sistema remuneratório das carreiras dos conservadores, notários e oficiais dos registos e do notariado, decorrente da revisão em curso dos respetivos estatutos profissionais cujo processo negocial termina em 2017, aos vencimentos daqueles trabalhadores aplicam-se as regras sobre a determinação do vencimento de exercício fixadas transitoriamente pela Portaria n.º 1448/2001, de 22 de dezembro, e mantidas em vigor nos anos subsequentes.

Artigo 28.º

**Capacitação dos tribunais**

As medidas de equilíbrio orçamental do n.º 1 do artigo 19.º não prejudicam a mudança de categorias prevista no artigo 12.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.os 175/2000, de 9 de agosto, 96/2002, de 12 de abril, 169/2003, de 1 de agosto, pela Lei n.º 42/2005, de 29 de agosto, e pelos Decretos-Leis n.os 121/2008, de 11 de julho, e 73/2016, de 8 de novembro, até ao limite de 400, e o subsequente ingresso de oficiais de justiça, em igual número, que se revelem indispensáveis ao processo de ajustamento ao mapa judiciário e à execução do programa «Justiça + Próxima» prosseguido pelo Ministério da Justiça.

Artigo 29.º

**Prestação de serviço judicial por magistrados jubilados**

Mediante autorização expressa dos respetivos conselhos, os magistrados jubilados podem prestar serviço judicial durante o ano de 2017, desde que esse exercício de funções não importe qualquer alteração do regime remuneratório atribuído por força da jubilação.

Artigo 30.º

**Prorrogação do prazo do regime transitório das amas familiares da segurança social**

Sem prejuízo da revisão do regime de acesso à profissão e exercício da atividade de ama, previsto no Decreto-Lei n.º 115/2015, de 22 de junho, o prazo referido no n.º 1 do artigo 41.º daquele diploma é prorrogado por um ano além do previsto.

Artigo 31.º

**Revisão dos critérios de afetação de pessoal não docente aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas**

1 — Até ao início do ano letivo 2017/2018, o Governo revê a Portaria n.º 29/2015, de 12 de fevereiro, no sentido

de adequar os critérios de afetação de pessoal não docente aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

2 — Para os efeitos previstos no número anterior, o Governo deve ter em consideração as necessidades reais de acompanhamento dos alunos e as condições de segurança de funcionamento das escolas, nomeadamente assegurando condições de acompanhamento adequado aos alunos com necessidades educativas especiais.

Artigo 32.º

**Recrutamento de trabalhadores nas instituições de ensino superior públicas**

1 — No quadro das medidas de estímulo ao reforço da autonomia das instituições de ensino superior e do emprego científico jovem, as instituições de ensino superior públicas podem proceder a contratações, independentemente do tipo de vínculo jurídico que venha a estabelecer-se, desde que as mesmas não impliquem um aumento do valor total das remunerações dos trabalhadores docentes e não docentes e investigadores e não investigadores da instituição, em relação ao maior valor anual desde 2013, acrescido das reduções remuneratórias previstas no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, em conjugação com o artigo 2.º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, que estabeleceu a extinção daquelas reduções remuneratórias.

2 — Para além do disposto no número anterior, fica autorizada a contratação a termo de docentes e investigadores para a execução de programas, projetos e prestações de serviço no âmbito das missões e atribuições das instituições de ensino superior públicas, desde que os seus encargos onerem exclusivamente receitas transferidas da FCT, I. P., receitas próprias ou receitas de fundos europeus relativos a esses programas, projetos e prestações de serviço.

3 — Em situações excecionais, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do ensino superior podem emitir parecer prévio favorável à contratação de trabalhadores docentes e não docentes e de investigadores e não investigadores para além dos limites estabelecidos nos números anteriores, fixando caso a caso o número de contratos a celebrar e o montante máximo a despender, e desde que exista, de forma cumulativa:

*a*) Um relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência dos recursos humanos no setor da atividade a que se destina o recrutamento;

*b*) Uma impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos no n.º 3 do artigo 30.º da LTFP, ou por recurso a pessoal colocado em situação de requalificação ou a outros instrumentos de mobilidade.

4 — Para efeitos da aplicação do disposto no número anterior, as instituições de ensino superior devem, preferencialmente, recorrer à utilização de receitas próprias.

5 — Como garante da contenção da despesa no quadro orçamental o grupo de monitorização e de controlo orçamental, criado pelo n.º 5 do artigo 26.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, deve elaborar um relatório trimestral para supervisão pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do ensino superior, sem prejuízo do regime previsto nos n.os 2 a 4 do artigo 125.º do RJIES.

6 — Ao recrutamento de docentes e investigadores a efetuar pelas instituições de ensino superior públicas não se aplica o procedimento prévio previsto no n.º 1 do artigo 265.º da LTFP.

7 — Excecionam-se do disposto no presente artigo as instituições de ensino superior militar e policial.

8 — As contratações efetuadas em violação do disposto no presente artigo são nulas.

Artigo 33.º

**Aplicação de regimes laborais especiais na saúde**

1 — Os níveis retributivos, incluindo suplementos remuneratórios, dos trabalhadores com contrato de trabalho no âmbito dos estabelecimentos ou serviços do SNS com a natureza de entidade pública empresarial, celebrados após a entrada em vigor da presente lei, não podem ser superiores aos dos correspondentes trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas inseridos em carreiras gerais ou especiais.

2 — O disposto no número anterior é igualmente aplicável aos acréscimos remuneratórios devidos pela realização de trabalho noturno, trabalho em dias de descanso semanal obrigatório e complementar e trabalho em dias feriados.

3 — A celebração de contratos de trabalho que não respeitem os níveis retributivos referidos no n.º 1 carece de autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde.

4 — O disposto no artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, mantido em vigor pelo n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e pela presente lei, não prejudica a aplicação do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 298/2007, de 22 de agosto, com efeitos à data de entrada em vigor da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

5 — Em situações excecionais e delimitadas no tempo, designadamente de calamidade pública, reconhecidas por resolução do Conselho de Ministros, pode o limite estabelecido no n.º 3 do artigo 120.º da LTFP ser aumentado em 20 % para os trabalhadores do Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P. (INEM, I. P.).

6 — O regime previsto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 62/79, de 30 de março, é aplicável, com as necessárias adaptações, aos profissionais diretamente envolvidos no estudo laboratorial de dadores e dos doentes candidatos a transplantação de órgãos e na seleção do par dador-recetor em homotransplantação cadáver, tendo em vista assegurar a sua disponibilidade permanente para esta atividade.

Artigo 34.º

**Substituição da subcontratação de empresas por contratação de profissionais de saúde**

O Governo substitui gradualmente o recurso a empresas de trabalho temporário e de subcontratação de profissionais de saúde pela contratação, em regime de vínculo de emprego público, dos profissionais necessários ao funcionamento dos serviços de saúde.

Artigo 35.º

**Consolidação da mobilidade e cedência no âmbito do Serviço Nacional de Saúde**

1 — O disposto no artigo 99.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, é aplicável, com as necessárias adaptações, às situações de mobilidade e cedência que tenham como serviço de destino ou entidade cessionária um serviço ou estabelecimento de saúde in-

tegrado no SNS, independentemente da natureza jurídica do mesmo, desde que esteja em causa um trabalhador detentor de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido.

2 — Para além dos requisitos fixados no dispositivo legal acima referido, a consolidação da mobilidade ou da cedência de interesse público carece de despacho de concordância do membro do Governo responsável pela área da saúde, bem como de parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública.

3 — Nos serviços ou estabelecimentos de saúde cujos mapas de pessoal público sejam residuais, a consolidação da mobilidade ou a cedência a que se refere o presente artigo não depende da existência de posto de trabalho, sendo o mesmo aditado automaticamente e a extinguir quando vagar.

Artigo 36.º

**Recrutamento excecional de enfermeiros**

Os serviços e estabelecimentos de saúde integrados no setor público administrativo podem, nos termos a definir no diploma de execução orçamental, proceder ao recrutamento de trabalhadores enfermeiros, mediante celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, correspondente ao número máximo de postos de trabalho que venha a ser estabelecido por despacho dos membros do Governos responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde.

Artigo 37.º

**Contratação de médicos aposentados**

1 — Os médicos aposentados, com ou sem recurso a mecanismos legais de antecipação, que, nos termos do Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, exerçam funções em serviços da administração central, regional e local, empresas públicas ou quaisquer outras pessoas coletivas públicas, mantêm a respetiva pensão de aposentação, acrescida de 75 % da remuneração correspondente à categoria e, consoante o caso, escalão ou posição remuneratória detida à data da aposentação, assim como o respetivo regime de trabalho.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, nos casos em que a atividade contratada pressuponha uma carga horária inferior à do regime de trabalho detido à data da aposentação, nos termos legalmente estabelecidos, o médico aposentado é remunerado na proporção do respetivo período normal de trabalho semanal.

3 — Para os efeitos do número anterior, se o período normal de trabalho não for igual em cada semana, é considerada a respetiva média no período de referência de um mês.

4 — O presente regime aplica-se às situações em curso, mediante declaração do interessado, e produz efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da entrada em vigor da presente lei.

5 — A lista de utentes a atribuir aos médicos aposentados de medicina geral e familiar ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, é proporcional ao período de trabalho semanal contratado, sendo aplicado, com as necessárias adaptações, o disposto nos Decretos-Leis n.os 298/2007, de 22 de agosto, 28/2008, de 22 de fevereiro, e 266-D/2012, de 31 de dezembro.

6 — A aplicação do disposto no presente artigo pressupõe a ocupação de vaga, sendo que a lista de utentes atribuída é considerada para efeitos dos mapas de vagas dos concursos de novos especialistas em medicina geral e familiar.

7 — Os médicos aposentados, com ou sem recurso a mecanismos legais de antecipação, podem também, em regime de exclusividade, exercer funções no âmbito do sistema de verificação de incapacidades e do sistema de certificação e recuperação de incapacidades por doenças profissionais.

8 — Para efeitos do procedimento previsto nos n.os 1 e 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, o exercício das funções previstas no número anterior depende da autorização do membro do Governo responsável pela área da segurança social, sob proposta do Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.).

9 — Os termos e condições do exercício das funções no âmbito do sistema de verificação de incapacidades e do sistema de certificação e recuperação de incapacidades por doenças profissionais, bem como o contingente de médicos aposentados que podem ser contratados, são definidos no despacho a que se refere o n.º 1 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 360/97, de 17 de dezembro.

Artigo 38.º

**Renovação dos contratos dos médicos internos**

1 — Os médicos internos que tenham celebrado os contratos de trabalho a termo resolutivo incerto com que iniciaram o respetivo internato médico em 1 de janeiro de 2015 e que, por falta de capacidades formativas, não tiveram a possibilidade de prosseguir para a formação especializada podem, a título excecional, manter-se em exercício de funções.

2 — A manutenção do contrato a que alude o número anterior não pode exceder o prazo correspondente à data em que se inicie, em 2017, a formação específica a que se refere a alínea *d*) do n.º 2 do artigo 80.º da Portaria n.º 224-B/2015, de 29 de julho.

3 — O Governo, em articulação com a Ordem dos Médicos e as faculdades de Medicina, define as condições necessárias para que as vagas de ingresso na formação médica especializada assegurem o acesso a todos os médicos internos.

4 — A criação de vagas nos termos previstos no número anterior não dispensa o cumprimento dos requisitos da idoneidade formativa definidos no Regulamento do Internato Médico.

Artigo 39.º

**Proteção social complementar dos trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho**

As entidades públicas a cujos trabalhadores se aplique o regime do contrato individual de trabalho podem contratar seguros de doença e de acidentes pessoais, desde que destinados à generalidade dos trabalhadores, bem como outros seguros obrigatórios por lei ou previstos em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho.

Artigo 40.º

**Reforço dos meios da Autoridade para as Condições do Trabalho**

Dando cumprimento à Resolução da Assembleia da República n.º 90/2016, de 24 de maio, para o suprimento das necessidades de reforço da capacidade inspetiva da

Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), e ainda das verificadas ao nível de técnicos de apoio aos serviços de inspeção, o Governo procede até 31 de outubro de 2017, à criação de postos de trabalho nos mapas de pessoal daquela Autoridade, bem como à abertura de concursos públicos necessários ao seu provimento.

Artigo 41.º

**Reforço de meios humanos para a conservação da natureza e da biodiversidade**

1 — Tendo em conta as necessidades reais do País, o Governo reforça progressivamente os meios humanos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.) necessários para assegurar, de modo eficaz, os objetivos de preservação e conservação da natureza e da biodiversidade, bem como a prevenção de fogos florestais.

2 — No ano de 2017, o ICNF, I. P., contrata, pelo menos, 50 vigilantes da natureza.

Artigo 42.º

**Contratação de trabalhadores por pessoas coletivas de direito público e empresas do setor público empresarial**

1 — As pessoas coletivas de direito público dotadas de independência, designadamente aquelas a que se refere a Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, e o n.º 3 do artigo 48.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, só podem proceder ao recrutamento de trabalhadores para a constituição de vínculos de emprego por tempo indeterminado ou a termo, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental.

2 — As empresas do setor público empresarial só podem proceder ao recrutamento de trabalhadores para a constituição de vínculos de emprego por tempo indeterminado ou a termo, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental.

3 — O disposto no número anterior não é aplicável aos membros dos órgãos estatutários e aos trabalhadores de instituições de crédito integradas no setor empresarial do Estado e qualificadas como «entidades supervisionadas significativas», na aceção do ponto 16) do artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 468/2014, do Banco Central Europeu, de 16 de abril de 2014, e respetivas participadas que integrem o setor empresarial do Estado.

4 — A aplicação do presente normativo ao setor público empresarial regional não impede as adaptações consideradas necessárias, a definir por diploma próprio.

5 — As contratações de trabalhadores efetuadas em violação do disposto no presente artigo são nulas.

Artigo 43.º

**Quadros de pessoal no setor empresarial do Estado**

Durante o ano de 2017, as empresas do setor empresarial do Estado prosseguem uma política de ajustamento dos seus quadros de pessoal, adequando-os às efetivas necessidades de uma organização eficiente, só podendo ocorrer aumento do número de trabalhadores nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental.

Artigo 44.º

**Gastos operacionais das empresas públicas**

1 — As empresas públicas prosseguem uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental.

2 — Sem prejuízo do número anterior, apenas podem ocorrer aumentos dos encargos com pessoal relativamente aos valores de 2016 nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental.

Artigo 45.º

**Endividamento das empresas públicas**

1 — O crescimento do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado, fica limitado a 3 %.

2 — O limite a que se refere o número anterior só pode ser excedido:

*a*) Por empresas públicas que tenham por objeto a prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros, nos termos do decreto-lei de execução orçamental;

*b*) Nos termos estritamente necessários para dar execução ao Programa Nacional de Regadio, financiado através do Banco Europeu de Investimento (BEI), no âmbito do Plano *Juncker*.

Artigo 46.º

**Relatório sobre a remuneração de gestores do setor empresarial do Estado**

O Governo prepara anualmente um relatório relativo aos gestores públicos abrangidos pelo Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, do qual constam as remunerações fixas, as remunerações variáveis, os prémios de gestão e outras regalias e benefícios com caráter ou finalidade social ou inseridas no quadro geral das regalias aplicáveis aos demais trabalhadores da empresa, o qual deve ser enviado à Assembleia da República e objeto de divulgação, nos termos do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o regime jurídico do setor público empresarial, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro.

Artigo 47.º

**Sujeição a deveres de transparência e responsabilidade**

1 — Aos membros do órgão de administração de instituições de crédito integradas no setor empresarial do Estado e qualificadas como «entidades supervisionadas significativas», na aceção do ponto 16) do artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 468/2014, do Banco Central Europeu, de 16 de abril de 2014, são aplicáveis as regras e deveres constantes:

*a*) Dos artigos 18.º a 25.º, 36.º e 37.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelos Decretos-Leis n.os 8/2012, de 18 de janeiro, e 39 /2016, de 18 de junho;

*b*) Da Lei n.º 4/83, de 2 de abril, com as alterações introduzidas pelas Leis n.os 38/83, de 25 de outubro, 25/95, de 18 de agosto, 19/2008, de 21 de abril, 30/2008, de 10 de julho, e 38/2010, de 2 de setembro;

*c*) Dos artigos 8.º, 9.º, 9.º-A, 11.º, 12.º e 14.º e do n.º 4 do artigo 13.º da Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, alterada pelas Leis n.os 39-B/94, de 27 de dezembro, 28/95, de 18 de agosto, 42/96, de 31 de agosto, 12/96, de 18 de abril, e

12/98, de 24 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, pela Lei n.º 30/2008, de 10 de julho, e pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro.

2 — O regime constante do número anterior aplica-se aos mandatos em curso.

Artigo 48.º

**Recrutamento de trabalhadores nos municípios em situação de saneamento ou de rutura**

1 — Os municípios que, em 31 de dezembro de 2016, se encontrem na situação prevista nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estão impedidos de proceder à abertura de procedimentos concursais.

2 — Em situações excecionais, devidamente fundamentadas, a assembleia municipal pode autorizar a abertura dos procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando caso a caso o número máximo de trabalhadores a recrutar, desde que de forma cumulativa:

*a*) A ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído seja impossível;

*b*) O recrutamento seja imprescindível, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de atividade a que aquele se destina, bem como a sua evolução global na autarquia em causa;

*c*) Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;

*d*) Sejam cumpridos, pontual e integralmente, os deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, que institui e regula o funcionamento do Sistema de Informações da Organização do Estado (SIOE), alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

*e*) O recrutamento não corresponda a um aumento da despesa com pessoal verificada em 31 de dezembro de 2016, corrigida das reversões das reduções remuneratórias.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 1, nos casos em que haja lugar à aprovação de um plano de ajustamento municipal nos termos previstos na Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, o referido plano deve observar o disposto no número anterior em matéria de contratação de pessoal.

4 — Para efeitos do disposto nos n.os 2 e 3, os órgãos autárquicos com competência em matéria de autorização dos contratos aí referidos enviam à assembleia municipal os elementos demonstrativos da verificação dos requisitos ali estabelecidos.

5 — As necessidades de recrutamento excecional de pessoal no âmbito do exercício de atividades resultantes da transferência de competências da administração central para a administração local nos domínios da educação, da saúde, da ação social, da cultura, do atendimento digital assistido e da fiscalização, regulação e disciplina de trânsito rodoviário não estão sujeitas ao disposto no presente artigo.

6 — As contratações e as nomeações de trabalhadores efetuadas em violação do disposto no presente artigo são nulas.

SECÇÃO III

**Aquisição de serviços**

Artigo 49.º

**Encargos com contratos de aquisição de serviços**

1 — Os encargos globais com contratos de aquisição de serviços, com exceção dos contratos cofinanciados, não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016.

2 — Os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar:

*a*) Os valores pagos em 2016, considerando o valor total agregado dos contratos, sempre que a mesma contraparte preste mais do que um serviço ao mesmo adquirente; ou

*b*) O preço unitário, caso o mesmo seja aritmeticamente determinável ou tenha servido de base ao cálculo dos valores pagos em 2016.

3 — Em situações excecionais, prévia e devidamente fundamentadas pelo dirigente máximo do serviço com competência para contratar, e após aprovação do membro do Governo responsável em razão da matéria, o membro do Governo responsável pela área das finanças pode autorizar a dispensa do disposto nos números anteriores.

4 — A celebração ou renovação de contrato de aquisição de serviços é obrigatoriamente comunicada, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato, ao membro do Governo responsável pela área das finanças, em termos a fixar por portaria deste.

5 — A celebração de um novo contrato de aquisição de serviços com diferente objeto e contraparte de contrato vigente em 2016 carece de autorização prévia do membro do Governo responsável em razão da matéria, devendo o pedido ser acompanhado de indicação, por parte do dirigente máximo do serviço com competência para contratar, da compensação a efetuar para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 1.

6 — Nos casos referidos no número anterior, quando não se mostre assegurado o disposto no n.º 1, o membro do Governo responsável em razão da matéria deve:

*a*) Proferir despacho desfavorável, ou;

*b*) Remeter ao membro do Governo responsável pela área das finanças, para efeitos da dispensa prevista no n.º 3.

7 — O disposto nos números anteriores aplica-se a contratos a celebrar ou renovar por:

*a*) Órgãos, serviços e entidades previstos no artigo 1.º da LTFP, incluindo institutos públicos de regime especial;

*b*) Outras pessoas coletivas públicas, ainda que dotadas de autonomia administrativa ou de independência estatutária, designadamente decorrentes da sua integração nas áreas da regulação, supervisão ou controlo;

*c*) Empresas do setor empresarial do Estado, empresas públicas não financeiras de capital exclusiva ou maioritariamente público e entidades dos setores empresariais regional e local;

*d*) Gabinetes previstos na alínea *l*) do n.º 9 do artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, que estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão.

*e*) Fundações públicas de direito público e de direito privado, bem como outras entidades públicas não abrangidas pelas alíneas anteriores.

8 — Não estão sujeitos ao disposto no n.º 2:

*a*) A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços essenciais previstos no n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, alterada pelas Leis n.os 12/2008, de 26 de fevereiro, 24/2008, de 2 de junho, 6/2011, de 10 de março, 44/2011, de 22 de junho, e 10/2013, 28 de janeiro, ou de outros contratos mistos cujo tipo contratual preponderante não seja o da aquisição de serviços ou em que o serviço assuma um caráter acessório da disponibilização de um bem;

*b*) A celebração de contratos de aquisição de serviços por órgãos ou serviços adjudicantes ao abrigo de acordo-quadro;

*c*) A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços entre si por órgãos ou serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação do n.º 2;

*d*) A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços no âmbito da atividade formativa desenvolvida pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.), que tenham por objeto serviços de formação profissional, certificação profissional e de reconhecimento, validação e certificação de competências da rede de Centros de Formação Profissional de Gestão Direta e de Gestão Participada, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 14.º do anexo da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.os 242/2015, de 13 de agosto, e 122/2016, de 4 de maio.

9 — Não estão sujeitos ao disposto nos n.os 2 e 5:

*a*) A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços no âmbito da Estrutura de Missão para a Presidência Portuguesa do G19, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2014, de 5 de junho;

*b*) As aquisições de serviços de médicos no âmbito do sistema de verificação de incapacidades e do sistema de certificação e recuperação de incapacidades por doenças profissionais, por parte do ISS, I. P..

*c*) A celebração ou renovação de contratos de aquisições de serviços que respeitem diretamente ao processo de planeamento, gestão, avaliação, certificação, auditoria e controlo de FEEI e do Fundo Europeu de Apoio aos Carenciados (FEAC), no âmbito da assistência técnica dos programas operacionais a desenvolver pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., (ADC, I. P.), pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), pelas autoridades de gestão e pelos organismos intermédios dos programas operacionais, pelo MFEEE 2009-2014 e 2014-2021, e pelos organismos cuja atividade regular seja financiada por fundos estruturais, independentemente da qualidade que assumem, que sejam objeto de cofinanciamento no âmbito do Portugal 2020.

10 — Não estão sujeitas ao disposto nos n.os 2 e 4 as aquisições destinadas aos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os serviços da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., e do Turismo de Portugal, I. P., que operem na dependência funcional dos chefes de missão diplomática, bem como as aquisições destinadas ao Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., e aos Centros de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFE) no âmbito de projetos, programas e ações de cooperação para o desenvolvimento.

11 — Nas regiões autónomas e nas entidades do setor empresarial regional, a comunicação prevista no n.º 4 é feita ao presidente do órgão executivo e a autorização referida nos n.os 3 e 5 é emitida pelo órgão executivo.

12 — Nas autarquias locais e nas entidades do setor empresarial local, a comunicação prevista no n.º 4 é feita ao órgão executivo e a autorização referida nos n.os 3 e 5 é emitida pelo presidente do órgão executivo.

13 — Nas instituições de ensino superior não há lugar à comunicação prevista no n.º 4 e a autorização referida nos n.os 3 e 5 é emitida pelo reitor ou presidente da instituição, conforme os casos.

14 — A aplicação à Assembleia da República dos princípios consignados nos números anteriores processa-se por despacho do Presidente da Assembleia da República, precedido de parecer do conselho de administração.

15 — Sempre que os contratos de aquisição de serviços estejam sujeitos a autorização para assunção de encargos plurianuais, o respetivo processo de autorização deve ser instruído nos termos dos n.os 3 e 5, se aplicáveis, ou com a fundamentação e justificação do valor proposto para 2017 face aos valores pagos em 2016, nos termos do n.º 2.

16 — Nos casos dos contratos de aquisição de serviços na modalidade de tarefa e avença que tenham sido sujeitos a redução remuneratória, o valor a considerar para efeitos do n.º 2 do presente artigo é o que resulta da reversão da redução remuneratória prevista na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro.

17 — O disposto nos números anteriores não prejudica o cumprimento das regras previstas no Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, alterada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, devendo os pedidos de autorização referidos nos n.os 3 e 5 ser acompanhados do parecer prévio da AMA, I. P., se aplicável.

18 — Os atos praticados em violação do disposto no presente artigo são nulos.

Artigo 50.º

**Estudos, pareceres, projetos e consultoria**

1 — Os estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria, bem como quaisquer trabalhos especializados e a representação judiciária e mandato forense, devem ser realizados por via dos recursos próprios das entidades contratantes.

2 — A decisão de contratar a aquisição de serviços cujo objeto sejam estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados, incluindo a renovação de eventuais contratos em vigor, apenas pode ser tomada pelo dirigente máximo do serviço com competência para contratar, em situações excecionais devidamente fundamentadas, e desde que devidamente demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades por via dos recursos próprios da entidade contratante ou de outros serviços, organismos ou entidades da Administração Pública, no quadro do mesmo ministério ou de serviços partilhados de que beneficie o serviço com competência para contratar.

3 — O disposto no presente artigo é aplicável às autarquias locais, com as devidas adaptações, no que respeita à competência para tomar a decisão de contratar, nos termos a definir no decreto-lei de execução orçamental.

4 — O disposto no presente artigo é aplicável às entidades referidas no n.º 7 do artigo anterior, com exceção das instituições do ensino superior e das demais instituições de investigação científica.

Artigo 51.º

**Contratos de prestação de serviços na modalidade de tarefa e avença**

1 — A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços na modalidade de tarefa ou de avença por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LTFP, independentemente da natureza da contraparte, carece de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças, nos termos e segundo tramitação a regular por portaria deste membro do Governo, salvo o disposto nos n.os 6 e 7.

2 — O parecer previsto no número anterior depende:

*a*) Da verificação do caráter não subordinado da prestação, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público;

*b*) Da verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

*c*) De emissão de declaração de cabimento orçamental pelo órgão, serviço ou entidade requerente.

3 — O disposto na alínea *b*) do número anterior pode ser oficiosamente apreciado em qualquer fase do procedimento e determina a convolação do pedido no procedimento de mobilidade aplicável.

4 — Sempre que os contratos a que se refere o presente artigo estejam sujeitos a autorização para assunção de encargos plurianuais, o respetivo processo de autorização deve ser instruído com o parecer a que se refere o n.º 1.

5 — O disposto no n.º 3 do artigo 32.º da LTFP aplica-se aos contratos previstos no presente artigo.

6 — No caso dos serviços da administração regional, bem como das instituições de ensino superior, o parecer prévio vinculativo é da responsabilidade dos respetivos órgãos de governo próprios.

7 — O disposto no número anterior aplica-se às autarquias locais, com as necessárias adaptações.

8 — Não estão sujeitas ao disposto no presente artigo as aquisições de serviços médicos no âmbito do sistema de verificação de incapacidades e do sistema de certificação e recuperação de incapacidades por doenças profissionais por parte do ISS, I. P..

9 — Os atos praticados em violação do disposto no presente artigo são nulos.

SECÇÃO IV

**Proteção social e aposentação ou reforma**

Artigo 52.º

**Pagamento do montante adicional atribuído aos pensionistas do sistema de segurança social**

1 — O pagamento do montante adicional das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência atribuídas pelo sistema de segurança social, referente ao mês de dezembro, é realizado nos termos seguintes:

*a*) 50 % no mês de dezembro de 2017;

*b*) Os restantes 50 % em duodécimos ao longo do ano de 2017.

2 — Para as pensões iniciadas durante o ano de 2017, o primeiro pagamento inclui obrigatoriamente o montante referente aos duodécimos do montante adicional que já se tenham vencido.

3 — Nas situações de cessação da pensão, os valores pagos a título de montantes adicionais de pensão consideram-se devidos, não sendo objeto de restituição.

4 — O regime fixado no presente artigo não é aplicável às pensões automaticamente atualizadas por indexação à remuneração de trabalhadores no ativo, que ficam sujeitas às medidas previstas no artigo 24.º

5 — A partir de 2018, o subsídio de Natal é pago integralmente, nos termos da lei.

Artigo 53.º

**Fator de sustentabilidade**

1 — As pensões de invalidez e as pensões de aposentação e de reforma atribuídas pela CGA, I. P., com fundamento em incapacidade, independentemente da data da inscrição do subscritor na Caixa, ficam sujeitas ao regime que sucessivamente vigorar para as pensões de invalidez do sistema previdencial do regime geral de segurança social em matéria de fator de sustentabilidade.

2 — O fator de sustentabilidade a aplicar aos pedidos de aposentação voluntária que não dependam de verificação de incapacidade e que tenham sido recebidos pela CGA, I. P., até 31 de dezembro de 2013, sendo despachados depois desta data, é o que vigorou em 2013, salvo se o regime aplicável em 2014 for mais favorável ao beneficiário.

Artigo 54.º

**Tempo relevante para aposentação**

1 — O período posterior à entrada em vigor da presente lei em que os subscritores da CGA, I. P., se encontrem na situação de redução ou suspensão do contrato de trabalho, por terem celebrado acordo de pré-reforma com as respetivas entidades empregadoras, não sendo titulares de contrato de trabalho em funções públicas, releva para a aposentação nos termos em que tal relevância é estabelecida no regime geral de segurança social.

2 — A contagem do tempo referido no número anterior pressupõe que, enquanto durar a situação nele prevista, o subscritor e a entidade empregadora mantenham o pagamento de contribuições à CGA, I. P., calculadas à taxa normal com base no valor atualizado da remuneração relevante para aposentação que serviu de base ao cálculo da prestação de pré-reforma.

3 — A relevância para aposentação de período anterior à data em que o subscritor completa 55 anos de idade está limitada aos casos em que a responsabilidade pelo encargo com a parcela da pensão relativa a esse período não pertence à CGA, I. P.

Artigo 55.º

**Suspensão da passagem às situações de reserva, pré-aposentação ou disponibilidade**

Como medida de equilíbrio orçamental, as passagens às situações de reserva, pré-aposentação ou disponibilidade, nos termos estatutariamente previstos, dos militares da Guarda Nacional Republicana (GNR), de pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública (PSP),

do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, da Polícia Judiciária, da Polícia Marítima e de outro pessoal militarizado e de pessoal do corpo da Guarda Prisional, apenas podem ocorrer nas seguintes circunstâncias:

*a*) Em situações de saúde devidamente atestadas;

*b*) No caso de serem atingidos ou ultrapassados os limites de idade ou de tempo de permanência no posto ou na função, bem como quando, nos termos legais, estejam reunidas as condições de passagem à reserva, pré-aposentação ou disponibilidade depois de completados 36 anos de serviço e 55 anos de idade, tendo em vista a adequação dos efetivos existentes no âmbito de processos de reestruturação organizacional;

*c*) Em caso de exclusão da promoção por não satisfação das condições gerais para o efeito ou por ultrapassagem na promoção em determinado posto ou categoria, quando tal consequência resulte dos respetivos termos estatutários;

*d*) Quando, à data da entrada em vigor da presente lei, já estejam reunidas as condições ou verificados os pressupostos para que essas situações ocorram, ao abrigo de regimes aplicáveis a subscritores da CGA, I. P., de passagem à aposentação, reforma, reserva, pré-aposentação ou disponibilidade, independentemente do momento em que o venham a requerer ou a declarar.

## CAPÍTULO IV

## Finanças regionais

### Artigo 56.º

**Transferências orçamentais para as regiões autónomas**

1 — Nos termos do artigo 48.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro, são transferidas as seguintes verbas:

*a*) € 178 907 063, para a Região Autónoma dos Açores;
*b*) € 172 778 548, para a Região Autónoma da Madeira.

2 — Nos termos do artigo 49.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, são transferidas as seguintes verbas:

*a*) € 71 562 825, para a Região Autónoma dos Açores;
*b*) € 69 111 419, para a Região Autónoma da Madeira.

3 — Ao abrigo dos princípios da estabilidade financeira e da solidariedade recíproca, no âmbito dos compromissos assumidos com as regiões autónomas, nas transferências referidas nos números anteriores estão incluídas todas as verbas devidas até ao final de 2017, por acertos de transferências decorrentes da aplicação do disposto nos artigos 48.º e 49.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

4 — As verbas previstas nos n.os 1 e 2 podem ser alteradas considerando eventuais ajustamentos decorrentes da atualização, até ao final de 2017, dos dados referentes ao PIB Regional, de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010).

5 — O Governo fica ainda autorizado a proceder às transferências orçamentais para as regiões autónomas relativas ao OPP, após a aprovação de cada projeto beneficiário.

### Artigo 57.º

**Hospital Central da Madeira**

1 — O Governo, em cooperação com os órgãos de governo próprio da Região Autónoma da Madeira, deve desenvolver as diligências necessárias à conceção e construção do novo Hospital Central da Madeira em condições que permitam a sua consideração como projeto de interesse comum por razões de interesse nacional, ao abrigo do artigo 51.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro, salvaguardando o interesse público, e tendo por base a Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 1/2016/M, de 26 de novembro de 2015, e a Resolução da Assembleia da República n.º 76/2010, de 23 de julho.

2 — O apoio a prestar, nos termos do número anterior, corresponde ao valor de 50 % da despesa relativa à obra de construção do Hospital Central da Madeira, na sequência da decisão referente ao concurso público que vier a ser lançado para a construção daquela obra.

### Artigo 58.º

**Necessidades de financiamento das regiões autónomas**

1 — Ao abrigo do artigo 87.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, aplicável por força do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, as regiões autónomas não podem acordar contratualmente novos empréstimos, incluindo todas as formas de dívida que impliquem um aumento do seu endividamento líquido.

2 — Exceciona-se do disposto no número anterior o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento de projetos com a comparticipação dos FEEI ou de fundos de apoio aos investimentos inscritos no Orçamento da União Europeia, bem como o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, os quais não são considerados para efeitos da dívida total das regiões autónomas, nos termos do artigo 40.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, e desde que a referida dívida total não ultrapasse 50 % do PIB de cada uma das regiões autónomas do ano n-1.

3 — As regiões autónomas podem contrair dívida fundada para consolidação de dívida e regularização de pagamentos em atraso, até ao limite de € 75 000 000, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças.

### Artigo 59.º

**Norma repristinatória**

1 — Durante o ano de 2017, é repristinado o disposto nos artigos 2.º e 19.º da Lei Orgânica n.º 2/2010, de 16 de junho, que fixa os meios que asseguram o financiamento das iniciativas de apoio e reconstrução na Região Autónoma da Madeira na sequência da intempérie de fevereiro de 2010.

2 — A Região Autónoma da Madeira fica autorizada a reafetar os saldos existentes dos financiamentos obtidos no âmbito da Lei Orgânica n.º 2/2010, de 16 de junho, até ao limite de € 7 000 000, para as intervenções decorrentes dos incêndios que afetaram a região autónoma em agosto de 2016.

CAPÍTULO V

## Finanças locais

Artigo 60.º

**Montantes da participação das autarquias locais nos impostos do Estado**

1 — A repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios ao abrigo da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, inclui as seguintes participações, constando do mapa XIX anexo a desagregação dos montantes a atribuir a cada município:

*a*) Uma subvenção geral fixada em € 1 839 677 931 para o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF);

*b*) Uma subvenção específica fixada em € 163 325 967 para o Fundo Social Municipal (FSM);

*c*) Uma participação de 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial fixada em € 451 983 369 constante da coluna 5 do mapa XIX anexo.

2 — O produto da participação no IRS referido na alínea *c*) do número anterior é transferido do orçamento do subsetor Estado para os municípios, nos termos do artigo seguinte.

3 — Os acertos a que houver lugar, resultantes da diferença entre a coleta líquida de IRS de 2015 e de 2016, no cumprimento do previsto no n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, devem ser efetuados, para cada município, no período orçamental de 2017.

4 — O montante do FSM indicado na alínea *b*) do n.º 1 destina-se exclusivamente ao financiamento de competências exercidas pelos municípios no domínio da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, a distribuir de acordo com os indicadores identificados na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e dos transportes escolares relativos ao 3.º ciclo do ensino básico, conforme previsto no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, que desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, alterado pelas Leis n.os 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, 83-C/2013, de 31 de dezembro, 82-B/2014, de 31 de dezembro, e 7-A/2016, de 30 de março, e pela presente lei, a distribuir conforme o ano anterior.

5 — O montante global da subvenção geral para as freguesias é fixado em € 194 852 338 e inclui os seguintes montantes:

*a*) € 191 657 399 relativo ao Fundo de Financiamento de Freguesias;

*b*) € 3 194 939 relativo à majoração prevista no n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro.

6 — Os montantes previstos no número anterior a atribuir a cada freguesia, bem como a respetiva desagregação, constam do mapa XX anexo.

Artigo 61.º

**Participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares**

1 — Para efeitos de cumprimento do disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é transferido do orçamento do subsetor Estado para a administração local o montante de € 390 300 124, constando da coluna 7 do mapa XIX anexo a participação variável no IRS a transferir para cada município.

2 — A transferência a que se refere o número anterior é efetuada por duodécimos até ao dia 15 do mês correspondente.

Artigo 62.º

**Remuneração dos eleitos das juntas de freguesia**

1 — Em 2017, é distribuído um montante de € 8 003 084 pelas freguesias referidas nos n.os 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, para pagamento das remunerações e dos encargos dos presidentes das juntas que tenham optado pelo regime de permanência, a tempo inteiro ou a meio tempo, deduzidos os montantes relativos à compensação mensal para encargos a que os mesmos teriam direito se tivessem permanecido em regime de não permanência.

2 — A opção pelo regime de permanência deve ser solicitada junto da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) através do preenchimento de formulário eletrónico próprio, até ao final do primeiro trimestre de 2017.

3 — A relação das verbas transferidas para cada freguesia, ao abrigo do presente artigo, é publicitada no sítio da *Internet* do Portal Autárquico.

Artigo 63.º

**Transferências para as freguesias do município de Lisboa**

1 — Em 2017, o montante global das transferências para as freguesias do município de Lisboa nos termos previstos no artigo 17.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, que estabelece a reorganização administrativa de Lisboa, é de € 70 805 163.

2 — As transferências mensais para as freguesias do município de Lisboa a que se refere o número anterior são financiadas, por ordem sequencial e até esgotar o valor necessário por dedução às receitas deste município, por receitas provenientes:

*a*) Do FEF;

*b*) De participação variável do IRS;

*c*) Da derrama de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC);

*d*) Do imposto municipal sobre imóveis (IMI).

3 — A dedução das receitas provenientes da derrama de IRC e do IMI prevista nos números anteriores é efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e transferida mensalmente para a DGAL.

Artigo 64.º

**Fundos disponíveis e entidades com pagamentos em atraso no subsetor local**

1 — Em 2017, na determinação dos fundos disponíveis das entidades do subsetor local, incluindo as entidades públicas reclassificadas neste subsetor, devem ser consideradas as verbas disponíveis relativas aos seis meses seguintes, referidas nas subalíneas *i*), *ii*) e *iv*) da alínea *f*) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas alíneas *a*), *b*) e *d*) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

2 — Nas entidades referidas no número anterior com pagamentos em atraso em 31 de dezembro de 2016, a previsão da receita efetiva própria a cobrar nos seis meses seguintes, prevista na subalínea *iv*) da alínea *f*) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, tem como limite superior 85 % da média da receita efetiva cobrada nos dois últimos anos nos períodos homólogos, deduzida dos montantes de receita com caráter pontual ou extraordinário.

3 — Em 2017, a assunção de compromissos que excedam os fundos disponíveis não é fator impeditivo de candidaturas a projetos cofinanciados.

Artigo 65.º

**Acordos de regularização de dívidas das autarquias locais**

1 — As autarquias locais que tenham dívidas vencidas às entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos, ou resultantes de parcerias entre o Estado e as autarquias locais nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, devem apresentar àquelas entidades, no prazo de 60 dias, um plano para a sua regularização com vista à celebração de um acordo de pagamentos que não exceda um prazo superior a cinco anos.

2 — O disposto no número anterior não se aplica aos municípios que estabeleçam um plano de reestruturação de dívida por acesso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), nos termos do capítulo III do título III da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.

3 — Excluem-se do disposto na alínea *c*) do n.º 7 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os acordos entre municípios e respetivos credores que visam o pagamento de dívidas reconhecidas em decisão judicial transitada em julgado.

Artigo 66.º

**Eficiência nos sistemas municipais ou intermunicipais**

1 — Os municípios que assegurem níveis de eficiência nos respetivos sistemas municipais ou intermunicipais, em termos a definir no decreto-lei de execução orçamental, são dispensados da obrigação de adoção de taxas ou tarifas relacionadas com os serviços municipais de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, por decorrência de mecanismos de recuperação financeira municipal, conforme previsto no artigo 35.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, e no artigo 59.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, nos termos do número seguinte.

2 — A dívida resultante da aplicação da dispensa prevista no número anterior, devidamente comprovada pelos municípios em apreço, releva para efeito de justificação do incumprimento do disposto nos n.os 1 e 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, bem como para os efeitos previstos no n.º 4 do mesmo artigo.

3 — Por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e do ambiente podem ser excecionados dos limites de endividamento previstos no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os empréstimos destinados ao financiamento de investimentos no âmbito do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), realizados por municípios ou associações de municípios, no âmbito da exploração e gestão de sistemas municipais agregados ou intermunicipais, que nos últimos três exercícios tenham apresentado um resultado operacional bruto positivo.

Artigo 67.º

**Autorização legislativa no âmbito da tarifa social para o fornecimento de serviços de águas**

1 — O Governo fica autorizado a criar um regime que vise a atribuição de tarifas sociais para a prestação dos serviços de águas, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais.

2 — O sentido e a extensão do regime a criar, nos termos da autorização legislativa prevista no número anterior, são os seguintes:

*a*) São elegíveis para beneficiar da tarifa social as pessoas singulares com contrato de fornecimento de serviços de águas com carência económica;

*b*) A carência económica tem por referência as pessoas beneficiárias de, nomeadamente, complemento solidário para idosos, rendimento social de inserção, subsídio social de desemprego, abono de família, pensão social de invalidez, pensão social de velhice ou cujo agregado familiar tenha um rendimento anual igual ou inferior a € 5 808, acrescido de 50 % por cada elemento do agregado familiar que não aufira qualquer rendimento, até ao máximo de 10;

*c*) Os municípios podem estabelecer, mediante decisão do respetivo órgão deliberativo, outros critérios de referência, desde que não sejam restritivos em relação aos referidos na alínea anterior;

*d*) A adesão dos municípios ao regime de tarifa social para o fornecimento de serviços de água é voluntária, sendo competência da câmara municipal a instrução e decisão relativa à atribuição da mesma, bem como o respetivo financiamento;

*e*) A atribuição de tarifa social, nos municípios aderentes, é automática, pressupondo um processo de interconexão e tratamento dos dados pessoais necessários à verificação das condições estabelecidas na alínea *b*), entre os serviços da segurança social, da AT, a DGAL e os referidos municípios, a estabelecer por decreto-lei, ouvida a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

3 — A presente autorização legislativa tem a duração do ano económico a que respeita a presente lei.

Artigo 68.º

**Pagamento a concessionários decorrente de decisão judicial ou arbitral ou de resgate de contrato de concessão**

1 — O limite previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, pode ser excecionalmente ultrapassado pela contração de empréstimo destinado exclusivamente ao financiamento decorrente do cumprimento de decisão judicial ou arbitral transitada em julgado, relativa a contrato de concessão de exploração e gestão de serviços municipais de abastecimento público de água e ou saneamento de águas residuais urbanas, ou do resgate de contrato de concessão de exploração e gestão daqueles serviços, que determine a extinção de todas as responsabilidades do município para com o concessionário.

2 — O disposto no número anterior é ainda aplicável aos acordos homologados por sentença judicial, decisão arbitral ou acordo extrajudicial com o mesmo âmbito, nos casos relativos a situações jurídicas constituídas antes de

31 de dezembro de 2016 e refletidos na conta do município relativa a esse exercício.

3 — O valor atualizado dos encargos totais com o empréstimo, incluindo capital e juros, não pode ser superior ao montante dos pagamentos determinados pela decisão judicial ou arbitral transitada em julgado ou pelo resgate de contrato de concessão.

4 — Ao empréstimo previsto no n.º 1 aplica-se o disposto no n.º 3 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, podendo o respetivo prazo de vencimento, em situações excecionais e devidamente fundamentadas, ir até 35 anos.

5 — A possibilidade prevista nos n.os 1 e 2 não dispensa o município do cumprimento do disposto na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, exceto se o município tiver acedido ao FAM, nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.

Artigo 69.º

**Confirmação da situação tributária e contributiva no âmbito dos pagamentos efetuados pelas autarquias locais**

O quadro legal fixado no artigo 31.º-A do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, que estabelece o regime da administração financeira do Estado, é aplicável às autarquias locais, no que respeita à confirmação da situação tributária e contributiva.

Artigo 70.º

**Transferências financeiras ao abrigo da descentralização de competências para os municípios e entidades intermunicipais**

1 — O Governo fica autorizado a transferir para os municípios do continente e entidades intermunicipais as dotações referentes a competências descentralizadas inscritas nos seguintes orçamentos:

*a*) Orçamento afeto ao Ministério da Cultura no domínio da cultura;
*b*) Orçamento afeto ao Ministério da Saúde no domínio da saúde;
*c*) Orçamento afeto ao Ministério da Educação no domínio da educação, conforme previsto nos n.os 2 a 4;
*d*) Orçamento afeto ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social no domínio da ação social;
*e*) Orçamento afeto ao Ministério da Administração Interna no domínio da fiscalização, regulação e disciplina de trânsito rodoviário.

2 — No domínio da educação, as transferências autorizadas são relativas:

*a*) À componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar;
*b*) À ação social escolar no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;
*c*) Aos contratos de execução ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, ou outros contratos interadministrativos de delegação de competências que os municípios tenham celebrado ou venham a celebrar nos termos do Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, quanto às dotações inscritas no orçamento do Ministério da Educação, referentes a:

*i*) Pessoal não docente do ensino básico e secundário;
*ii*) Atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico;
*iii*) Gestão do parque escolar no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário.

3 — Em 2017, as transferências de recursos para pagamento de despesas referentes a pessoal não docente são atualizadas nos termos equivalentes à variação prevista para as remunerações da função pública.

4 — As dotações inscritas no orçamento do Ministério da Educação para financiamento do disposto nas subalíneas *ii*) e *iii*) da alínea *c*) do n.º 2 não são atualizadas.

5 — A relação das verbas transferidas ao abrigo do presente artigo é comunicada aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da tutela do respetivo domínio de competências descentralizadas, e publicitada no sítio da Internet das entidades processadoras.

Artigo 71.º

**Transferência de património e equipamentos**

1 — É transferida para os municípios a titularidade do direito de propriedade dos prédios afetos às escolas que se encontrem sob gestão municipal, nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 2.º e dos artigos 8.º, 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho.

2 — A presente lei constitui título bastante para a transferência prevista no número anterior, sendo dispensadas quaisquer outras formalidades, designadamente as estabelecidas nos contratos de execução celebrados nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho.

3 — O regime previsto nos números anteriores é aplicável a outros equipamentos escolares e a equipamentos culturais, de saúde e sociais, cuja gestão seja transferida para municípios do continente ou entidades intermunicipais nos termos de contrato interadministrativo de descentralização de competências, ao abrigo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Leis n.os 25/2015, de 30 de março, 69/2015, de 16 de julho, e 7-A/2016, de 30 de março.

Artigo 72.º

**Áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais**

1 — Tendo em conta a estabilidade orçamental prevista na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, aplicável por força do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, as transferências para as áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais, ao abrigo da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a inscrever no orçamento dos encargos gerais do Estado, são as que constam do mapa anexo à presente lei, da qual faz parte integrante.

2 — Em 2017, fica suspenso o cumprimento do disposto no artigo 89.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Artigo 73.º

**Auxílios financeiros e cooperação técnica e financeira**

É inscrita no orçamento dos encargos gerais do Estado uma verba de € 6 000 000 para os fins previstos nos n.os 2 e 3 do artigo 22.º e no artigo 71.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, tendo em conta o período de aplicação dos respetivos programas de financiamento e os princípios de equidade e de equilíbrio na distribuição territorial.

Artigo 74.º

**Redução do endividamento**

1 — Até ao final do ano, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de setembro de 2016, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, alterada pela presente lei.

2 — O disposto no número anterior não se aplica aos municípios que se encontrem vinculados a um programa de ajustamento municipal, nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.

3 — No caso de incumprimento da obrigação prevista no presente artigo, há lugar à retenção, no montante equivalente ao do valor em falta, da receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado até ao limite previsto no artigo 39.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

4 — O montante referente à contribuição de cada município para o FAM não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Artigo 75.º

**Fundo de Emergência Municipal**

1 — A autorização de despesa a que se refere o n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de setembro, é fixada em € 2 000 000.

2 — É permitido o recurso ao Fundo de Emergência Municipal (FEM), previsto no Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de setembro, sem verificação do requisito da declaração de situação de calamidade pública, desde que se verifiquem condições excecionais reconhecidas por resolução do Conselho de Ministros.

3 — É permitido o recurso ao FEM pelos municípios abrangidos pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.os 90-A/2015, de 6 de novembro, e 25/2016, de 4 de maio, para execução dos contratos-programa celebrados.

4 — Nas situações previstas no n.º 2, mediante despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, pode ser autorizada a transferência de parte da dotação orçamental prevista no artigo 73.º para o FEM.

Artigo 76.º

**Fundo de Regularização Municipal**

1 — As verbas retidas ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 74.º integram o Fundo de Regularização Municipal, sendo utilizadas para pagamento das dívidas a fornecedores dos respetivos municípios.

2 — Os pagamentos a efetuar pela DGAL aos fornecedores dos municípios são realizados de acordo com o previsto no artigo 67.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

3 — O disposto no número anterior não se aplica aos municípios que acedam ao mecanismo de recuperação financeira previsto na Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, a partir da data em que a direção executiva do FAM comunique tal facto à DGAL.

Artigo 77.º

**Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.**

O ICNF, I. P., enquanto autoridade florestal nacional, fica autorizado a transferir as dotações inscritas no seu orçamento, nos seguintes termos:

*a*) Para as autarquias locais, ao abrigo dos contratos celebrados ou a celebrar no âmbito do Fundo Florestal Permanente;

*b*) Para a GNR, com vista a suportar os encargos com a contratação de vigilantes florestais, no âmbito do Fundo Florestal Permanente;

*c*) Para o Ministério da Defesa Nacional, com vista a suportar os encargos com ações de vigilância e gestão de combustível em áreas florestais sob gestão do Estado, ao abrigo de protocolo a celebrar no âmbito do Fundo Florestal Permanente.

Artigo 78.º

**Despesas urgentes e inadiáveis**

Excluem-se do âmbito de aplicação do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, as despesas urgentes e inadiáveis a efetuar pelos municípios quando resultantes de incêndios ou catástrofes naturais e cujo valor, isolada ou cumulativamente, não exceda o montante de € 100 000.

Artigo 79.º

**Realização de investimentos**

1 — Os municípios com contratos de reequilíbrio ou planos de ajustamento referidos no artigo 86.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, não carecem de autorização prévia dos membros do Governo competentes em razão da matéria para assumir encargos ou realizar investimentos que não estejam previstos no respetivo plano de reequilíbrio financeiro, desde que seja respeitado o limite global fixado nesse plano para este tipo de despesas.

2 — Aos municípios com planos de ajustamento financeiro, previstos no artigo 6.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, alterada pela presente lei, aplica-se o disposto no número anterior e o n.º 3 do artigo 10.º da referida lei.

Artigo 80.º

**Liquidação das sociedades Polis**

1 — O limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, não prejudica a assunção de passivos resultantes do processo de liquidação das sociedades Polis.

2 — Caso a assunção de passivos resultante do processo de liquidação das sociedades Polis faça ultrapassar o limite de dívida referido no número anterior, o município fica obrigado ao cumprimento do disposto na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

3 — O aumento dos pagamentos em atraso, em resultado do disposto no número anterior, não releva para efeitos do artigo 11.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Artigo 81.º

**Operações de substituição de dívida**

1 — Sem prejuízo do cumprimento das disposições legais aplicáveis, nomeadamente em matéria de visto

prévio do Tribunal de Contas, os municípios cuja dívida total prevista no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, seja inferior a 2,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, podem, no ano de 2017, contrair empréstimos a médio e longo prazos para exclusiva aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos em vigor a 31 de dezembro de 2016, desde que, com a contração do novo empréstimo, o valor atualizado dos encargos totais com o novo empréstimo, incluindo capital, juros, comissões e penalizações, seja inferior ao valor atualizado dos encargos totais com o empréstimo a liquidar antecipadamente.

2 — Adicionalmente, o novo empréstimo deve verificar, cumulativamente, as seguintes condições:

*a*) Não aumentar a dívida total do município;

*b*) Diminuir o serviço da dívida do município.

3 — A condição a que se refere a alínea *b*) do número anterior pode, excecionalmente, não se verificar caso a redução do valor atualizado dos encargos totais com o novo empréstimo, a que se refere a parte final do n.º 1, seja superior à variação do serviço da dívida do município.

4 — Caso o empréstimo ou o acordo de pagamento a extinguir preveja o pagamento de penalização por liquidação antecipada permitida por lei, o novo empréstimo pode incluir um montante para satisfazer essa penalização, desde que cumpra o previsto na parte final do n.º 1.

5 — Para cálculo do valor atualizado dos encargos totais referidos no n.º 1, deve ser utilizada a taxa de desconto a que se refere o n.º 3 do artigo 19.º do Regulamento Delegado (UE) n.º 480/2014, da Comissão Europeia, de 3 de março de 2014.

6 — O prazo do empréstimo, contado a partir da data de produção de efeitos, pode atingir o máximo previsto no n.º 3 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, independentemente da finalidade do empréstimo substituído.

Artigo 82.º

**Assunção pelas autarquias locais de despesa referente à contrapartida nacional de projetos cofinanciados por fundos europeus**

Em 2017, sempre que, por acordo com a administração central, uma autarquia local assumir a realização de despesa referente à contrapartida nacional de projetos cofinanciados por fundos europeus e certificada pela autoridade de gestão, a mesma não releva para o cumprimento das obrigações legais estabelecidas quanto ao limite da dívida total previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e ao apuramento dos pagamentos em atraso e cálculo dos fundos disponíveis nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, bem como das obrigações previstas de redução de pagamentos em atraso no âmbito da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto.

Artigo 83.º

**Previsão orçamental de receitas das autarquias locais resultantes da venda de imóveis**

1 — Os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2018, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração.

2 — A receita orçamentada a que se refere o número anterior pode ser excecionalmente de montante superior se for demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de bens imóveis.

3 — Se o contrato a que se refere o número anterior não se concretizar no ano previsto, a receita orçamentada e a despesa daí decorrente devem ser reduzidas no montante não realizado da venda.

Artigo 84.º

**Fundo de Apoio Municipal**

No primeiro semestre de 2017, é revista a Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal, e procede à primeira alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

Artigo 85.º

**Taxas de direitos de passagem e de ocupação do subsolo**

1 — Para efeitos de liquidação da taxa municipal de direitos de passagem e da taxa municipal de ocupação do subsolo, as empresas titulares das infraestruturas comunicam a cada município, até 31 de março de 2017, o cadastro das suas redes nesse território, devendo proceder à atualização da informação prestada até ao final do ano.

2 — Na ausência da comunicação a que se refere o número anterior, o município presume que as infraestruturas estão localizadas na totalidade dos metros lineares da respetiva rede viária urbana.

3 — A taxa municipal de direitos de passagem e a taxa municipal de ocupação do subsolo são pagas pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser refletidas na fatura dos consumidores.

4 — No primeiro semestre de 2017, é revista a Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro.

Artigo 86.º

**Revisão do regime geral das taxas das autarquias locais**

Durante o primeiro semestre de 2017, o Governo apresenta à Assembleia da República uma proposta de revisão do regime geral das taxas das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, alterada pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 117/2009, de 29 de dezembro, no sentido de as taxas das autarquias locais apenas poderem assentar na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares.

Artigo 87.º

**Publicitação e comparação das taxas municipais no Portal de Transparência Municipal**

1 — No ano de 2017, o Governo concretiza a publicitação no Portal de Transparência Municipal das taxas municipais aplicadas pelos municípios, em termos que permitam a comparabilidade entre taxas equivalentes.

2 — Os municípios colaboram com o Governo na realização da publicitação prevista no número anterior, comunicando à DGAL as taxas municipais que se encontram em vigor no seu território, nos termos e parâmetros solicitados por esta direção-geral.

3 — O Governo deve assegurar, através da DGAL, que a informação e indicadores constantes do Portal de Transparência Municipal se mantêm devidamente atualizados.

## CAPÍTULO VI

## Segurança social

### Artigo 88.º

**Saldo de gerência do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.**

1 — O saldo de gerência do IEFP, I. P., é transferido para o IGFSS, I. P., e constitui receita do orçamento da segurança social, ficando autorizados os registos contabilísticos necessários à sua operacionalização.

2 — O saldo referido no número anterior que resulte de receitas provenientes da execução de programas cofinanciados maioritariamente pelo Fundo Social Europeu (FSE) pode ser mantido no IEFP, I. P., por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, do trabalho, da solidariedade e da segurança social.

### Artigo 89.º

**Mobilização de ativos e recuperação de créditos da segurança social**

O Governo fica autorizado, através dos membros responsáveis pelas áreas da solidariedade e da segurança social, a proceder à anulação de créditos detidos pelas instituições de segurança social quando se verifique que os mesmos carecem de justificação, estão insuficientemente documentados ou quando a sua irrecuperabilidade decorra da inexistência de bens penhoráveis do devedor.

### Artigo 90.º

**Representação da segurança social nos processos especiais de recuperação de empresas e insolvência e nos processos especiais de revitalização**

Nos processos especiais de recuperação de empresas e insolvência e nos processos especiais de revitalização previstos no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março, compete ao IGFSS, I. P., definir a posição da segurança social, cabendo ao ISS, I. P., assegurar a respetiva representação.

### Artigo 91.º

**Transferências para capitalização**

1 — Os saldos anuais do sistema previdencial, bem como as receitas resultantes da alienação de património, são transferidos para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS).

2 — Com vista a dar execução ao aprovado nas Grandes Opções do Plano, deve o FEFSS participar no Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado com um investimento global máximo de € 50 000 000, cumprindo-se o demais previsto no respetivo regulamento.

### Artigo 92.º

**Prestação de garantias pelo Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social**

Ao abrigo do disposto na Lei n.º 112/97, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico da concessão de garantias pessoais pelo Estado ou por outras pessoas coletivas de direito público, alterada pelas Leis n.os 64/2012, de 20 de dezembro, e 82-D/2014, de 31 de dezembro, fica o FEFSS autorizado a prestar garantias sob a forma de colateral, em numerário ou em valores mobiliários, pertencentes à sua carteira de ativos, sendo gerido em regime de capitalização pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P. (IGFCSS, I. P.).

### Artigo 93.º

**Transferências para políticas ativas de emprego e formação profissional**

1 — Das contribuições orçamentadas no âmbito do sistema previdencial, constituem receitas próprias:

*a*) Do IEFP, I. P., destinadas à política de emprego e formação profissional, € 540 815 763;

*b*) Da ADC, I. P., destinadas à política de emprego e formação profissional, € 3 370 797;

*c*) Da ACT, destinadas à melhoria das condições de trabalho e à política de higiene, segurança e saúde no trabalho, € 22 868 420;

*d*) Da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P., destinadas à política de emprego e formação profissional, € 3 838 819;

*e*) Da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, destinadas à política de emprego e formação profissional, € 1 022 147.

2 — Constituem receitas próprias das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respetivamente, € 8 644 978 e € 10 091 462, destinadas à política do emprego e formação profissional.

### Artigo 94.º

**Medidas de transparência contributiva**

1 — É aplicável aos contribuintes devedores à segurança social a divulgação de listas prevista na alínea *a*) do n.º 5 do artigo 64.º da Lei Geral Tributária, aprovada em anexo ao Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro.

2 — A segurança social e a CGA, I. P., enviam à AT, até ao final do mês de fevereiro de cada ano, os valores de todas as prestações sociais pagas, incluindo pensões, bolsas de estudo e de formação, subsídios de renda de casa e outros apoios públicos à habitação, por beneficiário, relativas ao ano anterior, quando os dados sejam detidos pelo sistema de informação da segurança social ou da CGA, I. P., através de modelo oficial.

3 — A AT envia à segurança social e à CGA, I. P., os valores dos rendimentos apresentados nos anexos A, B, C, D, J e SS à declaração de rendimentos do IRS, relativos ao ano anterior, por contribuinte abrangido pelo regime contributivo da segurança social ou pelo regime de proteção social convergente, até 60 dias após o prazo de entrega da referida declaração, e sempre que existir qualquer alteração, por via eletrónica, até ao final do segundo mês seguinte a essa alteração, através de modelo oficial.

4 — A AT envia à segurança social a informação e os valores dos rendimentos das vendas de mercadorias e produtos e das prestações de serviços relevantes para o apuramento da obrigação contributiva das entidades contratantes, nos termos do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro.

5 — A AT e os serviços competentes do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social podem proceder à tomada de posições concertadas com vista à cobrança de dívidas de empresas, sujeitos passivos de IRC, em dificuldades económicas.

6 — No âmbito do disposto no número anterior, a AT e os serviços competentes do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social procedem à troca das informações relativas àquelas empresas que sejam necessárias à tomada de posição concertada, em termos a definir por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da segurança social.

7 — Para permitir a tomada de posições concertadas, o despacho referido no n.º 2 do artigo 150.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, pode determinar, a todo o tempo, a alteração da competência para os atos da execução.

Artigo 95.º

**Equiparação dos prémios de mérito desportivo nas provas paralímpicas aos atribuídos nas provas olímpicas**

Sem prejuízo da necessidade de promover uma política integrada de acesso à prática desportiva, o Governo procede à equiparação dos montantes dos prémios atribuídos em reconhecimento do valor e mérito dos êxitos desportivos nas provas paralímpicas aos atribuídos nas provas olímpicas, previstos na Portaria n.º 103/2014, de 15 de maio, em desenvolvimento do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de outubro, que estabelece as medidas específicas de apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de outubro, que regula os regimes especiais de acesso e ingresso no ensino superior, garantindo que não há redução dos montantes atribuídos.

Artigo 96.º

**Autorização legislativa no âmbito do regime contributivo dos trabalhadores independentes**

1 — O Governo fica autorizado a introduzir alterações ao regime contributivo dos trabalhadores independentes, previsto no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro.

2 — A autorização legislativa referida no número anterior tem o seguinte sentido e extensão:

*a*) Rever as regras de enquadramento e produção de efeitos do regime dos trabalhadores independentes;

*b*) Consagrar novas regras de isenção e de inexistência da obrigação de contribuir;

*c*) Alterar a forma de apuramento da base de incidência contributiva, rendimento relevante e cálculo das contribuições;

*d*) Determinar que as contribuições a pagar têm como referência o rendimento relevante auferido nos meses mais recentes, de acordo com períodos de apuramento a definir, considerando-se no máximo três meses;

*e*) Determinar que o montante anual de contribuições a pagar é o resultado da aplicação de taxas contributivas ao rendimento relevante anual;

*f*) Prever a existência de um montante mínimo mensal de contribuições, até ao máximo de € 20, de modo a assegurar uma proteção social efetiva, sem lacunas ou interrupções na carreira contributiva, de modo a prevenir situações de ausência de prazo de garantia na atribuição de prestações sociais imediatas e mediatas, resultantes de grandes oscilações de faturação;

*g*) Efetuar a revisão do regime de entidades contratantes;

*h*) Estabelecer regras transitórias de passagem para o novo regime contributivo dos trabalhadores independentes.

3 — A presente autorização legislativa tem a duração do ano económico a que respeita a presente lei.

Artigo 97.º

**Taxa social única**

No ano de 2017, o Governo inicia o processo de avaliação das atuais isenções e reduções da taxa contributiva para a segurança social, com vista à sua revisão.

Artigo 98.º

**Transferência de IVA para a segurança social**

Para efeitos de cumprimento do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 367/2007, de 2 de novembro, que estabelece o quadro de financiamento do sistema de segurança social, alterado pelas Leis n.os 3-B/2010, de 28 de abril, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, é transferido do orçamento do subsetor Estado para o orçamento da segurança social o montante de € 796 794 135.

Artigo 99.º

**Cooperação entre as forças de segurança e os serviços da segurança social no âmbito da proteção da população idosa**

1 — É estabelecida a cooperação institucional entre as forças de segurança e os serviços da segurança social, com o objetivo de reforçar a proteção da população idosa e mais vulnerável, a prevenção do risco inerente ao isolamento e à solidão, bem como o combate à pobreza dos idosos, nos seguintes termos:

*a*) Com o estabelecimento de linhas de comunicação adequadas e eficazes entre ambos, no sentido de garantir a partilha de informação relevante para a identificação dos idosos em situação de vulnerabilidade;

*b*) Com o estabelecimento de meios de informação que promovam a adequada divulgação e adesão às medidas de proteção social junto dos seus potenciais destinatários, designadamente dos beneficiários do complemento solidário para idosos.

2 — As bases de cooperação e articulação institucional previstas no número anterior, bem como a transmissão de dados pessoais a efetuar, as categorias dos titulares e dos dados a analisar e as condições da respetiva comunicação entre as entidades envolvidas, são concretizadas por protocolo estabelecido entre os membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna e da segurança social, sujeito a autorização da CNPD.

Artigo 100.º

**Majoração do montante do subsídio de desemprego e do subsídio por cessação de atividade**

1 — O montante diário do subsídio de desemprego e do subsídio por cessação de atividade, calculado de acordo com as normas em vigor, é majorado em 10 % nas situações seguintes:

*a*) Quando, no mesmo agregado familiar, ambos os cônjuges ou pessoas que vivam em união de facto sejam titulares do subsídio de desemprego ou do subsídio por cessação de atividade e tenham filhos ou equiparados a cargo;

*b*) Quando, no agregado monoparental, o parente único seja titular do subsídio de desemprego ou do subsídio por cessação de atividade.

2 — A majoração referida na alínea *a*) do número anterior é de 10 % para cada um dos beneficiários.

3 — Sempre que um dos cônjuges ou uma das pessoas que vivam em união de facto deixe de ser titular do subsídio por cessação de atividade ou do subsídio de desemprego e, neste último caso, lhe seja atribuído subsídio social de desemprego subsequente ou, permanecendo em situação de desemprego, não aufira qualquer prestação social por essa eventualidade, mantém-se a majoração do subsídio de desemprego ou do subsídio por cessação de atividade em relação ao outro beneficiário.

4 — Para efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1, considera-se o conceito de agregado monoparental previsto no artigo 8.º-A do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, que institui o abono de família para crianças e jovens e define a proteção na eventualidade de encargos familiares no âmbito do subsistema de proteção familiar, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 2/2016, de 6 de janeiro.

5 — A majoração prevista no n.º 1 depende de requerimento e da prova das condições de atribuição.

6 — O disposto nos números anteriores aplica-se aos beneficiários:

*a*) Que se encontrem a receber subsídio de desemprego ou subsídio por cessação de atividade à data da entrada em vigor da presente lei;

*b*) Cujos requerimentos para atribuição do subsídio de desemprego ou do subsídio por cessação de atividade estejam dependentes de decisão por parte dos serviços competentes;

*c*) Que apresentem o requerimento para atribuição do subsídio de desemprego ou do subsídio por cessação de atividade durante o período de vigência da presente lei.

Artigo 101.º

**Medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração**

Durante o ano de 2017, é prorrogada a medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração, prevista no artigo 80.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

Artigo 102.º

**Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais de Banca dos Casinos**

1 — No ano de 2017, da verba referida no n.º 3 do artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de dezembro, da componente indivisa a afetar ao Turismo de Portugal, I. P., e à conta geral do Estado, é transferida uma importância de € 3 000 000 para o Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais de Banca dos Casinos, previsto e regulamentado pela Portaria n.º 140/92, de 4 de março, alterada pelas Portarias n.os 96/93, de 25 de janeiro, e 101/94, de 9 de fevereiro, repartida em 12 prestações mensais.

2 — Por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, do turismo e da segurança social, é criado, no prazo de 30 dias a contar da entrada em vigor da presente lei, um grupo de trabalho interministerial, coordenado por um responsável da área da segurança social, com a missão de avaliar e propor, no prazo de seis meses, com as necessárias medidas legislativas, um modelo adequado de funcionamento do mencionado Fundo, que promova a sustentabilidade financeira futura do mesmo e a salvaguarda dos direitos dos seus beneficiários, pensionistas e ativos, numa perspetiva de médio e de longo prazo.

Artigo 103.º

**Atualização extraordinária de pensões**

1 — Como forma de compensar a perda de poder de compra causada pela suspensão, no período entre 2011 e 2015, do regime de atualização das pensões, previsto na Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, que cria o indexante dos apoios sociais e novas regras de atualização das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 254-B/2015, de 31 de dezembro, e na Lei n.º 52/2007, de 31 de agosto, que adapta o regime da CGA, I. P., ao regime da segurança social em matéria de aposentação e cálculo de pensões, alterada pela Lei n.º 11/2008, de 20 de fevereiro, e pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e aumentar o rendimento dos pensionistas com pensões mais baixas, o Governo procede, em agosto de 2017, a uma atualização extraordinária de € 10, por pensionista, cujo montante global de pensões seja igual ou inferior a 1,5 vezes o valor do Indexante dos Apoios Sociais, sem prejuízo do número seguinte.

2 — Aos pensionistas que recebam, pelo menos, uma pensão cujo montante fixado tenha sido atualizado no período entre 2011 e 2015, a atualização prevista no número anterior corresponde a € 6.

3 — Para efeitos de cálculo do valor das atualizações previstas nos números anteriores, são considerados os valores da atualização anual legal efetuada em janeiro de 2017.

4 — São abrangidas pela atualização prevista no presente artigo as pensões de invalidez, velhice e sobrevivência atribuídas pela segurança social e as pensões de aposentação, reforma e sobrevivência do regime de proteção social convergente atribuídas pela CGA, I. P..

5 — É estabelecido um processo de interconexão de dados entre a CGA, I. P., e a segurança social, para efeitos de transmissão da informação relevante para aplicação do presente artigo.

6 — O processo de interconexão de dados previsto no número anterior é efetuado mediante protocolo estabelecido entre a CGA, I. P., e as instituições de segurança social competentes, ouvida a CNPD.

7 — A atualização extraordinária prevista no presente artigo é definida nos termos a regulamentar pelo Governo.

8 — Em 2018 e nos anos seguintes, a atualização do valor das pensões é efetuada nos termos legais.

Artigo 104.º

**Recomposição das carreiras dos fuzileiros deficientes das Forças Armadas graduados em sargento-mor**

1 — O regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 134/97, de 31 de maio, é aplicável aos fuzileiros deficientes das Forças Armadas que foram graduados em sargento-mor nos termos do Decreto-Lei n.º 295/73, de 9 de junho, e que, tendo requerido a promoção ao abrigo daquele diploma, viram os seus requerimentos indeferidos por não terem sido considerados deficientes em data anterior a 1 de setembro de 1975.

2 — Os militares abrangidos pelo disposto no número anterior devem requerer a revisão dos respetivos processos no prazo de 120 dias após a entrada em vigor da presente lei.

CAPÍTULO VII

**Operações ativas, regularizações e garantias**

Artigo 105.º

**Concessão de empréstimos e outras operações ativas**

1 — O Governo fica autorizado, através do membro responsável pela área das finanças, a conceder empréstimos e a realizar outras operações de crédito ativas, até ao montante contratual equivalente a € 3 500 000 000, incluindo a eventual capitalização de juros, não contando para este limite os montantes referentes a reestruturação ou consolidação de créditos do Estado, sendo este limite aumentado pelos reembolsos dos empréstimos que ocorram durante o ano de 2017.

2 — Acresce ao limite fixado no número anterior a concessão de empréstimos pelos serviços e fundos autónomos, até ao montante contratual equivalente a € 1 239 000 000, incluindo a eventual capitalização de juros, não contando para este limite os montantes referentes a reestruturação ou consolidação de créditos.

3 — O Governo fica autorizado, através do membro responsável pela área das finanças, a renegociar as condições contratuais de empréstimos anteriores, incluindo a troca da moeda do crédito, ou a remir os créditos deles resultantes.

4 — O Governo informa trimestralmente a Assembleia da República da justificação e das condições das operações realizadas ao abrigo do presente artigo.

Artigo 106.º

**Mobilização de ativos e recuperação de créditos**

1 — O Governo fica autorizado, através do membro responsável pela área das finanças, no âmbito da recuperação de créditos e outros ativos financeiros do Estado, detidos pela DGTF, a proceder às seguintes operações:

*a*) Redefinição das condições de pagamento das dívidas nos casos em que os devedores se proponham pagar a pronto ou em prestações, podendo também, em casos devidamente fundamentados, ser reduzido o valor dos créditos, sem prejuízo de, em caso de incumprimento, se exigir o pagamento nas condições originariamente vigentes, podendo estas condições ser aplicadas na regularização dos créditos adquiridos pela DGTF respeitantes a dívidas às instituições de segurança social, nos termos do regime legal aplicável a estas dívidas;

*b*) Redefinição das condições de pagamento e, em casos devidamente fundamentados, redução ou remissão do valor dos créditos dos empréstimos concedidos a particulares, ao abrigo do Programa Especial para a Reparação de Fogos ou Imóveis em Degradação e do Programa Especial de Autoconstrução, nos casos de mutuários cujos agregados familiares tenham um rendimento médio mensal *per capita* não superior ao valor do rendimento social de inserção ou de mutuários com manifesta incapacidade financeira;

*c*) Realização de aumentos de capital com quaisquer ativos financeiros, bem como mediante conversão de crédito em capital das empresas devedoras;

*d*) Aceitação, como dação em cumprimento, de bens imóveis, bens móveis, valores mobiliários e outros ativos financeiros;

*e*) Alienação de créditos e outros ativos financeiros;

*f*) Aquisição de ativos mediante permuta com outras pessoas coletivas públicas ou no quadro do exercício do direito de credor preferente ou garantido em sede de venda em processo executivo ou em liquidação do processo de insolvência.

2 — O Governo fica autorizado, através do membro responsável pela área das finanças, a proceder:

*a*) À cessão da gestão de créditos e outros ativos, a título remunerado ou não, quando tal operação se revele a mais adequada à defesa dos interesses do Estado;

*b*) À contratação da prestação dos serviços financeiros relativos à operação indicada na alínea anterior, independentemente do seu valor, podendo esta ser precedida de procedimento por negociação ou realizada por ajuste direto, nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

*c*) À redução do capital social de sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos ou de sociedades participadas, no âmbito de processos de saneamento económico-financeiro;

*d*) À cessão de ativos financeiros que o Estado, através da DGTF, detenha sobre cooperativas e associações de moradores aos municípios onde aquelas tenham a sua sede;

*e*) À anulação de créditos detidos pela DGTF, quando, em casos devidamente fundamentados, se verifique que não se justifica a respetiva recuperação;

*f*) À contratação da prestação de serviços no âmbito da recuperação dos créditos do Estado, em casos devidamente fundamentados.

3 — O Governo informa trimestralmente a Assembleia da República da justificação e das condições das operações realizadas ao abrigo do presente artigo.

Artigo 107.º

**Aquisição de ativos e assunção de passivos e responsabilidades**

1 — O Governo fica autorizado, através do membro responsável pela área das finanças:

*a*) A adquirir créditos de empresas públicas, no contexto de planos estratégicos de reestruturação e de saneamento financeiro;

*b*) A assumir passivos e responsabilidades ou a adquirir créditos sobre empresas públicas e estabelecimentos fabris

das Forças Armadas, no contexto de planos estratégicos de reestruturação e de saneamento financeiro ou no âmbito de processos de liquidação;

*c*) A adquirir créditos sobre regiões autónomas, municípios, empresas públicas que integram o perímetro de consolidação da administração central e regional e entidades públicas do setor da saúde, no quadro do processo de consolidação orçamental;

*d*) A regularizar as responsabilidades decorrentes das ações de apuramento de conformidade financeira de decisões da Comissão Europeia detetadas no pagamento de ajudas financiadas ou cofinanciadas, no âmbito da União Europeia pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA), pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), pelo Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP) e pelo Fundo Europeu das Pescas (FEP), referentes a campanhas anteriores a 2015.

2 — O financiamento das operações referidas no número anterior é assegurado por dotação orçamental inscrita no capítulo 60 do Ministério das Finanças.

3 — O Governo fica ainda autorizado, através do membro responsável pela área das finanças, a assumir passivos da Parpública — Participações Públicas (SGPS), S. A., em contrapartida da extinção de créditos que esta empresa pública detenha sobre o Estado.

Artigo 108.º

**Operações ativas constituídas por entidades públicas reclassificadas**

Os empréstimos a conceder por entidades públicas reclassificadas a favor de empresas públicas que não se encontrem integradas no setor das administrações públicas nos termos do SEC 2010, carecem de autorização prévia do membro do Governo responsável pela área das finanças, nos termos a fixar por portaria deste.

Artigo 109.º

**Limite das prestações de operações de locação**

O Governo fica autorizado a satisfazer encargos com as prestações a liquidar referentes a contratos de investimento público sob a forma de locação, até ao limite máximo de € 61 000 000, em conformidade com o previsto no n.º 1 do artigo 8.º da Lei Orgânica n.º 7/2015, de 18 de maio, que aprova a lei de programação militar e revoga a Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de agosto.

Artigo 110.º

**Antecipação de fundos europeus estruturais e de investimento**

1 — As operações específicas do Tesouro efetuadas para garantir o encerramento do QCA III e do QREN, a execução do Portugal 2020, o financiamento da PAC e do FEP, incluindo iniciativas europeias e Fundo de Coesão (FC), e do FEAC devem ser regularizadas até ao final do exercício orçamental de 2018.

2 — As antecipações de fundos referidas no número anterior não podem, sem prejuízo do disposto no número seguinte, exceder em cada momento:

*a*) Relativamente aos programas cofinanciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), pelo FSE, pelo FC e por iniciativas europeias, € 2 600 000 000;

*b*) Relativamente aos programas cofinanciados pelo FEOGA, pelo FEADER, pelo IFOP, pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) e pelo FEP, € 550 000 000.

3 — Os montantes referidos no número anterior podem ser objeto de compensação entre si, mediante autorização do membro do Governo responsável pela gestão nacional do fundo compensador.

4 — Os limites referidos no n.º 2 incluem as antecipações efetuadas e não regularizadas até 2016.

5 — As operações específicas do Tesouro efetuadas para garantir o pagamento dos apoios financeiros concedidos no âmbito do FEAGA devem ser regularizadas aquando do respetivo reembolso pela União Europeia, nos termos dos Regulamentos (CE) n.os 1290/2005, do Conselho, de 21 de junho, e 1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, ambos relativos ao financiamento da PAC.

6 — Por forma a colmatar eventuais dificuldades inerentes ao processo de encerramento do QCA III e do QREN, relativamente aos programas cofinanciados pelo FSE, incluindo iniciativas europeias, o Governo fica autorizado a antecipar pagamentos por conta das transferências da União Europeia com suporte em fundos da segurança social que não podem exceder a cada momento, considerando as antecipações efetuadas desde 2007, o montante de € 371 000 000.

7 — A regularização das operações ativas referidas no número anterior deve ocorrer até ao final do exercício orçamental de 2018, ficando para tal o IGFSS, I. P., autorizado a ressarcir-se nas correspondentes verbas transferidas pela União Europeia.

8 — As operações específicas do Tesouro referidas no presente artigo devem ser comunicadas trimestralmente pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E. P. E. (IGCP, E. P. E.), à Direção-Geral do Orçamento (DGO) com a identificação das entidades que às mesmas tenham recorrido e dos respetivos montantes, encargos e fundamento.

9 — As entidades gestoras de FEEI devem comunicar trimestralmente à DGO o recurso às operações específicas do Tesouro referidas no presente artigo.

10 — O Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., (IFAP, I. P.), fica autorizado a recorrer a operações específicas do Tesouro para financiar a aquisição de mercadorias decorrentes da intervenção no mercado agrícola sob a forma de armazenagem pública, até ao montante de € 15 000 000.

11 — As operações a que se refere o número anterior devem ser regularizadas até ao final do ano económico a que se reportam, caso as antecipações de fundos sejam realizadas ao abrigo do Orçamento do Estado, ou até ao final de 2018, caso sejam realizáveis por conta de fundos comunitários.

Artigo 111.º

**Princípio da unidade de tesouraria**

1 — Os serviços integrados e os serviços e fundos autónomos, incluindo os referidos no n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, aplicável por força do dis-

posto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, estão obrigados a depositar em contas na tesouraria do Estado a totalidade das suas disponibilidades, incluindo receitas próprias, seja qual for a origem ou natureza dessas disponibilidades, e a efetuar todas as movimentações de fundos por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP, E. P. E.

2 — As entidades referidas no número anterior promovem a sua integração na rede de cobranças do Estado, prevista no regime da tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de junho, alterado pela Lei n.º 3-B/2000, de 4 de abril, e 107-B/2003, de 31 de dezembro, mediante a abertura de contas bancárias junto do IGCP, E. P. E., para recebimento, contabilização e controlo das receitas próprias e das receitas gerais do Estado que liquidam e cobram.

3 — Exclui-se das entidades a que se refere o n.º 1 o IGFSS, I. P., para efeitos do n.º 4 do artigo 48.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, aplicável por força do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro.

4 — O princípio da unidade de tesouraria é aplicável às instituições do ensino superior nos termos previstos no artigo 115.º do RJIES.

5 — As empresas públicas não financeiras devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, E. P. E., nos termos do n.º 1, sendo-lhes, para esse efeito, aplicável o regime da tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de junho.

6 — São dispensados do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria:

*a*) As escolas do ensino não superior;

*b*) Os serviços e organismos que, por disposição legal, estejam excecionados do seu cumprimento;

*c*) Os serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e as estruturas da rede externa do Camões, I. P.;

*d*) Os serviços externos do Ministério da Defesa Nacional, no âmbito da cooperação técnico-militar;

*e*) As entidades a que se refere o n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

7 — O IGCP, E. P. E., pode autorizar a dispensa do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria, pelo prazo máximo de dois anos, em situações excecionais devidamente fundamentadas, a pedido do serviço ou organismo e após parecer da DGO.

8 — O incumprimento do disposto nos números anteriores pode constituir fundamento para a retenção das transferências e recusa das antecipações de fundos disponíveis, bem como para a aplicação de outras medidas sancionatórias, nos termos a fixar no decreto-lei de execução orçamental.

9 — As receitas de todas as aplicações financeiras que sejam efetuadas em violação do princípio da unidade de tesouraria pelas entidades ao mesmo sujeitas revertem para o Estado.

10 — Não sendo possível individualizar na execução orçamental os montantes que possam vir a obter a autorização a que se refere o n.º 7, não é aplicada a sanção prevista no n.º 8.

11 — A DGO, no estrito âmbito das suas atribuições, pode solicitar ao Banco de Portugal informação relativa a qualquer das entidades referidas no n.º 1 para efeitos da verificação do cumprimento do disposto no presente artigo.

Artigo 112.º

**Limites máximos para a concessão de garantias**

1 — O Governo fica autorizado a conceder garantias pelo Estado até ao limite máximo, em termos de fluxos líquidos anuais, de € 6 000 000 000.

2 — Em acréscimo ao limite fixado no número anterior, o Governo fica ainda autorizado a conceder garantias pelo Estado:

*a*) De seguro de crédito, créditos financeiros, seguro-caução e seguro de investimento, até ao limite de € 1 500 000 000;

*b*) A favor do Fundo de Contragarantia Mútuo para cobertura de responsabilidades por este assumidas a favor de empresas, sempre que tal contribua para o reforço da sua competitividade e da sua capitalização, até ao limite de € 200 000 000;

*c*) Ao abrigo da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de outubro, que estabelece a possibilidade de concessão extraordinária de garantias pessoais pelo Estado, no âmbito do sistema financeiro, até ao limite de € 20 000 000 000, ficando o beneficiário sujeito às medidas de fiscalização e acompanhamento legalmente previstas, bem como, em caso de incumprimento, às medidas de defesa do interesse patrimonial do Estado previstas na respetiva regulamentação.

3 — O Governo fica ainda autorizado a conceder garantias pessoais, com caráter excecional, para cobertura de responsabilidades assumidas no âmbito de investimentos financiados pelo BEI no quadro da prestação ou do reforço de garantias em conformidade com as regras gerais da gestão de créditos deste banco, ao abrigo da Lei n.º 112/97, de 16 de setembro, aplicável com as necessárias adaptações, tendo em conta a finalidade da garantia a prestar.

4 — As garantias concedidas ao abrigo do número anterior enquadram-se no limite fixado no n.º 1, cobrindo parte dos montantes contratuais da carteira de projetos objeto da garantia.

5 — O limite máximo para a concessão de garantias por outras pessoas coletivas de direito público é fixado, em termos de fluxos líquidos anuais, em € 110 000 000.

6 — O IGFSS, I. P., pode conceder garantias a favor do sistema financeiro, para cobertura de responsabilidades assumidas no âmbito da cooperação técnica e financeira pelas instituições particulares de solidariedade social, sempre que tal contribua para o reforço da função de solidariedade destas instituições, até ao limite máximo de € 50 000 000, havendo lugar a ressarcimento no âmbito dos respetivos acordos de cooperação.

7 — O Governo remete trimestralmente à Assembleia da República a listagem dos projetos beneficiários de garantias ao abrigo dos n.os 1 e 5, a qual deve igualmente incluir a respetiva caracterização física e financeira individual, bem como a discriminação de todos os apoios e benefícios que lhes forem prestados pelo Estado, para além das garantias concedidas ao abrigo do presente artigo.

8 — Excecionalmente, no âmbito da estratégia de gestão da dívida da Região Autónoma da Madeira e nos termos das disposições relativas ao limite à dívida regional, o Governo fica autorizado a conceder a garantia pelo Estado

ao refinanciamento daquela dívida, até ao limite máximo de € 250 000 000, ao abrigo da Lei n.º 112/97, de 16 de setembro, aplicável com as necessárias adaptações, tendo em conta a finalidade da garantia a prestar.

Artigo 113.º

**Construção e requalificação de infraestruturas escolares**

Com carácter excecional, para cobertura de responsabilidades assumidas no âmbito da construção e requalificação de infraestruturas escolares financiadas pelo Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, os créditos garantidos ao abrigo da Lei n.º 112/97, de 16 de setembro, podem ter prazos de utilização até 10 anos, mediante autorização a conferir nos termos previstos naquele regime jurídico.

Artigo 114.º

**Saldos do capítulo 60 do Orçamento do Estado**

1 — Os saldos das dotações afetas às rubricas da classificação económica «Transferências correntes», «Transferências de capital», «Subsídios», «Ativos financeiros» e «Outras despesas correntes», no capítulo 60 do Ministério das Finanças, podem ser utilizados em despesas cujo pagamento seja realizável até 15 de fevereiro de 2018, desde que a obrigação para o Estado tenha sido constituída até 31 de dezembro de 2017 e seja nessa data conhecida ou estimável a quantia necessária para o seu cumprimento.

2 — As quantias referidas no número anterior são depositadas em conta especial destinada ao pagamento das respetivas despesas, devendo tal conta ser encerrada até 22 de fevereiro de 2018.

Artigo 115.º

**Saldos do capítulo 70 do Orçamento do Estado**

1 — Os saldos das dotações afetas às rubricas da classificação económica «Transferências correntes», inscritas no Orçamento do Estado para 2017, no capítulo 70 do Ministério das Finanças, podem ser utilizados em despesas cujo pagamento seja realizável até 15 de fevereiro de 2018, desde que a obrigação para o Estado tenha sido constituída até 31 de dezembro de 2017 e seja nessa data conhecida ou estimável a quantia necessária para o seu cumprimento.

2 — As quantias referidas no número anterior são depositadas em conta especial destinada ao pagamento das respetivas despesas, devendo tal conta ser encerrada até 15 de fevereiro de 2018.

Artigo 116.º

**Encargos de liquidação**

1 — O Orçamento do Estado assegura, sempre que necessário, por dotação orçamental inscrita no capítulo 60 do Ministério das Finanças, a satisfação das obrigações das entidades extintas cujo ativo restante foi transmitido para o Estado em sede de partilha, até à concorrência do respetivo valor transferido.

2 — É dispensada a prestação da caução prevista no n.º 3 do artigo 154.º do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, quando, em sede de partilha, a totalidade do ativo restante for transmitido para o Estado.

3 — Nos processos de liquidação que envolvam, em sede de partilha, a transferência de património para o Estado, pode proceder-se à extinção de obrigações, por compensação e por confusão.

Artigo 117.º

**Participação no capital e nas reconstituições de recursos das instituições financeiras internacionais**

1 — Compete à DGTF a emissão das notas promissórias no âmbito da participação da República Portuguesa nos aumentos de capital e nas reconstituições de recursos das instituições financeiras internacionais já aprovadas ou a aprovar através do competente instrumento legal,

2 — Sem prejuízo do que se encontra legalmente estabelecido neste âmbito, sempre que ocorram alterações ao calendário dos pagamentos das participações da República Portuguesa nas instituições financeiras internacionais, aprovado em Conselho de Governadores, e que envolvam um aumento de encargos fixados para cada ano, pode o respetivo montante ser acrescido do saldo apurado no ano anterior, desde que se mantenha o valor total do compromisso assumido.

## CAPÍTULO VIII

## Financiamento do Estado e gestão da dívida pública

Artigo 118.º

**Financiamento do Orçamento do Estado**

1 — Para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da execução do Orçamento do Estado, incluindo os serviços e fundos dotados de autonomia administrativa e financeira, o Governo fica autorizado a aumentar o endividamento líquido global direto, até ao montante máximo de € 9 350 000 000.

2 — Entende-se por endividamento líquido global direto o resultante da contração de empréstimos pelo Estado, atuando através do IGCP, E. P. E., bem como:

*a*) A dívida resultante do financiamento de outras entidades, nomeadamente do setor público empresarial, incluídas na administração central; e

*b*) A dívida de entidades do setor público empresarial, quando essa dívida esteja reconhecida como dívida pública em cumprimento das regras europeias de compilação de dívida na ótica de *Maastricht*.

3 — O apuramento da dívida relevante para efeito do previsto nas alíneas *a*) e *b*) do número anterior é feito numa base consolidada, só relevando a dívida que as entidades nelas indicadas tenham contraído junto de instituições que não integrem a administração central.

4 — Ao limite previsto no n.º 1 pode acrescer a antecipação de financiamento admitida na lei.

5 — Ao limite previsto no n.º 1 acresce o montante necessário para o aumento do capital social da Caixa Geral de Depósitos, S. A. (CGD, S. A.), a realizar pelo Estado, no âmbito do processo de recapitalização desta instituição, até ao montante máximo de € 2 700 000 000.

Artigo 119.º

**Financiamento de habitação e de reabilitação urbana**

1 — Fica o IHRU, I. P., autorizado:

*a*) A contrair empréstimos, até ao limite de € 50 000 000, para o financiamento de operações ativas no âmbito da sua atividade;

*b*) A utilizar os empréstimos contraídos ao abrigo do n.º 1 do artigo 110.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro, para o financiamento da reabilitação urbana promovida por câmaras municipais, sociedades de reabilitação urbana e outras entidades públicas, para ações no âmbito do Programa Reabilitar para Arrendar e para a recuperação do parque habitacional degradado de que é proprietário.

2 — O limite previsto na alínea *a*) do número anterior concorre para efeitos do limite global previsto no artigo anterior.

3 — No caso de financiamentos à reabilitação urbana celebrados ou a celebrar ao abrigo da alínea *b*) do n.º 1, o prazo máximo de vencimento dos empréstimos a que se refere o n.º 3 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de 30 anos.

Artigo 120.º

**Condições gerais do financiamento**

1 — O Governo fica autorizado a contrair empréstimos amortizáveis e a realizar outras operações de endividamento, nomeadamente operações de reporte com valores mobiliários representativos de dívida pública direta do Estado, independentemente da taxa e da moeda de denominação, cujo produto da emissão, líquido de mais e de menos-valias, não exceda, na globalidade, o montante resultante da adição dos seguintes valores:

*a*) Montante dos limites para o acréscimo de endividamento líquido global direto estabelecidos nos termos dos artigos 118.º e 124.º;

*b*) Montante das amortizações da dívida pública realizadas durante o ano, nas respetivas datas de vencimento ou a antecipar por conveniência de gestão da dívida, calculado, no primeiro caso, segundo o valor contratual da amortização e, no segundo caso, segundo o respetivo custo previsível de aquisição em mercado;

*c*) Montante de outras operações que envolvam redução de dívida pública, determinado pelo custo de aquisição em mercado da dívida objeto de redução.

2 — As amortizações de dívida pública que forem efetuadas pelo Fundo de Regularização da Dívida Pública como aplicação de receitas das privatizações não são consideradas para efeitos do disposto na alínea *b*) do número anterior.

3 — O prazo dos empréstimos a emitir e das operações de endividamento a realizar ao abrigo do disposto no n.º 1 não pode ser superior a 50 anos.

Artigo 121.º

**Dívida denominada em moeda diferente do euro**

1 — A exposição cambial em moedas diferentes do euro não pode ultrapassar, em cada momento, 15 % do total da dívida pública direta do Estado.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se por exposição cambial o montante das responsabilidades financeiras, incluindo as relativas a operações de derivados financeiros associadas a contratos de empréstimos, cujo risco cambial não se encontre coberto.

Artigo 122.º

**Dívida flutuante**

Para satisfação de necessidades transitórias de tesouraria e maior flexibilidade de gestão da emissão de dívida pública fundada, o Governo fica autorizado, através do membro responsável pela área das finanças, a emitir dívida flutuante, sujeitando-se o montante acumulado de emissões vivas, em cada momento, ao limite máximo de € 20 000 000 000.

Artigo 123.º

**Compra em mercado e troca de títulos de dívida**

1 — Para melhorar as condições de negociação e transação dos títulos de dívida pública direta do Estado, aumentando a respetiva liquidez, e tendo em vista a melhoria dos custos de financiamento do Estado, o Governo fica autorizado, através do membro responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação, a proceder à amortização antecipada de empréstimos e a efetuar operações de compra em mercado ou operações de troca de instrumentos de dívida, amortizando antecipadamente os títulos de dívida que, por esta forma, sejam retirados do mercado.

2 — As condições essenciais das operações referidas no número anterior, designadamente modalidades de realização e instrumentos de dívida abrangidos, são aprovadas pelo membro do Governo responsável pela área das finanças e devem:

*a*) Salvaguardar os princípios e objetivos gerais da gestão da dívida pública direta do Estado, nomeadamente os consignados no artigo 2.º da Lei n.º 7/98, de 3 de fevereiro, que aprova o regime geral de emissão e gestão da dívida pública;

*b*) Respeitar o valor e a equivalência de mercado dos títulos de dívida.

Artigo 124.º

**Gestão da dívida pública direta do Estado**

1 — O Governo fica autorizado, através do membro responsável pela área das finanças, a realizar as seguintes operações de gestão da dívida pública direta do Estado:

*a*) Substituição entre a emissão das várias modalidades de empréstimos;

*b*) Reforço das dotações para amortização de capital;

*c*) Pagamento antecipado, total ou parcial, de empréstimos já contratados;

*d*) Conversão de empréstimos existentes, nos termos e condições da emissão ou do contrato ou por acordo com os respetivos titulares, quando as condições dos mercados financeiros assim o aconselharem.

2 — O Governo fica ainda autorizado, através do membro responsável pela área das finanças, a:

*a*) Realizar operações de reporte com valores mobiliários representativos de dívida pública direta do Estado a fim de dinamizar a negociação e transação desses valores em mercado primário;

*b*) Prestar garantias, sob a forma de colateral em numerário, no âmbito de operações de derivados financeiros impostas pela eficiente gestão da dívida pública direta do Estado.

3 — Para efeitos do disposto no artigo anterior e nos números anteriores, e tendo em vista fomentar a liquidez em mercado secundário e ou intervir em operações de derivados financeiros impostas pela eficiente gestão ativa da dívida pública direta do Estado, pode o IGCP, E. P. E., emitir dívida pública, bem como o Fundo de Regularização da Dívida Pública subscrever e ou alienar valores mobiliários representativos de dívida pública.

4 — O endividamento líquido global direto que seja necessário para dar cumprimento ao disposto no número anterior tem o limite de € 1 000 000 000, o qual acresce ao limite fixado no n.º 1 do artigo 118.º

## CAPÍTULO IX

## Outras disposições

### Artigo 125.º

**Transportes**

São mantidos os direitos à utilização gratuita de transportes públicos previstos nos respetivos diplomas legais e regulamentares, nos termos do artigo 102.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

### Artigo 126.º

**Plano de intervenção na Fortaleza de Peniche**

Durante o ano de 2017, o Governo elabora e concretiza um plano de intervenção urgente na Fortaleza de Peniche, que detenha a degradação deste complexo, nomeadamente, das muralhas e dos edifícios da antiga prisão política de alta segurança.

### Artigo 127.º

**Gratuitidade da entrada nos museus e monumentos nacionais nos domingos e feriados**

1 — Durante o ano de 2017, o Governo adota as medidas necessárias à reposição da gratuitidade da entrada nos museus e monumentos nacionais nos domingos e feriados até às 14 horas para todos os cidadãos residentes em território nacional.

2 — Para efeitos do previsto no número anterior, aos museus e monumentos nacionais é garantida a compensação correspondente às entradas registadas através da reafetação de verbas do Fundo de Fomento Cultural.

### Artigo 128.º

**Abertura de concursos no âmbito do programa de apoio à criação literária**

1 — Em 2017, é retomado o programa de apoio à criação literária com a abertura de um concurso para 12 bolsas de criação literária.

2 — O Governo regulamenta, no prazo de 90 dias após a publicação da presente lei, o disposto no número anterior.

3 — As verbas necessárias à concretização do apoio referido no presente artigo são suportadas pelo orçamento do Fundo de Fomento Cultural.

### Artigo 129.º

**Registo dos profissionais do setor das atividades artísticas, culturais e de espetáculo**

Durante o primeiro semestre do ano de 2017, em sede de regulamentação e de acordo com o disposto nos artigos 3.º e 21.º-F da Lei n.º 4/2008, de 7 de fevereiro, alterada pelas Leis n.os 105/2009, de 14 de setembro, e 28/2011, de 16 de junho, é aprovado por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do trabalho, da solidariedade social e da cultura, o registo dos profissionais do setor das atividades artísticas, culturais e de espetáculo.

### Artigo 130.º

**Fiscalização prévia do Tribunal de Contas**

1 — De acordo com o disposto no artigo 48.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, ficam isentos de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, no ano de 2017, os atos e contratos, considerados isolada ou conjuntamente com outros que aparentem estar relacionados entre si, cujo montante não exceda o valor de € 350 000.

2 — A declaração de suficiência orçamental e de cativação das respetivas verbas a que se refere o n.º 4 do artigo 5.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, deve identificar o seu autor, nominal e funcionalmente.

### Artigo 131.º

**Fundo Ambiental**

1 — Os saldos da execução orçamental de 2016 do Fundo Português de Carbono, do Fundo de Intervenção Ambiental, do Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos e do Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade transitam para o Fundo Ambiental, criado pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto.

2 — O disposto no número anterior não prejudica a transição para o Fundo Azul, criado pelo Decreto-Lei n.º 16/2016, de 9 de março, de uma percentagem dos saldos da execução orçamental de 2016 do Fundo Português de Carbono e do Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, nos termos a fixar por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, do ambiente e do mar.

3 — É autorizada a consignação da totalidade das receitas previstas no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, à prossecução das atividades e projetos de execução dos objetivos do Fundo Ambiental.

4 — Durante o ano de 2017, o montante relativo às cobranças provenientes da harmonização fiscal entre o gasóleo de aquecimento e o gasóleo rodoviário é transferido do orçamento do subsector Estado para o Fundo Ambiental, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto.

5 — O montante arrecadado referente à receita anual proveniente da Declaração de Impacto Ambiental (DIA) do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor que não tenha sido utilizado, integrado no Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, transita para a Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente para apoio a projetos aprovados até ao ano de 2016, no âmbito do Fundo de Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor.

### Artigo 132.º

**Regime transitório de financiamento previsto na Lei n.º 52/2015, de 9 de junho**

1 — Durante o ano de 2017, de forma a apoiar o desempenho das novas competências das comunidades in-

termunicipais e dos municípios não integrados nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, designadamente capacitação organizativa e técnica, estudos de planeamento ou desenvolvimento de sistemas de transportes flexíveis ou a pedido, ou do Fundo para o Serviço Público de Transportes previsto no artigo 12.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), aprovado em anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 junho, é transferida para aquelas entidades a verba de € 3 000 000, inscrita no orçamento da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes.

2 — As regras e procedimentos relativos ao acesso ao mecanismo de financiamento previsto no número anterior, bem como os que se referem à distribuição de montantes por cada umas das entidades, são fixados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais e dos transportes urbanos e suburbanos de passageiros.

3 — Durante o ano de 2017, de forma a assegurar o desempenho das novas competências atribuídas pelo RJSPTP, as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto recebem as transferências previstas, para o efeito, no Orçamento do Estado para 2017.

4 — Após a criação do Fundo para o Serviço Público de Transportes, previsto no artigo 12.º do RJSPTP, aprovado em anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, na sua redação atual, os saldos das referidas dotações são transferidos para o referido Fundo, nos termos a fixar por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais e dos transportes urbanos e suburbanos de passageiros.

Artigo 133.º

**Contratos-programa na área da saúde**

1 — Os contratos-programa a celebrar pela Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.), com os hospitais, os centros hospitalares e as unidades locais de saúde integradas no SNS, são autorizados pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde e podem envolver encargos até um triénio.

2 — Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os contratos-programa a celebrar pelos Governos Regionais, através do membro responsável pela área da saúde, e pelas demais entidades públicas de administração da saúde, com as entidades do serviço regional de saúde com natureza de entidade pública empresarial, ou outra, são autorizados pelos membros do Governo Regional responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde e podem envolver encargos até um triénio.

3 — Os contratos-programa a que se referem os números anteriores tornam-se eficazes com a sua assinatura, sendo publicados, por extrato, na 2.ª série do *Diário da República* e, no caso das regiões autónomas, no *Jornal Oficial* da respetiva região.

4 — O contrato-programa a celebrar entre a ACSS, I. P., e a SPMS — Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), relativo às atividades contratadas no âmbito do desenvolvimento dos sistemas de informação e comunicação e do mecanismo de racionalização de compras do SNS, pode estabelecer encargos até ao limite de um triénio, mediante aprovação dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, sendo-lhe aplicável o disposto no número anterior.

5 — Os contratos-programa celebrados no âmbito do funcionamento ou implementação da RNCCI podem envolver encargos até um triénio e tornam-se eficazes com a sua assinatura.

6 — Fora dos casos previstos nos números anteriores, os contratos dos centros hospitalares, dos hospitais e das unidades locais de saúde com natureza de entidade pública empresarial estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

7 — A celebração de acordo de cedência de interesse público de trabalhadores com relação jurídica de emprego público integrados no SNS, por parte dos órgãos e serviços abrangidos pela LTFP, apenas carece de parecer prévio favorável do membro do Governo responsável pela área da saúde.

Artigo 134.º

**Estrutura de combate à toxicodependência, ao alcoolismo e a outras dependências**

O Governo, durante o ano de 2017, procede ao levantamento das consequências da extinção do Instituto da Droga e Toxicodependência, I. P. (IDT, I. P.) e deve avaliar as condições para a criação, no âmbito da Administração Pública, de uma entidade dotada de autonomia administrativa e financeira que tenha como missão a coordenação, o planeamento, a investigação e a intervenção no combate à toxicodependência, ao alcoolismo e a outras dependências, integrando as vertentes da prevenção, da dissuasão, da redução de riscos e minimização de danos, do tratamento e da reinserção social.

Artigo 135.º

**Norma revogatória no âmbito do Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro**

É revogado o artigo 8.º-A do Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, que regula o acesso às prestações do SNS por parte dos utentes no que respeita ao regime das taxas moderadoras e à aplicação de regimes especiais de benefícios, aditado pelo Decreto-Lei n.º 128/2012, de 21 de junho.

Artigo 136.º

**Alteração do Anexo ao Decreto-Lei n.º 8/2011, de 11 de janeiro**

O capítulo II do anexo ao Decreto-Lei n.º 8/2011, de 11 de janeiro, que aprova os valores devidos pelo pagamento de atos das autoridades de saúde e de serviços prestados por outros profissionais de saúde pública, alterado pelo Decreto-Lei n.º 106/2012, de 17 de maio, passa a ter a seguinte redação:

«CAPÍTULO II

**Juntas médicas**

2.1 — Atestado multiúso de incapacidade em junta médica: 25

2.2 — Atestado em junta médica de recurso: 50

2.3 — Renovação do atestado médico de incapacidade multiúso em processo de revisão ou reavaliação do grau de incapacidade: 5

2.4 — Renovação do atestado médico de incapacidade multiúso em processo de revisão ou reavaliação do grau de incapacidade em junta médica de recurso: 5»

Artigo 137.º

**Encargos com prestações de saúde no Serviço Nacional de Saúde**

1 — São suportados pelo orçamento do SNS os encargos com as prestações de saúde realizadas por estabelecimentos e serviços do SNS aos beneficiários:

*a*) Da ADSE, regulada pelo Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro;
*b*) Dos serviços de assistência na doença da GNR e da PSP (SAD), regulados pelo Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro;
*c*) Da assistência na doença aos militares das Forças Armadas (ADM), regulada pelo Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro.

2 — Os saldos da execução orçamental de 2016 das entidades tuteladas pelo Ministério da Saúde, excluindo as entidades referidas no número seguinte, são integrados automaticamente no orçamento da ACSS, I. P., de 2017.
3 — Os saldos da execução orçamental de 2016 dos hospitais, centros hospitalares e unidades locais de saúde são integrados automaticamente no seu orçamento de 2017 e consignados ao pagamento de dívidas vencidas, com exceção das verbas recebidas do Fundo de Apoio aos Pagamentos do SNS, criado pelo Decreto-Lei n.º 185/2006, de 12 de setembro, e extinto pelo Decreto-Lei n.º 188/2014, de 30 de dezembro, as quais transitam para a ACSS, I. P.

Artigo 138.º

**Receitas do Serviço Nacional de Saúde**

1 — O Ministério da Saúde, através da ACSS, I. P., implementa as medidas necessárias à faturação e à cobrança efetiva de receitas, devidas por terceiros legal ou contratualmente responsáveis, nomeadamente mediante o estabelecimento de penalizações, no âmbito dos contratos-programa.
2 — A responsabilidade de terceiros pelos encargos com prestações de saúde exclui, na medida dessa responsabilidade, a do SNS.
3 — Para efeitos do disposto nos números anteriores, o Ministério da Saúde pode acionar mecanismos de resolução alternativa de litígios.
4 — Não são aplicáveis cativações às entidades integradas no SNS, bem como às despesas relativas à aquisição de bens e serviços centralizadas na SPMS, E. P. E., que tenham por destinatárias aquelas entidades.

Artigo 139.º

**Quota dos medicamentos genéricos**

Durante o ano de 2017, o Governo deve reforçar as medidas de incentivo à utilização dos medicamentos genéricos com vista a aumentar a sua quota em valor para os 40 %.

Artigo 140.º

**Alteração ao regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos**

1 — Durante o ano de 2017, o Governo revê o regime de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos, definindo as condições necessárias ao seu alargamento aos produtos que sejam considerados indispensáveis à sobrevivência, crescimento e qualidade de vida das crianças com sequelas respiratórias, neurológicas e ou alimentares secundárias à prematuridade ou a outras causas perinatais ou neonatais.
2 — O alargamento da comparticipação pelo Estado referido no número anterior deve ter em consideração:

*a*) As condições de indicação clínica e prescrição pelo médico assistente das quais depende a comparticipação;
*b*) A inclusão de medicamentos, independentemente da sua formulação, bem como de produtos e suplementos dietéticos e ou nutricionais;
*c*) A inclusão dos dispositivos técnicos que se mostrem necessários aos objetivos enunciados no n.º 1;
*d*) As condições de dispensa dos medicamentos, produtos e suplementos dietéticos e ou nutricionais e dispositivos técnicos;
*e*) Um regime de comparticipação de 100 % para os referidos produtos e dispositivos.

Artigo 141.º

**Contribuição sobre a indústria farmacêutica**

O regime de contribuição extraordinária sobre a indústria farmacêutica, aprovado pelo artigo 168.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, é mantido em vigor durante o ano de 2017.

Artigo 142.º

**Transição de saldos da ADSE, SAD e ADM**

Os saldos apurados na execução orçamental de 2016 da ADSE, dos SAD e da ADM transitam automaticamente para os respetivos orçamentos de 2017.

Artigo 143.º

**Encargos dos sistemas de assistência na doença**

A comparticipação às farmácias por parte da ADSE, dos SAD e da ADM, relativamente a medicamentos, é assumida pelo SNS.

Artigo 144.º

**Pagamento das autarquias locais, serviços municipalizados e empresas locais ao Serviço Nacional de Saúde**

1 — Em 2017, as autarquias locais, os serviços municipalizados e as empresas locais do continente pagam ao ACSS, I. P., pela prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores, um montante que resulta da aplicação do método de capitação nos termos do número seguinte.
2 — O montante a pagar por cada entidade corresponde ao valor resultante da multiplicação do número total dos respetivos trabalhadores registados no SIIAL, a 1 de janeiro de 2017, por 31,22 % do custo *per capita* do SNS, publicado pelo INE, I. P.
3 — As entidades que se encontrem abrangidas pelo método do custo efetivo transitam automaticamente para o método da capitação, em 1 de julho de 2017.
4 — Os pagamentos referidos no presente artigo efetivam-se mediante retenção, pela DGAL, das transferências do Orçamento do Estado para as autarquias locais até ao limite previsto no artigo 39.º da Lei n.º 73/2013,

de 3 de setembro, devendo os montantes em dívida ser regularizados nas retenções seguintes.

Artigo 145.º

**Pagamento das autarquias locais, serviços municipalizados e empresas locais aos serviços regionais de saúde**

1 — Em 2017, as autarquias locais, os serviços municipalizados e as empresas locais das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores pagam aos respetivos serviços regionais de saúde, pela prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores, um montante que resulta da aplicação do método de capitação nos termos do número seguinte.

2 — O montante a pagar por cada entidade corresponde ao valor resultante da multiplicação do número total dos respetivos trabalhadores registados no SIIAL, a 1 de janeiro de 2017, por 31,22 % do custo *per capita* do SNS, publicado pelo INE, I. P.

3 — As entidades que se encontrem abrangidas pelo método do custo efetivo transitam automaticamente para o método da capitação, em 1 de julho de 2017.

4 — Os pagamentos referidos no presente artigo efetivam-se mediante retenção, pela DGAL, das transferências do Orçamento do Estado para as autarquias locais até ao limite previsto no artigo 39.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, devendo os montantes em dívida ser regularizados nas retenções seguintes.

Artigo 146.º

**Sistema integrado de operações de proteção e socorro**

1 — A Autoridade Nacional de Proteção Civil fica autorizada a transferir para a Escola Nacional de Bombeiros, ou para a entidade que a substitua, e para as associações humanitárias de bombeiros, ao abrigo dos protocolos celebrados ou a celebrar pela referida autoridade, as dotações inscritas nos seus orçamentos referentes a formação e a missões de proteção civil, incluindo as relativas ao sistema nacional de proteção civil e ao sistema integrado de operações de proteção e socorro (SIOPS).

2 — A dotação a transferir para as associações humanitárias de bombeiros, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 4.º da Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto, que define as regras do financiamento das associações humanitárias de bombeiros (AHB), no continente, enquanto entidades detentoras de corpos de bombeiros, tem como limite máximo anual o orçamento de referência previsto no n.º 2 desse artigo.

Artigo 147.º

**Consignação de receita do Imposto sobre Produtos Petrolíferos e Energéticos**

Durante o ano de 2017, a receita do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP) cobrado sobre gasóleo colorido e marcado é consignada, até ao montante de € 10 000 000, ao financiamento da contrapartida nacional dos programas PDR 2020 e MAR 2020, preferencialmente em projetos dirigidos ao apoio à agricultura familiar e à pesca tradicional e costeira, na proporção dos montantes dos fundos europeus envolvidos, devendo esta verba ser transferida do orçamento do subsetor Estado para o orçamento do IFAP, I. P.

Artigo 148.º

**Depósitos obrigatórios**

1 — Os depósitos obrigatórios existentes na CGD, S. A., em 1 de janeiro de 2004, e que ainda não tenham sido objeto de transferência para a conta do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P. (IGFEJ, I. P.), em cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 124.º do Código das Custas Judiciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 224-A/96, de 26 de novembro, e revogado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro, são objeto de transferência imediata para a conta do IGFEJ, I. P., independentemente de qualquer formalidade, designadamente de ordem do tribunal com jurisdição sobre os mesmos.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o IGFEJ, I. P., e os tribunais podem notificar a CGD, S. A., para, no prazo de 30 dias, efetuar a transferência de depósitos que venham a ser posteriormente apurados e cuja transferência não tenha sido ainda efetuada.

Artigo 149.º

**Processos judiciais eliminados**

Os valores depositados na CGD, S. A., ou à guarda dos tribunais, à ordem de processos judiciais eliminados após o decurso dos prazos de conservação administrativa fixados na lei consideram-se perdidos a favor do IGFEJ, I. P.

Artigo 150.º

**Entidades com autonomia administrativa que funcionam junto da Assembleia da República**

1 — Os orçamentos da Comissão Nacional de Eleições, da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, da Comissão Nacional de Proteção de Dados e do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida são desagregados no âmbito da verba global atribuída à Assembleia da República.

2 — Os mapas de desenvolvimento das despesas dos serviços e fundos autónomos da Assembleia da República em funcionamento são alterados em conformidade com o disposto no número anterior.

Artigo 151.º

**Interconexão de dados entre a administração fiscal, a segurança social e a Autoridade para as Condições do Trabalho**

1 — Com vista a melhorar a eficácia do combate às infrações laborais, nomeadamente no combate à precariedade, e promover a efetividade do direito laboral, o Governo pode estabelecer a interconexão de dados entre os serviços da AT, da segurança social e da ACT, por forma a facilitar o acesso aos dados registados na administração fiscal e na segurança social relevantes para a realização das inspeções laborais, com o objetivo de assegurar o controlo do cumprimento do normativo laboral no âmbito das relações laborais e a promoção da segurança e saúde no trabalho em todos os setores de atividade.

2 — As categorias dos titulares e dos dados a analisar, bem como o acesso, a comunicação e o tratamento de dados entre as entidades referidas no número anterior, realiza-se nos termos de protocolo estabelecido entre os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, do trabalho e da segurança social, sujeito a autorização da CNPD.

Artigo 152.º

**Interconexão de dados no âmbito das contraordenações rodoviárias**

1 — Com vista a melhorar a eficácia dos processos de contraordenações rodoviárias, o Governo pode estabelecer a interconexão de dados entre os serviços da AT e os serviços da área da administração interna e do planeamento e das infraestruturas com competências na área do direito contraordenacional rodoviário, por forma a facilitar o acesso aos dados registados na administração fiscal que sejam relevantes para instauração e tramitação dos processos.

2 — As categorias dos titulares e dos dados a analisar, bem como o acesso, a comunicação e o tratamento de dados entre as entidades referidas no número anterior realiza-se nos termos de protocolo estabelecido entre os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da administração interna e do planeamento e das infraestruturas, sujeito a autorização da CNPD.

Artigo 153.º

**Alargamento dos mecanismos de proteção contra a precariedade**

O Governo apresenta à Assembleia da República, no primeiro trimestre do ano de 2017, alterações à legislação laboral, para:

*a*) Limitar o recurso abusivo a modalidades precárias de emprego, nomeadamente alargando o âmbito da Lei n.º 63/2013, de 27 de agosto, a todas as formas de dissimulação do contrato de trabalho e criando um mecanismo de proteção dos trabalhadores contra o despedimento no decurso da ação especial de reconhecimento do contrato de trabalho;

*b*) Reforçar os mecanismos de controlo e fiscalização das situações de precariedade.

Artigo 154.º

**Financiamento do Programa Escolhas**

1 — O financiamento do Programa Escolhas 2016-2018, nos termos previstos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 16 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2015, de 23 de dezembro, é assegurado pela dotação orçamental da Presidência do Conselho de Ministros.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, as dotações dos departamentos governamentais previstos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 16 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2015, de 23 de dezembro, consideram-se deduzidas e integradas na dotação orçamental da Presidência do Conselho de Ministros.

Artigo 155.º

**Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Educação e Formação e Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Juventude em Ação**

A Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Educação e Formação e a Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Juventude em Ação, criadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2014, de 24 de fevereiro, dispõem de autonomia administrativa e financeira destinada a assegurar a gestão de fundos europeus.

Artigo 156.º

**Gratuitidade dos manuais escolares**

1 — É prosseguido o regime de gratuitidade dos manuais escolares previsto no artigo 127.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, com a distribuição gratuita dos manuais escolares, no início do ano letivo de 2017/2018, a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública.

2 — O membro do Governo responsável pela área da educação define os procedimentos e condições de disponibilização gratuita, uso, devolução e reutilização dos manuais escolares, podendo os mesmos ser reutilizados na mesma escola ou em qualquer outra escola ou agrupamento que o tenha adotado.

Artigo 157.º

**Apoio acrescido para aquisição de manuais escolares aos alunos dos ensinos básico e secundário**

Aos alunos beneficiários do escalão 3 do abono de família é atribuído um auxílio económico para aquisição de manuais escolares, correspondente a 25 % do escalão A da ação social escolar, com os seguintes valores:

*a*) Alunos do 2.º ciclo do ensino básico: € 29,5;
*b*) Alunos do 3.º ciclo do ensino básico:

*i*) 7.º ano: € 44;
*ii*) 8.º e 9.º anos: € 33,5;

*c*) Alunos do ensino secundário: € 36,75.

Artigo 158.º

**Apoios da ação social escolar às visitas de estudo**

1 — No contexto da ação social escolar, é reposta a comparticipação para as visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares, a nível de Ação Social Escolar no ensino não superior, aos estudantes que sejam beneficiários dos escalões 1 e 2 do abono de família, correspondentes aos escalões A e B da ação social escolar, respetivamente em 100 % e 50 % do valor total.

2 — O Governo procede à regulamentação do disposto no número anterior.

Artigo 159.º

**Reforço da oferta e qualidade das refeições escolares**

1 — Durante as interrupções escolares do Natal e da Páscoa, os estabelecimentos de educação e ensino públicos integrados no Programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) mantêm em funcionamento os serviços de refeições escolares, com as mesmas condições de pagamento do restante ano letivo, para os alunos beneficiários da ação social escolar.

2 — Durante o ano de 2017, o Governo, através do Ministério da Educação, elabora um estudo sobre a viabilidade da disponibilização de pequeno-almoço aos alunos beneficiários da ação social escolar dos estabelecimentos de educação e ensino públicos integrados no TEIP.

3 — Durante o ano de 2017, o Governo, através do Ministério da Educação, elabora um plano de controlo da qualidade das refeições servidas nos estabelecimentos de educação e ensino públicos.

4 — O plano de controlo referido no número anterior monitoriza igualmente a quantidade de comida servida tendo em atenção a idade dos alunos.

5 — O plano de controlo referido nos n.os 3 e 4 aplica-se de forma indistinta, às refeições servidas aos alunos através dos meios próprios das escolas, de outros meios públicos ou de empresas privadas, seja qual for o regime contratual em vigor.

Artigo 160.º

**Suspensão do regime de atualização do valor das propinas**

No ano letivo 2017/2018, como medida excecional, é suspensa a aplicação do regime de atualização das propinas no ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado no ensino superior público, constante do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.os 49/2005, de 30 de agosto, e 62/2007, de 10 de setembro, mantendo-se em vigor os valores mínimo e máximo da propina fixados para o ano letivo de 2016/2017.

Artigo 161.º

**Alunos com incapacidade igual ou superior a 60 %**

1 — A partir do ano letivo 2017/2018, os alunos inscritos no ensino superior que demonstrem, comprovadamente, possuir um grau de incapacidade igual ou superior a 60 % são considerados elegíveis para efeitos de atribuição de bolsa de estudo.

2 — A bolsa de estudo prevista no número anterior corresponde ao valor da propina efetivamente paga.

Artigo 162.º

**Título de transporte passe sub23@superior.tp**

1 — O Governo procede às alterações legislativas necessárias para que o passe mensal sub23@superior.tp abranja todos os estudantes universitários, com idade igual ou inferior a 23 anos.

2 — O passe sub23@superior.tp tem um desconto de 25 % sobre o preço dos passes mensais em vigor, sem prejuízo dos descontos superiores já previstos para os estudantes beneficiários de Ação Social Direta do Ensino Superior.

3 — O disposto nos números anteriores vigora a partir do início do ano letivo 2017/2018.

Artigo 163.º

**Apresentação e entrega de dissertações, trabalhos de projetos, relatórios e teses em formato digital**

1 — Para a apresentação e entrega de dissertações, trabalhos de projetos, relatórios e teses destinados à admissão de provas é suficiente o formato digital.

2 — A produção, publicação, transmissão e armazenamento dos documentos referidos no número anterior em suporte digital nas instituições do ensino superior é realizada em norma aberta, nos termos do previsto na Lei n.º 36/2011, de 21 de junho, que estabelece a adoção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado.

Artigo 164.º

**Programa de remoção de amianto**

Durante o ano de 2017, as entidades públicas responsáveis pelos edifícios, instalações ou equipamentos públicos em que se prestam serviços públicos que apresentem materiais contendo amianto devem, nos termos da Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro (Remoção de amianto em edifícios e equipamentos públicos), proceder às devidas iniciativas relacionadas com o diagnóstico, monitorização, substituição, remoção e destino final do mesmo, nos termos a definir por resolução do Conselho de Ministros, com base nas propostas do grupo de trabalho relativo ao amianto.

Artigo 165.º

**Vida independente**

1 — São executados projetos-piloto no âmbito da vida independente, para pessoas com deficiência ou incapacidade dependentes da assistência por terceira pessoa, baseados em sistemas de assistência pessoal personalizada orientada pelo utilizador.

2 — Tendo em conta o disposto no artigo 49.º da Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto, que define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência, o Governo publicita informação sobre as verbas inscritas nos orçamentos de cada serviço, bem como da respetiva execução, referentes à política da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência.

Artigo 166.º

**Eliminação das barreiras arquitetónicas**

1 — O Governo toma as medidas necessárias para que o IHRU, I. P., elabore um relatório da situação das acessibilidades a nível nacional no âmbito das suas competências de acompanhamento da execução do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2011, de 9 de setembro, o qual deve ser enviado à Assembleia da República até ao final do primeiro semestre de 2017.

2 — No seguimento do relatório elaborado nos termos do número anterior, o Governo, no ano de 2017, toma as medidas necessárias e adequadas para que seja cumprida a legislação sobre acessibilidades e para que sejam progressivamente eliminadas as barreiras arquitetónicas e efetuadas as adaptações necessárias a garantir o acesso aos cidadãos com mobilidade reduzida.

Artigo 167.º

**Incentivos à comunicação social**

Os pagamentos no âmbito do novo regime de incentivos do Estado à comunicação social são suportados pelo Ministério da Cultura, através do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais.

Artigo 168.º

**Incentivos no quadro da eficiência energética**

1 — Aos serviços e organismos da Administração Pública central e local que durante o ano de 2017 apresentem maiores reduções de consumo energético, em desenvolvimento de projetos cofinanciados no quadro da melhoria da eficiência energética, podem ser atribuídos incentivos orçamentais no ano de 2018.

2 — O regulamento dos incentivos a que se refere o número anterior é aprovado por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da energia.

3 — Durante o ano de 2017, é criado, no âmbito do Fundo de Apoio à Inovação, um programa de prémios de inovação para a eficiência energética na Administração Pública central e local.

Artigo 169.º

**Garantia de potência**

1 — O Governo cria um mecanismo de mercado que remunere exclusivamente os serviços de disponibilidade prestados pelos produtores de energia elétrica.

2 — A partir de 1 de janeiro de 2017, é suspensa a modalidade de incentivo à garantia de potência, prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 251/2012, de 20 de agosto, que é imediatamente substituída pelo mecanismo previsto no número anterior.

Artigo 170.º

**Ajustamento final dos custos para a manutenção do equilíbrio contratual**

1 — Durante o ano de 2017, o Governo procede, ao ajustamento final dos custos para a manutenção do equilíbrio contratual, de acordo com o estabelecido no n.º 7 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 199/2007, de 18 de maio, 264/2007, de 24 de julho, e 32/2013, de 26 de fevereiro.

2 — O montante do ajustamento final é apurado e fundamentado em estudo elaborado e apresentado, até ao final do primeiro semestre de 2017, pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

3 — Para efeitos de realização do estudo referido no presente artigo e acompanhamento do regime, a ERSE constitui um grupo de trabalho interno.

Artigo 171.º

**Tarifas de energia elétrica**

1 — Em 2017, o Governo procede:

*a*) Ao prolongamento do prazo para a extinção das tarifas transitórias para fornecimento de eletricidade aos clientes finais de baixa tensão normal, prevista para 31 de dezembro de 2017, de acordo com o estabelecido no artigo 5.º da Portaria n.º 97/2015, de 30 de março, definindo 31 de dezembro de 2020 como nova data;

*b*) À regulamentação da fixação do valor da tarifa transitória, regulada pela ERSE, fazendo-o corresponder ao valor médio de mercado e eliminando o diferencial previsto no n.º 4 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2011, de 1 de agosto.

2 — As remunerações fixadas administrativamente (*feed-in-tariff*) pela aquisição da energia adquirida pelo comercializador de último recurso (CUR) aos produtores em regime especial integram um apoio público, constituído pela diferença entre os custos reais incorridos pelo CUR na aquisição de eletricidade produzida em regime especial com remuneração garantida e os custos estimados para a aquisição de eletricidade a aplicar na definição das tarifas do CUR.

3 — O apoio público referido no número anterior não é acumulável com quaisquer outros apoios públicos, devendo ser deduzidos os valores recebidos pelos centros eletroprodutores que indevidamente beneficiaram em acumulação de outros apoios públicos à promoção e ao desenvolvimento das energias renováveis.

4 — O mecanismo de dedução ou reposição da acumulação indevida referida no número anterior é aprovado por portaria do membro do Governo responsável pela área da energia.

Artigo 172.º

**Operador logístico de mudança de comercializador de eletricidade e de gás natural**

1 — O Governo fica autorizado a criar, no prazo de 90 dias, no âmbito do sistema elétrico nacional e do sistema nacional de gás natural, o operador logístico de mudança de comercializador (OLMC), previsto no Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, e no Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de fevereiro, respetivamente, sem agravamento de custos para os clientes finais de eletricidade e de gás natural.

2 — A atividade de OLMC é exercida por uma única entidade que responde perante o membro do Governo responsável pela área da energia, com a incumbência de efetivar o direito à informação dos consumidores e de garantir que a mudança de comercializador de eletricidade e gás natural pelo consumidor final é efetuada de forma célere e baseada em regras e procedimentos simples, transparentes, padronizados e desmaterializados.

3 — A atividade de OLMC compreende as funções necessárias à mudança de comercializador de eletricidade e gás natural pelo consumidor final, a seu pedido, bem como as de colaborar na transparência dos mercados de eletricidade e de gás natural, disponibilizando aos consumidores finais o acesso fácil à informação a que têm direito, nomeadamente a operacionalização das mudanças de comercializador nos mercados de eletricidade e de gás natural, a gestão e manutenção da plataforma eletrónica de logística de mudança de comercializador e a prestação de informação personalizada aos consumidores de energia.

4 — Para o exercício das funções referidas no número anterior, a entidade que exerça a atividade de OLMC deve desempenhar as funções de leitura e recolha dos dados relevantes dos consumidores, podendo incluir a gestão dos equipamentos de medida, a recolha de informação local ou à distância e o fornecimento de informação sobre os agentes do mercado, prevendo-se o dever de colaboração e o dever de prestação de informação, por parte dos intervenientes no sistema elétrico nacional e no sistema nacional de gás natural.

5 — O tratamento de dados pessoais previstos nos números anteriores carece de parecer prévio da CNPD.

Artigo 173.º

**Reestruturação orgânica da fiscalização no setor energético**

No prazo de 90 dias, o Governo procede à reestruturação orgânica da fiscalização no setor energético, designadamente concentrando as atuais competências dispersas entre a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, a Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E. P. E. (ENMC, E. P. E.) e a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) numa entidade fiscaliza-

dora especializada para o setor energético, sem prejuízo das competências próprias da ERSE previstas nos seus estatutos e no Regime Sancionatório do Setor Energético, aprovado pela Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro.

Artigo 174.º

**Extinção da Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis**

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, o Governo procede à extinção da ENMC, E. P. E., criada pelo Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro, integrando, de entre as suas atribuições:

*a*) As competências da unidade de produtos petrolíferos e da unidade de biocombustíveis na ERSE;
*b*) As competências da unidade de reservas petrolíferas e da unidade de prospeção, pesquisa e exploração de recursos petrolíferos na DGEG.

2 — No prazo de 30 dias a contar da publicação da presente lei, a ERSE apresenta ao Governo um projeto de alteração dos respetivos estatutos e o Ministério da Economia procede às alterações da estrutura orgânica da DGEG no sentido de integrar as novas competências nos termos previstos no número anterior.
3 — Para efeitos do presente artigo, os estatutos da ERSE e demais legislação aplicável a este setor são revistos nos termos do n.º 4 do artigo seguinte.

Artigo 175.º

**Regulação do setor do gás de petróleo liquefeito, dos combustíveis derivados do petróleo e dos biocombustíveis**

1 — O setor do gás de petróleo liquefeito (GPL) em todas as suas categorias, nomeadamente engarrafado, canalizado e a granel, fica sujeito à regulação da ERSE.
2 — Ficam ainda sujeitos à regulação da ERSE os setores dos combustíveis derivados do petróleo e dos biocombustíveis.
3 — No prazo de 30 dias a contar do primeiro dia útil seguinte ao da publicação da presente lei, a ERSE deve apresentar ao Governo um projeto de alteração dos respetivos estatutos que integre estas novas atribuições de regulação.
4 — Os estatutos da ERSE e demais legislação relativa aos setores do GPL, dos combustíveis derivados do petróleo e dos biocombustíveis devem ser adaptados a estas novas atribuições de regulação, no prazo de 90 dias após a entrada em vigor da presente lei.
5 — A partir da avaliação do atual mercado do GPL butano e propano comercializado em gás de garrafa, são adotadas as medidas necessárias à redução do preço do gás de garrafa, adequando o seu regime de preços às necessidades dos consumidores.

Artigo 176.º

**Incorporação obrigatória de biocombustíveis**

Durante o ano de 2017, é derrogada a alínea *d*) e mantém-se como meta de incorporação a prevista na alínea *c*) ambas do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 6/2012, de 17 de janeiro, e 69/2016, de 3 de novembro.

Artigo 177.º

**Ligação do oleoduto ao Porto de Sines**

Durante o ano de 2017, o Governo procede à avaliação e aprovação dos atos necessários à criação de condições com vista a assegurar a ligação do oleoduto — que une atualmente a refinaria de Sines ao armazenamento de Aveiras — ao Porto de Sines.

Artigo 178.º

**Rede de radares meteorológicos**

O Governo concretiza a instalação da rede de radares meteorológicos na Região Autónoma dos Açores, tendo por base a Resolução da Assembleia da República n.º 100/2010, de 11 de agosto, e a Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 24/2013/A, de 8 de outubro.

Artigo 179.º

**Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira**

O Governo executa o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira.

Artigo 180.º

**Reforço dos meios de combate a incêndios e de apoio às populações na Região Autónoma da Madeira**

O Governo, em cooperação com os órgãos de governo próprio da Região Autónoma da Madeira, reforça os meios de combate aos incêndios naquela região autónoma, equacionando, designadamente, a utilização de meios aéreos, e o apoio às populações afetadas, garantindo a recuperação das habitações e outros bens materiais.

Artigo 181.º

**Incentivo pela introdução no consumo de veículos de baixas emissões**

No âmbito das medidas tendentes à redução de emissões de gases com efeito estufa, é criado um incentivo à introdução no consumo de veículos de baixas emissões, financiado pelo Fundo Ambiental, criado pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto.

Artigo 182.º

**Contribuições para instrumentos financeiros comparticipados**

A ADC, I. P., fica autorizada a enquadrar em ativos financeiros as contribuições para instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, que estabelece as regras gerais de aplicação dos programas operacionais e dos programas de desenvolvimento rural financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento, para o período de programação 2014-2020, com comparticipação do FEDER, FC ou FSE.

Artigo 183.º

**Centros de recolha animal**

1 — Em 2017, o Governo procede ao levantamento dos centros de recolha animal, das suas condições, e das necessidades existentes, com vista ao desenvolvimento

de uma rede efetiva de centros de recolha animal, nos termos do n.º 4 do artigo 2.º da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, que aprova medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população.

2 — Para os efeitos do disposto no número anterior, nos termos a regulamentar pelo Governo, o processo de construção de centros de recolha animal deve iniciar-se a partir do segundo semestre de 2017.

Artigo 184.º

**Formação de técnicos do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural**

O Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural deve promover a formação em produção agrícola em modo biológico de, pelo menos, dois técnicos do quadro de cada uma das direções regionais de agricultura e pescas.

Artigo 185.º

**Incentivo à mobilidade elétrica**

No ano de 2017, o Governo prossegue o programa de incentivo à mobilidade elétrica assegurando a introdução de, pelo menos, 150 veículos elétricos nos organismos da Administração Pública, sem prejuízo do compromisso assumido, através do projeto ECO.mob, para a inclusão de 1200 veículos elétricos no parque de veículos do Estado até 2019, bem como o reforço das infraestruturas de carregamento, com a instalação de, pelo menos, 250 novos pontos de carregamento em território nacional

Artigo 186.º

**Construção do itinerário complementar 35**

O Governo deve, na defesa do interesse público, concretizar a construção do itinerário complementar 35 (IC35), promovendo melhores condições de mobilidade para as populações dos concelhos de Penafiel, Marco de Canavezes, Castelo de Paiva e Cinfães, como previsto no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas, 2014-2020 (PETI3+).

Artigo 187.º

**Publicitação, das taxas devidas pela prestação de serviços por entidades públicas ou concessionárias de serviços públicos**

1 — Até à aprovação da Lei do Orçamento de Estado para 2018, todas as taxas e demais contribuições financeiras em vigor devidas pela prestação de qualquer serviço por entidades públicas ou concessionárias de serviços públicos devem ser elencadas e identificadas no Portal do Cidadão, em secção própria.

2 — Da identificação devem obrigatoriamente constar as seguintes informações:

*a*) A designação da taxa e o serviço a que se refere;
*b*) A indicação da base de incidência objetiva e subjetiva;
*c*) O valor ou a fórmula de cálculo do valor a cobrar, considerando o custo efetivo do serviço a prestar;
*d*) As disposições legais ou regulamentares que sustentam a cobrança da taxa;
*e*) As isenções e a sua fundamentação legal;
*f*) O modo de pagamento e outras formas de extinção;
*g*) A admissibilidade do pagamento em prestações.

Artigo 188.º

**Circuitos curtos de comercialização**

No ano de 2017, o Governo apresenta e desenvolve uma estratégia com o objetivo de estimular os mercados de proximidade e os circuitos curtos de comercialização.

Artigo 189.º

**Estratégia plurianual de requalificação e modernização do sistema prisional**

1 — Durante o ano de 2017, o Governo define uma estratégia plurianual de requalificação e modernização do sistema prisional.

2 — Para efeito do disposto no número anterior, deve ser elaborado, no prazo de seis meses, um relatório onde sejam identificadas as necessidades existentes ao nível da reabilitação de infraestruturas e do reforço de recursos humanos.

3 — O relatório referido no número anterior deve ser apresentado publicamente até ao final de setembro de 2017.

## CAPÍTULO X

## Impostos diretos

### SECÇÃO I

### Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

Artigo 190.º

**Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares**

Os artigos 3.º, 28.º, 31.º, 33.º, 41.º, 43.º, 56.º-A, 59.º, 60.º, 68.º, 72.º, 73.º, 78.º, 78.º-D, 78.º-E, 78.º-F e 99.º-B do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, adiante designado por Código do IRS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 3.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .

9 — Para efeitos da alínea *c*) do n.º 2, não configura uma transferência para o património particular do empresário a afetação de bem imóvel habitacional à obtenção de rendimentos da categoria F.

Artigo 28.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .

6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .
9 — . . . . . .
10 — . . . . . .
11 — . . . . . .
12 — . . . . . .
13 — . . . . . .
14 — Os titulares de rendimentos da exploração de estabelecimentos de alojamento local na modalidade de moradia ou apartamento podem, a cada ano, optar pela tributação de acordo com as regras estabelecidas para a categoria F.

Artigo 31.º

**[...]**

1 — . . . . . :

*a*) 0,15 às vendas de mercadorias e produtos, bem como às prestações de serviços efetuadas no âmbito de atividades de restauração e bebidas e de atividades hoteleiras e similares, com exceção daquelas que se desenvolvam no âmbito da atividade de exploração de estabelecimentos de alojamento local na modalidade de moradia ou apartamento;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . ;
*d*) . . . . . ;
*e*) . . . . . ;
*f*) . . . . . ;
*g*) . . . . . .

2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .
9 — . . . . . .
10 — . . . . . .
11 — . . . . . .
12 — . . . . . .

Artigo 33.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .
9 — As importâncias pagas ou devidas, a qualquer título, a pessoas singulares ou coletivas residentes fora do território português, e aí submetidas a um regime fiscal a que se referem o n.º 1 ou 5 do artigo 63.º-D da Lei Geral Tributária, ou cujo pagamento seja efetuado em contas abertas em instituições financeiras aí residentes ou domiciliadas, não são dedutíveis para efeitos de determinação do rendimento da categoria, salvo se o sujeito passivo provar que tais encargos correspondem a operações efetivamente realizadas e não têm um caráter anormal ou um montante exagerado.

Artigo 41.º

**[...]**

1 — Aos rendimentos brutos referidos no artigo 8.º deduzem-se, relativamente a cada prédio ou parte de prédio, todos os gastos efetivamente suportados e pagos pelo sujeito passivo para obter ou garantir tais rendimentos, com exceção dos gastos de natureza financeira, dos relativos a depreciações e dos relativos a mobiliário, eletrodomésticos e artigos de conforto ou decoração, bem como do adicional ao imposto municipal sobre imóveis.
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .

Artigo 43.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — Para apuramento do saldo positivo ou negativo referido no n.º 1, respeitante às operações efetuadas por residentes previstas nas alíneas *b*), *e*), *f*) e *g*) do n.º 1 do artigo 10.º, não relevam as perdas apuradas quando a contraparte da operação estiver sujeita a um regime fiscal a que se referem o n.º 1 ou 5 do artigo 63.º-D da Lei Geral Tributária.
6 — . . . . . .

Artigo 56.º-A

**[...]**

1 — Os rendimentos brutos de cada uma das categorias A, B e H auferidos por sujeitos passivos com deficiência são considerados, para efeitos de IRS:

*a*) Apenas por 85 % nos casos das categorias A e B;
*b*) Apenas por 90 % no caso da categoria H.

2 — . . . . . .

Artigo 59.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . :

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) A opção é válida apenas para o ano em questão;
*d*) *(Revogada).*

Artigo 60.º

**[...]**

1 — A declaração a que se refere o n.º 1 do artigo 57.º é entregue de 1 de abril a 31 de maio.

2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .

Artigo 68.º

**[...]**

1 — . . . . . :

| Rendimento coletável (euros) | Taxas (percentagem) | |
|---|---|---|
| | Normal (A) | Média (B) |
| Até 7091 | 14,50 | 14,500 |
| De mais de 7091 até 20261 | 28,50 | 23,600 |
| De mais de 20261 até 40522 | 37 | 30,300 |
| De mais de 40522 até 80640 | 45 | 37,613 |
| Superior a 80640 | 48 | |

2 — O quantitativo do rendimento coletável, quando superior a € 7 091 é dividido em duas partes: uma, igual ao limite do maior dos escalões que nele couber, à qual se aplica a taxa da col. (B) correspondente a esse escalão; outra, igual ao excedente, a que se aplica a taxa da col. (A) respeitante ao escalão imediatamente superior.

Artigo 72.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .
9 — . . . . . .
10 — . . . . . .
11 — . . . . . .
12 — . . . . . .

13 — Para efeitos da aplicação da taxa prevista no n.º 3, são equiparadas a gratificações auferidas pela prestação ou em razão da prestação de trabalho, quando não atribuídas pela entidade patronal, as compensações e subsídios, referentes à atividade voluntária, postos à disposição dos bombeiros, pelas associações humanitárias de bombeiros, até ao limite máximo anual, por bombeiro, de três vezes o indexante de apoios sociais.

Artigo 73.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .

6 — São sujeitas ao regime do n.º 1, sendo a taxa aplicável 35 %, as despesas correspondentes a importâncias pagas ou devidas, a qualquer título, a pessoas singulares ou coletivas residentes fora do território português e aí submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável a que se refere o n.º 1 do artigo 63.º-D da Lei Geral Tributária, ou cujo pagamento seja efetuado em contas abertas em instituições financeiras aí residentes ou domiciliadas, salvo se o sujeito passivo puder provar que tais encargos correspondem a operações efetivamente realizadas e não têm um caráter anormal ou um montante exagerado.

7 — . . . . . .
8 — . . . . . .
9 — . . . . . .
10 — . . . . . .
11 — . . . . . .

Artigo 78.º

**[...]**

1 — . . . . . :

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . ;
*d*) . . . . . ;
*e*) . . . . . ;
*f*) . . . . . ;
*g*) . . . . . ;
*h*) . . . . . ;
*i*) . . . . . ;
*j*) . . . . . ;
*k*) . . . . . ;

*l*) Ao adicional ao imposto municipal sobre imóveis, nos termos do artigo 135.º-I do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . :

*a*) Para contribuintes que tenham um rendimento coletável igual ou inferior ao valor do 1.º escalão do n.º 1 artigo 68.º, sem limite;

*b*) Para contribuintes que tenham um rendimento coletável superior ao valor do 1.º escalão e igual ou inferior ao valor do último escalão do n.º 1 do artigo 68.º, o limite resultante da aplicação da seguinte fórmula:

€ 1 000 + [(€ 2 500 – € 1 000) × [valor do último escalão — Rendimento Coletável]]
valor do último escalão — valor do primeiro escalão;

*c*) Para contribuintes que tenham um rendimento coletável superior ao valor do último escalão do n.º 1 do artigo 68.º, o montante de € 1 000.

8 — . . . . . .
9 — . . . . . .
10 — . . . . . .

11 — No caso do regime de tributação separada, quando o valor das deduções à coleta previstas no presente Código é determinado por referência ao agregado familiar, para cada um dos cônjuges ou unidos de facto:

*a*) Os limites dessas deduções são reduzidos para metade;

*b*) As percentagens de dedução à coleta são aplicadas à totalidade das despesas de que cada sujeito passivo seja titular acrescida de 50 % das despesas de que sejam titulares os dependentes que integram o agregado.

Artigo 78.º-D

**[...]**

1 — . . . . . :

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) Que conste de faturas que titulem prestações de serviços comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira nos termos do Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto, ou emitidas no Portal das Finanças, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 115.º, desde que as mesmas se refiram a refeições escolares e o número de identificação fiscal seja de um prestador de serviços de fornecimento de refeições escolares.

2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .
9 — . . . . . .
10 — Para efeitos do disposto na alínea *c*) do n.º 1:

*a*) Os sujeitos passivos devem indicar no Portal das Finanças quais as faturas que titulam as aquisições referentes a refeições escolares;
*b*) A identificação fiscal dos prestadores de serviços de fornecimento de refeições escolares é comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira nos termos a definir por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da educação.

Artigo 78.º-E

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . :

*a*) Para contribuintes que tenham um rendimento coletável igual ou inferior ao valor do primeiro escalão do n.º 1 do artigo 68.º, um montante de € 800;
*b*) Para contribuintes que tenham um rendimento coletável superior ao valor do primeiro escalão do n.º 1 do artigo 68.º e igual ou inferior a € 30 000, o limite resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$€\ 502 + \left[(€\ 800 - €\ 502) \times \left[\frac{€\ 30\ 000 - \text{Rendimento Coletável}}{€\ 30\ 000 - \text{valor do primeiro escalão}}\right]\right]$$

5 — . . . . . :

*a*) Para contribuintes que tenham um rendimento coletável igual ou inferior ao valor do primeiro escalão do n.º 1 do artigo 68.º, um montante de € 450;
*b*) Para contribuintes que tenham um rendimento coletável superior ao valor do primeiro escalão do n.º 1 do artigo 68.º e igual ou inferior a € 30 000, o limite resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$€\ 296 + \left[(€\ 450 - €\ 296) \times \left[\frac{€\ 30\ 000 - \text{Rendimento Coletável}}{€\ 30\ 000 - \text{valor do primeiro escalão}}\right]\right]$$

6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .

Artigo 78.º-F

**[...]**

1 — . . . . . :

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) Secção I — Alojamento, restauração e similares, salvo se a fatura já tiver sido considerada para efeitos de dedução como despesa de educação;
*d*) . . . . . ;
*e*) . . . . . .

2 — . . . . . .
3 — É ainda dedutível à coleta, concorrendo para o limite referido no n.º 1, um montante correspondente a 100 % do IVA suportado por qualquer membro do agregado familiar, com a aquisição de passes mensais para utilização de transportes públicos coletivos, emitidos por operadores de transportes públicos de passageiros com o CAE classe 49310, 49391, 49392, 50102 e 50300, todos da secção H, que conste de faturas que titulem prestações de serviços comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira nos termos das disposições indicadas no n.º 1.
4 — *(Anterior n.º 3).*
5 — *(Anterior n.º 4).*

Artigo 99.º-B

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — As tabelas respeitantes a «casado, único titular» aplicam-se aos rendimentos auferidos por titulares casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, quando apenas um dos cônjuges aufira rendimentos englobáveis, ou, auferindo-os ambos, o rendimento de um deles seja igual ou superior a 95 % do rendimento englobado.»

Artigo 191.º

**Aditamento ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares**

São aditados ao Código do IRS, os artigos 58.º-A e 153.º com a seguinte redação:

«Artigo 58.º-A

**Declaração automática de rendimentos**

1 — Relativamente aos sujeitos passivos abrangidos pela declaração automática de rendimentos, a Autoridade Tributária e Aduaneira, tendo por base os

elementos informativos relevantes de que disponha, disponibiliza no Portal das Finanças:

*a*) Uma declaração de rendimentos provisória por cada regime de tributação, separada e conjunta, quando aplicável;

*b*) A correspondente liquidação provisória do imposto; e

*c*) Os elementos que serviram de base ao cálculo das deduções à coleta.

2 — Os sujeitos passivos, caso verifiquem que os elementos apurados pela Autoridade Tributária e Aduaneira correspondem aos rendimentos do ano a que o imposto respeita e a outros elementos relevantes para a determinação da sua concreta situação tributária, podem confirmar a declaração provisória, que se considera entregue pelo sujeito passivo nos termos legais.

3 — A declaração de rendimentos provisória de sujeito passivo não dispensado da entrega de declaração nos termos do artigo anterior, converte-se em declaração entregue pelo sujeito passivo nos termos legais quando, no fim do prazo a que se refere o n.º 1 do artigo 60.º, não se tenha verificado a confirmação nem a entrega de qualquer declaração de rendimentos, podendo o sujeito passivo entregar uma declaração de substituição nos 30 dias posteriores à liquidação sem qualquer penalidade.

4 — A liquidação provisória prevista no n.º 1 converte-se em definitiva:

*a*) No momento da confirmação da declaração provisória, observando-se o regime de tributação escolhido pelo sujeito passivo;

*b*) No termo do prazo legal de entrega a que se refere o n.º 1 do artigo 60.º, no caso previsto no número anterior, observando-se, no caso de sujeitos passivos casados ou unidos de facto, o regime de tributação separada.

5 — Os sujeitos passivos consideram-se notificados da liquidação efetuada nos termos do n.º 2 no momento da confirmação quando não haja lugar a cobrança de imposto, sendo notificados nos termos gerais nos restantes casos, através de carta registada.

6 — Para efeitos do disposto no n.º 1, os sujeitos passivos podem, até 15 de fevereiro, indicar no Portal das Finanças os elementos pessoais relevantes, nomeadamente a composição do seu agregado familiar no último dia do ano a que o imposto respeite, mediante autenticação de todos os membros do agregado familiar.

7 — Caso os sujeitos passivos não efetuem a comunicação prevista no número anterior, a declaração de rendimentos provisória disponibilizada pela Autoridade Tributária e Aduaneira tem por base os elementos pessoais declarados em relação ao período de tributação anterior e, na sua falta, considera-se que o sujeito passivo não é casado ou unido de facto e não tem dependentes.

8 — O universo dos sujeitos passivos abrangidos pelo disposto no presente artigo é fixado por decreto regulamentar.

9 — Os sujeitos passivos não abrangidos nos termos do número anterior, bem como os sujeitos passivos cuja declaração de rendimentos provisória não corresponde à sua concreta situação tributária, devem apresentar, dentro do prazo legal, a declaração de rendimentos a que se refere o artigo 57.º, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

10 — A declaração automática de rendimentos não dispensa os sujeitos passivos da obrigação prevista no artigo 128.º

11 — Nos casos previstos no n.º 3 não há lugar à audição prévia do sujeito passivo, sendo disponibilizados na área reservada do Portal das Finanças, os elementos informativos que serviram de base à liquidação.

Artigo 153.º

**Consignações em sede de IRS**

1 — A escolha da entidade à qual o sujeito passivo pretende efetuar a consignação prevista no artigo anterior, bem como as consignações de IVA e IRS a que se referem os artigos 78.º-F e 152.º do CIRS, o artigo 32.º da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho e o artigo 14.º da Lei n.º 35/98, de 18 de julho pode ser feita, previamente à entrega ou confirmação da declaração de rendimentos, no Portal das Finanças.

2 — Caso o sujeito passivo não confirme nem proceda à entrega de uma declaração de rendimentos será considerada a consignação que tiver sido previamente comunicada no Portal das Finanças.»

Artigo 192.º

**Medidas transitórias sobre deduções à coleta a aplicar à declaração de rendimentos de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares relativa ao ano de 2016**

1 — Sem prejuízo do disposto nos artigos 78.º-C a 78.º-E e 84.º do Código do IRS, no que se refere ao apuramento das deduções à coleta pela AT os sujeitos passivos de IRS podem, na declaração de rendimentos respeitante ao ano de 2016, declarar o valor das despesas a que se referem aqueles artigos.

2 — O uso da faculdade prevista no número anterior determina, para efeitos do cálculo das deduções à coleta previstas nos artigos 78.º-C a 78.º-E e 84.º do Código do IRS, a consideração dos valores declarados pelos sujeitos passivos, os quais substituem os que tenham sido comunicados à AT nos termos da lei.

3 — O uso da faculdade prevista no n.º 1 não dispensa o cumprimento da obrigação de comprovar os montantes declarados referentes às despesas referidas nos artigos 78.º-C a 78.º-E e 84.º do Código do IRS, relativamente à parte que exceda o valor que foi previamente comunicado à AT, e nos termos gerais do artigo 128.º do Código do IRS.

4 — Relativamente ao ano de 2016, o disposto no n.º 7 do artigo 78.º-B do Código do IRS não é aplicável às deduções à coleta constantes dos artigos 78.º-C a 78.º-E e 84.º do Código do IRS, sendo substituído pelo mecanismo previsto nos números anteriores.

Artigo 193.º

**Disposição transitória relativa às liquidações de IRS de 2016 decorrentes da determinação automática dos elementos relevantes pela Autoridade Tributária e Aduaneira**

1 — Relativamente aos rendimentos de 2016, o disposto no artigo 58.º-A do Código do IRS aplica-se apenas

aos sujeitos passivos que preencham cumulativamente as seguintes condições:

*a*) Apenas tenham auferido rendimentos do trabalho dependente ou de pensões, com exclusão de rendimentos de pensões de alimentos, bem como de rendimentos tributados pelas taxas previstas no artigo 71.º do Código do IRS e não pretendam, quando legalmente permitido, optar pelo seu englobamento;

*b*) Obtenham rendimentos apenas em território português, cuja entidade devedora ou pagadora esteja obrigada à comunicação de rendimentos e retenções prevista no artigo 119.º do Código do IRS;

*c*) Não aufiram gratificações previstas na alínea *g*) do n.º 3 do artigo 2.º do Código do IRS;

*d*) Sejam considerados residentes durante a totalidade do ano a que o imposto respeita;

*e*) Não detenham o estatuto de residente não habitual;

*f*) Não usufruam de benefícios fiscais e não tenham acréscimos ao rendimento por incumprimento de condições relativas a benefícios fiscais;

*g*) Não tenham pago pensões de alimentos;

*h*) Não tenham dependentes a cargo nem deduções relativas a ascendentes.

2 — Às liquidações de IRS do ano de 2016 previstas no artigo 58.º-A do Código do IRS não são aplicadas as deduções à coleta previstas nas alíneas *a*), *f*), *i*), *j*) e *k*) do n.º 1 do artigo 78.º do CIRS.

3 — A possibilidade de indicação da composição do agregado familiar, prevista nos n.os 6 e 7 do artigo 58.º-A do Código do IRS entra em vigor em 1 de janeiro de 2018, sendo as declarações provisórias relativas ao ano de 2016 apresentadas com base nos elementos pessoais declarados no ano anterior e, na sua falta, são apresentadas considerando que o sujeito passivo não seja casado ou unido de facto e não tenha dependentes.

Artigo 194.º

**Sobretaxa de IRS**

1 — A sobretaxa em sede de IRS, a que se refere a Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro, é aplicável aos sujeitos passivos que aufiram em 2017 rendimentos que excedam o limite superior do 2.º escalão da tabela do n.º 1 do artigo 68.º do Código do IRS, nos termos dos números seguintes.

2 — As retenções na fonte previstas no n.º 8 do artigo 3.º da Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro, são aplicadas aos rendimentos auferidos em 2017 às taxas aplicadas em 2016, e sujeitas a um princípio de extinção gradual, nos seguintes termos:

*a*) Ao 3.º escalão são aplicáveis retenções na fonte aos rendimentos auferidos até 30 de junho de 2017;

*b*) Ao 4.º e 5.º escalões são aplicáveis retenções na fonte aos rendimentos auferidos até 30 de novembro de 2017.

3 — Para os rendimentos auferidos em 2017, a sobretaxa aplicável observa o disposto na tabela seguinte:

| Rendimento coletável (euros) | Taxas (percentagem) |
|---|---|
| De mais de 20261 até 40522 | 0,88 % |
| De mais de 40522 até 80640 | 2,75 % |
| Superior a 80640 | 3,21 % |

4 — É aplicável à sobretaxa prevista no presente artigo o disposto no artigo 3.º da Lei n.º 159-D/2015 de 30 de dezembro.

Artigo 195.º

**Norma transitória no âmbito do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares**

1 — Para os efeitos do n.º 14 do artigo 2.º do CIRS, no ano de 2017 é considerado o valor fixado para o mês de janeiro.

2 — O aditamento do artigo 153.º entra em vigor em 1 de janeiro de 2018, sendo as consignações relativas às declarações de rendimentos do ano de 2016 efetuadas aquando da confirmação ou entrega da declaração de rendimentos, ou, nos casos previstos no n.º 3 do artigo 58.º-A, através da entrega de declaração de substituição.

3 — As despesas de educação referentes à alimentação em refeitório escolar, de alunos inscritos em qualquer grau de ensino, em 2016, são dedutíveis à coleta de IRS nos termos previstos no n.º 1 do artigo 78.º-D do Código do IRS, independentemente da entidade que presta o referido serviço e da taxa de IVA aplicada, com as necessárias adaptações e de acordo com os procedimentos a definir pelo Governo.

Artigo 196.º

**Norma revogatória no âmbito do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares**

É revogada a alínea *d*) do n.º 2 do artigo 59.º do Código do IRS.

SECÇÃO II

**Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas**

Artigo 197.º

**Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas**

1 — Os artigos 8.º, 10.º, 23.º-A, 24.º, 48.º, 51.º-C, 86.º-B, 88.º, 106.º e 123.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, adiante designado por Código do IRC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 8.º

**[...]**

1 — . . . . . .

2 — As pessoas coletivas com sede ou direção efetiva em território português, bem como as pessoas coletivas ou outras entidades sujeitas a IRC que não tenham sede nem direção efetiva neste território e nele disponham de estabelecimento estável, podem adotar um período anual de imposto diferente do estabelecido no número anterior, o qual deve coincidir com o período social de prestação de contas, devendo ser mantido durante, pelo menos, os cinco períodos de tributação imediatos.

3 — . . . . . .

4 — . . . . . .

5 — . . . . . .

6 — . . . . . .

7 — . . . . . .

8 — . . . . . .

9 — . . . . . .
10 — . . . . . .
11 — . . . . . .
12 — . . . . . .

Artigo 10.º

[...]

1 — . . . . . :

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar.

2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .

Artigo 23.º-A

[...]

1 — . . . . . .

*a*) . . . . . .
*b*) . . . . . .
*c*) . . . . . .
*d*) . . . . . .
*e*) . . . . . .
*f*) . . . . . .
*g*) . . . . . .
*h*) . . . . . .
*i*) . . . . . .
*j*) . . . . . .
*k*) . . . . . .
*l*) . . . . . .
*m*) . . . . . .
*n*) . . . . . .
*o*) . . . . . .
*p*) . . . . . .
*q*) . . . . . .
*r*) As importâncias pagas ou devidas, a qualquer título, a pessoas singulares ou coletivas residentes fora do território português e aí submetidas a um regime fiscal a que se referem os n.os 1 ou 5 do artigo 63.º-D da Lei Geral Tributária, ou cujo pagamento seja efetuado em contas abertas em instituições financeiras aí residentes ou domiciliadas, salvo se o sujeito passivo provar que tais encargos correspondem a operações efetivamente realizadas e não têm um caráter anormal ou um montante exagerado.

2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — O disposto na alínea *r*) do n.º 1 aplica-se igualmente às importâncias indiretamente pagas ou devidas, a qualquer título, às pessoas singulares ou coletivas residentes fora do território português e aí submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável a que se referem os n.os 1 ou 5 do artigo 63.º-D da Lei Geral Tributária, quando o sujeito passivo tenha ou devesse ter conhecimento do seu destino, presumindo-se esse conhecimento quando existam relações especiais, nos termos do n.º 4 do artigo 63.º, entre o sujeito passivo e as referidas pessoas singulares ou coletivas, ou entre o sujeito passivo e o mandatário, fiduciário ou interposta pessoa que procede ao pagamento às pessoas singulares ou coletivas.
8 — . . . . . .
9 — . . . . . .

Artigo 24.º

[...]

1 — *(Atual corpo do artigo).*
2 — Não obstante o disposto na alínea *c*) do número anterior, concorrem, ainda, para a determinação do lucro tributável, nas mesmas condições referidas para os gastos e perdas, as variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido do período de tributação relativas à distribuição de rendimentos de instrumentos de fundos próprios adicionais de nível 1 ou de fundos próprios de nível 2 que cumpram os requisitos previstos no Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, desde que não atribuam ao respetivo titular o direito a receber dividendos nem direito de voto em assembleia geral de acionistas e não sejam convertíveis em partes sociais.

Artigo 48.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .
9 — . . . . . .
10 — Não são suscetíveis de beneficiar deste regime as propriedades de investimento, ainda que reconhecidas na contabilidade como ativo fixo tangível.

Artigo 51.º-C

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — As perdas por imparidade e outras correções de valor de partes sociais ou de outros instrumentos de capital próprio, que tenham concorrido para a formação do lucro tributável, ao abrigo do estabelecido no n.º 2 do artigo 28.º-A, consideram-se componentes positivas do lucro tributável no período de tributação em que ocorra a respetiva transmissão onerosa, sempre que seja aplicado o disposto nos n.os 1 a 3 do presente artigo.

Artigo 86.º-B

**[...]**

1 — . . . . . :

*a*) 0,04 das vendas de mercadorias e produtos, bem como das prestações de serviços efetuadas no âmbito de atividades de restauração e bebidas e de atividades hoteleiras e similares, com exceção daquelas que se desenvolvam no âmbito da atividade de exploração de estabelecimentos de alojamento local na modalidade de moradia ou apartamento;

*b*) . . . . . ;

*c*) . . . . . ;

*d*) . . . . . ;

*e*) . . . . . ;

*f*) . . . . . ;

*g*) 0,35 dos rendimentos da exploração de estabelecimentos de alojamento local na modalidade de moradia ou apartamento.

2 — . . . . .

3 — . . . . .

4 — . . . . .

5 — . . . . .

6 — . . . . .

7 — . . . . .

8 — . . . . .

9 — . . . . .

10 — . . . . .

11 — . . . . .

Artigo 88.º

**[...]**

1 — . . . . .

2 — . . . . .

3 — . . . . .

4 — . . . . .

5 — . . . . .

6 — . . . . .

7 — São tributados autonomamente à taxa de 10 % os encargos efetuados ou suportados relativos a despesas de representação, considerando-se como tal, nomeadamente, as despesas suportadas com receções, refeições, viagens, passeios e espetáculos oferecidos no País ou no estrangeiro a clientes ou fornecedores ou ainda a quaisquer outras pessoas ou entidades.

8 — São sujeitas ao regime dos n.os 1 ou 2, consoante os casos, sendo as taxas aplicáveis, respetivamente, 35 % ou 55 %, as despesas correspondentes a importâncias pagas ou devidas, a qualquer título, a pessoas singulares ou coletivas residentes fora do território português e aí submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável a que se refere o n.º 1 do artigo 63.º-D da Lei Geral Tributária, ou cujo pagamento seja efetuado em contas abertas em instituições financeiras aí residentes ou domiciliadas, salvo se o sujeito passivo puder provar que correspondem a operações efetivamente realizadas e não têm um caráter anormal ou um montante exagerado.

9 — São ainda tributados autonomamente, à taxa de 5 %, os encargos efetuados ou suportados relativos a ajudas de custo e à compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador, ao serviço da entidade patronal, não faturados a clientes, escriturados a qualquer título, exceto na parte em que haja lugar a tributação em sede de IRS na esfera do respetivo beneficiário.

10 — . . . . .

11 — . . . . .

12 — . . . . .

13 — . . . . .

14 — . . . . .

15 — . . . . .

16 — . . . . .

17 — . . . . .

18 — . . . . .

19 — . . . . .

20 — . . . . .

21 — . . . . .

Artigo 106.º

**[...]**

1 — . . . . .

2 — O montante do pagamento especial por conta é igual a 1 % do volume de negócios relativo ao período de tributação anterior, com o limite mínimo de € 850, e, quando superior, é igual a este limite acrescido de 20 % da parte excedente, com o limite máximo de € 70 000.

3 — . . . . .

4 — Para efeitos do disposto no n.º 2, o volume de negócios corresponde ao valor das vendas e dos serviços prestados geradores de rendimentos sujeitos e não isentos.

5 — . . . . .

6 — . . . . .

7 — . . . . .

8 — . . . . .

9 — . . . . .

10 — . . . . .

11 — . . . . . :

*a*) Os sujeitos passivos totalmente isentos de IRC, ainda que a isenção não inclua rendimentos que sejam sujeitos a tributação por retenção na fonte com caráter definitivo, bem como os sujeitos passivos que apenas aufiram rendimentos não sujeitos ou isentos;

*b*) . . . . . ;

*c*) . . . . . ;

*d*) . . . . .

12 — . . . . .

13 — . . . . .

14 — . . . . .

Artigo 123.º

**[...]**

1 — . . . . .

2 — . . . . .

3 — . . . . .

4 — . . . . .

5 — . . . . .

6 — . . . . .

7 — . . . . .

8 — As entidades referidas no n.º 1 devem dispor de capacidade de exportação de ficheiros nos termos e formatos a definir por portaria do Ministro das Finanças.

9 — . . . . . »

2 — O limite mínimo de pagamento especial por conta previsto no n.º 2 do artigo 106.º do Código do IRC é reduzido progressivamente até 2019, sendo substituído por um regime adequado de apuramento da matéria coletável, nos termos previstos no artigo 90.º, através da aplicação de coeficientes técnico-económicos por atividade económica a publicar em portaria.

Artigo 198.º

**Norma transitória no âmbito do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas**

1 — Deve ser incluído no lucro tributável do grupo, determinado nos termos do artigo 70.º do Código do IRC, relativo ao primeiro período de tributação que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2017, um quarto dos resultados internos que tenham sido eliminados ao abrigo do anterior regime de tributação pelo lucro consolidado, em vigor até à alteração promovida pela Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro, alterada pelas Leis n.os 85/2001, de 4 de agosto, 109-B/2001, de 27 de dezembro, e 7-A/2016, de 30 de março, ainda pendentes, no termo do período de tributação com início em ou após 1 de janeiro de 2016, de incorporação no lucro tributável, nos termos do regime transitório previsto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro, alterada pelas Leis n.os 85/2001, de 4 de agosto, 109-B/2001, de 27 de dezembro, e 7-A/2016, de 30 de março, nomeadamente por não terem sido considerados realizados pelo grupo até essa data, continuando a aplicar-se este regime transitório relativamente ao montante remanescente daqueles resultados.

2 — É devido, durante o mês de julho de 2017 ou, nos casos dos n.os 2 e 3 do artigo 8.º do Código do IRC, no sétimo mês do primeiro período de tributação que se inicie após 1 de janeiro de 2017, um pagamento por conta autónomo, em valor correspondente à aplicação da taxa prevista no n.º 1 do artigo 87.º do Código do IRC sobre o valor dos resultados internos incluídos no lucro tributável do grupo nos termos do número anterior, o qual será dedutível ao imposto a pagar na liquidação do IRC relativa ao primeiro período de tributação que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2017.

3 — Em caso de cessação ou renúncia à aplicação do regime especial de tributação dos grupos de sociedades, estabelecido nos artigos 69.º e seguintes do Código do IRC, no decorrer do período previsto no n.º 1, o montante dos resultados internos referido nesse n.º 1, deve ser incluído, pela sua totalidade, no último período de tributação em que aquele regime se aplique.

4 — O contribuinte deve dispor de informação e documentação que demonstre os montantes referidos no n.º 1, que integra o processo de documentação fiscal, nos termos do artigo 130.º do Código do IRC.

5 — A redação dada pela presente lei ao n.º 2 do artigo 8.º do Código do IRC aplica-se aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017.

Artigo 199.º

**Norma revogatória no âmbito do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas**

São revogados o n.º 15 do artigo 52.º e o n.º 6 do artigo 71.º do Código do IRC.

CAPÍTULO XI

**Impostos indiretos**

SECÇÃO I

**Imposto sobre o valor acrescentado**

Artigo 200.º

**Alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado**

Os artigos 9.º, 27.º e 28.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, adiante designado por Código do IVA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 9.º

**[...]**

1) . . . . . ;
2) . . . . . ;
3) As prestações de serviços efetuadas no exercício da sua atividade por protésicos dentários bem como as transmissões de próteses dentárias efetuadas por dentistas e protésicos dentários;
4) . . . . . ;
5) . . . . . ;
6) . . . . . ;
7) . . . . . ;
8) . . . . . ;
9) . . . . . ;
10) . . . . . ;
11) . . . . . ;
12) . . . . . ;
13) . . . . . ;
14) . . . . . ;
15) . . . . . ;
16) . . . . . ;
17) . . . . . ;
18) . . . . . ;
19) . . . . . ;
20) . . . . . ;
21) . . . . . ;
22) . . . . . ;
23) . . . . . ;
24) . . . . . ;
25) . . . . . ;
26) . . . . . ;
27) . . . . . ;
28) . . . . . ;
29) . . . . . ;
30) . . . . . ;
31) . . . . . ;
32) . . . . . ;
33) . . . . . ;
34) . . . . . ;
35) . . . . . ;
36) . . . . . ;
37) . . . . . .

Artigo 27.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .

4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — Os sujeitos passivos podem optar pelo pagamento do imposto devido pelas importações de bens nos termos do n.º 1, desde que:

*a*) Se encontrem abrangidos pelo regime de periodicidade mensal previsto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 41.º;
*b*) Tenham a situação fiscal regularizada;
*c*) Pratiquem exclusivamente operações sujeitas e não isentas ou isentas com direito à dedução, sem prejuízo da realização de operações imobiliárias ou financeiras que tenham caráter meramente acessório;
*d*) Não beneficiem, à data em que a opção produza efeitos, de diferimento do pagamento do IVA relativo a anteriores importações.

9 — A forma e prazo de exercício da opção prevista no número anterior são reguladas por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Artigo 28.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — Sem prejuízo do disposto no n.º 8 do artigo anterior, o pagamento do imposto devido pelas importações de bens é efetuado junto dos serviços aduaneiros competentes, de acordo com as regras previstas na regulamentação comunitária aplicável aos direitos de importação, salvo nas situações em que, mediante a prestação de garantia, seja concedido o diferimento do pagamento, caso em que este é efetuado:

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . .

4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .
9 — . . . . . »

Artigo 201.º

**Alteração à Lista I anexa ao Código do IVA**

As verbas 1.3.3 e 2.5 da Lista I anexa ao Código do IVA passam a ter a seguinte redação:

«1.3.3 — Moluscos, ainda que secos ou congelados.»
«2.5 — . . . . . :

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . ;
*d*) . . . . . ;
*e*) Medidores e tiras de glicemia, de glicosúria e acetonúria, outros dispositivos para medição análogos, agulhas, seringas e canetas para administração de insulina, utilizados na prevenção e tratamento da Diabetes mellitus»;
*f*) . . . . . »

Artigo 202.º

**Alteração à Lista II anexa ao Código do IVA**

A verba 1.2.1 da Lista II anexa ao Código do IVA passa a ter a seguinte redação:

«1.2.1 — Conservas de moluscos.»

Artigo 203.º

**Aditamento à Lista II anexa ao Código do IVA**

É aditado à Lista II anexa ao Código do IVA, a verba 1.12 com a seguinte redação:

«1.12 — Flocos prensados simples de cereais e leguminosas sem adições de açúcar.»

Artigo 204.º

**Transferência do imposto sobre o valor acrescentado para o desenvolvimento do turismo regional**

1 — A transferência a título do IVA destinada às entidades regionais de turismo é de € 16 403 270.
2 — O montante referido no número anterior é transferido do orçamento do subsetor Estado para o Turismo de Portugal, I. P.
3 — A receita a transferir para as entidades regionais de turismo ao abrigo do número anterior é distribuída com base nos critérios definidos na Lei n.º 33/2013, de 16 de maio, que estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da organização e funcionamento das entidades regionais de turismo.

Artigo 205.º

**Disposição transitória no âmbito do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado**

1 — A redação do n.º 8 do artigo 27.º do Código do IVA, dada pela presente lei, entra em vigor a 1 de março de 2018, sendo aplicável a partir do dia 1 de setembro de 2017 às importações de bens constantes do anexo C do Código do IVA, com exceção dos óleos minerais.
2 — Às aquisições destinadas às forças e serviços de segurança e que nos termos da lei sejam realizadas através da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, é aplicável o regime estabelecido no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 113/90, de 5 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 139/92, de 17 de julho, e pelas Leis n.os 30-C/2000, de 29 de dezembro, e 55-B/2004, de 30 de dezembro.

Artigo 206.º

**Compromissos no âmbito do imposto sobre o valor acrescentado**

O Governo, no sentido de contribuir para uma maior integração social e diminuição das desigualdades existentes, compromete-se, durante os primeiros 120 dias do ano de 2017, a proceder ao alargamento do âmbito de aplicação da verba 2.9 da Lista I anexa ao Código do IVA, mediante revisão da lista aprovada por despacho conjunto dos Ministros das Finanças, da Solidariedade e Segurança Social e da Saúde para a qual esta remete, comprometendo-se a incluir todos os produtos, aparelhos e objetos de apoio que constem da lista homologada pelo

Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., aprovada nos termos da Norma ISO 9999:2007, cuja utilização seja exclusiva de pessoas com deficiência, sem prejuízo da inclusão de mais produtos para além desses.

Artigo 207.º

**Autorização legislativa no âmbito do imposto sobre o valor acrescentado**

1 — Fica o Governo autorizado a introduzir alterações à verba 3.1 da Lista II do Código do IVA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, de forma a ampliar a sua aplicação a outras prestações de serviços de bebidas, alargando-a a bebidas que se encontram excluídas.

2 — Nas alterações a introduzir nos termos do número anterior devem ser tidas em conta as conclusões do grupo de trabalho interministerial criado pelo Despacho n.º 8591-C/2016, de 1 de julho.

SECÇÃO II

**Imposto do selo**

Artigo 208.º

**Alteração ao Código do Imposto do Selo**

O artigo 7.º do Código do Imposto do Selo, aprovado em anexo à Lei n.º 150/99, de 11 de setembro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 7.º

**[...]**

1 — . . . . . :

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . ;
*d*) . . . . . ;
*e*) . . . . . ;
*f*) As garantias prestadas ao Estado no âmbito da gestão da respetiva dívida pública direta, e ao Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P., em nome próprio ou em representação dos fundos sob sua gestão, com a exclusiva finalidade de cobrir a sua exposição a risco de crédito;
*g*) . . . . . ;
*h*) . . . . . ;
*i*) . . . . . ;
*j*) . . . . . ;
*l*) . . . . . ;
*m*) . . . . . ;
*n*) . . . . . ;
*o*) . . . . . ;
*p*) . . . . . ;
*q*) . . . . . ;
*r*) . . . . . ;
*s*) . . . . . ;
*t*) . . . . . ;
*u*) . . . . . .

2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . . »

Artigo 209.º

**Alteração à Tabela Geral do Imposto do Selo**

As verbas 11.3 e 11.4 da Tabela Geral do Imposto do Selo, aprovada em anexo à Lei n.º 150/99, de 11 de setembro, passam a ter a seguinte redação:

«11.3 — Jogos sociais do Estado: incluídos no preço de venda da aposta — 4,5 %;
11.4 — Jogos sociais do Estado: sobre a parcela do prémio que exceder € 5.000 — 20 %»

Artigo 210.º

**Norma revogatória no âmbito do Código do Imposto do Selo**

1 — São revogados o n.º 4 do artigo 2.º, a alínea *u*) do n.º 3 do artigo 3.º, o n.º 6 do artigo 4.º, a alínea *u*) do n.º 1 do artigo 5.º, o n.º 6 do artigo 7.º, o n.º 7 do artigo 23.º, o n.º 5 do artigo 44.º, o n.º 5 do artigo 46.º, o n.º 3 do artigo 49.º e o n.º 2 do artigo 67.º, do Código do Imposto do Selo.

2 — É revogada a verba 28 da Tabela Geral do Imposto do Selo.

3 — O disposto nos números anteriores produz efeitos a 31 de dezembro de 2016.

SECÇÃO III

**Impostos especiais de consumo**

Artigo 211.º

**Alteração ao Código dos Impostos Especiais de Consumo**

1 — Os artigos 1.º, 3.º, 6.º, 9.º, 12.º, 17.º, 35.º, 53.º, 55.º, 60.º, 61.º, 62.º, 67.º, 71.º, 73.º, 74.º, 76.º, 78.º, 79.º, 80.º, 82.º, 85.º, 86.º, 92.º, 93.º, 94.º, 103.º, 104.º-A, 104.º-C, 105.º, 108.º, 109.º e 112.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo, adiante designado por Código dos IEC, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 1.º

**[...]**

O presente Código dos Impostos Especiais de Consumo (Código) estabelece o regime dos impostos especiais de consumo, considerando-se como tais:

*a*) O imposto sobre o álcool, as bebidas alcoólicas e as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes (IABA);
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . .

Artigo 3.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — Com exceção das bebidas não alcoólicas, as disposições relativas à circulação e ao controlo dos produtos sujeitos a impostos especiais de consumo, previstas no presente Código, são igualmente aplicáveis aos movimentos que se iniciam em território nacional

com destino a um outro Estado membro, e vice-versa, incluindo os seguintes territórios:

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . ;
*d*) . . . . . ;
*e*) . . . . . .

3 — . . . . . .
4 — . . . . . .

Artigo 6.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .

8 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, estão isentos na importação, os seguintes produtos contidos na bagagem pessoal dos viajantes provenientes de países ou territórios terceiros:

*a*) O rapé, o tabaco de mascar, o tabaco aquecido e os líquidos, contendo nicotina em recipientes utilizados para carga e recarga de cigarros eletrónicos, nas quantidades previstas nas alíneas *e*) a *h*) do n.º 3 do artigo 61.º;

*b*) As bebidas não alcoólicas, na quantidade prevista na alínea *e*) do n.º 4 do artigo 61.º

Artigo 9.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . :

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . ;
*d*) . . . . . ;

*e*) No caso das bebidas não alcoólicas, que circulem em regime de suspensão do imposto, ao momento da receção desses produtos pelo destinatário registado.

3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .

Artigo 12.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .

3 — Não há lugar a cobrança do imposto quando o montante liquidado for inferior a € 10 ou, no caso das bebidas sem fins comerciais, não seja excedido o limite de 30 litros de produto acabado por ano e por produtor.

4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .

Artigo 17.º

[...]

. . . . . :

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . ;
*d*) . . . . . ;

*e*) Tratando-se de bebidas não alcoólicas, o expedidor deve ainda apresentar o documento comprovativo da respetiva transmissão intracomunitária, não se aplicando, neste caso, o disposto na alínea anterior;

*f*) *[Anterior alínea e)]*.

Artigo 35.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .

5 — O presente capítulo não é aplicável à circulação de bebidas não alcoólicas, em regime de suspensão do imposto, a qual se efetua nos termos do artigo 87.º-E.

Artigo 53.º

[...]

1 — . . . . . .

2 — As garantias previstas no presente Código podem ser prestadas em numerário, fiança bancária ou seguro-caução.

3 — O termo de garantia deve conter uma cláusula em que o garante expressamente se obrigue, perante a autoridade aduaneira, como principal pagador até ao montante máximo garantido, renunciando ao benefício da excussão.

4 — Estão dispensadas da prestação de garantia as situações em que o montante de imposto a garantir seja inferior ao montante previsto no n.º 3 do artigo 12.º

Artigo 55.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .
9 — . . . . . .
10 — . . . . . .
11 — . . . . . .

12 — Tratando-se de bebidas não alcoólicas, a responsabilidade do garante cessa com a receção desses produtos pelo destinatário.

13 — *(Anterior n.º 12)*.

Artigo 60.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — À circulação de produtos já introduzidos no consumo entre o continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e vice-versa, e entre as Regiões Autónomas, são aplicáveis as regras previstas nos números anteriores, com as devidas adaptações.

Artigo 61.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — Para efeitos de aplicação da alínea *e*) do n.º 2, presume-se que a detenção de bebidas alcoólicas e de bebidas não alcoólicas tem fins comerciais quando forem ultrapassados os seguintes limites quantitativos:

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . ;
*d*) . . . . . ;
*e*) Bebidas não alcoólicas, 20 l.

5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .

Artigo 62.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — Tratando-se de bebidas não alcoólicas, é responsável pelo cumprimento das obrigações constantes do presente artigo o adquirente dos produtos.

Artigo 67.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — *(Revogado)*.
3 — . . . . . .

*a*) Utilizado em fins industriais, nos termos do artigo 68.º;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . ;
*d*) . . . . . ;
*e*) . . . . . ;
*f*) . . . . . .

Artigo 71.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .

*a*) Superior a 0,5 % vol. e inferior ou igual a 1,2 % vol. de álcool adquirido, € 8,22/hl;
*b*) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e inferior ou igual a 7° plato, € 10,30/hl;
*c*) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e superior a 7° plato e inferior ou igual a 11° plato, € 16,46/hl;
*d*) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e superior a 11° plato e inferior ou igual a 13° plato, € 20,60/hl;
*e*) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e superior a 13° plato e inferior ou igual a 15° plato, € 24,71/hl;
*f*) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e superior a 15° plato, € 28,90/hl.

Artigo 73.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — A taxa do imposto aplicável às outras bebidas fermentadas, tranquilas e espumantes é de € 10,30/hl.

Artigo 74.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — A taxa do imposto aplicável aos produtos intermédios é de € 75,05/hl.

Artigo 76.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — A taxa do imposto aplicável às bebidas espirituosas é de € 1 367,78/hl.

Artigo 78.º

[...]

1 — A taxa do imposto aplicável às bebidas espirituosas declaradas para consumo na Região Autónoma da Madeira é de € 1 220,49/hl.
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — As taxas do imposto relativas aos produtos a seguir mencionados, desde que produzidos e declarados para consumo na Região Autónoma da Madeira, são fixadas em 25 % da taxa prevista no n.º 2 do artigo 76.º:

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . .

Artigo 79.º

[...]

1 — Sem prejuízo do cumprimento dos requisitos relativos à constituição e funcionamento dos entrepostos fiscais de produção, o estatuto de pequena destilaria pode ser concedido pelo diretor da alfândega a empresas, que detenham uma única destilaria, e que, simultaneamente:

*a*) . . . . . ;
*b*) Sejam jurídica, económica e contabilisticamente independentes de outras destilarias;
*c*) . . . . . .

2 — . . . . . .
3 — . . . . . .

4 — . . . . . .
5 — . . . . . .

Artigo 80.º

**[...]**

1 — . . . . . :

*a*) Produzam por ano até ao limite máximo de 200 000 hl de cerveja;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . .

2 — Em derrogação ao disposto no número anterior, considera-se uma única empresa independente duas ou mais empresas cervejeiras que trabalhem em conjunto e cuja produção anual total não exceda 200 000 hl de cerveja.
3 — . . . . . .

Artigo 82.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — Podem ser dispensados dos requisitos relativos à constituição e funcionamento dos entrepostos fiscais de produção, os pequenos produtores de bebidas alcoólicas, cujas reduzidas dimensão e capacidade produtiva o justifique, autorizados nos termos definidos por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Artigo 85.º

**[...]**

1 — . . . . . :

*a*) . . . . . ;
*b*) A circulação de produtos entre o continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e vice-versa, e entre as Regiões Autónomas, deve efetuar-se em regime de suspensão do imposto, sem prejuízo da situação prevista no n.º 4 do artigo 60.º;
*c*) Excetuam-se do previsto na alínea anterior, após a introdução no consumo, os vinhos tranquilos e espumantes, as outras bebidas tranquilas fermentadas e os produtos referidos no artigo 77.º e nos n.º 3 e 4 do artigo 78.º, quando destinados ao consumo fora da respetiva Região Autónoma, podendo a circulação efetuar-se a coberto do documento de transporte previsto no regime geral de bens em circulação.
*d*) *(Revogada).*

2 — . . . . . .

Artigo 86.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — Sempre que não seja possível determinar o produto a que se destinavam as estampilhas referidas nos números anteriores, o imposto é calculado em função do produto comercializado pelo operador de que resulte o maior montante de imposto, na data em que o mesmo se torna exigível.
8 — . . . . . .
9 — . . . . . .

Artigo 92.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — A taxa aplicável ao metano e aos gases de petróleo usados como carburante é de € 131,72/ 1000 kg e, quando usados como combustível é fixada entre € 7,81 e € 9,00/1000 kg, sendo igualmente aplicável ao acetileno usado como combustível.
4 — A taxa aplicável ao gás natural usado como carburante é de € 2,87/GJ e quando usado como combustível é de € 0,303/GJ.
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .
9 — . . . . . .
10 — . . . . . .
11 — . . . . . .

Artigo 93.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . :

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) Tratores agrícolas, ceifeiras debulhadoras, motocultivadores, motoenxadas, motoceifeiras, colhedores de batata automotrizes, colhedores de ervilha, colhedores de forragem para silagem, colhedores de tomate, gadanheiras-condicionadoras, máquinas de vindimar, vibradores de tronco para colheita de azeitona e outros frutos, bem como outros equipamentos, incluindo os utilizados para a atividade aquícola e na pesca com a arte-xávega, aprovados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da agricultura e do mar;
*d*) . . . . . ;
*e*) . . . . . ;
*f*) . . . . . .

4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .
9 — . . . . . .

Artigo 94.º

**[...]**

1 — . . . . . .

2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . :

| Produto | Código NC | Taxa do imposto (em euros) | |
|---|---|---|---|
| | | Mínima | Máxima |
| […] | […] | […] | […] |
| […] | […] | […] | […] |
| […] | […] | […] | […] |
| […] | […] | […] | […] |
| Gasóleo colorido e marcado. . . . . | […] | […] | […] |
| […] | […] | […] | […] |
| […] | […] | […] | […] |
| […] | […] | […] | […] |

Artigo 103.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . :

*a*) Elemento específico — € 93,58;
*b*) Elemento *ad valorem* — 16 %.

5 — . . . . . .
6 — . . . . . .

Artigo 104.º-A

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . :

*a*) Elemento específico — € 0,080/g;
*b*) Elemento *ad valorem* — 16 %.

5 — . . . . . .
6 — Para efeitos de determinação do imposto aplicável, caso o peso das embalagens individuais, expresso em gramas, constitua um número decimal, esse peso é arredondado:

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . .

Artigo 104.º-C

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — A taxa do imposto é de € 0,3/ml.
3 — Para efeitos de determinação do imposto aplicável, caso o volume das embalagens individuais, expresso em mililitros, constitua um número decimal, esse volume é arredondado:

*a*) Por excesso, para o número inteiro imediatamente superior, quando o algarismo da primeira casa decimal for igual ou superior a cinco;
*b*) Por defeito, para o número inteiro imediatamente inferior, nos restantes casos.

Artigo 105.º

**[...]**

1 — . . . . . .

*a*) Elemento específico € 30;
*b*) . . . . . .

2 — Os cigarros ficam sujeitos, no mínimo, a 70 % do montante do imposto que resulta da aplicação do disposto no n.º 5 do artigo 103.º

Artigo 108.º

**[...]**

1 — É proibida a comercialização no mercado nacional de produtos de tabaco que não satisfaçam as condições legalmente exigidas para o efeito ou que não correspondam aos elementos declarados nos termos dos números seguintes.
2 — . . . . . .
3 — Para efeitos do disposto no número anterior, devem ser declarados pelos operadores económicos os seguintes elementos:

*a*) Características de apresentação das marcas;
*b*) Características físicas do produto e seu enquadramento nos termos do artigo 101.º;
*c*) O teor de nicotina, no caso dos recipientes utilizados para carga e recarga de cigarros eletrónicos;
*d*) . . . . . .

4 — A comunicação feita nos termos do número anterior não afasta a responsabilidade do operador económico pelo cumprimento dos requisitos legais.
5 — *(Revogado).*
6 — . . . . . .
7 — No caso de determinada marca de tabacos deixar de ser comercializada, o operador económico deve comunicar o facto à autoridade aduaneira, indicando a data em que tal ocorreu, considerando-se que uma marca de tabaco deixou de ser comercializada se durante 12 meses seguidos não tiver sido introduzida no consumo.

Artigo 109.º

**[...]**

1 — Sem prejuízo de outras obrigações impostas por lei especial, os produtos de tabaco destinado ao consumo no continente e nas regiões autónomas devem conter impresso, em local bem visível das respetivas embalagens individuais:

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . ;
*d*) . . . . . ;
*e*) O teor de nicotina, no caso dos recipientes utilizados para carga e recarga de cigarros eletrónicos;
*f*) . . . . . ;
*g*) . . . . . .

2 — . . . . . .
3 — . . . . . .

Artigo 112.º

**[...]**

1 — Os preços de venda ao público dos produtos de tabaco e as subsequentes alterações são comunicadas pelos fabricantes estabelecidos na Comunidade ou, se for caso disso, pelos seus representantes ou mandatários comerciais ou pelos importadores de países terceiros.

2 — *(Revogado).*»

2 — A epígrafe do capítulo I da parte II do Código dos IEC, que compreende os artigos 66.º a 87.º-E, passa a designar-se: «Imposto sobre o álcool, as bebidas alcoólicas e as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes».

3 — São aditadas ao capítulo I da parte II do Código dos IEC a secção I, com a epígrafe «Álcool e bebidas alcoólicas», constituída pelos artigos 66.º a 87.º, e a secção II, com a epígrafe «Bebidas não alcoólicas», constituída pelos artigos 87.º-A a 87.º-F.

Artigo 212.º

**Aditamento ao Código dos Impostos Especiais de Consumo**

São aditados ao Código dos IEC, os artigos 87.º-A a 87.º-F, com a seguinte redação:

«Artigo 87.º-A

**Incidência objetiva**

1 — Estão sujeitos a imposto os seguintes produtos, genericamente designados por bebidas não alcoólicas:

*a*) As bebidas destinadas ao consumo humano, adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes, abrangidas pelo código NC 2202;

*b*) As bebidas abrangidas pelos códigos NC 2204, 2205, 2206 e 2208, com um teor alcoólico superior a 0,5 % vol. e inferior ou igual a 1,2 % vol.;

*c*) Concentrados, sob a forma de xarope ou pó, destinados à preparação, de bebidas previstas nas alíneas anteriores, nas instalações do consumidor final ou de retalhista.

2 — Os produtos adquiridos noutro Estado membro estão sujeitos a imposto no território nacional, exceto se for considerada uma aquisição para uso pessoal, quando transportados pelo próprio para o território nacional, de acordo com os critérios previstos no n.º 2 do artigo 61.º

Artigo 87.º-B

**Isenções**

1 — Estão isentas do imposto, as seguintes bebidas não alcoólicas:

*a*) Bebidas à base de leite, soja ou arroz;

*b*) Sumos e néctares de frutos e de algas ou de produtos hortícolas e bebidas de cereais, amêndoa, caju e avelã;

*c*) Bebidas consideradas alimentos para as necessidades dietéticas especiais ou suplementos dietéticos;

*d*) Bebidas cuja mistura final resulte da diluição e adicionamento de outros produtos não alcoólicos aos concentrados tributados ao abrigo da alínea *c*) do n.º 1 do artigo anterior, desde que seja demonstrada a liquidação do imposto sobre aqueles concentrados;

*e*) As bebidas abrangidas pelo n.º 1 do artigo anterior não adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes.

2 — Estão ainda isentas do imposto as bebidas não alcoólicas quando utilizadas:

*a*) Em processos de fabrico ou como matéria-prima de outros produtos;

*b*) Para pesquisa, controle de qualidade e testes de sabor.

Artigo 87.º-C

**Base tributável e taxas**

1 — A unidade tributável das bebidas não alcoólicas é constituída pelo número de hectolitros de produto acabado, que corresponde, no caso dos produtos previstos na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 87.º-A, ao número de hectolitros de produto acabado que resulte da diluição e adicionamento de outros produtos para preparação da mistura final.

2 — As taxas do imposto dos produtos previstos do n.º 1 do artigo 87.º-A são as seguintes:

*a*) As bebidas previstas nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 1 do artigo 87.º-A cujo teor de açúcar seja inferior a 80 gramas por litro: € 8,22 por hectolitro;

*b*) As bebidas previstas nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 1 do artigo 87.º-A cujo teor de açúcar seja igual ou superior a 80 gramas por litro: € 16,46 por hectolitro;

*c*) Aos concentrados previstos na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 87.º-A: a taxa que seria aplicável nos termos das alíneas anteriores à mistura final.

Artigo 87.º-D

**Produção e armazenagem**

A produção e a armazenagem de bebidas não alcoólicas, em regime de suspensão do imposto, devem ser efetuadas em entreposto fiscal, aplicando-se com as necessárias adaptações o disposto em relação às bebidas alcoólicas, podendo os respetivos requisitos ser simplificados por portaria do membro do Governo com a tutela da área das finanças.

Artigo 87.º-E

**Circulação**

1 — As bebidas não alcoólicas podem circular, em regime de suspensão do imposto, de um entreposto fiscal, de um local de importação ou entrada no território nacional, para:

*a*) Um entreposto fiscal;

*b*) Um destinatário registado;

*c*) Outro Estado membro ou, no caso de exportação, a estância aduaneira de saída, desde que provenientes de um entreposto fiscal.

2 — A circulação referida no número anterior é efetuada a coberto de um documento comercial que permita a correta identificação dos produtos, o qual

substitui, para efeitos do presente Código, as referências ao documento administrativo eletrónico e ao documento de acompanhamento simplificado.

3 — As regras especiais aplicáveis à circulação das bebidas não alcoólicas são definidas por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.»

Artigo 87.º-F

**Sistema de selagem**

1 — O Governo pode determinar por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças a aplicação às bebidas não alcoólicas das normas previstas no artigo 86.º com as necessárias adaptações.

2 — No caso previsto no número anterior, o imposto é exigível ao adquirente das estampilhas, podendo o mesmo ser liquidado e pago com base no fornecimento destas, nos termos e condições a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.»

Artigo 213.º

**Consignação da receita ao setor da saúde**

1 — A receita obtida com o imposto incidente sobre as bebidas não alcoólicas previstas no artigo 87.º-A do Código dos IEC, na redação dada pela presente lei, é consignada à sustentabilidade do SNS e dos Serviços Regionais de Saúde das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, conforme a circunscrição onde sejam introduzidos no consumo.

2 — Nos termos do disposto, conjugadamente, nos artigos 10.º e 12.º Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada em anexo à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, a receita fiscal prevista no presente artigo reverte integralmente para o Orçamento do Estado, sem prejuízo da afetação às regiões autónomas das receitas fiscais nelas cobradas ou geradas.

3 — Cabe aos órgãos regionais competentes adaptar o disposto no n.º 1 às especificidades das regiões autónomas.

4 — Os encargos de liquidação e cobrança incorridos pela AT são compensados através da retenção de uma percentagem de 3 % do produto do imposto, a qual constitui receita própria.

Artigo 214.º

**Desconto no preço da gasolina consumida na pequena pesca artesanal e costeira**

1 — Em 2017 é aplicado um subsídio à pequena pesca artesanal e costeira que corresponde a um desconto no preço final da gasolina consumida equivalente ao que resulta da redução de taxa prevista na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 93.º do Código dos IEC aplicada ao gasóleo consumido na pesca.

2 — Para os efeitos previstos no número anterior o Governo deve proceder à regulamentação do referido subsídio no prazo de 90 dias, considerando os critérios para identificação dos seus beneficiários, a determinação do respetivo montante em função do número de marés e consumo de combustível, bem como os procedimentos a adotar para concessão do mesmo.

Artigo 215.º

**Disposições transitórias**

1 — Os sujeitos passivos que, à data da entrada em vigor da presente lei, exerçam a atividade de produção ou armazenagem das bebidas não alcoólicas previstas no artigo 87.º-A do Código dos IEC devem, previamente à realização de introduções no consumo, apresentar junto da estância aduaneira competente o pedido de aquisição do respetivo estatuto fiscal, previsto, consoante o caso, nos artigos 23.º, 29.º ou 30.º do mesmo Código.

2 — O aditamento ao Código dos IEC previsto no artigo 212.º produz efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2017.

3 — As bebidas não alcoólicas contabilizadas como inventário à data da entrada em vigor da presente lei consideram-se produzidas, importadas ou adquiridas nessa data.

4 — Os comercializadores de bebidas não alcoólicas que a 1 de fevereiro detenham no seu estabelecimento esses produtos, devem contabilizar e comunicar à AT as respetivas quantidades, dispondo até 31 de março para a sua comercialização a consumidores finais, findo o qual o imposto se torna exigível.

5 — Sem prejuízo do disposto no artigo 87.º-F do Código dos IEC, as introduções no consumo e a liquidação do imposto são efetuadas nos termos previstos para as bebidas alcoólicas, podendo a declaração de introdução no consumo (DIC) ser processada com periodicidade não superior a semestral, em termos e condições a definir por portaria do membro do Governo com responsabilidade pela área das finanças.

6 — Durante o ano de 2017, os pequenos agricultores que utilizam gasóleo colorido e marcado com um consumo anual até mil litros têm direito a uma majoração dos subsídios a conceder pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Regional de € 0,03 por litro sobre a taxa reduzida prevista na alínea *c*) do n.º 3 do artigo 93.º do Código dos IEC.

Artigo 216.º

**Norma revogatória no âmbito do Código dos IEC**

São revogados o n.º 2 do artigo 67.º, a alínea *d*) do n.º 1 do artigo 85.º, o n.º 5 do artigo 108.º e o n.º 2 do artigo 112.º do Código dos IEC.

SECÇÃO IV

**Imposto sobre veículos**

Artigo 217.º

**Alteração ao Código do Imposto sobre Veículos**

Os artigos 7.º, 10.º, 11.º, 18.º, 19.º, 20.º, 53.º e 56.º do Código do Imposto sobre Veículos, adiante designado por Código do ISV, aprovado em anexo à Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 7.º

**[...]**

1 — . . . . . :

*a*) . . . . . ;

*b*) . . . . . .

TABELA A

**Componente cilindrada**

| Escalão de cilindrada (em centímetros cúbicos) | Taxas por centímetros cúbicos (em euros) | Parcela a abater (em euros) |
|---|---|---|
| Até 1 000 | 0,98 | 760,00 |
| Entre 1 001 e 1 250 | 1,06 | 762,77 |
| Mais de 1 250 | 4,99 | 5 523,55 |

**Componente ambiental**

**Veículos a gasolina**

| Escalão de CO2 (em gramas por quilómetro) | Taxas (em euros) | Parcela a abater (em euros) |
|---|---|---|
| Até 99 | 4,12 | 381,10 |
| De 100 a 115 | 7,21 | 669,50 |
| De 116 a 145 | 46,85 | 5 263,30 |
| De 146 a 175 | 54,59 | 6 365,40 |
| De 176 a 195 | 139,05 | 21 063,50 |
| Mais de 195 | 183,34 | 29 767,00 |

**Veículos a gasóleo**

| Escalão de CO2 (em gramas por quilómetro) | Taxas (em euros) | Parcela a abater (em euros) |
|---|---|---|
| Até 79 | 5,15 | 391,40 |
| De 80 a 95 | 20,91 | 1 648,00 |
| De 96 a 120 | 70,64 | 6 414,84 |
| De 121 a 140 | 156,66 | 16 871,40 |
| De 141 a 160 | 174,22 | 19 364,00 |
| Mais de 160 | 239,30 | 29 818,50 |

2 — .....:

*a*) .....;
*b*) .....;
*c*) .....;
*d*) .....

TABELA B

**Componente cilindrada**

| Escalão de cilindrada (em centímetros cúbicos) | Taxas por centímetros cúbicos (em euros) | Parcela a abater (em euros) |
|---|---|---|
| Até 1 250 | 4,74 | 2 970,16 |
| Mais de 1 250 | 11,22 | 10 821,34 |

3 — .....
4 — .....
5 — .....
6 — .....
7 — .....

8 — Os veículos que se encontrem equipados com motores preparados para o consumo, no seu sistema de propulsão, exclusivamente de gás de petróleo liquefeito (GPL), gás natural ou bioetanol, são tributados, na componente ambiental, pelas taxas correspondentes aos veículos a gasolina.

9 — Os veículos que se encontrem equipados com motores preparados para o consumo, no seu sistema de propulsão, de biodiesel são tributados, na componente ambiental, pelas taxas correspondentes aos veículos a gasóleo.

Artigo 10.º

**[...]**

.....:

TABELA C

| Escalão de cilindrada (em centímetros cúbicos) | Valor (em euros) |
|---|---|
| De 120 até 250 | 65,78 |
| De 251 até 350 | 81,69 |
| De 351 até 500 | 109,27 |
| De 501 até 750 | 164,44 |
| Mais de 750 | 218,55 |

Artigo 11.º

**[...]**

1 — O imposto incidente sobre veículos portadores de matrículas definitivas comunitárias atribuídas por outros Estados membros da União Europeia é objeto de liquidação provisória nos termos das regras do presente Código, com exceção da componente cilindrada à qual são aplicadas as percentagens de redução previstas na tabela D ao imposto resultante da tabela respetiva, as quais estão associadas à desvalorização comercial média dos veículos no mercado nacional:

TABELA D

| Tempo de uso | Percentagem de redução |
|---|---|
| Até 1 ano | 10 |
| Mais de 1 a 2 anos | 20 |
| Mais de 2 a 3 anos | 28 |
| Mais de 3 a 4 anos | 35 |
| Mais de 4 a 5 anos | 43 |
| Mais de 5 a 6 anos | 52 |
| Mais de 6 a 7 anos | 60 |
| Mais de 7 a 8 anos | 65 |
| Mais de 8 a 9 anos | 70 |
| Mais de 9 a 10 anos | 75 |
| Mais de 10 anos | 80 |

2 — .....

3 — Sem prejuízo da liquidação provisória efetuada, sempre que o sujeito passivo entenda que o montante do imposto apurado dos termos do n.º 1 excede o imposto calculado por aplicação da fórmula a seguir indicada, pode requerer ao diretor da alfândega, mediante o pagamento prévio de taxa a fixar por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, e até ao termo do prazo de pagamento a que se refere o n.º 1 do artigo 27.º, que a mesma seja aplicada à tributação do veículo, tendo em vista a liquidação definitiva do imposto:

$$ISV = \left(\frac{V}{VR} \times Y\right) + C$$

em que:

*ISV* representa o montante do imposto a pagar;
*V* representa o valor comercial do veículo, tomando por base o valor médio de referência determinado em

função da marca, do modelo e respetivo equipamento de série, da idade, do modo de propulsão e da quilometragem média de referência, constante das publicações especializadas do setor, apresentadas pelo interessado;

*VR* é o preço de venda ao público de veículo idêntico no ano da primeira matrícula do veículo a tributar, tal como declarado pelo interessado, considerando-se como tal o veículo da mesma marca, modelo e sistema de propulsão, ou, no caso de este não constar de informação disponível, de veículo similar, introduzido no mercado nacional, no mesmo ano em que o veículo a introduzir no consumo foi matriculado pela primeira vez;

*Y* representa o montante do imposto calculado com base na componente cilindrada, tendo em consideração a tabela e a taxa aplicável ao veículo, vigente no momento da exigibilidade do imposto;

*C* é o «custo de impacte ambiental», aplicável a veículos sujeitos à tabela A, vigente no momento da exigibilidade do imposto, e cujo valor corresponde à componente ambiental da referida tabela.

4 — . . . . . .
5 — . . . . . .

Artigo 18.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — Os operadores registados que introduzam no consumo veículos usados ficam sujeitos à apresentação da documentação prevista no artigo 20.º

Artigo 19.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — Os operadores reconhecidos que introduzam no consumo veículos usados ficam sujeitos à apresentação da documentação prevista no artigo 20.º

Artigo 20.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — É dispensada a apresentação do certificado de conformidade quando seja indicado o «Número de Registo Nacional de Homologação» emitido pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., sendo a base tributável apurada recorrendo aos elementos constantes daquele registo e, quando aplicável, ao documento comprovativo de medição efetiva do nível de emissão de dióxido de carbono previsto no número anterior.

Artigo 53.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — Os automóveis ligeiros de passageiros, que se destinem ao exercício de atividades de aluguer sem condutor, quando adaptados ao acesso e transporte de pessoas com deficiência beneficiam, na introdução no consumo, da isenção prevista no artigo 54.º, desde que:

*a*) Cumpram o disposto nas alíneas *b*), *c*) e *d*) do número anterior;

*b*) Os veículos com estas características não representem mais de 10 % da frota da entidade beneficiária.

7 — *(Anterior n.º 6).*

Artigo 56.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — Para os efeitos previstos no n.º 1, ficam dispensadas da apresentação da habilitação legal para a condução as pessoas referidas na alínea *a*) do n.º 1, do artigo anterior, desde que apresentem uma incapacidade permanente de natureza motora igual ou superior a 80 %, bem como as pessoas referidas nas alíneas *b*), *c*), *d*) e *e*) do n.º 1 do mesmo artigo, desde que observadas as condições e graus de incapacidade fixados nas referidas alíneas.»

## CAPÍTULO XII

## Impostos locais

### SECÇÃO I

### Imposto municipal sobre imóveis

Artigo 218.º

**Alteração ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis**

Os artigos 1.º, 11.º-A, 112.º, 118.º e 132.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, adiante designado por Código do IMI, em anexo ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 1.º

**[...]**

1 — O imposto municipal sobre imóveis (IMI) incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se localizam.

2 — O adicional ao imposto municipal sobre imóveis, deduzido dos encargos de cobrança, constitui receita do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

Artigo 11.º-A

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .

3 — . . . . . .
4 — As isenções a que se refere o n.º 1 são automáticas, nelas não se incluindo os prédios pertencentes a sujeitos passivos não residentes, sendo reconhecidas oficiosamente e com uma periodicidade anual pela Autoridade Tributária e Aduaneira, a partir da data de aquisição dos prédios ou da data da verificação dos respetivos pressupostos.
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .
9 — . . . . . .

Artigo 112.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .
9 — . . . . . .
10 — . . . . . .
11 — . . . . . .
12 — . . . . . .
13 — . . . . . .
14 — As deliberações da assembleia municipal referidas no presente artigo devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se a taxa mínima referida na alínea *c*) do n.º 1, caso as comunicações não sejam recebidas até 31 de dezembro.
15 — . . . . . .
16 — . . . . . .
17 — . . . . . .
18 — . . . . . .

Artigo 118.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — Nas situações de aquisição onerosa de prédios destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, a liquidação fica suspensa até ao limite do prazo para afetação constante do n.º 1 do artigo 46.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, quando o valor patrimonial tributário for inferior ao limite estabelecido nesse artigo.

Artigo 132.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — As reclamações com os fundamentos previstos nas alíneas *a*) e *n*) do n.º 3 do artigo 130.º, quando respeitantes a prédios urbanos, são apresentadas através da entrega da declaração a que se referem os artigos 13.º e 37.º, juntamente com os elementos que a devem acompanhar.»

Artigo 219.º

**Aditamento ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis**

É aditado ao Código do IMI o capítulo XV, com a epígrafe «Adicional ao imposto municipal sobre imóveis», que integra os artigos 135.º-A a 135.º-K, com a seguinte redação:

«CAPÍTULO XV

**Adicional ao imposto municipal sobre imóveis**

SECÇÃO I

**Incidência**

Artigo 135.º-A

**Incidência subjetiva**

1 — São sujeitos passivos do adicional ao imposto municipal sobre imóveis as pessoas singulares ou coletivas que sejam proprietários, usufrutuários ou superficiários de prédios urbanos situados no território português.
2 — Para efeitos do n.º 1, são equiparados a pessoas coletivas quaisquer estruturas ou centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica que figurem nas matrizes como sujeitos passivos do imposto municipal sobre imóveis, bem como a herança indivisa representada pelo cabeça de casal.
3 — A qualidade de sujeito passivo é determinada em conformidade com os critérios estabelecidos no artigo 8.º do presente Código, com as necessárias adaptações, tendo por referência a data de 1 de janeiro do ano a que o adicional ao imposto municipal sobre imóveis respeita.
4 — Não são sujeitos passivos do adicional ao imposto municipal sobre imóveis as empresas municipais.

Artigo 135.º-B

**Incidência objetiva**

1 — O adicional ao imposto municipal sobre imóveis incide sobre a soma dos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos situados em território português de que o sujeito passivo seja titular.
2 — São excluídos do adicional ao imposto municipal sobre imóveis os prédios urbanos classificados como «comerciais, industriais ou para serviços» e «outros» nos termos das alíneas *b*) e *d*) do n.º 1 do artigo 6.º deste Código.

SECÇÃO II

**Valor tributável**

Artigo 135.º-C

**Regras de determinação do valor tributável**

1 — O valor tributável corresponde à soma dos valores patrimoniais tributários, reportados a 1 de janeiro do ano a que respeita o adicional ao imposto municipal sobre imóveis, dos prédios que constam nas matrizes prediais na titularidade do sujeito passivo.

2 — Ao valor tributável determinado nos termos do número anterior são deduzidas as seguintes importâncias:

*a*) € 600 000, quando o sujeito passivo é uma pessoa singular;
*b*) € 600 000, quando o sujeito passivo é uma herança indivisa.

3 — Não são contabilizados para a soma referida no n.º 1 do artigo 135.º-B o valor dos prédios que no ano anterior tenham estado isentos ou não sujeitos a tributação em IMI.

Artigo 135.º-D

**Sujeitos passivos casados ou em união de facto**

1 — Os sujeitos passivos casados ou em união de facto para efeitos do artigo 14.º do Código do IRS podem optar pela tributação conjunta deste adicional, somando-se os valores patrimoniais tributários dos prédios na sua titularidade e multiplicando-se por dois o valor da dedução prevista na alínea *a*) do n.º 2 do artigo anterior.
2 — Os sujeitos passivos casados sob os regimes de comunhão de bens que não exerçam a opção prevista no número anterior podem identificar, através de declaração conjunta, a titularidade dos prédios, indicando aqueles que são bens próprios de cada um deles e os que são bens comuns do casal.
3 — Não sendo efetuada a declaração no prazo estabelecido, o adicional ao imposto municipal sobre imóveis incide, relativamente a cada um dos cônjuges, sobre a soma dos valores dos prédios que já constavam da matriz na respetiva titularidade.
4 — A declaração, de modelo a aprovar por portaria e a apresentar exclusivamente no Portal das Finanças, deve ser efetuada de 1 de abril a 31 de maio.

Artigo 135.º-E

**Heranças indivisas**

1 — A equiparação da herança a pessoa coletiva nos termos do n.º 2 do artigo 135.º-A pode ser afastada se, cumulativamente:

*a*) A herança, através do cabeça de casal, apresentar uma declaração identificando todos os herdeiros e as suas quotas;
*b*) Após a apresentação da declaração referida na alínea anterior, todos os herdeiros na mesma identificados confirmarem as respetivas quotas, através de declaração apresentada por cada um deles.

2 — A declaração do cabeça de casal, referida na alínea *a*) do n.º 1, de modelo a aprovar por portaria e a efetuar exclusivamente no Portal das Finanças, deve ser apresentada de 1 a 31 de março.
3 — As declarações dos herdeiros, referidas na alínea *b*) do n.º 1, de modelo a aprovar por portaria e a efetuar exclusivamente no Portal das Finanças, devem ser apresentadas de 1 a 30 de abril.
4 — Sendo afastada a equiparação da herança indivisa a pessoa coletiva nos termos dos números anteriores, a quota-parte de cada herdeiro sobre o valor do prédio ou dos prédios que integram a herança indivisa acresce à soma dos valores patrimoniais tributários dos prédios que constam da matriz na titularidade desse herdeiro, para efeito de determinação do valor tributável previsto no artigo 135.º-C.

SECÇÃO III

**Taxa**

Artigo 135.º-F

**Taxa**

1 — Ao valor tributável determinado nos termos do artigo 135.º-C e após aplicação das deduções aí previstas, quando existam, é aplicada a taxa de 0,4 % às pessoas coletivas e de 0,7 % às pessoas singulares e heranças indivisas.
2 — Ao valor tributável, determinado nos termos do n.º 1 do artigo 135.º-C, superior a um milhão de euros, ou o dobro deste valor quando seja exercida a opção prevista no n.º 1 do artigo 135.º-D, é aplicada a taxa marginal de 1 %, quando o sujeito passivo seja uma pessoa singular.
3 — O valor dos prédios detidos por pessoas coletivas afetos a uso pessoal dos titulares do respetivo capital, dos membros dos órgãos sociais ou de quaisquer órgãos de administração, direção, gerência ou fiscalização ou dos respetivos cônjuges, ascendentes e descendentes, fica sujeito à taxa de 0,7 %, sendo sujeito à taxa marginal de 1 % para a parcela do valor que exceda um milhão de euros.
4 — Para os prédios que sejam propriedade de entidades sujeitas a um regime fiscal mais favorável, a que se refere o n.º 1 do artigo 63.º-D da Lei Geral Tributária, a taxa é de 7,5 %.

SECÇÃO IV

**Liquidação e Pagamento**

Artigo 135.º-G

**Forma e prazo da liquidação**

1 — O adicional ao imposto municipal sobre imóveis é liquidado anualmente, pela Autoridade Tributária e Aduaneira, com base nos valores patrimoniais tributários dos prédios e em relação aos sujeitos passivos que constem das matrizes em 1 de janeiro do ano a que o mesmo respeita.
2 — Quando seja exercida a opção pela declaração conjunta prevista no n.º 2 do artigo 135.º-D, há lugar a uma única liquidação, sendo ambos os sujeitos passivos solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto.
3 — Sendo dado integral cumprimento ao disposto no artigo 135.º-E, a liquidação a efetuar a cada um dos herdeiros tem por base o valor determinado nos termos do n.º 4 do mesmo artigo.
4 — A liquidação referida nos números anteriores é efetuada no mês de junho do ano a que o imposto respeita.

Artigo 135.º-H

**Pagamento**

O pagamento do adicional ao imposto municipal sobre imóveis é efetuado no mês de setembro do ano a que o mesmo respeita.

SECÇÃO V

**Disposições relativas a impostos de rendimento**

Artigo 135.º-I

**Dedução em IRS**

1 — O adicional ao imposto municipal sobre imóveis é dedutível à coleta do IRS devido pelos sujeitos passivos que detenham rendimentos imputáveis a prédios urbanos sobre os quais incida, até à concorrência:

*a*) Da parte da coleta do IRS proporcional aos rendimentos líquidos da categoria F, no caso de englobamento; ou

*b*) Da coleta obtida por aplicação da taxa prevista na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 72.º do Código do IRS, nos demais casos.

2 — A dedução à coleta do adicional ao imposto municipal sobre imóveis prevista no número anterior é igualmente aplicável, com as necessárias adaptações, a sujeitos passivos de IRS titulares de rendimentos da Categoria B obtidos no âmbito de atividade de arrendamento ou hospedagem.

3 — A dedução prevista no número anterior não é considerada para o limite previsto no n.º 7 do artigo 78.º do Código do IRS.

Artigo 135.º-J

**Dedução em IRC**

1 — Os sujeitos passivos podem optar por deduzir à coleta apurada nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 90.º do Código do IRC, e até à sua concorrência, o montante do adicional ao imposto municipal sobre imóveis pago durante o exercício a que respeita o imposto, limitada à fração correspondente aos rendimentos gerados por imóveis, a ele sujeitos, no âmbito de atividade de arrendamento ou hospedagem.

2 — A opção pela dedução prevista no número anterior prejudica a dedução deste adicional na determinação do lucro tributável em sede de IRC.

3 — A dedução prevista neste artigo não é aplicável quando os imóveis sejam detidos, direta ou indiretamente, por entidade com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.

4 — A dedução prevista no n.º 1 é feita nos mesmos termos da dedução prevista na alínea *c*) do n.º 2 do artigo 90.º do Código do IRC, salvo quanto à aplicação do limite previsto no n.º 1 do artigo 92.º do mesmo Código.

SECÇÃO VI

**Outras disposições**

Artigo 135.º-K

**Situações especiais**

Nas situações em que não tenha sido dado cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, são observadas, para efeitos deste imposto, as regras aplicáveis às pessoas coletivas.»

Artigo 220.º

**Norma transitória no âmbito do CIMI**

1 — Até que o valor do indexante de apoios sociais (IAS) atinja o valor da retribuição mínima mensal garantida em vigor em 2010, mantém-se aplicável este último valor para efeito da indexação prevista no artigo 11.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

2 — O disposto no número anterior é aplicável ao cálculo do Imposto Municipal sobre Imóveis referente aos anos de 2016 e seguintes.

Artigo 221.º

**Alteração sistemática ao Código do IMI**

É aditado ao Código IMI o capítulo XV, com a epígrafe «Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis», que integra os artigos 135.º-A a 135.º-L, sendo o atual capítulo XV renumerado como capítulo XVI.

SECÇÃO II

**Imposto único de circulação**

Artigo 222.º

**Alteração ao Código do Imposto Único de Circulação**

Os artigos 5.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º e 15.º do Código do Imposto Único de Circulação, adiante designado por Código do IUC, aprovado em anexo à Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 5.º

**[...]**

1 — . . . . . :

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . ;
*d*) . . . . . ;
*e*) Veículos da categoria B que possuam um nível de emissão de CO2 até 180g/km e veículos da categoria A, que se destinem ao serviço de aluguer com condutor (letra «T») ou ao transporte em táxi;
*f*) . . . . . ;
*g*) . . . . . ;
*h*) . . . . . ;
*i*) . . . . . .

2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .
9 — . . . . . .

Artigo 9.º

**[...]**

. . . . . .

| Combustível utilizado | | Eletricidade voltagem total | Imposto anual segundo o ano da matrícula (em euros) | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Gasolina cilindrada (cm³) | Outros produtos cilindrada (cm³) | | Posterior a 1995 | De 1990 a 1995 | De 1981 a 1989 |
| Até 1000 | Até 1500 | Até 100 | 17,87 | 11,27 | 7,91 |
| Mais de 1000 até 1300 | Mais de 1500 até 2000 | Mais de 100 | 35,87 | 20,16 | 11,27 |
| Mais de 1300 até 1750 | Mais de 2000 até 3000 | | 56,03 | 31,32 | 15,71 |
| Mais de 1750 até 2600 | Mais de 3000 | | 142,17 | 74,99 | 32,41 |
| Mais de 2600 até 3500 | | | 258,17 | 140,59 | 71,59 |
| Mais de 3500 | | | 459,98 | 236,29 | 108,57 |

Artigo 10.º

**[...]**

1 — .....:

| Escalão de cilindrada (centímetros cúbicos) | Taxas (euros) | Escalão de CO2 (gramas por quilómetro) | Taxas (euros) |
|---|---|---|---|
| Até 1250 | 28,52 | Até 120 | 58,51 |
| Mais de 1250 até 1750 | 57,23 | Mais de 120 até 180 | 87,68 |
| Mais de 1750 até 2500 | 114,36 | Mais de 180 até 250 | 190,41 |
| Mais de 2500 | 391,38 | Mais de 250 | 326,19 |

2 — Aos veículos da categoria B matriculados em território nacional, após 1 de janeiro de 2017, aplicam-se as seguintes taxas adicionais:

| Escalão de CO2 (gramas por quilómetro) | Taxas (euros) |
|---|---|
| Mais de 180 até 250 | 38,08 |
| Mais de 250 | 65,24 |

3 — Na determinação do valor total do IUC, devem multiplicar-se à coleta obtida a partir das tabelas previstas nos números anteriores os seguintes coeficientes, em função do ano de matrícula do veículo em território nacional.

Artigo 11.º

**[...]**

.....:

**Veículos de peso bruto inferior a 12 t**

| Escalões de peso bruto (quilogramas) | Taxas anuais (euros) |
|---|---|
| Até 2 500 | 32 |
| De 2 501 a 3 500 | 52 |
| De 3 501 a 7 500 | 125 |
| De 7 501 a 11 999 | 203 |

| Veículos a motor de peso bruto igual ou superior a 12t | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Escalões de peso bruto (quilogramas) | Ano da 1.ª matrícula | | | | | | | | | |
| | Até 1990 (inclusive) | | Entre 1991 e 1993 | | Entre 1994 e 1996 | | Entre 1997 e 1999 | | 2000 e após | |
| | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão |
| | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | |
| 2 Eixos | | | | | | | | | | |
| De 12000 | 220 | 228 | 204 | 213 | 193 | 203 | 186 | 193 | 184 | 191 |
| De 12001 a 12999 | 312 | 368 | 290 | 341 | 277 | 326 | 266 | 313 | 264 | 311 |
| De 13000 a 14999 | 316 | 373 | 292 | 345 | 280 | 330 | 269 | 318 | 267 | 316 |
| De 15000 a 17999 | 351 | 391 | 327 | 366 | 312 | 348 | 298 | 335 | 296 | 332 |
| ≥ 18000 | 446 | 496 | 414 | 461 | 396 | 439 | 382 | 421 | 379 | 417 |
| 3 Eixos | | | | | | | | | | |
| <15000 | 220 | 312 | 204 | 289 | 193 | 276 | 185 | 266 | 184 | 264 |
| De 15000 a 16999 | 309 | 349 | 287 | 325 | 274 | 311 | 263 | 296 | 261 | 294 |
| De 17000 a 17999 | 309 | 357 | 287 | 332 | 274 | 317 | 263 | 303 | 261 | 300 |
| De 18000 a 18999 | 402 | 444 | 374 | 412 | 357 | 394 | 342 | 380 | 339 | 376 |
| De 19000 a 20999 | 403 | 444 | 376 | 412 | 359 | 398 | 343 | 380 | 341 | 381 |
| De 21000 a 22999 | 405 | 450 | 377 | 416 | 362 | 448 | 345 | 383 | 342 | 425 |

| Veículos a motor de peso bruto igual ou superior a 12t | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Escalões de peso bruto (quilogramas) | Ano da 1.ª matrícula | | | | | | | | | |
| | Até 1990 (inclusive) | | Entre 1991 e 1993 | | Entre 1994 e 1996 | | Entre 1997 e 1999 | | 2000 e após | |
| | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão |
| | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | |
| ≥ 23000 | 453 | 503 | 420 | 470 | 403 | 448 | 386 | 428 | 384 | 425 |
| ≥ 4 Eixos | | | | | | | | | | |
| <23000 | 310 | 347 | 288 | 323 | 274 | 309 | 264 | 294 | 261 | 292 |
| De 23000 a 24999 | 391 | 440 | 366 | 410 | 348 | 391 | 335 | 377 | 332 | 374 |
| De 25000 a 25999 | 402 | 444 | 374 | 412 | 357 | 394 | 342 | 380 | 339 | 376 |
| De 26000 a 26999 | 737 | 835 | 685 | 778 | 653 | 741 | 628 | 711 | 623 | 705 |
| De 27000 a 28999 | 747 | 854 | 695 | 796 | 661 | 759 | 638 | 731 | 632 | 724 |
| ≥ 29000 | 769 | 867 | 713 | 805 | 681 | 772 | 653 | 740 | 648 | 735 |

**Veículos articulados e conjuntos de veículos**

| Escalões de peso bruto (quilogramas) | Ano da 1.ª matrícula | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Até 1990 (inclusive) | | Entre 1991 e 1993 | | Entre 1994 e 1996 | | Entre 1997 e 1999 | | 2000 e após | |
| | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão |
| | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | |
| 2 + 1 Eixos | | | | | | | | | | |
| 12000 | 219 | 221 | 203 | 205 | 192 | 195 | 185 | 187 | 183 | 186 |
| De 12001 a 17999 | 302 | 373 | 284 | 345 | 272 | 329 | 263 | 317 | 261 | 314 |
| De 18000 a 24999 | 402 | 474 | 377 | 439 | 362 | 419 | 348 | 404 | 344 | 401 |
| De 25000 a 25999 | 433 | 485 | 408 | 452 | 389 | 429 | 377 | 413 | 375 | 410 |
| ≥ 26000 | 808 | 890 | 759 | 828 | 725 | 791 | 699 | 758 | 695 | 752 |
| 2 + 2 Eixos | | | | | | | | | | |
| < 23000 | 298 | 343 | 282 | 320 | 269 | 303 | 260 | 292 | 259 | 290 |
| De 23000 a 25999 | 387 | 436 | 365 | 408 | 345 | 389 | 336 | 375 | 334 | 372 |
| De 26000 a 30999 | 738 | 841 | 691 | 783 | 658 | 747 | 639 | 718 | 633 | 711 |
| De 31000 a 32999 | 797 | 863 | 748 | 802 | 713 | 769 | 690 | 737 | 685 | 731 |
| ≥ 33000 | 848 | 1024 | 797 | 953 | 760 | 908 | 737 | 874 | 731 | 865 |
| 2 + 3 Eixos | | | | | | | | | | |
| <36000 | 751 | 845 | 704 | 787 | 672 | 751 | 651 | 722 | 645 | 714 |
| De 36000 a 37999 | 829 | 899 | 780 | 843 | 744 | 804 | 719 | 780 | 712 | 774 |
| ≥ 38000 | 859 | 1013 | 804 | 950 | 771 | 905 | 745 | 877 | 739 | 870 |
| 3 + 2 Eixos | | | | | | | | | | |
| <36000 | 745 | 822 | 699 | 763 | 667 | 731 | 645 | 700 | 641 | 699 |
| De 36000 a 37999 | 763 | 870 | 718 | 808 | 685 | 774 | 659 | 741 | 654 | 740 |
| De 38000 a 39999 | 765 | 925 | 719 | 859 | 686 | 821 | 661 | 788 | 655 | 786 |
| ≥ 40000 | 890 | 1144 | 836 | 1065 | 797 | 1018 | 774 | 977 | 766 | 976 |
| ≥ 3 + 3 Eixos | | | | | | | | | | |
| <36000 | 697 | 825 | 652 | 769 | 624 | 732 | 604 | 703 | 597 | 698 |
| De 36000 a 37999 | 821 | 911 | 772 | 847 | 736 | 820 | 711 | 779 | 705 | 772 |
| De 38000 a 39999 | 829 | 928 | 779 | 861 | 743 | 824 | 718 | 791 | 711 | 785 |
| ≥ 40000 | 847 | 941 | 795 | 877 | 759 | 836 | 736 | 802 | 728 | 797 |

Artigo 12.º

**[...]**

. . . . . :

**Veículos de peso bruto inferior a 12 t**

| Escalões de peso bruto (quilogramas) | Taxas anuais (euros) |
|---|---|
| Até 2 500 | 17 |
| De 2 501 a 3 500 | 29 |
| De 3 501 a 7 500 | 65 |
| De 7 501 a 11 999 | 108 |

**Veículos a motor de peso bruto igual ou superior a 12t**

| Escalões de peso bruto (quilogramas) | Ano da 1.ª matrícula | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Até 1990 (inclusive) | | Entre 1991 e 1993 | | Entre 1994 e 1996 | | Entre 1997 e 1999 | | 2000 e após | |
| | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão |
| | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | |
| 2 Eixos | | | | | | | | | | |
| 12000 | 127 | 131 | 119 | 123 | 113 | 117 | 109 | 112 | 108 | 111 |
| De 12001 a 12999 | 148 | 192 | 139 | 180 | 133 | 172 | 129 | 167 | 128 | 166 |
| De 13000 a 14999 | 150 | 193 | 141 | 181 | 135 | 173 | 131 | 168 | 130 | 166 |
| De 15000 a 17999 | 183 | 266 | 172 | 248 | 165 | 238 | 159 | 230 | 157 | 229 |
| ≥ 18000 | 216 | 336 | 202 | 317 | 193 | 301 | 186 | 291 | 184 | 289 |
| 3 Eixos | | | | | | | | | | |
| < 15000 | 126 | 151 | 118 | 142 | 112 | 136 | 108 | 132 | 107 | 131 |
| De 15000 a 16999 | 150 | 195 | 141 | 182 | 135 | 174 | 131 | 169 | 130 | 168 |
| De 17000 a 17999 | 150 | 195 | 141 | 182 | 135 | 174 | 131 | 169 | 130 | 168 |
| De 18000 a 18999 | 180 | 257 | 170 | 240 | 161 | 230 | 157 | 223 | 155 | 221 |
| De 19000 a 20999 | 180 | 257 | 170 | 240 | 161 | 230 | 157 | 223 | 155 | 221 |
| De 21000 a 22999 | 182 | 274 | 171 | 258 | 164 | 245 | 158 | 237 | 157 | 235 |
| ≥ 23000 | 273 | 342 | 257 | 322 | 244 | 307 | 237 | 295 | 235 | 293 |
| ≥ 4 Eixos | | | | | | | | | | |
| < 23000 | 150 | 191 | 141 | 179 | 135 | 131 | 131 | 166 | 130 | 165 |
| De 23000 a 24999 | 212 | 254 | 198 | 239 | 188 | 228 | 183 | 221 | 181 | 220 |
| De 25000 a 25999 | 241 | 280 | 227 | 263 | 217 | 249 | 210 | 242 | 209 | 240 |
| De 26000 a 26999 | 391 | 490 | 368 | 459 | 351 | 439 | 339 | 423 | 336 | 420 |
| De 27000 a 28999 | 394 | 491 | 370 | 462 | 352 | 440 | 340 | 424 | 338 | 421 |
| ≥ 29000 | 444 | 660 | 415 | 621 | 398 | 593 | 384 | 574 | 381 | 569 |

**Veículos articulados e conjuntos de veículos**

| Escalões de peso bruto (quilogramas) | Ano da 1.ª matrícula | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Até 1990 (inclusive) | | Entre 1991 e 1993 | | Entre 1994 e 1996 | | Entre 1997 e 1999 | | 2000 e após | |
| | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente | Com outro tipo de suspensão |
| | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | | Taxas anuais (euros) | |
| 2 + 1 Eixos | | | | | | | | | | |
| 12000 | 125 | 126 | 117 | 117 | 111 | 111 | 108 | 108 | 107 | 107 |
| De 12001 a 17999 | 148 | 190 | 139 | 178 | 133 | 170 | 129 | 165 | 128 | 164 |
| De 18000 a 24999 | 191 | 250 | 179 | 235 | 166 | 225 | 166 | 218 | 165 | 216 |
| De 25000 a 25999 | 241 | 356 | 227 | 334 | 211 | 319 | 211 | 309 | 209 | 306 |
| ≥ 26000 | 366 | 489 | 342 | 459 | 317 | 436 | 317 | 422 | 314 | 419 |
| 2 + 2 Eixos | | | | | | | | | | |
| < 23000 | 148 | 190 | 139 | 178 | 133 | 171 | 129 | 165 | 128 | 164 |
| De 23000 a 24999 | 179 | 239 | 169 | 225 | 160 | 215 | 155 | 209 | 154 | 207 |
| De 25000 a 25999 | 210 | 252 | 196 | 237 | 187 | 227 | 181 | 220 | 179 | 218 |
| De 26000 a 28999 | 301 | 421 | 282 | 396 | 269 | 379 | 261 | 366 | 259 | 364 |
| De 29000 a 30999 | 363 | 482 | 339 | 453 | 324 | 431 | 313 | 417 | 311 | 414 |
| De 31000 a 32999 | 427 | 566 | 402 | 532 | 384 | 506 | 372 | 490 | 369 | 487 |
| ≥ 33000 | 570 | 663 | 534 | 624 | 509 | 596 | 493 | 576 | 489 | 572 |
| 2 + 3 Eixos | | | | | | | | | | |
| <36000 | 418 | 481 | 393 | 452 | 375 | 429 | 364 | 416 | 361 | 413 |
| De 36000 a 37999 | 449 | 631 | 420 | 592 | 401 | 565 | 388 | 547 | 385 | 542 |
| ≥ 38000 | 617 | 683 | 580 | 641 | 552 | 612 | 535 | 592 | 531 | 588 |
| 3 + 2 Eixos | | | | | | | | | | |
| <36000 | 355 | 414 | 333 | 389 | 319 | 372 | 308 | 359 | 306 | 356 |
| De 36000 a 37999 | 425 | 556 | 400 | 522 | 382 | 498 | 371 | 482 | 368 | 478 |
| De 38000 a 39999 | 558 | 654 | 525 | 615 | 500 | 588 | 485 | 569 | 480 | 563 |
| ≥ 40000 | 774 | 901 | 726 | 845 | 692 | 807 | 670 | 781 | 663 | 775 |
| ≥ 3 + 3 Eixos | | | | | | | | | | |
| <36000 | 295 | 385 | 277 | 362 | 265 | 344 | 257 | 333 | 254 | 331 |
| De 36000 a 37999 | 388 | 482 | 366 | 453 | 348 | 431 | 336 | 417 | 334 | 414 |
| De 38000 a 39999 | 453 | 488 | 424 | 457 | 405 | 435 | 393 | 421 | 389 | 418 |
| ≥ 40000 | 466 | 658 | 435 | 619 | 416 | 591 | 403 | 572 | 400 | 568 |

Artigo 13.º

**[...]**

. . . . . :

| Escalão de cilindrada (centímetros cúbicos) | Taxa anual segundo o ano da matrícula do veículo (euros) | |
|---|---|---|
| | Posterior a 1996 | Entre 1992 e 1996 |
| De 120 até 250 . . . . . | 5,56 | 0,00 |
| Mais de 250 até 350 . . . . . | 7,87 | 5,56 |
| Mais de 350 até 500 . . . . . | 19,01 | 11,25 |
| Mais de 500 até 750 . . . . . | 57,13 | 33,65 |
| Mais de 750 . . . . . | 124,06 | 60,85 |

Artigo 14.º

**[...]**

A taxa aplicável aos veículos da categoria F é de € 2,65/kW.

Artigo 15.º

**[...]**

A taxa aplicável aos veículos da categoria G é de € 0,67/kg, tendo o imposto o limite de € 12 308.»

Artigo 223.º

**Disposição transitória no âmbito do Código Imposto Único de Circulação**

O disposto na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 5.º Código do IUC só se aplica aos veículos matriculados em território nacional, após a entrada em vigor da presente lei.

CAPÍTULO XIII

**Benefícios fiscais**

Artigo 224.º

**Alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais**

Os artigos 14.º, 17.º, 22.º, 30.º, 41.º-A, 44.º-B, 46.º e 70.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, adiante designado por EBF, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 14.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .

7 — O disposto nos números anteriores aplica-se sempre que as situações previstas no n.º 5 ocorram:

*a*) Relativamente aos impostos sobre o rendimento, no final do ano ou período de tributação em que se verificou o facto tributário e se mantenham no termo do prazo para o exercício do direito de audição no âmbito do procedimento de liquidação do imposto a que o benefício respeita;

*b*) Relativamente aos impostos periódicos sobre o património, no momento em que se verificou o facto tributário e se mantenham no termo do prazo para o pagamento voluntário do imposto ou da primeira prestação, quando aplicável;

*c*) Nos impostos de obrigação única, na data em que o facto tributário ocorreu.

8 — . . . . . .

Artigo 17.º

**[...]**

1 — São dedutíveis à coleta de IRS, nos termos e condições previstos no artigo 78.º do respetivo Código, 20 % dos valores aplicados, por sujeito passivo não casado, ou por cada um dos cônjuges não separados judicialmente de pessoas e bens, em contas individuais geridas em regime público de capitalização, tendo como limite máximo:

*a*) € 400 por sujeito passivo com idade inferior a 35 anos;

*b*) € 350 por sujeito passivo com idade superior a 35 anos.

2 — . . . . . .

Artigo 22.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .

4 — Os prejuízos fiscais apurados nos termos do disposto nos números anteriores são deduzidos aos lucros tributáveis nos termos do disposto nos n.º 1 e 2 do artigo 52.º do Código do IRC.

5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .
9 — . . . . . .
10 — . . . . . .
11 — . . . . . .
12 — . . . . . .
13 — . . . . . .
14 — . . . . . .
15 — . . . . . .
16 — . . . . . .

Artigo 30.º

**[...]**

1 — . . . . . .

2 — Ficam igualmente isentos de IRC os ganhos e os juros obtidos por instituições financeiras não residentes, decorrentes de operações de *swap* e *forwards* e das operações com estas conexas, efetuadas com o Estado, atuando através da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E. P. E., bem como efetuadas com o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P., em nome próprio ou em representação dos fundos sob sua gestão, desde que esses ganhos não sejam imputáveis a estabelecimento estável daquelas instituições situado no território português.

Artigo 41.º-A

**[...]**

1 — Na determinação do lucro tributável das sociedades comerciais ou civis sob forma comercial, cooperativas, empresas públicas, e demais pessoas coletivas de direito público ou privado com sede ou direção efetiva em território português, pode ser deduzida uma importância correspondente à remuneração convencional do capital social, calculada mediante a aplicação, limitada a cada exercício, da taxa de 7 % ao montante das entradas realizadas até € 2 000 000, por entregas em dinheiro ou através da conversão de suprimentos ou de empréstimos de sócios, no âmbito da constituição de sociedade ou do aumento do capital social, desde que:

*a*) *(Revogada);*
*b*) *(Revogada);*
*c*) . . . . . ;
*d*) A sociedade beneficiaria não reduza o seu capital social com restituição aos sócios, quer no período de tributação em que sejam realizadas as entradas relevantes para efeitos da remuneração convencional do

capital social, quer nos cinco períodos de tributação seguintes.

2 — . . . . . :

*a*) Aplica-se exclusivamente às entradas realizadas em dinheiro, no âmbito da constituição de sociedades ou do aumento do capital social da sociedade beneficiária, e às entradas em espécie realizadas no âmbito de aumento do capital social que correspondam à conversão de suprimentos ou de empréstimos de sócios que tenham sido efetivamente prestados à sociedade beneficiária em dinheiro;

*b*) É efetuada no apuramento do lucro tributável relativo ao período de tributação em que sejam realizadas as entradas mencionadas na alínea anterior e nos cinco períodos de tributação seguintes;

*c*) Apenas considera as entradas em espécie correspondentes à conversão de suprimentos ou de empréstimos de sócios realizadas a partir de 1 de janeiro de 2017 ou a partir do primeiro dia do período de tributação que se inicie após essa data quando este não coincida com o ano civil.

3 — *(Revogado)*.

4 — O incumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 implica a consideração, como rendimento do período de tributação em que ocorra a redução do capital com restituição aos sócios, do somatório das importâncias deduzidas a título de remuneração convencional do capital social, majorado em 15 %.

5 — É reduzido a 25 % o limite previsto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 67.º do Código do IRC quando os sujeitos passivos beneficiem da dedução prevista no n.º 1.

6 — O regime previsto no presente artigo não se aplica quando, no mesmo período de tributação ou num dos cinco períodos de tributação anteriores, o mesmo seja ou haja sido aplicado a sociedades que detenham direta ou indiretamente uma participação no capital social da empresa beneficiária, ou sejam participadas, direta ou indiretamente, pela mesma sociedade, na parte referente ao montante das entradas realizadas no capital social daquelas sociedades que haja beneficiado do presente regime.

Artigo 44.º-B

**[...]**

1 — Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução até 25 % da taxa do imposto municipal sobre imóveis a vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética.

2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .

Artigo 46.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .

6 — Nos casos previstos no presente artigo, a isenção é:

*a*) Automática, nas situações de aquisição onerosa a que se refere o n.º 1, com base nos elementos de que a Autoridade Tributária e Aduaneira disponha;

*b*) Reconhecida, nos demais casos, pelo chefe do serviço de finanças da área da situação do prédio, em requerimento devidamente documentado.

7 — Se a afetação a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar ocorrer após o decurso do prazo previsto no n.º 1 e, nas situações dependentes de reconhecimento, se o pedido for apresentado fora do prazo, a isenção inicia-se no ano da afetação ou do pedido, respetivamente, cessando, todavia, no ano em que findaria se os prazos tivessem sido cumpridos.

8 — . . . . . .
9 — . . . . . .
10 — . . . . . .
11 — . . . . . .
12 — . . . . . .
13 — . . . . . .

Artigo 70.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .

7 — O benefício fiscal previsto no presente artigo não é aplicável, nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, aos gastos suportados com a aquisição de combustíveis que tenham beneficiado do regime de reembolso parcial para gasóleo profissional.»

Artigo 225.º

**Aditamento ao Estatuto dos Benefícios Fiscais**

São aditados ao EBF os artigos 41.º-B, 43.º-A e 59.º-E, com a seguinte redação:

«Artigo 41.º-B

**Benefícios fiscais relativos à instalação de empresas em territórios do interior**

1 — Às empresas que exerçam, diretamente e a título principal, uma atividade económica de natureza agrícola, comercial, industrial ou de prestação de serviços em territórios do interior, que sejam qualificados como micro, pequena ou média empresa, nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 143/2009, de 16 de junho, é aplicável a taxa de IRC de 12,5 % aos primeiros € 15 000 de matéria coletável.

2 — São condições para usufruir dos benefícios fiscais previstos no número anterior:

*a*) Exercer a atividade e ter direção efetiva nas áreas beneficiárias;

*b*) Não ter salários em atraso;
*c*) A empresa não resultar de cisão efetuada nos dois anos anteriores à usufruição dos benefícios;
*d*) A determinação do lucro tributável ser efetuada com recurso a métodos diretos de avaliação ou no âmbito do regime simplificado de determinação da matéria coletável.

3 — O benefício fiscal previsto no presente artigo não é cumulativo com outros benefícios de idêntica natureza, não prejudicando a opção por outro mais favorável.
4 — A delimitação das áreas territoriais beneficiárias é estabelecida por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e do planeamento e das infraestruturas, e obedece a critérios como a emigração e envelhecimento, a atividade económica e o emprego, o empreendedorismo e a infraestruturação do território.
5 — O benefício fiscal previsto no presente artigo está sujeito às regras europeias aplicáveis em matéria de auxílios *de minimis*, não podendo o montante do benefício exceder o limiar *de minimis*.

Artigo 43.º-A

**Programa Semente**

1 — Os sujeitos passivos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) que efetuem investimentos elegíveis no âmbito do Programa Semente, fora do âmbito de atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais, podem deduzir à coleta do IRS, até ao limite de 40 % desta, um montante correspondente a 25 % do montante dos investimentos elegíveis efetuados em cada ano.
2 — Para efeitos da dedução prevista no número anterior, o montante anual dos investimentos elegíveis, por sujeito passivo, não pode ser superior a € 100 000.
3 — A importância que não possa ser deduzida nos termos dos números anteriores por exceder o limite referido no n.º 1 pode sê-lo, nas mesmas condições, nos dois períodos de tributação subsequentes.
4 — Para efeitos do n.º 1, consideram-se como investimentos elegíveis no âmbito do Programa Semente as entradas em dinheiro efetivamente pagas em razão da subscrição de participações sociais, desde que:

*a*) A sociedade participada seja uma micro ou pequena empresa que não tenha sido formalmente constituída há mais de cinco anos;
*b*) Sejam de montante superior a € 10 000, por sociedade;
*c*) A participação social detida pelo subscritor, após a subscrição e durante os três anos subsequentes, não corresponda a mais de 30 % do capital ou dos direitos de voto da sociedade;
*d*) A participação social subscrita seja mantida durante, pelo menos, 48 meses;
*e*) A percentagem do capital e dos direitos de voto detida por sociedades e outras pessoas coletivas, quer na data da subscrição quer nos três anos anteriores, seja inferior a 50 %; e
*f*) As entradas sejam efetivamente utilizadas, até ao fim do terceiro período de tributação posterior ao da subscrição, em despesas de investigação ou desenvolvimento, na aquisição de ativos intangíveis ou na aquisição de ativos fixos tangíveis, com exceção de terrenos, edifícios, viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, mobiliário e equipamentos sociais.

5 — São elegíveis, para efeitos do benefício fiscal previsto neste artigo, os investimentos realizados em empresas que cumulativamente reúnam os seguintes requisitos:

*a*) Sejam qualificadas como micro ou pequena empresa, de acordo com os critérios previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 143/2009, de 16 de junho;
*b*) Não tenham mais do que 20 trabalhadores e não detenham bens e direitos sobre bens imóveis cujo valor global exceda € 200 000;
*c*) Não estejam cotadas em mercado regulamentado ou não regulamentado de bolsa de valores;
*d*) Tenham a sua situação fiscal e contributiva regularizada;
*e*) Sejam certificadas pela Rede Nacional de Incubadoras.

6 — As mais-valias que resultem da alienação onerosa das participações sociais correspondentes a investimentos elegíveis que tenham beneficiado da dedução prevista no n.º 1, desde que detidas durante, pelo menos, 48 meses, não são consideradas no saldo a que se refere o n.º 1 do artigo 43.º do Código do IRS caso o sujeito passivo reinvista, no ano da realização ou no ano subsequente, a totalidade dos respetivos valores de realização em investimentos elegíveis nos termos do n.º 4.
7 — No caso de se verificar apenas o reinvestimento parcial do valor de realização, o disposto no número anterior aplica-se à parte da mais-valia realizada proporcionalmente correspondente ao valor reinvestido.
8 — Para efeitos do disposto nos n.os 6 e 7, os sujeitos passivos devem mencionar a intenção de efetuar o reinvestimento na declaração do ano de realização, indicando na mesma e na declaração do ano seguinte, os investimentos efetuados.
9 — No caso de incumprimento do disposto na alínea *f*) do n.º 4 é adicionado ao IRC da sociedade participada relativo 3.º período de tributação posterior ao da subscrição uma importância correspondente a 30 % do montante das entradas que não tenham sido utilizadas para os fins previstos naquela alínea.
10 — O benefício fiscal previsto no n.º 1 está sujeito às regras europeias aplicáveis em matéria de auxílios *de minimis*, não podendo o montante dos investimentos elegíveis exceder o limiar *de minimis*.
11 — Não são aplicáveis ao benefício fiscal previsto no presente artigo os limites previstos no n.º 7 do artigo 78.º do Código do IRS.

Artigo 59.º-E

**Despesas com certificação biológica de explorações**

É considerado gasto do período de tributação para efeitos de determinação do lucro tributável, o valor correspondente a 140 % das despesas de certificação biológica de explorações com produção em modo biológico, incorridas por sujeitos passivos de IRC e IRS, com contabilidade organizada.»

Artigo 226.º

**Norma transitória no âmbito do Estatuto dos Benefícios Fiscais**

1 — São prorrogadas por um ano as normas que consagram os benefícios fiscais que caducariam a 1 de janeiro de 2017, constantes dos artigos 19.º, 20.º, 26.º, 28.º, 29.º, 30.º, 31.º, 47.º, 50.º, 51.º, 52.º, 53.º, 54.º, 63.º e 64.º do EBF.

2 — O Governo apresenta à Assembleia da República, até ao final da presente sessão legislativa, um relatório que contenha uma avaliação qualitativa e quantitativa destes benefícios fiscais, para efeitos de ponderação da respetiva cessação, alteração ou prorrogação, para além do período referido no número anterior.

3 — Para efeitos da dedução prevista no n.º 1 do artigo 41.º-A do EBF, às entradas e aumentos de capital realizados até à data da entrada em vigor da presente lei continua a aplicar-se, relativamente às importâncias aplicadas até essa mesma data, o disposto naquele artigo na redação anteriormente em vigor.

Artigo 227.º

**Norma revogatória no âmbito do Estatuto dos Benefícios Fiscais**

São revogados as alíneas *a*) e *b*) do n.º 1 e o n.º 3 do artigo 41.º-A e o n.º 14 do artigo 66.º-A do EBF.

CAPÍTULO XIV

**Procedimento, processo tributário e outras disposições**

SECÇÃO I

**Lei Geral Tributária**

Artigo 228.º

**Alteração à Lei Geral Tributária**

Os artigos 46.º, 52.º, 63.º-D e 68.º da Lei Geral Tributária, adiante designada por LGT, aprovada em anexo ao Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 46.º

**[...]**

1 — O prazo de caducidade suspende-se com a notificação ao contribuinte, nos termos legais, da ordem de serviço ou despacho no início da ação de inspeção externa, cessando, no entanto, esse efeito, contando-se o prazo desde o seu início, caso a duração da inspeção externa tenha ultrapassado o prazo de seis meses após a notificação, acrescido do período em que esteja suspenso o prazo para a conclusão do procedimento de inspeção.

2 — . . . . . .

3 — . . . . . .

Artigo 52.º

**[...]**

1 — . . . . . .

2 — . . . . . .

3 — . . . . . .

4 — A administração tributária pode, a requerimento do executado, isentá-lo da prestação de garantia nos casos de a sua prestação lhe causar prejuízo irreparável ou manifesta falta de meios económicos revelada pela insuficiência de bens penhoráveis para o pagamento da dívida exequenda e acrescido, desde que não existam fortes indícios de que a insuficiência ou inexistência de bens se deveu a atuação dolosa do interessado.

5 — . . . . . .

6 — . . . . . .

7 — . . . . . .

8 — . . . . . .

Artigo 63.º-D

**[...]**

1 — . . . . . .

2 — . . . . . .

3 — . . . . . .

4 — . . . . . .

5 — São, igualmente, considerados países, territórios ou regiões com regime claramente mais favorável aqueles que, ainda que não constem da lista referida no n.º 1 deste artigo, não disponham de um imposto de natureza idêntica ou similar ao IRC ou, existindo, a taxa aplicável seja inferior a 60 % da taxa de imposto prevista no n.º 1 do artigo 87.º do Código do IRC, sempre que, cumulativamente:

*a*) Os códigos e leis tributárias o refiram expressamente;

*b*) Existam relações especiais, nos termos do n.º 4 do artigo 63.º do Código do IRC, entre pessoas ou entidades aí residentes e residentes em território português.

6 — O disposto no n.º 5 não é aplicável quando os países, territórios ou regiões correspondam a Estado membro da União Europeia ou a Estado membro do Espaço Económico Europeu, neste último caso desde que esse Estado esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia.

Artigo 68.º

**[...]**

1 — . . . . . .

2 — Mediante solicitação justificada do requerente, a informação vinculativa pode ser prestada com caráter de urgência, no prazo de 75 dias, desde que o pedido seja acompanhado de uma proposta de enquadramento jurídico-tributário.

3 — . . . . . .

4 — . . . . . .

5 — . . . . . .

6 — . . . . . .

7 — . . . . . .

8 — . . . . . .

9 — . . . . . .

10 — . . . . . .

11 — . . . . . .

12 — . . . . . .

13 — . . . . . .

14 — . . . . . .

15 — . . . . . .

16 — . . . . . .
17 — . . . . . .
18 — . . . . . .
19 — . . . . . .
20 — . . . . . »

SECÇÃO II

**Procedimento e processo tributário**

Artigo 229.º

**Alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário**

Os artigos 59.º e 198.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, adiante designado por CPPT, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 59.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — A declaração de substituição entregue no prazo legal para a reclamação graciosa, quando a administração tributária não proceder à sua liquidação, é convolada em reclamação graciosa, de tal se notificando o sujeito passivo.
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .

Artigo 198.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — É dispensada a prestação de garantia quando, à data do pedido, o devedor tenha dívidas fiscais, legalmente não suspensas, de valor inferior a € 5000 para pessoas singulares, ou € 10 000 para pessoas coletivas.»

Artigo 230.º

**Aditamento ao Código de Procedimento e de Processo Tributário**

É aditado ao CPPT, o artigo 183.º-B, com a seguinte redação:

«Artigo 183.º-B

**Caducidade da garantia por decisão em 1.ª instância**

1 — A garantia prestada para suspender o processo de execução fiscal caduca se na ação de impugnação judicial ou de oposição o garantido obtiver decisão integralmente favorável em 1.ª instância.

2 — O cancelamento da garantia cabe ao órgão de execução fiscal, oficiosamente, no prazo de 45 dias após a notificação da decisão a que se refere o número anterior.»

Artigo 231.º

**Disposição transitória no âmbito do Código de Procedimento e de Processo Tributário**

No caso de sentenças proferidas até 31 de dezembro de 2016, o prazo a que se refere o n.º 2 do artigo 183.º-B do CPPT é de 120 dias.

SECÇÃO III

**Infrações tributárias**

Artigo 232.º

**Alteração ao Regime Geral das Infrações Tributárias**

Os artigos 28.º, 92.º, 119.º e 120.º do Regime Geral das Infrações Tributárias, aprovado em anexo à Lei n.º 15/2001, de 5 de junho, adiante designado por RGIT, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 28.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — Sempre que a infração prevista no n.º 6 do artigo 108.º seja cometida a título de dolo e o montante de dinheiro líquido objeto da referida infração seja de valor superior a € 10 000, é decretada, a título de sanção acessória, a perda do montante total que exceda aquele quantitativo.
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .

Artigo 92.º

**[...]**

1 — . . . . . :

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . ;
*d*) . . . . . ;
*e*) Omitir, à entrada ou saída do território nacional, a declaração de dinheiro líquido, tal como definido na legislação comunitária e nacional, quando esse montante seja superior a € 300 000 e não seja, de imediato, justificada a sua origem e destino;

. . . . . .

2 — . . . . . .

Artigo 119.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — Às omissões ou inexatidões relativas à situação tributária nas declarações a que se referem os n.os 2 e 3 do artigo 58.º-A do Código do IRS, que não constituam fraude fiscal nem contraordenação prevista no artigo anterior, é aplicável a coima prevista no n.º 1 do artigo 117.º

6 — Não é aplicada a coima prevista no número anterior se estiver regularizada a falta cometida e a mesma revelar um diminuto grau de culpa, o que se presume quando as inexatidões se refiram ao montante de rendimentos comunicados por substituto tributário.

Artigo 120.º

**[...]**

1 — A inexistência de contabilidade organizada ou de livros de escrituração e do modelo de exportação de ficheiros, obrigatórios por força da lei, bem como de registos e documentos com eles relacionados, qualquer que seja a respetiva natureza, é punível com coima entre € 225 e € 22 500.

2 — . . . . . »

Artigo 233.º

**Alteração ao Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira**

Os artigos 19.º e 36.º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 413/98, de 31 de dezembro, adiante designado por RCPITA, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 19.º

**[...]**

1 — *(Anterior corpo do artigo).*

2 — Podem participar no procedimento de inspeção tributária, no âmbito de mecanismos de assistência mútua e cooperação administrativa intracomunitária, funcionários pertencentes a administrações fiscais ou aduaneiras estrangeiras que tenham sido autorizados pelo diretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Artigo 36.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . :

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) *(Revogada);*
*d*) . . . . . .

4 — . . . . . .
5 — . . . . . :

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . ;
*d*) A administração tributária tenha necessidade de recorrer aos instrumentos de assistência mútua e cooperação administrativa internacional, mantendo-se a suspensão pelo prazo de 12 meses.

6 — . . . . . .
7 — . . . . . »

CAPÍTULO XV

## Outras disposições de caráter fiscal

Artigo 234.º

**Não atualização da contribuição para o audiovisual**

Em 2017, não são atualizados os valores mensais previstos nos n.os 1 e 2 do artigo 4.º da Lei n.º 30/2003, de 22 de agosto, que aprova o modelo de financiamento do serviço público de radiodifusão e de televisão, alterado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

Artigo 235.º

**Contribuição sobre a indústria farmacêutica**

Mantém-se em vigor em 2017 a contribuição extraordinária sobre a indústria farmacêutica, cujo regime foi aprovado pelo artigo 168.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Artigo 236.º

**Adicional em sede de imposto único de circulação**

Mantém-se em vigor em 2017 o adicional de IUC previsto no artigo 216.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, aplicável sobre os veículos a gasóleo enquadráveis nas categorias A e B previstos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 1 do artigo 2.º do Código do IUC, aprovado pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho.

Artigo 237.º

**Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos**

1 — Mantém-se em vigor em 2017 o adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos, no montante de € 0,007/l para a gasolina e no montante de € 0,0035/l para o gasóleo rodoviário e o gasóleo colorido e marcado, que é consignado ao fundo financeiro de caráter permanente previsto no Decreto-Lei n.º 63/2004, de 22 de março, na sua atual redação, até ao limite máximo de € 30 000 000 anuais, devendo esta verba ser transferida do orçamento do subsetor Estado para aquele fundo.

2 — O adicional a que se refere o número anterior integra os valores das taxas unitárias fixados nos termos do n.º 1 do artigo 92.º do Código dos IEC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho, na atual redação.

3 — Os encargos de liquidação e cobrança incorridos pela AT são compensados através da retenção de uma percentagem de 3/prct. do produto do adicional, a qual constitui sua receita própria.

Artigo 238.º

**Contribuição sobre o setor bancário**

Mantém-se em vigor em 2017 a contribuição sobre o setor bancário, cujo regime foi aprovado pelo artigo 141.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.

Artigo 239.º

**Instituições particulares de solidariedade social e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, são repristinados, durante o ano de 2017, o n.º 2 do artigo 65.º

da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho (Lei da Liberdade Religiosa), e as alíneas *a*) e *b*) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro, que prevê a restituição do IVA à Igreja Católica e às instituições particulares de solidariedade social, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 52-C/96, de 27 de dezembro, revogados pelo n.º 1 do artigo 130.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.

2 — A restituição prevista nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro, é feita em montante equivalente a 50 % do IVA suportado, exceto nos casos de operações abrangidas pelo n.º 2 do artigo 130.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, relativamente às quais se mantém em vigor o direito à restituição de um montante equivalente ao IVA suportado.

3 — Durante o ano de 2017, é igualmente restituído um montante equivalente a 50 % do IVA suportado pelas instituições particulares de solidariedade social, bem como pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, relativamente às aquisições de bens ou serviços de alimentação e bebidas no âmbito das atividades sociais desenvolvidas, nos termos do n.º 1, com as devidas adaptações.

Artigo 240.º

**Processo de avaliação geral dos prédios rústicos**

1 — Em 2017, o Governo inicia um processo de avaliação geral dos prédios rústicos de área igual ou superior a 50 hectares.

2 — Para os efeitos previstos no número anterior, o Governo apresenta à Assembleia da República, no prazo de 120 dias, uma proposta de revisão do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis e de alteração ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, no sentido de atualizar os critérios de avaliação dos prédios rústicos e criar as condições técnicas e jurídicas necessárias ao processo de avaliação geral dos prédios rústicos de área igual ou superior a 50 hectares.

CAPÍTULO XVI

**Outras alterações legislativas de natureza fiscal**

Artigo 241.º

**Alteração à Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro**

O artigo 25.º da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, alterado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 25.º

**Incentivo pela introdução no consumo de um veículo de baixas emissões**

1 — A introdução no consumo de um veículo híbrido *plug-in* novo sem matrícula confere o direito à redução do ISV até € 562,5, nos termos do presente artigo.

2 — . . . . . .

3 — O pedido do incentivo consagrado no n.º 1 deve ser apresentado à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), instruído com a fatura pró-forma do veículo a adquirir, onde conste o número de chassis e a emissão de CO (índice 2).

4 — *(Revogado).*

5 — Após o reconhecimento do incentivo, o direito ao mesmo deve ser exercido no prazo de seis meses após a notificação, sob pena de caducidade.

6 — *(Revogado).*

7 — . . . . . .

8 — *(Revogado).*»

Artigo 242.º

**Norma revogatória no âmbito da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro**

São revogados os n.os 4, 6 e 8 do artigo 25.º, os artigos 26.º a 29.º e 54.º da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

Artigo 243.º

**Alteração ao Código Fiscal do Investimento**

Os artigos 23.º, 37.º e 40.º do Código Fiscal do Investimento, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro, alterado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 23.º

**[...]**

1 — . . . . . :

*a*) . . . . . :

1) . . . . . :

*i*) 25 % das aplicações relevantes, relativamente ao investimento realizado até ao montante de € 10 000 000;

*ii*) 10 % das aplicações relevantes, relativamente à parte do investimento realizado que exceda o montante de € 10 000 000;

2) . . . . . ;

*b*) . . . . . ;

*c*) . . . . . ;

*d*) . . . . . .

2 — . . . . . .

3 — . . . . . .

4 — . . . . . .

5 — . . . . . .

6 — . . . . . .

7 — . . . . . .

Artigo 37.º

**[...]**

1 — . . . . . .

2 — . . . . . .

3 — . . . . . .

4 — . . . . . .

5 — . . . . . .

6 — As despesas que digam respeito a atividades de investigação e desenvolvimento associadas a projetos de conceção ecológica de produtos são consideradas em 110 %.

7 — Para efeitos da majoração prevista no número anterior, as entidades interessadas devem submeter pre-

viamente o projeto de conceção ecológica do produto à Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.), para efeitos de demonstração do benefício ambiental associado, devendo o pedido ser instruído com declaração ambiental de produto, patente ou rótulo ecológico, se existirem.

8 — No caso em que o projeto seja validado pela APA, I. P., mediante declaração de benefício ambiental, este é submetido à auditoria tecnológica determinada pela comissão certificadora referida no n.º 1 do artigo 40.º

Artigo 40.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .

4 — As entidades interessadas em recorrer ao sistema de incentivos fiscais previsto no presente capítulo devem disponibilizar atempadamente as informações solicitadas pela entidade referida no n.º 1 e aceitar submeter-se às auditorias tecnológicas que vierem a ser determinadas, de modo a comprovar, designadamente, o desenvolvimento de ações associadas à conceção ecológica de produtos.

5 — O membro do Governo responsável pela área da economia, através da entidade a que se refere o n.º 1, comunica por via eletrónica à AT, até ao fim do mês de fevereiro de cada ano, a identificação dos beneficiários e do montante das despesas consideradas elegíveis reportadas ao ano anterior ao da comunicação, discriminando os beneficiários e o montante das despesas majoradas nos termos do n.º 6 do artigo 37.º, com projetos validados pela APA, I. P., previamente à candidatura, nos termos do presente artigo.

6 — . . . . . .
7 — . . . . . »

Artigo 244.º

**Disposição transitória no âmbito do Código Fiscal do Investimento**

Para efeitos da dedução prevista na subalínea *i*) do n.º 1) da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 23.º do Código Fiscal do Investimento, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro, alterado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, com a redação dada pela presente lei, podem ser considerados no período de tributação subsequente investimentos realizados no período de tributação que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2016, desde que não tenham sido anteriormente integrados em qualquer um dos períodos.

Artigo 245.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto**

O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto, que estabelece medidas de controlo da emissão de faturas e outros documentos com relevância fiscal, define a forma da sua comunicação à AT e cria um incentivo de natureza fiscal à exigência daqueles documentos por adquirentes pessoas singulares, alterado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio, e pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 3.º

**[...]**

1 — . . . . . .

2 — A comunicação referida no número anterior deve ser efetuada até ao dia 20 do mês seguinte ao da emissão da fatura.

3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . »

Artigo 246.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de dezembro**

Os artigos 85.º, 86.º e 87.º do Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de dezembro, que reformula a Lei do Jogo, alterado pelo Decreto-Lei n.º 10/95, de 19 de janeiro, pela Lei n.º 28/2004, de 16 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 40/2005, de 17 de fevereiro, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelos Decretos-Leis n.os 114/2011, de 30 de novembro e 64/2015 de 29 de abril, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 85.º

**[...]**

. . . . . :

1) . . . . . .

*a*) . . . . . :

. . . . . ;

Funchal, Açores, Algarve, Troia, Vidago-Pedras Salgadas e Porto Santo — 0,1 % no 1.º quinquénio, 0,15 % no 2.º quinquénio, 0,2 % no 3.º quinquénio, 0,25 % nos 4.º e 5.º quinquénios e 0,55 % nos demais quinquénios;

. . . . . ;

*b*) . . . . . :

. . . . . ;

Funchal, Açores, Algarve, Troia, Vidago-Pedras Salgadas e Porto Santo — 0,15 % no 1.º quinquénio, 0,25 % no 2.º quinquénio, 0,3 % no 3.º quinquénio, 0,35 % nos 4.º e 5.º quinquénios e 0,9 % nos demais quinquénios;

. . . . . ;

2) . . . . . :

Funchal, Açores, Algarve, Troia, Vidago-Pedras Salgadas e Porto Santo — 10 % no 1.º quinquénio, 12,5 % no 2.º quinquénio, 15 % no 3.º quinquénio e 20 % nos demais quinquénios;

. . . . . ;

3) . . . . . ;
4) . . . . . .

Artigo 86.º

[...]

1 — .....:

Funchal, Açores, Algarve, Troia, Vidago-Pedras Salgadas e Porto Santo — 5 %, 6 % e 7,5 % sobre a receita cobrada dos pontos, respetivamente, para o 1.º, 2.º e 3.º quinquénios, 10 % nos 4.º e 5.º quinquénios e 20 % nos demais quinquénios;

.....
2 — .....
3 — .....

Artigo 87.º

[...]

1 — .....:

A) .....:
*a*) .....;
*b*) .....:

Bancas simples:

.....;
.....;
.....;
.....;
.....;
.....;
.....;
.....;
.....;
.....;

Açores — 3 %.

Bancas duplas:

.....;
.....;
.....;
.....;
.....;
.....;
.....;
.....;
.....;

Açores — 4,5 %.

B) .....;
C) .....;

2 — ..... »

Artigo 247.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro**

O artigo 3.º do Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 25/2006, de 8 de fevereiro, 29-A/2011, de 1 de março, e pela Lei n.º 83/2013, de 9 de dezembro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 3.º

[...]

1 — São abrangidos por este Regime Especial os valores mobiliários representativos de dívida pública e não pública, incluindo os valores mobiliários de natureza monetária, designadamente bilhetes do Tesouro e papel comercial, as obrigações perpétuas, as obrigações convertíveis em ações, outros valores mobiliários convertíveis e os instrumentos de fundos próprios adicionais de nível 1 ou de fundos próprios de nível 2 que cumpram os requisitos previstos no Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, independentemente da moeda em que essa dívida seja emitida, integrados em sistema centralizado gerido por entidade residente em território português ou por entidade gestora de sistema de liquidação internacional estabelecida em outro Estado membro da União Europeia ou, ainda, de Estado membro do Espaço Económico Europeu desde que, neste caso, este esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia.

2 — .....
3 — ..... »

CAPÍTULO XVII

**Alterações legislativas**

Artigo 248.º

**Alteração à Lei n.º 98/97, de 26 de agosto**

O artigo 61.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada pelas Leis n.os 87-B/98, de 31 de dezembro, 1/2001, de 4 de janeiro, 55-B/2004, de 30 de dezembro, 48/2006, de 29 de agosto, 35/2007, de 13 de agosto, 3-B/2010, de 28 de abril, 61/2011, de 7 de dezembro, 2/2012, de 6 de janeiro, e 20/2015, de 9 de março, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 61.º

[...]

1 — .....
2 — A responsabilidade prevista no número anterior recai sobre os membros do Governo e os titulares dos órgãos executivos das autarquias locais, nos termos e condições fixadas para a responsabilidade civil e criminal nos n.os 1 e 3 do artigo 36.º do Decreto n.º 22 257, de 25 de fevereiro de 1933.
3 — .....
4 — .....
5 — .....
6 — ..... »

Artigo 249.º

**Alteração à Lei n.º 30/2003, de 22 de agosto**

Os artigos 4.º, 5.º e 6.º da Lei n.º 30/2003, de 22 de agosto, que aprova o modelo de financiamento do serviço público de radiodifusão e de televisão, alterada pelos Decretos-Leis n.os 169-A/2005, de 3 de outubro, 230/2007, de 14 de junho, 107/2010, de 13 de outubro, e pelas Leis n.os 66-B/2012, de 31 de dezembro, 83-C/2013, de 31 de

dezembro e 7-A/2016, de 30 de março, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 4.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — A contribuição para o audiovisual, nos termos previstos nos números anteriores, não incide sobre a eletricidade fornecida para o exercício das atividades incluídas nos grupos 011 a 015 da divisão 01 da secção A da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas — Revisão 3 (CAE-Rev. 3), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, quando o contador permitir a individualização, de forma inequívoca, da energia consumida nas referidas atividades.

Artigo 5.º

**Liquidação e pagamento**

1 — A contribuição é liquidada pelas empresas comercializadoras de eletricidade, incluindo as de último recurso, ou pelas empresas distribuidoras de eletricidade, quando estas distribuam diretamente ao consumidor, devendo ser adicionada ao preço relativo ao seu fornecimento ou comercialização para efeitos da sua exigência aos consumidores.
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — O pagamento da contribuição é efetuado pelas entidades referidas no n.º 1, com informação simultânea à Rádio e Televisão de Portugal, S. A. (RTP, S. A.), em qualquer secção de cobranças dos serviços de finanças, ou em qualquer local autorizado nos termos da lei, até ao dia 20 do mês seguinte ao da emissão da fatura de fornecimento de energia elétrica.
5 — *(Anterior n.º 4)*.
6 — *(Anterior n.º 5)*.

Artigo 6.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — A entidade competente transfere para a RTP, S. A., de forma automática, com periodicidade mensal e na sua totalidade, até ao dia 8 do mês seguinte ao do pagamento referido no n.º 4 do artigo 5.º as receitas relativas à contribuição para o audiovisual identificada no número anterior, não podendo estas ser sujeitas a cativação, retenção ou compensação.»

Artigo 250.º

**Alteração à Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro**

O artigo 6.º da Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, que cria o indexante dos apoios sociais e novas regras de atualização das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 254-B/2015, de 31 de dezembro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 6.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — As pensões de valor igual ou inferior a duas vezes o valor do IAS são atualizadas de acordo com a regra prevista no n.º 1 do artigo 5.º
3 — As pensões de valor compreendido entre duas vezes e seis vezes o valor do IAS são atualizadas de acordo com a seguinte regra:

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . .

4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .
9 — . . . . . »

Artigo 251.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto**

Os artigos 14.º e 14.º-A do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, que institui o abono de família para crianças e jovens e define a proteção na eventualidade de encargos familiares no âmbito do subsistema familiar, alterado pelo Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho, que o republicou, e pelo Decreto-Lei n.º 2/2016, de 6 de janeiro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 14.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — Para efeitos da determinação do montante do abono de família para crianças e jovens são estabelecidos os seguintes escalões de rendimentos indexados ao valor do indexante dos apoios sociais (IAS), em vigor à data a que se reportam os rendimentos apurados:

1.º escalão — rendimentos iguais ou inferiores a 0,5;
2.º escalão — rendimentos superiores a 0,5 e iguais ou inferiores a 1;
3.º escalão — rendimentos superiores a 1 e iguais ou inferiores a 1,5;
4.º escalão — rendimentos superiores a 1,5 e iguais ou inferiores a 2,5;
5.º escalão — rendimentos superiores a 2,5;

3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — Nos primeiros 36 meses de vida, o montante do abono de família para crianças e jovens é majorado nos termos a fixar em portaria.
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .

Artigo 14.º-A

[...]

1 — O nascimento ou integração de uma segunda e terceira criança titular no agregado familiar determina a majoração das prestações de abono de família.

2 — A majoração prevista no número anterior é efetuada nos termos a fixar em portaria.

3 — *(Anterior n.º 2).*»

Artigo 252.º

**Norma transitória no âmbito do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto**

O disposto no artigo 251.º é aplicável às prestações em curso e aos requerimentos que estejam dependentes de decisão por parte da entidade gestora competente e determina, após a data da sua entrada em vigor, a reavaliação extraordinária dos rendimentos para efeitos de posicionamento no escalão de rendimentos de que depende a modulação do montante do abono de família para crianças e jovens.

Artigo 253.º

**Alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro**

É aditado à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, alterada pelas Leis n.os 19/2013, de 21 de fevereiro, 82-B/2014, de 31 de dezembro, e 129/2015, de 3 de setembro, o artigo 80.º-A, com a seguinte redação:

«Artigo 80.º-A

**Orçamento**

1 — Cada entidade inscreve no respetivo orçamento os encargos decorrentes da execução da presente lei.

2 — Do montante das verbas referidas no número anterior e da sua execução, bem como da estimativa do montante correspondente a isenções concedidas a pessoas com estatuto de vítima de violência doméstica, é dado conhecimento ao membro do Governo responsável pela área da igualdade, até ao final do primeiro trimestre do ano subsequente.»

Artigo 254.º

**Alteração à Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto**

Os artigos 6.º e 10.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que cria o Programa de Apoio à Economia Local, com o objetivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores vencidas há mais de 90 dias, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 6.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . :

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . ;
*d*) Restantes medidas previstas no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho, e revogado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com exceção daquela a que se refere a alínea *f*) do respetivo n.º 1.

3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .

6 — A aplicação do Plano é suspensa a partir da data da verificação do cumprimento do limite da dívida total, previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, voltando o Plano a vigorar em caso de incumprimento do referido limite.

Artigo 10.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .

3 — As obrigações previstas nos n.os 2 e 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, não se aplicam aos encargos ou investimentos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia, devendo os municípios, neste caso, proceder à comunicação dos mesmos aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais.»

Artigo 255.º

**Alteração à Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto**

1 — Os artigos 2.º e 21.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, alterada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 2.º

[...]

1 — . . . . . .

2 — O estatuto do pessoal dirigente de outras entidades que integram o subsetor local da Administração Pública é regulado por legislação especial.

Artigo 21.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .

3 — O disposto no número anterior é aplicável, com as devidas adaptações, às relações entre chefe de divisão municipal e diretor de departamento municipal.

4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . :

*a*) Ato legislativo ou decisão judicial;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . »

2 — São revogados os artigos 8.º, 9.º e 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Artigo 256.º

**Alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto**

Os artigos 36.º, 56.º, 59.º e 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local, alterada pelas Leis n.os 53/2014, de 25 de agosto, 69/2015, de 16 de julho, e 7-A/2016, de 30 de março, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 36.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .

5 — O disposto no n.º 1 não se aplica aos subsídios ao investimento previstos em contratos-programa em execução à data da entrada em vigor do presente regime jurídico, não podendo os mesmos ser objeto de prorrogação.

Artigo 56.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .

3 — Aos entes previstos nos números anteriores é aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 53.º a 55.º, sem prejuízo do estabelecido no n.º 3 do artigo 59.º

Artigo 59.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .

3 — O disposto no artigo 47.º aplica-se, com as devidas adaptações, às associações de direito privado em que as entidades públicas participantes exerçam uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º

Artigo 62.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .
9 — . . . . . .
10 — . . . . . .
11 — . . . . . .
12 — . . . . . .
13 — . . . . . .
14 — . . . . . .

15 — O disposto nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura, da educação e da ação social.

16 — . . . . . »

Artigo 257.º

**Alteração à Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro**

O artigo 17.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, que procede à reorganização administrativa de Lisboa, alterada pela Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 17.º

**[...]**

1 — . . . . . .

2 — Para além das transferências financeiras previstas no artigo 37.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, as freguesias situadas no concelho de Lisboa têm anualmente direito a um montante previsto na lei do Orçamento do Estado, que resulta da atualização dos valores definidos no número anterior por aplicação do Índice de Preços no Consumidor — Área Metropolitana de Lisboa.

3 — Os recursos financeiros previstos no presente artigo são transferidos mensalmente até ao dia 15 de cada mês.»

Artigo 258.º

**Alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro**

Os artigos 16.º, 18.º, 19.º, 22.º, 79.º e 86.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, alterada pelas Leis n.os 82-D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, 132/2015, de 4 de setembro, e 7-A/2016, de 30 de março, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 16.º

**[...]**

1 — . . . . . .

2 — A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios.

3 — Os benefícios fiscais referidos no número anterior devem ter em vista a tutela de interesses públicos relevantes e a sua formulação ser genérica e obedecer ao princípio da igualdade, não podendo ser concedidos por mais de cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal.

4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .

8 — Os municípios têm acesso à respetiva informação desagregada respeitante à despesa fiscal adveniente da concessão de benefícios fiscais pelo Estado relativos aos impostos municipais.

9 — Nos casos referidos no n.º 2, o reconhecimento do direito à isenção é da competência da câmara municipal, no estrito cumprimento dos pressupostos fixados na deliberação da assembleia municipal.

10 — Os municípios comunicam anualmente à AT, até 31 de dezembro, por transmissão eletrónica de dados, os benefícios fiscais reconhecidos nos termos do número anterior, com a indicação do seu âmbito e período de vigência e dos artigos matriciais dos prédios abrangidos.

Artigo 18.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .

5 — A proposta de repartição de derrama prevista no n.º 3 considera-se tacitamente deferida pela administração tributária se, no prazo previsto no n.º 4, uma proposta alternativa não for apresentada pela AT para despacho dos referidos membros do Governo.

6 — Em caso de não emissão do despacho previsto no n.º 4 nos 30 dias seguintes ao recebimento da proposta da AT, considera-se tacitamente aprovada a referida proposta, que produz os efeitos legais do despacho dos membros do Governo.

7 — *(Anterior n.º 5)*.
8 — *(Anterior n.º 6)*.
9 — *(Anterior n.º 7)*.
10 — *(Anterior n.º 8)*.
11 — *(Anterior n.º 9)*.
12 — *(Anterior n.º 10)*.
13 — *(Anterior n.º 11)*.
14 — *(Anterior n.º 12)*.
15 — *(Anterior n.º 13)*.
16 — *(Anterior n.º 14)*.
17 — *(Anterior n.º 15)*.
18 — *(Anterior n.º 16)*.
19 — *(Anterior n.º 17)*.
20 — *(Anterior n.º 18)*.

Artigo 19.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .

3 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a AT comunica ainda a cada município:

*a*) Até 31 de maio de cada ano e com referência a 31 de dezembro do ano anterior, o valor patrimonial tributário para efeitos do IMI de cada prédio situado no seu território, indicando quais os prédios isentos, bem como a identificação dos respetivos sujeitos passivos;

*b*) Até 31 de maio de cada ano e com referência às declarações de IMT entregues no ano civil anterior, a identificação dos sujeitos passivos e o valor de imposto liquidado, relativamente a factos tributários localizados nesses municípios, por sujeito passivo;

*c*) Até 30 de setembro e com referência aos períodos de tributação terminados no ano civil anterior, a identificação dos sujeitos passivos de IRC sujeitos a derrama nesses municípios e o valor da derrama liquidada, por sujeito passivo.

4 — Os elementos de identificação dos sujeitos passivos a que se refere o número anterior são o nome, o número de identificação fiscal e o domicílio fiscal.

5 — Enquanto não for publicado o diploma a que se refere a alínea *c*) do artigo 15.º, a AT disponibiliza a cada município, até 31 de julho de cada ano, informação sobre o número e montante exequendo dos processos de execução fiscal que se encontrem pendentes, desagregada por imposto municipal.

6 — Os trabalhadores e titulares de órgãos municipais que tenham acesso a informação transmitida pela AT ficam sujeitos aos deveres de sigilo e confidencialidade nos termos previstos no artigo 64.º da Lei Geral Tributária, aprovada em anexo ao Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro.

7 — Toda a informação referida no presente artigo é disponibilizada por transmissão eletrónica de dados ou através do acesso ao portal das finanças.

Artigo 22.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — . . . . . .
9 — . . . . . .

10 — A concessão de auxílios financeiros às autarquias locais das regiões autónomas em situação de calamidade pública é efetuada, com as devidas adaptações, no âmbito do Fundo de Emergência Municipal, previsto no Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de setembro.

Artigo 79.º

[...]

1 — . . . . . .:

*a*) . . . . . .;
*b*) . . . . . .;
*c*) . . . . . .;
*d*) . . . . . .;
*e*) . . . . . .;
*f*) . . . . . .;
*g*) As deliberações previstas no n.º 2 do artigo 16.º, a respetiva fundamentação e os dados da respetiva despesa fiscal, desagregados por tipo de isenção concedida.

2 — . . . . . .

Artigo 86.º

[...]

1 — *(Atual corpo do artigo)*.

2 — O Plano de Ajustamento Financeiro previsto na Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, e todas as obrigações dele constantes, cessam no momento da liquidação

completa, com recurso a fundos próprios ou alheios, do empréstimo vigente concedido pelo Estado.

3 — O Plano de Reequilíbrio Financeiro previsto no Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho, e todas as obrigações dele constantes, cessam no momento da comunicação ao membro do Governo responsável pelas autarquias locais da liquidação completa, com recurso a fundos próprios ou alheios, do empréstimo vigente.

4 — Excluem-se da aplicação do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, os empréstimos contratados exclusivamente para financiamento da componente nacional de investimentos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia, devendo os municípios, neste caso, proceder à comunicação dos mesmos aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais.»

Artigo 259.º

**Alteração à Lei n.º 34/2015, de 27 de abril**

1 — O artigo 4.º da Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, que aprova o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 4.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .

4 — A administração rodoviária procede, no prazo de um ano a contar da data da entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2017, ao levantamento dos acessos existentes nas estradas sob sua administração e promove, relativamente às situações de inexistência de título administrativo, a respetiva regularização, sem que tal possa constituir custos administrativos para os titulares dos imóveis onde se localizam os acessos a regularizar.

5 — . . . . . .
6 — . . . . . »

2 — Ficam suspensos os procedimentos para aplicação e cobrança das taxas previstas na Portaria n.º 357/2015, de 14 de outubro, devendo o Governo rever no prazo de 90 dias os termos e condições em que a regularização referida no n.º 4 do artigo 4.º da Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, deve ocorrer.

Artigo 260.º

**Alteração ao Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional**

O artigo 63.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado em anexo à Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 63.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .

7 — As autarquias locais, os serviços municipalizados e as empresas de capitais exclusivamente públicos estão isentos das taxas de ocupação ou utilização da zona da estrada e de ocupação e utilização da zona de servidão *non aedificandi* nas obras e atividades de captação e distribuição de água, recolha, tratamento e rejeição de efluentes e recolha, transporte e deposição de resíduos sólidos urbanos da sua competência.

8 — Estão excluídas da isenção prevista no número anterior, desde que limitadas pelo princípio da cobertura do custo, as taxas devidas por instrução dos processos, emissão de pareceres, realização de vistorias extraordinárias e revalidações de licenças ou autorizações.»

Artigo 261.º

**Alteração à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**

O artigo 18.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico), alterada pelas Leis n.os 25/2015, de 30 de março, 69/2015, de 16 de julho, e 7-A/2016, de 30 de março, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 18.º

**[...]**

1 — . . . . . :

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . ;
*d*) . . . . . ;
*e*) . . . . . ;
*f*) . . . . . ;
*g*) . . . . . ;
*h*) . . . . . ;
*i*) . . . . . ;
*j*) . . . . . ;
*k*) . . . . . ;
*l*) . . . . . ;
*m*) . . . . . ;
*n*) . . . . . ;

*o*) Presidir à unidade local de proteção civil, salvo em caso de justo impedimento, em que é representado pelo substituto legal por si designado;

*p*) Determinar a instrução dos processos de contraordenação e proceder à aplicação das coimas;

*q*) . . . . . ;
*r*) . . . . . ;
*s*) . . . . . ;
*t*) . . . . . ;
*u*) . . . . . ;
*v*) . . . . . ;
*w*) . . . . . ;
*x*) . . . . . ;
*y*) . . . . . .

2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — O presidente da junta de freguesia pode delegar nos vogais as competências previstas nas alíneas *d*), *g*), *h*), *i*), *j*), *l*), *m*), *n*), *p*), *u*), *w*), *x*) e *y*) do n.º 1 do presente artigo.»

Artigo 262.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro**

Os artigos 30.º e 41.º do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro (que estabelece os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do sistema elétrico nacional, bem como ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e à organização dos mercados de eletricidade), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 215-A/2012, de 8 de outubro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 178/2015, de 27 de agosto, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 30.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — O membro do Governo responsável pela área da energia aprova o PDIRT, após parecer da ERSE, submissão a consulta pública e discussão na Assembleia da República, nos termos definidos em legislação complementar.
7 — . . . . . .

Artigo 41.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — O membro do Governo responsável pela área da energia aprova o PDIRD, após parecer da ERSE e do operador do RNT e submissão a consulta pública e discussão na Assembleia da República, nos termos definidos em legislação complementar.
6 — . . . . . »

Artigo 263.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de fevereiro**

Os artigos 26.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de fevereiro (que estabelece os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN), bem como ao exercício das atividades de receção, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de gás natural, e à organização dos mercados de gás natural), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 230/2012, de 26 de outubro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 26.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — O membro do Governo responsável pela área da energia aprova o PDIRGN, após parecer da ERSE e submissão a consulta pública e discussão na Assembleia da República, nos termos definidos em legislação complementar.
5 — . . . . . .

Artigo 36.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — O membro do Governo responsável pela área da energia aprova o PDIRD, após parecer da ERSE e do operador da RNTGN, submissão a consulta pública e discussão na Assembleia da República, nos termos definidos em legislação complementar.
6 — . . . . . .
7 — . . . . . »

Artigo 264.º

**Alteração legislativa no âmbito do regime da contribuição extraordinária sobre o setor energético**

1 — Os artigos 3.º, 5.º, 6.º, 7.º, 11.º e 13.º do regime da contribuição extraordinária sobre o setor energético, aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, alterado pelas Leis n.os 82-B/2014, de 31 de dezembro, e 33/2015, de 27 de abril, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 3.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — A contribuição extraordinária sobre o setor energético incide ainda sobre o excedente apurado para o valor económico equivalente dos contratos a que se refere o número anterior, tendo em conta a informação sobre o real valor desses contratos.
4 — *(Anterior n.º 3)*.
5 — *(Anterior n.º 4)*.
6 — *(Anterior n.º 5)*.
7 — Nas situações previstas no n.º 3, o excedente do valor económico equivalente dos contratos corresponde à diferença positiva entre o valor económico equivalente apurado com a informação sobre o real valor desses contratos, designadamente a relativa à sua duração, às quantidades contratadas e às regras de cálculo do preço do gás previstas nos contratos, aplicando-se ao excedente a metodologia prevista no anexo I a este regime, considerando como ano base de valor unitário para efeitos do parâmetro k o ano de 2017 e o valor económico equivalente inicialmente apurado, ao qual é aplicável a Portaria n.º 157-B/2015, de 28 de maio.
8 — O valor do excedente ao valor económico equivalente é apurado fazendo-se uso de parâmetros e valores que são definidos por portaria do membro do Governo responsável pela área da energia, ouvidas

a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e a ERSE, no prazo de 60 dias após a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2017.

9 — Nos casos em que a obrigação prevista no n.º 8 do artigo 7.º não é cumprida de forma atempada, impedindo a ponderação da informação ali mencionada para efeitos de elaboração e aprovação da portaria referida no número anterior, o pagamento da contribuição extraordinária sobre o setor energético passa a ter natureza de pagamento por conta da contribuição extraordinária sobre o setor energético definitiva, procedendo-se à cobrança do valor remanescente ou ao reembolso do excesso pago, consoante o caso, após análise dos mencionados documentos e informações necessárias à aplicação da contribuição extraordinária.

10 — *(Anterior n.º 6)*.

11 — *(Anterior n.º 7)*.

12 — Para efeitos do disposto no n.º 4, entende-se por 'valor dos ativos regulados' o valor reconhecido pela ERSE para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos, com referência a 1 de janeiro de 2015.

13 — *(Anterior n.º 8)*.

Artigo 5.º

**[...]**

1 — . . . . . .

2 — As importâncias suportadas pelos sujeitos passivos a título de contribuição extraordinária sobre o setor energético não são consideradas para efeitos de cálculo do custo médio das quantidades adquiridas de gás natural contratadas no âmbito dos contratos de aprovisionamento previstos nos n.os 2 e 3 do artigo 3.º, nos termos definidos no Regulamento Tarifário do Setor do Gás Natural da ERSE.

Artigo 6.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .

7 — A taxa da contribuição extraordinária sobre o setor energético aplicável à base de incidência definida no n.º 3 do artigo 3.º é de 1,77 %.

Artigo 7.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .

4 — No caso previsto no n.º 7 do artigo anterior, a declaração referida no n.º 1, deve ser enviada por transmissão eletrónica de dados até 30 de maio de 2017.

5 — No caso previsto no n.º 4 do artigo 3.º, a liquidação da contribuição extraordinária sobre o setor energético tem por base o valor dos elementos do ativo dos sujeitos passivos submetido à ERSE para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos.

6 — Verificando-se o disposto no n.º 4 do artigo 3.º, o sujeito passivo submete declaração de substituição, no prazo de 30 dias após a publicação pela ERSE, no seu sítio na *Internet*, dos documentos onde consta o valor do ativo considerado no cálculo dos ajustamentos definitivos aos proveitos permitidos, para correção da contribuição liquidada nos termos do número anterior.

7 — *(Anterior n.º 6)*.

8 — *(Anterior n.º 7)*.

9 — *(Anterior n.º 8)*.

10 — *(Anterior n.º 9)*.

Artigo 11.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .

4 — A parcela da receita relativa ao produto da contribuição extraordinária sobre o setor energético obtida nos termos do disposto nos n.os 2 e 3 do artigo 3.º é totalmente afeta à minimização dos encargos do SNGN, devendo o FSSSE prever, para o efeito, mecanismos para abater o montante das respetivas cobranças que daí resultem na tarifa de uso global do sistema de gás natural, excluindo as tarifas aplicáveis aos centros eletroprodutores, e definir a respetiva periodicidade.

5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .

Artigo 13.º

**[...]**

O direito de receber, através das tarifas de gás natural, o montante dos ajustamentos tarifários referentes a anos anteriores, definidos para efeitos de sustentabilidade de mercados e dos encargos financeiros associados devidos à entidade titular da licença de comercialização de último recurso grossista de gás natural, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 87/2011, de 18 de julho, fica condicionado ao pagamento integral da contribuição extraordinária sobre o setor energético nos casos previstos nos n.os 2 e 3 do artigo 3.º»

2 — Mantém-se em vigor em 2017 a contribuição extraordinária sobre o setor energético, cujo regime foi aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

3 — Consideram-se feitas ao ano de 2017 todas as referências ao ano de 2015, com exceção das que constam do n.º 1 do Anexo I a que se referem os n.os 6 e 7 do artigo 3.º do regime da contribuição extraordinária sobre o setor energético, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 33/2015, de 27 de abril.

Artigo 265.º

**Alteração ao Regulamento das Custas Processuais**

O artigo 4.º do Regulamento das Custas Processuais, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro, alterado pelas Leis n.os 43/2008, de 27 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 52/2011, de 13 de abril, pela Lei n.º 7/2012, de 13 de fevereiro, que o republica, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 126/2013, de 30 de agosto, e pelas Leis n.os 72/2014,

de 2 de setembro, e 7-A/2016, de 30 de março, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 4.º

[...]

1 — . . . . . :

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . ;
*d*) . . . . . ;
*e*) . . . . . ;
*f*) . . . . . ;
*g*) . . . . . ;
*h*) . . . . . ;
*i*) . . . . . ;
*j*) . . . . . ;
*l*) . . . . . ;
*m*) . . . . . ;
*n*) . . . . . ;
*o*) . . . . . ;
*p*) . . . . . ;
*q*) . . . . . ;
*r*) . . . . . ;
*s*) . . . . . ;
*t*) . . . . . ;
*u*) . . . . . ;
*v*) . . . . . ;
*x*) . . . . . ;
*z*) . . . . . ;

*aa*) As vítimas dos crimes de mutilação genital feminina, escravidão, tráfico de pessoas, coação sexual e violação, previstos e puníveis, respetivamente, nos termos do disposto nos artigos 144.º-A, 159.º, 160.º, 163.º e 164.º, todos do Código Penal, quando intervenham no respetivo processo penal em qualquer das qualidades referidas nos artigos 67.º-A a 84.º do Código de Processo Penal.

2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . »

Artigo 266.º

**Não atualização do valor das custas processuais**

Em 2017, é suspensa a atualização automática da unidade de conta processual (UC) prevista no n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro, mantendo-se em vigor o valor da UC vigente em 2016.

Artigo 267.º

**Não atualização das subvenções parlamentares**

Em 2017, não são atualizadas as subvenções atribuídas a cada grupo parlamentar, ao deputado único representante de um partido e ao deputado não inscrito em grupo parlamentar da Assembleia da República, previstas no artigo n.º 5 da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais), alterada pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de dezembro, 55/2010, de 24 de dezembro, 1/2013, de 3 de janeiro, e pela Lei Orgânica n.º 5/2015, de 10 de abril.

Artigo 268.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho**

Os artigos 4.º, 7.º, 8.º, 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, que desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, alterado pelas Leis n.os 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, 83-C/2013, de 31 de dezembro, 82-B/2014, de 31 de dezembro, e 7-A/2016, de 30 de março, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 4.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .

4 — Em 2017, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo são atualizadas nos termos equivalentes à variação prevista para as remunerações da função pública.

5 — A partir de 2018, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no Fundo Social Municipal (FSM) e atualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

Artigo 7.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .

3 — Em 2017, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo não são atualizadas.

4 — A partir de 2018, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no FSM e atualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

Artigo 8.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .

4 — Em 2017, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo não são atualizadas.

5 — A partir de 2018, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no FSM e atualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

6 — . . . . . .

Artigo 10.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — Em 2017, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo não são atualizadas.
5 — A partir de 2018, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no FSM e atualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

Artigo 11.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — Em 2017, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo não são atualizadas.
5 — A partir de 2018, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no FSM e atualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.
6 — . . . . . »

Artigo 269.º

**Alargamento das compensações pagas pelo Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca**

O Governo, no prazo de 90 dias, procede à alteração do Decreto-Lei n.º 311/99, de 10 de agosto, que criou o Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 61/2014, de 23 de abril, no sentido de alargar as compensações pagas a todas as situações de paragens, nomeadamente por motivos relacionados com paragens biológicas e gestão de *stocks,* considerando as disponibilidades orçamentais do Fundo e a compatibilização com o enquadramento legal e regulamentar aplicável ao apoio ao setor da pesca.

Artigo 270.º

**Alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas**

1 — É aditado à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e alterada pelas Leis n.os 84/2015, de 7 de agosto, e 18/2016, de 20 de junho, o artigo 99.º-A, com a seguinte redação:

«Artigo 99.º-A

**Consolidação da mobilidade intercarreiras ou intercategorias**

1 — A mobilidade intercarreiras ou intercategorias dentro do mesmo órgão ou serviço ou entre dois órgãos ou serviços, pode consolidar-se definitivamente mediante parecer prévio do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública desde que reunidas, cumulativamente, as seguintes condições:

*a*) Exista acordo do órgão ou do serviço de origem, quando exigido para a constituição da situação de mobilidade;
*b*) Exista acordo do trabalhador;
*c*) Exista posto de trabalho disponível;
*d*) Quando a mobilidade tenha tido a duração do período experimental estabelecido para a carreira de destino.

2 — Devem ainda ser observados todos os requisitos especiais, designadamente formação específica, conhecimentos ou experiência, legalmente exigidos para o recrutamento.
3 — Quando esteja em causa a mobilidade intercarreiras ou intercategorias no mesmo órgão ou serviço, a consolidação depende de proposta do respetivo dirigente máximo e de parecer favorável do membro do Governo competente na respetiva área.
4 — A consolidação da mobilidade entre dois órgãos ou serviços depende de proposta do dirigente máximo do órgão ou serviço de destino e de parecer favorável do membro do Governo competente na respetiva área.
5 — O disposto no presente artigo aplica-se, com as necessárias adaptações, aos trabalhadores das autarquias locais em situação de mobilidade, a qual se pode consolidar definitivamente mediante proposta do dirigente máximo do serviço e decisão do responsável pelo órgão executivo.»

2 — É revogado o n.º 11 do artigo 99.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pelas Leis n.os 84/2015, de 7 de agosto, e 18/2016, de 20 de junho.

Artigo 271.º

**Alteração ao Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social**

Os artigos 163.º e 220.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de dezembro, e pelas Leis n.os 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, 20/2012, de 14 de maio, 66-B/2012, de 31 de dezembro, 83-C/2013, de 31 de dezembro, 82-B/2014, de 31 de dezembro, e 23/2015, de 17 de março, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 163.º

**[...]**

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .
6 — . . . . . .
7 — . . . . . .
8 — A atualização da base de incidência resultante da atualização do IAS produz efeitos a partir da fixação anual da base de incidência contributiva, prevista

no n.º 5, posterior à entrada em vigor do diploma que procede àquela atualização.

Artigo 220.º

[...]

1 — *(Atual corpo do artigo).*

2 — A compensação prevista no número anterior efetua-se até ao limite de um terço do valor das prestações mediatas vincendas devidas, salvo expressa autorização do beneficiário de dedução por valor superior, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

3 — Havendo lugar ao pagamento de prestações vencidas, a compensação efetua-se pela sua totalidade, até ao limite do valor em dívida.

4 — É garantido ao beneficiário o pagamento de um montante mensal igual ao do valor da pensão social, exceto se o beneficiário fizer prova de não ser titular de outros bens ou rendimentos, situação em que lhe é garantido um montante mensal igual ao do valor do IAS.

5 — As prestações de invalidez e velhice de montante inferior ao da pensão social só são compensáveis mediante autorização do beneficiário.»

Artigo 272.º

**Alteração à Lei da Água**

O artigo 79.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, alterada pelos Decretos-Leis n.os 245/2009, de 22 de setembro, 60/2012, de 14 de março, e 130/2012, de 22 de junho, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 79.º

[...]

1 — . . . . . :

*a*) . . . . . ;
*b*) . . . . . ;
*c*) . . . . . ;
*d*) . . . . . ;
*e*) No apoio à sustentabilidade dos serviços urbanos de águas, com vista a promover o acesso universal à água e ao saneamento, a custo socialmente aceitável, em cumprimento da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 3.º

2 — . . . . . »

CAPÍTULO XVIII

**Disposições finais**

Artigo 273.º

**Atualização do Quadro Plurianual de Programação Orçamental**

Nos termos do n.º 3 do artigo 12.º-D da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, aplicável por forca do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, é atualizado o Quadro Plurianual de Programação Orçamental, passando o anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 7-C/2016, de 31 de março, a ter a seguinte redação:

**Quadro plurianual de programação orçamental 2017-2020**

| | | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Soberania** | P001 - Órgãos de soberania | 3.457 | | | |
| | P002 - Governação | 114 | | | |
| | P003 - Representação Externa | 288 | | | |
| | P008 - Justiça | 615 | | | |
| | P009 - Cultura | 298 | | | |
| **Subtotal agrupamento** | | **4.772** | **4.714** | | |
| **Segurança** | P006 - Defesa | 1.743 | | | |
| | P007 - Segurança Interna | 1.631 | | | |
| **Subtotal agrupamento** | | **3.374** | **3.354** | | |
| **Social** | P010 - Ciência Tecnologia e Ensino Superior | 1.461 | | | |
| | P011 - Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar | 5.254 | | | |
| | P012 - Trabalho, Solidariedade e Segurança Social | 13.650 | | | |
| | P013 - Saúde | 8.125 | | | |
| **Subtotal agrupamento** | | **28.490** | **28.324** | | |
| **Económica** | P004 - Finanças e Administração Pública | 3.590 | | | |
| | P005 - Gestão da Dívida Pública | 7.543 | | | |
| | P014 - Planeamento e Infraestruturas | 813 | | | |
| | P015 - Economia | 370 | | | |
| | P016 - Ambiente | 79 | | | |
| | P017 - Agricultura, Florestas, Desenvolvimento Rural e Mar | 313 | | | |
| | P018 - Mar | 48 | | | |
| **Subtotal agrupamento** | | **12.755** | **13.147** | | |
| **Total da Despesa financiada por receitas gerais** | | **49.391** | **49.539** | **50.023** | **50.856** |

Artigo 274.º

**Pagamento em 2017 dos subsídios de Natal e férias no setor privado**

1 — Durante o ano de 2017, o subsídio de Natal previsto no artigo 263.º do Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua atual redação, deve ser pago da seguinte forma:

*a*) 50 % até 15 de dezembro;
*b*) Os restantes 50 % em duodécimos ao longo do ano.

2 — Durante o ano de 2017, suspende-se a vigência da norma constante da parte final do n.º 1 do artigo 263.º do Código do Trabalho.

3 — Nos contratos previstos no n.º 10 do presente artigo só se aplica o disposto no número anterior se existir acordo escrito entre as partes para pagamento fracionado do subsídio de Natal.

4 — Durante o ano de 2017, o subsídio de férias, previsto no artigo 264.º do Código do Trabalho, deve ser pago da seguinte forma:

*a*) 50 % antes do início do período de férias;
*b*) Os restantes 50 % em duodécimos ao longo do ano.

5 — Durante o ano de 2017, suspende-se a vigência da norma constante da parte final do n.º 3 do artigo 264.º do Código do Trabalho.

6 — Nos contratos previstos no n.º 10 do presente artigo só se aplica o disposto no número anterior se existir acordo escrito entre as partes para pagamento fracionado do subsídio de férias.

7 — No caso de gozo interpolado de férias, a parte do subsídio referida na alínea *a*) do n.º 4 deve ser paga proporcionalmente a cada período de gozo.

8 — O disposto nos números anteriores não se aplica a subsídios relativos a férias vencidas antes da entrada em vigor da presente lei que se encontrem por liquidar.

9 — Cessando o contrato de trabalho antes do termo do ano civil de 2017, o empregador pode recorrer a compensação de créditos quando os montantes efetivamente pagos ao trabalhador ao abrigo do presente artigo excedam os que lhe seriam devidos.

10 — No caso dos contratos de trabalho a termo e dos contratos de trabalho temporário, a adoção de um regime de pagamento fracionado dos subsídios de Natal e de férias idêntico ou análogo ao estabelecido no presente artigo depende de acordo escrito entre as partes.

11 — Da aplicação do disposto no presente artigo não pode resultar para o trabalhador a diminuição da respetiva remuneração mensal ou anual, nem dos respetivos subsídios.

12 — Os pagamentos dos subsídios de Natal e de férias em duodécimos, nos termos do presente artigo, são objeto de retenção autónoma, não podendo, para cálculo do imposto a reter, ser adicionados às remunerações dos meses em que são pagos ou postos à disposição do trabalhador, de acordo com o previsto na lei.

13 — O regime previsto no presente artigo pode ser afastado por manifestação de vontade expressa do trabalhador, a exercer no prazo de cinco dias a contar da entrada em vigor da presente lei, aplicando-se nesse caso as cláusulas de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho e de contrato de trabalho que disponham em sentido diferente ou, na sua ausência, o previsto no Código do Trabalho.

14 — O disposto no presente artigo não se aplica aos casos em que foi estabelecida a antecipação do pagamento dos subsídios de Natal ou de férias por acordo anterior à entrada em vigor do presente artigo.

15 — Constitui contraordenação muito grave a violação do disposto nos n.os 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 8 do presente artigo.

16 — Constitui contraordenação muito grave a violação do disposto no n.º 11 podendo, ainda, determinar a aplicação de sanção acessória nos termos legais.

17 — O regime geral das contraordenações laborais previsto nos artigos 548.º a 566.º do Código do Trabalho aplica-se às infrações por violação do presente artigo.

18 — O processamento das contraordenações laborais segue o regime processual aprovado pela Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, alterada pela Lei n.º 63/2013, de 27 de agosto, cabendo ao serviço com competência inspetiva do ministério responsável pela área laboral a instrução dos respetivos processos.

Artigo 275.º

**Prorrogação de efeitos**

A produção de efeitos prevista no artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período de 2014-2020, é prorrogada até ao dia 1 de janeiro de 2018.

Artigo 276.º

**Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor a 1 de janeiro de 2017.

Aprovada em 29 de novembro de 2016.

O Presidente da Assembleia da República, *Eduardo Ferro Rodrigues.*

Promulgada em 21 de dezembro de 2016.

Publique-se.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Referendada em 22 de dezembro de 2016.

O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa.*

**Mapa de alterações e transferências orçamentais**

(a que se refere o artigo 8.º)

**Diversas alterações e transferências**

1 — Transferência de verbas inscritas no orçamento do Fundo para as Relações Internacionais, I. P. (FRI, I. P.), para o orçamento da entidade contabilística «Gestão Administrativa e Financeira do Ministério dos Negócios Estrangeiros», destinadas a suportar encargos com o financiamento do abono de instalação, viagens, transportes e assistência na doença previstos nos artigos 62.º, 67.º e 68.º do Estatuto da Carreira Diplomática, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de fevereiro.

2 — Transferência de verbas inscritas no orçamento do FRI, I. P., para a MUDIP — Associação Mutualista Diplomática Portuguesa (MUDIP), destinadas a suportar encargos com o financiamento do complemento de pensão de modo a garantir a igualdade de tratamento de funcionários diplomáticos aposentados antes da entrada

em vigor do regime de jubilação previsto no n.º 5 do artigo 33.º do Estatuto da Carreira Diplomática, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de fevereiro, ou de quem lhes tenha sucedido no direito à pensão.

3 — Transferência de verbas inscritas no orçamento do FRI, I. P., para a MUDIP, destinadas a suportar encargos com o financiamento de um complemento de pensão aos cônjuges de diplomatas que tenham falecido no exercício de funções e cujo trabalho constituísse a principal fonte de rendimento do respetivo agregado familiar.

4 — Transferência de verbas inscritas no orçamento do FRI, I. P., para o orçamento da entidade contabilística «Gestão Administrativa e Financeira do Ministério dos Negócios Estrangeiros», destinadas a suportar encargos com a mala diplomática e com contratos de assistência técnica e de outros trabalhos especializados.

5 — Transferência de verbas inscritas no orçamento do FRI, I. P., para o orçamento da entidade contabilística «Gestão Administrativa e Financeira do Ministério dos Negócios Estrangeiros», destinadas a suportar encargos com o funcionamento da Estrutura de Missão para a Presidência Portuguesa do G19, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2014, de 5 de junho.

6 — Transferências de verbas, inscritas no orçamento do FRI, I. P., para o Camões — Instituto da Cooperação e da Língua Portuguesa, I. P., destinadas ao financiamento de projetos de Cooperação e Programas de Cooperação Bilateral.

7 — Transferência de uma verba até € 3 500 000 proveniente do saldo de gerência do Turismo de Portugal, I. P., para as entidades regionais de turismo e a afetar ao desenvolvimento turístico regional em articulação com a estratégia nacional da política de turismo e de promoção do destino, nos termos e condições a acordar especificamente com o Turismo de Portugal, e a formalizar no contrato-programa a celebrar com aquelas entidades no âmbito da Lei n.º 33/2013, de 16 de maio.

8 — Transferência de uma verba até € 3 500 000, nos termos a contratualizar através de protocolo de cedência de colaboradores entre o Turismo de Portugal, I. P., e a AICEP, E. P. E.

9 — Transferência de uma verba de € 11 000 000 do Turismo de Portugal, I. P., para a AICEP, E. P. E., destinada à promoção de Portugal no exterior, nos termos contratualizados entre as duas entidades.

10 — Transferência de uma verba de € 11 000 000 do IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P., para a AICEP, E. P. E., destinada à promoção de Portugal no exterior, nos termos contratualizados entre as duas entidades.

11 — Transferência de uma verba, até ao limite de 10 % da verba disponível no ano de 2017, por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional, destinada à cobertura de encargos, designadamente com a preparação, operações e treino de forças, de acordo com a finalidade prevista no artigo 1.º da Lei Orgânica n.º 7/2015, de 18 de maio.

12 — Alterações entre capítulos do orçamento do Ministério da Defesa Nacional decorrentes da Lei do Serviço Militar, da reestruturação dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas, da aplicação do n.º 3 do artigo 147.º do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, da reorganização da defesa nacional e das Forças Armadas, das alienações e reafetações dos imóveis afetos às Forças Armadas, no âmbito das missões humanitárias e de paz e dos observadores militares não enquadráveis nestas missões, independentemente de as rubricas de classificação económica em causa terem sido objeto de cativação inicial.

13 — Transferência de verbas do Ministério da Defesa Nacional para a segurança social, destinadas ao reembolso do pagamento das prestações previstas no Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de dezembro.

14 — Transferência de verbas do Ministério da Defesa Nacional para a CGA, I. P., Segurança Social e demais entidades não pertencentes ao sistema público de segurança social, destinadas ao reembolso do pagamento das prestações previstas nas Leis n.os 9/2002, de 11 de fevereiro, 21/2004, de 5 de junho, e 3/2009, de 13 de janeiro.

15 — Transferências de verbas, entre ministérios, no âmbito da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar, destinadas à implementação dos programas integrantes da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014, de 12 de fevereiro, e das atividades do Fórum Permanente para os Assuntos do Mar.

16 — Transferência de verbas, até ao montante de € 122 875 do orçamento da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) do Ministério do Mar, para a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa — Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S. A., para financiamento de trabalhos de recuperação de cordões dunares com recurso a areias dragadas.

17 — Transferência de verbas, até ao montante de € 132 300 do orçamento da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos do Ministério do Mar, para a Polis Litoral Norte — Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Norte, S. A., para financiamento de trabalhos de recuperação de cordões dunares com recurso a areias dragadas.

18 — Transferência de uma verba, até ao montante de € 370 000 do orçamento da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos do Ministério do Mar, para a Marinha Portuguesa, para o financiamento da participação no Plano de Ação Conjunto no âmbito da Convenção da Organização de Pescarias do Noroeste do Atlântico (NAFO).

19 — Transferência de verbas, até ao montante de € 700 000 do orçamento da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos do Ministério do Mar, para a Guarda Nacional Republicana (GNR) e para a Marinha Portuguesa, para o financiamento da participação no âmbito da gestão operacional do Centro de Controlo e Vigilância da Atividade da Pesca (CCVP) e do Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do Continente (CCTMC).

20 — Transferência de verbas no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (capítulo 50), para a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. (FCT, I. P.), destinadas a medidas com igual ou diferente programa e classificação funcional, incluindo serviços integrados.

21 — Transferência de verbas inscritas no orçamento da FCT, I. P., para entidades que desenvolvam projetos e atividades de investigação científica e tecnológica, independentemente de envolverem diferentes programas orçamentais.

22 — Transferência de verbas inscritas nos orçamentos de laboratórios e outros organismos do Estado para outros laboratórios e para a FCT, I. P., independentemente do pro-

grama orçamental e da classificação orgânica e funcional, desde que as transferências se tornem necessárias pelo desenvolvimento de projetos e atividades de investigação científica a cargo dessas entidades.

23 — Transferência de receitas próprias do Instituto da Vinha e do Vinho, I. P., até ao limite de € 2 000 000 para aplicação no Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020) em projetos de investimento ligados ao setor vitivinícola.

24 — Transferência de saldos de gerência do Fundo Florestal Permanente para o orçamento do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.), até ao montante de € 17 000 000 para o cofinanciamento nacional do apoio a projetos de investimento florestal, no âmbito do PDR 2020, nos termos a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da agricultura.

25 — Transferência de verbas do Fundo Florestal Permanente para o orçamento do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), até ao montante de €5.000.000, para ações de prevenção estrutural e recuperação de áreas ardidas sob a sua gestão, nos termos a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da agricultura.

26 — Transferência de saldos de gerência do Instituto da Vinha e do Vinho para o orçamento do IFAP, I. P. para o cofinanciamento nacional do apoio a projetos de investimento privado no âmbito do PDR 2020, nos termos a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Agricultura.

27 — Transferência para o Orçamento do Estado e respetiva aplicação na despesa dos saldos da Autoridade Nacional de Aviação Civil, constantes do orçamento do ano económico anterior, relativos a receitas das taxas de segurança aeroportuária do 4.º trimestre, mediante despacho do membro do Governo competente em razão da matéria e do membro do Governo responsável pela área das finanças, desde que se destinem a ser transferidos para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, para a Polícia de Segurança Pública e para a GNR, nos termos da Portaria n.º 83/2014, de 11 de abril.

28 — Transferência da dotação inscrita no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da verba de € 8 316 458, para o orçamento do Ministério da Defesa Nacional, relativa à reafetação de parte do PM 65/Lisboa — Colégio de Campolide, nos termos do Despacho conjunto n.º 291/2004, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 108, de 8 de maio.

29 — Transferência de verbas inscritas no orçamento do IGEFE para a Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus + Educação e Formação, nos termos a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da educação e da ciência, tecnologia e ensino superior.

30 — Transferência, até ao limite máximo de € 750 000 de verba inscrita no orçamento do Ministério da Defesa Nacional, para a idD — Plataforma das Industrias de Defesa Nacionais, S. A. (idD), no âmbito da dinamização e promoção da Base Tecnológica e Industrial de Defesa, nos termos a definir por protocolo entre o Ministério da Defesa Nacional e a idD.

31 — Transferência de verbas inscritas no orçamento do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. para o Alto Comissariado para as Migrações, I. P., nos termos a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do trabalho, solidariedade e segurança social e da cidadania e igualdade.

32 — Transferência de verbas inscritas no orçamento da Presidência do Conselho de Ministros para o Gestor do Programa Escolhas, para financiamento das despesas de funcionamento e de transferências respeitantes ao Programa Escolhas, nos termos a definir por despacho do membro do Governo responsável pela área da cidadania e igualdade.

33 — Transferência de verbas inscritas no orçamento da Presidência do Conselho de Ministros para o Gestor do Programa Escolhas, para comparticipação nas despesas associadas à renda das instalações, nos termos a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Presidência do Conselho de Ministros e da modernização administrativa e da cidadania e igualdade.

34 — Transferência de receitas próprias da Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., para a Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., até ao limite de € 30 000 000 destinada a financiar atividades de controlo da prescrição e dispensa de medicamentos e de desenvolvimento de sistemas de informação nas áreas de medicamentos e de dispositivos médicos.

35 — Transferência da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., para a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), até ao limite de € 30 000 000 destinada a financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS.

36 — Transferência de receitas próprias do Fundo Ambiental para o IFAP, I. P., de € 4 500 000 para aplicação no PDR 2020 em projetos agrícolas e florestais que contribuam para o sequestro de carbono e redução de emissões de gases com efeito de estufa, nos termos a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, ambiente e agricultura.

37 — Transferência dos serviços, organismos públicos e demais entidades para a DGTF, das contrapartidas decorrentes da aplicação do princípio da onerosidade, previsto no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, comunicadas e devidas nos anos de 2014 a 2016, que não tenham sido efetuadas, bem como das contrapartidas devidas no ano de 2017, nos termos da Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro, ficando o Ministério dos Negócios Estrangeiros isento da aplicação do referido princípio, no âmbito da cedência de imóvel com vista à instalação da sede da CPLP e da Sede do Centro Norte-Sul.

38 — Transferência de verba inscrita no orçamento da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, no valor de € 3 000 000, a favor das comunidades intermunicipais e dos municípios não integrados nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, ou a favor do Fundo para o Serviço Público de Transportes previsto no artigo 12.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 junho, a partir da data da sua constituição.

39 — Transferência de verbas, até ao montante de € 5 000 000 do Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFE, I. P.) para a Parque Escolar, E. P. E., para financiamento de trabalhos de requalificação e construção de três escolas do concelho de Lisboa.

40 — Transferência de verbas do orçamento do INEM para a PSP, para o financiamento da gestão operacional dos Centros Operacionais 112 até ao limite de € 285 750.

41 — Transferência de verbas do orçamento do INEM para a GNR, para o financiamento da gestão operacional dos Centros Operacionais 112 até ao limite de € 44 522.

42 — Transferência de verbas, provenientes de receitas gerais, até ao montante de € 20 000 do orçamento da

Direção-Geral do Território para a Vianapolis, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Viana de Castelo, S. A.

43 — Transferência de receitas próprias do Fundo Ambiental, até ao limite de € 4 332 151, para o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I. P., para efeitos de protocolo a celebrar relativo a projeto-piloto em áreas protegidas tendo por objetivo a prevenção de incêndios florestais e para outros projetos de conservação da natureza, ordenamento do território e adaptação às alterações climáticas, e para efeitos de execução do Protocolo, em curso, relativo ao 6.º Inventário Florestal Nacional.

44 — Transferência de receitas próprias do Fundo Ambiental, até ao limite de € 300 000, para a Direção-Geral do Território, nos termos de protocolo a celebrar, tendo em vista a elaboração do PNPOT (Programa Nacional da Politica de Ordenamento do Território), enquadrado nas necessidades decorrentes da adaptação às alterações climáticas, nos termos a definir no despacho anual previsto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto.

45 — Transferência de receitas próprias do Fundo Ambiental, até ao limite de € 2 515 464, para a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., no âmbito da comissão relativa à gestão do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (alínea *c*) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 38/2013, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 46-A/2016, de 12 de agosto, e alínea *a*) do n.º 8 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 93/2010, de 27 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.os 195/2015, de 14 de setembro, e 42-A/2016, de 12 de agosto).

46 — Transferência de receitas próprias do Fundo Ambiental, até ao limite de € 7 200 000, para a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., para projetos em matéria de recursos hídricos, nos termos a definir no despacho anual previsto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto.

47 — Transferência de uma verba no valor de € 5 500 000 proveniente dos saldos transitados do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do ambiente, para assegurar os compromissos do Estado no âmbito de comparticipações a fundo perdido em projetos de realojamento e reabilitação, no âmbito do Programa ProHabita, incluindo a concessão de apoios para o território da Madeira, em virtude dos incêndios aí ocorridos.

48 — Transferência de receitas próprias do Fundo Ambiental, até ao limite de € 30 000, para o Instituto Superior de Agronomia, no âmbito da execução do Protocolo em curso relativo ao 6.º Inventário Florestal Nacional.

49 — Transferência de receitas próprias do Fundo Ambiental, até ao limite de € 715 070, para a Mobi.E, S. A., para efeitos de comparticipação nacional da atualização tecnológica e alargamento da rede Mobi.E, consoante Resolução de Conselho de Ministros, de 8 de junho de 2016.

50 — Transferência de verbas, até ao montante de € 100 000 do orçamento da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos do Ministério do Mar, para a Agência Portuguesa do Ambiente, para financiamento de trabalhos de recuperação de cordões dunares com recurso a areias dragadas.

51 — Transferência de verbas, até ao montante de € 300 000 do orçamento do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca (FCSPP) para a Docapesca — Portos e Lotas, S. A., ficando esta incumbida do pagamento das contribuições e quotizações à Segurança Social dos profissionais da pesca no âmbito das atribuições do referido fundo, nos termos a definir por decreto-lei.

52 — Transferência de uma verba de € 2 000 000 do orçamento do Fundo Ambiental para o Fundo Azul, com vista ao desenvolvimento da economia do mar, da investigação científica e tecnológica do mar, da monitorização e proteção do ambiente marinho e da segurança marítima.

53 — Transferência de uma verba de € 800 000 do orçamento do Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais para o Fundo Azul, com vista ao desenvolvimento da economia do mar, da investigação científica e tecnológica do mar, da monitorização e proteção do ambiente marinho e da segurança marítima.

54 — Transferência de verbas, até ao montante de € 800 000 do orçamento do Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético para o Fundo Azul, com vista ao desenvolvimento da economia do mar, da investigação científica e tecnológica do mar, da monitorização e proteção do ambiente marinho e da segurança marítima.

55 — Transferência de verbas da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., para os municípios ou entidades intermunicipais, no quadro do desenvolvimento das atribuições previstas no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março.

56 — Transferência de € 490 000 do Fundo Ambiental para Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP) para o projeto de desenvolvimento do sistema de bilhética Andante.

57 — Transferência de verbas do Fundo de Modernização do Comércio para o IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P., exclusivamente para aplicação em ativos financeiros de suporte a programas de revitalização do comércio local de proximidade.

58 — Transferência de uma verba até € 1 250 000 proveniente do saldo de gerência do Turismo de Portugal, I. P., para o município do Funchal, destinada a apoiar as intervenções necessárias à recuperação das infraestruturas e do património com interesse turístico existente no concelho do Funchal, no âmbito do acordo de colaboração técnico-financeiro para a reabilitação do centro histórico do Funchal, celebrado entre o Turismo de Portugal e o Município do Funchal.

59 — Transferência de verbas, até ao montante de € 200 000 do orçamento do ICNF, I. P., para a Tapada Nacional de Mafra — Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, para financiamento de projetos e atividades relacionadas com a conservação da natureza e das florestas.

60 — Transferências inscritas no orçamento do Ministério da Defesa Nacional para a Cruz Vermelha Portuguesa, Liga dos Combatentes e Associação de Deficientes das Forças Armadas relativas às subvenções constantes no mapa de desenvolvimento das despesas dos serviços integrados.

61 — Transferência do Fundo Ambiental para o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I. P., no valor de € 500 000, para realojamento das primeiras habitações dos pescadores da Ria Formosa, mediante protocolo a celebrar.

62 — Transferência da verba inscrita no Capítulo 60 para remissão de lucros obtidos no Programa de Compra de Ativos (SMP) e ao abrigo do Acordo sobre Ativos Financeiros Líquidos (ANFA), até ao montante máximo de € 83 600 000.

63 — Transferência da verba inscrita no Capítulo 60 para encargos decorrentes de mecanismos multilaterais de apoio humanitário, até ao montante máximo de € 10 709 414.

**Alterações e transferências no âmbito da Administração Central**

| | Origem | | Destino | Limites máximos dos montantes a transferir (em euros) | Âmbito/objetivo |
|---|---|---|---|---|---|
| 64 — | Ministério do Planeamento e Infraestruturas. | Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. | CP — Comboios de Portugal | 1 800 000 | Financiamento de material circulante e bilhética. |
| 65 — | Ministério do Planeamento e Infraestruturas. | Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. | Metro do Mondego, S. A. . . . | 2 000 000 | Financiamento do Sistema de Mobilidade do Mondego. |

**Transferências relativas ao capítulo 50**

| | Origem | | Destino | Limites máximos dos montantes a transferir (em euros) | Âmbito/objetivo |
|---|---|---|---|---|---|
| 66 — | Ministério da Agricultura Florestas e Desenvolvimento Rural e Ministério do Mar. | Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral. | Administração do Porto da Figueira da Foz, S. A. | 500 000 | Financiamento de infraestruturas portuárias e reordenamento portuário. |
| 67 — | Ministério da Agricultura Florestas e Desenvolvimento Rural e Ministério do Mar. | Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral. | Administração dos Portos de Douro, Leixões, Viana do castelo, S. A. | 4 000 000 | Financiamento de infraestruturas e equipamentos portuários e acessibilidades. |
| 68 — | Ministério do Ambiente | Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente. | Metro do Porto, S. A. . . . . | 1 700 000 | Financiamento para infraestruturas de longa duração. |
| 69 — | Ministério do Ambiente | Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente. | Metropolitano de Lisboa E. P. E. | 1 700 000 | Financiamento para remodelação e reparação de frota. |
| 70 — | Ministério do Ambiente | Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente. | STCP . . . . . | 1 455 000 | Financiamento para remodelação e reparação de frota. |
| 71 — | Ministério do Ambiente | Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente. | CARRIS . . . . . | 855 000 | Financiamento para remodelação e reparação de frota. |

**Transferências para entidades externas, além das que constam do capítulo 50**

| | Origem | Destino | Limites máximos dos montantes a transferir (em euros) | Âmbito/objetivo |
|---|---|---|---|---|
| 72 — | Encargos Gerais do Estado . . . . . | Área Metropolitana de Lisboa . . . . . | 1 143 898 | Regime Transitório de Financiamento. |
| 73 — | Encargos Gerais do Estado . . . . . | Área Metropolitana do Porto . . . . . | 908 420 | Regime Transitório de Financiamento. |

**Mapa - Transferências para áreas metropolitanas e associações de municípios**

**(Un: euros)**

| AM/CIM | Transferências OE/2017 |
|---|---|
| AM de Lisboa | 544 226 |
| AM do Porto | 701 143 |
| CIM do Alentejo Central | 229 523 |
| CIM da Lezíria do Tejo | 176 187 |
| CIM do Alentejo Litoral | 132 702 |
| CIM do Algarve | 199 518 |
| CIM do Alto Alentejo | 220 845 |
| CIM do Ave | 216 695 |
| CIM do Baixo Alentejo | 255 355 |
| CIM do Cávado | 171 315 |
| CIM do Médio Tejo | 216 660 |
| CIM do Oeste | 156 950 |
| CIM do Tâmega e Sousa | 278 334 |
| CIM do Douro | 301 685 |
| CIM do Alto Minho | 220 793 |
| CIM do Alto Tâmega | 148 060 |
| CIM da Região de Leiria | 170 787 |
| CIM da Beira Baixa | 142 716 |
| CIM das Beiras e Serra da Estrela | 321 505 |
| CIM da Região de Coimbra | 293 314 |
| CIM das Terrras de Trás-os-Montes | 215 086 |
| CIM da Região Viseu Dão Lafões | 241 530 |
| CIM da Região de Aveiro | 172 278 |
| **Total Geral** | **5 727 207** |

# MAPA I

## RECEITAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

ANO ECONÓMICO DE 2017

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | |
|---|---|---|---|---|
| | | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| | **RECEITAS CORRENTES** | | | |
| **01.00.00** | **IMPOSTOS DIRETOS** | | | 18 183 241 582 |
| 01.01.00 | SOBRE O RENDIMENTO: | | 17 705 723 724 | |
| 01.01.01 | IMP.S/REND.PESS.SINGULARES (IRS) | 12 430 653 460 | | |
| 01.01.02 | IMP.S/REND.PESS.COLETIVAS (IRC) | 5 275 070 264 | | |
| 01.02.00 | OUTROS: | | 477 517 858 | |
| 01.02.01 | IMPOSTO S/SUCESSÕES E DOAÇÕES | 12 611 | | |
| 01.02.06 | IMPOSTO USO, PORTE E DETENÇÃO ARMAS | 6 700 000 | | |
| 01.02.99 | IMPOSTOS DIRETOS DIVERSOS | 470 805 247 | | |
| **02.00.00** | **IMPOSTOS INDIRETOS:** | | | 23 233 583 830 |
| 02.01.00 | SOBRE O CONSUMO: | | 21 379 769 107 | |
| 02.01.01 | IMPOSTO S/ PRODUTOS PETROLÍFEROS (ISP) | 3 418 942 863 | | |
| 02.01.02 | IMPOSTO S/ VALOR ACRESCENTADO (IVA) | 15 286 593 158 | | |
| 02.01.03 | IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS (ISV) | 692 266 173 | | |
| 02.01.04 | IMPOSTO DE CONSUMO S/ TABACO | 1 503 741 102 | | |
| 02.01.05 | IMPOSTO S/ ÁLCOOL BEB. ÁLCOOL. (IABA) | 280 497 644 | | |
| 02.01.99 | IMPOSTOS DIVERSOS S/ CONSUMO | 197 728 167 | | |
| 02.02.00 | OUTROS: | | 1 853 814 723 | |
| 02.02.01 | LOTARIAS | 13 288 929 | | |
| 02.02.02 | IMPOSTO DE SELO | 1 489 488 190 | | |
| 02.02.03 | IMPOSTO DO JOGO | 21 286 540 | | |
| 02.02.04 | IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO | 300 717 397 | | |
| 02.02.05 | RESULTADOS EXPLORAÇÃO APOSTAS MUTUAS | 18 273 614 | | |
| 02.02.99 | IMPOSTOS INDIRETOS DIVERSOS | 10 760 053 | | |
| **03.00.00** | **CONTRIBUIÇÕES PARA SEG. SOCIAL, CGA E ADSE:** | | | 63 142 000 |
| 03.03.00 | CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES E ADSE: | | 63 142 000 | |
| 03.03.02 | COMPARTICIPAÇÕES PARA A ADSE | 1 200 000 | | |
| 03.03.99 | OUTROS | 61 942 000 | | |
| **04.00.00** | **TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:** | | | 958 948 065 |
| 04.01.00 | TAXAS: | | 554 258 721 | |
| 04.01.01 | TAXAS DE JUSTIÇA | 57 169 365 | | |
| 04.01.02 | TAXAS DE REGISTO DE NOTARIADO | 834 793 | | |
| 04.01.03 | TAXAS DE REGISTO PREDIAL | 108 492 178 | | |
| 04.01.04 | TAXAS DE REGISTO CIVIL | 62 394 796 | | |
| 04.01.05 | TAXAS DE REGISTO COMERCIAL | 64 699 705 | | |
| 04.01.07 | TAXAS VINÍCOLAS | 10 000 | | |
| 04.01.08 | TAXAS MODERADORAS | 624 000 | | |
| 04.01.09 | TAXAS S/ ESPETÁCULOS E DIVERTIMENTOS | 882 745 | | |
| 04.01.10 | TAXAS S/ ENERGIA | 15 397 298 | | |
| 04.01.11 | TAXAS S/ GEOLOGIA E MINAS | 1 555 000 | | |
| 04.01.12 | TAXAS S/ COMERCIALIZAÇÃO E ABATE DE GADO | 246 990 | | |
| 04.01.16 | TAXAS S/ FISCALIZAÇÃO DE ATIV. COMERCIAIS E INDUSTRIAIS | 3 328 | | |
| 04.01.17 | TAXAS S/ LICENCIAMENTOS DIV. CONCEDIDOS A EMPRESAS | 7 394 104 | | |
| 04.01.20 | EMOLUMENTOS CONSULARES | 5 219 685 | | |
| 04.01.22 | PROPINAS | 3 646 000 | | |
| 04.01.99 | TAXAS DIVERSAS | 225 688 734 | | |
| 04.02.00 | MULTAS E OUTRAS PENALIDADES: | | 404 689 344 | |
| 04.02.01 | JUROS DE MORA | 77 206 730 | | |
| 04.02.02 | JUROS COMPENSATÓRIOS | 27 166 182 | | |
| 04.02.03 | MULTAS E COIMAS P/ INFRAÇÕES CÓDIGO ESTRADA E RESTANTE LEGISLAÇÃO | 83 180 869 | | |
| 04.02.04 | COIMAS E PENALIDADES POR CONTRAORDENAÇÕES | 213 755 512 | | |
| 04.02.99 | MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS | 3 380 051 | | |
| **05.00.00** | **RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE:** | | | 697 686 342 |
| 05.01.00 | JUROS - SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS: | | 19 548 | |
| 05.01.01 | PUBLICAS | 15 548 | | |
| 05.01.02 | PRIVADAS | 4 000 | | |
| 05.02.00 | JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS | | 36 703 104 | |
| 05.02.01 | BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | 36 703 104 | | |
| 05.03.00 | JUROS - ADMINISTRAÇÕES PUBLICAS: | | 192 431 648 | |
| 05.03.01 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO | 7 050 848 | | |
| 05.03.02 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SFA | 121 188 598 | | |
| 05.03.03 | ADMINISTRAÇÃO REGIONAL | 51 492 202 | | |
| 05.03.04 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL - CONTINENTE | 11 400 000 | | |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | |
|---|---|---|---|---|
| | | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| 05.03.05 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS | 1 300 000 | | |
| 05.05.00 | JUROS - FAMÍLIAS | | 12 000 | |
| 05.05.01 | JUROS - FAMÍLIAS | 12 000 | | |
| 05.06.00 | JUROS - RESTO DO MUNDO: | | 9 309 959 | |
| 05.06.03 | PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | 9 309 959 | | |
| 05.07.00 | DIVID. E PARTICIP. LUCROS DE SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS | | 5 813 879 | |
| 05.07.01 | DIVID E PARTICIP LUCROS DE SOC E QUASE-SOC NÃO FINANCEIRAS | 5 813 879 | | |
| 05.08.00 | DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES LUCROS DE SOC. FINANCEIRAS | | 450 000 000 | |
| 05.08.01 | DIVIDENDOS E PARTICIP NOS LUCROS DE SOC. FINANCEIRAS | 450 000 000 | | |
| 05.10.00 | RENDAS : | | 3 396 204 | |
| 05.10.01 | TERRENOS | 3 389 204 | | |
| 05.10.03 | HABITAÇÕES | 1 000 | | |
| 05.10.99 | OUTROS | 6 000 | | |
| **06.00.00** | **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:** | | | 875 758 392 |
| 06.01.00 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS: | | 1 521 858 | |
| 06.01.01 | PUBLICAS | 68 000 | | |
| 06.01.02 | PRIVADAS | 1 453 858 | | |
| 06.02.00 | SOCIEDADES FINANCEIRAS: | | 109 000 | |
| 06.02.01 | BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | 104 000 | | |
| 06.02.02 | COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES | 5 000 | | |
| 06.03.00 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL: | | 496 652 623 | |
| 06.03.01 | ESTADO | 104 498 518 | | |
| 06.03.07 | SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 390 209 632 | | |
| 06.03.10 | SFA - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS COFINANCIADOS | 1 944 473 | | |
| 06.05.00 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL: | | 34 827 642 | |
| 06.05.01 | CONTINENTE | 34 827 642 | | |
| 06.06.00 | SEGURANÇA SOCIAL: | | 200 752 889 | |
| 06.06.03 | FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO EM PROJETOS COFINANCIADOS | 88 973 756 | | |
| 06.06.04 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS | 111 779 133 | | |
| 06.07.00 | INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS: | | 727 752 | |
| 06.07.01 | INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS | 727 752 | | |
| 06.08.00 | FAMÍLIAS: | | 6 979 723 | |
| 06.08.01 | FAMÍLIAS | 6 979 723 | | |
| 06.09.00 | RESTO DO MUNDO: | | 134 186 905 | |
| 06.09.01 | UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES | 110 032 552 | | |
| 06.09.04 | UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS | 2 671 353 | | |
| 06.09.05 | PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | 21 483 000 | | |
| **07.00.00** | **VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES:** | | | 1 138 326 283 |
| 07.01.00 | VENDA DE BENS: | | 103 436 146 | |
| 07.01.02 | LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA | 253 930 | | |
| 07.01.03 | PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS | 12 001 624 | | |
| 07.01.04 | FARDAMENTOS E ARTIGOS PESSOAIS | 941 403 | | |
| 07.01.05 | BENS INUTILIZADOS | 92 100 | | |
| 07.01.06 | PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS | 2 747 200 | | |
| 07.01.07 | PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS | 50 948 934 | | |
| 07.01.08 | MERCADORIAS | 5 564 500 | | |
| 07.01.09 | MATÉRIAS DE CONSUMO | 76 200 | | |
| 07.01.10 | DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS | 62 340 | | |
| 07.01.11 | PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS | 270 892 | | |
| 07.01.99 | OUTROS | 30 477 023 | | |
| 07.02.00 | SERVIÇOS: | | 1 019 527 711 | |
| 07.02.01 | ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS | 2 901 774 | | |
| 07.02.02 | ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA | 2 689 174 | | |
| 07.02.03 | VISTORIAS E ENSAIOS | 5 218 034 | | |
| 07.02.04 | SERVIÇOS DE LABORATÓRIOS | 5 185 395 | | |
| 07.02.05 | ATIVIDADES DE SAÚDE | 688 152 399 | | |
| 07.02.06 | REPARAÇÕES | 86 400 | | |
| 07.02.07 | ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO | 32 452 730 | | |
| 07.02.08 | SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO | 3 131 348 | | |
| 07.02.99 | OUTROS | 279 710 457 | | |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | |
|---|---|---|---|---|
| | | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| 07.03.00 | RENDAS: | | 15 362 426 | |
| 07.03.01 | HABITAÇÕES | 620 630 | | |
| 07.03.02 | EDIFÍCIOS | 14 726 786 | | |
| 07.03.99 | OUTRAS | 15 010 | | |
| **08.00.00** | **OUTRAS RECEITAS CORRENTES:** | | | 376 943 430 |
| 08.01.00 | OUTRAS: | | 79 963 848 | |
| 08.01.01 | PRÉMIOS, TAXAS POR GARANTIAS DE RISCO E DIFERENÇAS DE CAMBIO | 53 158 299 | | |
| 08.01.03 | LUCROS DE AMOEDAÇÃO | 4 382 110 | | |
| 08.01.99 | OUTRAS | 22 423 439 | | |
| 08.02.00 | SUBSIDIOS | | 296 979 582 | |
| 08.02.09 | SEGURANCA SOCIAL | 296 979 582 | | |
| | **TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES** | | | **45 527 629 924** |
| | **RECEITAS DE CAPITAL** | | | |
| **09.00.00** | **VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO:** | | | 74 267 137 |
| 09.01.00 | TERRENOS: | | 1 454 036 | |
| 09.01.01 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS | 408 759 | | |
| 09.01.06 | ADM. PUBLICA - ADM. LOCAL - CONTINENTE | 1 045 277 | | |
| 09.02.00 | HABITAÇÕES: | | 1 831 568 | |
| 09.02.10 | FAMÍLIAS | 1 831 568 | | |
| 09.03.00 | EDIFÍCIOS: | | 24 866 575 | |
| 09.03.01 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS | 22 622 050 | | |
| 09.03.06 | ADM. PUBLICA - ADM. LOCAL - CONTINENTE | 2 207 843 | | |
| 09.03.09 | INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS | 17 025 | | |
| 09.03.10 | FAMÍLIAS | 19 657 | | |
| 09.04.00 | OUTROS BENS DE INVESTIMENTO: | | 46 114 958 | |
| 09.04.01 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS | 500 | | |
| 09.04.03 | ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - ESTADO | 33 564 458 | | |
| 09.04.11 | RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA | 12 550 000 | | |
| **10.00.00** | **TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL:** | | | 1 084 746 617 |
| 10.01.00 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS: | | 416 385 | |
| 10.01.02 | PRIVADAS | 416 385 | | |
| 10.03.00 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL: | | 1 044 901 412 | |
| 10.03.01 | ESTADO | 20 861 758 | | |
| 10.03.08 | SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 1 020 369 577 | | |
| 10.03.09 | SFA - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS COFINANCIADOS | 3 670 077 | | |
| 10.04.00 | ADMINISTRAÇÃO REGIONAL: | | 70 000 | |
| 10.04.01 | REGIÃO AUTÓNOMA DOS ACORES | 70 000 | | |
| 10.05.00 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL: | | 1 831 041 | |
| 10.05.01 | CONTINENTE | 1 831 041 | | |
| 10.09.00 | RESTO DO MUNDO: | | 37 527 779 | |
| 10.09.01 | UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES | 36 717 087 | | |
| 10.09.03 | UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS | 810 692 | | |
| **11.00.00** | **ATIVOS FINANCEIROS:** | | | 1 222 179 954 |
| 11.06.00 | EMPRÉSTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZO: | | 753 501 761 | |
| 11.06.01 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS | 252 242 | | |
| 11.06.04 | ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - SFA | 568 700 894 | | |
| 11.06.05 | ADM. PUBLICA - ADM. REGIONAL | 96 757 823 | | |
| 11.06.06 | ADM. PUBLICA - ADM. LOCAL - CONTINENTE | 79 148 309 | | |
| 11.06.07 | ADM. PUBLICA - ADM. LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS | 5 785 948 | | |
| 11.06.10 | FAMÍLIAS | 120 000 | | |
| 11.06.12 | RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | 2 736 545 | | |
| 11.07.00 | RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS GARANTIDOS: | | 468 678 193 | |
| 11.07.01 | RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS GARANTIDOS | 468 678 193 | | |
| **12.00.00** | **PASSIVOS FINANCEIROS:** | | | 95 733 190 051 |
| 12.02.00 | TÍTULOS A CURTO PRAZO: | | 36 401 552 666 | |
| 12.02.01 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS | 1 893 538 467 | | |
| 12.02.02 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 34 083 692 403 | | |
| 12.02.04 | ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - SFA | 424 321 796 | | |
| 12.03.00 | TÍTULOS A MEDIO E LONGO PRAZO: | | 43 969 884 736 | |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | |
|---|---|---|---|---|
| | | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| 12.03.02 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 36 924 000 102 | | |
| 12.03.04 | ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - SFA | 418 500 000 | | |
| 12.03.10 | FAMÍLIAS | 6 627 384 634 | | |
| 12.05.00 | EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO: | | 15 148 307 735 | |
| 12.05.02 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 15 148 307 735 | | |
| 12.07.00 | OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS: | | 213 444 914 | |
| 12.07.04 | ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - SFA | 213 444 914 | | |
| **13.00.00** | **OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL:** | | | 22 551 922 |
| 13.01.00 | OUTRAS: | | 22 551 922 | |
| 13.01.01 | INDEMNIZAÇÕES | 130 000 | | |
| 13.01.99 | OUTRAS | 22 421 922 | | |
| | **TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL** | | | **98 136 935 681** |
| **14.00.00** | **RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS:** | | | 161 694 436 |
| 14.01.00 | RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS: | | 161 694 436 | |
| 14.01.01 | DIREITOS ADUANEIROS DE IMPORTAÇÃO | 161 500 000 | | |
| 14.01.03 | QUOTIZAÇÃO SOBRE AÇÚCAR E ISOGLUCOSE | 194 436 | | |
| **15.00.00** | **REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS:** | | | 28 410 153 |
| 15.01.00 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS: | | 28 410 153 | |
| 15.01.01 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 28 410 153 | | |
| | **TOTAL GERAL** | | | **143 854 670 194** |

Fonte: MF/DGO

**MAPA II**

**DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, ESPECIFICADAS POR CAPÍTULOS**

ANO ECONÓMICO DE 2017

| CAPÍTULO | DESIGNAÇÃO ORGÂNICA | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|---|---|---|---|
| | | POR CAPÍTULOS | POR MINISTÉRIOS |
| | **01 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO** | | **3 464 291 051** |
| 01 | PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA | 15 982 000 | |
| 02 | ASSEMBLEIA DA REPUBLICA | 158 658 338 | |
| 03 | SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA | 10 436 936 | |
| 04 | TRIBUNAL CONSTITUCIONAL | 5 739 142 | |
| 05 | SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO | 6 425 829 | |
| 06 | TRIBUNAL DE CONTAS | 21 211 966 | |
| 07 | GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPUBLICA - REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES | 1 045 199 | |
| 08 | GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPUBLICA - REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA | 962 312 | |
| 09 | CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL | 1 349 088 | |
| 10 | CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA | 149 376 908 | |
| 11 | CONSELHO DAS FINANÇAS PUBLICAS | 2 699 850 | |
| 12 | ADMINISTRAÇAO LOCAL | 2 597 443 628 | |
| 13 | ADMINISTRAÇAO REGIONAL | 492 359 855 | |
| 50 | PROJETOS | 600 000 | |
| | **02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS** | | **124 601 141** |
| 01 | AÇAO GOVERNATIVA | 10 669 377 | |
| 02 | GESTAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA PCM | 37 471 226 | |
| 03 | OUTROS SERVIÇOS DA GOVERNAÇAO | 69 734 026 | |
| 50 | PROJETOS | 6 726 512 | |
| | **03 - NEGÓCIOS ESTRANGEIROS** | | **320 290 907** |
| 01 | AÇAO GOVERNATIVA | 4 615 278 | |
| 02 | GESTAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO ORÇAMENTO DO MNE | 185 232 772 | |
| 03 | ORGANIZAÇOES E VISITAS | 74 500 000 | |
| 04 | COOPERAÇAO, LINGUA E RELAÇOES EXTERNAS | 45 310 235 | |
| 50 | PROJETOS | 10 632 622 | |
| | **04 - FINANÇAS** | | **102 910 134 416** |
| 01 | AÇAO GOVERNATIVA | 4 865 264 | |
| 02 | SERVIÇOS DE APOIO A DEFINIÇAO DE POLITICAS DO MF | 66 322 212 | |
| 03 | ADMINISTRAÇAO, CONTROLO E FISCALIZACAO ORÇAMENTAL | 11 446 609 | |
| 04 | ADMINISTRAÇAO, CONTROLO E FORMAÇAO NO AMBITO DA AP | 14 579 755 | |
| 05 | PROTECAO SOCIAL | 3 535 808 | |
| 07 | GESTAO DA DIVIDA E DA TESOURARIA PUBLICA | 90 607 142 062 | |
| 08 | SERVIÇOS TRIBUTARIOS E ADUANEIROS | 633 784 474 | |
| 09 | ORGANISMOS DE SUPERVISAO | 187 000 000 | |
| 50 | PROJETOS | 6 469 374 | |
| 60 | DESPESAS EXCECIONAIS | 9 600 418 922 | |
| 70 | RECURSOS PROPRIOS COMUNITARIOS | 1 774 569 936 | |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| CAPÍTULO | DESIGNAÇÃO ORGÂNICA | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|---|---|---|---|
| | | POR CAPÍTULOS | POR MINISTÉRIOS |
| | **05 - DEFESA NACIONAL** | | **1 971 277 818** |
| 01 | AÇÃO GOVERNATIVA E SERVIÇOS CENTRAIS DE SUPORTE | 389 209 428 | |
| 02 | ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS | 135 666 410 | |
| 03 | MARINHA | 526 639 192 | |
| 04 | EXÉRCITO | 582 799 239 | |
| 05 | FORÇA AÉREA | 331 574 256 | |
| 50 | PROJETOS | 5 389 293 | |
| | **06 - ADMINISTRAÇÃO INTERNA** | | **1 989 208 514** |
| 01 | AÇAO GOVERNATIVA | 2 664 000 | |
| 02 | SERVIÇOS GERAIS DE APOIO,ESTUDOS,COORDENAÇAO,COOPERAÇAO E CONTROLO | 79 290 776 | |
| 03 | SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL E SEGURANÇA RODOVIÁRIA | 110 431 711 | |
| 04 | SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E FORÇAS DE SEGURANÇA E RESPECTIVOS SERVIÇOS SOCIAIS | 1 702 929 922 | |
| 50 | PROJETOS | 93 892 105 | |
| | **07 - JUSTIÇA** | | **1 160 455 541** |
| 01 | AÇAO GOVERNATIVA | 3 600 000 | |
| 02 | GESTAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO MINISTERIO DA JUSTIÇA | 23 788 981 | |
| 03 | ORGAOS E SERVIÇOS DO SISTEMA JUDICIARIO E REGISTOS | 763 983 671 | |
| 04 | SERVIÇOS DE INVESTIGAÇAO, PRISIONAIS E DE REINSERÇAO | 345 674 123 | |
| 50 | PROJETOS | 23 408 766 | |
| | **08 - CULTURA** | | **318 732 492** |
| 01 | AÇAO GOVERNATIVA | 2 346 703 | |
| 02 | GESTAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA CULTURA | 62 277 641 | |
| 03 | OUTROS SERVIÇOS DA CULTURA | 38 814 877 | |
| 50 | PROJETOS | 31 565 104 | |
| 90 | EPR | 183 728 167 | |
| | **09 - CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR** | | **1 565 311 766** |
| 01 | AÇAO GOVERNATIVA | 2 889 194 | |
| 02 | SERVIÇOS GERAIS DE APOIO À ÁREA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | 176 852 003 | |
| 03 | ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS DE APOIO | 1 067 005 761 | |
| 50 | PROJETOS | 318 564 808 | |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| CAPÍTULO | DESIGNAÇÃO ORGÂNICA | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|---|---|---|---|
| | | POR CAPÍTULOS | POR MINISTÉRIOS |
| | **10 - EDUCAÇÃO** | | **5 861 617 357** |
| 01 | AÇÃO GOVERNATIVA - ME | 3 858 000 | |
| 02 | SERVIÇOS GERAIS DE APOIO À ÁREA DA EDUCAÇÃO | 855 368 139 | |
| 03 | ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO | 4 970 284 070 | |
| 04 | ENTIDADES DO DESPORTO E JUVENTUDE | 7 521 776 | |
| 50 | PROJETOS | 24 585 372 | |
| | **11 - TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL** | | **13 706 946 716** |
| 01 | AÇAO GOVERNATIVA MTSSS | 3 173 421 | |
| 02 | SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇAO, COOPERAÇAO E CONTROLO | 19 433 693 | |
| 03 | SERVIÇOS DE INTERVENÇAO NA AREA DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL | 20 047 506 | |
| 04 | SEGURANÇA SOCIAL - TRANSFERENCIAS | 8 576 083 455 | |
| 05 | SERVIÇOS DE INTERV NAS AREAS DO EMPREGO, TRABALHO E FORMPROFISSIONAL | 41 268 027 | |
| 06 | SERVIÇOS AREA INTERVENÇAO SEGURANÇA SOCIAL | 5 046 522 930 | |
| 50 | PROJETOS | 417 684 | |
| | **12 - SAÚDE** | | **8 690 377 808** |
| 01 | AÇAO GOVERNATIVA | 2 496 714 | |
| 02 | SERVIÇOS CENTRAIS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE | 56 329 441 | |
| 03 | INTERVENÇÃO NA ÁREA DOS CUIDADOS DE SAÚDE | 8 093 333 002 | |
| 04 | PROTEÇAO SOCIAL | 532 080 784 | |
| 50 | PROJETOS | 6 137 867 | |
| | **13 - PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS** | | **813 080 943** |
| 01 | AÇAO GOVERNATIVA | 3 429 943 | |
| 02 | SERVIÇOS DE SUPORTE AO PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS | 949 000 | |
| 03 | SERVIÇOS DA AREA DO PLANEAMENTO | 16 072 259 | |
| 04 | SERVIÇOS DA AREAS DAS INFRAESTRUTURAS | 99 553 774 | |
| 50 | PROJETOS | 561 941 575 | |
| 90 | ENTIDADES PUBLICAS RECLASSIFICADAS | 131 134 392 | |
| | **14 - ECONOMIA** | | **400 828 065** |
| 01 | ACAO GOVERNATIVA | 5 818 600 | |
| 02 | GESTAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO ME | 72 767 164 | |
| 03 | SERVIÇOS NA AREA DA ECONOMIA | 178 452 070 | |
| 04 | SERVICOS NA AREA DA ENERGIA | 129 338 889 | |
| 50 | PROJETOS | 14 451 342 | |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| CAPÍTULO | DESIGNAÇÃO ORGÂNICA | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|---|---|---|---|
| | | POR CAPÍTULOS | POR MINISTÉRIOS |
| | **15 - AMBIENTE** | | **89 036 651** |
| 01 | AÇAO GOVERNATIVA | 3 480 000 | |
| 02 | SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDO, COORDENAÇAO E CONTROLO | 20 550 760 | |
| 03 | SERVIÇOS NA AREA DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITORIO | 35 169 294 | |
| 04 | SERVIÇOS NA AREA DA HABITAÇAO | 551 014 | |
| 50 | PROJETOS | 29 285 583 | |
| | **16 - AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL** | | **403 810 524** |
| 01 | AÇAO GOVERNATIVA | 2 863 000 | |
| 02 | SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDO, COORDENAÇAO E CONTROLO | 27 508 438 | |
| 03 | SERVIÇOS DE INTERVENÇAO NO SETOR DA AGRIC., E DAS FLORESTAS | 177 368 329 | |
| 04 | SERVIÇOS DE COORDENAÇAO REGIONAL DE AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMEN RURAL | 67 220 040 | |
| 05 | SERVIÇOS DE INVESTIGAÇAO | 18 550 217 | |
| 50 | PROJETOS | 110 300 500 | |
| | **17 - MAR** | | **64 668 484** |
| 01 | AÇAO GOVERNATIVA | 1 959 000 | |
| 02 | SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDO, COORDENAÇAO E CONTROLO | 3 341 174 | |
| 03 | SERVIÇOS DE INTERVENÇAO NO SETOR DO MAR | 27 180 221 | |
| 04 | SERVIÇOS DE COORDENAÇAO DO MAR | 14 411 134 | |
| 50 | PROJETOS | 17 776 955 | |
| | **TOTAL GERAL** | | **143 854 670 194** |

Fonte: MF/DGO

# MAPA III

## DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

ANO ECONÓMICO DE 2017

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|---|---|---|---|
| | | POR SUBFUNÇÕES | POR FUNÇÕES |
| **1** | **FUNÇÕES GERAIS DE SOBERANIA** | | **11 418 867 723** |
| 1.01 | SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 6 207 605 818 | |
| 1.02 | DEFESA NACIONAL | 1 959 988 972 | |
| 1.03 | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS | 3 251 272 933 | |
| **2** | **FUNÇÕES SOCIAIS** | | **30 110 943 045** |
| 2.01 | EDUCAÇÃO | 7 160 096 991 | |
| 2.02 | SAÚDE | 8 797 629 791 | |
| 2.03 | SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS | 13 691 135 176 | |
| 2.04 | HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS | 110 842 722 | |
| 2.05 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS | 351 238 365 | |
| **3** | **FUNÇÕES ECONÓMICAS** | | **5 812 941 625** |
| 3.01 | AGRICULTURA E PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA | 541 062 215 | |
| 3.02 | INDÚSTRIA E ENERGIA | 137 980 177 | |
| 3.03 | TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES | 3 132 089 999 | |
| 3.04 | COMÉRCIO E TURISMO | 16 403 270 | |
| 3.05 | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS | 1 985 405 964 | |
| **4** | **OUTRAS FUNÇÕES** | | **96 511 917 801** |
| 4.01 | OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA | 90 607 142 062 | |
| 4.02 | TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES | 4 864 373 419 | |
| 4.03 | DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | 1 040 402 320 | |
| | **TOTAL GERAL** | | **143 854 670 194** |

Fonte: MF/DGO

# MAPA IV

## DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

ANO ECONÓMICO DE 2017

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO DAS DESPESAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|---|---|---|---|
| | | POR SUBAGRUPAMENTOS | POR AGRUPAMENTOS |
| | **DESPESAS CORRENTES** | | |
| 01.00 | DESPESAS COM O PESSOAL | | 8 894 509 457 |
| 02.00 | AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | | 2 128 162 350 |
| 03.00 | JUROS E OUTROS ENCARGOS | | 7 543 340 250 |
| 04.00 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | |
| 04.03 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 16 362 703 102 | |
| 04.04 | ADMINISTRAÇÃO REGIONAL | 360 015 611 | |
| 04.05 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 2 733 453 193 | |
| 04.06 | SEGURANÇA SOCIAL | 8 617 823 951 | |
| 04.01 E 04.02 E 04.07 A 04.09 | OUTROS SETORES | 2 499 789 700 | 30 573 785 557 |
| 05.00 | SUBSÍDIOS | | 104 501 864 |
| 06.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | 1 249 707 791 |
| | **TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES** | | **50 494 007 269** |
| | **DESPESAS DE CAPITAL** | | |
| 07.00 | AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL | | 525 618 602 |
| 08.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | | |
| 08.03 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 1 152 898 543 | |
| 08.04 | ADMINISTRAÇÃO REGIONAL | 140 674 244 | |
| 08.05 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 221 312 357 | |
| 08.06 | SEGURANÇA SOCIAL | 1 877 608 | |
| 08.01 E 08.02 E 08.07 A 08.09 | OUTROS SETORES | 84 598 925 | 1 601 361 677 |
| 09.00 | ATIVOS FINANCEIROS | | 8 064 939 275 |
| 10.00 | PASSIVOS FINANCEIROS | | 83 064 000 000 |
| 11.00 | OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | | 104 743 371 |
| | **TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL** | | **93 360 662 925** |
| | **TOTAL GERAL** | | **143 854 670 194** |

Fonte: MF/DGO

# MAPA V

## RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, COM ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **01 ENCARGOS GERAIS DO ESTADO** | |
| ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA | 153 147 683 |
| COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS | 525 361 |
| COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - SEDE | 4 876 000 |
| COFRE PRIVATIVO TRIBUNAL CONTAS - MADEIRA | 526 375 |
| CONSELHO DAS FINANÇAS PUBLICAS | 2 699 850 |
| CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA | 149 483 108 |
| ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇAO SOCIAL | 4 623 240 |
| PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA | 16 637 000 |
| SERVIÇO DO PROVEDOR DE JUSTIÇA | 5 274 880 |
| TRIBUNAL CONSTITUCIONAL | 6 679 791 |
| **02 PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS** | |
| AGENCIA PARA A MODERNIZAÇAO ADMINISTRATIVA, I.P. | 27 644 351 |
| ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇOES, IP | 6 701 731 |
| FUNDAÇAO LUSO-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO | 8 609 750 |
| FUNDO DE APOIO MUNICIPAL | 346 820 110 |
| GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL ESTRUTURAS COMUNS AO SIED E SIS | 11 693 634 |
| GESTOR DO PROGRAMA ESCOLHAS | 9 357 057 |
| SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANCA | 10 912 491 |
| SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DE DEFESA | 7 006 567 |
| **03 NEGÓCIOS ESTRANGEIROS** | |
| AICEP - AGENCIA PARA O INVESTIMENTO E COMERCIO EXTERNO DE PORTUGAL, EPE | 33 397 544 |
| CAMOES - INSTITUTO DA COOPERAÇAO E DA LINGUA, I.P. | 63 129 314 |
| FUNDO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, IP | 44 000 000 |
| **04 FINANÇAS** | |
| AGENCIA DE GESTAO DA TESOURARIA E DA DIVIDA PUBLICA - IGCP, EPE | 44 938 600 |
| AUTORIDADE DE SUPERVISAO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSOES | 22 054 833 |
| BANIF IMOBILIARIA, S.A. | 22 332 942 |
| BANIF, S.A. | 3 126 755 |
| CAIXA DESENVOLVIMENTO, SGPS, S.A. | 303 740 |
| CAIXA GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A. | 3 827 756 |
| CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, S.A. | 1 245 711 |
| COMISSAO DO MERCADO DE VALORES MOBILIARIOS | 21 759 770 |
| CONSEST - PROMOÇAO IMOBILIARIA, SA | 777 370 |
| ECODETRA - SOCIEDADE DE TRATAMENTO E DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS, S.A. | 15 265 |
| ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇAO PUBLICA, I.P. | 24 363 745 |
| ES TECH VENTURES, SGPS, S.A. | 4 586 433 |
| ESTAMO - PARTICIPAÇOES IMOBILIARIAS, SA | 115 752 081 |
| FRME - FUNDO P/ A REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO TECIDO EMPRESARIAL, SGPS, S.A. | 958 290 |
| FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO | 307 377 121 |
| FUNDO DE ESTABILIZAÇAO ADUANEIRO | 4 945 000 |
| FUNDO DE ESTABILIZAÇAO TRIBUTARIO | 100 991 368 |
| FUNDO DE GARANTIA AUTOMOVEL | 223 250 665 |
| FUNDO DE GARANTIA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO | 381 087 884 |
| FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS | 956 239 502 |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **04 FINANÇAS** | |
| FUNDO DE REABILITAÇAO E CONSERVAÇAO PATRIMONIAL | 3 237 783 |
| FUNDO DE REGULARIZAÇAO DA DIVIDA PUBLICA | 1 611 000 000 |
| FUNDO DE RESOLUÇÃO | 494 307 731 |
| OITANTE, S.A. | 171 125 562 |
| PARBANCA SGPS, SA (ZFM) | 3 000 000 |
| PARCAIXA, SGPS,S.A. | 5 739 564 |
| PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A. | 54 130 104 |
| PARPUBLICA - PARTICIPAÇOES PUBLICAS, SGPS, SA | 1 116 759 580 |
| PARUPS, S.A | 118 685 516 |
| PARVALOREM, S.A | 388 788 030 |
| PRAÇA DO MARQUES - SERVIÇOS AUXILIARES,S.A. | 2 656 571 |
| QUINTA DOS CONEGOS - SOCIEDADE IMOBILIARIA,S.A. | 815 230 |
| RIGHTHOUR, S.A. | 24 789 |
| SAGESECUR - ESTUDOS, DESENV. E PART. EM PROJETOS DE INV. VALORES MOBILIARIOS, SA | 11 038 865 |
| SANJIMO - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. | 269 900 |
| SERVIÇOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇAO PUBLICA | 13 119 718 |
| SISTEMA DE INDEMNIZAÇAO AOS INVESTIDORES | 432 020 |
| SOCIEDADE PORTUGUESA DE EMPREENDIMENTOS S.P.E., S.A. | 25 562 619 |
| WIL - PROJETOS TURISTICOS, S.A. | 275 000 |
| WOLFPART, SGPS, S.A. | 18 516 100 |
| **05 DEFESA NACIONAL** | |
| ARSENAL DO ALFEITE, SA | 22 906 100 |
| DEFAERLOC - LOCAÇÃO DE AERONAVES MILITARES, S.A. | 13 260 911 |
| DEFLOC - LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE DEFESA, S.A. | 40 827 538 |
| EMPORDEF - ENGENHARIA NAVAL, SA | 1 096 235 |
| EMPORDEF SGPS - EMPRESA PORTUGUESA DE DEFESA, SA | 19 692 033 |
| ESTALEIROS NAVAIS DE VIANA DO CASTELO, SA | 54 797 589 |
| EXTRA - EXPLOSIVOS DA TRAFARIA, SA | 123 496 |
| IDD - PLATAFORMA DAS INDUSTRIAS DE DEFESA NACIONAIS, S.A. | 2 558 081 |
| INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL DAS FORCAS ARMADAS | 80 291 136 |
| INSTITUTO HIDROGRÁFICO | 9 079 077 |
| LABORATÓRIO MILITAR DE PRODUTOS QUIMICOS E FARMACÊUTICOS | 14 000 000 |
| MM - GESTAO PARTILHADA, E.P.E. | 23 801 256 |
| **06 ADMINISTRAÇÃO INTERNA** | |
| AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇAO CIVIL | 133 777 616 |
| COFRE DE PREVIDÊNCIA DA P.S.P. | 965 250 |
| SERVIÇOS SOCIAIS DA G.N.R. | 18 500 000 |
| SERVIÇOS SOCIAIS DA P.S.P. | 7 192 895 |
| **07 JUSTIÇA** | |
| COMISSAO PARA O ACOMPANHAMENTO DOS AUXILIARES DE JUSTIÇA | 3 708 347 |
| FUNDO DE MODERNIZAÇAO DA JUSTIÇA | 23 951 100 |
| INSTITUTO GESTAO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA, IP | 380 863 033 |
| INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL,I.P. | 17 770 386 |
| INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIENCIAS FORENSES,I.P. | 24 038 434 |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **08 CULTURA** | |
| CINEMATECA PORTUGUESA - MUSEU DO CINEMA, IP | 3 844 647 |
| COA PARQUE- FUNDAÇAO PARA A SALVAGUARDA E VALORIZAÇAO DO VALE DO COA | 1 136 636 |
| DIREÇAO-GERAL DO PATRIMONIO CULTURAL | 37 502 090 |
| FUNDAÇAO CENTRO CULTURAL DE BELEM | 18 257 000 |
| FUNDO DE FOMENTO CULTURAL | 29 110 498 |
| FUNDO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL | 383 278 |
| INSTITUTO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL , I.P. | 20 982 085 |
| OPART - ORGANISMO DE PRODUÇAO ARTISTICA, EPE | 23 403 075 |
| RADIO E TELEVISAO DE PORTUGAL, SA | 239 809 371 |
| TEATRO NACIONAL D. MARIA II, E.P.E. | 5 834 736 |
| TEATRO NACIONAL DE SAO JOAO, EPE | 5 169 538 |
| **09 CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR** | |
| AGENCIA NACIONAL PARA A GESTAO DO PROGRAMA ERASMUS + EDUCAÇAO E FORMAÇAO | 2 549 042 |
| ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA | 10 861 656 |
| ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA | 10 656 569 |
| ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DO PORTO | 8 092 426 |
| ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL | 6 307 859 |
| ESCOLA SUPERIOR NÁUTICA INFANTE D.HENRIQUE | 4 359 730 |
| FUNDAÇÃO CARLOS LLOYD BRAGA | 28 942 |
| FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA | 11 180 765 |
| FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA | 133 993 |
| FUNDAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS | 109 404 |
| FUNDAÇAO GASPAR FRUTUOSO | 1 159 135 |
| FUNDAÇAO JOSE ALBERTO DOS REIS | 9 396 |
| FUNDAÇÃO LUÍS DE MOLINA | 5 000 |
| FUNDAÇÃO MUSEU DA CIÊNCIA | 5 000 |
| FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA, I.P. | 444 782 248 |
| FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIÊNCIAS ECONÓMICAS FINANCEIRAS E EMPRESARIAIS | 52 786 |
| FUNDAÇÃO RANGEL DE SAMPAIO | 100 000 |
| IMAR - INSTITUTO DO MAR | 1 379 848 |
| INSTITUTO DE MEDICINA MOLECULAR - IMM | 9 845 075 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA | 14 960 651 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA | 14 720 963 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANCA | 27 570 581 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO | 20 721 306 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA | 40 029 145 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA | 46 157 630 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA | 37 332 553 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE | 14 258 103 |
| INSTITUTO POLITECNICO DE SANTARÉM | 16 837 756 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL | 26 274 180 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR | 13 445 128 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO | 20 808 902 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU | 24 918 051 |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **09 CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR** | |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE | 11 872 311 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO | 51 681 517 |
| INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DE LISBOA | 22 266 498 |
| INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DO PORTO | 23 412 976 |
| ISCTE - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA - FUNDAÇÃO PÚBLICA | 38 349 029 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA | 1 140 056 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA | 628 284 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA | 1 535 000 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO | 706 350 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA | 2 147 808 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA | 3 829 891 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA | 1 089 912 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE | 836 846 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTAREM | 765 202 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL | 1 012 000 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR | 546 365 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO | 1 735 000 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU | 1 230 000 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE | 286 217 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO | 1 823 092 |
| SAS - UNIVERSIDADE BEIRA INTERIOR | 2 426 000 |
| SAS - UNIVERSIDADE DA MADEIRA | 1 318 925 |
| SAS - UNIVERSIDADE DE COIMBRA | 10 999 876 |
| SAS - UNIVERSIDADE DE ÉVORA | 1 761 701 |
| SAS - UNIVERSIDADE DE LISBOA (UL) | 8 113 724 |
| SAS - UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO | 3 903 050 |
| SAS - UNIVERSIDADE DO ALGARVE | 2 563 860 |
| SAS - UNIVERSIDADE DO MINHO | 8 109 974 |
| SAS - UNIVERSIDADE DOS AÇORES | 1 360 360 |
| SAS - UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA | 3 172 038 |
| UL - FACULDADE DE ARQUITECTURA | 11 286 220 |
| UL - FACULDADE DE BELAS-ARTES | 6 682 518 |
| UL - FACULDADE DE CIÊNCIAS | 35 922 731 |
| UL - FACULDADE DE DIREITO | 9 811 786 |
| UL - FACULDADE DE FARMÁCIA | 10 298 592 |
| UL - FACULDADE DE LETRAS | 20 658 332 |
| UL - FACULDADE DE MEDICINA | 16 267 258 |
| UL - FACULDADE DE MEDICINA DENTÁRIA | 4 848 111 |
| UL - FACULDADE DE MEDICINA VETERINARIA | 7 935 512 |
| UL - FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA | 9 132 162 |
| UL - FACULDADE DE PSICOLOGIA | 4 942 304 |
| UL - INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS | 5 983 801 |
| UL - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO | 4 537 398 |
| UL - INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | 4 141 132 |
| UL - INSTITUTO SUPERIOR CIÊNCIAS SOCIAIS POLITICAS | 10 797 262 |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **09 CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR** | |
| UL - INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA | 19 033 652 |
| UL - INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO | 16 973 018 |
| UL - INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO | 93 910 057 |
| UNIVERSIDADE ABERTA | 16 474 264 |
| UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR | 35 076 782 |
| UNIVERSIDADE DA MADEIRA | 16 336 167 |
| UNIVERSIDADE DE AVEIRO - FUNDAÇÃO PÚBLICA | 93 494 715 |
| UNIVERSIDADE DE COIMBRA | 145 809 710 |
| UNIVERSIDADE DE ÉVORA | 54 134 705 |
| UNIVERSIDADE DE LISBOA (UL) - REITORIA | 30 310 665 |
| UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO | 46 215 807 |
| UNIVERSIDADE DO ALGARVE | 55 037 356 |
| UNIVERSIDADE DO MINHO - FUNDAÇÃO PÚBLICA | 123 266 090 |
| UNIVERSIDADE DO PORTO - FUNDAÇÃO PÚBLICA | 228 099 402 |
| UNIVERSIDADE DOS AÇORES | 20 666 745 |
| UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA - REITORIA | 6 466 387 |
| UNL - ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PUBLICA | 3 150 691 |
| UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA | 37 300 546 |
| UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS | 14 271 674 |
| UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS | 25 253 344 |
| UNL - FACULDADE DE DIREITO | 2 850 028 |
| UNL - FACULDADE DE ECONOMIA | 13 228 652 |
| UNL - INSTITUTO DE TECNOLOGIA QUIMICA E BIOLOGICA ANTONIO XAVIER | 9 217 000 |
| UNL - INSTITUTO HIGIENE E MEDICINA TROPICAL | 6 098 042 |
| UNL - INSTITUTO SUPERIOR ESTATISTICA E GESTÃO DE INFORMAÇÃO | 3 623 007 |
| **10 EDUCAÇÃO** | |
| AGENCIA NACIONAL PARA A GESTAO DO PROGRAMA ERASMUS + JUVENTUDE EM AÇAO | 6 342 553 |
| AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P. | 7 722 558 |
| EDITORIAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA | 4 258 000 |
| ESCOLA PORTUGUESA DE CABO VERDE - CELP | 1 135 520 |
| ESCOLA PORTUGUESA DE DÍLI - CELP - RUY CINATTI | 2 117 070 |
| ESCOLA PORTUGUESA DE MOÇAMBIQUE | 5 365 300 |
| ESCOLA PORTUGUESA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE - CELP | 1 079 400 |
| FUNDAÇAO JUVENTUDE | 2 103 734 |
| INSTITUTO DE AVALIAÇÃO EDUCATIVA, I.P. | 4 449 106 |
| INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO, I.P.(IGEFE,I.P.) | 249 691 058 |
| INSTITUTO PORTUGUES DO DESPORTO E JUVENTUDE, IP | 82 433 249 |
| PARQUE ESCOLAR - E.P.E. | 291 364 776 |
| **11 TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL** | |
| CAIXA-GERAL DE APOSENTAÇOES I. P. | 10 506 778 900 |
| CASA PIA DE LISBOA, IP | 40 525 385 |
| CENTRO DE EDUCAÇAO E FORMAÇAO PROFISSIONAL INTEGRADA (CEFPI) | 3 918 272 |
| CENTRO DE FORM. PROF. DOS TRAB. DE ESCRITORIO, COM., SERV. E NOVAS TECNOLOGIAS | 2 213 262 |
| CENTRO DE FORMAÇAO E INOVAÇAO TECNOLOGICA (INOVINTER) | 3 892 371 |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **11 TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL** | |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROF. DA INDUST. DE CONSTRUÇAO CIVIL E OBRAS PUBLICAS DO SUL | 6 124 910 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROF. P/ SETOR DA CONSTRUÇAO CIVIL E OBRAS PUBLICAS DO NORTE | 6 115 849 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA DE CALÇADO | 4 701 571 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA DE CORTIÇA | 1 555 600 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA DE FUNDIÇAO | 1 538 355 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA DE OURIVESARIA E RELOJOARIA (CINDOR | 1 888 896 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA ELECTRONICA | 4 696 035 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA METALURGICA E METALOMECANICA | 16 915 250 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA TEXTIL, VEST., CONF. E LANIFICIOS | 8 028 883 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DA REPARAÇAO AUTOMOVEL | 3 309 744 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DAS INDUSTRIAS DA MADEIRA E MOBILIARIO | 2 208 000 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DAS PESCAS E DO MAR | 5 966 947 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DE ARTESANATO | 2 639 803 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL PARA A INDUSTRIA DE CERAMICA | 3 111 824 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL PARA O COMERCIO E AFINS | 2 968 817 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL PARA O SECTOR ALIMENTAR | 4 628 326 |
| CENTRO DE FORMAÇAO SINDICAL E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL | 3 935 351 |
| CENTRO DE REABILITAÇAO PROFISSIONAL DE GAIA | 5 257 753 |
| CENTRO PROTOCOLAR DE FORMAÇAO PROFISSIONAL PARA JORNALISTAS | 852 576 |
| CENTRO PROTOCOLAR DE FORMAÇAO PROFISSIONAL PARA O SECTOR DA JUSTIÇA | 2 745 169 |
| COOPERATIVA ANTONIO SERGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL | 11 195 342 |
| FUNDO DE REESTRUTURAÇAO DO SETOR SOLIDARIO | 67 481 296 |
| INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL IP | 853 001 078 |
| SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA, IP | 283 073 000 |
| **12 SAÚDE** | |
| ADMINISTRAÇAO CENTRAL DO SISTEMA DE SAUDE, I.P. | 6 762 376 619 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P. | 1 416 840 991 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO ALENTEJO,I.P. | 122 392 607 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO ALGARVE, I.P. | 151 686 574 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P. | 586 698 554 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO NORTE, I.P. | 1 366 863 232 |
| CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, EPE | 61 566 146 |
| CENTRO HOSPITALAR DA COVA DA BEIRA,EPE | 52 239 628 |
| CENTRO HOSPITALAR DE ENTRE DOURO E VOUGA,EPE | 81 440 875 |
| CENTRO HOSPITALAR DE LEIRIA, EPE | 91 266 825 |
| CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA CENTRAL, EPE | 370 374 314 |
| CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA NORTE,EPE | 335 711 207 |
| CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL,EPE | 226 526 692 |
| CENTRO HOSPITALAR DE SAO JOAO, EPE | 335 879 948 |
| CENTRO HOSPITALAR DE SETUBAL, EPE | 83 714 078 |
| CENTRO HOSPITALAR DO ALGARVE, EPE | 204 985 918 |
| CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, EPE | 66 668 676 |
| CENTRO HOSPITALAR DO MEDIO AVE,EPE | 43 552 218 |
| CENTRO HOSPITALAR DO MEDIO TEJO, EPE | 67 165 454 |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **12 SAÚDE** | |
| CENTRO HOSPITALAR DO OESTE | 75 688 409 |
| CENTRO HOSPITALAR DO PORTO,EPE | 260 455 558 |
| CENTRO HOSPITALAR DO TAMEGA E SOUSA,EPE | 80 374 166 |
| CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITARIO DE COIMBRA, EPE | 460 994 547 |
| CENTRO HOSPITALAR POVOA DO VARZIM - VILA DO CONDE, EPE | 24 228 382 |
| CENTRO HOSPITALAR PSIQUIATRICO DE LISBOA | 23 267 601 |
| CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, EPE | 113 856 076 |
| CENTRO HOSPITALAR TRAS-OS-MONTES E ALTO DOURO, EPE | 125 678 357 |
| CENTRO HOSPITALAR VILA NOVA DE GAIA/ESPINHO, EPE | 166 326 620 |
| CENTRO MEDICO DE REABIL. DA REG. CENTRO - ROVISCO PAIS | 10 681 167 |
| EAS EMPRESA AMBIENTE NA SAUDE, TRATAMENTO DE RESIDUOS HOSPITALARES UNIPESSOAL, L | 2 100 000 |
| ENTIDADE REGULADORA DA SAUDE, I.P. | 5 988 250 |
| FUNDO PARA A INVESTIGAÇAO EM SAUDE | 1 000 000 |
| HOSPITAL ARCEBISPO JOAO CRISOSTOMO - CANTANHEDE | 4 768 230 |
| HOSPITAL DA SENHORA DA OLIVEIRA GUIMARAES, EPE | 79 659 571 |
| HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ, EPE | 29 476 242 |
| HOSPITAL DISTRITAL DE SANTAREM, EPE | 69 375 000 |
| HOSPITAL DO ESPIRITO SANTO, DE EVORA, EPE | 82 949 349 |
| HOSPITAL DR. FRANCISCO ZAGALO - OVAR | 6 511 000 |
| HOSPITAL GARCIA DA ORTA, EPE - ALMADA | 142 167 909 |
| HOSPITAL MAGALHAES LEMOS - PORTO, EPE | 27 917 379 |
| HOSPITAL PROF. DOUTOR FERNANDO FONSECA, EPE | 148 771 498 |
| HOSPITAL SANTA MARIA MAIOR - BARCELOS, EPE | 21 070 065 |
| INFARMED - AUTORIDADE NAC. DO MEDICAMENTO E PROD. DE SAUDE, I.P. | 64 872 538 |
| INSTITUTO NACIONAL DE EMERGENCIA MEDICA, I.P. | 107 549 822 |
| INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DR. RICARDO JORGE I.P. | 28 535 835 |
| INSTITUTO OFTALMOLOGICO DR. GAMA PINTO | 5 505 137 |
| INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA - COIMBRA, EPE | 61 873 178 |
| INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA - LISBOA, EPE | 113 327 623 |
| INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA - PORTO, EPE | 139 030 529 |
| INSTITUTO PORTUGUES DO SANGUE E DA TRANSPLANTAÇAO | 59 815 817 |
| SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTERIO DA SAUDE | 72 413 044 |
| SUCH - SERVIÇO DE UTILIZAÇAO COMUM DOS HOSPITAIS | 164 780 772 |
| UNIDADE LOCAL DE SAUDE DA GUARDA, EPE | 90 882 968 |
| UNIDADE LOCAL DE SAUDE DE CASTELO BRANCO, EPE | 68 304 988 |
| UNIDADE LOCAL DE SAUDE DE MATOSINHOS, EPE | 108 205 276 |
| UNIDADE LOCAL DE SAUDE DO ALTO MINHO, EPE | 134 549 344 |
| UNIDADE LOCAL DE SAUDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE | 84 267 549 |
| UNIDADE LOCAL DE SAUDE DO LITORAL ALENTEJANO, E.P.E | 54 947 651 |
| UNIDADE LOCAL DE SAUDE DO NORDESTE,EPE | 86 073 672 |
| UNIDADE LOCAL DE SAUDE DO NORTE ALENTEJANO, EPE | 80 744 387 |
| **13 PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS** | |
| AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESAO | 206 892 189 |
| AUTORIDADE DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES | 14 288 583 |
| AUTORIDADE NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES | 96 478 000 |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **13 PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS** | |
| AUTORIDADE NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL | 77 844 745 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO | 6 516 368 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO | 7 908 853 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE | 5 525 946 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO | 11 664 418 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE | 15 658 902 |
| CP - COMBOIOS DE PORTUGAL EPE | 497 384 093 |
| FUNDAÇÃO MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO ARMANDO GINESTAL MACHADO | 2 753 860 |
| GIL - GARE INTERMODAL DE LISBOA, SA | 14 252 260 |
| INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A. | 2 455 861 966 |
| INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES | 188 677 845 |
| INSTITUTO DOS MERCADOS PUBLICOS, DO IMOBILIARIO E DA CONSTRUCAO | 13 577 231 |
| LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL | 28 209 173 |
| METRO - MONDEGO, SA | 2 281 044 |
| TAP - TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES, SGPS, SA | |
| **14 ECONOMIA** | |
| AGENCIA NACIONAL DE INOVAÇAO, SA | 11 034 942 |
| AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA | 11 250 816 |
| ENATUR - EMPRESA NACIONAL DE TURISMO, S.A. | 4 131 128 |
| ENTIDADE NACIONAL PARA O MERCADO DE COMBUSTÍVEIS, E.P.E | 31 271 194 |
| ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DA REGIÃO DE LISBOA | 3 470 458 |
| ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS, I.P. | 9 780 978 |
| FUNDO DE CONTRAGARANTIA MUTUO | 175 900 093 |
| FUNDO PARA A SUSTENTABILIDADE SISTÉMICA DO SETOR ENERGÉTICO | 120 000 000 |
| IAPMEI - AGENCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇAO, IP | 568 474 117 |
| INSTITUIÇAO FINANCEIRA DE DESENVOLVIMENTO, SA | 4 572 042 |
| INSTITUTO DO TURISMO DE PORTUGAL I.P. | 273 577 092 |
| INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE I.P. | 7 306 336 |
| INSTITUTO PORTUGUÊS DE ACREDITAÇÃO I.P. | 4 236 247 |
| LABORATORIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA, I.P. | 17 151 618 |
| REGIÃO DE TURISMO DO ALGARVE | 6 733 109 |
| SPGM - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO, SA | 21 673 108 |
| TURISMO CENTRO DE PORTUGAL | 6 308 424 |
| TURISMO DO ALENTEJO, E.R.T. | 5 207 933 |
| TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL, E.R. | 14 405 835 |
| **15 AMBIENTE** | |
| AGENCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P. | 74 428 631 |
| COSTA POLIS SOC PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROG POLIS NA COSTA DA CAPARICA, SA | 380 797 |
| ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DAS ÁGUAS E DOS RESIDUOS | 9 484 696 |
| FUNDO AMBIENTAL | 153 873 943 |
| INSTITUTO DA HABITAÇAO E DA REABILITAÇAO URBANA | 84 076 708 |
| MARINA DO PARQUE DAS NAÇOES - SOC CONCESSIONARIA DA MARINA PARQUE DAS NAÇOES, SA | 19 416 869 |
| METRO DO PORTO CONSULTORIA - CONSULT. EM TRANSP. URBANOS E PARTICIP., UNIP, LDA | 2 500 |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **15 AMBIENTE** | |
| METRO DO PORTO, S.A. | 672 944 968 |
| METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E. | 340 123 844 |
| PARQUE EXPO, 98 S.A. | 24 582 743 |
| POLIS LITORAL NORTE, SA | 22 779 561 |
| POLIS LITORAL RIA DE AVEIRO, SA | 15 653 429 |
| POLIS LITORAL RIA FORMOSA, SA | 21 834 445 |
| POLIS LITORAL SUDOESTE-SOC. PARA A REQ. E VALOR DO SUD ALENTEJANO E C VICENTINA | 6 075 705 |
| PORTO VIVO, S.R.U. - SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA | 5 096 024 |
| SOFLUSA - SOCIEDADE FLUVIAL DE TRANSPORTES, SA | 19 860 324 |
| TRANSTEJO - TRANSPORTES TEJO, SA | 99 534 642 |
| VIANAPOLIS, SOC. PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROG POLIS EM VIANA DO CASTELO, SA | 3 983 750 |
| **16 AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL** | |
| EDIA - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURAS DO ALQUEVA, S.A. | 109 037 435 |
| FUNDO FLORESTAL PERMANENTE | 25 400 000 |
| FUNDO SANITARIO E DE SEGURANÇA ALIMENTAR MAIS | 21 900 000 |
| INSTITUTO DA CONSERVAÇAO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P. | 59 298 993 |
| INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO, I.P. | 11 192 102 |
| INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS,I.P. | 627 567 391 |
| INSTITUTO DOS VINHOS DO DOURO E DO PORTO, I.P. | 10 332 977 |
| INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇAO AGRARIA E VETERINARIA, I.P. | 29 601 348 |
| TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CENTRO TURISTICO, CINEGETICO E DE EDUC AMB., CIRPL | 585 579 |
| **17 MAR** | |
| FUNDO AZUL | 11 085 651 |
| FUNDO DE COMPENSAÇAO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA PESCA | 1 250 000 |
| INSTITUTO PORTUGUES DO MAR E DA ATMOSFERA, I.P. | 39 921 087 |
| **TOTAL GERAL** | **46 691 454 166** |

Fonte: MF/DGO

# MAPA VI

## RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

ANO ECONÓMICO DE 2017

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | |
|---|---|---|---|---|
| | | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| | **RECEITAS CORRENTES** | | | |
| 02.00.00 | IMPOSTOS INDIRETOS: | | | 632 272 595 |
| 02.02.00 | OUTROS: | | 632 272 595 | |
| 02.02.01 | LOTARIAS | 130 780 840 | | |
| 02.02.03 | IMPOSTO DO JOGO | 130 141 620 | | |
| 02.02.05 | RESULTADOS EXPLORAÇÃO APOSTAS MUTUAS | 241 427 015 | | |
| 02.02.99 | IMPOSTOS INDIRETOS DIVERSOS | 129 923 120 | | |
| 03.00.00 | CONTRIBUIÇÕES PARA SEG. SOCIAL, CGA E ADSE: | | | 3 912 802 181 |
| 03.02.00 | REGIMES COMPLEMENTARES E ESPECIAIS | | 5 114 771 | |
| 03.02.02 | REGIMES COMPLEMENTARES | 5 114 771 | | |
| 03.03.00 | CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES E ADSE: | | 3 907 687 410 | |
| 03.03.01 | QUOTAS E COMPARTICIPAÇÕES PARA A CGA | 3 808 531 990 | | |
| 03.03.99 | OUTROS | 99 155 420 | | |
| 04.00.00 | TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES: | | | 1 921 818 833 |
| 04.01.00 | TAXAS: | | 1 803 270 643 | |
| 04.01.01 | TAXAS DE JUSTIÇA | 110 155 075 | | |
| 04.01.02 | TAXAS DE REGISTO DE NOTARIADO | 1 167 987 | | |
| 04.01.03 | TAXAS DE REGISTO PREDIAL | 68 076 505 | | |
| 04.01.04 | TAXAS DE REGISTO CIVIL | 11 798 587 | | |
| 04.01.05 | TAXAS DE REGISTO COMERCIAL | 22 437 845 | | |
| 04.01.06 | TAXAS FLORESTAIS | 8 660 000 | | |
| 04.01.07 | TAXAS VINÍCOLAS | 10 191 610 | | |
| 04.01.08 | TAXAS MODERADORAS | 163 238 968 | | |
| 04.01.12 | TAXAS S/ COMERCIALIZAÇÃO E ABATE DE GADO | 50 000 | | |
| 04.01.15 | TAXAS S/ CONTROLO METROLÓGICO E DE QUALIDADE | 4 331 491 | | |
| 04.01.16 | TAXAS S/ FISCALIZAÇÃO DE ATIV. COMERCIAIS E INDUSTRIAIS | 1 850 000 | | |
| 04.01.17 | TAXAS S/ LICENCIAMENTOS DIV. CONCEDIDOS A EMPRESAS | 32 192 199 | | |
| 04.01.18 | TAXAS S/ VALOR DE ADJUDICAÇÃO DE OBRAS PUBLICAS | 280 000 | | |
| 04.01.20 | EMOLUMENTOS CONSULARES | 34 900 000 | | |
| 04.01.21 | PORTAGENS | 336 107 844 | | |
| 04.01.22 | PROPINAS | 333 236 305 | | |
| 04.01.99 | TAXAS DIVERSAS | 664 596 227 | | |
| 04.02.00 | MULTAS E OUTRAS PENALIDADES: | | 118 548 190 | |
| 04.02.01 | JUROS DE MORA | 6 240 054 | | |
| 04.02.02 | JUROS COMPENSATÓRIOS | 2 300 | | |
| 04.02.03 | MULTAS E COIMAS P/ INFRAÇÕES CÓDIGO ESTRADA E RESTANTE LEGISLAÇÃO | 1 567 300 | | |
| 04.02.04 | COIMAS E PENALIDADES POR CONTRAORDENAÇÕES | 42 984 817 | | |
| 04.02.99 | MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS | 67 753 719 | | |
| 05.00.00 | RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE: | | | 558 322 096 |
| 05.01.00 | JUROS - SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS: | | 8 677 204 | |
| 05.01.01 | PUBLICAS | 498 506 | | |
| 05.01.02 | PRIVADAS | 8 178 698 | | |
| 05.02.00 | JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS | | 353 333 046 | |
| 05.02.01 | BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | 353 263 142 | | |
| 05.02.02 | COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES | 69 904 | | |
| 05.03.00 | JUROS - ADMINISTRAÇÕES PUBLICAS: | | 72 386 074 | |
| 05.03.01 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO | 46 194 673 | | |
| 05.03.02 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SFA | 21 696 830 | | |
| 05.03.04 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL - CONTINENTE | 4 430 000 | | |
| 05.03.05 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS | 64 571 | | |
| 05.04.00 | JUROS - INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS | | 134 247 | |
| 05.04.01 | JUROS - INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS | 134 247 | | |
| 05.05.00 | JUROS - FAMÍLIAS | | 2 944 258 | |
| 05.05.01 | JUROS - FAMÍLIAS | 2 944 258 | | |
| 05.06.00 | JUROS - RESTO DO MUNDO: | | 1 695 191 | |
| 05.06.01 | UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES | 566 191 | | |
| 05.06.02 | UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS | 1 015 000 | | |
| 05.06.03 | PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | 114 000 | | |
| 05.07.00 | DIVID. E PARTICIP. LUCROS DE SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS | | 80 966 945 | |
| 05.07.01 | DIVID E PARTICIP LUCROS DE SOC E QUASE-SOC NÃO FINANCEIRAS | 80 966 945 | | |
| 05.08.00 | DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES LUCROS DE SOC. FINANCEIRAS | | 11 492 711 | |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | |
|---|---|---|---|---|
| | | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| 05.08.01 | DIVIDENDOS E PARTICIP NOS LUCROS DE SOC. FINANCEIRAS | 11 492 711 | | |
| 05.10.00 | RENDAS : | | 23 743 699 | |
| 05.10.01 | TERRENOS | 155 782 | | |
| 05.10.03 | HABITAÇÕES | 426 190 | | |
| 05.10.04 | EDIFÍCIOS | 13 539 141 | | |
| 05.10.99 | OUTROS | 9 622 586 | | |
| 05.11.00 | ATIVOS INCORPÓREOS: | | 2 948 721 | |
| 05.11.01 | ATIVOS INCORPÓREOS | 2 948 721 | | |
| 06.00.00 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES: | | | 20 899 647 647 |
| 06.01.00 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS: | | 37 718 387 | |
| 06.01.01 | PUBLICAS | 4 920 630 | | |
| 06.01.02 | PRIVADAS | 32 797 757 | | |
| 06.02.00 | SOCIEDADES FINANCEIRAS: | | 17 469 411 | |
| 06.02.01 | BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | 14 969 401 | | |
| 06.02.02 | COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES | 2 500 010 | | |
| 06.03.00 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL: | | 18 885 927 440 | |
| 06.03.01 | ESTADO | 16 351 954 971 | | |
| 06.03.05 | ESTADO - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS COFINANCIADOS | 55 531 613 | | |
| 06.03.07 | SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 2 469 499 952 | | |
| 06.03.10 | SFA - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS COFINANCIADOS | 4 764 193 | | |
| 06.03.11 | SFA - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS COFINANCIADOS | 4 176 711 | | |
| 06.04.00 | ADMINISTRAÇÃO REGIONAL: | | 8 615 556 | |
| 06.04.01 | REGIÃO AUTÓNOMA DOS ACORES | 4 890 000 | | |
| 06.04.02 | REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA | 3 725 556 | | |
| 06.05.00 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL: | | 38 101 706 | |
| 06.05.01 | CONTINENTE | 38 080 206 | | |
| 06.05.02 | REGIÃO AUTÓNOMA DOS ACORES | 21 500 | | |
| 06.06.00 | SEGURANÇA SOCIAL: | | 1 302 759 838 | |
| 06.06.01 | SISTEMA DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL | 561 861 480 | | |
| 06.06.03 | FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO EM PROJETOS COFINANCIADOS | 63 808 045 | | |
| 06.06.04 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS | 677 090 313 | | |
| 06.07.00 | INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS: | | 15 032 685 | |
| 06.07.01 | INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS | 15 032 685 | | |
| 06.08.00 | FAMÍLIAS: | | 79 596 299 | |
| 06.08.01 | FAMÍLIAS | 79 596 299 | | |
| 06.09.00 | RESTO DO MUNDO: | | 514 426 325 | |
| 06.09.01 | UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES | 492 880 421 | | |
| 06.09.04 | UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS | 19 360 637 | | |
| 06.09.05 | PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS | 2 185 267 | | |
| 07.00.00 | VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES: | | | 6 524 687 048 |
| 07.01.00 | VENDA DE BENS: | | 214 638 574 | |
| 07.01.01 | MATERIAL DE ESCRITÓRIO | 1 186 462 | | |
| 07.01.02 | LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA | 3 402 631 | | |
| 07.01.03 | PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS | 3 944 281 | | |
| 07.01.04 | FARDAMENTOS E ARTIGOS PESSOAIS | 70 000 | | |
| 07.01.05 | BENS INUTILIZADOS | 2 629 710 | | |
| 07.01.06 | PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS | 1 037 237 | | |
| 07.01.07 | PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS | 8 825 196 | | |
| 07.01.08 | MERCADORIAS | 48 787 507 | | |
| 07.01.09 | MATÉRIAS DE CONSUMO | 11 306 693 | | |
| 07.01.10 | DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS | 122 941 | | |
| 07.01.11 | PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS | 7 437 088 | | |
| 07.01.99 | OUTROS | 125 888 828 | | |
| 07.02.00 | SERVIÇOS: | | 6 230 949 133 | |
| 07.02.01 | ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS | 92 752 874 | | |
| 07.02.02 | ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA | 52 768 801 | | |
| 07.02.03 | VISTORIAS E ENSAIOS | 2 466 520 | | |
| 07.02.04 | SERVIÇOS DE LABORATÓRIOS | 12 975 177 | | |
| 07.02.05 | ATIVIDADES DE SAÚDE | 4 883 613 417 | | |
| 07.02.06 | REPARAÇÕES | 22 310 050 | | |
| 07.02.07 | ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO | 36 211 782 | | |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | |
|---|---|---|---|---|
| | | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| 07.02.08 | SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO | 30 075 630 | | |
| 07.02.09 | SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS | 396 159 | | |
| 07.02.99 | OUTROS | 1 097 378 723 | | |
| 07.03.00 | RENDAS: | | 79 099 341 | |
| 07.03.01 | HABITAÇÕES | 18 233 715 | | |
| 07.03.02 | EDIFÍCIOS | 40 415 869 | | |
| 07.03.99 | OUTRAS | 20 449 757 | | |
| 08.00.00 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES: | | | 412 274 759 |
| 08.01.00 | OUTRAS: | | 234 548 141 | |
| 08.01.01 | PRÉMIOS, TAXAS POR GARANTIAS DE RISCO E DIFERENÇAS DE CAMBIO | 665 230 | | |
| 08.01.99 | OUTRAS | 233 882 911 | | |
| 08.02.00 | SUBSIDIOS | | 177 726 618 | |
| 08.02.02 | SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS PRIVADAS | 298 414 | | |
| 08.02.05 | SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS | 75 000 | | |
| 08.02.09 | SEGURANCA SOCIAL | 176 863 204 | | |
| 08.02.10 | INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS | 490 000 | | |
| | **TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES** | | | **34 861 825 159** |
| | **RECEITAS DE CAPITAL** | | | |
| 09.00.00 | VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO: | | | 259 100 260 |
| 09.01.00 | TERRENOS: | | 9 730 372 | |
| 09.01.01 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS | 9 701 600 | | |
| 09.01.06 | ADM. PUBLICA - ADM. LOCAL - CONTINENTE | 28 771 | | |
| 09.01.10 | FAMÍLIAS | 1 | | |
| 09.02.00 | HABITAÇÕES: | | 2 790 585 | |
| 09.02.01 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS | 1 | | |
| 09.02.04 | ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - SFA | 600 000 | | |
| 09.02.10 | FAMÍLIAS | 2 190 584 | | |
| 09.03.00 | EDIFÍCIOS: | | 230 672 747 | |
| 09.03.01 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS | 152 476 219 | | |
| 09.03.03 | ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - ESTADO | 1 005 745 | | |
| 09.03.04 | ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - SFA | 76 280 500 | | |
| 09.03.06 | ADM. PUBLICA - ADM. LOCAL - CONTINENTE | 685 283 | | |
| 09.03.10 | FAMÍLIAS | 225 000 | | |
| 09.04.00 | OUTROS BENS DE INVESTIMENTO: | | 15 906 556 | |
| 09.04.01 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS | 14 254 781 | | |
| 09.04.02 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 495 445 | | |
| 09.04.03 | ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - ESTADO | 20 000 | | |
| 09.04.04 | ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - SFA | 1 128 000 | | |
| 09.04.06 | ADM. PUBLICA - ADM. LOCAL - CONTINENTE | 10 | | |
| 09.04.09 | INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS | 10 | | |
| 09.04.10 | FAMÍLIAS | 8 310 | | |
| 10.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL: | | | 2 366 841 707 |
| 10.01.00 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS: | | 5 986 477 | |
| 10.01.01 | PUBLICAS | 3 125 749 | | |
| 10.01.02 | PRIVADAS | 2 860 728 | | |
| 10.02.00 | SOCIEDADES FINANCEIRAS: | | 170 296 075 | |
| 10.02.01 | BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | 170 296 075 | | |
| 10.03.00 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL: | | 1 068 275 197 | |
| 10.03.01 | ESTADO | 900 894 035 | | |
| 10.03.06 | ESTADO - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS COFINANCIADOS | 81 142 750 | | |
| 10.03.08 | SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 78 528 663 | | |
| 10.03.09 | SFA - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJETOS COFINANCIADOS | 7 709 749 | | |
| 10.04.00 | ADMINISTRAÇÃO REGIONAL: | | 11 310 000 | |
| 10.04.01 | REGIÃO AUTÓNOMA DOS ACORES | 7 250 000 | | |
| 10.04.02 | REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA | 4 060 000 | | |
| 10.05.00 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL: | | 30 | |
| 10.05.01 | CONTINENTE | 30 | | |
| 10.06.00 | SEGURANÇA SOCIAL: | | 439 530 | |
| 10.06.01 | SISTEMA DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL | 340 000 | | |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | |
|---|---|---|---|---|
| | | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| 10.06.05 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS | 99 530 | | |
| 10.07.00 | INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS: | | 3 512 754 | |
| 10.07.01 | INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS | 3 512 754 | | |
| 10.08.00 | FAMÍLIAS: | | 5 258 884 | |
| 10.08.01 | FAMÍLIAS | 5 258 884 | | |
| 10.09.00 | RESTO DO MUNDO: | | 1 101 762 760 | |
| 10.09.01 | UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES | 1 100 222 950 | | |
| 10.09.03 | UNIÃO EUROPEIA - PAÍSES MEMBROS | 1 539 810 | | |
| 11.00.00 | ATIVOS FINANCEIROS: | | | 4 208 756 575 |
| 11.02.00 | TÍTULOS A CURTO PRAZO: | | 1 441 722 021 | |
| 11.02.03 | ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - ESTADO | 1 441 722 021 | | |
| 11.03.00 | TÍTULOS A MEDIO E LONGO PRAZO: | | 907 559 780 | |
| 11.03.02 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 307 059 780 | | |
| 11.03.03 | ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - ESTADO | 589 250 000 | | |
| 11.03.11 | RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA | 11 250 000 | | |
| 11.05.00 | EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO: | | 462 274 | |
| 11.05.01 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS | 1 | | |
| 11.05.10 | FAMÍLIAS | 462 273 | | |
| 11.06.00 | EMPRÉSTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZO: | | 336 394 398 | |
| 11.06.01 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS | 234 013 891 | | |
| 11.06.04 | ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - SFA | 72 982 849 | | |
| 11.06.06 | ADM. PUBLICA - ADM. LOCAL - CONTINENTE | 7 626 366 | | |
| 11.06.07 | ADM. PUBLICA - ADM. LOCAL - REGIÕES AUTÓNOMAS | 351 317 | | |
| 11.06.09 | INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS | 7 312 002 | | |
| 11.06.10 | FAMÍLIAS | 14 107 973 | | |
| 11.09.00 | UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO: | | 2 746 106 | |
| 11.09.01 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS | 809 000 | | |
| 11.09.02 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 320 406 | | |
| 11.09.11 | RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA | 1 616 700 | | |
| 11.11.00 | OUTROS ATIVOS FINANCEIROS: | | 1 519 871 996 | |
| 11.11.01 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS | 32 268 260 | | |
| 11.11.02 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 239 222 000 | | |
| 11.11.03 | ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - ESTADO | 213 444 914 | | |
| 11.11.11 | RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA | 1 034 936 822 | | |
| 12.00.00 | PASSIVOS FINANCEIROS: | | | 4 844 498 045 |
| 12.02.00 | TÍTULOS A CURTO PRAZO: | | 1 000 | |
| 12.02.02 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 1 000 | | |
| 12.05.00 | EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO: | | 407 000 000 | |
| 12.05.02 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 407 000 000 | | |
| 12.06.00 | EMPRÉSTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZO: | | 1 652 702 991 | |
| 12.06.02 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 8 676 500 | | |
| 12.06.03 | ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - ESTADO | 1 490 015 440 | | |
| 12.06.04 | ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - SFA | 35 031 051 | | |
| 12.06.11 | RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA | 118 980 000 | | |
| 12.07.00 | OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS: | | 2 784 794 054 | |
| 12.07.02 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 54 252 147 | | |
| 12.07.03 | ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - ESTADO | 2 591 673 466 | | |
| 12.07.04 | ADM. PUBLICA - ADM. CENTRAL - SFA | 92 439 870 | | |
| 12.07.06 | ADM. PUBLICA - ADM. LOCAL - CONTINENTE | 46 428 571 | | |
| 13.00.00 | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL: | | | 19 164 857 |
| 13.01.00 | OUTRAS: | | 19 164 857 | |
| 13.01.01 | INDEMNIZAÇÕES | 55 862 | | |
| 13.01.99 | OUTRAS | 19 108 995 | | |
| 15.00.00 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS: | | | 27 681 387 |
| 15.01.00 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS: | | 27 681 387 | |
| 15.01.01 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 27 681 387 | | |
| 16.00.00 | SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | | | 103 586 176 |
| 16.01.00 | SALDO ORÇAMENTAL | | 103 586 176 | |
| 16.01.01 | NA POSSE DO SERVIÇO | 103 586 176 | | |
| | **TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL** | | | **11 829 629 007** |
| | **TOTAL GERAL** | | | **46 691 454 166** |

Fonte: MF/DGO

# MAPA VII

## DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, COM ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **01 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO** | |
| ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA | 153 147 683 |
| COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS | 525 361 |
| COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - SEDE | 4 876 000 |
| COFRE PRIVATIVO TRIBUNAL CONTAS - MADEIRA | 526 375 |
| CONSELHO DAS FINANÇAS PUBLICAS | 2 699 850 |
| CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA | 149 483 108 |
| ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇAO SOCIAL | 4 623 240 |
| PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA | 16 637 000 |
| SERVIÇO DO PROVEDOR DE JUSTIÇA | 5 274 880 |
| TRIBUNAL CONSTITUCIONAL | 6 679 791 |
| **02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS** | |
| AGENCIA PARA A MODERNIZAÇAO ADMINISTRATIVA, I.P. | 23 764 035 |
| ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇOES, IP | 6 701 731 |
| FUNDAÇAO LUSO-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO | 8 609 750 |
| FUNDO DE APOIO MUNICIPAL | 346 820 110 |
| GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL ESTRUTURAS COMUNS AO SIED E SIS | 11 693 634 |
| GESTOR DO PROGRAMA ESCOLHAS | 9 357 057 |
| SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANCA | 10 912 491 |
| SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DE DEFESA | 7 006 567 |
| **03 - NEGÓCIOS ESTRANGEIROS** | |
| AICEP - AGENCIA PARA O INVESTIMENTO E COMERCIO EXTERNO DE PORTUGAL, EPE | 33 397 544 |
| CAMOES - INSTITUTO DA COOPERAÇAO E DA LINGUA, I.P. | 63 129 314 |
| FUNDO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, IP | 44 000 000 |
| **04 - FINANÇAS** | |
| AGENCIA DE GESTAO DA TESOURARIA E DA DIVIDA PUBLICA - IGCP, EPE | 31 262 525 |
| AUTORIDADE DE SUPERVISAO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSOES | 20 494 150 |
| BANIF IMOBILIARIA, S.A. | 21 769 971 |
| BANIF, S.A. | 3 126 755 |
| CAIXA DESENVOLVIMENTO, SGPS, S.A. | 50 000 |
| CAIXA GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A. | 202 500 |
| CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, S.A. | 1 245 711 |
| COMISSAO DO MERCADO DE VALORES MOBILIARIOS | 21 734 358 |
| CONSEST - PROMOÇAO IMOBILIARIA, SA | 777 370 |
| ECODETRA - SOCIEDADE DE TRATAMENTO E DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS, S.A. | 15 256 |
| ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇAO PUBLICA, I.P. | 22 776 191 |
| ES TECH VENTURES, SGPS, S.A. | 74 125 |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **04 - FINANÇAS** | |
| ESTAMO - PARTICIPAÇOES IMOBILIARIAS, SA | 109 121 406 |
| FRME - FUNDO P/ A REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO TECIDO EMPRESARIAL, SGPS, S.A. | 958 290 |
| FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO | 303 380 540 |
| FUNDO DE ESTABILIZAÇAO ADUANEIRO | 4 945 000 |
| FUNDO DE ESTABILIZAÇAO TRIBUTARIO | 100 834 538 |
| FUNDO DE GARANTIA AUTOMOVEL | 218 316 200 |
| FUNDO DE GARANTIA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO | 380 700 925 |
| FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS | 956 239 502 |
| FUNDO DE REABILITAÇAO E CONSERVAÇAO PATRIMONIAL | 3 237 783 |
| FUNDO DE REGULARIZAÇAO DA DIVIDA PUBLICA | 1 611 000 000 |
| FUNDO DE RESOLUÇÃO | 458 146 135 |
| OITANTE, S.A. | 171 125 562 |
| PARBANCA SGPS, SA (ZFM) | 480 000 |
| PARCAIXA, SGPS,S.A. | 307 915 |
| PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A. | 53 727 035 |
| PARPUBLICA - PARTICIPAÇOES PUBLICAS, SGPS, SA | 1 098 759 580 |
| PARUPS, S.A | 118 685 516 |
| PARVALOREM, S.A | 388 788 030 |
| PRAÇA DO MARQUES - SERVIÇOS AUXILIARES,S.A. | 767 621 |
| QUINTA DOS CONEGOS - SOCIEDADE IMOBILIARIA,S.A. | 349 943 |
| RIGHTHOUR, S.A. | 24 789 |
| SAGESECUR - ESTUDOS, DESENV. E PART. EM PROJETOS DE INV. VALORES MOBILIARIOS, SA | 11 038 865 |
| SANJIMO - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. | 33 800 |
| SERVIÇOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇAO PUBLICA | 13 119 718 |
| SISTEMA DE INDEMNIZAÇAO AOS INVESTIDORES | 404 342 |
| SOCIEDADE PORTUGUESA DE EMPREENDIMENTOS S.P.E., S.A. | 25 562 619 |
| WIL - PROJETOS TURISTICOS, S.A. | 242 749 |
| WOLFPART, SGPS, S.A. | 18 516 100 |
| **05 - DEFESA NACIONAL** | |
| ARSENAL DO ALFEITE, SA | 22 702 115 |
| DEFAERLOC - LOCAÇÃO DE AERONAVES MILITARES, S.A. | 13 260 911 |
| DEFLOC - LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE DEFESA, S.A. | 40 827 538 |
| EMPORDEF - ENGENHARIA NAVAL, SA | 1 096 235 |
| EMPORDEF SGPS - EMPRESA PORTUGUESA DE DEFESA, SA | 19 692 033 |
| ESTALEIROS NAVAIS DE VIANA DO CASTELO, SA | 42 797 589 |
| EXTRA - EXPLOSIVOS DA TRAFARIA, SA | 123 496 |
| IDD - PLATAFORMA DAS INDUSTRIAS DE DEFESA NACIONAIS, S.A. | 2 558 081 |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **05 - DEFESA NACIONAL** | |
| INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL DAS FORCAS ARMADAS | 76 865 112 |
| INSTITUTO HIDROGRÁFICO | 8 739 186 |
| LABORATÓRIO MILITAR DE PRODUTOS QUIMICOS E FARMACÊUTICOS | 14 000 000 |
| MM - GESTAO PARTILHADA, E.P.E. | 23 801 256 |
| **06 - ADMINISTRAÇÃO INTERNA** | |
| AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇAO CIVIL | 133 777 616 |
| COFRE DE PREVIDÊNCIA DA P.S.P. | 965 250 |
| SERVIÇOS SOCIAIS DA G.N.R. | 18 500 000 |
| SERVIÇOS SOCIAIS DA P.S.P. | 6 269 593 |
| **07 - JUSTIÇA** | |
| COMISSAO PARA O ACOMPANHAMENTO DOS AUXILIARES DE JUSTIÇA | 3 708 347 |
| FUNDO DE MODERNIZAÇAO DA JUSTIÇA | 23 951 100 |
| INSTITUTO GESTAO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA, IP | 380 863 033 |
| INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL,I.P. | 16 603 045 |
| INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIENCIAS FORENSES,I.P. | 23 438 216 |
| **08 - CULTURA** | |
| CINEMATECA PORTUGUESA - MUSEU DO CINEMA, IP | 3 844 647 |
| COA PARQUE- FUNDAÇAO PARA A SALVAGUARDA E VALORIZAÇAO DO VALE DO COA | 1 136 636 |
| DIREÇAO-GERAL DO PATRIMONIO CULTURAL | 37 502 090 |
| FUNDAÇAO CENTRO CULTURAL DE BELEM | 18 257 000 |
| FUNDO DE FOMENTO CULTURAL | 29 110 498 |
| FUNDO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL | 383 278 |
| INSTITUTO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL , I.P. | 20 982 085 |
| OPART - ORGANISMO DE PRODUÇAO ARTISTICA, EPE | 23 403 075 |
| RADIO E TELEVISAO DE PORTUGAL, SA | 235 809 371 |
| TEATRO NACIONAL D. MARIA II, E.P.E. | 5 834 736 |
| TEATRO NACIONAL DE SAO JOAO, EPE | 5 169 538 |
| **09 - CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR** | |
| AGENCIA NACIONAL PARA A GESTAO DO PROGRAMA ERASMUS + EDUCAÇAO E FORMAÇAO | 2 549 042 |
| ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA | 10 861 656 |
| ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA | 10 656 569 |
| ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DO PORTO | 8 092 426 |
| ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL | 6 307 859 |
| ESCOLA SUPERIOR NÁUTICA INFANTE D.HENRIQUE | 4 359 730 |
| FUNDAÇÃO CARLOS LLOYD BRAGA | 28 942 |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **09 - CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR** | |
| FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA | 11 180 765 |
| FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA | 133 993 |
| FUNDAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS | 109 404 |
| FUNDAÇAO GASPAR FRUTUOSO | 1 159 135 |
| FUNDAÇAO JOSE ALBERTO DOS REIS | 9 396 |
| FUNDAÇÃO LUÍS DE MOLINA | 5 000 |
| FUNDAÇÃO MUSEU DA CIÊNCIA | 5 000 |
| FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA, I.P. | 444 782 248 |
| FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIÊNCIAS ECONÓMICAS FINANCEIRAS E EMPRESARIAIS | 52 786 |
| FUNDAÇÃO RANGEL DE SAMPAIO | 100 000 |
| IMAR - INSTITUTO DO MAR | 1 379 848 |
| INSTITUTO DE MEDICINA MOLECULAR - IMM | 9 845 075 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA | 14 960 651 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA | 14 720 963 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANCA | 27 570 581 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO | 20 721 306 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA | 40 029 145 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA | 46 157 630 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA | 37 332 553 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE | 14 258 103 |
| INSTITUTO POLITECNICO DE SANTARÉM | 16 837 756 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL | 26 274 180 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR | 13 445 128 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO | 20 808 902 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU | 24 918 051 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE | 11 872 311 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO | 51 681 517 |
| INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DE LISBOA | 22 266 498 |
| INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DO PORTO | 23 412 976 |
| ISCTE - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA - FUNDAÇÃO PÚBLICA | 38 349 029 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA | 1 140 056 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA | 628 284 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA | 1 535 000 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO | 706 350 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA | 2 147 808 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA | 3 829 891 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA | 1 089 912 |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **09 - CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR** | |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE | 836 846 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTAREM | 765 202 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL | 1 012 000 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR | 546 365 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO | 1 735 000 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU | 1 230 000 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE | 286 217 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO | 1 823 092 |
| SAS - UNIVERSIDADE BEIRA INTERIOR | 2 426 000 |
| SAS - UNIVERSIDADE DA MADEIRA | 1 318 925 |
| SAS - UNIVERSIDADE DE COIMBRA | 10 999 876 |
| SAS - UNIVERSIDADE DE ÉVORA | 1 761 701 |
| SAS - UNIVERSIDADE DE LISBOA (UL) | 8 113 724 |
| SAS - UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO | 3 903 050 |
| SAS - UNIVERSIDADE DO ALGARVE | 2 563 860 |
| SAS - UNIVERSIDADE DO MINHO | 8 109 974 |
| SAS - UNIVERSIDADE DOS AÇORES | 1 360 360 |
| SAS - UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA | 3 172 038 |
| UL - FACULDADE DE ARQUITECTURA | 11 286 220 |
| UL - FACULDADE DE BELAS-ARTES | 6 682 518 |
| UL - FACULDADE DE CIÊNCIAS | 35 922 731 |
| UL - FACULDADE DE DIREITO | 9 811 786 |
| UL - FACULDADE DE FARMÁCIA | 10 298 592 |
| UL - FACULDADE DE LETRAS | 20 658 332 |
| UL - FACULDADE DE MEDICINA | 16 267 258 |
| UL - FACULDADE DE MEDICINA DENTÁRIA | 4 848 111 |
| UL - FACULDADE DE MEDICINA VETERINARIA | 7 935 512 |
| UL - FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA | 9 132 162 |
| UL - FACULDADE DE PSICOLOGIA | 4 942 304 |
| UL - INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS | 5 983 801 |
| UL - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO | 4 537 398 |
| UL - INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | 4 141 132 |
| UL - INSTITUTO SUPERIOR CIÊNCIAS SOCIAIS POLITICAS | 10 797 262 |
| UL - INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA | 19 033 652 |
| UL - INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO | 16 973 018 |
| UL - INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO | 93 910 057 |
| UNIVERSIDADE ABERTA | 16 474 264 |
| UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR | 35 076 782 |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **09 - CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR** | |
| UNIVERSIDADE DA MADEIRA | 16 336 167 |
| UNIVERSIDADE DE AVEIRO - FUNDAÇÃO PÚBLICA | 93 494 715 |
| UNIVERSIDADE DE COIMBRA | 145 809 710 |
| UNIVERSIDADE DE ÉVORA | 54 134 705 |
| UNIVERSIDADE DE LISBOA (UL) - REITORIA | 30 310 665 |
| UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO | 46 215 807 |
| UNIVERSIDADE DO ALGARVE | 55 037 356 |
| UNIVERSIDADE DO MINHO - FUNDAÇÃO PÚBLICA | 123 266 090 |
| UNIVERSIDADE DO PORTO - FUNDAÇÃO PÚBLICA | 228 099 402 |
| UNIVERSIDADE DOS AÇORES | 20 666 745 |
| UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA - REITORIA | 6 466 387 |
| UNL - ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PUBLICA | 3 150 691 |
| UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA | 37 300 546 |
| UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS | 14 271 674 |
| UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS | 25 253 344 |
| UNL - FACULDADE DE DIREITO | 2 850 028 |
| UNL - FACULDADE DE ECONOMIA | 13 228 652 |
| UNL - INSTITUTO DE TECNOLOGIA QUIMICA E BIOLOGICA ANTONIO XAVIER | 9 217 000 |
| UNL - INSTITUTO HIGIENE E MEDICINA TROPICAL | 6 098 042 |
| UNL - INSTITUTO SUPERIOR ESTATISTICA E GESTÃO DE INFORMAÇÃO | 3 623 007 |
| **10 - EDUCAÇÃO** | |
| AGENCIA NACIONAL PARA A GESTAO DO PROGRAMA ERASMUS + JUVENTUDE EM AÇAO | 6 342 553 |
| AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P. | 7 722 558 |
| EDITORIAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA | 4 258 000 |
| ESCOLA PORTUGUESA DE CABO VERDE - CELP | 1 135 520 |
| ESCOLA PORTUGUESA DE DÍLI - CELP - RUY CINATTI | 2 117 070 |
| ESCOLA PORTUGUESA DE MOÇAMBIQUE | 5 365 300 |
| ESCOLA PORTUGUESA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE - CELP | 1 079 400 |
| FUNDAÇAO JUVENTUDE | 2 103 734 |
| INSTITUTO DE AVALIAÇÃO EDUCATIVA, I.P. | 4 449 106 |
| INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO, I.P.(IGEFE,I.P.) | 249 691 058 |
| INSTITUTO PORTUGUES DO DESPORTO E JUVENTUDE, IP | 77 640 428 |
| PARQUE ESCOLAR - E.P.E. | 264 449 254 |
| **11 - TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL** | |
| CAIXA-GERAL DE APOSENTAÇOES I. P. | 10 506 778 900 |
| CASA PIA DE LISBOA, IP | 40 525 385 |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **11 - TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL** | |
| CENTRO DE EDUCAÇAO E FORMAÇAO PROFISSIONAL INTEGRADA (CEFPI) | 3 918 272 |
| CENTRO DE FORM. PROF. DOS TRAB. DE ESCRITORIO, COM., SERV. E NOVAS TECNOLOGIAS | 2 213 262 |
| CENTRO DE FORMAÇAO E INOVAÇAO TECNOLOGICA (INOVINTER) | 3 892 371 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROF. DA INDUST. DE CONSTRUÇAO CIVIL E OBRAS PUBLICAS DO SUL | 6 124 910 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROF. P/ SETOR DA CONSTRUÇAO CIVIL E OBRAS PUBLICAS DO NORTE | 6 115 849 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA DE CALÇADO | 4 701 571 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA DE CORTIÇA | 1 555 600 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA DE FUNDIÇAO | 1 538 355 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA DE OURIVESARIA E RELOJOARIA (CINDOR | 1 888 896 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA ELECTRONICA | 4 696 035 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA METALURGICA E METALOMECANICA | 16 915 250 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA TEXTIL, VEST., CONF. E LANIFICIOS | 8 028 883 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DA REPARAÇAO AUTOMOVEL | 3 309 744 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DAS INDUSTRIAS DA MADEIRA E MOBILIARIO | 2 208 000 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DAS PESCAS E DO MAR | 5 966 947 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL DE ARTESANATO | 2 639 803 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL PARA A INDUSTRIA DE CERAMICA | 3 111 824 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL PARA O COMERCIO E AFINS | 2 968 817 |
| CENTRO DE FORMAÇAO PROFISSIONAL PARA O SECTOR ALIMENTAR | 4 628 326 |
| CENTRO DE FORMAÇAO SINDICAL E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL | 3 935 351 |
| CENTRO DE REABILITAÇAO PROFISSIONAL DE GAIA | 5 257 753 |
| CENTRO PROTOCOLAR DE FORMAÇAO PROFISSIONAL PARA JORNALISTAS | 852 576 |
| CENTRO PROTOCOLAR DE FORMAÇAO PROFISSIONAL PARA O SECTOR DA JUSTIÇA | 2 745 169 |
| COOPERATIVA ANTONIO SERGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL | 11 195 342 |
| FUNDO DE REESTRUTURAÇAO DO SETOR SOLIDARIO | 67 481 296 |
| INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL IP | 852 872 875 |
| SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA, IP | 283 058 975 |
| **12 - SAÚDE** | |
| ADMINISTRAÇAO CENTRAL DO SISTEMA DE SAUDE, I.P. | 6 762 376 619 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P. | 1 416 840 991 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO ALENTEJO,I.P. | 122 392 607 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO ALGARVE, I.P. | 151 686 574 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P. | 586 698 554 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO NORTE, I.P. | 1 366 863 232 |
| CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, EPE | 61 566 146 |
| CENTRO HOSPITALAR DA COVA DA BEIRA,EPE | 52 239 628 |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **12 - SAÚDE** | |
| CENTRO HOSPITALAR DE ENTRE DOURO E VOUGA,EPE | 81 440 875 |
| CENTRO HOSPITALAR DE LEIRIA, EPE | 91 266 825 |
| CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA CENTRAL, EPE | 370 374 314 |
| CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA NORTE,EPE | 335 711 207 |
| CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL,EPE | 226 526 692 |
| CENTRO HOSPITALAR DE SAO JOAO, EPE | 335 879 948 |
| CENTRO HOSPITALAR DE SETUBAL, EPE | 83 709 918 |
| CENTRO HOSPITALAR DO ALGARVE, EPE | 204 985 918 |
| CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, EPE | 66 668 676 |
| CENTRO HOSPITALAR DO MEDIO AVE,EPE | 43 552 218 |
| CENTRO HOSPITALAR DO MEDIO TEJO, EPE | 67 165 454 |
| CENTRO HOSPITALAR DO OESTE | 75 688 409 |
| CENTRO HOSPITALAR DO PORTO,EPE | 260 455 558 |
| CENTRO HOSPITALAR DO TAMEGA E SOUSA,EPE | 80 374 166 |
| CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITARIO DE COIMBRA, EPE | 460 994 547 |
| CENTRO HOSPITALAR POVOA DO VARZIM - VILA DO CONDE, EPE | 24 228 382 |
| CENTRO HOSPITALAR PSIQUIATRICO DE LISBOA | 23 267 601 |
| CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, EPE | 113 856 076 |
| CENTRO HOSPITALAR TRAS-OS-MONTES E ALTO DOURO, EPE | 125 678 357 |
| CENTRO HOSPITALAR VILA NOVA DE GAIA/ESPINHO, EPE | 166 326 620 |
| CENTRO MEDICO DE REABIL. DA REG. CENTRO - ROVISCO PAIS | 10 681 167 |
| EAS EMPRESA AMBIENTE NA SAUDE, TRATAMENTO DE RESIDUOS HOSPITALARES UNIPESSOAL, L | 1 962 000 |
| ENTIDADE REGULADORA DA SAUDE, I.P. | 5 982 814 |
| FUNDO PARA A INVESTIGAÇAO EM SAUDE | 1 000 000 |
| HOSPITAL ARCEBISPO JOAO CRISOSTOMO - CANTANHEDE | 4 768 230 |
| HOSPITAL DA SENHORA DA OLIVEIRA GUIMARAES, EPE | 79 659 571 |
| HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ, EPE | 29 476 242 |
| HOSPITAL DISTRITAL DE SANTAREM, EPE | 69 375 000 |
| HOSPITAL DO ESPIRITO SANTO, DE EVORA, EPE | 82 949 349 |
| HOSPITAL DR. FRANCISCO ZAGALO - OVAR | 6 511 000 |
| HOSPITAL GARCIA DA ORTA, EPE - ALMADA | 140 888 719 |
| HOSPITAL MAGALHAES LEMOS - PORTO, EPE | 27 917 379 |
| HOSPITAL PROF. DOUTOR FERNANDO FONSECA, EPE | 148 771 498 |
| HOSPITAL SANTA MARIA MAIOR - BARCELOS, EPE | 21 070 065 |
| INFARMED - AUTORIDADE NAC. DO MEDICAMENTO E PROD. DE SAUDE, I.P. | 62 218 399 |
| INSTITUTO NACIONAL DE EMERGENCIA MEDICA, I.P. | 107 549 822 |
| INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DR. RICARDO JORGE I.P. | 26 510 836 |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **12 - SAÚDE** | |
| INSTITUTO OFTALMOLOGICO DR. GAMA PINTO | 5 505 137 |
| INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA - COIMBRA, EPE | 61 873 178 |
| INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA - LISBOA, EPE | 113 327 623 |
| INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA - PORTO, EPE | 139 030 529 |
| INSTITUTO PORTUGUES DO SANGUE E DA TRANSPLANTAÇAO | 59 815 817 |
| SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTERIO DA SAUDE | 72 314 044 |
| SUCH - SERVIÇO DE UTILIZAÇAO COMUM DOS HOSPITAIS | 159 439 772 |
| UNIDADE LOCAL DE SAUDE DA GUARDA, EPE | 90 882 968 |
| UNIDADE LOCAL DE SAUDE DE CASTELO BRANCO, EPE | 68 304 988 |
| UNIDADE LOCAL DE SAUDE DE MATOSINHOS, EPE | 108 205 276 |
| UNIDADE LOCAL DE SAUDE DO ALTO MINHO, EPE | 134 549 344 |
| UNIDADE LOCAL DE SAUDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE | 84 267 549 |
| UNIDADE LOCAL DE SAUDE DO LITORAL ALENTEJANO, E.P.E | 54 944 837 |
| UNIDADE LOCAL DE SAUDE DO NORDESTE,EPE | 86 073 672 |
| UNIDADE LOCAL DE SAUDE DO NORTE ALENTEJANO, EPE | 80 744 387 |
| **13 - PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS** | |
| AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESAO | 205 992 189 |
| AUTORIDADE DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES | 13 774 697 |
| AUTORIDADE NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES | 53 062 821 |
| AUTORIDADE NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL | 57 212 675 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO | 5 858 881 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO | 7 908 853 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE | 5 402 162 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO | 11 346 989 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE | 15 658 902 |
| CP - COMBOIOS DE PORTUGAL EPE | 497 329 093 |
| FUNDAÇÃO MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO ARMANDO GINESTAL MACHADO | 2 753 860 |
| GIL - GARE INTERMODAL DE LISBOA, SA | 12 540 181 |
| INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A. | 2 455 861 966 |
| INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES | 151 792 072 |
| INSTITUTO DOS MERCADOS PUBLICOS, DO IMOBILIARIO E DA CONSTRUCAO | 13 349 531 |
| LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL | 27 794 547 |
| METRO - MONDEGO, SA | 2 281 044 |
| TAP - TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES, SGPS, SA | |
| **14 - ECONOMIA** | |
| AGENCIA NACIONAL DE INOVAÇAO, SA | 9 542 807 |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **14 - ECONOMIA** | |
| AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA | 10 254 612 |
| ENATUR - EMPRESA NACIONAL DE TURISMO, S.A. | 4 131 128 |
| ENTIDADE NACIONAL PARA O MERCADO DE COMBUSTÍVEIS, E.P.E | 27 665 107 |
| ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DA REGIÃO DE LISBOA | 3 470 458 |
| ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS, I.P. | 9 780 978 |
| FUNDO DE CONTRAGARANTIA MUTUO | 164 404 821 |
| FUNDO PARA A SUSTENTABILIDADE SISTÉMICA DO SETOR ENERGÉTICO | 120 000 000 |
| IAPMEI - AGENCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇAO, IP | 546 014 103 |
| INSTITUIÇAO FINANCEIRA DE DESENVOLVIMENTO, SA | 4 528 334 |
| INSTITUTO DO TURISMO DE PORTUGAL I.P. | 255 850 860 |
| INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE I.P. | 7 044 270 |
| INSTITUTO PORTUGUÊS DE ACREDITAÇÃO I.P. | 4 115 619 |
| LABORATORIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA, I.P. | 15 892 096 |
| REGIÃO DE TURISMO DO ALGARVE | 6 733 109 |
| SPGM - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO, SA | 21 673 108 |
| TURISMO CENTRO DE PORTUGAL | 6 308 424 |
| TURISMO DO ALENTEJO, E.R.T. | 5 207 933 |
| TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL, E.R. | 14 405 835 |
| **15 - AMBIENTE** | |
| AGENCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P. | 74 428 631 |
| COSTA POLIS SOC PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROG POLIS NA COSTA DA CAPARICA, SA | 380 797 |
| ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DAS ÁGUAS E DOS RESIDUOS | 9 269 508 |
| FUNDO AMBIENTAL | 153 873 943 |
| INSTITUTO DA HABITAÇAO E DA REABILITAÇAO URBANA | 84 076 708 |
| MARINA DO PARQUE DAS NAÇOES - SOC CONCESSIONARIA DA MARINA PARQUE DAS NAÇOES, SA | 14 608 869 |
| METRO DO PORTO CONSULTORIA - CONSULT. EM TRANSP. URBANOS E PARTICIP., UNIP, LDA | 2 500 |
| METRO DO PORTO, S.A. | 666 320 968 |
| METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E. | 329 468 745 |
| PARQUE EXPO, 98 S.A. | 24 582 743 |
| POLIS LITORAL NORTE, SA | 21 989 561 |
| POLIS LITORAL RIA DE AVEIRO, SA | 15 653 429 |
| POLIS LITORAL RIA FORMOSA, SA | 21 834 445 |
| POLIS LITORAL SUDOESTE-SOC. PARA A REQ. E VALOR DO SUD ALENTEJANO E C VICENTINA | 6 075 705 |
| PORTO VIVO, S.R.U. - SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA | 5 096 024 |
| SOFLUSA - SOCIEDADE FLUVIAL DE TRANSPORTES, SA | 17 995 920 |
| TRANSTEJO - TRANSPORTES TEJO, SA | 96 534 642 |
| VIANAPOLIS, SOC. PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROG POLIS EM VIANA DO CASTELO, SA | 3 524 750 |

Fonte: MF/DGO

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---|---|
| **16 - AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL** | |
| EDIA - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURAS DO ALQUEVA, S.A. | 94 383 902 |
| FUNDO FLORESTAL PERMANENTE | 20 400 000 |
| FUNDO SANITARIO E DE SEGURANÇA ALIMENTAR MAIS | 21 900 000 |
| INSTITUTO DA CONSERVAÇAO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P. | 55 174 808 |
| INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO, I.P. | 10 289 320 |
| INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS,I.P. | 627 567 391 |
| INSTITUTO DOS VINHOS DO DOURO E DO PORTO, I.P. | 10 332 977 |
| INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇAO AGRARIA E VETERINARIA, I.P. | 28 486 765 |
| TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CENTRO TURISTICO, CINEGETICO E DE EDUC AMB., CIRPL | 546 799 |
| **17 - MAR** | |
| FUNDO AZUL | 11 085 651 |
| FUNDO DE COMPENSAÇAO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA PESCA | 1 250 000 |
| INSTITUTO PORTUGUES DO MAR E DA ATMOSFERA, I.P. | 39 921 087 |
| **TOTAL GERAL** | **46 294 871 247** |

Fonte: MF/DGO

# MAPA VIII

## DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

ANO ECONÓMICO DE 2017 

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|---|---|---|---|
| | | POR SUBFUNÇÕES | POR FUNÇÕES |
| **1** | **FUNÇÕES GERAIS DE SOBERANIA** | | **1 965 156 502** |
| 1.01 | SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 1 102 796 965 | |
| 1.02 | DEFESA NACIONAL | 142 971 573 | |
| 1.03 | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS | 719 387 964 | |
| **2** | **FUNÇÕES SOCIAIS** | | **30 447 571 942** |
| 2.01 | EDUCAÇÃO | 2 411 946 591 | |
| 2.02 | SAÚDE | 15 905 387 324 | |
| 2.03 | SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS | 11 013 564 229 | |
| 2.04 | HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS | 646 875 395 | |
| 2.05 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS | 469 798 403 | |
| **3** | **FUNÇÕES ECONÓMICAS** | | **11 145 614 091** |
| 3.01 | AGRICULTURA E PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA | 881 361 376 | |
| 3.02 | INDÚSTRIA E ENERGIA | 170 490 718 | |
| 3.03 | TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES | 4 324 086 046 | |
| 3.04 | COMÉRCIO E TURISMO | 296 107 747 | |
| 3.05 | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS | 5 473 568 204 | |
| **4** | **OUTRAS FUNÇÕES** | | **2 736 528 712** |
| 4.01 | OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA | 2 709 759 580 | |
| 4.03 | DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | 26 769 132 | |
| | **TOTAL GERAL** | | **46 294 871 247** |

Fonte: MF/DGO

# MAPA IX

## DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

ANO ECONÓMICO DE 2017

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO DAS DESPESAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|---|---|---|---|
| | | POR SUBAGRUPAMENTOS | POR AGRUPAMENTOS |
| | **DESPESAS CORRENTES** | | |
| 01.00 | DESPESAS COM O PESSOAL | | 7 029 143 075 |
| 02.00 | AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | | 11 502 796 439 |
| 03.00 | JUROS E OUTROS ENCARGOS | | 754 414 567 |
| 04.00 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | |
| 04.03 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 2 870 724 986 | |
| 04.04 | ADMINISTRAÇÃO REGIONAL | 72 418 | |
| 04.05 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 22 683 362 | |
| 04.06 | SEGURANÇA SOCIAL | 280 803 933 | |
| 04.01 E 04.02 E 04.07 A 04.09 | OUTROS SETORES | 10 610 329 513 | 13 784 614 212 |
| 05.00 | SUBSÍDIOS | | 578 175 757 |
| 06.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | 826 340 036 |
| | **TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES** | | **34 475 484 086** |
| | **DESPESAS DE CAPITAL** | | |
| 07.00 | AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL | | 2 657 951 613 |
| 08.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | | |
| 08.03 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 1 110 278 066 | |
| 08.04 | ADMINISTRAÇÃO REGIONAL | 10 000 | |
| 08.05 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 43 745 630 | |
| 08.06 | SEGURANÇA SOCIAL | | |
| 08.01 E 08.02 E 08.07 A 08.09 | OUTROS SETORES | 650 758 546 | 1 804 792 242 |
| 09.00 | ATIVOS FINANCEIROS | | 4 368 452 348 |
| 10.00 | PASSIVOS FINANCEIROS | | 2 956 651 611 |
| 11.00 | OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | | 31 539 347 |
| | **TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL** | | **11 819 387 161** |
| | **TOTAL GERAL** | | **46 294 871 247** |

Fonte: MF/DGO

# Orçamento da Segurança Social - 2017
## Mapa X
## Receitas da Segurança Social por Classificação Económica

Euro

| Capítulo | Grupo | Artigo | Designação | OSS 2017 |
|---|---|---|---|---|
| | | | **Receitas Correntes** | **26 649 324 278,00** |
| **02** | | | **Impostos Indiretos** | **208 767 363,00** |
| | 02 | | Outros | 208 767 363,00 |
| | | 01 | Lotarias | 92 416 719,00 |
| | | 03 | Imposto do jogo | 2 998 780,00 |
| | | 05 | Resultados da exploração de apostas mútuas | 103 785 154,00 |
| | | 99 | Impostos indirectos diversos | 9 566 710,00 |
| **03** | | | **Contribuições para a Segurança Social, CGA e a ADSE** | **15 383 348 130,00** |
| | 01 | | Subsistema Previdencial | 15 368 529 099,00 |
| | 02 | | Regimes complementares e especiais | 14 819 031,00 |
| **04** | | | **Taxas, multas e outras penalidades** | **106 979 451,00** |
| **05** | | | **Rendimentos da propriedade** | **471 565 479,00** |
| | 01 | | Juros - Soc. e quase soc. não financeiras | 1 000,00 |
| | 02 | | Juros - Sociedades financeiras | 6 810 391,00 |
| | 03 | | Juros - Administrações públicas | 391 660 470,00 |
| | 04 | | Juros - Instituições sem fins lucrativos | 50 000,00 |
| | 06 | | Juros - Resto do mundo | 30 533 098,00 |
| | 07 | | Dividendos e partic. nos lucros de soc. e quase soc. não financeiras | 32 193 624,00 |
| | 08 | | Dividendos e particip. nos lucros de soc.financeiras | 8 451 247,00 |
| | 10 | | Rendas | 1 865 649,00 |
| **06** | | | **Transferências correntes** | **10 448 420 663,00** |
| | 01 | | Sociedades e quase sociedade não financeiras | 1 720 000,00 |
| | 03 | | Administração central: | 8 913 106 152,00 |
| | | 01 | Estado | 1 250 821 350,00 |
| | | 02 | Estado-SPSC - Subsistema de Solidariedade | 4 516 651 042,00 |
| | | 03 | Estado-SPSC - Subsistema de Ação Social | 1 709 804 944,00 |
| | | 04 | Estado-SPSC - Subsistema de Proteção Familiar | 1 267 668 251,00 |
| | | 07 | SFA | 167 594 430,00 |
| | | 11 | SFA - Participação comunitária em projetos cofinanciados | 566 135,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 0,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 50 000,00 |
| | 09 | | Resto do mundo | 1 533 544 511,00 |
| **07** | | | **Vendas de bens e serviços correntes** | **17 094 878,00** |
| | 01 | | Vendas de bens | 6 011,00 |
| | 02 | | Serviços | 17 088 867,00 |
| **08** | | | **Outras receitas correntes** | **13 148 314,00** |
| | 01 | | Outras | 12 517 486,00 |
| | 02 | | Subsídios | 630 828,00 |
| | | | **Receitas Capital** | **15 014 374 602,00** |
| **09** | | | **Venda de bens de investimento** | **10 274 193,00** |
| **10** | | | **Transferências de capital** | **2 057 608,00** |
| | 03 | | Administração central: | 1 877 608,00 |
| | | 03 | Estado - SPSC - Subsistema de Ação Social | 1 877 608,00 |
| | | 10 | SFA - Participação comunitária em projetos cofinanciados | 0,00 |
| | 09 | | Resto do Mundo: | 180 000,00 |
| | | 01 | União Europeia - Instituições | 180 000,00 |

Euro

| Capítulo | Grupo | Artigo | Designação | OSS 2017 |
|---|---|---|---|---|
| **11** | | | **Ativos financeiros** | **14 742 042 701,00** |
| | 01 | | Depósitos, certificados de depósito e poupança: | 5 000 100,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 5 000 100,00 |
| | 02 | | Títulos a curto prazo: | 5 803 108 310,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 100 000 000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500 000,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administração central - Estado | 5 500 001 000,00 |
| | | 04 | Administração Pública - Administração central - SFA | 500 000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 100 000 000,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 102 107 310,00 |
| | 03 | | Títulos a médio e longo prazos: | 5 607 214 620,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 500 000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500 000,00 |
| | | 03 | Administração pública - Administração central - Estado | 3 605 214 620,00 |
| | | 06 | Administração pública - Administração local - Continente | 500 000,00 |
| | | 07 | Administração pública - Administração local - Regiões autónomas | 500 000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 1 000 000 000,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 1 000 000 000,00 |
| | 04 | | Derivados financeiros: | 867 445 740,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 500 000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500 000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 433 222 870,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 433 222 870,00 |
| | 07 | | Recuperação de créditos garantidos | 1 500 000,00 |
| | 08 | | Ações e outras participações: | 1 626 460 763,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 10 000 000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500 000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 415 960 763,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 1 200 000 000,00 |
| | 09 | | Unidades de participação: | 542 164 588,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 100 011 000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 441 653 588,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 500 000,00 |
| | 11 | | Outros ativos financeiros: | 289 148 580,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 72 287 145,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 72 287 145,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 72 287 145,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 72 287 145,00 |
| **12** | | | **Passivos Financeiros** | **260 000 000,00** |
| | 05 | | Empréstimos a curto prazo: | 260 000 000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 260 000 000,00 |
| **13** | | | **Outras receitas de capital** | **100,00** |
| | | | **Outras Receitas** | **184 157 563,00** |
| **15** | | | **Reposições não abatidas nos pagamentos** | **184 157 563,00** |
| | 01 | | Reposições não abatidas nos pagamentos | 184 157 563,00 |
| **16** | | | **Saldo de gerência anterior** | **354 544 719,50** |
| | 01 | | Saldo orçamental | 354 544 719,50 |
| | | | **TOTAL** | **42 202 401 162,50** |

## Orçamento da Segurança Social - 2017
## Mapa XI
## Despesas da Segurança Social por Classificação Funcional

Euro

| Designação | OSS 2017 |
|---|---|
| Segurança Social | **38 626 788 940,00** |
| Prestações Sociais | 23 446 201 802,00 |
| Capitalização | 15 180 587 138,00 |
| Formação Profissional e Políticas Ativas de Emprego | **2 228 456 779,00** |
| Políticas Ativas de Emprego | 590 652 386,00 |
| Formação Profissional | 1 637 804 393,00 |
| Administração | **342 386 111,00** |
| **TOTAL** | **41 197 631 830,00** |

## Orçamento da Segurança Social - 2017
## Mapa XII
## Despesas da Segurança Social por Classificação Económica

Euro

| Agrupamento | Subagrupamento | Rubrica | Designação | OSS 2017 |
|---|---|---|---|---|
| | | | **Despesas Correntes** | **25 707 576 424,00** |
| **01** | | | **Despesas com o pessoal** | **275 197 859,00** |
| **02** | | | **Aquisição de bens e serviços** | **117 169 364,00** |
| **03** | | | **Juros e outros encargos** | **6 911 669,00** |
| **04** | | | **Transferências correntes** | **23 955 054 303,00** |
| | 01 | | Sociedades e quase sociedade não financeiras | 9 425 803,00 |
| | 03 | | Administração central: | 1 379 531 906,00 |
| | | 01 | Estado | 120 798 867,00 |
| | | 02 | Estado - SPSC - Subsistema de Ação Social | 98 313 980,00 |
| | | 05 | SFA | 523 543 480,00 |
| | | 06 | SFA - SPSC - Subsistema de Ação Social | 39 500 000,00 |
| | | 07 | SFA - Subsistema Previdencial | 597 375 579,00 |
| | 04 | | Administração regional: | 181 321 897,00 |
| | | 01 | Região Autónoma dos Açores | 135 328 959,00 |
| | | 02 | Região Autónoma da Madeira | 45 992 938,00 |
| | 05 | | Administração local | 1 000,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 0,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 1 581 047 370,00 |
| | 08 | | Famílias | 20 799 238 282,00 |
| | 09 | | Resto do Mundo | 4 488 045,00 |
| **05** | | | **Subsídios** | **1 338 536 226,00** |
| | 01 | | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 359 633 898,00 |
| | 02 | | Sociedades financeiras | 38 500 000,00 |
| | 03 | | Administração central | 608 525 861,00 |
| | 04 | | Administração regional | 0,00 |
| | 05 | | Administração local | 45 358 750,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 0,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 283 394 296,00 |
| | 08 | | Famílias | 3 123 421,00 |

**Euro**

| Agrupamento | Subagrupamento | Rubrica | Designação | OSS 2017 |
|---|---|---|---|---|
| **06** | | | **Outras despesas correntes** | **14 707 003,00** |
| | 02 | | Diversas | 14 707 003,00 |
| | | | **Despesas Capital** | **15 490 055 406,00** |
| **07** | | | **Aquisição de bens de capital** | **40 266 023,00** |
| | 01 | | Investimentos | 40 266 023,00 |
| **08** | | | **Transferências de capital** | **6 437 245,00** |
| | 01 | | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 290 900,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 5 996 345,00 |
| | 09 | | Resto do Mundo | 150 000,00 |
| **09** | | | **Ativos financeiros** | **15 180 352 138,00** |
| | 02 | | Titulos a curto prazo: | 5 803 608 310,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 500 000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 500 000,00 |
| | | 05 | Administração pública central - Estado | 5 600 001 000,00 |
| | | 14 | Resto do Mundo - União Europeia - Instituições | 25 000 000,00 |
| | | 15 | Resto do Mundo - União Europeia - Paises membros | 27 607 310,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Paises terceiros e organizações internacionais | 150 000 000,00 |
| | 03 | | Titulos a médio e longo prazos: | 6 051 524 157,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 500 000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 500 000,00 |
| | | 05 | Administração pública central - Estado | 4 339 524 157,00 |
| | | 08 | Administração pública local - Continente | 500 000,00 |
| | | 09 | Administração pública local - Regiões Autónomas | 500 000,00 |
| | | 14 | Resto do Mundo - União Europeia - Instituições | 10 000 000,00 |
| | | 15 | Resto do Mundo - União Europeia - Paises membros | 1 200 000 000,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Paises terceiros e organizações internacionais | 500 000 000,00 |
| | 04 | | Derivados financeiros: | 867 445 740,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 500 000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 500 000,00 |
| | | 15 | Resto do Mundo - União Europeia - Paises membros | 433 222 870,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Paises terceiros e organizações internacionais | 433 222 870,00 |
| | 07 | | Ações e outras participações: | 1 626 460 763,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 500 000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 500 000,00 |
| | | 04 | Sociedades financeiras - Companhias de seguros e fundos de pensõ | 500 000,00 |
| | | 14 | Resto do Mundo - União Europeia - Instituições | 900 000 000,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Paises terceiros e organizações internacionais | 724 960 763,00 |
| | 08 | | Unidades de participação: | 542 164 588,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 180 728 863,00 |
| | | 14 | Resto do Mundo - União Europeia - Instituições | 180 717 863,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - União Europeia - Paises membros | 180 717 862,00 |
| | 09 | | Outros ativos financeiros: | 289 148 580,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 72 287 145,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 72 287 145,00 |
| | | 15 | Resto do Mundo - União Europeia - Paises membros | 72 287 145,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Paises terceiros e organizações internacionais | 72 287 145,00 |
| **10** | | | **Passivos Financeiros** | **263 000 000,00** |
| | 05 | | Empréstimos de curto prazo: | 260 000 000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 260 000 000,00 |
| | 07 | | Outros passivos financeiros | 3 000 000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 3 000 000,00 |
| | | | **TOTAL** | **41 197 631 830,00** |

## Orçamento da Segurança Social - 2017

## Mapa XIII

## Receitas de cada Subsistema da Segurança Social por Classificação Económica

### Receitas do Sistema de Proteção Social de Cidadania - Subsistema de Solidariedade

Euro

| Capítulo | Grupo | Artigo | Designação | OSS 2017 |
|---|---|---|---|---|
| | | | **Receitas Correntes** | **4 519 034 542,00** |
| **04** | | | **Taxas multas e outras penalidades** | **3 500,00** |
| **06** | | | **Transferências correntes** | **4 516 651 042,00** |
| | 03 | | Administração central: | 4 516 651 042,00 |
| | | 01 | Estado | 0,00 |
| | | 02 | Estado-SPSC - Subs. de Solidariedade | 4 516 651 042,00 |
| | | 07 | SFA | 0,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 0,00 |
| **08** | | | **Outras receitas correntes** | **2 380 000,00** |
| | 01 | | Outras | 2 380 000,00 |
| | | | **Outras Receitas** | **16 716 500,00** |
| **15** | | | **Reposições não abatidas nos pagamentos** | **16 716 500,00** |
| | 01 | | Reposições não abatidas nos pagamentos | 16 716 500,00 |
| **16** | | | **Saldo de gerência anterior** | **0,00** |
| | 01 | | Saldo Orçamental | 0,00 |
| | | | **TOTAL** | **4 535 751 042,00** |

### Receitas do Sistema de Proteção Social de Cidadania - Subsistema de Proteção Familiar

Euro

| Capítulo | Grupo | Artigo | Designação | OSS 2017 |
|---|---|---|---|---|
| | | | **Receitas Correntes** | **1 276 721 250,00** |
| **04** | | | **Taxas multas e outras penalidades** | **500,00** |
| **06** | | | **Transferências correntes** | **1 267 700 700,00** |
| | 03 | | Administração central: | 1 267 700 700,00 |
| | | 01 | Estado | 0,00 |
| | | 04 | Estado-SPSC - Subsistema de Proteção Familiar | 1 267 668 251,00 |
| | | 07 | SFA | 32 449,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 0,00 |
| **08** | | | **Outras receitas correntes** | **9 020 050,00** |
| | 01 | | Outras | 1 020 050,00 |
| | 02 | | Subsídios | 8 000 000,00 |
| | | | **Outras Receitas** | **21 079 450,00** |
| **15** | | | **Reposições não abatidas nos pagamentos** | **21 079 450,00** |
| | 01 | | Reposições não abatidas nos pagamentos | 21 079 450,00 |
| **16** | | | **Saldo de gerência anterior** | **0,00** |
| | 01 | | Saldo orçamental | 0,00 |
| | | | **TOTAL** | **1 297 800 700,00** |

## Orçamento da Segurança Social - 2017

## Mapa XIII

## Receitas de cada Subsistema da Segurança Social por Classificação Económica

### Receitas do Sistema de Proteção Social de Cidadania - Subsistema de Ação Social

**Euro**

| Capítulo | Grupo | Artigo | Designação | OSS 2017 |
|---|---|---|---|---|
| | | | **Receitas Correntes** | **2 234 487 047,00** |
| **02** | | | **Impostos Indiretos** | **208 767 353,00** |
| | 02 | | Outros | 208 767 353,00 |
| | | 01 | Lotarias | 92 416 719,00 |
| | | 03 | Imposto do jogo | 2 998 770,00 |
| | | 05 | Resultados da exploração de apostas mútuas | 103 785 154,00 |
| | | 99 | Impostos indirectos diversos | 9 566 710,00 |
| **04** | | | **Taxas multas e outras penalidades** | **227 259,00** |
| **05** | | | **Rendimentos da propriedade** | **2 020 000,00** |
| | 02 | | Juros - Sociedades financeiras | 1 698 737,00 |
| | 03 | | Juros - Administrações públicas | 321 263,00 |
| **06** | | | **Transferências correntes** | **2 016 652 342,00** |
| | 03 | | Administração central: | 1 709 804 944,00 |
| | | 01 | Estado | 0,00 |
| | | 03 | Estado - SPSC - Subsistema de Ação Social | 1 709 804 944,00 |
| | | 11 | SFA - Participação comunitária em projetos cofinanciados | 0,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 10 500 000,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 50 000,00 |
| | 09 | | Resto do Mundo | 296 297 398,00 |
| **07** | | | **Vendas de bens e serviços correntes** | **4 725 936,00** |
| | 01 | | Venda de bens | 10,00 |
| | 02 | | Serviços | 4 725 926,00 |
| **08** | | | **Outras receitas correntes** | **2 094 157,00** |
| | 01 | | Outras | 604 257,00 |
| | 02 | | Subsídios | 1 489 900,00 |
| | | | **Receitas Capital** | **1 008 057 708,00** |
| **10** | | | **Transferências de capital** | **2 057 608,00** |
| | 03 | | Administração central: | 1 877 608,00 |
| | | 03 | Estado - SPSC - Subsistema de Ação Social | 1 877 608,00 |
| | 09 | | Resto do Mundo | 180 000,00 |
| | | 01 | União Europeia - Instituições | 180 000,00 |
| **11** | | | **Ativos financeiros** | **1 006 000 000,00** |
| | 01 | | Depósitos, certificados de depósito e poupança: | 4 500 000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 4 500 000,00 |
| | 02 | | Títulos a curto prazo: | 1 000 000 000,00 |
| | | 03 | Administração pública - Administração central - Estado | 1 000 000 000,00 |
| | 07 | | Recuperação de créditos garantidos | 1 500 000,00 |
| **13** | | | **Outras receitas de capital** | **100,00** |
| | | | **Outras Receitas** | **19 092 960,00** |
| **15** | | | **Reposições não abatidas nos pagamentos** | **19 092 960,00** |
| | 01 | | Reposições não abatidas nos pagamentos | 19 092 960,00 |
| **16** | | | **Saldo de gerência anterior** | **4 217 120,50** |
| | 01 | | Saldo orçamental | 4 217 120,50 |
| | | | **TOTAL** | **3 265 854 835,50** |

## Orçamento da Segurança Social - 2017

## Mapa XIII

## Receitas de cada Subsistema da Segurança Social por Classificação Económica

### Receitas do Sistema Previdencial - Repartição

Euro

| Capítulo | Grupo | Artigo | Designação | OSS 2017 |
|---|---|---|---|---|
| | | | **Receitas Correntes** | **17 698 390 589,00** |
| **02** | | | **Impostos Indiretos** | **10,00** |
| | 02 | | Outros | 10,00 |
| | | 03 | Imposto do jogo | 10,00 |
| **03** | | | **Contribuições para a Segurança Social, CGA e a ADSE** | **15 383 348 130,00** |
| | 01 | | Subsistema Previdencial | 15 368 529 099,00 |
| | 02 | | Regimes complementares e especiais | 14 819 031,00 |
| **04** | | | **Taxas, multas e outras penalidades** | **106 748 192,00** |
| **05** | | | **Rendimentos da propriedade** | **5 389 279,00** |
| | 02 | | Juros - Sociedades financeiras | 2 663 183,00 |
| | 03 | | Juros - Administrações públicas | 773 947,00 |
| | 04 | | Juros - Instituições sem fins lucrativos | 50 000,00 |
| | 10 | | Rendas | 1 902 149,00 |
| **06** | | | **Transferências correntes** | **2 181 432 029,00** |
| | 01 | | Sociedades e quase sociedade não financeiras | 1 720 000,00 |
| | 03 | | Administração central: | 942 464 916,00 |
| | | 01 | Estado | 775 268 633,00 |
| | | 07 | SFA | 166 630 148,00 |
| | | 11 | SFA - Participação comunitária em projetos cofinanciados | 566 135,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 0,00 |
| | 09 | | Resto do mundo | 1 237 247 113,00 |
| **07** | | | **Vendas de bens e serviços correntes** | **12 328 942,00** |
| | 01 | | Vendas de bens | 6 001,00 |
| | 02 | | Serviços | 12 322 941,00 |
| **08** | | | **Outras receitas correntes** | **9 144 007,00** |
| | 01 | | Outras | 8 513 179,00 |
| | 02 | | Subsídios | 630 828,00 |
| | | | **Receitas Capital** | **2 270 112 100,00** |
| **09** | | | **Venda de bens de investimento** | **10 100 000,00** |
| **10** | | | **Transferências de capital** | **0,00** |
| | 03 | | Administração central: | 0,00 |
| | | 10 | SFA - Participação comunitária em projetos cofinanciados | 0,00 |
| **11** | | | **Ativos financeiros** | **2 000 012 100,00** |
| | 01 | | Depósitos, certificados de depósito e poupança: | 100,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 100,00 |
| | 02 | | Títulos a curto prazo: | 2 000 001 000,00 |
| | | 03 | Administração pública - Administração central - Estado | 2 000 001 000,00 |
| | 09 | | Unidades de participação | 11 000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 11 000,00 |
| **12** | | | **Passivos Financeiros** | **260 000 000,00** |
| | 05 | | Empréstimos a curto prazo: | 260 000 000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 260 000 000,00 |
| **13** | | | **Outras receitas de capital** | **0,00** |
| | | | **Outras Receitas** | **126 918 153,00** |
| **15** | | | **Reposições não abatidas nos pagamentos** | **126 918 153,00** |
| | 01 | | Reposições não abatidas nos pagamentos | 126 918 153,00 |
| **16** | | | **Saldo de gerência anterior** | **327 599,00** |
| | 01 | | Saldo orçamental | 327 599,00 |
| | **TOTAL** | | | **20 095 748 441,00** |

## Orçamento da Segurança Social - 2017

## Mapa XIII

### Receitas de cada Subsistema da Segurança Social por Classificação Económica

### Receitas do Sistema Previdencial - Capitalização

**Euro**

| Capítulo | Grupo | Artigo | Designação | OSS 2017 |
|---|---|---|---|---|
| | | | **Receitas Correntes** | **466 718 121,00** |
| **05** | | | **Rendimentos da propriedade** | **466 678 121,00** |
| | 01 | | Juros - Soc. e quase soc. não financeiras | 1 000,00 |
| | 02 | | Juros - Sociedades financeiras | 2 448 471,00 |
| | 03 | | Juros - Administrações públicas | 390 565 260,00 |
| | 06 | | Juros - Resto do mundo | 30 533 098,00 |
| | 07 | | Dividendos e partic. nos lucros de soc. e quase soc. não financeiras | 32 193 624,00 |
| | 08 | | Dividendos e particip. nos lucros de soc.financeiras | 8 451 247,00 |
| | 10 | | Rendas | 2 485 421,00 |
| **06** | | | **Transferências correntes** | **0,00** |
| | 06 | | Segurança Social | 0,00 |
| **07** | | | **Vendas de bens e serviços correntes** | **40 000,00** |
| | 02 | | Serviços | 40 000,00 |
| | | | **Receitas Capital** | **11 746 304 794,00** |
| **09** | | | **Venda de bens de investimento** | **174 193,00** |
| **10** | | | **Transferências de capital** | **10 100 000,00** |
| | 06 | | Segurança Social | 10 100 000,00 |
| **11** | | | **Ativos Financeiros** | **11 736 030 601,00** |
| | 01 | | Depósitos, certificados de depósito e poupança: | 500 000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500 000,00 |
| | 02 | | Títulos a curto prazo: | 2 803 107 310,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 100 000 000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500 000,00 |
| | | 03 | Administração pública - Administração central - Estado | 2 500 000 000,00 |
| | | 04 | Administração pública - Administração central - SFA | 500 000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 100 000 000,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 102 107 310,00 |
| | 03 | | Títulos a médio e longo prazos: | 5 607 214 620,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 500 000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500 000,00 |
| | | 03 | Administração pública - Administração central - Estado | 3 605 214 620,00 |
| | | 06 | Administração pública - Administração local - Continente | 500 000,00 |
| | | 07 | Administração pública - Administração local - Regiões autónomas | 500 000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 1 000 000 000,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 1 000 000 000,00 |
| | 04 | | Derivados financeiros: | 867 445 740,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 500 000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500 000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 433 222 870,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 433 222 870,00 |
| | 08 | | Ações e outras participações: | 1 626 460 763,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 10 000 000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500 000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 415 960 763,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 1 200 000 000,00 |
| | 09 | | Unidades de participação: | 542 153 588,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 100 000 000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 441 653 588,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 500 000,00 |
| | 11 | | Outros ativos financeiros: | 289 148 580,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 72 287 145,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 72 287 145,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 72 287 145,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 72 287 145,00 |
| | | | **Outras Receitas** | **350 500,00** |
| **15** | | | **Reposições não abatidas nos pagamentos** | **350 500,00** |
| | 01 | | Reposições não abatidas nos pagamentos | 350 500,00 |
| **16** | | | **Saldo de gerência anterior** | **350 000 000,00** |
| | 01 | | Saldo orçamental | 350 000 000,00 |
| | | | **TOTAL** | **12 563 373 415,00** |

## Orçamento da Segurança Social - 2017

## Mapa XIII

### Receitas de cada Subsistema da Segurança Social por Classificação Económica

### Receitas do Sistema Regimes Especiais

Euro

| Capítulo | Grupo | Artigo | Designação | OSS 2017 |
|---|---|---|---|---|
| | | | **Receitas Correntes** | **476 484 550,00** |
| **06** | | | **Transferências correntes** | **476 484 550,00** |
| | 03 | | Administração central: | 476 484 550,00 |
| | | 01 | Estado | 475 552 717,00 |
| | | 07 | SFA | 931 833,00 |
| | | | **TOTAL** | **476 484 550,00** |

## Orçamento da Segurança Social - 2017

## Mapa XIV

### Despesa de cada Subsistema da Segurança Social por Classificação Económica

### Despesas do Sistema de Proteção Social de Cidadania - Subsistema de Solidariedade

Euro

| Agrupamento | Subagrupamento | Rubrica | Designação | OSS 2017 |
|---|---|---|---|---|
| | | | **Despesas Correntes** | **4 535 751 042,00** |
| **01** | | | **Despesas com o pessoal** | **46 557 735,00** |
| **02** | | | **Aquisição de bens e serviços** | **12 878 484,00** |
| **03** | | | **Juros e outros encargos** | **515 632,00** |
| **04** | | | **Transferências correntes** | **4 475 310 602,00** |
| | 01 | | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 0,00 |
| | 03 | | Administração central: | 420 921,00 |
| | | 01 | Estado | 420 921,00 |
| | | 05 | SFA | 0,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 0,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 36 761 657,00 |
| | 08 | | Famílias | 4 438 128 024,00 |
| **05** | | | **Subsídios** | **179 941,00** |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 179 941,00 |
| **06** | | | **Outras despesas correntes** | **308 648,00** |
| | 02 | | Diversas | 308 648,00 |
| | | | **Despesas Capital** | **0,00** |
| **08** | | | **Transferências de capital** | **0,00** |
| | 01 | | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 0,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 |
| | | | **TOTAL** | **4 535 751 042,00** |

### Despesas do Sistema de Proteção Social de Cidadania - Subsistema de Proteção Familiar

Euro

| Agrupamento | Subagrupamento | Rubrica | Designação | OSS 2017 |
|---|---|---|---|---|
| | | | **Despesas Correntes** | **1 297 800 700,00** |
| **01** | | | **Despesas com o pessoal** | **13 107 041,00** |
| **02** | | | **Aquisição de bens e serviços** | **3 679 158,00** |
| **03** | | | **Juros e outros encargos** | **147 536,00** |
| **04** | | | **Transferências correntes** | **1 280 727 166,00** |
| | 03 | | Administração central | 120 437,00 |
| | | 01 | Estado | 120 437,00 |
| | | 05 | SFA | 0,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 0,00 |
| | 08 | | Famílias | 1 280 606 729,00 |
| **05** | | | **Subsídios** | **51 486,00** |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 51 486,00 |
| **06** | | | **Outras despesas correntes** | **88 313,00** |
| | 02 | | Diversas | 88 313,00 |
| | | | **TOTAL** | **1 297 800 700,00** |

## Despesas do Sistema de Proteção Social de Cidadania - Subsistema de Ação Social

**Euro**

| Agrupamento | Subagrupamento | Rubrica | Designação | OSS 2017 |
|---|---|---|---|---|
| | | | **Despesas Correntes** | **2 191 927 694,00** |
| **01** | | | **Despesas com o pessoal** | **63 989 721,00** |
| **02** | | | **Aquisição de bens e serviços** | **59 760 543,00** |
| **03** | | | **Juros e outros encargos** | **253 588,00** |
| **04** | | | **Transferências correntes** | **1 840 634 966,00** |
| | 01 | | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 9 425 803,00 |
| | 03 | | Administração central: | 138 018 541,00 |
| | | 01 | Estado | 204 561,00 |
| | | 02 | Estado - SPSC - Subsistema de Ação Social | 98 313 980,00 |
| | | 05 | SFA | 0,00 |
| | | 06 | SFA - SPSC - Subsistema de Ação Social | 39 500 000,00 |
| | 04 | | Administração Regional | 57 679 052,00 |
| | | 01 | Região Autónoma dos Açores | 45 179 052,00 |
| | | 02 | Região Autónoma da Madeira | 12 500 000,00 |
| | 05 | | Administração local | 1 000,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 0,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 1 544 285 713,00 |
| | 08 | | Famílias | 91 209 812,00 |
| | 09 | | Resto do Mundo | 15 045,00 |
| **05** | | | **Subsídios** | **226 753 886,00** |
| | 01 | | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 41 637 500,00 |
| | 02 | | Sociedades financeiras | 25 500 000,00 |
| | 03 | | Administração central | 58 840 739,00 |
| | 05 | | Administração local | 21 819 250,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 0,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 75 832 976,00 |
| | 08 | | Famílias | 3 123 421,00 |
| **06** | | | **Outras despesas correntes** | **534 990,00** |
| | 02 | | Diversas | 534 990,00 |
| | | | **Despesas Capital** | **1 015 691 308,00** |
| **07** | | | **Aquisição de bens de capital** | **6 404 063,00** |
| | 01 | | Investimentos | 6 404 063,00 |
| **08** | | | **Transferências de capital** | **6 287 245,00** |
| | 01 | | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 290 900,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 5 996 345,00 |
| **09** | | | **Ativos financeiros** | **1 000 000 000,00** |
| | 02 | | Titulos a curto prazo: | 1 000 000 000,00 |
| | | 05 | Administração pública central - Estado | 1 000 000 000,00 |
| **10** | | | **Passivos financeiros** | **3 000 000,00** |
| | 07 | | Outros passivos financeiros | 3 000 000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 3 000 000,00 |
| | | | **TOTAL** | **3 207 619 002,00** |

## Despesas do Sistema Previdencial - Repartição

Euro

| Agrupamento | Subagrupamento | Rubrica | Designação | OSS 2017 |
|---|---|---|---|---|
| | | | **Despesas Correntes** | **17 219 062 039,00** |
| **01** | | | **Despesas com o pessoal** | **149 248 834,00** |
| **02** | | | **Aquisição de bens e serviços** | **42 070 237,00** |
| **03** | | | **Juros e outros encargos** | **2 789 551,00** |
| **04** | | | **Transferências Correntes** | **15 892 635 019,00** |
| | 03 | | Administração Central | 1 240 972 007,00 |
| | | 01 | Estado | 120 052 948,00 |
| | | 05 | SFA | 523 543 480,00 |
| | | 07 | SFA - Sistema Previdencial | 597 375 579,00 |
| | 04 | | Administração Regional | 123 642 845,00 |
| | | 01 | Região Autónoma dos Açores | 90 149 907,00 |
| | | 02 | Região Autónoma da Madeira | 33 492 938,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 10 500 000,00 |
| | 08 | | Famílias | 14 513 047 167,00 |
| | 09 | | Resto do Mundo | 4 473 000,00 |
| **05** | | | **Subsídios** | **1 121 040 813,00** |
| | 01 | | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 317 996 398,00 |
| | 02 | | Sociedades financeiras | 13 000 000,00 |
| | 03 | | Administração central | 549 685 122,00 |
| | 04 | | Administração regional | 0,00 |
| | 05 | | Administração local | 23 539 500,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 9 489 900,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 207 329 893,00 |
| **06** | | | **Outras despesas correntes** | **11 277 585,00** |
| | 02 | | Diversas | 11 277 585,00 |
| | | | **Despesas de Capital** | **2 303 888 960,00** |
| **07** | | | **Aquisição de bens de capital** | **33 626 960,00** |
| | 01 | | Investimentos | 33 626 960,00 |
| **08** | | | **Transferências de capital** | **10 250 000,00** |
| | 06 | | Segurança Social | 10 100 000,00 |
| | 09 | | Resto do Mundo | 150 000,00 |
| **09** | | | **Ativos financeiros** | **2 000 012 000,00** |
| | 02 | | Titulos a curto prazo | 2 000 001 000,00 |
| | | 05 | Administração pública central - Estado | 2 000 001 000,00 |
| | 07 | | Ações e outras participações | 0,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 0,00 |
| | 08 | | Unidades de participação | 11 000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 11 000,00 |
| **10** | | | **Passivos financeiros** | **260 000 000,00** |
| | 05 | | Empréstimos de curto prazo | 260 000 000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 260 000 000,00 |
| | | | **TOTAL** | **19 522 950 999,00** |

## Despesas do Sistema Previdencial - Capitalização

**Euro**

| Agrupamento | Subagrupamento | Rubrica | Designação | OSS 2017 |
|---|---|---|---|---|
| | | | **Despesas Correntes** | **9 062 220,00** |
| **01** | | | **Despesas com o pessoal** | **2 056 528,00** |
| **02** | | | **Aquisição de bens e serviços** | **1 302 863,00** |
| **03** | | | **Juros e outros encargos** | **3 205 362,00** |
| **06** | | | **Outras despesas correntes** | **2 497 467,00** |
| | 02 | | Diversas | 2 497 467,00 |
| | | | **Despesas Capital** | **12 180 575 138,00** |
| **07** | | | **Aquisição de bens de capital** | **235 000,00** |
| | 01 | | Investimentos | 235 000,00 |
| **09** | | | **Ativos financeiros** | **12 180 340 138,00** |
| | 02 | | Titulos a curto prazo | 2 803 607 310,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 500 000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 500 000,00 |
| | | 05 | Administração pública central - Estado | 2 600 000 000,00 |
| | | 14 | Resto do Mundo - União Europeia - Instituições | 25 000 000,00 |
| | | 15 | Resto do Mundo - União Europeia - Paises membros | 27 607 310,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Paises terceiros e organizações internacionais | 150 000 000,00 |
| | 03 | | Titulos a médio e longo prazo | 6 051 524 157,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 500 000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 500 000,00 |
| | | 05 | Administração pública central - Estado | 4 339 524 157,00 |
| | | 08 | Administração pública local - Continente | 500 000,00 |
| | | 09 | Administração pública local - Regiões Autónomas | 500 000,00 |
| | | 14 | Resto do Mundo - União Europeia - Instituições | 10 000 000,00 |
| | | 15 | Resto do Mundo - União Europeia - Paises membros | 1 200 000 000,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Paises terceiros e organizações internacionais | 500 000 000,00 |
| | 04 | | Derivados financeiros | 867 445 740,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 500 000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 500 000,00 |
| | | 15 | Resto do Mundo - União Europeia - Paises membros | 433 222 870,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Paises terceiros e organizações internacionais | 433 222 870,00 |
| | 07 | | Ações e outras participações | 1 626 460 763,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 500 000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 500 000,00 |
| | | 04 | Sociedades financeiras - Companhias de Seguros e Fundos de Pensõ | 500 000,00 |
| | | 14 | Resto do Mundo - União Europeia - Instituições | 900 000 000,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Paises terceiros e organizações internacionais | 724 960 763,00 |
| | 08 | | Unidades de participação | 542 153 588,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 180 717 863,00 |
| | | 14 | Resto do Mundo - União Europeia - Instituições | 180 717 863,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - União Europeia - Paises membros | 180 717 862,00 |
| | 09 | | Outros ativos financeiros | 289 148 580,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 72 287 145,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 72 287 145,00 |
| | | 15 | Resto do Mundo - União Europeia - Paises membros | 72 287 145,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Paises terceiros e organizações internacionais | 72 287 145,00 |
| | | | **TOTAL** | **12 189 637 358,00** |

## Despesas do Sistema Regimes Especiais

**Euro**

| Agrupamento | Subagrupamento | Rubrica | Designação | OSS 2017 |
|---|---|---|---|---|
| | | | **Despesas Correntes** | **476 484 550,00** |
| **01** | | | **Despesas com o pessoal** | **238 000,00** |
| **04** | | | **Transferências correntes** | **476 246 550,00** |
| | 08 | | Famílias | 476 246 550,00 |
| | | | **TOTAL** | **476 484 550,00** |

# MAPA XV

## DESPESAS CORRESPONDENTES A PROGRAMAS

ANO ECONÓMICO DE 2017

| PROGRAMA / MINISTÉRIO | TOTAL |
|---|---|
| P-001-ORGAOS DE SOBERANIA | |
| ENCARGOS GERAIS DO ESTADO | 3 808 764 339 |
| P-002-GOVERNAÇAO | |
| PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS | 549 466 516 |
| P-003-REPRESENTAÇAO EXTERNA | |
| NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | 460 817 765 |
| P-004-FINANÇAS | |
| FINANÇAS | 16 864 335 769 |
| P-005-GESTAO DA DIVIDA PUBLICA | |
| FINANÇAS | 92 218 142 062 |
| P-006-DEFESA | |
| DEFESA NACIONAL | 2 237 741 370 |
| P-007-SEGURANÇA INTERNA | |
| ADMINISTRAÇÃO INTERNA | 2 148 720 973 |
| P-008-JUSTIÇA | |
| JUSTIÇA | 1 609 019 282 |
| P-009-CULTURA | |
| CULTURA | 700 165 446 |
| P-010-CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | |
| CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | 3 885 133 076 |
| P-011-ENSINO BASICO E SECUNDARIO E ADMINISTRAÇAO ESCOLAR | |
| EDUCAÇÃO | 6 487 971 338 |
| P-012-TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL | |
| TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL | 25 568 073 053 |
| P-013-SAUDE | |
| SAÚDE | 24 595 765 132 |
| P-014-PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS | |
| PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS | 4 353 001 406 |
| P-015-ECONOMIA | |
| ECONOMIA | 1 637 851 667 |
| P-016-AMBIENTE | |
| AMBIENTE | 1 634 754 539 |
| P-017-AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR | |
| AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL | 1 272 892 486 |
| P-018-MAR | |
| MAR | 116 925 222 |
| **Total Geral dos Programas** | **190 149 541 441** |
| **Total Geral dos Programas consolidado** | **119 111 070 724** |

Fonte: MF/DGO

**O montante consolidado exclui os fluxos intrasetoriais e intersetorias de juros, subsídios, transferências correntes e de capital, ativos e passivos no âmbito da Administração Central, bem como da aquisição de bens e serviços efetuada no âmbito do Programa Saúde da Administração Central.**

# MAPA XVI

## REPARTIÇÃO REGIONALIZADA DOS PROGRAMAS E MEDIDAS

ANO ECONÓMICO DE 2017

| PROGRAMAS / MEDIDAS | NUTS I e II | | | | | | | | | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total Continente | Continente | | | | | | Açores | Madeira | Estrangeiro | Não Regionalizado | |
| | | Norte | Centro | Area Metropolitana de Lisboa | Alentejo | Algarve | Várias Nuts II do Continente | | | | | |
| P-001-ORGAOS DE SOBERANIA | | | | | | | | | | | | |
| M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | 1 080 000 | | | 1 080 000 | | | | | | | 395 096 461 | 396 176 461 |
| M-012-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - SISTEMA JUDICIÁRIO | | | | | | | | | | | 315 712 781 | 315 712 781 |
| M-036-SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | 120 000 | | | 120 000 | | | | | | | 2 318 374 | 2 438 374 |
| M-038-SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - COMUNICAÇÃO SOCIAL | | | | | | | | | | | 4 623 240 | 4 623 240 |
| M-067-OUTRAS FUNÇÕES - TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES | | | | | | | | | | | 3 089 803 483 | 3 089 803 483 |
| M-084-SIMPLEX + | | | | | | | | | | | 10 000 | 10 000 |
| Total por Programa | 1 200 000 | | | 1 200 000 | | | | | | | 3 807 564 339 | 3 808 764 339 |
| P-002-GOVERNAÇAO | | | | | | | | | | | | |
| M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | 1 365 715 | | | 680 001 | | | 685 714 | | | | 110 112 800 | 111 478 515 |
| M-011-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - FORÇAS DE SEGURANÇA | | | | | | | | | | | 59 225 384 | 59 225 384 |
| M-024-SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | 2 559 027 | 2 559 027 |
| M-028-HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | 352 321 444 | 352 321 444 |
| M-031-HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | | | | | | 1 633 499 | 1 633 499 |
| M-063-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | 1 266 804 | | | | | 483 682 | 783 122 | | | | 73 529 | 1 340 333 |
| M-065-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | | | | | | 8 609 750 | 8 609 750 |
| M-082-SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - PREVENÇÃO E PROTEÇÃO À VÍTIMA | | | | | | | | | | | 2 809 000 | 2 809 000 |
| M-084-SIMPLEX + | 8 591 971 | | | 137 520 | | | 8 454 451 | | | | 897 593 | 9 489 564 |
| Total por Programa | 11 224 490 | | | 817 521 | | 483 682 | 9 923 287 | | | | 538 242 026 | 549 466 516 |
| P-003-REPRESENTAÇAO EXTERNA | | | | | | | | | | | | |
| M-002-SERV. GERAIS DA A.P. - NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | 6 145 706 | | | 6 145 706 | | | | | | | 364 541 510 | 370 687 216 |
| M-003-SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA | | | | | | | | | | | 55 733 005 | 55 733 005 |
| M-065-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | | | | | | 33 397 544 | 33 397 544 |
| M-084-SIMPLEX + | | | | | | | | | | | 1 000 000 | 1 000 000 |
| Total por Programa | 6 145 706 | | | 6 145 706 | | | | | | | 454 672 059 | 460 817 765 |
| P-004-FINANÇAS | | | | | | | | | | | | |
| M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | 5 641 353 | | | 1 444 704 | | | 4 196 649 | | | | 5 250 825 260 | 5 256 466 613 |
| M-003-SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA | | | | | | | | | | | 147 215 606 | 147 215 606 |

Fonte: MF/DGO

**O montante consolidado exclui os fluxos intrasetoriais e intersetorias de juros, subsídios, transferências correntes e de capital, ativos e passivos no âmbito da Administração Central, bem como da aquisição de bens e serviços efetuada no âmbito do Programa Saúde da Administração Central.**

ANO ECONÓMICO DE 2017

| PROGRAMAS / MEDIDAS | NUTS I e II | | | | | | | | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total Continente | Continente | | | | | | Açores | Madeira | Estrangeiro | Não Regionalizado | |
| | | Norte | Centro | Area Metropolitana de Lisboa | Alentejo | Algarve | Várias Nuts II do Continente | | | | | |
| M-005-DEFESA NACIONAL - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | 39 864 406 | 39 864 406 |
| M-009-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | 164 464 | 164 464 |
| M-017-EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NÃO SUPERIOR | | | | | | | | | | | 70 116 030 | 70 116 030 |
| M-026-SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - SEGURANÇA SOCIAL | | | | | | | | | | | 8 680 515 | 8 680 515 |
| M-027-SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL | | | | | | | | | | | 16 655 526 | 16 655 526 |
| M-030-HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - HABITAÇÃO | | | | | | | | | | | 57 329 198 | 57 329 198 |
| M-033-HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA | | | | | | | | | | | 1 075 | 1 075 |
| M-038-SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - COMUNICAÇÃO SOCIAL | | | | | | | | | | | 19 538 365 | 19 538 365 |
| M-040-AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | 98 372 310 | 98 372 310 |
| M-054-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS | | | | | | | | | | | 86 310 049 | 86 310 049 |
| M-055-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS | | | | | | | | | | | 2 103 940 034 | 2 103 940 034 |
| M-056-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES AÉREOS | | | | | | | | | | | 47 263 287 | 47 263 287 |
| M-057-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS | | | | | | | | | | | 87 489 744 | 87 489 744 |
| M-065-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | 1 554 567 | | | 375 137 | | | 1 179 430 | | | | 4 905 233 864 | 4 906 788 431 |
| M-066-OUTRAS FUNÇÕES - OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA | | | | | | | | | | | 1 098 759 580 | 1 098 759 580 |
| M-067-OUTRAS FUNÇÕES - TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES | | | | | | | | | | | 1 774 569 936 | 1 774 569 936 |
| M-068-OUTRAS FUNÇÕES - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | | | | | | 1 038 000 000 | 1 038 000 000 |
| M-084-SIMPLEX + | | | | | | | | | | | 6 810 600 | 6 810 600 |
| Total por Programa | 7 195 920 | | | 1 819 841 | | | 5 376 079 | | | | 16 857 139 849 | 16 864 335 769 |
| P-005-GESTAO DA DIVIDA PUBLICA | | | | | | | | | | | | |
| M-066-OUTRAS FUNÇÕES - OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA | | | | | | | | | | | 92 218 142 062 | 92 218 142 062 |
| Total por Programa | | | | | | | | | | | 92 218 142 062 | 92 218 142 062 |
| P-006-DEFESA | | | | | | | | | | | | |
| M-004-SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL | 202 500 | | | 202 500 | | | | | | | | 202 500 |
| M-005-DEFESA NACIONAL - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | 1 389 293 | | | 1 389 293 | | | | | | | 306 104 752 | 307 494 045 |
| M-006-DEFESA NACIONAL - INVESTIGAÇÃO | 370 000 | | | | | | 370 000 | | | | 8 554 186 | 8 924 186 |
| M-007-DEFESA NACIONAL - FORÇAS ARMADAS | 625 731 | | | | | | 625 731 | | | | 1 740 152 177 | 1 740 777 908 |
| M-008-DEFESA NACIONAL - COOPERAÇÃO MILITAR EXTERNA | | | | | | | | | | | 5 900 000 | 5 900 000 |
| M-014-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS | 797 500 | | | 797 500 | | | | | | | | 797 500 |

Fonte: MF/DGO

**O montante consolidado exclui os fluxos intrasetoriais e intersetorias de juros, subsídios, transferências correntes e de capital, ativos e passivos no âmbito da Administração Central, bem como da aquisição de bens e serviços efetuada no âmbito do Programa Saúde da Administração Central.**

ANO ECONÓMICO DE 2017

| PROGRAMAS / MEDIDAS | NUTS I e II | | | | | | | | | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total Continente | Continente | | | | | | Açores | Madeira | Estrangeiro | Não Regionalizado | |
| | | Norte | Centro | Area Metropolitana de Lisboa | Alentejo | Algarve | Várias Nuts II do Continente | | | | | |
| M-017-EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NÃO SUPERIOR | 1 063 090 | | | 1 000 000 | | | 63 090 | | | | | 1 063 090 |
| M-018-EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR | 126 179 | | | | | | 126 179 | | | | | 126 179 |
| M-022-SAÚDE - HOSPITAIS E CLÍNICAS | | | | | | | | | | | 40 963 983 | 40 963 983 |
| M-026-SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - SEGURANÇA SOCIAL | | | | | | | | | | | 2 500 000 | 2 500 000 |
| M-027-SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL | | | | | | | | | | | 82 365 112 | 82 365 112 |
| M-049-INDUSTRIA E ENERGIA - INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS | | | | | | | | | | | 22 825 611 | 22 825 611 |
| M-065-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | | | | | | 23 801 256 | 23 801 256 |
| Total por Programa | 4 574 293 | | | 3 389 293 | | | 1 185 000 | | | | 2 233 167 077 | 2 237 741 370 |
| P-007-SEGURANÇA INTERNA | | | | | | | | | | | | |
| M-003-SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA | | | | | | | | | | | 1 036 888 | 1 036 888 |
| M-009-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | 1 733 239 | | | 50 000 | | | 1 683 239 | | | | 113 175 368 | 114 908 607 |
| M-011-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - FORÇAS DE SEGURANÇA | 3 000 000 | | | | | | 3 000 000 | | | | 1 641 842 472 | 1 644 842 472 |
| M-014-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS | 841 269 | | | | | | 841 269 | | | | 213 186 647 | 214 027 916 |
| M-017-EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NÃO SUPERIOR | | | | | | | | | | | 14 013 850 | 14 013 850 |
| M-018-EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR | | | | | | | | | | | 6 662 162 | 6 662 162 |
| M-023-SAÚDE - SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE | | | | | | | | | | | 66 288 000 | 66 288 000 |
| M-027-SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL | | | | | | | | | | | 25 734 843 | 25 734 843 |
| M-068-OUTRAS FUNÇÕES - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | | | | | | 2 402 320 | 2 402 320 |
| M-071-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS | | | | | | | | | | | 47 685 580 | 47 685 580 |
| M-082-SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - PREVENÇÃO E PROTEÇÃO À VÍTIMA | | | | | | | | | | | 11 093 335 | 11 093 335 |
| M-083-SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAL - INTEGRAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA | | | | | | | | | | | 25 000 | 25 000 |
| Total por Programa | 5 574 508 | | | 50 000 | | | 5 524 508 | | | | 2 143 146 465 | 2 148 720 973 |
| P-008-JUSTIÇA | | | | | | | | | | | | |
| M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | 11 231 570 | | | | | | 11 231 570 | | | | 14 214 578 | 25 446 148 |
| M-009-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | 634 030 | | | 634 030 | | | | | | | 732 533 709 | 733 167 739 |
| M-010-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - INVESTIGAÇÃO | 2 286 750 | | 1 529 750 | 757 000 | | | | | | | 121 454 201 | 123 740 951 |
| M-012-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - SISTEMA JUDICIÁRIO | 15 271 627 | 4 544 956 | 3 401 848 | 4 334 929 | 1 947 905 | 1 041 989 | | | | | 449 338 373 | 464 610 000 |
| M-013-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - SISTEMA PRISIONAL, DE REINSERÇÃO SOCIAL E DE MENORES | 5 616 895 | 852 176 | 1 048 500 | 3 680 927 | | 35 292 | | | | | 235 381 001 | 240 997 896 |
| M-063-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | 16 528 045 | 16 528 045 |

Fonte: MF/DGO

**O montante consolidado exclui os fluxos intrasetoriais e intersetorias de juros, subsídios, transferências correntes e de capital, ativos e passivos no âmbito da Administração Central, bem como da aquisição de bens e serviços efetuada no âmbito do Programa Saúde da Administração Central.**

ANO ECONÓMICO DE 2017

| PROGRAMAS / MEDIDAS | NUTS I e II | | | | | | | | | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total Continente | Continente | | | | | | Açores | Madeira | Estrangeiro | Não Regionalizado | |
| | | Norte | Centro | Area Metropolitana de Lisboa | Alentejo | Algarve | Várias Nuts II do Continente | | | | | |
| M-065-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | 1 547 600 | | | 1 547 600 | | | | | | | | 1 547 600 |
| M-082-SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - PREVENÇÃO E PROTEÇÃO À VÍTIMA | | | | | | | | | | | 2 453 626 | 2 453 626 |
| M-083-SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAL - INTEGRAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA | | | | | | | | | | | 44 000 | 44 000 |
| M-084-SIMPLEX + | 350 304 | | | | | | 350 304 | | | | 132 973 | 483 277 |
| Total por Programa | 36 938 776 | 5 397 132 | 5 980 098 | 10 954 486 | 1 947 905 | 1 077 281 | 11 581 874 | | | | 1 572 080 506 | 1 609 019 282 |
| P-009-CULTURA | | | | | | | | | | | | |
| M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | | | | | | 2 918 455 | 2 918 455 |
| M-036-SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | 33 018 824 | 4 926 078 | 2 795 284 | 16 153 185 | 3 970 031 | 187 981 | 4 986 265 | | | | 244 690 629 | 277 709 453 |
| M-038-SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - COMUNICAÇÃO SOCIAL | | | | | | | | | | | 419 537 538 | 419 537 538 |
| Total por Programa | 33 018 824 | 4 926 078 | 2 795 284 | 16 153 185 | 3 970 031 | 187 981 | 4 986 265 | | | | 667 146 622 | 700 165 446 |
| P-010-CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | | | | | | | | | | | | |
| M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | | | | | | 24 224 878 | 24 224 878 |
| M-004-SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL | 309 597 603 | | | | | | 309 597 603 | | | 91 848 144 | 350 285 930 | 751 731 677 |
| M-015-EDUCAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | 60 991 802 | 60 991 802 |
| M-016-EDUCAÇÃO - INVESTIGAÇÃO | | | | | | | | | | | 228 933 398 | 228 933 398 |
| M-018-EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR | 6 612 070 | 3 261 687 | 2 171 971 | 715 368 | 11 069 | | 451 975 | | | | 2 558 294 724 | 2 564 906 794 |
| M-019-EDUCAÇÃO - SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO | 245 000 | 245 000 | | | | | | | | | 254 099 527 | 254 344 527 |
| Total por Programa | 316 454 673 | 3 506 687 | 2 171 971 | 715 368 | 11 069 | | 310 049 578 | | | 91 848 144 | 3 476 830 259 | 3 885 133 076 |
| P-011-ENSINO BASICO E SECUNDARIO E ADMINISTRAÇAO ESCOLAR | | | | | | | | | | | | |
| M-003-SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA | | | | | | | | | | | 22 649 650 | 22 649 650 |
| M-015-EDUCAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | 6 556 755 | | | 1 572 430 | | | 4 984 325 | | | | 123 245 806 | 129 802 561 |
| M-016-EDUCAÇÃO - INVESTIGAÇÃO | | | | | | | | | | | 6 342 553 | 6 342 553 |
| M-017-EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NÃO SUPERIOR | 261 942 755 | 1 014 800 | 1 389 800 | 4 581 958 | 1 337 000 | 589 600 | 253 029 597 | | | | 5 698 020 906 | 5 959 963 661 |
| M-019-EDUCAÇÃO - SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO | | | | | | | | | | | 274 562 840 | 274 562 840 |
| M-037-SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - DESPORTO, RECREIO E LAZER | | | | | | | | | | | 94 150 938 | 94 150 938 |
| M-084-SIMPLEX + | 214 135 | | | 214 135 | | | | | | | 285 000 | 499 135 |
| Total por Programa | 268 713 645 | 1 014 800 | 1 389 800 | 6 368 523 | 1 337 000 | 589 600 | 258 013 922 | | | | 6 219 257 693 | 6 487 971 338 |
| P-012-TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL | | | | | | | | | | | | |
| M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | 240 000 | | | 240 000 | | | | | | | | 240 000 |

Fonte: MF/DGO

**O montante consolidado exclui os fluxos intrasetoriais e intersetorias de juros, subsídios, transferências correntes e de capital, ativos e passivos no âmbito da Administração Central, bem como da aquisição de bens e serviços efetuada no âmbito do Programa Saúde da Administração Central.**

ANO ECONÓMICO DE 2017

| PROGRAMAS / MEDIDAS | NUTS I e II | | | | | | | | | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total Continente | Continente | | | | | | Açores | Madeira | Estrangeiro | Não Regionalizado | |
| | | Norte | Centro | Area Metropolitana de Lisboa | Alentejo | Algarve | Várias Nuts II do Continente | | | | | |
| M-003-SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA | | | | | | | | | | | 2 215 994 | 2 215 994 |
| M-024-SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | 22 273 620 | 22 273 620 |
| M-026-SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - SEGURANÇA SOCIAL | | | | | | | | | | | 16 028 854 547 | 16 028 854 547 |
| M-027-SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL | 340 000 | | | 340 000 | | | | | | | 8 503 848 239 | 8 504 188 239 |
| M-064-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - RELAÇÕES GERAIS DO TRABALHO | 16 436 358 | 4 018 838 | 3 967 756 | 2 209 926 | 4 289 261 | 1 950 577 | | | | | 954 111 963 | 970 548 321 |
| M-065-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | | | | | | 11 716 642 | 11 716 642 |
| M-083-SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAL - INTEGRAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA | | | | | | | | | | | 27 644 243 | 27 644 243 |
| M-084-SIMPLEX + | 177 684 | | | 177 684 | | | | | | | 213 763 | 391 447 |
| Total por Programa | 17 194 042 | 4 018 838 | 3 967 756 | 2 967 610 | 4 289 261 | 1 950 577 | | | | | 25 550 879 011 | 25 568 073 053 |
| P-013-SAUDE | | | | | | | | | | | | |
| M-020-SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | 957 278 465 | 957 278 465 |
| M-021-SAÚDE - INVESTIGAÇÃO | | | | | | | | | | | 44 189 883 | 44 189 883 |
| M-022-SAÚDE - HOSPITAIS E CLÍNICAS | 56 383 171 | 19 854 075 | 14 427 523 | 9 066 090 | 12 096 263 | 939 220 | | | | | 18 335 772 637 | 18 392 155 808 |
| M-023-SAÚDE - SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE | 21 024 267 | 15 840 589 | | | | | 5 183 678 | | | | 4 864 745 756 | 4 885 770 023 |
| M-073-SAÚDE - PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS | | | | | | | | | | | 313 692 095 | 313 692 095 |
| M-084-SIMPLEX + | 1 909 634 | 1 580 473 | | | | 329 161 | | | | | 769 224 | 2 678 858 |
| Total por Programa | 79 317 072 | 37 275 137 | 14 427 523 | 9 066 090 | 12 096 263 | 1 268 381 | 5 183 678 | | | | 24 516 448 060 | 24 595 765 132 |
| P-014-PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS | | | | | | | | | | | | |
| M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | 655 281 | | | | 655 281 | | | | | | 61 591 618 | 62 246 899 |
| M-003-SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA | 2 000 | | | | | 2 000 | | | | | 180 773 | 182 773 |
| M-004-SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL | 2 960 000 | | | 2 960 000 | | | | | | | | 2 960 000 |
| M-028-HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | 1 000 | | | 1 000 | | | | | | | 33 571 037 | 33 572 037 |
| M-031-HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | 142 753 | | | | 142 753 | | | | | | | 142 753 |
| M-033-HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA | 62 686 | 5 000 | | 1 186 | 22 500 | 34 000 | | | | | | 62 686 |
| M-036-SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | | | | | | 2 753 860 | 2 753 860 |
| M-052-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | 77 920 415 | 77 920 415 |
| M-053-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - INVESTIGAÇÃO | | | | | | | | | | | 36 434 547 | 36 434 547 |
| M-054-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS | 177 183 216 | | | | | | 177 183 216 | | | | 204 505 225 | 381 688 441 |
| M-055-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS | 290 056 313 | | | | | | 290 056 313 | | | | 1 147 916 314 | 1 437 972 627 |

Fonte: MF/DGO

**O montante consolidado exclui os fluxos intrasetoriais e intersetorias de juros, subsídios, transferências correntes e de capital, ativos e passivos no âmbito da Administração Central, bem como da aquisição de bens e serviços efetuada no âmbito do Programa Saúde da Administração Central.**

ANO ECONÓMICO DE 2017

| PROGRAMAS / MEDIDAS | NUTS I e II | | | | | | | | | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total Continente | Continente | | | | | | Açores | Madeira | Estrangeiro | Não Regionalizado | |
| | | Norte | Centro | Area Metropolitana de Lisboa | Alentejo | Algarve | Várias Nuts II do Continente | | | | | |
| M-057-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS | 62 500 | | | | | | 62 500 | | | | 345 218 | 407 718 |
| M-058-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES | | | | | | | | | | | 53 062 821 | 53 062 821 |
| M-063-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | 18 754 880 | | 5 007 370 | 880 218 | | 2 533 814 | 10 333 478 | | | | 207 546 937 | 226 301 817 |
| M-065-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | 12 611 389 | 9 655 680 | | | 2 955 709 | | | | | | 12 540 181 | 25 151 570 |
| M-079-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS | 1 968 592 972 | | | | | | 1 968 592 972 | | | | 39 895 004 | 2 008 487 976 |
| M-084-SIMPLEX + | 152 466 | | 39 000 | | 57 500 | | 55 966 | | | | 3 500 000 | 3 652 466 |
| Total por Programa | 2 471 237 456 | 9 660 680 | 5 046 370 | 3 842 404 | 3 833 743 | 2 569 814 | 2 446 284 445 | | | | 1 881 763 950 | 4 353 001 406 |
| P-015-ECONOMIA | | | | | | | | | | | | |
| M-046-INDUSTRIA E ENERGIA - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | 257 980 177 | 257 980 177 |
| M-051-INDUSTRIA E ENERGIA - COMBUSTÍVEIS, ELECTRICIDADE E OUTRAS FONTES DE ENERGIA | | | | | | | | | | | 27 665 107 | 27 665 107 |
| M-062-COMÉRCIO E TURISMO - TURISMO | 2 937 340 | | | | 2 925 040 | | 12 300 | | | | 308 122 119 | 311 059 459 |
| M-063-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | 78 320 072 | 78 320 072 |
| M-065-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | 28 842 684 | | | | | | 28 842 684 | | | | 910 257 335 | 939 100 019 |
| M-068-OUTRAS FUNÇÕES - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | | | | | | 21 673 108 | 21 673 108 |
| M-084-SIMPLEX + | 60 000 | | | | | | 60 000 | | | | 1 993 725 | 2 053 725 |
| Total por Programa | 31 840 024 | | | | 2 925 040 | | 28 914 984 | | | | 1 606 011 643 | 1 637 851 667 |
| P-016-AMBIENTE | | | | | | | | | | | | |
| M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | | | | | | 540 000 | 540 000 |
| M-028-HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | 9 744 990 | 9 744 990 |
| M-030-HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - HABITAÇÃO | 13 111 791 | | | 13 111 791 | | | | | | | 82 288 236 | 95 400 027 |
| M-031-HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | 976 710 | | | 17 700 | | | 959 010 | | | | 46 780 906 | 47 757 616 |
| M-033-HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA | 47 798 108 | 3 707 035 | 11 447 395 | 9 250 673 | 227 220 | 2 594 560 | 20 571 225 | | | | 111 569 518 | 159 367 626 |
| M-054-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS | 2 055 000 | | | 2 055 000 | | | | | | | | 2 055 000 |
| M-055-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS | 598 693 109 | 597 393 109 | | 1 300 000 | | | | | | | 404 577 032 | 1 003 270 141 |
| M-057-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS | | | | | | | | | | | 116 445 896 | 116 445 896 |
| M-063-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | 6 608 527 | | | | | | 6 608 527 | | | | 187 463 951 | 194 072 478 |

Fonte: MF/DGO

**O montante consolidado exclui os fluxos intrasetoriais e intersetorias de juros, subsídios, transferências correntes e de capital, ativos e passivos no âmbito da Administração Central, bem como da aquisição de bens e serviços efetuada no âmbito do Programa Saúde da Administração Central.**

ANO ECONÓMICO DE 2017

| PROGRAMAS / MEDIDAS | NUTS I e II | | | | | | | | | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total Continente | Continente | | | | | | Açores | Madeira | Estrangeiro | Não Regionalizado | |
| | | Norte | Centro | Area Metropolitana de Lisboa | Alentejo | Algarve | Várias Nuts II do Continente | | | | | |
| M-065-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | | | | | | 2 500 | 2 500 |
| M-068-OUTRAS FUNÇÕES - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | | | | | | 5 096 024 | 5 096 024 |
| M-084-SIMPLEX + | 902 241 | | | | | | 902 241 | | | | 100 000 | 1 002 241 |
| Total por Programa | 670 145 486 | 601 100 144 | 11 447 395 | 25 735 164 | 227 220 | 2 594 560 | 29 041 003 | | | | 964 609 053 | 1 634 754 539 |
| P-017-AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR | | | | | | | | | | | | |
| M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | | | | | | 14 354 | 14 354 |
| M-003-SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA | | | | | | | | | | | 136 266 | 136 266 |
| M-040-AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | 117 346 141 | 117 346 141 |
| M-041-AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - INVESTIGAÇÃO | 595 000 | 100 000 | | | | | 495 000 | | | | 45 351 212 | 45 946 212 |
| M-042-AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - AGRICULTURA E PECUÁRIA | 455 230 829 | | | | 44 610 864 | | 410 619 965 | | | | 434 194 529 | 889 425 358 |
| M-043-AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - SILVICULTURA | 1 660 000 | | | | | | 1 660 000 | | | | 117 367 025 | 119 027 025 |
| M-045-AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - PESCA | 82 423 123 | | | | | | 82 423 123 | | | | 12 656 738 | 95 079 861 |
| M-057-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS | 4 500 000 | 3 641 374 | 500 000 | | | | 358 626 | | | | | 4 500 000 |
| M-064-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - RELAÇÕES GERAIS DO TRABALHO | | | | | | | | | | | 56 237 | 56 237 |
| M-084-SIMPLEX + | | | | | | | | | | | 1 361 032 | 1 361 032 |
| Total por Programa | 544 408 952 | 3 741 374 | 500 000 | | 44 610 864 | | 495 556 714 | | | | 728 483 534 | 1 272 892 486 |
| P-018-MAR | | | | | | | | | | | | |
| M-004-SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL | | | | | | | | | | | 55 632 221 | 55 632 221 |
| M-040-AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | 2 124 014 | | | | | | 2 124 014 | | | | 33 331 574 | 35 455 588 |
| M-045-AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - PESCA | 8 579 165 | | | | | 40 000 | 8 539 165 | | | | 11 830 899 | 20 410 064 |
| M-057-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS | | | | | | | | | | | 5 427 349 | 5 427 349 |
| Total por Programa | 10 703 179 | | | | | 40 000 | 10 663 179 | | | | 106 222 043 | 116 925 222 |
| Total Geral | 4 515 887 046 | 670 640 870 | 47 726 197 | 89 225 191 | 75 248 396 | 10 761 876 | 3 622 284 516 | | | 91 848 144 | 185 541 806 251 | 190 149 541 441 |
| Total Geral consolidado | 3 188 765 845 | 243 988 440 | 46 886 762 | 83 870 689 | 75 166 798 | 10 685 015 | 2 728 168 141 | | | 45 851 990 | 115 876 452 889 | 119 111 070 724 |

Fonte: MF/DGO

**O montante consolidado exclui os fluxos intrasetoriais e intersetorias de juros, subsídios, transferências correntes e de capital, ativos e passivos no âmbito da Administração Central, bem como da aquisição de bens e serviços efetuada no âmbito do Programa Saúde da Administração Central.**

# MAPA XVII

## RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS PLURIANUAIS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS E DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, AGRUPADAS POR MINISTÉRIOS

(EM EURO)

ANO ECONÓMICO DE 2017

| MINISTÉRIOS / SERVIÇOS | ENCARGOS PLURIANUAIS TOTAIS * | ESCALONAMENTO PLURIANUAL | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Seguintes |
| **01 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO** | | | | | | | |
| ESTADO | 450 114 | 145 423 | 8 204 | | | | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 1 760 378 | 316 408 | 113 469 | 21 478 | 10 225 | | |
| **TOTAL POR MINISTÉRIO** | **2 210 492** | **461 831** | **121 674** | **21 478** | **10 225** | | |
| **02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS** | | | | | | | |
| ESTADO | 4 710 119 | 453 236 | 10 184 | | | | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 3 569 107 | 1 027 620 | 74 682 | 5 469 | | | |
| **TOTAL POR MINISTÉRIO** | **8 279 226** | **1 480 857** | **84 866** | **5 469** | | | |
| **03 - NEGÓCIOS ESTRANGEIROS** | | | | | | | |
| ESTADO | 68 909 875 | 9 470 583 | 6 136 911 | 3 122 547 | 1 980 443 | 1 314 342 | 2 114 208 |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 2 058 962 | 577 463 | 404 943 | 41 536 | 2 860 | | |
| **TOTAL POR MINISTÉRIO** | **70 968 837** | **10 048 047** | **6 541 854** | **3 164 084** | **1 983 303** | **1 314 342** | **2 114 208** |
| **04 - FINANÇAS** | | | | | | | |
| ESTADO | 1 596 055 863 | 162 916 957 | 162 326 530 | 92 024 873 | 28 437 086 | 22 440 127 | 273 508 804 |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 35 676 579 | 8 848 812 | 2 884 817 | 1 589 816 | 1 383 756 | 1 280 623 | 2 536 243 |
| ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS - REGIME GERAL | 1 812 999 | 417 311 | 417 311 | 414 954 | 410 442 | | |
| **TOTAL POR MINISTÉRIO** | **1 633 545 441** | **172 183 080** | **165 628 657** | **94 029 643** | **30 231 284** | **23 720 750** | **276 045 047** |
| **05 - DEFESA NACIONAL** | | | | | | | |
| ESTADO | 1 807 044 640 | 140 136 895 | 112 889 894 | 72 341 367 | 111 947 068 | 42 933 989 | 82 048 457 |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 333 887 | 51 912 | | | | | |
| ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS - REGIME GERAL | 176 602 | 42 198 | 10 127 | | | | |
| **TOTAL POR MINISTÉRIO** | **1 807 555 129** | **140 231 005** | **112 900 021** | **72 341 367** | **111 947 068** | **42 933 989** | **82 048 457** |
| **06 - ADMINISTRAÇÃO INTERNA** | | | | | | | |
| ESTADO | 751 758 601 | 97 843 093 | 72 605 337 | 34 539 378 | 32 750 754 | 18 797 634 | 3 380 796 |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 184 997 651 | 44 718 043 | 15 486 153 | 6 297 206 | | | |
| **TOTAL POR MINISTÉRIO** | **936 756 252** | **142 561 136** | **88 091 490** | **40 836 584** | **32 750 754** | **18 797 634** | **3 380 796** |

**Fonte:** MF/DGO

***** Inclui o valor escalonado dos encargos em anos anteriores ao ano do orçamento

(EM EURO)

ANO ECONÓMICO DE 2017

| MINISTÉRIOS / SERVIÇOS | ENCARGOS PLURIANUAIS TOTAIS * | ESCALONAMENTO PLURIANUAL | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Seguintes |
| **07 - JUSTIÇA** | | | | | | | |
| ESTADO | 202 267 707 | 58 656 514 | 54 654 255 | 3 462 654 | 1 619 220 | 1 557 121 | 5 189 744 |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 17 822 487 | 4 054 494 | 2 544 193 | 826 128 | 5 535 | | |
| **TOTAL POR MINISTÉRIO** | **220 090 194** | **62 711 008** | **57 198 448** | **4 288 782** | **1 624 755** | **1 557 121** | **5 189 744** |
| **08 - CULTURA** | | | | | | | |
| ESTADO | 58 432 843 | 2 679 186 | 2 183 662 | 2 134 372 | 2 034 372 | 2 034 372 | 12 206 232 |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 69 554 240 | 14 519 321 | 3 976 065 | 1 929 311 | 32 311 | | |
| ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS - REGIME GERAL | 212 057 168 | 9 782 876 | 9 593 241 | 9 669 211 | 9 748 114 | 9 830 064 | 117 542 912 |
| **TOTAL POR MINISTÉRIO** | **340 044 251** | **26 981 384** | **15 752 968** | **13 732 894** | **11 814 797** | **11 864 436** | **129 749 144** |
| **09 - CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR** | | | | | | | |
| ESTADO | 225 263 | 77 572 | 6 555 | | | | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 1 502 601 959 | 234 930 157 | 193 246 822 | 125 309 481 | 112 968 704 | 5 877 832 | 2 737 421 |
| ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS - REGIME GERAL | 10 617 383 | 3 201 285 | 1 404 481 | 37 455 | 1 794 | | |
| **TOTAL POR MINISTÉRIO** | **1 513 444 605** | **238 209 014** | **194 657 858** | **125 346 936** | **112 970 498** | **5 877 832** | **2 737 421** |
| **10 - EDUCAÇÃO** | | | | | | | |
| ESTADO | 1 745 098 627 | 412 469 334 | 306 467 344 | 68 335 681 | 21 965 042 | | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 25 287 636 | 3 019 193 | 501 454 | 424 996 | 424 996 | 424 996 | 2 326 504 |
| ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS - REGIME GERAL | 2 039 194 809 | 109 473 192 | 75 263 368 | 73 562 417 | 71 193 318 | 69 260 367 | 917 262 744 |
| **TOTAL POR MINISTÉRIO** | **3 809 581 072** | **524 961 719** | **382 232 167** | **142 323 095** | **93 583 356** | **69 685 363** | **919 589 248** |
| **11 - TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL** | | | | | | | |
| ESTADO | 9 696 977 | 2 177 611 | 1 102 588 | 197 874 | 194 595 | 194 906 | 488 592 |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 44 785 909 | 12 287 287 | 3 536 869 | | | | |
| ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS - REGIME GERAL | 11 560 756 | 1 391 442 | 725 550 | 264 423 | 240 000 | 240 000 | 3 460 000 |
| **TOTAL POR MINISTÉRIO** | **66 043 642** | **15 856 340** | **5 365 007** | **462 297** | **434 595** | **434 906** | **3 948 592** |

**Fonte:** MF/DGO

***** Inclui o valor escalonado dos encargos em anos anteriores ao ano do orçamento

(EM EURO)

ANO ECONÓMICO DE 2017

| MINISTÉRIOS / SERVIÇOS | ENCARGOS PLURIANUAIS TOTAIS * | ESCALONAMENTO PLURIANUAL | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Seguintes |
| **12 - SAÚDE** | | | | | | | |
| ESTADO | 15 906 893 | 3 720 805 | 1 277 398 | 3 660 | 610 | | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 4 789 105 180 | 512 521 803 | 436 785 090 | 297 463 755 | 221 616 757 | 170 803 077 | 804 569 558 |
| ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS - REGIME GERAL | 118 063 490 | 29 572 814 | 18 284 936 | 3 358 150 | 1 327 395 | | |
| **TOTAL POR MINISTÉRIO** | **4 923 075 563** | **545 815 422** | **456 347 424** | **300 825 566** | **222 944 761** | **170 803 077** | **804 569 558** |
| **13 - PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS** | | | | | | | |
| ESTADO | 29 238 | 3 249 | | | | | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 44 596 881 | 8 697 010 | 4 191 071 | 2 288 053 | 2 247 869 | 2 225 290 | 5 044 630 |
| ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS - REGIME GERAL | 35 025 792 572 | 1 891 216 995 | 1 823 321 606 | 1 818 106 744 | 1 826 677 620 | 1 856 588 643 | 18 012 562 195 |
| **TOTAL POR MINISTÉRIO** | **35 070 418 691** | **1 899 917 254** | **1 827 512 678** | **1 820 394 797** | **1 828 925 489** | **1 858 813 932** | **18 017 606 825** |
| **14 - ECONOMIA** | | | | | | | |
| ESTADO | 20 736 286 | 2 400 123 | 2 041 898 | 2 022 944 | 2 022 944 | 532 382 | 2 801 265 |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 83 007 341 | 8 684 818 | 2 737 007 | 867 995 | 380 238 | | |
| **TOTAL POR MINISTÉRIO** | **103 743 627** | **11 084 942** | **4 778 906** | **2 890 939** | **2 403 182** | **532 382** | **2 801 265** |
| **15 - AMBIENTE** | | | | | | | |
| ESTADO | 182 815 | 70 540 | 4 652 | | | | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 412 904 969 | 37 310 294 | 18 277 709 | 15 314 938 | 22 202 670 | 14 754 345 | 210 358 522 |
| ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS - REGIME GERAL | 357 114 232 | 54 095 220 | 18 254 101 | 101 469 | 95 163 | 95 163 | 95 163 |
| **TOTAL POR MINISTÉRIO** | **770 202 016** | **91 476 054** | **36 536 462** | **15 416 408** | **22 297 833** | **14 849 509** | **210 453 685** |
| **16 - AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL** | | | | | | | |
| ESTADO | 9 652 289 | 4 320 908 | 888 175 | 50 791 | 2 558 | | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 68 439 620 | 9 590 389 | 7 176 875 | 2 700 052 | 2 023 191 | 1 470 557 | 5 078 129 |
| ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS - REGIME GERAL | 2 515 556 | 582 990 | 245 519 | 53 916 | | | |
| **TOTAL POR MINISTÉRIO** | **80 607 465** | **14 494 287** | **8 310 568** | **2 804 759** | **2 025 749** | **1 470 557** | **5 078 129** |
| **17 - MAR** | | | | | | | |
| ESTADO | 9 337 599 | 528 686 | 424 826 | 371 609 | 2 384 | | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 77 758 000 | 6 106 000 | 6 429 000 | 6 393 000 | 5 490 000 | 4 476 000 | 39 204 000 |
| **TOTAL POR MINISTÉRIO** | **87 095 599** | **6 634 686** | **6 853 826** | **6 764 609** | **5 492 384** | **4 476 000** | **39 204 000** |
| **TOTAL GERAL** | **51 443 662 102** | **3 905 108 064** | **3 368 914 874** | **2 645 649 705** | **2 481 440 034** | **2 227 131 831** | **20 504 516 121** |

**Fonte:** MF/DGO

***** Inclui o valor escalonado dos encargos em anos anteriores ao ano do orçamento

# MAPA XVIII

## TRANSFERÊNCIAS PARA AS REGIÕES AUTÓNOMAS

ANO ECONÓMICO DE 2017

| DESCRIÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|---|---|---|
| | REG.AUTÓNOMA DA MADEIRA | REG.AUTÓNOMA DOS AÇORES |
| **LEI DAS FINANÇAS REGIONAIS** | 172 778 548 | 178 907 063 |
| **OUTRAS** | 69 111 419 | 71 562 825 |
| COM ORIGEM EM : | | |
| SERVIÇOS INTEGRADOS | 69 111 419 | 71 562 825 |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | | |
| **TOTAL GERAL** | 241 889 967 | 250 469 888 |

**MAPA XIX - TRANSFERÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS**
**PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NOS IMPOSTOS DO ESTADO - 2017**

(Un: euros)

| MUNICÍPIOS | FEF FINAL | | | FSM | IRS | | | TOTAL TRANSFERÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | CORRENTE | CAPITAL | TOTAL | | IRS PIE | % IRS | IRS a transferir | |
| | (1) | (2) | (3)=(2)+(1) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8)=(3)+(4)+(7) |
| **AVEIRO (distrito)** | | | | | | | | |
| ÁGUEDA | 7 035 116 | 781 680 | 7 816 796 | 775 247 | 1 528 048 | 0,0% | 0 | 8 592 043 |
| ALBERGARIA-A-VELHA | 4 478 645 | 497 627 | 4 976 272 | 498 356 | 697 752 | 3,0% | 418 651 | 5 893 279 |
| ANADIA | 6 568 632 | 729 848 | 7 298 480 | 427 282 | 889 709 | 5,0% | 889 709 | 8 615 471 |
| AROUCA | 6 977 577 | 775 286 | 7 752 863 | 618 341 | 397 198 | 5,0% | 397 198 | 8 768 402 |
| AVEIRO | 3 307 401 | 367 489 | 3 674 890 | 1 115 776 | 4 638 398 | 5,0% | 4 638 398 | 9 429 064 |
| CASTELO DE PAIVA | 4 642 414 | 515 824 | 5 158 238 | 479 191 | 219 961 | 4,0% | 175 969 | 5 813 398 |
| ESPINHO | 3 411 808 | 379 090 | 3 790 898 | 675 300 | 1 380 730 | 5,0% | 1 380 730 | 5 846 928 |
| ESTARREJA | 5 248 499 | 583 167 | 5 831 666 | 502 936 | 850 879 | 3,5% | 595 615 | 6 930 217 |
| ÍLHAVO | 3 167 890 | 351 988 | 3 519 878 | 612 085 | 1 647 445 | 5,0% | 1 647 445 | 5 779 408 |
| MEALHADA | 4 248 923 | 472 102 | 4 721 025 | 337 670 | 667 404 | 2,0% | 266 962 | 5 325 657 |
| MURTOSA | 2 976 722 | 330 747 | 3 307 469 | 196 628 | 266 061 | 4,0% | 212 849 | 3 716 946 |
| OLIVEIRA DE AZEMÉIS | 8 703 561 | 967 062 | 9 670 623 | 1 257 317 | 2 137 249 | 5,0% | 2 137 249 | 13 065 189 |
| OLIVEIRA DO BAIRRO | 5 313 958 | 590 440 | 5 904 398 | 350 128 | 590 767 | 5,0% | 590 767 | 6 845 293 |
| OVAR | 5 084 818 | 564 980 | 5 649 798 | 1 045 206 | 1 974 974 | 3,0% | 1 184 984 | 7 879 988 |
| SANTA MARIA DA FEIRA | 11 131 888 | 1 236 876 | 12 368 764 | 2 530 073 | 3 783 577 | 5,0% | 3 783 577 | 18 682 414 |
| SÃO JOÃO DA MADEIRA | 2 696 121 | 299 569 | 2 995 690 | 484 564 | 870 927 | 4,5% | 783 834 | 4 264 088 |
| SEVER DO VOUGA | 4 158 392 | 462 044 | 4 620 436 | 276 877 | 277 492 | 5,0% | 277 492 | 5 174 805 |
| VAGOS | 4 612 086 | 512 454 | 5 124 540 | 378 809 | 520 529 | 4,5% | 468 476 | 5 971 825 |
| VALE DE CAMBRA | 5 229 183 | 581 020 | 5 810 203 | 485 612 | 732 405 | 4,0% | 585 924 | 6 881 739 |
| **TOTAL** | **98 993 634** | **10 999 293** | **109 992 927** | **13 047 398** | **24 071 505** | | **20 435 829** | **143 476 154** |
| **BEJA (distrito)** | | | | | | | | |
| ALJUSTREL | 4 798 393 | 533 155 | 5 331 548 | 158 821 | 345 917 | 5,0% | 345 917 | 5 836 286 |
| ALMODÔVAR | 7 223 137 | 802 571 | 8 025 708 | 131 652 | 232 765 | 5,0% | 232 765 | 8 390 125 |
| ALVITO | 2 858 117 | 317 569 | 3 175 686 | 28 401 | 61 331 | 4,5% | 55 198 | 3 259 285 |
| BARRANCOS | 2 883 907 | 320 434 | 3 204 341 | 25 864 | 31 353 | 5,0% | 31 353 | 3 261 558 |
| BEJA | 7 931 148 | 881 239 | 8 812 387 | 558 937 | 1 664 891 | 5,0% | 1 664 891 | 11 036 215 |
| CASTRO VERDE | 4 787 560 | 531 951 | 5 319 511 | 126 640 | 348 938 | 5,0% | 348 938 | 5 795 089 |
| CUBA | 2 740 968 | 304 552 | 3 045 520 | 81 336 | 128 058 | 5,0% | 128 058 | 3 254 914 |
| FERREIRA DO ALENTEJO | 5 643 949 | 627 105 | 6 271 054 | 136 486 | 188 710 | 5,0% | 188 710 | 6 596 250 |
| MÉRTOLA | 9 428 908 | 1 047 656 | 10 476 564 | 137 684 | 138 314 | 3,5% | 96 820 | 10 711 068 |
| MOURA | 8 174 845 | 908 316 | 9 083 161 | 320 912 | 313 977 | 3,0% | 188 386 | 9 592 459 |
| ODEMIRA | 12 329 406 | 1 369 934 | 13 699 340 | 432 569 | 554 989 | 4,8% | 527 240 | 14 659 149 |
| OURIQUE | 5 551 732 | 616 859 | 6 168 591 | 92 893 | 120 935 | 5,0% | 120 935 | 6 382 419 |
| SERPA | 8 855 764 | 983 974 | 9 839 738 | 328 688 | 320 176 | 5,0% | 320 176 | 10 488 602 |
| VIDIGUEIRA | 3 565 053 | 396 117 | 3 961 170 | 111 697 | 125 801 | 5,0% | 125 801 | 4 198 668 |
| **TOTAL** | **86 772 887** | **9 641 432** | **96 414 319** | **2 672 580** | **4 576 155** | | **4375188** | **103 462 087** |
| **BRAGA (distrito)** | | | | | | | | |
| AMARES | 4 439 304 | 493 256 | 4 932 560 | 431 477 | 371 740 | 5,0% | 371 740 | 5 735 777 |
| BARCELOS | 18 223 445 | 2 024 827 | 20 248 272 | 2 658 456 | 2 320 347 | 5,0% | 2 320 347 | 25 227 075 |
| BRAGA | 10 113 467 | 1 123 718 | 11 237 185 | 3 263 835 | 8 060 836 | 4,6% | 7 335 361 | 21 836 381 |
| CABECEIRAS DE BASTO | 5 704 162 | 633 796 | 6 337 958 | 445 190 | 267 848 | 4,5% | 241 063 | 7 024 211 |
| CELORICO DE BASTO | 6 376 775 | 708 531 | 7 085 306 | 478 902 | 233 162 | 5,0% | 233 162 | 7 797 370 |
| ESPOSENDE | 4 333 417 | 481 491 | 4 814 908 | 842 214 | 1 126 472 | 5,0% | 1 126 472 | 6 783 594 |
| FAFE | 10 041 689 | 1 115 743 | 11 157 432 | 1 040 972 | 995 328 | 3,0% | 597 197 | 12 795 601 |
| GUIMARÃES | 16 125 601 | 1 791 733 | 17 917 334 | 3 421 105 | 4 218 173 | 5,0% | 4 218 173 | 25 556 612 |
| PÓVOA DE LANHOSO | 5 866 402 | 651 822 | 6 518 224 | 550 368 | 334 608 | 5,0% | 334 608 | 7 403 200 |
| TERRAS DE BOURO | 4 967 371 | 551 930 | 5 519 301 | 169 383 | 110 653 | 5,0% | 110 653 | 5 799 337 |
| VIEIRA DO MINHO | 5 567 560 | 618 618 | 6 186 178 | 342 992 | 229 061 | 5,0% | 229 061 | 6 758 231 |
| VILA NOVA DE FAMALICÃO | 12 952 820 | 1 439 202 | 14 392 022 | 2 293 633 | 3 651 913 | 5,0% | 3 651 913 | 20 337 568 |
| VILA VERDE | 10 035 353 | 1 115 039 | 11 150 392 | 1 187 205 | 716 180 | 5,0% | 716 180 | 13 053 777 |
| VIZELA | 3 673 668 | 408 185 | 4 081 853 | 485 618 | 454 861 | 5,0% | 454 861 | 5 022 332 |
| **TOTAL** | **118 421 034** | **13 157 891** | **131 578 925** | **17 611 350** | **23 091 182** | | **21 940 791** | **171 131 066** |
| **BRAGANÇA (distrito)** | | | | | | | | |
| ALFÂNDEGA DA FÉ | 4 911 798 | 545 755 | 5 457 553 | 107 515 | 104 433 | 5,0% | 104 433 | 5 669 501 |
| BRAGANÇA | 11 137 017 | 1 237 446 | 12 374 463 | 544 845 | 1 561 964 | 5,0% | 1 561 964 | 14 481 272 |
| CARRAZEDA DE ANSIÃES | 5 336 762 | 592 973 | 5 929 735 | 144 025 | 115 237 | 2,0% | 46 095 | 6 119 855 |
| FREIXO DE ESPADA À CINTA | 4 293 592 | 477 066 | 4 770 658 | 62 614 | 71 327 | 5,0% | 71 327 | 4 904 599 |
| MACEDO DE CAVALEIROS | 8 629 568 | 958 841 | 9 588 409 | 292 193 | 370 597 | 2,0% | 148 239 | 10 028 841 |
| MIRANDA DO DOURO | 5 914 265 | 657 141 | 6 571 406 | 135 613 | 206 783 | 5,0% | 206 783 | 6 913 802 |
| MIRANDELA | 8 690 161 | 965 573 | 9 655 734 | 510 594 | 672 978 | 5,0% | 672 978 | 10 839 306 |
| MOGADOURO | 7 896 204 | 877 356 | 8 773 560 | 177 796 | 234 497 | 2,5% | 117 249 | 9 068 605 |
| TORRE DE MONCORVO | 6 431 225 | 714 581 | 7 145 806 | 191 629 | 171 114 | 5,0% | 171 114 | 7 508 549 |
| VILA FLOR | 5 015 110 | 557 234 | 5 572 344 | 149 385 | 123 609 | 2,0% | 49 444 | 5 771 173 |
| VIMIOSO | 5 436 382 | 604 042 | 6 040 424 | 77 021 | 92 184 | 5,0% | 92 184 | 6 209 629 |
| VINHAIS | 8 038 443 | 893 160 | 8 931 603 | 172 642 | 140 266 | 2,5% | 70 133 | 9 174 378 |
| **TOTAL** | **81 730 527** | **9 081 168** | **90 811 695** | **2 565 872** | **3 864 989** | | **3 311 943** | **96 689 510** |
| **CASTELO BRANCO (distrito)** | | | | | | | | |
| BELMONTE | 3 409 979 | 378 886 | 3 788 865 | 134 090 | 141 749 | 2,5% | 70 875 | 3 993 830 |
| CASTELO BRANCO | 12 225 675 | 1 358 408 | 13 584 083 | 963 094 | 2 300 139 | 5,0% | 2 300 139 | 16 847 316 |
| COVILHÃ | 9 443 558 | 1 049 284 | 10 492 842 | 806 252 | 1 605 745 | 5,0% | 1 605 745 | 12 904 839 |
| FUNDÃO | 9 007 643 | 1 000 849 | 10 008 492 | 517 809 | 689 776 | 5,0% | 689 776 | 11 216 077 |
| IDANHA-A-NOVA | 10 446 652 | 1 160 739 | 11 607 391 | 189 555 | 200 444 | 0,0% | 0 | 11 796 946 |
| OLEIROS | 5 636 589 | 626 288 | 6 262 877 | 74 835 | 90 488 | 0,0% | 0 | 6 337 712 |
| PENAMACOR | 5 786 243 | 642 916 | 6 429 159 | 111 182 | 99 546 | 4,0% | 79 637 | 6 619 978 |
| PROENÇA-A-NOVA | 5 491 184 | 610 132 | 6 101 316 | 133 814 | 169 012 | 5,0% | 169 012 | 6 404 142 |
| SERTÃ | 6 755 242 | 750 582 | 7 505 824 | 322 404 | 270 773 | 5,0% | 270 773 | 8 099 001 |

(Un: euros)

| MUNICÍPIOS | FEF FINAL | | | FSM | IRS | | | TOTAL TRANSFERÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | CORRENTE | CAPITAL | TOTAL | | IRS PIE | % IRS | IRS a transferir | |
| | (1) | (2) | (3)=(2)+(1) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8)=(3)+(4)+(7) |
| VILA DE REI | 3 422 134 | 380 237 | 3 802 371 | 62 230 | 47 101 | 2,5% | 23 551 | 3 888 152 |
| VILA VELHA DE RÓDÃO | 3 991 114 | 443 457 | 4 434 571 | 45 355 | 94 287 | 5,0% | 94 287 | 4 574 213 |
| **TOTAL** | **75 616 013** | **8 401 778** | **84 017 791** | **3 360 620** | **5 709 060** | | **5 303 795** | **92 682 206** |
| **COIMBRA (distrito)** | | | | | | | | |
| ARGANIL | 5 392 765 | 599 196 | 5 991 961 | 265 482 | 203 060 | 0,0% | 0 | 6 257 443 |
| CANTANHEDE | 7 115 990 | 790 666 | 7 906 656 | 603 945 | 985 950 | 5,0% | 985 950 | 9 496 551 |
| COIMBRA | 4 814 354 | 534 928 | 5 349 282 | 1 224 144 | 11 129 806 | 4,5% | 10 016 825 | 16 590 251 |
| CONDEIXA-A-NOVA | 3 108 352 | 345 372 | 3 453 724 | 201 155 | 668 645 | 5,0% | 668 645 | 4 323 524 |
| FIGUEIRA DA FOZ | 5 632 082 | 625 787 | 6 257 869 | 864 092 | 2 950 343 | 4,5% | 2 655 309 | 9 777 270 |
| GÓIS | 4 072 660 | 452 518 | 4 525 178 | 74 804 | 67 043 | 2,5% | 33 522 | 4 633 504 |
| LOUSÃ | 3 450 441 | 383 382 | 3 833 823 | 318 074 | 503 840 | 4,0% | 403 072 | 4 554 969 |
| MIRA | 3 478 065 | 386 452 | 3 864 517 | 215 106 | 362 138 | 5,0% | 362 138 | 4 441 761 |
| MIRANDA DO CORVO | 3 483 098 | 387 011 | 3 870 109 | 268 242 | 274 202 | 5,0% | 274 202 | 4 412 553 |
| MONTEMOR-O-VELHO | 6 045 993 | 671 777 | 6 717 770 | 396 891 | 727 247 | 5,0% | 727 247 | 7 841 908 |
| OLIVEIRA DO HOSPITAL | 5 729 554 | 636 617 | 6 366 171 | 521 439 | 382 914 | 5,0% | 382 914 | 7 270 524 |
| PAMPILHOSA DA SERRA | 5 212 387 | 579 154 | 5 791 541 | 55 535 | 78 149 | 5,0% | 78 149 | 5 925 225 |
| PENACOVA | 5 254 608 | 583 845 | 5 838 453 | 320 147 | 246 992 | 5,0% | 246 992 | 6 405 592 |
| PENELA | 3 408 474 | 378 719 | 3 787 193 | 121 440 | 116 914 | 5,0% | 116 914 | 4 025 547 |
| SOURE | 5 878 523 | 653 169 | 6 531 692 | 251 687 | 515 973 | 5,0% | 515 973 | 7 299 352 |
| TÁBUA | 4 725 389 | 525 043 | 5 250 432 | 284 819 | 198 588 | 5,0% | 198 588 | 5 733 839 |
| VILA NOVA DE POIARES | 3 209 851 | 356 650 | 3 566 501 | 152 860 | 137 497 | 5,0% | 137 497 | 3 856 858 |
| **TOTAL** | **80 012 586** | **8 890 286** | **88 902 872** | **6 139 862** | **19 549 301** | | **17 803 937** | **112 846 671** |
| **ÉVORA (distrito)** | | | | | | | | |
| ALANDROAL | 5 043 368 | 560 374 | 5 603 742 | 101 565 | 91 298 | 5,0% | 91 298 | 5 796 605 |
| ARRAIOLOS | 5 475 602 | 608 400 | 6 084 002 | 145 961 | 171 118 | 5,0% | 171 118 | 6 401 081 |
| BORBA | 3 133 169 | 348 130 | 3 481 299 | 116 989 | 149 730 | 5,0% | 149 730 | 3 748 018 |
| ESTREMOZ | 5 907 533 | 656 392 | 6 563 925 | 243 439 | 439 210 | 5,0% | 439 210 | 7 246 574 |
| ÉVORA | 9 327 003 | 1 036 334 | 10 363 337 | 810 158 | 2 947 961 | 5,0% | 2 947 961 | 14 121 456 |
| MONTEMOR-O-NOVO | 8 977 585 | 997 509 | 9 975 094 | 281 186 | 496 903 | 5,0% | 496 903 | 10 753 183 |
| MORA | 4 026 133 | 447 348 | 4 473 481 | 80 256 | 118 485 | 5,0% | 118 485 | 4 672 222 |
| MOURÃO | 3 116 717 | 346 302 | 3 463 019 | 64 915 | 47 175 | 5,0% | 47 175 | 3 575 109 |
| PORTEL | 5 495 753 | 610 639 | 6 106 392 | 131 731 | 93 597 | 5,0% | 93 597 | 6 331 720 |
| REDONDO | 4 074 243 | 452 694 | 4 526 937 | 119 273 | 135 709 | 5,0% | 135 709 | 4 781 919 |
| REGUENGOS DE MONSARAZ | 4 484 604 | 498 289 | 4 982 893 | 212 057 | 283 085 | 5,0% | 283 085 | 5 478 035 |
| VENDAS NOVAS | 2 902 501 | 322 500 | 3 225 001 | 158 979 | 384 549 | 5,0% | 384 549 | 3 768 529 |
| VIANA DO ALENTEJO | 3 700 636 | 411 182 | 4 111 818 | 112 775 | 125 653 | 5,0% | 125 653 | 4 350 246 |
| VILA VIÇOSA | 3 363 345 | 373 705 | 3 737 050 | 149 067 | 227 090 | 3,0% | 136 254 | 4 022 371 |
| **TOTAL** | **69 028 192** | **7 669 798** | **76 697 990** | **2 728 351** | **5 711 563** | | **5 620 727** | **85 047 068** |
| **FARO (distrito)** | | | | | | | | |
| ALBUFEIRA | 2 830 119 | 314 458 | 3 144 577 | 1 048 243 | 1 329 486 | 0,0% | 0 | 4 192 820 |
| ALCOUTIM | 5 475 596 | 608 399 | 6 083 995 | 32 861 | 56 555 | 0,0% | 0 | 6 116 856 |
| ALJEZUR | 3 912 136 | 434 682 | 4 346 818 | 92 237 | 124 110 | 3,0% | 74 466 | 4 513 521 |
| CASTRO MARIM | 2 810 736 | 312 304 | 3 123 040 | 111 848 | 154 816 | 5,0% | 154 816 | 3 389 704 |
| FARO | 2 504 476 | 278 275 | 2 782 751 | 852 958 | 3 557 987 | 5,0% | 3 557 987 | 7 193 696 |
| LAGOA | 2 166 909 | 240 768 | 2 407 677 | 393 658 | 689 300 | 3,0% | 413 580 | 3 214 915 |
| LAGOS | 1 734 576 | 192 731 | 1 927 307 | 523 480 | 1 010 907 | 5,0% | 1 010 907 | 3 461 694 |
| LOULÉ | 4 680 633 | 520 070 | 5 200 703 | 1 231 030 | 2 366 269 | 4,0% | 1 893 015 | 8 324 748 |
| MONCHIQUE | 5 746 469 | 638 496 | 6 384 965 | 93 183 | 100 294 | 2,5% | 50 147 | 6 528 295 |
| OLHÃO | 4 571 539 | 507 949 | 5 079 488 | 672 399 | 1 232 965 | 5,0% | 1 232 965 | 6 984 852 |
| PORTIMÃO | 1 963 823 | 218 202 | 2 182 025 | 819 617 | 1 986 278 | 5,0% | 1 986 278 | 4 987 920 |
| SÃO BRÁS DE ALPORTEL | 2 927 622 | 325 291 | 3 252 913 | 181 276 | 377 675 | 5,0% | 377 675 | 3 811 864 |
| SILVES | 6 112 429 | 679 159 | 6 791 588 | 798 604 | 930 147 | 5,0% | 930 147 | 8 520 339 |
| TAVIRA | 5 017 873 | 557 541 | 5 575 414 | 397 158 | 816 370 | 5,0% | 816 370 | 6 788 942 |
| VILA DO BISPO | 2 442 008 | 271 334 | 2 713 342 | 111 666 | 125 571 | 0,0% | 0 | 2 825 008 |
| VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO | 1 636 724 | 181 858 | 1 818 582 | 325 545 | 533 529 | 5,0% | 533 529 | 2 677 656 |
| **TOTAL** | **56 533 668** | **6 281 517** | **62 815 185** | **7 685 763** | **15 392 259** | | **13 031 882** | **83 532 830** |
| **GUARDA (distrito)** | | | | | | | | |
| AGUIAR DA BEIRA | 4 585 945 | 509 549 | 5 095 494 | 140 687 | 72 669 | 2,5% | 36 335 | 5 272 516 |
| ALMEIDA | 6 513 157 | 723 684 | 7 236 841 | 151 268 | 172 831 | 3,0% | 103 699 | 7 491 808 |
| CELORICO DA BEIRA | 4 880 259 | 542 251 | 5 422 510 | 153 723 | 136 736 | 5,0% | 136 736 | 5 712 969 |
| FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO | 5 985 035 | 665 004 | 6 650 039 | 94 926 | 132 283 | 2,0% | 52 913 | 6 797 878 |
| FORNOS DE ALGODRES | 3 617 555 | 401 950 | 4 019 505 | 121 000 | 82 518 | 5,0% | 82 518 | 4 223 023 |
| GOUVEIA | 5 807 173 | 645 241 | 6 452 414 | 284 815 | 298 192 | 5,0% | 298 192 | 7 035 421 |
| GUARDA | 10 257 667 | 1 139 741 | 11 397 408 | 723 218 | 1 743 834 | 5,0% | 1 743 834 | 13 864 460 |
| MANTEIGAS | 3 319 055 | 368 784 | 3 687 839 | 69 790 | 65 111 | 0,0% | 0 | 3 757 629 |
| MEDA | 4 591 439 | 510 160 | 5 101 599 | 116 282 | 96 976 | 5,0% | 96 976 | 5 314 857 |
| PINHEL | 6 581 146 | 731 238 | 7 312 384 | 192 761 | 177 056 | 5,0% | 177 056 | 7 682 201 |
| SABUGAL | 9 197 876 | 1 021 986 | 10 219 862 | 271 977 | 240 423 | 0,0% | 0 | 10 491 839 |
| SEIA | 8 446 326 | 938 481 | 9 384 807 | 400 601 | 556 387 | 5,0% | 556 387 | 10 341 795 |
| TRANCOSO | 5 866 880 | 651 875 | 6 518 755 | 251 320 | 177 180 | 0,0% | 0 | 6 770 075 |
| VILA NOVA DE FOZ CÔA | 5 188 055 | 576 451 | 5 764 506 | 143 801 | 164 227 | 5,0% | 164 227 | 6 072 534 |
| **TOTAL** | **84 837 568** | **9 426 395** | **94 263 963** | **3 116 169** | **4 116 423** | | **3 448 873** | **100 829 005** |
| **LEIRIA (distrito)** | | | | | | | | |
| ALCOBAÇA | 8 341 087 | 926 787 | 9 267 874 | 987 828 | 1 548 733 | 3,8% | 1 161 550 | 11 417 252 |
| ALVAIÁZERE | 3 961 146 | 440 127 | 4 401 273 | 133 094 | 118 972 | 5,0% | 118 972 | 4 653 339 |
| ANSIÃO | 2 878 699 | 1 919 132 | 4 797 831 | 242 125 | 228 544 | 5,0% | 228 544 | 5 268 500 |
| BATALHA | 3 092 593 | 343 621 | 3 436 214 | 245 790 | 440 650 | 5,0% | 440 650 | 4 122 654 |

(Un: euros)

| MUNICÍPIOS | FEF FINAL | | | FSM | IRS | | | TOTAL TRANSFERÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | CORRENTE | CAPITAL | TOTAL | | IRS PIE | % IRS | IRS a transferir | |
| | (1) | (2) | (3)=(2)+(1) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8)=(3)+(4)+(7) |
| BOMBARRAL | 2 885 076 | 320 564 | 3 205 640 | 257 781 | 345 103 | 3,5% | 241 572 | 3 704 993 |
| CALDAS DA RAINHA | 4 490 359 | 498 929 | 4 989 288 | 992 902 | 1 892 504 | 3,0% | 1 135 502 | 7 117 692 |
| CASTANHEIRA DE PÊRA | 2 691 587 | 299 065 | 2 990 652 | 72 686 | 52 866 | 5,0% | 52 866 | 3 116 204 |
| FIGUEIRÓ DOS VINHOS | 3 907 012 | 434 112 | 4 341 124 | 116 896 | 128 235 | 5,0% | 128 235 | 4 586 255 |
| LEIRIA | 9 945 180 | 1 105 020 | 11 050 200 | 1 935 222 | 5 238 612 | 5,0% | 5 238 612 | 18 224 034 |
| MARINHA GRANDE | 3 432 702 | 381 411 | 3 814 113 | 715 335 | 1 667 873 | 5,0% | 1 667 873 | 6 197 321 |
| NAZARÉ | 2 690 117 | 298 902 | 2 989 019 | 186 254 | 408 482 | 5,0% | 408 482 | 3 583 755 |
| ÓBIDOS | 1 820 315 | 202 257 | 2 022 572 | 205 511 | 377 448 | 1,0% | 75 490 | 2 303 573 |
| PEDRÓGÃO GRANDE | 3 358 542 | 373 171 | 3 731 713 | 69 626 | 69 314 | 3,0% | 41 588 | 3 842 927 |
| PENICHE | 3 354 005 | 372 667 | 3 726 672 | 468 929 | 775 449 | 5,0% | 775 449 | 4 971 050 |
| POMBAL | 10 442 645 | 1 160 294 | 11 602 939 | 833 948 | 1 204 404 | 5,0% | 1 204 404 | 13 641 291 |
| PORTO DE MÓS | 5 422 928 | 602 548 | 6 025 476 | 406 861 | 593 515 | 5,0% | 593 515 | 7 025 852 |
| **TOTAL** | **72 713 993** | **9 678 607** | **82 392 600** | **7 870 788** | **15 090 704** | | **13 513 304** | **103 776 692** |
| **LISBOA (distrito)** | | | | | | | | |
| ALENQUER | 4 231 983 | 470 220 | 4 702 203 | 775 119 | 1 430 869 | 4,8% | 1 373 634 | 6 850 956 |
| AMADORA | 9 380 667 | 1 042 296 | 10 422 963 | 2 076 508 | 8 135 990 | 3,8% | 6 183 352 | 18 682 823 |
| ARRUDA DOS VINHOS | 2 594 581 | 288 287 | 2 882 868 | 130 409 | 613 057 | 4,3% | 521 098 | 3 534 375 |
| AZAMBUJA | 3 826 055 | 425 117 | 4 251 172 | 341 756 | 678 991 | 5,0% | 678 991 | 5 271 919 |
| CADAVAL | 3 861 363 | 429 040 | 4 290 403 | 257 338 | 329 730 | 5,0% | 329 730 | 4 877 471 |
| CASCAIS | 0 | 0 | 0 | 0 | 19 135 416 | 3,8% | 14 351 562 | 14 351 562 |
| LISBOA | 0 | 0 | 0 | 0 | 62 014 964 | 2,5% | 31 007 482 | 31 007 482 |
| LOURES | 7 968 430 | 885 381 | 8 853 811 | 2 492 483 | 9 833 011 | 5,0% | 9 833 011 | 21 179 305 |
| LOURINHÃ | 3 425 337 | 380 593 | 3 805 930 | 500 306 | 739 094 | 4,0% | 591 275 | 4 897 511 |
| MAFRA | 2 239 539 | 248 838 | 2 488 377 | 967 234 | 4 055 886 | 4,8% | 3 853 092 | 7 308 703 |
| ODIVELAS | 6 343 711 | 704 857 | 7 048 568 | 1 761 411 | 6 828 983 | 5,0% | 6 828 983 | 15 638 962 |
| OEIRAS | 0 | 0 | 0 | 0 | 18 338 448 | 5,0% | 18 338 448 | 18 338 448 |
| SINTRA | 12 005 637 | 1 333 960 | 13 339 597 | 5 415 489 | 17 369 325 | 4,0% | 13 895 460 | 32 650 546 |
| SOBRAL DE MONTE AGRAÇO | 2 443 602 | 271 511 | 2 715 113 | 206 306 | 359 006 | 5,0% | 359 006 | 3 280 425 |
| TORRES VEDRAS | 7 157 045 | 795 227 | 7 952 272 | 1 349 031 | 2 765 643 | 5,0% | 2 765 643 | 12 066 946 |
| VILA FRANCA DE XIRA | 5 266 040 | 585 116 | 5 851 156 | 1 738 176 | 6 330 252 | 5,0% | 6 330 252 | 13 919 584 |
| **TOTAL** | **70 743 990** | **7 860 443** | **78 604 433** | **18 011 566** | **158 958 665** | | **117 241 019** | **213 857 018** |
| **PORTALEGRE (distrito)** | | | | | | | | 0 |
| ALTER DO CHÃO | 3 665 003 | 407 223 | 4 072 226 | 63 271 | 93 417 | 2,5% | 46 709 | 4 182 206 |
| ARRONCHES | 2 521 162 | 1 357 549 | 3 878 711 | 47 468 | 95 001 | 2,5% | 47 501 | 3 973 680 |
| AVIS | 4 823 912 | 535 990 | 5 359 902 | 81 855 | 96 280 | 5,0% | 96 280 | 5 538 037 |
| CAMPO MAIOR | 3 618 144 | 402 016 | 4 020 160 | 159 066 | 308 703 | 5,0% | 308 703 | 4 487 929 |
| CASTELO DE VIDE | 3 480 874 | 386 764 | 3 867 638 | 53 719 | 104 966 | 3,5% | 73 476 | 3 994 833 |
| CRATO | 4 395 870 | 488 430 | 4 884 300 | 51 505 | 76 286 | 5,0% | 76 286 | 5 012 091 |
| ELVAS | 6 737 201 | 748 578 | 7 485 779 | 390 255 | 719 022 | 3,0% | 431 413 | 8 307 447 |
| FRONTEIRA | 3 044 952 | 338 328 | 3 383 280 | 52 272 | 83 948 | 2,0% | 33 579 | 3 469 131 |
| GAVIÃO | 3 592 058 | 399 118 | 3 991 176 | 54 589 | 81 693 | 0,0% | 0 | 4 045 765 |
| MARVÃO | 2 739 198 | 684 799 | 3 423 997 | 59 286 | 75 189 | 0,0% | 0 | 3 483 283 |
| MONFORTE | 3 675 304 | 408 367 | 4 083 671 | 64 367 | 75 798 | 5,0% | 75 798 | 4 223 836 |
| NISA | 5 956 151 | 661 794 | 6 617 945 | 119 077 | 189 507 | 2,5% | 94 754 | 6 831 776 |
| PONTE DE SOR | 6 989 056 | 776 562 | 7 765 618 | 298 396 | 375 549 | 5,0% | 375 549 | 8 439 563 |
| PORTALEGRE | 5 818 173 | 646 464 | 6 464 637 | 389 508 | 1 078 400 | 5,0% | 1 078 400 | 7 932 545 |
| SOUSEL | 3 263 535 | 575 918 | 3 839 453 | 95 190 | 88 518 | 5,0% | 88 518 | 4 023 161 |
| **TOTAL** | **64 320 593** | **8 817 900** | **73 138 493** | **1 979 824** | **3 542 277** | | **2 826 966** | **77 945 283** |
| **PORTO (distrito)** | | | | | | | | |
| AMARANTE | 11 404 748 | 1 267 194 | 12 671 942 | 1 188 159 | 1 125 001 | 5,0% | 1 125 001 | 14 985 102 |
| BAIÃO | 6 454 921 | 717 213 | 7 172 134 | 552 134 | 254 378 | 5,0% | 254 378 | 7 978 646 |
| FELGUEIRAS | 8 023 117 | 891 457 | 8 914 574 | 1 484 706 | 1 022 034 | 5,0% | 1 022 034 | 11 421 314 |
| GONDOMAR | 9 948 983 | 1 105 443 | 11 054 426 | 2 278 209 | 5 298 762 | 5,0% | 5 298 762 | 18 631 397 |
| LOUSADA | 7 180 921 | 797 880 | 7 978 801 | 1 209 265 | 668 858 | 4,0% | 535 086 | 9 723 152 |
| MAIA | 3 433 828 | 381 536 | 3 815 364 | 1 655 519 | 7 083 635 | 5,0% | 7 083 635 | 12 554 518 |
| MARCO DE CANAVESES | 10 256 606 | 1 139 623 | 11 396 229 | 1 527 319 | 746 885 | 5,0% | 746 885 | 13 670 433 |
| MATOSINHOS | 4 566 352 | 507 372 | 5 073 724 | 1 996 919 | 9 843 100 | 5,0% | 9 843 100 | 16 913 743 |
| PAÇOS DE FERREIRA | 6 204 276 | 689 364 | 6 893 640 | 1 321 471 | 777 325 | 5,0% | 777 325 | 8 992 436 |
| PAREDES | 10 655 444 | 1 183 938 | 11 839 382 | 1 945 004 | 1 441 161 | 4,0% | 1 152 929 | 14 937 315 |
| PENAFIEL | 11 414 753 | 1 268 306 | 12 683 059 | 2 005 202 | 1 340 885 | 5,0% | 1 340 885 | 16 029 146 |
| PORTO | 2 260 868 | 251 208 | 2 512 076 | 2 126 515 | 21 463 731 | 5,0% | 21 463 731 | 26 102 322 |
| PÓVOA DE VARZIM | 5 049 013 | 561 001 | 5 610 014 | 1 266 383 | 2 071 469 | 4,0% | 1 657 175 | 8 533 572 |
| SANTO TIRSO | 9 873 772 | 1 097 086 | 10 970 858 | 1 288 481 | 1 798 088 | 4,8% | 1 708 184 | 13 967 523 |
| TROFA | 4 746 779 | 527 420 | 5 274 199 | 763 960 | 1 029 371 | 5,0% | 1 029 371 | 7 067 530 |
| VALONGO | 5 064 056 | 562 673 | 5 626 729 | 1 507 127 | 2 909 952 | 5,0% | 2 909 952 | 10 043 808 |
| VILA DO CONDE | 1 438 439 | 4 315 315 | 5 753 754 | 1 495 793 | 2 722 473 | 5,0% | 2 722 473 | 9 972 020 |
| VILA NOVA DE GAIA | 9 779 807 | 1 086 645 | 10 866 452 | 3 995 729 | 13 201 614 | 5,0% | 13 201 614 | 28 063 795 |
| **TOTAL** | **127 756 683** | **18 350 674** | **146 107 357** | **29 607 895** | **74 798 722** | | **73 872 520** | **249 587 772** |
| **SANTARÉM (distrito)** | | | | | | | | |
| ABRANTES | 9 091 440 | 1 010 160 | 10 101 600 | 579 461 | 1 277 661 | 4,5% | 1 149 895 | 11 830 956 |
| ALCANENA | 3 965 471 | 440 608 | 4 406 079 | 251 165 | 334 421 | 5,0% | 334 421 | 4 991 665 |
| ALMEIRIM | 4 273 511 | 474 835 | 4 748 346 | 373 143 | 590 433 | 5,0% | 590 433 | 5 711 922 |
| ALPIARÇA | 2 686 358 | 298 484 | 2 984 842 | 115 055 | 176 800 | 5,0% | 176 800 | 3 276 697 |
| BENAVENTE | 2 677 777 | 297 531 | 2 975 308 | 512 850 | 1 044 111 | 5,0% | 1 044 111 | 4 532 269 |
| CARTAXO | 3 437 913 | 381 990 | 3 819 903 | 396 963 | 873 873 | 5,0% | 873 873 | 5 090 739 |
| CHAMUSCA | 5 815 176 | 1 026 207 | 6 841 383 | 164 946 | 194 077 | 5,0% | 194 077 | 7 200 406 |
| CONSTÂNCIA | 2 798 410 | 310 934 | 3 109 344 | 102 898 | 142 626 | 5,0% | 142 626 | 3 354 868 |

(Un: euros)

| MUNICÍPIOS | FEF FINAL | | | FSM | IRS | | | TOTAL TRANSFERÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | CORRENTE | CAPITAL | TOTAL | | IRS PIE | % IRS | IRS a transferir | |
| | (1) | (2) | (3)=(2)+(1) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8)=(3)+(4)+(7) |
| CORUCHE | 8 875 842 | 986 205 | 9 862 047 | 320 979 | 467 279 | 3,0% | 280 367 | 10 463 393 |
| ENTRONCAMENTO | 1 807 370 | 200 819 | 2 008 189 | 274 907 | 1 101 863 | 5,0% | 1 101 863 | 3 384 959 |
| FERREIRA DO ZÊZERE | 4 163 885 | 462 654 | 4 626 539 | 186 475 | 135 986 | 5,0% | 135 986 | 4 949 000 |
| GOLEGÃ | 2 585 979 | 287 331 | 2 873 310 | 101 667 | 173 847 | 5,0% | 173 847 | 3 148 824 |
| MAÇÃO | 5 568 785 | 618 754 | 6 187 539 | 163 988 | 162 693 | 4,0% | 130 154 | 6 481 681 |
| OURÉM | 8 896 119 | 988 458 | 9 884 577 | 808 796 | 1 045 963 | 5,0% | 1 045 963 | 11 739 336 |
| RIO MAIOR | 4 794 515 | 532 724 | 5 327 239 | 421 260 | 584 611 | 4,8% | 561 227 | 6 309 726 |
| SALVATERRA DE MAGOS | 4 256 050 | 472 894 | 4 728 944 | 387 820 | 575 913 | 4,0% | 460 730 | 5 577 494 |
| SANTARÉM | 8 805 093 | 978 344 | 9 783 437 | 1 001 453 | 2 651 844 | 5,0% | 2 651 844 | 13 436 734 |
| SARDOAL | 3 075 035 | 341 670 | 3 416 705 | 93 464 | 112 785 | 5,0% | 112 785 | 3 622 954 |
| TOMAR | 6 755 251 | 750 583 | 7 505 834 | 773 316 | 1 368 443 | 5,0% | 1 368 443 | 9 647 593 |
| TORRES NOVAS | 6 285 903 | 698 434 | 6 984 337 | 589 198 | 1 312 033 | 5,0% | 1 312 033 | 8 885 568 |
| VILA NOVA DA BARQUINHA | 2 604 065 | 289 340 | 2 893 405 | 119 558 | 276 167 | 4,5% | 248 550 | 3 261 513 |
| **TOTAL** | **103 219 948** | **11 848 959** | **115 068 907** | **7 739 362** | **14 603 429** | | **14 090 028** | **136 898 297** |
| **SETÚBAL (distrito)** | | | | | | | | |
| ALCÁCER DO SAL | 8 338 942 | 926 549 | 9 265 491 | 230 889 | 296 923 | 4,0% | 237 538 | 9 733 918 |
| ALCOCHETE | 1 185 863 | 296 466 | 1 482 329 | 249 277 | 1 205 508 | 5,0% | 1 205 508 | 2 937 114 |
| ALMADA | 4 521 575 | 502 397 | 5 023 972 | 1 978 908 | 10 253 910 | 5,0% | 10 253 910 | 17 256 790 |
| BARREIRO | 4 804 269 | 533 808 | 5 338 077 | 1 115 494 | 3 576 549 | 5,0% | 3 576 549 | 10 030 120 |
| GRÂNDOLA | 5 424 193 | 602 688 | 6 026 881 | 253 335 | 449 042 | 5,0% | 449 042 | 6 729 258 |
| MOITA | 6 989 981 | 776 665 | 7 766 646 | 1 092 036 | 2 044 545 | 5,0% | 2 044 545 | 10 903 227 |
| MONTIJO | 2 864 510 | 318 279 | 3 182 789 | 728 465 | 2 271 249 | 4,0% | 1 816 999 | 5 728 253 |
| PALMELA | 3 875 456 | 430 606 | 4 306 062 | 871 362 | 2 935 027 | 5,0% | 2 935 027 | 8 112 451 |
| SANTIAGO DO CACÉM | 8 946 110 | 994 012 | 9 940 122 | 453 511 | 1 526 961 | 5,0% | 1 526 961 | 11 920 594 |
| SEIXAL | 4 770 764 | 530 085 | 5 300 849 | 2 030 410 | 7 450 920 | 5,0% | 7 450 920 | 14 782 179 |
| SESIMBRA | 1 913 567 | 212 618 | 2 126 185 | 774 355 | 2 278 396 | 5,0% | 2 278 396 | 5 178 936 |
| SETÚBAL | 3 888 757 | 432 084 | 4 320 841 | 1 674 398 | 6 400 828 | 5,0% | 6 400 828 | 12 396 067 |
| SINES | 2 674 936 | 297 215 | 2 972 151 | 247 001 | 778 095 | 4,9% | 762 533 | 3 981 685 |
| **TOTAL** | **60 198 923** | **6 853 472** | **67 052 395** | **11 699 441** | **41 467 953** | | **40 938 756** | **119 690 592** |
| **VIANA DO CASTELO (distrito)** | | | | | | | | |
| ARCOS DE VALDEVEZ | 9 255 634 | 1 028 404 | 10 284 038 | 428 191 | 436 671 | 4,3% | 371 170 | 11 083 399 |
| CAMINHA | 5 100 713 | 566 746 | 5 667 459 | 233 451 | 576 537 | 1,5% | 172 961 | 6 073 871 |
| MELGAÇO | 5 583 011 | 620 335 | 6 203 346 | 176 091 | 178 381 | 5,0% | 178 381 | 6 557 818 |
| MONÇÃO | 6 636 312 | 737 368 | 7 373 680 | 371 304 | 408 548 | 4,0% | 326 838 | 8 071 822 |
| PAREDES DE COURA | 5 681 536 | 631 282 | 6 312 818 | 151 527 | 162 809 | 3,0% | 97 685 | 6 562 030 |
| PONTE DA BARCA | 5 069 007 | 563 223 | 5 632 230 | 265 602 | 212 845 | 5,0% | 212 845 | 6 110 677 |
| PONTE DE LIMA | 10 055 699 | 1 117 300 | 11 172 999 | 989 523 | 785 432 | 0,0% | 0 | 12 162 522 |
| VALENÇA | 4 713 335 | 523 704 | 5 237 039 | 245 334 | 301 460 | 2,5% | 150 730 | 5 633 103 |
| VIANA DO CASTELO | 9 955 886 | 1 106 210 | 11 062 096 | 1 420 323 | 3 161 599 | 5,0% | 3 161 599 | 15 644 018 |
| VILA NOVA DE CERVEIRA | 5 255 500 | 583 944 | 5 839 444 | 158 580 | 234 055 | 2,5% | 117 028 | 6 115 052 |
| **TOTAL** | **67 306 633** | **7 478 516** | **74 785 149** | **4 439 926** | **6 458 337** | | **4 789 237** | **84 014 312** |
| **VILA REAL (distrito)** | | | | | | | | |
| ALIJÓ | 5 899 292 | 655 477 | 6 554 769 | 258 276 | 193 079 | 5,0% | 193 079 | 7 006 124 |
| BOTICAS | 5 073 329 | 563 703 | 5 637 032 | 101 130 | 77 784 | 0,0% | 0 | 5 738 162 |
| CHAVES | 10 731 698 | 1 192 411 | 11 924 109 | 711 275 | 1 244 466 | 5,0% | 1 244 466 | 13 879 850 |
| MESÃO FRIO | 2 707 531 | 300 837 | 3 008 368 | 141 761 | 65 956 | 5,0% | 65 956 | 3 216 085 |
| MONDIM DE BASTO | 4 882 509 | 542 501 | 5 425 010 | 244 617 | 97 523 | 5,0% | 97 523 | 5 767 150 |
| MONTALEGRE | 8 966 982 | 996 331 | 9 963 313 | 242 785 | 205 158 | 5,0% | 205 158 | 10 411 256 |
| MURÇA | 4 001 782 | 444 642 | 4 446 424 | 131 180 | 101 993 | 5,0% | 101 993 | 4 679 597 |
| PESO DA RÉGUA | 5 024 571 | 558 286 | 5 582 857 | 379 152 | 403 780 | 5,0% | 403 780 | 6 365 789 |
| RIBEIRA DE PENA | 4 452 313 | 494 701 | 4 947 014 | 155 624 | 88 954 | 0,0% | 0 | 5 102 638 |
| SABROSA | 4 295 139 | 477 238 | 4 772 377 | 123 060 | 119 774 | 5,0% | 119 774 | 5 015 211 |
| SANTA MARTA DE PENAGUIÃO | 3 691 679 | 410 187 | 4 101 866 | 121 328 | 112 630 | 2,0% | 45 052 | 4 268 246 |
| VALPAÇOS | 8 366 348 | 929 594 | 9 295 942 | 330 357 | 233 678 | 5,0% | 233 678 | 9 859 977 |
| VILA POUCA DE AGUIAR | 6 702 387 | 744 710 | 7 447 097 | 321 228 | 223 062 | 5,0% | 223 062 | 7 991 387 |
| VILA REAL | 7 443 785 | 827 087 | 8 270 872 | 969 019 | 2 243 874 | 5,0% | 2 243 874 | 11 483 765 |
| **TOTAL** | **82 239 345** | **9 137 705** | **91 377 050** | **4 230 792** | **5 411 711** | | **5 177 395** | **100 785 237** |
| **VISEU (distrito)** | | | | | | | | |
| ARMAMAR | 4 033 238 | 448 138 | 4 481 376 | 205 985 | 109 964 | 0,0% | 0 | 4 687 361 |
| CARREGAL DO SAL | 3 340 381 | 371 153 | 3 711 534 | 227 197 | 173 670 | 5,0% | 173 670 | 4 112 401 |
| CASTRO DAIRE | 6 827 114 | 758 568 | 7 585 682 | 571 660 | 208 555 | 5,0% | 208 555 | 8 365 897 |
| CINFÃES | 6 757 169 | 750 797 | 7 507 966 | 619 713 | 232 124 | 3,0% | 139 274 | 8 266 953 |
| LAMEGO | 6 323 062 | 702 562 | 7 025 624 | 721 311 | 802 848 | 5,0% | 802 848 | 8 549 783 |
| MANGUALDE | 5 720 789 | 635 643 | 6 356 432 | 498 343 | 499 011 | 4,0% | 399 209 | 7 253 984 |
| MOIMENTA DA BEIRA | 4 908 509 | 545 390 | 5 453 899 | 302 579 | 200 102 | 5,0% | 200 102 | 5 956 580 |
| MORTÁGUA | 4 636 025 | 515 114 | 5 151 139 | 166 467 | 224 805 | 0,0% | 0 | 5 317 606 |
| NELAS | 4 018 692 | 446 521 | 4 465 213 | 264 326 | 332 828 | 5,0% | 332 828 | 5 062 367 |
| OLIVEIRA DE FRADES | 3 783 261 | 420 362 | 4 203 623 | 262 939 | 209 583 | 5,0% | 209 583 | 4 676 145 |
| PENALVA DO CASTELO | 4 529 963 | 503 329 | 5 033 292 | 173 726 | 112 678 | 4,0% | 90 142 | 5 297 160 |
| PENEDONO | 3 628 735 | 403 193 | 4 031 928 | 94 507 | 52 472 | 2,0% | 20 989 | 4 147 424 |
| RESENDE | 5 163 093 | 573 677 | 5 736 770 | 304 148 | 147 152 | 0,0% | 0 | 6 040 918 |
| SANTA COMBA DÃO | 3 480 540 | 386 727 | 3 867 267 | 229 385 | 269 748 | 5,0% | 269 748 | 4 366 400 |
| SÃO JOÃO DA PESQUEIRA | 5 331 344 | 592 372 | 5 923 716 | 219 183 | 126 658 | 4,0% | 101 326 | 6 244 225 |
| SÃO PEDRO DO SUL | 6 704 206 | 744 912 | 7 449 118 | 409 961 | 339 086 | 5,0% | 339 086 | 8 198 165 |
| SÁTÃO | 4 744 315 | 527 146 | 5 271 461 | 303 853 | 220 438 | 5,0% | 220 438 | 5 795 752 |
| SERNANCELHE | 4 515 354 | 501 706 | 5 017 060 | 160 106 | 74 207 | 5,0% | 74 207 | 5 251 373 |
| TABUAÇO | 4 432 963 | 492 551 | 4 925 514 | 200 361 | 83 130 | 5,0% | 83 130 | 5 209 005 |

(Un: euros)

| MUNICÍPIOS | FEF FINAL | | | FSM | IRS | | | TOTAL TRANSFERÊNCIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | CORRENTE | CAPITAL | TOTAL | | IRS PIE | % IRS | IRS a transferir | |
| | (1) | (2) | (3)=(2)+(1) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8)=(3)+(4)+(7) |
| TAROUCA | 4 105 428 | 456 159 | 4 561 587 | 234 264 | 124 847 | 5,0% | 124 847 | 4 920 698 |
| TONDELA | 8 256 122 | 917 347 | 9 173 469 | 612 886 | 622 870 | 5,0% | 622 870 | 10 409 225 |
| VILA NOVA DE PAIVA | 3 442 924 | 382 547 | 3 825 471 | 159 208 | 85 793 | 5,0% | 85 793 | 4 070 472 |
| VISEU | 9 836 289 | 1 092 921 | 10 929 210 | 1 653 239 | 4 230 250 | 4,0% | 3 384 200 | 15 966 649 |
| VOUZELA | 4 451 814 | 494 646 | 4 946 460 | 237 259 | 199 748 | 5,0% | 199 748 | 5 383 467 |
| **TOTAL** | **122 971 330** | **13 663 481** | **136 634 811** | **8 832 606** | **9 682 567** | | **8 082 593** | **153 550 010** |
| **AÇORES** | | | | | | | | |
| ANGRA DO HEROÍSMO | 7 636 472 | 848 497 | 8 484 969 | 627 145 | 1 132 649 | 5,0% | 1 132 649 | 10 244 763 |
| CALHETA (SÃO JORGE) | 3 038 552 | 337 617 | 3 376 169 | 67 418 | 57 055 | 5,0% | 57 055 | 3 500 642 |
| CORVO | 1 368 678 | 152 075 | 1 520 753 | 4 728 | 15 099 | 5,0% | 15 099 | 1 540 580 |
| HORTA | 4 484 621 | 498 291 | 4 982 912 | 280 278 | 490 197 | 5,0% | 490 197 | 5 753 387 |
| LAGOA (SÃO MIGUEL) | 3 751 422 | 416 825 | 4 168 247 | 341 248 | 279 332 | 5,0% | 279 332 | 4 788 827 |
| LAJES DAS FLORES | 2 426 014 | 269 557 | 2 695 571 | 16 727 | 26 403 | 4,0% | 21 122 | 2 733 420 |
| LAJES DO PICO | 3 453 232 | 383 692 | 3 836 924 | 84 223 | 83 074 | 5,0% | 83 074 | 4 004 221 |
| MADALENA | 3 622 358 | 402 484 | 4 024 842 | 113 907 | 127 311 | 5,0% | 127 311 | 4 266 060 |
| NORDESTE | 3 844 679 | 427 186 | 4 271 865 | 116 321 | 61 382 | 5,0% | 61 382 | 4 449 568 |
| PONTA DELGADA | 9 617 801 | 1 068 644 | 10 686 445 | 1 548 766 | 2 640 987 | 5,0% | 2 640 987 | 14 876 198 |
| POVOAÇÃO | 3 709 267 | 412 141 | 4 121 408 | 157 142 | 70 741 | 5,0% | 70 741 | 4 349 291 |
| RIBEIRA GRANDE | 7 376 316 | 819 591 | 8 195 907 | 834 494 | 493 752 | 5,0% | 493 752 | 9 524 153 |
| SANTA CRUZ DA GRACIOSA | 2 477 667 | 275 296 | 2 752 963 | 83 249 | 79 398 | 5,0% | 79 398 | 2 915 610 |
| SANTA CRUZ DAS FLORES | 2 085 723 | 231 747 | 2 317 470 | 53 725 | 50 430 | 4,0% | 40 344 | 2 411 539 |
| SÃO ROQUE DO PICO | 2 753 017 | 305 891 | 3 058 908 | 65 653 | 71 849 | 5,0% | 71 849 | 3 196 410 |
| VELAS | 3 473 997 | 386 000 | 3 859 997 | 92 576 | 95 765 | 2,5% | 47 883 | 4 000 456 |
| PRAIA DA VITÓRIA | 5 435 518 | 603 946 | 6 039 464 | 478 595 | 452 402 | 5,0% | 452 402 | 6 970 461 |
| VILA DO PORTO | 3 159 340 | 351 038 | 3 510 378 | 128 432 | 294 873 | 5,0% | 294 873 | 3 933 683 |
| VILA FRANCA DO CAMPO | 3 698 645 | 410 960 | 4 109 605 | 275 777 | 141 775 | 5,0% | 141 775 | 4 527 157 |
| **TOTAL** | **77 413 319** | **8 601 478** | **86 014 797** | **5 370 404** | **6 664 474** | | **6 601 225** | **97 986 426** |
| **MADEIRA** | | | | | | | | |
| CALHETA | 5 469 512 | 607 724 | 6 077 236 | 222 594 | 196 971 | 5,0% | 196 971 | 6 496 801 |
| CÂMARA DE LOBOS | 5 894 644 | 654 960 | 6 549 604 | 799 302 | 387 609 | 5,0% | 387 609 | 7 736 515 |
| FUNCHAL | 7 434 419 | 826 046 | 8 260 465 | 1 662 250 | 5 848 724 | 4,0% | 4 678 979 | 14 601 694 |
| MACHICO | 4 751 341 | 527 927 | 5 279 268 | 468 721 | 438 002 | 5,0% | 438 002 | 6 185 991 |
| PONTA DO SOL | 3 100 953 | 344 550 | 3 445 503 | 205 686 | 131 850 | 4,5% | 118 665 | 3 769 854 |
| PORTO MONIZ | 3 316 829 | 368 537 | 3 685 366 | 50 898 | 40 906 | 0,0% | 0 | 3 736 264 |
| PORTO SANTO | 1 359 943 | 151 105 | 1 511 048 | 91 437 | 301 948 | 5,0% | 301 948 | 1 904 433 |
| RIBEIRA BRAVA | 3 845 083 | 427 231 | 4 272 314 | 323 006 | 211 123 | 5,0% | 211 123 | 4 806 443 |
| SANTA CRUZ | 3 953 480 | 439 276 | 4 392 756 | 560 324 | 1 475 592 | 5,0% | 1 475 592 | 6 428 672 |
| SANTANA | 4 830 103 | 536 678 | 5 366 781 | 123 357 | 104 141 | 0,0% | 0 | 5 490 138 |
| SÃO VICENTE | 3 749 338 | 416 593 | 4 165 931 | 107 823 | 85 227 | 5,0% | 85 227 | 4 358 981 |
| **TOTAL** | **47 705 645** | **5 300 627** | **53 006 272** | **4 615 398** | **9 222 093** | | **7 894 116** | **65 515 786** |
| **TOTAL GERAL** | **1 648 536 511** | **191 141 420** | **1 839 677 931** | **163 325 967** | **451 983 369** | | **390 300 124** | **2 393 304 022** |
| **TOTAL CONTINENTE** | **1 523 417 547** | **177 239 315** | **1 700 656 862** | **153 340 165** | **436 096 802** | | **375 804 783** | **2 229 801 810** |

**MAPA XX**

**TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS**

**PARTICIPAÇÃO DAS FREGUESIAS NOS IMPOSTOS DO ESTADO - 2017**

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Aguada de Cima | 60 386 | **0** | **60 386** |
| Fermentelos | 48 687 | **0** | **48 687** |
| Macinhata do Vouga | 57 845 | **0** | **57 845** |
| Valongo do Vouga | 76 891 | **0** | **76 891** |
| União das freguesias de Águeda e Borralha | 156 673 | **23 501** | **180 174** |
| União das freguesias de Barrô e Aguada de Baixo | 65 371 | **9 806** | **75 177** |
| União das freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão | 111 697 | **16 755** | **128 452** |
| União das freguesias de Recardães e Espinhel | 94 582 | **14 187** | **108 769** |
| União das freguesias de Travassô e Óis da Ribeira | 58 044 | **8 708** | **66 752** |
| União das freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga | 91 869 | **13 779** | **105 648** |
| União das freguesias do Préstimo e Macieira de Alcoba | 59 482 | **8 923** | **68 405** |
| **ÁGUEDA (Total município)** | **881 527** | **95 659** | **977 186** |
| Alquerubim | 43 953 | **0** | **43 953** |
| Angeja | 43 792 | **0** | **43 792** |
| Branca | 76 789 | **0** | **76 789** |
| Ribeira de Fráguas | 48 221 | **0** | **48 221** |
| Albergaria-a-Velha e Valmaior | 130 428 | **19 564** | **149 992** |
| São João de Loure e Frossos | 65 495 | **9 825** | **75 320** |
| **ALBERGARIA-A-VELHA (Total município)** | **408 678** | **29 389** | **438 067** |
| Avelãs de Caminho | 28 280 | **0** | **28 280** |
| Avelãs de Cima | 57 127 | **0** | **57 127** |
| Moita | 53 535 | **0** | **53 535** |
| Sangalhos | 55 755 | **0** | **55 755** |
| São Lourenço do Bairro | 43 216 | **0** | **43 216** |
| Vila Nova de Monsarros | 44 550 | **0** | **44 550** |
| Vilarinho do Bairro | 50 854 | **0** | **50 854** |
| União das freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas | 82 181 | **0** | **82 181** |
| União das freguesias de Arcos e Mogofores | 80 392 | **0** | **80 392** |
| União das freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro | 85 252 | **0** | **85 252** |
| **ANADIA (Total município)** | **581 142** | **0** | **581 142** |
| Alvarenga | 45 762 | **0** | **45 762** |
| Chave | 32 559 | **0** | **32 559** |
| Escariz | 40 623 | **0** | **40 623** |
| Fermedo | 33 815 | **0** | **33 815** |
| Mansores | 31 724 | **0** | **31 724** |
| Moldes | 42 741 | **0** | **42 741** |
| Rossas | 36 972 | **0** | **36 972** |
| Santa Eulália | 46 636 | **0** | **46 636** |
| São Miguel do Mato | 35 133 | **0** | **35 133** |
| Tropeço | 31 388 | **0** | **31 388** |
| Urrô | 30 146 | **0** | **30 146** |
| Várzea | 24 116 | **0** | **24 116** |
| União das freguesias de Arouca e Burgo | 83 305 | **12 495** | **95 800** |
| União das freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra | 46 646 | **6 997** | **53 643** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| União das freguesias de Canelas e Espiunca | 58 228 | **8 734** | **66 962** |
| União das freguesias de Covelo de Paivó e Janarde | 52 953 | **7 943** | **60 896** |
| **AROUCA (Total município)** | **672 747** | **36 169** | **708 916** |
| Aradas | 81 044 | **0** | **81 044** |
| Cacia | 86 771 | **0** | **86 771** |
| Esgueira | 113 745 | **0** | **113 745** |
| Oliveirinha | 56 378 | **0** | **56 378** |
| São Bernardo | 43 998 | **0** | **43 998** |
| São Jacinto | 32 580 | **0** | **32 580** |
| Santa Joana | 72 931 | **0** | **72 931** |
| Eixo e Eirol | 83 569 | **12 536** | **96 105** |
| Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz | 99 401 | **14 911** | **114 312** |
| União das freguesias de Glória e Vera Cruz | 189 128 | **28 368** | **217 496** |
| **AVEIRO (Total município)** | **859 545** | **55 815** | **915 360** |
| Fornos | 30 651 | **0** | **30 651** |
| Real | 56 730 | **0** | **56 730** |
| Santa Maria de Sardoura | 42 299 | **0** | **42 299** |
| São Martinho de Sardoura | 34 031 | **0** | **34 031** |
| União das freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso | 121 166 | **0** | **121 166** |
| União das freguesias de Sobrado e Bairros | 72 334 | **0** | **72 334** |
| **CASTELO DE PAIVA (Total município)** | **357 211** | **0** | **357 211** |
| Espinho | 97 125 | **0** | **97 125** |
| Paramos | 67 114 | **0** | **67 114** |
| Silvalde | 84 483 | **0** | **84 483** |
| União das freguesias de Anta e Guetim | 133 457 | **0** | **133 457** |
| **ESPINHO (Total município)** | **382 179** | **0** | **382 179** |
| Avanca | 79 134 | **0** | **79 134** |
| Pardilhó | 57 820 | **0** | **57 820** |
| Salreu | 62 246 | **0** | **62 246** |
| União das freguesias de Beduído e Veiros | 129 121 | **0** | **129 121** |
| União das freguesias de Canelas e Fermelã | 72 356 | **0** | **72 356** |
| **ESTARREJA (Total município)** | **400 677** | **0** | **400 677** |
| Argoncilhe | 88 584 | **0** | **88 584** |
| Arrifana | 71 645 | **0** | **71 645** |
| Escapães | 45 084 | **0** | **45 084** |
| Fiães | 89 142 | **0** | **89 142** |
| Fornos | 42 249 | **0** | **42 249** |
| Lourosa | 90 813 | **0** | **90 813** |
| Milheirós de Poiares | 49 451 | **0** | **49 451** |
| Mozelos | 67 691 | **0** | **67 691** |
| Nogueira da Regedoura | 58 958 | **0** | **58 958** |
| São Paio de Oleiros | 52 850 | **0** | **52 850** |
| Paços de Brandão | 56 125 | **0** | **56 125** |
| Rio Meão | 58 639 | **0** | **58 639** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Romariz | 49 370 | **0** | **49 370** |
| Sanguedo | 49 741 | **0** | **49 741** |
| Santa Maria de Lamas | 57 678 | **0** | **57 678** |
| São João de Ver | 94 013 | **0** | **94 013** |
| União das freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros | 68 296 | **10 245** | **78 541** |
| União das freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior | 170 255 | **25 538** | **195 793** |
| União das freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande | 158 864 | **23 830** | **182 694** |
| União das freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo | 200 574 | **30 087** | **230 661** |
| União das freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô | 96 485 | **14 473** | **110 958** |
| **SANTA MARIA DA FEIRA (Total município)** | **1 716 507** | **104 173** | **1 820 680** |
| Gafanha da Encarnação | 63 713 | **0** | **63 713** |
| Gafanha da Nazaré | 138 952 | **0** | **138 952** |
| Gafanha do Carmo | 29 493 | **0** | **29 493** |
| Ílhavo (São Salvador) | 159 727 | **0** | **159 727** |
| **ÍLHAVO (Total município)** | **391 885** | **0** | **391 885** |
| Barcouço | 46 903 | **0** | **46 903** |
| Casal Comba | 54 877 | **0** | **54 877** |
| Luso | 51 121 | **0** | **51 121** |
| Pampilhosa | 53 710 | **0** | **53 710** |
| Vacariça | 44 897 | **0** | **44 897** |
| União das freguesias da Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes | 103 402 | **0** | **103 402** |
| **MEALHADA (Total município)** | **354 910** | **0** | **354 910** |
| Bunheiro | 62 164 | **0** | **62 164** |
| Monte | 25 305 | **0** | **25 305** |
| Murtosa | 55 569 | **0** | **55 569** |
| Torreira | 65 973 | **0** | **65 973** |
| **MURTOSA (Total município)** | **209 011** | **0** | **209 011** |
| Carregosa | 47 976 | **0** | **47 976** |
| Cesar | 43 206 | **0** | **43 206** |
| Fajões | 44 515 | **0** | **44 515** |
| Loureiro | 59 472 | **0** | **59 472** |
| Macieira de Sarnes | 35 563 | **0** | **35 563** |
| Ossela | 43 965 | **0** | **43 965** |
| São Martinho da Gândara | 37 271 | **0** | **37 271** |
| São Roque | 65 755 | **0** | **65 755** |
| Vila de Cucujães | 111 497 | **0** | **111 497** |
| União das freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo | 81 836 | **0** | **81 836** |
| União das freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago da Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail | 251 343 | **0** | **251 343** |
| União das freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz | 127 161 | **0** | **127 161** |
| **OLIVEIRA DE AZEMÉIS (Total município)** | **949 560** | **0** | **949 560** |
| Oiã | 119 091 | **0** | **119 091** |
| Oliveira do Bairro | 100 776 | **0** | **100 776** |
| Palhaça | 51 049 | **0** | **51 049** |
| União das freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa | 141 086 | **0** | **141 086** |
| **OLIVEIRA DO BAIRRO (Total município)** | **412 002** | **0** | **412 002** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Cortegaça | 54 796 | 0 | 54 796 |
| Esmoriz | 108 737 | 0 | 108 737 |
| Maceda | 52 188 | 0 | 52 188 |
| Válega | 81 654 | 0 | 81 654 |
| União das freguesias de Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã | 347 519 | 0 | 347 519 |
| **OVAR (Total município)** | **644 894** | **0** | **644 894** |
| São João da Madeira | 262 907 | 0 | 262 907 |
| **SÃO JOÃO DA MADEIRA (Total município)** | **262 907** | **0** | **262 907** |
| Couto de Esteves | 37 081 | 0 | 37 081 |
| Pessegueiro do Vouga | 42 476 | 0 | 42 476 |
| Rocas do Vouga | 40 341 | 0 | 40 341 |
| Sever do Vouga | 42 987 | 0 | 42 987 |
| Talhadas | 47 707 | 0 | 47 707 |
| União das freguesias de Cedrim e Paradela | 53 100 | 0 | 53 100 |
| União das freguesias de Silva Escura e Dornelas | 62 395 | 0 | 62 395 |
| **SEVER DO VOUGA (Total município)** | **326 087** | **0** | **326 087** |
| Calvão | 39 800 | 0 | 39 800 |
| Gafanha da Boa Hora | 54 088 | 0 | 54 088 |
| Ouca | 37 612 | 0 | 37 612 |
| Sosa | 47 628 | 0 | 47 628 |
| Santo André de Vagos | 39 278 | 0 | 39 278 |
| União das freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo | 57 599 | 0 | 57 599 |
| União das freguesias de Ponte de Vagos e Santa Catarina | 59 182 | 0 | 59 182 |
| União das freguesias de Vagos e Santo António | 95 642 | 0 | 95 642 |
| **VAGOS (Total município)** | **430 829** | **0** | **430 829** |
| Arões | 72 682 | 0 | 72 682 |
| São Pedro de Castelões | 86 336 | 0 | 86 336 |
| Cepelos | 42 910 | 0 | 42 910 |
| Junqueira | 39 383 | 0 | 39 383 |
| Macieira de Cambra | 67 205 | 0 | 67 205 |
| Roge | 43 358 | 0 | 43 358 |
| União das freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho | 103 291 | 15 494 | 118 785 |
| **VALE DE CAMBRA (Total município)** | **455 165** | **15 494** | **470 659** |
| **AVEIRO (Total distrito)** | **10 697 463** | **336 699** | **11 034 162** |
| Ervidel | 45 435 | 0 | 45 435 |
| Messejana | 74 775 | 0 | 74 775 |
| São João de Negrilhos | 62 432 | 0 | 62 432 |
| União das freguesias de Aljustrel e Rio de Moinhos | 191 220 | 0 | 191 220 |
| **ALJUSTREL (Total município)** | **373 862** | **0** | **373 862** |
| Rosário | 48 790 | 0 | 48 790 |
| Santa Cruz | 78 419 | 0 | 78 419 |
| São Barnabé | 85 633 | 0 | 85 633 |
| Aldeia dos Fernandes | 31 712 | 0 | 31 712 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| União das freguesias de Almodôvar e Graça dos Padrões | 185 160 | **27 774** | **212 934** |
| União das freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires | 119 071 | **17 861** | **136 932** |
| **ALMODÔVAR (Total município)** | **548 785** | **45 635** | **594 420** |
| Alvito | 90 997 | **0** | **90 997** |
| Vila Nova da Baronia | 84 265 | **0** | **84 265** |
| **ALVITO (Total município)** | **175 262** | **0** | **175 262** |
| Barrancos | 175 616 | **0** | **175 616** |
| **BARRANCOS (Total município)** | **175 616** | **0** | **175 616** |
| Baleizão | 76 264 | **0** | **76 264** |
| Beringel | 35 159 | **0** | **35 159** |
| Cabeça Gorda | 59 513 | **0** | **59 513** |
| Nossa Senhora das Neves | 53 399 | **0** | **53 399** |
| Santa Clara de Louredo | 48 013 | **0** | **48 013** |
| São Matias | 45 544 | **0** | **45 544** |
| União das freguesias de Albernoa e Trindade | 118 552 | **0** | **118 552** |
| União das freguesias de Beja (Salvador e Santa Maria da Feira) | 120 768 | **0** | **120 768** |
| União das freguesias de Beja (Santiago Maior e São João Baptista) | 168 091 | **0** | **168 091** |
| União das freguesias de Salvada e Quintos | 121 146 | **0** | **121 146** |
| União das freguesias de Santa Vitória e Mombeja | 99 971 | **0** | **99 971** |
| União das freguesias de Trigaches e São Brissos | 54 084 | **0** | **54 084** |
| **BEJA (Total município)** | **1 000 504** | **0** | **1 000 504** |
| Entradas | 55 939 | **0** | **55 939** |
| Santa Bárbara de Padrões | 55 589 | **0** | **55 589** |
| São Marcos da Ataboeira | 62 778 | **0** | **62 778** |
| União das freguesias de Castro Verde e Casével | 225 533 | **0** | **225 533** |
| **CASTRO VERDE (Total município)** | **399 839** | **0** | **399 839** |
| Cuba | 85 465 | **0** | **85 465** |
| Faro do Alentejo | 43 454 | **0** | **43 454** |
| Vila Alva | 39 315 | **0** | **39 315** |
| Vila Ruiva | 29 963 | **0** | **29 963** |
| **CUBA (Total município)** | **198 197** | **0** | **198 197** |
| Figueira dos Cavaleiros | 96 975 | **0** | **96 975** |
| Odivelas | 66 767 | **0** | **66 767** |
| União das freguesias de Alfundão e Peroguarda | 83 790 | **0** | **83 790** |
| União das freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros | 212 667 | **0** | **212 667** |
| **FERREIRA DO ALENTEJO (Total município)** | **460 199** | **0** | **460 199** |
| Alcaria Ruiva | 115 433 | **0** | **115 433** |
| Corte do Pinto | 56 163 | **0** | **56 163** |
| Espírito Santo | 72 790 | **0** | **72 790** |
| Mértola | 190 721 | **0** | **190 721** |
| Santana de Cambas | 93 658 | **0** | **93 658** |
| São João dos Caldeireiros | 67 067 | **0** | **67 067** |
| União das freguesias de São Miguel do Pinheiro, São Pedro de Solis e São Sebastião dos Carros | 183 516 | **0** | **183 516** |
| **MÉRTOLA (Total município)** | **779 348** | **0** | **779 348** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Amareleja | 86 750 | **0** | **86 750** |
| Póvoa de São Miguel | 97 587 | **0** | **97 587** |
| Sobral da Adiça | 83 359 | **0** | **83 359** |
| União das freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Baptista) e Santo Amador | 256 379 | **0** | **256 379** |
| União das freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração | 144 553 | **0** | **144 553** |
| **MOURA (Total município)** | **668 628** | **0** | **668 628** |
| Relíquias | 70 396 | **0** | **70 396** |
| Sabóia | 85 848 | **0** | **85 848** |
| São Luís | 99 337 | **0** | **99 337** |
| São Martinho das Amoreiras | 81 203 | **0** | **81 203** |
| Vila Nova de Milfontes | 79 306 | **0** | **79 306** |
| Luzianes-Gare | 58 484 | **0** | **58 484** |
| Boavista dos Pinheiros | 46 404 | **0** | **46 404** |
| Longueira/Almograve | 52 114 | **0** | **52 114** |
| Colos | 72 861 | **10 930** | **83 791** |
| Santa Clara-a-Velha | 104 903 | **15 735** | **120 638** |
| São Salvador e Santa Maria | 129 911 | **19 487** | **149 398** |
| São Teotónio | 235 906 | **35 386** | **271 292** |
| Vale de Santiago | 89 377 | **13 407** | **102 784** |
| **ODEMIRA (Total município)** | **1 206 050** | **94 945** | **1 300 995** |
| Ourique | 157 213 | **0** | **157 213** |
| Santana da Serra | 112 413 | **0** | **112 413** |
| União das freguesias de Garvão e Santa Luzia | 80 431 | **0** | **80 431** |
| União das freguesias de Panoias e Conceição | 101 062 | **0** | **101 062** |
| **OURIQUE (Total município)** | **451 119** | **0** | **451 119** |
| Brinches | 65 235 | **0** | **65 235** |
| Pias | 115 792 | **0** | **115 792** |
| Vila Verde de Ficalho | 73 734 | **0** | **73 734** |
| União das freguesias de Serpa (Salvador e Santa Maria) | 291 645 | **0** | **291 645** |
| União das freguesias de Vila Nova de São Bento e Vale de Vargo | 208 274 | **0** | **208 274** |
| **SERPA (Total município)** | **754 680** | **0** | **754 680** |
| Pedrógão | 80 874 | **0** | **80 874** |
| Selmes | 85 345 | **0** | **85 345** |
| Vidigueira | 60 633 | **0** | **60 633** |
| Vila de Frades | 36 686 | **0** | **36 686** |
| **VIDIGUEIRA (Total município)** | **263 538** | **0** | **263 538** |
| **BEJA (Total distrito)** | **7 455 627** | **140 580** | **7 596 207** |
| Barreiros | 24 114 | **0** | **24 114** |
| Bico | 24 114 | **0** | **24 114** |
| Caires | 24 615 | **0** | **24 615** |
| Carrazedo | 24 114 | **0** | **24 114** |
| Dornelas | 24 114 | **0** | **24 114** |
| Fiscal | 24 114 | **0** | **24 114** |
| Goães | 24 114 | **0** | **24 114** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Lago | 33 069 | **0** | **33 069** |
| Rendufe | 25 282 | **0** | **25 282** |
| Bouro (Santa Maria) | 25 380 | **0** | **25 380** |
| Bouro (Santa Marta) | 26 120 | **0** | **26 120** |
| União das freguesias de Amares e Figueiredo | 49 583 | **0** | **49 583** |
| União das freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos | 64 859 | **0** | **64 859** |
| União das freguesias de Ferreiros, Prozelo e Besteiros | 84 629 | **0** | **84 629** |
| União das freguesias de Torre e Portela | 40 589 | **0** | **40 589** |
| União das freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas | 63 302 | **0** | **63 302** |
| **AMARES (Total município)** | **582 112** | **0** | **582 112** |
| Abade de Neiva | 34 697 | **0** | **34 697** |
| Aborim | 25 071 | **0** | **25 071** |
| Adães | 24 114 | **0** | **24 114** |
| Airó | 24 114 | **0** | **24 114** |
| Aldreu | 24 114 | **0** | **24 114** |
| Alvelos | 35 688 | **0** | **35 688** |
| Arcozelo | 96 171 | **0** | **96 171** |
| Areias | 24 633 | **0** | **24 633** |
| Balugães | 24 114 | **0** | **24 114** |
| Barcelinhos | 30 227 | **0** | **30 227** |
| Barqueiros | 35 811 | **0** | **35 811** |
| Cambeses | 25 190 | **0** | **25 190** |
| Carapeços | 36 510 | **0** | **36 510** |
| Carvalhal | 26 294 | **0** | **26 294** |
| Carvalhas | 24 114 | **0** | **24 114** |
| Cossourado | 25 291 | **0** | **25 291** |
| Cristelo | 35 038 | **0** | **35 038** |
| Fornelos | 24 114 | **0** | **24 114** |
| Fragoso | 39 263 | **0** | **39 263** |
| Gilmonde | 29 766 | **0** | **29 766** |
| Lama | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Lijó | 35 543 | **0** | **35 543** |
| Macieira de Rates | 36 407 | **0** | **36 407** |
| Manhente | 29 682 | **0** | **29 682** |
| Martim | 36 553 | **0** | **36 553** |
| Moure | 24 114 | **0** | **24 114** |
| Oliveira | 25 640 | **0** | **25 640** |
| Palme | 27 860 | **0** | **27 860** |
| Panque | 24 114 | **0** | **24 114** |
| Paradela | 25 622 | **0** | **25 622** |
| Pereira | 26 897 | **0** | **26 897** |
| Perelhal | 32 166 | **0** | **32 166** |
| Pousa | 38 974 | **0** | **38 974** |
| Remelhe | 29 437 | **0** | **29 437** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Roriz | 35 997 | 0 | **35 997** |
| Rio Covo (Santa Eugénia) | 25 096 | 0 | **25 096** |
| Galegos (Santa Maria) | 35 885 | 0 | **35 885** |
| Galegos (São Martinho) | 28 271 | 0 | **28 271** |
| Tamel (São Veríssimo) | 43 167 | 0 | **43 167** |
| Silva | 24 114 | 0 | **24 114** |
| Ucha | 27 610 | 0 | **27 610** |
| Várzea | 25 096 | 0 | **25 096** |
| Vila Seca | 27 862 | 0 | **27 862** |
| União das freguesias de Alheira e Igreja Nova | 51 664 | 0 | **51 664** |
| União das freguesias de Alvito (São Pedro e São Martinho) e Couto | 72 344 | 0 | **72 344** |
| União das freguesias de Areias de Vilar e Encourados | 52 889 | 0 | **52 889** |
| União das freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (São Martinho e São Pedro) | 131 578 | 0 | **131 578** |
| União das freguesias de Campo e Tamel (São Pedro Fins) | 48 229 | 0 | **48 229** |
| União das freguesias de Carreira e Fonte Coberta | 51 928 | 0 | **51 928** |
| União das freguesias de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gueral | 120 573 | 0 | **120 573** |
| União das freguesias de Creixomil e Mariz | 48 229 | 0 | **48 229** |
| União das freguesias de Durrães e Tregosa | 48 229 | 0 | **48 229** |
| União das freguesias de Gamil e Midões | 48 229 | 0 | **48 229** |
| União das freguesias de Milhazes, Vilar de Figos e Faria | 72 517 | 0 | **72 517** |
| União das freguesias de Negreiros e Chavão | 55 872 | 0 | **55 872** |
| União das freguesias de Quintiães e Aguiar | 48 229 | 0 | **48 229** |
| União das freguesias de Sequeade e Bastuço (São João e Santo Estevão) | 72 344 | 0 | **72 344** |
| União das freguesias de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália) | 50 496 | 0 | **50 496** |
| União das freguesias de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte | 48 229 | 0 | **48 229** |
| União das freguesias de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães | 105 960 | 0 | **105 960** |
| União das freguesias de Vila Cova e Feitos | 60 969 | 0 | **60 969** |
| **BARCELOS (Total município)** | **2 524 045** | **0** | **2 524 045** |
| Adaúfe | 50 886 | 0 | **50 886** |
| Espinho | 27 816 | 0 | **27 816** |
| Esporões | 33 034 | 0 | **33 034** |
| Figueiredo | 24 787 | 0 | **24 787** |
| Gualtar | 45 466 | 0 | **45 466** |
| Lamas | 23 819 | 0 | **23 819** |
| Mire de Tibães | 38 223 | 0 | **38 223** |
| Padim da Graça | 29 662 | 0 | **29 662** |
| Palmeira | 55 653 | 0 | **55 653** |
| Pedralva | 32 408 | 0 | **32 408** |
| Priscos | 27 050 | 0 | **27 050** |
| Ruilhe | 24 786 | 0 | **24 786** |
| Braga (São Vicente) | 70 009 | 0 | **70 009** |
| Braga (São Vítor) | 143 592 | 0 | **143 592** |
| Sequeira | 34 655 | 0 | **34 655** |
| Sobreposta | 27 180 | 0 | **27 180** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Tadim | 23 818 | **0** | **23 818** |
| Tebosa | 24 411 | **0** | **24 411** |
| União das freguesias de Arentim e Cunha | 47 576 | **0** | **47 576** |
| União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) | 128 016 | **0** | **128 016** |
| União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) | 136 420 | **0** | **136 420** |
| União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião) | 53 724 | **0** | **53 724** |
| União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro | 90 250 | **0** | **90 250** |
| União das freguesias de Crespos e Pousada | 47 960 | **0** | **47 960** |
| União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente) | 72 490 | **0** | **72 490** |
| União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede) | 64 504 | **0** | **64 504** |
| União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves | 79 411 | **0** | **79 411** |
| União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) | 47 637 | **0** | **47 637** |
| União das freguesias de Lomar e Arcos | 69 054 | **0** | **69 054** |
| União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães | 80 920 | **0** | **80 920** |
| União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos | 52 892 | **0** | **52 892** |
| União das freguesias de Morreira e Trandeiras | 47 636 | **0** | **47 636** |
| União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães | 108 260 | **0** | **108 260** |
| União das freguesias de Nogueiró e Tenões | 48 402 | **0** | **48 402** |
| União das freguesias de Real, Dume e Semelhe | 100 540 | **0** | **100 540** |
| União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra | 47 636 | **0** | **47 636** |
| União das freguesias de Vilaça e Fradelos | 47 636 | **0** | **47 636** |
| **BRAGA (Total município)** | **2 108 219** | **0** | **2 108 219** |
| Abadim | 27 556 | **0** | **27 556** |
| Basto | 24 138 | **0** | **24 138** |
| Bucos | 28 515 | **0** | **28 515** |
| Cabeceiras de Basto | 35 539 | **0** | **35 539** |
| Cavez | 43 247 | **0** | **43 247** |
| Faia | 24 112 | **0** | **24 112** |
| Pedraça | 28 180 | **0** | **28 180** |
| Rio Douro | 47 451 | **0** | **47 451** |
| União das freguesias de Alvite e Passos | 50 885 | **0** | **50 885** |
| União das freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune | 54 819 | **0** | **54 819** |
| União das freguesias de Gondiães e Vilar de Cunhas | 53 653 | **0** | **53 653** |
| União das freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela | 106 053 | **0** | **106 053** |
| **CABECEIRAS DE BASTO (Total município)** | **524 148** | **0** | **524 148** |
| Agilde | 30 292 | **0** | **30 292** |
| Arnóia | 40 558 | **0** | **40 558** |
| Borba de Montanha | 30 950 | **0** | **30 950** |
| Codeçoso | 24 112 | **0** | **24 112** |
| Fervença | 33 153 | **0** | **33 153** |
| Moreira do Castelo | 24 112 | **0** | **24 112** |
| Rego | 33 698 | **0** | **33 698** |
| Ribas | 29 453 | **0** | **29 453** |
| Basto (São Clemente) | 35 654 | **0** | **35 654** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Vale de Bouro | 24 943 | **0** | **24 943** |
| União das freguesias de Britelo, Gémeos e Ourilhe | 87 394 | **0** | **87 394** |
| União das freguesias de Caçarilhe e Infesta | 48 225 | **0** | **48 225** |
| União das freguesias de Canedo de Basto e Corgo | 52 275 | **0** | **52 275** |
| União das freguesias de Carvalho e Basto (Santa Tecla) | 48 717 | **0** | **48 717** |
| União das freguesias de Veade, Gagos e Molares | 72 337 | **0** | **72 337** |
| **CELORICO DE BASTO (Total município)** | **615 873** | **0** | **615 873** |
| Antas | 36 869 | **0** | **36 869** |
| Forjães | 38 980 | **0** | **38 980** |
| Gemeses | 26 245 | **0** | **26 245** |
| Vila Chã | 31 738 | **0** | **31 738** |
| União das freguesias de Apúlia e Fão | 99 301 | **0** | **99 301** |
| União das freguesias de Belinho e Mar | 63 095 | **0** | **63 095** |
| União das freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra | 137 201 | **0** | **137 201** |
| União das freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto | 52 179 | **0** | **52 179** |
| União das freguesias de Palmeira de Faro e Curvos | 59 099 | **0** | **59 099** |
| **ESPOSENDE (Total município)** | **544 707** | **0** | **544 707** |
| Armil | 24 112 | **0** | **24 112** |
| Estorãos | 31 971 | **0** | **31 971** |
| Fafe | 126 578 | **0** | **126 578** |
| Fornelos | 26 385 | **0** | **26 385** |
| Golães | 36 559 | **0** | **36 559** |
| Medelo | 25 095 | **0** | **25 095** |
| Passos | 25 393 | **0** | **25 393** |
| Quinchães | 39 849 | **0** | **39 849** |
| Regadas | 33 459 | **0** | **33 459** |
| Revelhe | 24 112 | **0** | **24 112** |
| Ribeiros | 24 112 | **0** | **24 112** |
| Arões (Santa Cristina) | 25 095 | **0** | **25 095** |
| São Gens | 37 140 | **0** | **37 140** |
| Silvares (São Martinho) | 30 354 | **0** | **30 354** |
| Arões (São Romão) | 48 194 | **0** | **48 194** |
| Travassós | 33 493 | **0** | **33 493** |
| Vinhós | 24 112 | **0** | **24 112** |
| União de freguesias de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído | 82 946 | **12 442** | **95 388** |
| União de freguesias de Agrela e Serafão | 52 440 | **7 866** | **60 306** |
| União de freguesias de Antime e Silvares (São Clemente) | 51 904 | **7 786** | **59 690** |
| União de freguesias de Ardegão, Arnozela e Seidões | 72 337 | **10 850** | **83 187** |
| União de freguesias de Cepães e Fareja | 53 319 | **7 998** | **61 317** |
| União de freguesias de Freitas e Vila Cova | 48 225 | **7 233** | **55 458** |
| União de freguesias de Monte e Queimadela | 48 412 | **7 262** | **55 674** |
| União de freguesias de Moreira do Rei e Várzea Cova | 66 469 | **9 970** | **76 439** |
| **FAFE (Total município)** | **1 092 065** | **71 407** | **1 163 472** |
| Aldão | 24 112 | **0** | **24 112** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Azurém | 82 137 | **0** | **82 137** |
| Barco | 28 311 | **0** | **28 311** |
| Brito | 55 501 | **0** | **55 501** |
| Caldelas | 47 444 | **0** | **47 444** |
| Costa | 42 530 | **0** | **42 530** |
| Creixomil | 74 336 | **0** | **74 336** |
| Fermentões | 48 199 | **0** | **48 199** |
| Gonça | 30 620 | **0** | **30 620** |
| Gondar | 35 446 | **0** | **35 446** |
| Guardizela | 39 612 | **0** | **39 612** |
| Infantas | 34 578 | **0** | **34 578** |
| Longos | 33 371 | **0** | **33 371** |
| Lordelo | 57 313 | **0** | **57 313** |
| Mesão Frio | 49 135 | **0** | **49 135** |
| Moreira de Cónegos | 67 342 | **0** | **67 342** |
| Nespereira | 43 078 | **0** | **43 078** |
| Pencelo | 25 842 | **0** | **25 842** |
| Pinheiro | 25 095 | **0** | **25 095** |
| Polvoreira | 47 811 | **0** | **47 811** |
| Ponte | 56 763 | **0** | **56 763** |
| Ronfe | 53 902 | **0** | **53 902** |
| Prazins (Santa Eufémia) | 25 095 | **0** | **25 095** |
| Selho (São Cristóvão) | 31 699 | **0** | **31 699** |
| Selho (São Jorge) | 59 584 | **0** | **59 584** |
| Candoso (São Martinho) | 29 580 | **0** | **29 580** |
| Sande (São Martinho) | 41 740 | **0** | **41 740** |
| São Torcato | 47 925 | **0** | **47 925** |
| Serzedelo | 53 637 | **0** | **53 637** |
| Silvares | 40 572 | **0** | **40 572** |
| Urgezes | 59 030 | **0** | **59 030** |
| União das freguesias de Abação e Gémeos | 60 528 | **9 079** | **69 607** |
| União das freguesias de Airão Santa Maria, Airão São João e Vermil | 78 830 | **11 824** | **90 654** |
| União das freguesias de Arosa e Castelões | 48 225 | **7 233** | **55 458** |
| União das freguesias de Atães e Rendufe | 59 483 | **8 923** | **68 406** |
| União das freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim | 51 080 | **7 661** | **58 741** |
| União das freguesias de Briteiros São Salvador e Briteiros Santa Leocádia | 51 644 | **7 747** | **59 391** |
| União das freguesias de Candoso São Tiago e Mascotelos | 50 189 | **7 529** | **57 718** |
| União das freguesias de Conde e Gandarela | 49 996 | **7 499** | **57 495** |
| União das freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo | 72 337 | **10 850** | **83 187** |
| União das freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião | 89 340 | **13 401** | **102 741** |
| União das freguesias de Prazins Santo Tirso e Corvite | 42 363 | **6 355** | **48 718** |
| União das freguesias de Sande São Lourenço e Balazar | 49 925 | **7 488** | **57 413** |
| União das freguesias de Sande Vila Nova e Sande São Clemente | 64 439 | **9 666** | **74 105** |
| União das freguesias de Selho São Lourenço e Gominhães | 49 208 | **7 381** | **56 589** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| União das freguesias de Serzedo e Calvos | 52 216 | **7 832** | **60 048** |
| União das freguesias de Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar | 72 696 | **10 905** | **83 601** |
| União das freguesias de Tabuadelo e São Faustino | 55 198 | **8 281** | **63 479** |
| **GUIMARÃES (Total município)** | **2 389 037** | **149 654** | **2 538 691** |
| Covelas | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Ferreiros | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Galegos | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Garfe | 26 838 | **0** | **26 838** |
| Geraz do Minho | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Lanhoso | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Monsul | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Póvoa de Lanhoso (Nossa Senhora do Amparo) | 54 804 | **0** | **54 804** |
| Rendufinho | 24 592 | **0** | **24 592** |
| Santo Emilião | 24 113 | **0** | **24 113** |
| São João de Rei | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Serzedelo | 26 310 | **0** | **26 310** |
| Sobradelo da Goma | 29 041 | **0** | **29 041** |
| Taíde | 31 727 | **0** | **31 727** |
| Travassos | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vilela | 24 113 | **0** | **24 113** |
| União das freguesias de Águas Santas e Moure | 47 653 | **0** | **47 653** |
| União das freguesias de Calvos e Frades | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Campos e Louredo | 48 761 | **0** | **48 761** |
| União das freguesias de Esperança e Brunhais | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Fonte Arcada e Oliveira | 53 357 | **0** | **53 357** |
| União das freguesias de Verim, Friande e Ajude | 63 531 | **0** | **63 531** |
| **PÓVOA DE LANHOSO (Total município)** | **744 198** | **0** | **744 198** |
| Balança | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Campo do Gerês | 48 634 | **0** | **48 634** |
| Carvalheira | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Covide | 27 087 | **0** | **27 087** |
| Gondoriz | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Moimenta | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Ribeira | 23 634 | **0** | **23 634** |
| Rio Caldo | 30 071 | **0** | **30 071** |
| Souto | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Valdosende | 26 174 | **0** | **26 174** |
| Vilar da Veiga | 62 871 | **0** | **62 871** |
| União das freguesias de Chamoim e Vilar | 41 015 | **6 153** | **47 168** |
| União das freguesias de Chorense e Monte | 43 307 | **6 497** | **49 804** |
| União das freguesias de Cibões e Brufe | 42 279 | **6 342** | **48 621** |
| **TERRAS DE BOURO (Total município)** | **465 637** | **18 992** | **484 629** |
| Cantelães | 28 214 | **0** | **28 214** |
| Eira Vedra | 24 113 | **0** | **24 113** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Guilhofrei | 30 127 | **0** | **30 127** |
| Louredo | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Mosteiro | 27 893 | **0** | **27 893** |
| Parada do Bouro | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Pinheiro | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Rossas | 49 385 | **0** | **49 385** |
| Salamonde | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Tabuaças | 26 538 | **0** | **26 538** |
| Vieira do Minho | 36 602 | **0** | **36 602** |
| União das freguesias de Anissó e Soutelo | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Anjos e Vilar do Chão | 50 195 | **0** | **50 195** |
| União das freguesias de Caniçada e Soengas | 39 219 | **0** | **39 219** |
| União das freguesias de Ruivães e Campos | 64 657 | **0** | **64 657** |
| União das freguesias de Ventosa e Cova | 48 227 | **0** | **48 227** |
| **VIEIRA DO MINHO (Total município)** | **569 849** | **0** | **569 849** |
| Bairro | 48 946 | **0** | **48 946** |
| Brufe | 33 869 | **0** | **33 869** |
| Castelões | 31 774 | **0** | **31 774** |
| Cruz | 31 004 | **0** | **31 004** |
| Delães | 41 650 | **0** | **41 650** |
| Fradelos | 58 243 | **0** | **58 243** |
| Gavião | 50 648 | **0** | **50 648** |
| Joane | 78 928 | **0** | **78 928** |
| Landim | 43 437 | **0** | **43 437** |
| Louro | 37 276 | **0** | **37 276** |
| Lousado | 51 873 | **0** | **51 873** |
| Mogege | 30 307 | **0** | **30 307** |
| Nine | 41 590 | **0** | **41 590** |
| Pedome | 33 489 | **0** | **33 489** |
| Pousada de Saramagos | 25 997 | **0** | **25 997** |
| Requião | 46 891 | **0** | **46 891** |
| Riba de Ave | 39 870 | **0** | **39 870** |
| Ribeirão | 85 493 | **0** | **85 493** |
| Oliveira (Santa Maria) | 45 844 | **0** | **45 844** |
| Vale (São Martinho) | 33 418 | **0** | **33 418** |
| Oliveira (São Mateus) | 41 775 | **0** | **41 775** |
| Vermoim | 43 973 | **0** | **43 973** |
| Vilarinho das Cambas | 33 529 | **0** | **33 529** |
| União das freguesias de Antas e Abade de Vermoim | 84 959 | **0** | **84 959** |
| União das freguesias de Arnoso (Santa Maria e Santa Eulália) e Sezures | 80 722 | **0** | **80 722** |
| União das freguesias de Avidos e Lagoa | 49 209 | **0** | **49 209** |
| União das freguesias de Carreira e Bente | 50 399 | **0** | **50 399** |
| União das freguesias de Esmeriz e Cabeçudos | 60 269 | **0** | **60 269** |
| União das freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz | 89 527 | **0** | **89 527** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| União das freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei | 79 145 | **0** | **79 145** |
| União das freguesias de Ruivães e Novais | 58 894 | **0** | **58 894** |
| União das freguesias de Seide | 48 514 | **0** | **48 514** |
| União das freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela | 100 267 | **0** | **100 267** |
| União das freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário | 152 984 | **0** | **152 984** |
| **VILA NOVA DE FAMALICÃO (Total município)** | **1 864 713** | **0** | **1 864 713** |
| Atiães | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Cabanelas | 35 995 | **0** | **35 995** |
| Cervães | 36 680 | **0** | **36 680** |
| Coucieiro | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Dossãos | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Freiriz | 26 916 | **0** | **26 916** |
| Gême | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Lage | 35 686 | **0** | **35 686** |
| Lanhas | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Loureira | 23 736 | **0** | **23 736** |
| Moure | 28 504 | **0** | **28 504** |
| Oleiros | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Parada de Gatim | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Pico | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Ponte | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Sabariz | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vila de Prado | 55 509 | **0** | **55 509** |
| Prado (São Miguel) | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Soutelo | 34 297 | **0** | **34 297** |
| Turiz | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Valdreu | 35 012 | **0** | **35 012** |
| Aboim da Nóbrega e Gondomar | 45 754 | **6 863** | **52 617** |
| União das freguesias da Ribeira do Neiva | 178 737 | **26 811** | **205 548** |
| União das freguesias de Carreiras (São Miguel) e Carreiras (Santiago) | 48 227 | **7 234** | **55 461** |
| União das freguesias de Escariz (São Mamede) e Escariz (São Martinho) | 48 227 | **7 234** | **55 461** |
| União das freguesias de Esqueiros, Nevogilde e Travassós | 71 455 | **10 718** | **82 173** |
| União das freguesias de Marrancos e Arcozelo | 48 227 | **7 234** | **55 461** |
| União das freguesias de Oriz (Santa Marinha) e Oriz (São Miguel) | 48 065 | **7 210** | **55 275** |
| União das freguesias de Pico de Regalados, Gondiães e Mós | 72 340 | **10 852** | **83 192** |
| União das freguesias de Sande, Vilarinho, Barros e Gomide | 96 455 | **14 468** | **110 923** |
| União das freguesias de Valbom (São Pedro), Passô e Valbom (São Martinho) | 71 447 | **10 717** | **82 164** |
| União das freguesias do Vade | 112 838 | **16 925** | **129 763** |
| Vila Verde e Barbudo | 71 723 | **10 759** | **82 482** |
| **VILA VERDE (Total município)** | **1 517 152** | **137 025** | **1 654 177** |
| Santa Eulália | 60 206 | **0** | **60 206** |
| Infias | 25 955 | **0** | **25 955** |
| Vizela (Santo Adrião) | 37 841 | **0** | **37 841** |
| União das freguesias de Caldas de Vizela (São Miguel e São João) | 115 302 | **0** | **115 302** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| União das freguesias de Tagilde e Vizela (São Paio) | 52 911 | **0** | **52 911** |
| **VIZELA (Total município)** | **292 215** | **0** | **292 215** |
| **BRAGA (Total distrito)** | **15 833 970** | **377 078** | **16 211 048** |
| Alfândega da Fé | 59 589 | **0** | **59 589** |
| Cerejais | 24 346 | **0** | **24 346** |
| Sambade | 36 292 | **0** | **36 292** |
| Vilar Chão | 29 389 | **0** | **29 389** |
| Vilarelhos | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vilares de Vilariça | 24 113 | **0** | **24 113** |
| União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro | 52 500 | **0** | **52 500** |
| União das freguesias de Eucisia, Gouveia e Valverde | 63 853 | **0** | **63 853** |
| União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra | 40 957 | **0** | **40 957** |
| União das freguesias de Gebelim e Soeima | 45 656 | **0** | **45 656** |
| União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira | 38 546 | **0** | **38 546** |
| União das freguesias de Pombal e Vales | 31 369 | **0** | **31 369** |
| **ALFÂNDEGA DA FÉ (Total município)** | **470 723** | **0** | **470 723** |
| Alfaião | 20 371 | **0** | **20 371** |
| Babe | 24 788 | **0** | **24 788** |
| Baçal | 24 788 | **0** | **24 788** |
| Carragosa | 24 788 | **0** | **24 788** |
| Castro de Avelãs | 24 455 | **0** | **24 455** |
| Coelhoso | 24 788 | **0** | **24 788** |
| Donai | 24 667 | **0** | **24 667** |
| Espinhosela | 27 786 | **0** | **27 786** |
| França | 36 443 | **0** | **36 443** |
| Gimonde | 24 788 | **0** | **24 788** |
| Gondesende | 23 819 | **0** | **23 819** |
| Gostei | 24 788 | **0** | **24 788** |
| Grijó de Parada | 26 213 | **0** | **26 213** |
| Macedo do Mato | 23 819 | **0** | **23 819** |
| Mós | 20 371 | **0** | **20 371** |
| Nogueira | 23 819 | **0** | **23 819** |
| Outeiro | 29 601 | **0** | **29 601** |
| Parâmio | 24 788 | **0** | **24 788** |
| Pinela | 24 788 | **0** | **24 788** |
| Quintanilha | 24 788 | **0** | **24 788** |
| Quintela de Lampaças | 24 788 | **0** | **24 788** |
| Rabal | 20 371 | **0** | **20 371** |
| Rebordãos | 25 080 | **0** | **25 080** |
| Salsas | 24 878 | **0** | **24 878** |
| Samil | 24 788 | **0** | **24 788** |
| Santa Comba de Rossas | 23 819 | **0** | **23 819** |
| São Pedro de Sarracenos | 23 819 | **0** | **23 819** |
| Sendas | 24 788 | **0** | **24 788** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Serapicos | 24 788 | **0** | **24 788** |
| Sortes | 24 788 | **0** | **24 788** |
| Zoio | 24 788 | **0** | **24 788** |
| União das freguesias de Aveleda e Rio de Onor | 68 645 | **10 296** | **78 941** |
| União das freguesias de Castrelos e Carrazedo | 42 223 | **6 334** | **48 557** |
| União das freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova | 68 889 | **10 334** | **79 223** |
| União das freguesias de Parada e Faílde | 48 069 | **7 211** | **55 280** |
| União das freguesias de Rebordainhos e Pombares | 35 864 | **5 379** | **41 243** |
| União das freguesias de Rio Frio e Milhão | 50 586 | **7 587** | **58 173** |
| União das freguesias de São Julião de Palácios e Deilão | 53 895 | **8 084** | **61 979** |
| União das freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo | 223 589 | **33 538** | **257 127** |
| **BRAGANÇA (Total município)** | **1 362 911** | **88 763** | **1 451 674** |
| Carrazeda de Ansiães | 33 664 | **0** | **33 664** |
| Fonte Longa | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Linhares | 34 186 | **0** | **34 186** |
| Marzagão | 24 663 | **0** | **24 663** |
| Parambos | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Pereiros | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Pinhal do Norte | 24 932 | **0** | **24 932** |
| Pombal | 25 834 | **0** | **25 834** |
| Seixo de Ansiães | 29 149 | **0** | **29 149** |
| Vilarinho da Castanheira | 39 012 | **0** | **39 012** |
| União das freguesias de Amedo e Zedes | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Belver e Mogo de Malta | 42 429 | **0** | **42 429** |
| União das freguesias de Castanheiro do Norte e Ribalonga | 41 848 | **0** | **41 848** |
| União das freguesias de Lavandeira, Beira Grande e Selores | 63 808 | **0** | **63 808** |
| **CARRAZEDA DE ANSIÃES (Total município)** | **480 091** | **0** | **480 091** |
| Ligares | 44 203 | **0** | **44 203** |
| Poiares | 42 466 | **0** | **42 466** |
| União das freguesias de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco | 119 634 | **0** | **119 634** |
| União das freguesias de Lagoaça e Fornos | 73 941 | **0** | **73 941** |
| **FREIXO DE ESPADA À CINTA (Total município)** | **280 244** | **0** | **280 244** |
| Amendoeira | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Arcas | 25 455 | **0** | **25 455** |
| Carrapatas | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Chacim | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Cortiços | 26 792 | **0** | **26 792** |
| Corujas | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Ferreira | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Grijó | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Lagoa | 31 455 | **0** | **31 455** |
| Lamalonga | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Lamas | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Lombo | 24 226 | **0** | **24 226** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Macedo de Cavaleiros | 73 864 | **0** | **73 864** |
| Morais | 46 268 | **0** | **46 268** |
| Olmos | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Peredo | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Salselas | 37 540 | **0** | **37 540** |
| Sezulfe | 20 624 | **0** | **20 624** |
| Talhas | 40 234 | **0** | **40 234** |
| Vale Benfeito | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vale da Porca | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Vale de Prados | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vilarinho de Agrochão | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vinhas | 30 377 | **0** | **30 377** |
| União das freguesias de Ala e Vilarinho do Monte | 50 709 | **7 607** | **58 316** |
| União das freguesias de Bornes e Burga | 42 812 | **6 423** | **49 235** |
| União das freguesias de Castelãos e Vilar do Monte | 39 798 | **5 969** | **45 767** |
| União das freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco | 77 088 | **11 563** | **88 651** |
| União das freguesias de Podence e Santa Combinha | 39 798 | **5 969** | **45 767** |
| União das freguesias de Talhinhas e Bagueixe | 44 805 | **6 721** | **51 526** |
| **MACEDO DE CAVALEIROS (Total município)** | **996 308** | **44 252** | **1 040 560** |
| Duas Igrejas | 45 768 | **0** | **45 768** |
| Genísio | 31 208 | **0** | **31 208** |
| Malhadas | 31 878 | **0** | **31 878** |
| Miranda do Douro | 52 437 | **0** | **52 437** |
| Palaçoulo | 33 011 | **0** | **33 011** |
| Picote | 26 937 | **0** | **26 937** |
| Póvoa | 27 418 | **0** | **27 418** |
| São Martinho de Angueira | 36 585 | **0** | **36 585** |
| Vila Chã de Braciosa | 40 352 | **0** | **40 352** |
| União das freguesias de Constantim e Cicouro | 40 224 | **0** | **40 224** |
| União das freguesias de Ifanes e Paradela | 48 013 | **0** | **48 013** |
| União das freguesias de Sendim e Atenor | 70 949 | **0** | **70 949** |
| União das freguesias de Silva e Águas Vivas | 56 961 | **0** | **56 961** |
| **MIRANDA DO DOURO (Total município)** | **541 741** | **0** | **541 741** |
| Abambres | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Abreiro | 26 948 | **0** | **26 948** |
| Aguieiras | 24 363 | **0** | **24 363** |
| Alvites | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Bouça | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Cabanelas | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Caravelas | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Carvalhais | 38 056 | **0** | **38 056** |
| Cedães | 30 855 | **0** | **30 855** |
| Cobro | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Fradizela | 24 113 | **0** | **24 113** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Frechas | 34 381 | **0** | **34 381** |
| Lamas de Orelhão | 26 673 | **0** | **26 673** |
| Mascarenhas | 34 873 | **0** | **34 873** |
| Mirandela | 110 633 | **0** | **110 633** |
| Múrias | 26 222 | **0** | **26 222** |
| Passos | 25 096 | **0** | **25 096** |
| São Pedro Velho | 28 196 | **0** | **28 196** |
| São Salvador | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Suções | 40 412 | **0** | **40 412** |
| Torre de Dona Chama | 41 647 | **0** | **41 647** |
| Vale de Asnes | 26 174 | **0** | **26 174** |
| Vale de Gouvinhas | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Vale de Salgueiro | 25 092 | **0** | **25 092** |
| Vale de Telhas | 24 503 | **0** | **24 503** |
| União das freguesias de Avantos e Romeu | 39 798 | **5 969** | **45 767** |
| União das freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira | 64 894 | **9 734** | **74 628** |
| União das freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa | 64 509 | **9 677** | **74 186** |
| União das freguesias de Franco e Vila Boa | 40 661 | **6 100** | **46 761** |
| União das freguesias de Freixeda e Vila Verde | 31 369 | **4 705** | **36 074** |
| **MIRANDELA (Total município)** | **1 026 304** | **36 185** | **1 062 489** |
| Azinhoso | 31 061 | **0** | **31 061** |
| Bemposta | 40 614 | **0** | **40 614** |
| Bruçó | 29 244 | **0** | **29 244** |
| Brunhoso | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Castelo Branco | 46 010 | **0** | **46 010** |
| Castro Vicente | 33 081 | **0** | **33 081** |
| Meirinhos | 40 973 | **0** | **40 973** |
| Paradela | 20 624 | **0** | **20 624** |
| Penas Roias | 35 450 | **0** | **35 450** |
| Peredo da Bemposta | 25 011 | **0** | **25 011** |
| Saldanha | 25 096 | **0** | **25 096** |
| São Martinho do Peso | 42 230 | **0** | **42 230** |
| Tó | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Travanca | 21 305 | **0** | **21 305** |
| Urrós | 33 250 | **0** | **33 250** |
| Vale da Madre | 15 685 | **0** | **15 685** |
| Vila de Ala | 30 403 | **0** | **30 403** |
| União das freguesias de Brunhozinho, Castanheira e Sanhoane | 47 543 | **7 131** | **54 674** |
| União das freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei | 122 125 | **18 319** | **140 444** |
| União das freguesias de Remondes e Soutelo | 45 720 | **6 858** | **52 578** |
| União das freguesias de Vilarinho dos Galegos e Ventozelo | 48 080 | **7 212** | **55 292** |
| **MOGADOURO (Total município)** | **783 697** | **39 520** | **823 217** |
| Açoreira | 31 085 | **0** | **31 085** |
| Cabeça Boa | 31 853 | **0** | **31 853** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Carviçais | 52 160 | **0** | **52 160** |
| Castedo | 25 138 | **0** | **25 138** |
| Horta da Vilariça | 25 069 | **0** | **25 069** |
| Larinho | 33 296 | **0** | **33 296** |
| Lousa | 36 493 | **0** | **36 493** |
| Mós | 46 250 | **0** | **46 250** |
| Torre de Moncorvo | 55 797 | **0** | **55 797** |
| União das freguesias de Adeganha e Cardanha | 67 720 | **0** | **67 720** |
| União das freguesias de Felgar e Souto da Velha | 59 823 | **0** | **59 823** |
| União das freguesias de Felgueiras e Maçores | 53 802 | **0** | **53 802** |
| União das freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos | 65 464 | **0** | **65 464** |
| **TORRE DE MONCORVO (Total município)** | **583 950** | **0** | **583 950** |
| Benlhevai | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Freixiel | 41 005 | **0** | **41 005** |
| Roios | 22 681 | **0** | **22 681** |
| Samões | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Sampaio | 19 094 | **0** | **19 094** |
| Santa Comba de Vilariça | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Seixo de Manhoses | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Trindade | 20 997 | **0** | **20 997** |
| Vale Frechoso | 27 021 | **0** | **27 021** |
| União das freguesias de Assares e Lodões | 32 156 | **0** | **32 156** |
| União das freguesias de Candoso e Carvalho de Egas | 39 403 | **0** | **39 403** |
| União das freguesias de Valtorno e Mourão | 40 911 | **0** | **40 911** |
| União das freguesias de Vila Flor e Nabo | 80 955 | **0** | **80 955** |
| União das freguesias de Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas | 57 379 | **0** | **57 379** |
| **VILA FLOR (Total município)** | **478 054** | **0** | **478 054** |
| Argozelo | 39 627 | **0** | **39 627** |
| Carção | 32 960 | **0** | **32 960** |
| Matela | 40 844 | **0** | **40 844** |
| Pinelo | 33 575 | **0** | **33 575** |
| Santulhão | 44 266 | **0** | **44 266** |
| Vilar Seco | 26 644 | **0** | **26 644** |
| Vimioso | 48 576 | **0** | **48 576** |
| União das freguesias de Algoso, Campo de Víboras e Uva | 96 976 | **0** | **96 976** |
| União das freguesias de Caçarelhos e Angueira | 57 189 | **0** | **57 189** |
| União das freguesias de Vale de Frades e Avelanoso | 67 088 | **0** | **67 088** |
| **VIMIOSO (Total município)** | **487 745** | **0** | **487 745** |
| Agrochão | 25 087 | **0** | **25 087** |
| Candedo | 28 398 | **0** | **28 398** |
| Celas | 36 040 | **0** | **36 040** |
| Edral | 25 914 | **0** | **25 914** |
| Edrosa | 22 188 | **0** | **22 188** |
| Ervedosa | 33 734 | **0** | **33 734** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Paçó | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Penhas Juntas | 28 484 | 0 | 28 484 |
| Rebordelo | 31 033 | 0 | 31 033 |
| Santalha | 30 455 | 0 | 30 455 |
| Tuizelo | 36 440 | 0 | 36 440 |
| Vale das Fontes | 26 625 | 0 | 26 625 |
| Vila Boa de Ousilhão | 18 930 | 0 | 18 930 |
| Vila Verde | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Vilar de Ossos | 25 096 | 0 | 25 096 |
| Vilar de Peregrinos | 20 624 | 0 | 20 624 |
| Vilar Seco de Lomba | 25 096 | 0 | 25 096 |
| Vinhais | 47 955 | 0 | 47 955 |
| União das freguesias de Curopos e Vale de Janeiro | 40 862 | 0 | 40 862 |
| União das freguesias de Moimenta e Montouto | 43 931 | 0 | 43 931 |
| União das freguesias de Nunes e Ousilhão | 34 802 | 0 | 34 802 |
| União das freguesias de Quirás e Pinheiro Novo | 52 100 | 0 | 52 100 |
| União das freguesias de Sobreiro de Baixo e Alvaredos | 41 273 | 0 | 41 273 |
| União das freguesias de Soeira, Fresulfe e Mofreita | 47 994 | 0 | 47 994 |
| União das freguesias de Travanca e Santa Cruz | 31 369 | 0 | 31 369 |
| União das freguesias de Vilar de Lomba e São Jomil | 40 781 | 0 | 40 781 |
| **VINHAIS (Total município)** | **843 437** | **0** | **843 437** |
| **BRAGANÇA (Total distrito)** | **8 335 205** | **208 720** | **8 543 925** |
| Caria | 71 785 | 0 | 71 785 |
| Inguias | 35 709 | 0 | 35 709 |
| Maçainhas | 30 124 | 0 | 30 124 |
| União das freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre | 94 042 | 0 | 94 042 |
| **BELMONTE (Total município)** | **231 660** | **0** | **231 660** |
| Alcains | 69 364 | 0 | 69 364 |
| Almaceda | 54 033 | 0 | 54 033 |
| Benquerenças | 48 373 | 0 | 48 373 |
| Castelo Branco | 343 812 | 0 | 343 812 |
| Lardosa | 40 518 | 0 | 40 518 |
| Louriçal do Campo | 29 218 | 0 | 29 218 |
| Malpica do Tejo | 119 520 | 0 | 119 520 |
| Monforte da Beira | 69 105 | 0 | 69 105 |
| Salgueiro do Campo | 34 733 | 0 | 34 733 |
| Santo André das Tojeiras | 57 026 | 0 | 57 026 |
| São Vicente da Beira | 69 469 | 0 | 69 469 |
| Sarzedas | 104 394 | 0 | 104 394 |
| Tinalhas | 25 002 | 0 | 25 002 |
| União das freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo | 60 020 | 0 | 60 020 |
| União das freguesias de Escalos de Baixo e Mata | 70 135 | 0 | 70 135 |
| União das freguesias de Escalos de Cima e Lousa | 65 326 | 0 | 65 326 |
| União das freguesias de Freixial e Juncal do Campo | 50 862 | 0 | 50 862 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| União das freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo | 53 691 | **0** | **53 691** |
| União das freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede | 53 169 | **0** | **53 169** |
| **CASTELO BRANCO (Total município)** | **1 417 770** | **0** | **1 417 770** |
| Aldeia de São Francisco de Assis | 29 847 | **0** | **29 847** |
| Boidobra | 36 580 | **0** | **36 580** |
| Cortes do Meio | 46 256 | **0** | **46 256** |
| Dominguizo | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Erada | 44 104 | **0** | **44 104** |
| Ferro | 45 849 | **0** | **45 849** |
| Orjais | 28 680 | **0** | **28 680** |
| Paul | 41 890 | **0** | **41 890** |
| Peraboa | 39 492 | **0** | **39 492** |
| São Jorge da Beira | 34 338 | **0** | **34 338** |
| Sobral de São Miguel | 32 528 | **0** | **32 528** |
| Tortosendo | 63 997 | **0** | **63 997** |
| Unhais da Serra | 43 033 | **0** | **43 033** |
| Verdelhos | 39 664 | **0** | **39 664** |
| União das freguesias de Barco e Coutada | 50 141 | **0** | **50 141** |
| União das freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho | 77 099 | **0** | **77 099** |
| União das freguesias de Casegas e Ourondo | 66 689 | **0** | **66 689** |
| União das freguesias de Covilhã e Canhoso | 230 656 | **0** | **230 656** |
| União das freguesias de Peso e Vales do Rio | 49 209 | **0** | **49 209** |
| União das freguesias de Teixoso e Sarzedo | 83 278 | **0** | **83 278** |
| União das freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto | 49 209 | **0** | **49 209** |
| **COVILHÃ (Total município)** | **1 157 635** | **0** | **1 157 635** |
| Alcaide | 26 110 | **0** | **26 110** |
| Alcaria | 35 349 | **0** | **35 349** |
| Alcongosta | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Alpedrinha | 33 193 | **0** | **33 193** |
| Barroca | 29 045 | **0** | **29 045** |
| Bogas de Cima | 32 876 | **0** | **32 876** |
| Capinha | 42 649 | **0** | **42 649** |
| Castelejo | 35 981 | **0** | **35 981** |
| Castelo Novo | 37 307 | **0** | **37 307** |
| Fatela | 24 183 | **0** | **24 183** |
| Lavacolhos | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Orca | 47 720 | **0** | **47 720** |
| Pêro Viseu | 29 369 | **0** | **29 369** |
| Silvares | 34 657 | **0** | **34 657** |
| Soalheira | 29 109 | **0** | **29 109** |
| Souto da Casa | 38 269 | **0** | **38 269** |
| Telhado | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Enxames | 27 301 | **0** | **27 301** |
| Três Povos | 72 452 | **0** | **72 452** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| União das freguesias de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo | 54 800 | 0 | 54 800 |
| União das freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo | 199 248 | 0 | 199 248 |
| União das freguesias de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo | 50 191 | 0 | 50 191 |
| União das freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha | 76 654 | 0 | 76 654 |
| **FUNDÃO (Total município)** | **1 030 768** | **0** | **1 030 768** |
| Aldeia de Santa Margarida | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Ladoeiro | 55 249 | 0 | 55 249 |
| Medelim | 32 867 | 0 | 32 867 |
| Oledo | 32 688 | 0 | 32 688 |
| Penha Garcia | 78 390 | 0 | 78 390 |
| Proença-a-Velha | 39 016 | 0 | 39 016 |
| Rosmaninhal | 119 494 | 0 | 119 494 |
| São Miguel de Acha | 42 547 | 0 | 42 547 |
| Toulões | 34 518 | 0 | 34 518 |
| União das freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes | 178 789 | 0 | 178 789 |
| União das freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo | 92 847 | 0 | 92 847 |
| União das freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha | 101 254 | 0 | 101 254 |
| União das freguesias de Zebreira e Segura | 112 379 | 0 | 112 379 |
| **IDANHA-A-NOVA (Total município)** | **944 151** | **0** | **944 151** |
| Álvaro | 33 739 | 0 | 33 739 |
| Cambas | 43 083 | 0 | 43 083 |
| Isna | 31 066 | 0 | 31 066 |
| Madeirã | 26 727 | 0 | 26 727 |
| Mosteiro | 26 507 | 0 | 26 507 |
| Orvalho | 37 966 | 0 | 37 966 |
| Sarnadas de São Simão | 32 757 | 0 | 32 757 |
| Sobral | 25 605 | 0 | 25 605 |
| Estreito-Vilar Barroco | 81 968 | 12 295 | 94 263 |
| Oleiros-Amieira | 120 629 | 18 094 | 138 723 |
| **OLEIROS (Total município)** | **460 047** | **30 389** | **490 436** |
| Aranhas | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Benquerença | 35 432 | 0 | 35 432 |
| Meimão | 34 461 | 0 | 34 461 |
| Meimoa | 28 468 | 0 | 28 468 |
| Penamacor | 205 548 | 0 | 205 548 |
| Salvador | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Vale da Senhora da Póvoa | 26 355 | 0 | 26 355 |
| União das freguesias de Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires | 73 174 | 0 | 73 174 |
| União das freguesias de Pedrógão de São Pedro e Bemposta | 50 180 | 0 | 50 180 |
| **PENAMACOR (Total município)** | **501 844** | **0** | **501 844** |
| Montes da Senhora | 42 272 | 0 | 42 272 |
| São Pedro do Esteval | 51 272 | 0 | 51 272 |
| União das freguesias de Proença-a-Nova e Peral | 170 636 | 0 | 170 636 |
| União das freguesias de Sobreira Formosa e Alvito da Beira | 115 427 | 0 | 115 427 |
| **PROENÇA-A-NOVA (Total município)** | **379 607** | **0** | **379 607** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Cabeçudo | 28 237 | **0** | **28 237** |
| Carvalhal | 24 118 | **0** | **24 118** |
| Castelo | 37 669 | **0** | **37 669** |
| Pedrógão Pequeno | 42 580 | **0** | **42 580** |
| Sertã | 101 018 | **0** | **101 018** |
| Troviscal | 49 681 | **0** | **49 681** |
| Várzea dos Cavaleiros | 41 458 | **0** | **41 458** |
| União das freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais | 131 876 | **0** | **131 876** |
| União das freguesias de Cumeada e Marmeleiro | 62 522 | **0** | **62 522** |
| União das freguesias de Ermida e Figueiredo | 54 871 | **0** | **54 871** |
| **SERTÃ (Total município)** | **574 030** | **0** | **574 030** |
| Fundada | 46 078 | **0** | **46 078** |
| São João do Peso | 22 629 | **0** | **22 629** |
| Vila de Rei | 146 386 | **0** | **146 386** |
| **VILA DE REI (Total município)** | **215 093** | **0** | **215 093** |
| Fratel | 64 641 | **0** | **64 641** |
| Perais | 56 749 | **0** | **56 749** |
| Sarnadas de Ródão | 49 152 | **0** | **49 152** |
| Vila Velha de Ródão | 90 721 | **0** | **90 721** |
| **VILA VELHA DE RÓDÃO (Total município)** | **261 263** | **0** | **261 263** |
| **CASTELO BRANCO (Total distrito)** | **7 173 868** | **30 389** | **7 204 257** |
| Arganil | 61 539 | **0** | **61 539** |
| Benfeita | 29 632 | **0** | **29 632** |
| Celavisa | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Folques | 27 244 | **0** | **27 244** |
| Piódão | 35 182 | **0** | **35 182** |
| Pomares | 35 879 | **0** | **35 879** |
| Pombeiro da Beira | 43 073 | **0** | **43 073** |
| São Martinho da Cortiça | 44 406 | **0** | **44 406** |
| Sarzedo | 26 183 | **0** | **26 183** |
| Secarias | 24 113 | **0** | **24 113** |
| União das freguesias de Cepos e Teixeira | 45 360 | **6 803** | **52 163** |
| União das freguesias de Cerdeira e Moura da Serra | 44 737 | **6 711** | **51 448** |
| União das freguesias de Côja e Barril de Alva | 64 653 | **9 697** | **74 350** |
| União das freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz | 41 531 | **6 229** | **47 760** |
| **ARGANIL (Total município)** | **547 645** | **29 440** | **577 085** |
| Ançã | 44 279 | **0** | **44 279** |
| Cadima | 51 770 | **0** | **51 770** |
| Cordinhã | 29 261 | **0** | **29 261** |
| Febres | 52 691 | **0** | **52 691** |
| Murtede | 38 896 | **0** | **38 896** |
| Ourentã | 35 672 | **0** | **35 672** |
| Tocha | 82 728 | **0** | **82 728** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| São Caetano | 32 156 | **0** | **32 156** |
| Sanguinheira | 46 617 | **0** | **46 617** |
| União das freguesias de Cantanhede e Pocariça | 122 365 | **0** | **122 365** |
| União das freguesias de Covões e Camarneira | 74 357 | **0** | **74 357** |
| União das freguesias de Portunhos e Outil | 62 848 | **0** | **62 848** |
| União das freguesias de Sepins e Bolho | 55 550 | **0** | **55 550** |
| União das freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima | 48 227 | **0** | **48 227** |
| **CANTANHEDE (Total município)** | **777 417** | **0** | **777 417** |
| Almalaguês | 51 106 | **0** | **51 106** |
| Brasfemes | 34 804 | **0** | **34 804** |
| Ceira | 56 730 | **0** | **56 730** |
| Cernache | 52 336 | **0** | **52 336** |
| Santo António dos Olivais | 259 709 | **0** | **259 709** |
| São João do Campo | 38 904 | **0** | **38 904** |
| São Silvestre | 44 719 | **0** | **44 719** |
| Torres do Mondego | 43 627 | **0** | **43 627** |
| União das freguesias de Antuzede e Vil de Matos | 63 284 | **0** | **63 284** |
| União das freguesias de Assafarge e Antanhol | 78 806 | **0** | **78 806** |
| União das freguesias de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu) | 184 818 | **0** | **184 818** |
| União das freguesias de Eiras e São Paulo de Frades | 163 126 | **0** | **163 126** |
| União das freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas | 120 266 | **0** | **120 266** |
| União das freguesias de São Martinho de Árvore e Lamarosa | 63 533 | **0** | **63 533** |
| União das freguesias de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades | 155 510 | **0** | **155 510** |
| União das freguesias de Souselas e Botão | 87 546 | **0** | **87 546** |
| União das freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila | 95 510 | **0** | **95 510** |
| União das freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela | 70 354 | **0** | **70 354** |
| **COIMBRA (Total município)** | **1 664 688** | **0** | **1 664 688** |
| Anobra | 33 368 | **0** | **33 368** |
| Ega | 53 880 | **0** | **53 880** |
| Furadouro | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Zambujal | 26 984 | **0** | **26 984** |
| União das freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova | 94 201 | **0** | **94 201** |
| União das freguesias de Sebal e Belide | 61 129 | **0** | **61 129** |
| União das freguesias de Vila Seca e Bem da Fé | 45 230 | **0** | **45 230** |
| **CONDEIXA-A-NOVA (Total município)** | **338 905** | **0** | **338 905** |
| Alqueidão | 39 121 | **0** | **39 121** |
| Maiorca | 50 600 | **0** | **50 600** |
| Marinha das Ondas | 51 342 | **0** | **51 342** |
| Tavarede | 71 754 | **0** | **71 754** |
| Vila Verde | 46 934 | **0** | **46 934** |
| São Pedro | 38 504 | **0** | **38 504** |
| Bom Sucesso | 65 971 | **0** | **65 971** |
| Moinhos da Gândara | 31 676 | **0** | **31 676** |
| Alhadas | 74 784 | **11 218** | **86 002** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Buarcos | 184 071 | **27 610** | **211 681** |
| Ferreira-a-Nova | 66 194 | **9 929** | **76 123** |
| Lavos | 66 976 | **0** | **66 976** |
| Paião | 72 931 | **10 940** | **83 871** |
| Quiaios | 72 872 | **0** | **72 872** |
| **FIGUEIRA DA FOZ (Total município)** | **933 730** | **59 697** | **993 427** |
| Alvares | 73 731 | **0** | **73 731** |
| Góis | 84 919 | **0** | **84 919** |
| Vila Nova do Ceira | 38 346 | **0** | **38 346** |
| União das freguesias de Cadafaz e Colmeal | 69 828 | **0** | **69 828** |
| **GÓIS (Total município)** | **266 824** | **0** | **266 824** |
| Serpins | 51 112 | **0** | **51 112** |
| Gândaras | 25 096 | **0** | **25 096** |
| União das freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio | 58 619 | **0** | **58 619** |
| União das freguesias de Lousã e Vilarinho | 160 184 | **0** | **160 184** |
| **LOUSÃ (Total município)** | **295 011** | **0** | **295 011** |
| Mira | 131 426 | **0** | **131 426** |
| Seixo | 37 067 | **0** | **37 067** |
| Carapelhos | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Praia de Mira | 70 989 | **0** | **70 989** |
| **MIRA (Total município)** | **263 595** | **0** | **263 595** |
| Lamas | 32 588 | **0** | **32 588** |
| Miranda do Corvo | 94 455 | **0** | **94 455** |
| Vila Nova | 41 392 | **0** | **41 392** |
| União das freguesias de Semide e Rio Vide | 82 788 | **0** | **82 788** |
| **MIRANDA DO CORVO (Total município)** | **251 223** | **0** | **251 223** |
| Arazede | 87 558 | **0** | **87 558** |
| Carapinheira | 47 827 | **0** | **47 827** |
| Liceia | 33 002 | **0** | **33 002** |
| Meãs do Campo | 34 943 | **0** | **34 943** |
| Pereira | 38 860 | **0** | **38 860** |
| Santo Varão | 33 968 | **0** | **33 968** |
| Seixo de Gatões | 33 282 | **0** | **33 282** |
| Tentúgal | 50 435 | **0** | **50 435** |
| Ereira | 24 113 | **0** | **24 113** |
| União das freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca | 74 652 | **11 198** | **85 850** |
| União das freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões | 73 496 | **11 024** | **84 520** |
| **MONTEMOR-O-VELHO (Total município)** | **532 136** | **22 222** | **554 358** |
| Aldeia das Dez | 29 139 | **0** | **29 139** |
| Alvoco das Várzeas | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Avô | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Bobadela | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Lagares | 34 434 | **0** | **34 434** |
| Lourosa | 26 710 | **0** | **26 710** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Meruge | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Nogueira do Cravo | 41 509 | **0** | **41 509** |
| São Gião | 26 276 | **0** | **26 276** |
| Seixo da Beira | 46 163 | **0** | **46 163** |
| Travanca de Lagos | 35 647 | **0** | **35 647** |
| União das freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira | 59 355 | **0** | **59 355** |
| União das freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa | 50 312 | **0** | **50 312** |
| União das freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços | 80 969 | **0** | **80 969** |
| União das freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira | 53 548 | **0** | **53 548** |
| União das freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira | 48 227 | **0** | **48 227** |
| **OLIVEIRA DO HOSPITAL (Total município)** | **628 741** | **0** | **628 741** |
| Cabril | 35 190 | **0** | **35 190** |
| Dornelas do Zêzere | 33 812 | **0** | **33 812** |
| Janeiro de Baixo | 45 584 | **0** | **45 584** |
| Pampilhosa da Serra | 71 985 | **0** | **71 985** |
| Pessegueiro | 32 474 | **0** | **32 474** |
| Unhais-o-Velho | 42 192 | **0** | **42 192** |
| Fajão-Vidual | 68 005 | **10 200** | **78 205** |
| Portela do Fojo-Machio | 61 508 | **9 226** | **70 734** |
| **PAMPILHOSA DA SERRA (Total município)** | **390 750** | **19 426** | **410 176** |
| Carvalho | 39 631 | **0** | **39 631** |
| Figueira de Lorvão | 48 707 | **0** | **48 707** |
| Lorvão | 60 163 | **0** | **60 163** |
| Penacova | 57 281 | **0** | **57 281** |
| Sazes do Lorvão | 30 558 | **0** | **30 558** |
| União das freguesias de Friúmes e Paradela | 51 604 | **0** | **51 604** |
| União das freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego | 50 436 | **0** | **50 436** |
| União das freguesias de São Pedro de Alva e São Paio de Mondego | 68 995 | **0** | **68 995** |
| **PENACOVA (Total município)** | **407 375** | **0** | **407 375** |
| Cumeeira | 40 524 | **0** | **40 524** |
| Espinhal | 40 979 | **0** | **40 979** |
| Podentes | 29 287 | **0** | **29 287** |
| União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal | 121 722 | **0** | **121 722** |
| **PENELA (Total município)** | **232 512** | **0** | **232 512** |
| Alfarelos | 35 047 | **0** | **35 047** |
| Figueiró do Campo | 34 783 | **0** | **34 783** |
| Granja do Ulmeiro | 32 009 | **0** | **32 009** |
| Samuel | 43 568 | **0** | **43 568** |
| Soure | 127 806 | **0** | **127 806** |
| Tapéus | 24 614 | **0** | **24 614** |
| Vila Nova de Anços | 36 993 | **0** | **36 993** |
| Vinha da Rainha | 39 550 | **0** | **39 550** |
| União das freguesias de Degracias e Pombalinho | 61 977 | **9 297** | **71 274** |
| União das freguesias de Gesteira e Brunhós | 55 302 | **8 295** | **63 597** |
| **SOURE (Total município)** | **491 649** | **17 592** | **509 241** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Candosa | 26 969 | **0** | **26 969** |
| Carapinha | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Midões | 42 998 | **0** | **42 998** |
| Mouronho | 38 418 | **0** | **38 418** |
| Póvoa de Midões | 24 323 | **0** | **24 323** |
| São João da Boa Vista | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Tábua | 49 439 | **0** | **49 439** |
| União das freguesias de Ázere e Covelo | 51 262 | **0** | **51 262** |
| União das freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha | 58 758 | **0** | **58 758** |
| União das freguesias de Espariz e Sinde | 50 196 | **0** | **50 196** |
| União das freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros | 48 227 | **0** | **48 227** |
| **TÁBUA (Total município)** | **438 816** | **0** | **438 816** |
| Arrifana | 54 325 | **0** | **54 325** |
| Lavegadas | 26 201 | **0** | **26 201** |
| Poiares (Santo André) | 80 415 | **0** | **80 415** |
| São Miguel de Poiares | 48 803 | **0** | **48 803** |
| **VILA NOVA DE POIARES (Total município)** | **209 744** | **0** | **209 744** |
| **COIMBRA (Total distrito)** | **8 670 761** | **148 377** | **8 819 138** |
| Santiago Maior | 87 221 | **0** | **87 221** |
| Capelins (Santo António) | 58 928 | **0** | **58 928** |
| Terena (São Pedro) | 58 714 | **0** | **58 714** |
| União das freguesias de Alandroal (Nossa Senhora da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (Nossa Senhora do Loreto) | 182 840 | **0** | **182 840** |
| **ALANDROAL (Total município)** | **387 703** | **0** | **387 703** |
| Arraiolos | 112 399 | **0** | **112 399** |
| Igrejinha | 58 684 | **0** | **58 684** |
| Vimieiro | 132 551 | **0** | **132 551** |
| União das freguesias de Gafanhoeira (São Pedro) e Sabugueiro | 80 810 | **0** | **80 810** |
| União das freguesias de São Gregório e Santa Justa | 83 095 | **0** | **83 095** |
| **ARRAIOLOS (Total município)** | **467 539** | **0** | **467 539** |
| Borba (Matriz) | 70 015 | **0** | **70 015** |
| Orada | 49 690 | **0** | **49 690** |
| Rio de Moinhos | 65 145 | **0** | **65 145** |
| Borba (São Bartolomeu) | 24 113 | **0** | **24 113** |
| **BORBA (Total município)** | **208 963** | **0** | **208 963** |
| Arcos | 39 055 | **0** | **39 055** |
| Glória | 53 827 | **0** | **53 827** |
| Évora Monte (Santa Maria) | 63 992 | **0** | **63 992** |
| São Domingos de Ana Loura | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Veiros | 45 295 | **0** | **45 295** |
| União das freguesias de Estremoz (Santa Maria e Santo André) | 133 512 | **0** | **133 512** |
| União das freguesias de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão | 58 463 | **0** | **58 463** |
| União das freguesias de São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura | 47 115 | **0** | **47 115** |
| União das freguesias do Ameixial (Santa Vitória e São Bento) | 83 981 | **0** | **83 981** |
| **ESTREMOZ (Total município)** | **550 336** | **0** | **550 336** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Nossa Senhora da Graça do Divor | 52 205 | 0 | 52 205 |
| Nossa Senhora de Machede | 94 830 | 0 | 94 830 |
| São Bento do Mato | 54 448 | 0 | 54 448 |
| São Miguel de Machede | 57 101 | 0 | 57 101 |
| Torre de Coelheiros | 106 412 | 0 | 106 412 |
| Canaviais | 36 071 | 0 | 36 071 |
| União das freguesias de Bacelo e Senhora da Saúde | 185 453 | 0 | 185 453 |
| União das freguesias de Évora (São Mamede, Sé, São Pedro e Santo Antão) | 102 601 | 0 | 102 601 |
| União das freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras | 207 728 | 0 | 207 728 |
| União das freguesias de Nossa Senhora da Tourega e Nossa Senhora de Guadalupe | 141 254 | 0 | 141 254 |
| União das freguesias de São Manços e São Vicente do Pigeiro | 118 286 | 0 | 118 286 |
| União das freguesias de São Sebastião da Giesteira e Nossa Senhora da Boa Fé | 64 361 | 0 | 64 361 |
| **ÉVORA (Total município)** | **1 220 750** | **0** | **1 220 750** |
| Cabrela | 91 065 | 0 | 91 065 |
| Santiago do Escoural | 88 662 | 0 | 88 662 |
| São Cristóvão | 77 444 | 0 | 77 444 |
| Ciborro | 48 116 | 0 | 48 116 |
| Foros de Vale de Figueira | 53 191 | 0 | 53 191 |
| União das freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre | 132 186 | 0 | 132 186 |
| União das freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras | 326 224 | 0 | 326 224 |
| **MONTEMOR-O-NOVO (Total município)** | **816 888** | **0** | **816 888** |
| Brotas | 56 895 | 0 | 56 895 |
| Cabeção | 47 914 | 0 | 47 914 |
| Mora | 96 523 | 0 | 96 523 |
| Pavia | 109 984 | 0 | 109 984 |
| **MORA (Total município)** | **311 316** | **0** | **311 316** |
| Granja | 61 910 | 0 | 61 910 |
| Luz | 43 969 | 0 | 43 969 |
| Mourão | 100 704 | 0 | 100 704 |
| **MOURÃO (Total município)** | **206 583** | **0** | **206 583** |
| Monte do Trigo | 72 947 | 0 | 72 947 |
| Portel | 110 454 | 0 | 110 454 |
| Santana | 42 167 | 0 | 42 167 |
| Vera Cruz | 38 840 | 0 | 38 840 |
| União das freguesias de Amieira e Alqueva | 112 920 | 0 | 112 920 |
| União das freguesias de São Bartolomeu do Outeiro e Oriola | 76 798 | 0 | 76 798 |
| **PORTEL (Total município)** | **454 126** | **0** | **454 126** |
| Montoito | 56 423 | 0 | 56 423 |
| Redondo | 210 122 | 0 | 210 122 |
| **REDONDO (Total município)** | **266 545** | **0** | **266 545** |
| Corval | 71 532 | 0 | 71 532 |
| Monsaraz | 61 879 | 0 | 61 879 |
| Reguengos de Monsaraz | 120 240 | 0 | 120 240 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| União das freguesias de Campo e Campinho | 127 273 | **0** | **127 273** |
| **REGUENGOS DE MONSARAZ (Total município)** | **380 924** | **0** | **380 924** |
| Vendas Novas | 180 813 | **0** | **180 813** |
| Landeira | 52 033 | **0** | **52 033** |
| **VENDAS NOVAS (Total município)** | **232 846** | **0** | **232 846** |
| Alcáçovas | 157 910 | **0** | **157 910** |
| Viana do Alentejo | 81 267 | **0** | **81 267** |
| Aguiar | 35 855 | **0** | **35 855** |
| **VIANA DO ALENTEJO (Total município)** | **275 032** | **0** | **275 032** |
| Bencatel | 46 951 | **0** | **46 951** |
| Ciladas | 73 410 | **0** | **73 410** |
| Pardais | 27 968 | **0** | **27 968** |
| Nossa Senhora da Conceição e São Bartolomeu | 93 377 | **14 007** | **107 384** |
| **VILA VIÇOSA (Total município)** | **241 706** | **14 007** | **255 713** |
| **ÉVORA (Total distrito)** | **6 021 257** | **14 007** | **6 035 264** |
| Guia | 56 707 | **0** | **56 707** |
| Paderne | 94 898 | **0** | **94 898** |
| Ferreiras | 60 844 | **0** | **60 844** |
| Albufeira e Olhos de Água | 199 053 | **29 858** | **228 911** |
| **ALBUFEIRA (Total município)** | **411 502** | **29 858** | **441 360** |
| Giões | 51 670 | **0** | **51 670** |
| Martim Longo | 94 095 | **0** | **94 095** |
| Vaqueiros | 86 384 | **0** | **86 384** |
| União das freguesias de Alcoutim e Pereiro | 144 851 | **0** | **144 851** |
| **ALCOUTIM (Total município)** | **377 000** | **0** | **377 000** |
| Aljezur | 132 918 | **0** | **132 918** |
| Bordeira | 55 474 | **0** | **55 474** |
| Odeceixe | 48 930 | **0** | **48 930** |
| Rogil | 44 556 | **0** | **44 556** |
| **ALJEZUR (Total município)** | **281 878** | **0** | **281 878** |
| Azinhal | 51 325 | **0** | **51 325** |
| Castro Marim | 93 792 | **0** | **93 792** |
| Odeleite | 84 066 | **0** | **84 066** |
| Altura | 38 196 | **0** | **38 196** |
| **CASTRO MARIM (Total município)** | **267 379** | **0** | **267 379** |
| Santa Bárbara de Nexe | 65 226 | **0** | **65 226** |
| Montenegro | 64 330 | **0** | **64 330** |
| União das freguesias de Conceição e Estoi | 121 579 | **0** | **121 579** |
| União das freguesias de Faro (Sé e São Pedro) | 358 544 | **0** | **358 544** |
| **FARO (Total município)** | **609 679** | **0** | **609 679** |
| Ferragudo | 33 830 | **0** | **33 830** |
| Porches | 39 894 | **0** | **39 894** |
| União das freguesias de Estômbar e Parchal | 114 677 | **0** | **114 677** |
| União das freguesias de Lagoa e Carvoeiro | 123 953 | **0** | **123 953** |
| **LAGOA (Total município)** | **312 354** | **0** | **312 354** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Luz | 46 741 | **0** | **46 741** |
| Odiáxere | 50 067 | **0** | **50 067** |
| União das freguesias de Bensafrim e Barão de São João | 114 584 | **0** | **114 584** |
| União das freguesias de Lagos (São Sebastião e Santa Maria) | 169 687 | **0** | **169 687** |
| **LAGOS (Total município)** | **381 079** | **0** | **381 079** |
| Almancil | 96 380 | **0** | **96 380** |
| Alte | 70 353 | **0** | **70 353** |
| Ameixial | 70 860 | **0** | **70 860** |
| Boliqueime | 67 933 | **0** | **67 933** |
| Quarteira | 132 673 | **0** | **132 673** |
| Salir | 117 750 | **0** | **117 750** |
| Loulé (São Clemente) | 133 910 | **0** | **133 910** |
| Loulé (São Sebastião) | 87 499 | **0** | **87 499** |
| União de freguesias de Querença, Tôr e Benafim | 117 819 | **17 672** | **135 491** |
| **LOULÉ (Total município)** | **895 177** | **17 672** | **912 849** |
| Alferce | 68 272 | **0** | **68 272** |
| Marmelete | 98 209 | **0** | **98 209** |
| Monchique | 184 207 | **0** | **184 207** |
| **MONCHIQUE (Total município)** | **350 688** | **0** | **350 688** |
| Olhão | 138 859 | **0** | **138 859** |
| Pechão | 51 253 | **0** | **51 253** |
| Quelfes | 123 240 | **0** | **123 240** |
| União das freguesias de Moncarapacho e Fuseta | 182 324 | **0** | **182 324** |
| **OLHÃO (Total município)** | **495 676** | **0** | **495 676** |
| Alvor | 62 465 | **0** | **62 465** |
| Mexilhoeira Grande | 125 128 | **0** | **125 128** |
| Portimão | 318 121 | **0** | **318 121** |
| **PORTIMÃO (Total município)** | **505 714** | **0** | **505 714** |
| São Brás de Alportel | 204 177 | **0** | **204 177** |
| **SÃO BRÁS DE ALPORTEL (Total município)** | **204 177** | **0** | **204 177** |
| Armação de Pêra | 47 994 | **0** | **47 994** |
| São Bartolomeu de Messines | 183 869 | **0** | **183 869** |
| São Marcos da Serra | 96 192 | **0** | **96 192** |
| Silves | 173 473 | **0** | **173 473** |
| União das freguesias de Alcantarilha e Pêra | 84 820 | **0** | **84 820** |
| União das freguesias de Algoz e Tunes | 90 035 | **0** | **90 035** |
| **SILVES (Total município)** | **676 383** | **0** | **676 383** |
| Cachopo | 106 899 | **0** | **106 899** |
| Santa Catarina da Fonte do Bispo | 79 349 | **0** | **79 349** |
| Santa Luzia | 32 173 | **0** | **32 173** |
| União das freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira | 79 732 | **0** | **79 732** |
| União das freguesias de Luz de Tavira e Santo Estêvão | 97 991 | **0** | **97 991** |
| União das freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago) | 195 604 | **0** | **195 604** |
| **TAVIRA (Total município)** | **591 748** | **0** | **591 748** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Barão de São Miguel | 24 484 | **0** | **24 484** |
| Budens | 53 522 | **0** | **53 522** |
| Sagres | 53 606 | **0** | **53 606** |
| Vila do Bispo e Raposeira | 80 871 | **12 130** | **93 001** |
| **VILA DO BISPO (Total município)** | **212 483** | **12 130** | **224 613** |
| Vila Nova de Cacela | 104 547 | **0** | **104 547** |
| Vila Real de Santo António | 99 100 | **0** | **99 100** |
| Monte Gordo | 50 891 | **0** | **50 891** |
| **VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO (Total município)** | **254 538** | **0** | **254 538** |
| **FARO (Total distrito)** | **6 827 455** | **59 660** | **6 887 115** |
| Carapito | 26 795 | **0** | **26 795** |
| Cortiçada | 24 788 | **0** | **24 788** |
| Dornelas | 31 903 | **0** | **31 903** |
| Eirado | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Forninhos | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Pena Verde | 44 036 | **0** | **44 036** |
| Pinheiro | 24 811 | **0** | **24 811** |
| União das freguesias de Aguiar da Beira e Coruche | 68 262 | **0** | **68 262** |
| União das freguesias de Sequeiros e Gradiz | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Souto de Aguiar da Beira e Valverde | 48 957 | **0** | **48 957** |
| **AGUIAR DA BEIRA (Total município)** | **366 005** | **0** | **366 005** |
| Almeida | 49 286 | **0** | **49 286** |
| Castelo Bom | 22 302 | **0** | **22 302** |
| Freineda | 27 855 | **0** | **27 855** |
| Freixo | 24 147 | **0** | **24 147** |
| Malhada Sorda | 41 682 | **0** | **41 682** |
| Nave de Haver | 40 477 | **0** | **40 477** |
| São Pedro de Rio Seco | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Vale da Mula | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vilar Formoso | 53 623 | **0** | **53 623** |
| União das freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira | 51 993 | **7 799** | **59 792** |
| União das freguesias de Azinhal, Peva e Valverde | 51 124 | **7 668** | **58 792** |
| União das freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela | 67 332 | **10 099** | **77 431** |
| União das freguesias de Junça e Naves | 34 571 | **5 186** | **39 757** |
| União das freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova | 67 678 | **10 152** | **77 830** |
| União das freguesias de Malpartida e Vale de Coelha | 40 781 | **6 117** | **46 898** |
| União das freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha | 40 149 | **6 022** | **46 171** |
| **ALMEIDA (Total município)** | **662 209** | **53 043** | **715 252** |
| Baraçal | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Carrapichana | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Forno Telheiro | 32 431 | **0** | **32 431** |
| Lajeosa do Mondego | 27 169 | **0** | **27 169** |
| Linhares | 24 445 | **0** | **24 445** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Maçal do Chão | 22 738 | **0** | **22 738** |
| Mesquitela | 24 971 | **0** | **24 971** |
| Minhocal | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Prados | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Ratoeira | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vale de Azares | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Casas do Soeiro | 24 113 | **0** | **24 113** |
| União das freguesias de Açores e Velosa | 40 626 | **0** | **40 626** |
| União das freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego | 83 761 | **0** | **83 761** |
| União das freguesias de Cortiçô da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais | 59 476 | **0** | **59 476** |
| União das freguesias de Rapa e Cadafaz | 42 871 | **0** | **42 871** |
| **CELORICO DA BEIRA (Total município)** | **527 279** | **0** | **527 279** |
| Castelo Rodrigo | 28 786 | **0** | **28 786** |
| Escalhão | 57 734 | **0** | **57 734** |
| Figueira de Castelo Rodrigo | 59 011 | **0** | **59 011** |
| Mata de Lobos | 38 377 | **0** | **38 377** |
| Vermiosa | 38 871 | **0** | **38 871** |
| União das freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo | 78 358 | **11 754** | **90 112** |
| União das freguesias de Almofala e Escarigo | 49 548 | **7 433** | **56 981** |
| União das freguesias de Cinco Vilas e Reigada | 47 945 | **7 192** | **55 137** |
| União das freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pêro Martins e Penha de Águia | 75 353 | **11 303** | **86 656** |
| União das freguesias do Colmeal e Vilar Torpim | 62 306 | **9 345** | **71 651** |
| **FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO (Total município)** | **536 289** | **47 027** | **583 316** |
| Algodres | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Casal Vasco | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Figueiró da Granja | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Fornos de Algodres | 41 093 | **0** | **41 093** |
| Infias | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Maceira | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Matança | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Muxagata | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Queiriz | 24 113 | **0** | **24 113** |
| União das freguesias de Cortiçô e Vila Chã | 32 022 | **4 803** | **36 825** |
| União das freguesias de Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro do Chão | 65 933 | **9 891** | **75 824** |
| União das freguesias de Sobral Pichorro e Fuinhas | 39 798 | **5 969** | **45 767** |
| **FORNOS DE ALGODRES (Total município)** | **371 750** | **20 663** | **392 413** |
| Arcozelo | 38 018 | **0** | **38 018** |
| Cativelos | 25 471 | **0** | **25 471** |
| Folgosinho | 45 414 | **0** | **45 414** |
| Nespereira | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Paços da Serra | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Ribamondego | 24 113 | **0** | **24 113** |
| São Paio | 30 601 | **0** | **30 601** |
| Vila Cortês da Serra | 24 113 | **0** | **24 113** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Vila Franca da Serra | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vila Nova de Tazem | 38 450 | **0** | **38 450** |
| União das freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra | 47 749 | **0** | **47 749** |
| União das freguesias de Figueiró da Serra e Freixo da Serra | 39 798 | **0** | **39 798** |
| União das freguesias de Gouveia (São Pedro e São Julião) | 78 427 | **0** | **78 427** |
| União das freguesias de Melo e Nabais | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Rio Torto e Lagarinhos | 48 227 | **0** | **48 227** |
| **GOUVEIA (Total município)** | **610 157** | **0** | **610 157** |
| Aldeia do Bispo | 15 685 | **0** | **15 685** |
| Aldeia Viçosa | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Alvendre | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Arrifana | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Avelãs da Ribeira | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Benespera | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Casal de Cinza | 25 814 | **0** | **25 814** |
| Castanheira | 29 292 | **0** | **29 292** |
| Cavadoude | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Codesseiro | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Faia | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Famalicão | 26 048 | **0** | **26 048** |
| Fernão Joanes | 27 287 | **0** | **27 287** |
| Gonçalo Bocas | 24 113 | **0** | **24 113** |
| João Antão | 15 685 | **0** | **15 685** |
| Maçainhas | 30 481 | **0** | **30 481** |
| Marmeleiro | 34 052 | **0** | **34 052** |
| Meios | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Panoias de Cima | 24 494 | **0** | **24 494** |
| Pega | 20 222 | **0** | **20 222** |
| Pêra do Moço | 32 285 | **0** | **32 285** |
| Porto da Carne | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Ramela | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Santana da Azinha | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Sobral da Serra | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vale de Estrela | 24 358 | **0** | **24 358** |
| Valhelhas | 25 857 | **0** | **25 857** |
| Vela | 29 779 | **0** | **29 779** |
| Videmonte | 45 967 | **0** | **45 967** |
| Vila Cortês do Mondego | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vila Fernando | 25 306 | **0** | **25 306** |
| Vila Franca do Deão | 20 624 | **0** | **20 624** |
| Vila Garcia | 24 290 | **0** | **24 290** |
| Gonçalo | 47 980 | **7 197** | **55 177** |
| Guarda | 251 346 | **37 702** | **289 048** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Jarmelo São Miguel | 39 798 | **5 969** | **45 767** |
| Jarmelo São Pedro | 41 120 | **6 169** | **47 289** |
| União de freguesias de Avelãs de Ambom e Rocamondo | 31 369 | **4 705** | **36 074** |
| União de freguesias de Corujeira e Trinta | 39 798 | **5 969** | **45 767** |
| União de freguesias de Mizarela, Pêro Soares e Vila Soeiro | 48 059 | **7 209** | **55 268** |
| União de freguesias de Pousade e Albardo | 36 309 | **5 446** | **41 755** |
| União de freguesias de Rochoso e Monte Margarida | 40 472 | **6 071** | **46 543** |
| Adão | 40 781 | **6 117** | **46 898** |
| **GUARDA (Total município)** | **1 459 202** | **92 554** | **1 551 756** |
| Sameiro | 36 542 | **0** | **36 542** |
| Manteigas (Santa Maria) | 66 392 | **0** | **66 392** |
| Manteigas (São Pedro) | 103 366 | **0** | **103 366** |
| Vale de Amoreira | 24 359 | **0** | **24 359** |
| **MANTEIGAS (Total município)** | **230 659** | **0** | **230 659** |
| Aveloso | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Barreira | 29 364 | **0** | **29 364** |
| Coriscada | 28 936 | **0** | **28 936** |
| Longroiva | 39 685 | **0** | **39 685** |
| Marialva | 25 831 | **0** | **25 831** |
| Poço do Canto | 27 386 | **0** | **27 386** |
| Rabaçal | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Ranhados | 29 906 | **0** | **29 906** |
| União das freguesias de Mêda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa | 95 656 | **0** | **95 656** |
| União das freguesias de Prova e Casteição | 44 684 | **0** | **44 684** |
| União das freguesias de Vale Flor, Carvalhal e Pai Penela | 56 832 | **0** | **56 832** |
| **MEDA (Total município)** | **426 506** | **0** | **426 506** |
| Ervedosa | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Freixedas | 42 235 | **0** | **42 235** |
| Lamegal | 27 926 | **0** | **27 926** |
| Lameiras | 25 933 | **0** | **25 933** |
| Manigoto | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Pala | 25 868 | **0** | **25 868** |
| Pinhel | 65 980 | **0** | **65 980** |
| Pínzio | 32 864 | **0** | **32 864** |
| Souro Pires | 27 109 | **0** | **27 109** |
| Vascoveiro | 24 729 | **0** | **24 729** |
| Agregação das freguesias Sul de Pinhel | 50 776 | **7 617** | **58 393** |
| Alverca da Beira/Bouça Cova | 44 534 | **6 680** | **51 214** |
| Terras de Massueime | 41 058 | **6 159** | **47 217** |
| Valbom/Bogalhal | 40 203 | **6 031** | **46 234** |
| Alto do Palurdo | 46 157 | **6 924** | **53 081** |
| Vale do Côa | 50 734 | **7 611** | **58 345** |
| Vale do Massueime | 51 993 | **7 799** | **59 792** |
| União das freguesias de Atalaia e Safurdão | 39 730 | **5 960** | **45 690** |
| **PINHEL (Total município)** | **686 055** | **54 781** | **740 836** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Águas Belas | 25 069 | **0** | **25 069** |
| Aldeia do Bispo | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Aldeia da Ponte | 30 567 | **0** | **30 567** |
| Aldeia Velha | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Alfaiates | 29 180 | **0** | **29 180** |
| Baraçal | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Bendada | 39 179 | **0** | **39 179** |
| Bismula | 25 053 | **0** | **25 053** |
| Casteleiro | 38 863 | **0** | **38 863** |
| Cerdeira | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Fóios | 26 145 | **0** | **26 145** |
| Malcata | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Nave | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Quadrazais | 37 180 | **0** | **37 180** |
| Quintas de São Bartolomeu | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Rapoula do Côa | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Rebolosa | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Rendo | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Sortelha | 40 474 | **0** | **40 474** |
| Souto | 42 550 | **0** | **42 550** |
| Vale de Espinho | 35 273 | **0** | **35 273** |
| Vila Boa | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vila do Touro | 25 096 | **0** | **25 096** |
| União das freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos | 58 686 | **0** | **58 686** |
| União das freguesias de Lajeosa e Forcalhos | 39 875 | **0** | **39 875** |
| União das freguesias de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba | 55 993 | **0** | **55 993** |
| União das freguesias de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas | 46 441 | **0** | **46 441** |
| União das freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António | 80 790 | **0** | **80 790** |
| União das freguesias de Santo Estêvão e Moita | 43 426 | **0** | **43 426** |
| União das freguesias de Seixo do Côa e Vale Longo | 40 781 | **0** | **40 781** |
| **SABUGAL (Total município)** | **1 030 779** | **0** | **1 030 779** |
| Alvoco da Serra | 39 923 | **0** | **39 923** |
| Girabolhos | 27 138 | **0** | **27 138** |
| Loriga | 44 400 | **0** | **44 400** |
| Paranhos | 41 338 | **0** | **41 338** |
| Pinhanços | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Sabugueiro | 41 641 | **0** | **41 641** |
| Sandomil | 30 619 | **0** | **30 619** |
| Santa Comba | 25 327 | **0** | **25 327** |
| Santiago | 25 597 | **0** | **25 597** |
| Sazes da Beira | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Teixeira | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Travancinha | 24 829 | **0** | **24 829** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Valezim | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Vila Cova à Coelheira | 24 113 | 0 | **24 113** |
| União das freguesias de Carragozela e Várzea de Meruge | 48 227 | 0 | **48 227** |
| União das freguesias de Sameice e Santa Eulália | 48 227 | 0 | **48 227** |
| União das freguesias de Santa Marinha e São Martinho | 53 062 | 0 | **53 062** |
| União das freguesias de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros | 154 668 | 0 | **154 668** |
| União das freguesias de Torrozelo e Folhadosa | 48 227 | 0 | **48 227** |
| União das freguesias de Tourais e Lajes | 64 031 | 0 | **64 031** |
| União das freguesias de Vide e Cabeça | 69 836 | 0 | **69 836** |
| **SEIA (Total município)** | **907 655** | **0** | **907 655** |
| Aldeia Nova | 31 341 | 0 | **31 341** |
| Castanheira | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Cogula | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Cótimos | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Fiães | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Granja | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Guilheiro | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Moimentinha | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Moreira de Rei | 37 613 | 0 | **37 613** |
| Palhais | 16 630 | 0 | **16 630** |
| Póvoa do Concelho | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Reboleiro | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Rio de Mel | 28 474 | 0 | **28 474** |
| Tamanhos | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Valdujo | 24 113 | 0 | **24 113** |
| União das freguesias de Freches e Torres | 49 576 | 0 | **49 576** |
| União das freguesias de Torre do Terrenho, Sebadelhe da Serra e Terrenho | 59 795 | 0 | **59 795** |
| União das freguesias de Trancoso (São Pedro e Santa Maria) e Souto Maior | 94 647 | 0 | **94 647** |
| União das freguesias de Vale do Seixo e Vila Garcia | 38 491 | 0 | **38 491** |
| União das freguesias de Vila Franca das Naves e Feital | 44 951 | 0 | **44 951** |
| União das freguesias de Vilares e Carnicães | 43 119 | 0 | **43 119** |
| **TRANCOSO (Total município)** | **709 880** | **0** | **709 880** |
| Almendra | 45 583 | 0 | **45 583** |
| Castelo Melhor | 36 346 | 0 | **36 346** |
| Cedovim | 34 716 | 0 | **34 716** |
| Chãs | 25 096 | 0 | **25 096** |
| Custóias | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Horta | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Muxagata | 30 377 | 0 | **30 377** |
| Numão | 26 800 | 0 | **26 800** |
| Santa Comba | 32 386 | 0 | **32 386** |
| Sebadelhe | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Seixas | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Touça | 24 113 | 0 | **24 113** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Freixo de Numão | 50 227 | **7 535** | **57 762** |
| Vila Nova de Foz Côa | 111 046 | **16 657** | **127 703** |
| **VILA NOVA DE FOZ CÔA (Total município)** | **513 142** | **24 192** | **537 334** |
| **GUARDA (Total distrito)** | **9 037 567** | **292 260** | **9 329 827** |
| Alfeizerão | 56 089 | **0** | **56 089** |
| Bárrio | 36 179 | **0** | **36 179** |
| Benedita | 92 352 | **0** | **92 352** |
| Cela | 51 914 | **0** | **51 914** |
| Évora de Alcobaça | 70 857 | **0** | **70 857** |
| Maiorga | 37 184 | **0** | **37 184** |
| São Martinho do Porto | 41 559 | **0** | **41 559** |
| Turquel | 65 923 | **0** | **65 923** |
| Vimeiro | 42 190 | **0** | **42 190** |
| Aljubarrota | 99 365 | **0** | **99 365** |
| União das freguesias de Alcobaça e Vestiaria | 85 312 | **0** | **85 312** |
| União das freguesias de Coz, Alpedriz e Montes | 91 495 | **0** | **91 495** |
| União das freguesias de Pataias e Martingança | 119 817 | **0** | **119 817** |
| **ALCOBAÇA (Total município)** | **890 236** | **0** | **890 236** |
| Almoster | 38 347 | **0** | **38 347** |
| Maçãs de Dona Maria | 48 988 | **0** | **48 988** |
| Pelmá | 41 859 | **0** | **41 859** |
| Alvaiázere | 71 149 | **10 673** | **81 822** |
| Pussos São Pedro | 74 178 | **11 126** | **85 304** |
| **ALVAIÁZERE (Total município)** | **274 521** | **21 799** | **296 320** |
| Alvorge | 46 262 | **0** | **46 262** |
| Avelar | 36 265 | **0** | **36 265** |
| Chão de Couce | 46 809 | **0** | **46 809** |
| Pousaflores | 40 498 | **0** | **40 498** |
| Santiago da Guarda | 63 491 | **0** | **63 491** |
| Ansião | 92 827 | **13 924** | **106 751** |
| **ANSIÃO (Total município)** | **326 152** | **13 924** | **340 076** |
| Batalha | 89 126 | **0** | **89 126** |
| Reguengo do Fetal | 54 393 | **0** | **54 393** |
| São Mamede | 73 636 | **0** | **73 636** |
| Golpilheira | 31 233 | **0** | **31 233** |
| **BATALHA (Total município)** | **248 388** | **0** | **248 388** |
| Carvalhal | 61 695 | **0** | **61 695** |
| Roliça | 53 339 | **0** | **53 339** |
| Pó | 25 304 | **0** | **25 304** |
| União das freguesias de Bombarral e Vale Covo | 100 876 | **0** | **100 876** |
| **BOMBARRAL (Total município)** | **241 214** | **0** | **241 214** |
| A dos Francos | 40 408 | **0** | **40 408** |
| Alvorninha | 57 003 | **0** | **57 003** |
| Carvalhal Benfeito | 33 093 | **0** | **33 093** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Foz do Arelho | 29 425 | **0** | **29 425** |
| Landal | 29 134 | **0** | **29 134** |
| Nadadouro | 29 690 | **0** | **29 690** |
| Salir de Matos | 47 258 | **0** | **47 258** |
| Santa Catarina | 49 099 | **0** | **49 099** |
| Vidais | 35 665 | **0** | **35 665** |
| União das freguesias de Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório | 182 019 | **27 303** | **209 322** |
| União das freguesias de Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro | 122 571 | **18 386** | **140 957** |
| União das freguesias de Tornada e Salir do Porto | 73 512 | **11 027** | **84 539** |
| **CALDAS DA RAINHA (Total município)** | **728 877** | **56 716** | **785 593** |
| União das freguesias de Castanheira de Pêra e Coentral | 168 718 | **0** | **168 718** |
| **CASTANHEIRA DE PÊRA (Total município)** | **168 718** | **0** | **168 718** |
| Aguda | 53 145 | **0** | **53 145** |
| Arega | 42 273 | **0** | **42 273** |
| Campelo | 45 548 | **0** | **45 548** |
| União das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas | 111 492 | **0** | **111 492** |
| **FIGUEIRÓ DOS VINHOS (Total município)** | **252 458** | **0** | **252 458** |
| Amor | 59 935 | **0** | **59 935** |
| Arrabal | 46 122 | **0** | **46 122** |
| Caranguejeira | 65 670 | **0** | **65 670** |
| Coimbrão | 68 073 | **0** | **68 073** |
| Maceira | 116 480 | **0** | **116 480** |
| Milagres | 46 772 | **0** | **46 772** |
| Regueira de Pontes | 38 231 | **0** | **38 231** |
| Bajouca | 37 054 | **0** | **37 054** |
| Bidoeira de Cima | 38 453 | **0** | **38 453** |
| União das freguesias de Colmeias e Memória | 86 979 | **0** | **86 979** |
| União das freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes | 285 298 | **0** | **285 298** |
| União das freguesias de Marrazes e Barosa | 188 882 | **0** | **188 882** |
| União das freguesias de Monte Real e Carvide | 88 329 | **0** | **88 329** |
| União das freguesias de Monte Redondo e Carreira | 96 740 | **0** | **96 740** |
| União das freguesias de Parceiros e Azoia | 87 992 | **0** | **87 992** |
| União das freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça | 86 508 | **0** | **86 508** |
| União das freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista | 76 634 | **0** | **76 634** |
| União das freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa | 93 590 | **0** | **93 590** |
| **LEIRIA (Total município)** | **1 607 742** | **0** | **1 607 742** |
| Marinha Grande | 312 395 | **0** | **312 395** |
| Vieira de Leiria | 87 643 | **0** | **87 643** |
| Moita | 29 887 | **0** | **29 887** |
| **MARINHA GRANDE (Total município)** | **429 925** | **0** | **429 925** |
| Famalicão | 43 042 | **0** | **43 042** |
| Nazaré | 111 896 | **0** | **111 896** |
| Valado dos Frades | 53 564 | **0** | **53 564** |
| **NAZARÉ (Total município)** | **208 502** | **0** | **208 502** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| A dos Negros | 35 634 | **0** | **35 634** |
| Amoreira | 32 590 | **0** | **32 590** |
| Olho Marinho | 34 118 | **0** | **34 118** |
| Vau | 38 644 | **0** | **38 644** |
| Gaeiras | 35 333 | **0** | **35 333** |
| Usseira | 25 038 | **0** | **25 038** |
| Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa | 92 391 | **13 859** | **106 250** |
| **ÓBIDOS (Total município)** | **293 748** | **13 859** | **307 607** |
| Graça | 50 162 | **0** | **50 162** |
| Pedrógão Grande | 122 159 | **0** | **122 159** |
| Vila Facaia | 37 230 | **0** | **37 230** |
| **PEDRÓGÃO GRANDE (Total município)** | **209 551** | **0** | **209 551** |
| Atouguia da Baleia | 123 132 | **0** | **123 132** |
| Serra d'El-Rei | 32 355 | **0** | **32 355** |
| Ferrel | 44 270 | **0** | **44 270** |
| Peniche | 173 349 | **26 002** | **199 351** |
| **PENICHE (Total município)** | **373 106** | **26 002** | **399 108** |
| Abiul | 63 125 | **0** | **63 125** |
| Almagreira | 58 396 | **0** | **58 396** |
| Carnide | 41 856 | **0** | **41 856** |
| Carriço | 84 363 | **0** | **84 363** |
| Louriçal | 77 494 | **0** | **77 494** |
| Pelariga | 46 999 | **0** | **46 999** |
| Pombal | 180 611 | **0** | **180 611** |
| Redinha | 53 874 | **0** | **53 874** |
| Vermoil | 49 149 | **0** | **49 149** |
| Vila Cã | 45 105 | **0** | **45 105** |
| Meirinhas | 30 861 | **0** | **30 861** |
| União das freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca | 139 021 | **0** | **139 021** |
| União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze | 129 723 | **0** | **129 723** |
| **POMBAL (Total município)** | **1 000 577** | **0** | **1 000 577** |
| Alqueidão da Serra | 42 516 | **0** | **42 516** |
| Calvaria de Cima | 39 919 | **0** | **39 919** |
| Juncal | 55 780 | **0** | **55 780** |
| Mira de Aire | 56 339 | **0** | **56 339** |
| Pedreiras | 43 101 | **0** | **43 101** |
| São Bento | 44 212 | **0** | **44 212** |
| Serro Ventoso | 41 376 | **0** | **41 376** |
| Porto de Mós - São João Baptista e São Pedro | 91 204 | **0** | **91 204** |
| União das freguesias de Alvados e Alcaria | 53 392 | **0** | **53 392** |
| União das freguesias de Arrimal e Mendiga | 63 571 | **0** | **63 571** |
| **PORTO DE MÓS (Total município)** | **531 410** | **0** | **531 410** |
| **LEIRIA (Total distrito)** | **7 785 125** | **132 300** | **7 917 425** |
| Carnota | 38 878 | **0** | **38 878** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Meca | 36 476 | 0 | **36 476** |
| Olhalvo | 32 126 | 0 | **32 126** |
| Ota | 47 213 | 0 | **47 213** |
| Ventosa | 42 477 | 0 | **42 477** |
| Vila Verde dos Francos | 40 366 | 0 | **40 366** |
| União das freguesias de Abrigada e Cabanas de Torres | 84 113 | 0 | **84 113** |
| União das freguesias de Aldeia Galega da Merceana e Aldeia Gavinha | 65 663 | 0 | **65 663** |
| União das freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana) | 121 392 | 0 | **121 392** |
| União das freguesias de Carregado e Cadafais | 99 138 | 0 | **99 138** |
| União das freguesias de Ribafria e Pereiro de Palhacana | 48 608 | 0 | **48 608** |
| **ALENQUER (Total município)** | **656 450** | **0** | **656 450** |
| Arranhó | 54 585 | 0 | **54 585** |
| Arruda dos Vinhos | 91 712 | 0 | **91 712** |
| Cardosas | 23 819 | 0 | **23 819** |
| Santiago dos Velhos | 38 168 | 0 | **38 168** |
| **ARRUDA DOS VINHOS (Total município)** | **208 284** | **0** | **208 284** |
| Alcoentre | 62 616 | 0 | **62 616** |
| Aveiras de Baixo | 36 421 | 0 | **36 421** |
| Aveiras de Cima | 63 566 | 0 | **63 566** |
| Azambuja | 110 212 | 0 | **110 212** |
| Vale do Paraíso | 24 972 | 0 | **24 972** |
| Vila Nova da Rainha | 32 989 | 0 | **32 989** |
| União das freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa | 96 738 | 0 | **96 738** |
| **AZAMBUJA (Total município)** | **427 514** | **0** | **427 514** |
| Alguber | 33 135 | 0 | **33 135** |
| Peral | 31 138 | 0 | **31 138** |
| Vermelha | 32 881 | 0 | **32 881** |
| Vilar | 38 629 | 0 | **38 629** |
| União das freguesias do Cadaval e Pêro Moniz | 72 744 | 0 | **72 744** |
| União das freguesias de Lamas e Cercal | 86 322 | 0 | **86 322** |
| União das freguesias de Painho e Figueiros | 54 985 | 0 | **54 985** |
| **CADAVAL (Total município)** | **349 834** | **0** | **349 834** |
| Alcabideche | 290 043 | 0 | **290 043** |
| São Domingos de Rana | 333 882 | 0 | **333 882** |
| União das freguesias de Carcavelos e Parede | 299 980 | 0 | **299 980** |
| União das freguesias de Cascais e Estoril | 460 948 | 0 | **460 948** |
| **CASCAIS (Total município)** | **1 384 853** | **0** | **1 384 853** |
| Ajuda | 174 177 | 0 | **174 177** |
| Alcântara | 151 678 | 0 | **151 678** |
| Beato | 127 194 | 0 | **127 194** |
| Benfica | 364 495 | 0 | **364 495** |
| Campolide | 159 009 | 0 | **159 009** |
| Carnide | 133 399 | 0 | **133 399** |
| Lumiar | 341 110 | 0 | **341 110** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Marvila | 344 612 | **0** | **344 612** |
| Olivais | 270 466 | **0** | **270 466** |
| São Domingos de Benfica | 276 697 | **0** | **276 697** |
| Alvalade | 320 734 | **0** | **320 734** |
| Areeiro | 190 355 | **0** | **190 355** |
| Arroios | 286 528 | **0** | **286 528** |
| Avenidas Novas | 200 785 | **0** | **200 785** |
| Belém | 194 138 | **0** | **194 138** |
| Campo de Ourique | 212 650 | **0** | **212 650** |
| Estrela | 220 500 | **0** | **220 500** |
| Misericórdia | 190 958 | **0** | **190 958** |
| Parque das Nações | 170 588 | **0** | **170 588** |
| Penha de França | 261 782 | **0** | **261 782** |
| Santa Clara | 184 586 | **0** | **184 586** |
| Santa Maria Maior | 316 848 | **0** | **316 848** |
| Santo António | 161 469 | **0** | **161 469** |
| São Vicente | 192 233 | **0** | **192 233** |
| **LISBOA (Total município)** | **5 446 991** | **0** | **5 446 991** |
| Bucelas | 217 644 | **0** | **217 644** |
| Fanhões | 84 039 | **0** | **84 039** |
| Loures | 223 603 | **0** | **223 603** |
| Lousa | 113 250 | **0** | **113 250** |
| União das freguesias de Moscavide e Portela | 184 375 | **0** | **184 375** |
| União das freguesias de Sacavém e Prior Velho | 178 215 | **0** | **178 215** |
| União das freguesias de Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela | 376 247 | **0** | **376 247** |
| União das freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal | 204 635 | **0** | **204 635** |
| União das freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas | 225 760 | **0** | **225 760** |
| União das freguesias de Camarate, Unhos e Apelação | 305 853 | **0** | **305 853** |
| **LOURES (Total município)** | **2 113 621** | **0** | **2 113 621** |
| Moita dos Ferreiros | 43 415 | **0** | **43 415** |
| Reguengo Grande | 35 542 | **0** | **35 542** |
| Santa Bárbara | 30 668 | **0** | **30 668** |
| Vimeiro | 28 730 | **0** | **28 730** |
| Ribamar | 35 383 | **0** | **35 383** |
| União das freguesias de Lourinhã e Atalaia | 134 330 | **0** | **134 330** |
| União das freguesias de Miragaia e Marteleira | 66 837 | **0** | **66 837** |
| União das freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo | 53 889 | **0** | **53 889** |
| **LOURINHÃ (Total município)** | **428 794** | **0** | **428 794** |
| Carvoeira | 24 481 | **0** | **24 481** |
| Encarnação | 58 410 | **0** | **58 410** |
| Ericeira | 62 794 | **0** | **62 794** |
| Mafra | 115 844 | **0** | **115 844** |
| Milharado | 59 473 | **0** | **59 473** |
| Santo Isidoro | 48 994 | **0** | **48 994** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| União das freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira | 73 977 | 0 | **73 977** |
| União das freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário | 86 502 | 0 | **86 502** |
| União das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros | 77 519 | 0 | **77 519** |
| União das freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça | 76 037 | 0 | **76 037** |
| União das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés | 96 475 | 0 | **96 475** |
| **MAFRA (Total município)** | **780 506** | **0** | **780 506** |
| Barcarena | 126 098 | 0 | **126 098** |
| Porto Salvo | 122 636 | 0 | **122 636** |
| União das freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo | 378 453 | 0 | **378 453** |
| União das freguesias de Carnaxide e Queijas | 241 102 | 0 | **241 102** |
| União das freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias | 461 255 | 0 | **461 255** |
| **OEIRAS (Total município)** | **1 329 544** | **0** | **1 329 544** |
| Algueirão-Mem Martins | 348 042 | 0 | **348 042** |
| Colares | 127 463 | 0 | **127 463** |
| Rio de Mouro | 282 415 | 0 | **282 415** |
| Casal de Cambra | 76 235 | 0 | **76 235** |
| União das freguesias de Agualva e Mira-Sintra | 255 670 | 0 | **255 670** |
| União das freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar | 278 425 | 0 | **278 425** |
| União das freguesias do Cacém e São Marcos | 161 227 | 0 | **161 227** |
| União das freguesias de Massamá e Monte Abraão | 258 008 | 0 | **258 008** |
| União das freguesias de Queluz e Belas | 345 256 | 0 | **345 256** |
| União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem | 295 182 | 0 | **295 182** |
| União das freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim) | 301 875 | 0 | **301 875** |
| **SINTRA (Total município)** | **2 729 798** | **0** | **2 729 798** |
| Santo Quintino | 80 328 | 0 | **80 328** |
| Sapataria | 51 714 | 0 | **51 714** |
| Sobral de Monte Agraço | 48 313 | 0 | **48 313** |
| **SOBRAL DE MONTE AGRAÇO (Total município)** | **180 355** | **0** | **180 355** |
| Freiria | 40 101 | 0 | **40 101** |
| Ponte do Rol | 37 174 | 0 | **37 174** |
| Ramalhal | 56 328 | 0 | **56 328** |
| São Pedro da Cadeira | 57 962 | 0 | **57 962** |
| Silveira | 73 129 | 0 | **73 129** |
| Turcifal | 50 999 | 0 | **50 999** |
| Ventosa | 66 132 | 0 | **66 132** |
| União das freguesias de A dos Cunhados e Maceira | 120 938 | 0 | **120 938** |
| União das freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça | 71 746 | 0 | **71 746** |
| União das freguesias de Carvoeira e Carmões | 59 724 | 0 | **59 724** |
| União das freguesias de Dois Portos e Runa | 74 553 | 0 | **74 553** |
| União das freguesias de Maxial e Monte Redondo | 77 998 | 0 | **77 998** |
| União das freguesias de Torres Vedras (São Pedro, Santiago, Santa Maria do Castelo e São Miguel) e Matacães | 242 546 | 0 | **242 546** |
| **TORRES VEDRAS (Total município)** | **1 029 330** | **0** | **1 029 330** |
| Vialonga | 130 439 | 0 | **130 439** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Vila Franca de Xira | 324 182 | **0** | **324 182** |
| União das freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz | 145 265 | **0** | **145 265** |
| União das freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho | 248 061 | **0** | **248 061** |
| União das freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras | 108 124 | **0** | **108 124** |
| União das freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa | 208 175 | **0** | **208 175** |
| **VILA FRANCA DE XIRA (Total município)** | **1 164 246** | **0** | **1 164 246** |
| Alfragide | 161 833 | **24 275** | **186 108** |
| Águas Livres | 313 275 | **46 991** | **360 266** |
| Encosta do Sol | 258 987 | **38 849** | **297 836** |
| Falagueira-Venda Nova | 258 541 | **38 781** | **297 322** |
| Mina de Água | 383 045 | **57 457** | **440 502** |
| Venteira | 270 981 | **40 647** | **311 628** |
| **AMADORA (Total município)** | **1 646 662** | **247 000** | **1 893 662** |
| Odivelas | 346 704 | **0** | **346 704** |
| União das freguesias de Pontinha e Famões | 267 268 | **0** | **267 268** |
| União das freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto | 176 832 | **0** | **176 832** |
| União das freguesias de Ramada e Caneças | 221 363 | **0** | **221 363** |
| **ODIVELAS (Total município)** | **1 012 167** | **0** | **1 012 167** |
| **LISBOA (Total distrito)** | **20 888 949** | **247 000** | **21 135 949** |
| Alter do Chão | 108 938 | **0** | **108 938** |
| Chancelaria | 53 000 | **0** | **53 000** |
| Seda | 68 466 | **0** | **68 466** |
| Cunheira | 37 729 | **0** | **37 729** |
| **ALTER DO CHÃO (Total município)** | **268 133** | **0** | **268 133** |
| Assunção | 127 006 | **0** | **127 006** |
| Esperança | 54 949 | **0** | **54 949** |
| Mosteiros | 45 091 | **0** | **45 091** |
| **ARRONCHES (Total município)** | **227 046** | **0** | **227 046** |
| Aldeia Velha | 67 842 | **0** | **67 842** |
| Avis | 71 870 | **0** | **71 870** |
| Ervedal | 40 658 | **0** | **40 658** |
| Figueira e Barros | 47 699 | **0** | **47 699** |
| União das freguesias de Alcórrego e Maranhão | 82 976 | **0** | **82 976** |
| União das freguesias de Benavila e Valongo | 105 396 | **0** | **105 396** |
| **AVIS (Total município)** | **416 441** | **0** | **416 441** |
| Nossa Senhora da Expectação | 101 258 | **0** | **101 258** |
| Nossa Senhora da Graça dos Degolados | 37 775 | **0** | **37 775** |
| São João Baptista | 106 690 | **0** | **106 690** |
| **CAMPO MAIOR (Total município)** | **245 723** | **0** | **245 723** |
| Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas | 54 573 | **0** | **54 573** |
| Santa Maria da Devesa | 71 338 | **0** | **71 338** |
| Santiago Maior | 45 087 | **0** | **45 087** |
| São João Baptista | 56 226 | **0** | **56 226** |
| **CASTELO DE VIDE (Total município)** | **227 224** | **0** | **227 224** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Aldeia da Mata | 38 089 | 0 | 38 089 |
| Gáfete | 48 105 | 0 | 48 105 |
| Monte da Pedra | 46 665 | 0 | 46 665 |
| União das freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso | 180 732 | 0 | 180 732 |
| **CRATO (Total município)** | **313 591** | **0** | **313 591** |
| Santa Eulália | 69 679 | 0 | 69 679 |
| São Brás e São Lourenço | 53 352 | 0 | 53 352 |
| São Vicente e Ventosa | 66 839 | 0 | 66 839 |
| Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso | 154 376 | 0 | 154 376 |
| Caia, São Pedro e Alcáçova | 130 485 | 0 | 130 485 |
| União das freguesias de Barbacena e Vila Fernando | 81 103 | 0 | 81 103 |
| União das freguesias de Terrugem e Vila Boim | 97 837 | 0 | 97 837 |
| **ELVAS (Total município)** | **653 671** | **0** | **653 671** |
| Cabeço de Vide | 54 882 | 0 | 54 882 |
| Fronteira | 106 257 | 0 | 106 257 |
| São Saturnino | 38 939 | 0 | 38 939 |
| **FRONTEIRA (Total município)** | **200 078** | **0** | **200 078** |
| Belver | 54 546 | 0 | 54 546 |
| Comenda | 62 772 | 0 | 62 772 |
| Margem | 50 485 | 0 | 50 485 |
| União das freguesias de Gavião e Atalaia | 82 427 | 0 | 82 427 |
| **GAVIÃO (Total município)** | **250 230** | **0** | **250 230** |
| Beirã | 44 345 | 0 | 44 345 |
| Santa Maria de Marvão | 34 510 | 0 | 34 510 |
| Santo António das Areias | 49 915 | 0 | 49 915 |
| São Salvador da Aramenha | 64 444 | 0 | 64 444 |
| **MARVÃO (Total município)** | **193 214** | **0** | **193 214** |
| Assumar | 51 106 | 0 | 51 106 |
| Monforte | 124 772 | 0 | 124 772 |
| Santo Aleixo | 49 330 | 0 | 49 330 |
| Vaiamonte | 57 655 | 0 | 57 655 |
| **MONFORTE (Total município)** | **282 863** | **0** | **282 863** |
| Alpalhão | 45 157 | 0 | 45 157 |
| Montalvão | 75 654 | 0 | 75 654 |
| Santana | 32 122 | 0 | 32 122 |
| São Matias | 45 619 | 0 | 45 619 |
| Tolosa | 36 617 | 0 | 36 617 |
| União das freguesias de Arez e Amieira do Tejo | 107 204 | 0 | 107 204 |
| União das freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão | 140 898 | 0 | 140 898 |
| **NISA (Total município)** | **483 271** | **0** | **483 271** |
| Galveias | 61 404 | 0 | 61 404 |
| Montargil | 162 323 | 0 | 162 323 |
| Foros de Arrão | 60 193 | 0 | 60 193 |
| Longomel | 49 636 | 0 | 49 636 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| União das freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor | 286 958 | **0** | **286 958** |
| **PONTE DE SOR (Total município)** | **620 514** | **0** | **620 514** |
| Alagoa | 29 380 | **0** | **29 380** |
| Alegrete | 68 746 | **0** | **68 746** |
| Fortios | 59 895 | **0** | **59 895** |
| Urra | 89 090 | **0** | **89 090** |
| União das freguesias da Sé e São Lourenço | 169 168 | **0** | **169 168** |
| União das freguesias de Reguengo e São Julião | 75 437 | **0** | **75 437** |
| União das freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras | 70 573 | **0** | **70 573** |
| **PORTALEGRE (Total município)** | **562 289** | **0** | **562 289** |
| Cano | 51 513 | **0** | **51 513** |
| Casa Branca | 71 241 | **0** | **71 241** |
| Santo Amaro | 41 618 | **0** | **41 618** |
| Sousel | 72 171 | **0** | **72 171** |
| **SOUSEL (Total município)** | **236 543** | **0** | **236 543** |
| **PORTALEGRE (Total distrito)** | **5 180 831** | **0** | **5 180 831** |
| Ansiães | 39 769 | **0** | **39 769** |
| Candemil | 29 405 | **0** | **29 405** |
| Fregim | 39 243 | **0** | **39 243** |
| Fridão | 25 069 | **0** | **25 069** |
| Gondar | 34 381 | **0** | **34 381** |
| Jazente | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Lomba | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Louredo | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Lufrei | 33 938 | **0** | **33 938** |
| Mancelos | 47 796 | **0** | **47 796** |
| Padronelo | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Rebordelo | 29 080 | **0** | **29 080** |
| Salvador do Monte | 28 030 | **0** | **28 030** |
| Gouveia (São Simão) | 27 049 | **0** | **27 049** |
| Telões | 56 245 | **0** | **56 245** |
| Travanca | 39 297 | **0** | **39 297** |
| Vila Caiz | 45 956 | **0** | **45 956** |
| Vila Chã do Marão | 26 837 | **0** | **26 837** |
| União das freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea | 84 393 | **0** | **84 393** |
| União das freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão | 148 563 | **0** | **148 563** |
| União das freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei | 72 342 | **0** | **72 342** |
| União das freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) | 69 647 | **0** | **69 647** |
| União das freguesias de Freixo de Cima e de Baixo | 60 607 | **0** | **60 607** |
| União das freguesias de Olo e Canadelo | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Real, Ataíde e Oliveira | 98 436 | **0** | **98 436** |
| União das freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa | 72 340 | **0** | **72 340** |
| **AMARANTE (Total município)** | **1 253 102** | **0** | **1 253 102** |
| Frende | 24 113 | **0** | **24 113** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Gestaçô | 34 345 | 0 | 34 345 |
| Gove | 36 874 | 0 | 36 874 |
| Grilo | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Loivos do Monte | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Santa Marinha do Zêzere | 43 459 | 0 | 43 459 |
| Valadares | 26 460 | 0 | 26 460 |
| Viariz | 24 113 | 0 | 24 113 |
| União das freguesias de Ancede e Ribadouro | 66 516 | 0 | 66 516 |
| União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata | 48 227 | 0 | 48 227 |
| União das freguesias de Campelo e Ovil | 78 447 | 0 | 78 447 |
| União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras | 48 227 | 0 | 48 227 |
| União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas | 58 984 | 0 | 58 984 |
| União das freguesias de Teixeira e Teixeiró | 61 563 | 0 | 61 563 |
| **BAIÃO (Total município)** | **599 554** | **0** | **599 554** |
| Aião | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Airães | 40 908 | 0 | 40 908 |
| Friande | 27 461 | 0 | 27 461 |
| Idães | 38 189 | 0 | 38 189 |
| Jugueiros | 32 417 | 0 | 32 417 |
| Penacova | 25 339 | 0 | 25 339 |
| Pinheiro | 24 368 | 0 | 24 368 |
| Pombeiro de Ribavizela | 34 995 | 0 | 34 995 |
| Refontoura | 30 545 | 0 | 30 545 |
| Regilde | 25 674 | 0 | 25 674 |
| Revinhade | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Sendim | 34 012 | 0 | 34 012 |
| União das freguesias de Macieira da Lixa e Caramos | 69 924 | 0 | 69 924 |
| União das freguesias de Margaride (Santa Eulália), Várzea, Lagares, Varziela e Moure | 212 836 | 0 | 212 836 |
| União das freguesias de Pedreira, Rande e Sernande | 79 088 | 0 | 79 088 |
| União das freguesias de Torrados e Sousa | 61 148 | 0 | 61 148 |
| União das freguesias de Unhão e Lordelo | 48 227 | 0 | 48 227 |
| União das freguesias de Vila Cova da Lixa e Borba de Godim | 86 498 | 0 | 86 498 |
| União das freguesias de Vila Fria e Vizela (São Jorge) | 48 227 | 0 | 48 227 |
| União das freguesias de Vila Verde e Santão | 48 227 | 0 | 48 227 |
| **FELGUEIRAS (Total município)** | **1 016 309** | **0** | **1 016 309** |
| Lomba | 73 892 | 0 | 73 892 |
| Rio Tinto | 319 956 | 0 | 319 956 |
| Baguim do Monte (Rio Tinto) | 112 915 | 0 | 112 915 |
| União das freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova | 333 138 | 0 | 333 138 |
| União das freguesias de Foz do Sousa e Covelo | 178 849 | 0 | 178 849 |
| União das freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim | 399 582 | 0 | 399 582 |
| União das freguesias de Melres e Medas | 161 848 | 0 | 161 848 |
| **GONDOMAR (Total município)** | **1 580 180** | **0** | **1 580 180** |
| Aveleda | 30 727 | 0 | 30 727 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Caíde de Rei | 39 501 | **0** | **39 501** |
| Lodares | 31 447 | **0** | **31 447** |
| Macieira | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Meinedo | 52 164 | **0** | **52 164** |
| Nevogilde | 40 045 | **0** | **40 045** |
| Sousela | 34 365 | **0** | **34 365** |
| Torno | 36 841 | **0** | **36 841** |
| Vilar do Torno e Alentém | 28 905 | **0** | **28 905** |
| União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida) | 72 340 | **0** | **72 340** |
| União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem | 95 152 | **0** | **95 152** |
| União das freguesias de Figueiras e Covas | 50 440 | **0** | **50 440** |
| União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão) | 82 999 | **0** | **82 999** |
| União das freguesias de Nespereira e Casais | 58 567 | **0** | **58 567** |
| União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga | 108 202 | **0** | **108 202** |
| **LOUSADA (Total município)** | **786 791** | **0** | **786 791** |
| Águas Santas | 175 044 | **0** | **175 044** |
| Folgosa | 62 385 | **0** | **62 385** |
| Milheirós | 54 078 | **0** | **54 078** |
| Moreira | 93 831 | **0** | **93 831** |
| São Pedro Fins | 39 856 | **0** | **39 856** |
| Vila Nova da Telha | 61 257 | **0** | **61 257** |
| Pedrouços | 94 764 | **0** | **94 764** |
| Castêlo da Maia | 218 568 | **32 785** | **251 353** |
| Cidade da Maia | 286 547 | **42 982** | **329 529** |
| Nogueira e Silva Escura | 97 050 | **14 558** | **111 608** |
| **MAIA (Total município)** | **1 183 380** | **90 325** | **1 273 705** |
| Banho e Carvalhosa | 29 773 | **0** | **29 773** |
| Constance | 29 109 | **0** | **29 109** |
| Soalhães | 67 488 | **0** | **67 488** |
| Sobretâmega | 25 389 | **0** | **25 389** |
| Tabuado | 30 346 | **0** | **30 346** |
| Vila Boa do Bispo | 45 416 | **0** | **45 416** |
| Alpendorada, Várzea e Torrão | 119 260 | **17 889** | **137 149** |
| Avessadas e Rosém | 52 187 | **7 828** | **60 015** |
| Bem Viver | 78 443 | **11 767** | **90 210** |
| Livração | 54 417 | **8 162** | **62 579** |
| Marco | 159 559 | **23 933** | **183 492** |
| Paredes de Viadores e Manhuncelos | 53 189 | **7 978** | **61 167** |
| Penhalonga e Paços de Gaiolo | 68 439 | **10 266** | **78 705** |
| Sande e São Lourenço | 60 033 | **9 005** | **69 038** |
| Várzea, Aliviada e Folhada | 68 566 | **10 285** | **78 851** |
| Vila Boa de Quires e Maureles | 77 939 | **11 691** | **89 630** |
| **MARCO DE CANAVESES (Total município)** | **1 019 553** | **118 804** | **1 138 357** |
| União das freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões | 382 463 | **0** | **382 463** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| União das freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira | 375 217 | **0** | **375 217** |
| União das freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo | 311 454 | **0** | **311 454** |
| União das freguesias de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora | 357 005 | **0** | **357 005** |
| **MATOSINHOS (Total município)** | **1 426 139** | **0** | **1 426 139** |
| Carvalhosa | 54 955 | **0** | **54 955** |
| Eiriz | 35 669 | **0** | **35 669** |
| Ferreira | 54 218 | **0** | **54 218** |
| Figueiró | 33 861 | **0** | **33 861** |
| Freamunde | 76 552 | **0** | **76 552** |
| Meixomil | 41 072 | **0** | **41 072** |
| Penamaior | 49 690 | **0** | **49 690** |
| Raimonda | 37 432 | **0** | **37 432** |
| Seroa | 46 544 | **0** | **46 544** |
| Frazão Arreigada | 87 156 | **13 074** | **100 230** |
| Paços de Ferreira | 94 038 | **14 106** | **108 144** |
| Sanfins Lamoso Codessos | 97 139 | **14 572** | **111 711** |
| **PAÇOS DE FERREIRA (Total município)** | **708 326** | **41 752** | **750 078** |
| Aguiar de Sousa | 62 787 | **0** | **62 787** |
| Astromil | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Baltar | 57 736 | **0** | **57 736** |
| Beire | 36 777 | **0** | **36 777** |
| Cete | 40 041 | **0** | **40 041** |
| Cristelo | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Duas Igrejas | 51 892 | **0** | **51 892** |
| Gandra | 70 716 | **0** | **70 716** |
| Lordelo | 100 900 | **0** | **100 900** |
| Louredo | 27 579 | **0** | **27 579** |
| Parada de Todeia | 32 739 | **0** | **32 739** |
| Rebordosa | 102 546 | **0** | **102 546** |
| Recarei | 63 708 | **0** | **63 708** |
| Sobreira | 69 591 | **0** | **69 591** |
| Sobrosa | 37 402 | **0** | **37 402** |
| Vandoma | 35 962 | **0** | **35 962** |
| Vilela | 55 438 | **0** | **55 438** |
| Paredes | 239 833 | **35 975** | **275 808** |
| **PAREDES (Total município)** | **1 134 856** | **35 975** | **1 170 831** |
| Abragão | 39 937 | **0** | **39 937** |
| Boelhe | 33 638 | **0** | **33 638** |
| Bustelo | 32 699 | **0** | **32 699** |
| Cabeça Santa | 38 632 | **0** | **38 632** |
| Canelas | 35 555 | **0** | **35 555** |
| Capela | 36 274 | **0** | **36 274** |
| Castelões | 28 814 | **0** | **28 814** |
| Croca | 32 210 | **0** | **32 210** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Duas Igrejas | 38 466 | **0** | **38 466** |
| Eja | 27 117 | **0** | **27 117** |
| Fonte Arcada | 30 984 | **0** | **30 984** |
| Galegos | 36 166 | **0** | **36 166** |
| Irivo | 34 679 | **0** | **34 679** |
| Oldrões | 34 599 | **0** | **34 599** |
| Paço de Sousa | 49 507 | **0** | **49 507** |
| Perozelo | 28 117 | **0** | **28 117** |
| Rans | 30 532 | **0** | **30 532** |
| Rio de Moinhos | 43 324 | **0** | **43 324** |
| Recezinhos (São Mamede) | 27 398 | **0** | **27 398** |
| Recezinhos (São Martinho) | 33 996 | **0** | **33 996** |
| Sebolido | 24 776 | **0** | **24 776** |
| Valpedre | 30 878 | **0** | **30 878** |
| Rio Mau | 30 609 | **0** | **30 609** |
| Penafiel | 217 302 | **32 595** | **249 897** |
| Luzim e Vila Cova | 49 510 | **7 427** | **56 937** |
| Guilhufe e Urrô | 65 691 | **9 854** | **75 545** |
| Lagares e Figueira | 64 168 | **9 625** | **73 793** |
| Termas de São Vicente | 88 619 | **13 293** | **101 912** |
| **PENAFIEL (Total município)** | **1 264 197** | **72 794** | **1 336 991** |
| Bonfim | 234 295 | **0** | **234 295** |
| Campanhã | 367 900 | **0** | **367 900** |
| Paranhos | 397 941 | **0** | **397 941** |
| Ramalde | 311 340 | **0** | **311 340** |
| União das freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde | 295 180 | **0** | **295 180** |
| União das freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória | 495 715 | **0** | **495 715** |
| União das freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos | 268 266 | **0** | **268 266** |
| **PORTO (Total município)** | **2 370 637** | **0** | **2 370 637** |
| Balazar | 51 015 | **0** | **51 015** |
| Estela | 51 790 | **0** | **51 790** |
| Laundos | 44 227 | **0** | **44 227** |
| Rates | 58 165 | **0** | **58 165** |
| União das freguesias de Aver-o-Mar, Amorim e Terroso | 153 286 | **0** | **153 286** |
| União das freguesias de Aguçadoura e Navais | 86 559 | **0** | **86 559** |
| União das freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai | 281 755 | **0** | **281 755** |
| **PÓVOA DE VARZIM (Total município)** | **726 797** | **0** | **726 797** |
| Agrela | 32 804 | **0** | **32 804** |
| Água Longa | 49 232 | **0** | **49 232** |
| Aves | 86 765 | **0** | **86 765** |
| Monte Córdova | 59 871 | **0** | **59 871** |
| Rebordões | 50 441 | **0** | **50 441** |
| Reguenga | 31 035 | **0** | **31 035** |
| Roriz | 51 982 | **0** | **51 982** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Negrelos (São Tomé) | 54 905 | 0 | 54 905 |
| Vilarinho | 53 467 | 0 | 53 467 |
| União das freguesias de Areias, Sequeiró, Lama e Palmeira | 124 487 | 0 | 124 487 |
| União das freguesias de Campo (São Martinho), São Salvador do Campo e Negrelos (São Mamede) | 111 704 | 0 | 111 704 |
| União das freguesias de Carreira e Refojos de Riba de Ave | 51 116 | 0 | 51 116 |
| União das freguesias de Lamelas e Guimarei | 51 160 | 0 | 51 160 |
| União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães | 245 382 | 0 | 245 382 |
| **SANTO TIRSO (Total município)** | **1 054 351** | **0** | **1 054 351** |
| Alfena | 133 781 | 0 | 133 781 |
| Ermesinde | 276 523 | 0 | 276 523 |
| Valongo | 178 399 | 0 | 178 399 |
| União das freguesias de Campo e Sobrado | 218 426 | 0 | 218 426 |
| **VALONGO (Total município)** | **807 129** | **0** | **807 129** |
| Árvore | 52 962 | 0 | 52 962 |
| Aveleda | 28 200 | 0 | 28 200 |
| Azurara | 26 073 | 0 | 26 073 |
| Fajozes | 30 027 | 0 | 30 027 |
| Gião | 30 463 | 0 | 30 463 |
| Guilhabreu | 36 980 | 0 | 36 980 |
| Junqueira | 36 559 | 0 | 36 559 |
| Labruge | 38 995 | 0 | 38 995 |
| Macieira da Maia | 34 214 | 0 | 34 214 |
| Mindelo | 46 580 | 0 | 46 580 |
| Modivas | 33 215 | 0 | 33 215 |
| Vila Chã | 44 115 | 0 | 44 115 |
| Vila do Conde | 177 302 | 0 | 177 302 |
| Vilar de Pinheiro | 35 686 | 0 | 35 686 |
| União das freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada | 105 523 | 0 | 105 523 |
| União das freguesias de Fornelo e Vairão | 56 951 | 0 | 56 951 |
| União das freguesias de Malta e Canidelo | 48 608 | 0 | 48 608 |
| União das freguesias de Retorta e Tougues | 47 838 | 0 | 47 838 |
| União das freguesias de Rio Mau e Arcos | 59 730 | 0 | 59 730 |
| União das freguesias de Touguinha e Touguinhó | 53 311 | 0 | 53 311 |
| União das freguesias de Vilar e Mosteiró | 53 943 | 0 | 53 943 |
| **VILA DO CONDE (Total município)** | **1 077 275** | **0** | **1 077 275** |
| Arcozelo | 109 284 | 0 | 109 284 |
| Avintes | 111 344 | 0 | 111 344 |
| Canelas | 100 999 | 0 | 100 999 |
| Canidelo | 166 655 | 0 | 166 655 |
| Madalena | 91 178 | 0 | 91 178 |
| Oliveira do Douro | 174 468 | 0 | 174 468 |
| São Félix da Marinha | 105 485 | 0 | 105 485 |
| Vilar de Andorinho | 126 113 | 0 | 126 113 |
| União das freguesias de Grijó e Sermonde | 126 858 | 0 | 126 858 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| União das freguesias de Gulpilhares e Valadares | 178 367 | **0** | **178 367** |
| União das freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso | 357 124 | **0** | **357 124** |
| União das freguesias de Pedroso e Seixezelo | 206 238 | **0** | **206 238** |
| União das freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma | 273 748 | **0** | **273 748** |
| União das freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada | 262 520 | **0** | **262 520** |
| União das freguesias de Serzedo e Perosinho | 144 290 | **0** | **144 290** |
| **VILA NOVA DE GAIA (Total município)** | **2 534 671** | **0** | **2 534 671** |
| Covelas | 51 572 | **0** | **51 572** |
| Muro | 32 186 | **0** | **32 186** |
| União das freguesias de Alvarelhos e Guidões | 81 994 | **0** | **81 994** |
| União das freguesias de Bougado (São Martinho e Santiago) | 201 961 | **0** | **201 961** |
| União das freguesias de Coronado (São Romão e São Mamede) | 104 010 | **0** | **104 010** |
| **TROFA (Total município)** | **471 723** | **0** | **471 723** |
| **PORTO (Total distrito)** | **21 014 970** | **359 650** | **21 374 620** |
| Bemposta | 120 440 | **0** | **120 440** |
| Martinchel | 28 152 | **0** | **28 152** |
| Mouriscas | 47 851 | **0** | **47 851** |
| Pego | 50 232 | **0** | **50 232** |
| Rio de Moinhos | 37 395 | **0** | **37 395** |
| Tramagal | 57 620 | **0** | **57 620** |
| Fontes | 38 161 | **0** | **38 161** |
| Carvalhal | 32 164 | **0** | **32 164** |
| União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede | 204 373 | **0** | **204 373** |
| União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto | 61 137 | **0** | **61 137** |
| União das freguesias de Alvega e Concavada | 85 885 | **0** | **85 885** |
| União das freguesias de São Facundo e Vale das Mós | 93 111 | **0** | **93 111** |
| União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo | 103 801 | **0** | **103 801** |
| **ABRANTES (Total município)** | **960 322** | **0** | **960 322** |
| Bugalhos | 33 706 | **0** | **33 706** |
| Minde | 55 195 | **0** | **55 195** |
| Moitas Venda | 26 099 | **0** | **26 099** |
| Monsanto | 36 782 | **0** | **36 782** |
| Serra de Santo António | 29 080 | **0** | **29 080** |
| União das freguesias de Alcanena e Vila Moreira | 82 520 | **0** | **82 520** |
| União das freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro | 78 165 | **0** | **78 165** |
| **ALCANENA (Total município)** | **341 547** | **0** | **341 547** |
| Almeirim | 143 806 | **0** | **143 806** |
| Benfica do Ribatejo | 51 661 | **0** | **51 661** |
| Fazendas de Almeirim | 95 725 | **0** | **95 725** |
| Raposa | 55 420 | **0** | **55 420** |
| **ALMEIRIM (Total município)** | **346 612** | **0** | **346 612** |
| Alpiarça | 172 322 | **0** | **172 322** |
| **ALPIARÇA (Total município)** | **172 322** | **0** | **172 322** |
| Benavente | 125 752 | **0** | **125 752** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Samora Correia | 240 709 | **0** | **240 709** |
| Santo Estêvão | 53 850 | **0** | **53 850** |
| Barrosa | 23 522 | **0** | **23 522** |
| **BENAVENTE (Total município)** | **443 833** | **0** | **443 833** |
| Pontével | 60 590 | **0** | **60 590** |
| Valada | 46 700 | **0** | **46 700** |
| Vila Chã de Ourique | 52 202 | **0** | **52 202** |
| Vale da Pedra | 36 149 | **0** | **36 149** |
| União das freguesias de Cartaxo e Vale da Pinta | 134 085 | **0** | **134 085** |
| União das freguesias de Ereira e Lapa | 51 350 | **0** | **51 350** |
| **CARTAXO (Total município)** | **381 076** | **0** | **381 076** |
| Ulme | 82 331 | **0** | **82 331** |
| Vale de Cavalos | 78 686 | **0** | **78 686** |
| Carregueira | 78 002 | **0** | **78 002** |
| União das freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande | 108 699 | **0** | **108 699** |
| União das freguesias de Parreira e Chouto | 179 075 | **0** | **179 075** |
| **CHAMUSCA (Total município)** | **526 793** | **0** | **526 793** |
| Constância | 32 728 | **0** | **32 728** |
| Montalvo | 39 759 | **0** | **39 759** |
| Santa Margarida da Coutada | 107 482 | **0** | **107 482** |
| **CONSTÂNCIA (Total município)** | **179 969** | **0** | **179 969** |
| Couço | 201 798 | **0** | **201 798** |
| São José da Lamarosa | 81 311 | **0** | **81 311** |
| Branca | 80 650 | **0** | **80 650** |
| Biscainho | 59 354 | **0** | **59 354** |
| Santana do Mato | 70 357 | **0** | **70 357** |
| União das freguesias de Coruche, Fajarda e Erra | 315 352 | **0** | **315 352** |
| **CORUCHE (Total município)** | **808 822** | **0** | **808 822** |
| São João Baptista | 80 143 | **0** | **80 143** |
| Nossa Senhora de Fátima | 109 725 | **0** | **109 725** |
| **ENTRONCAMENTO (Total município)** | **189 868** | **0** | **189 868** |
| Águas Belas | 40 691 | **0** | **40 691** |
| Beco | 32 431 | **0** | **32 431** |
| Chãos | 34 497 | **0** | **34 497** |
| Ferreira do Zêzere | 48 554 | **0** | **48 554** |
| Igreja Nova do Sobral | 28 451 | **0** | **28 451** |
| Nossa Senhora do Pranto | 55 638 | **8 345** | **63 983** |
| União das freguesias de Areias e Pias | 67 843 | **10 177** | **78 020** |
| **FERREIRA DO ZÊZERE (Total município)** | **308 105** | **18 522** | **326 627** |
| Azinhaga | 69 725 | **0** | **69 725** |
| Golegã | 98 426 | **0** | **98 426** |
| Pombalinho | 23 819 | **0** | **23 819** |
| **GOLEGÃ (Total município)** | **191 970** | **0** | **191 970** |
| Amêndoa | 40 069 | **0** | **40 069** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Cardigos | 56 899 | **0** | **56 899** |
| Carvoeiro | 45 743 | **0** | **45 743** |
| Envendos | 67 018 | **0** | **67 018** |
| Ortiga | 27 833 | **0** | **27 833** |
| União das freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira | 146 705 | **0** | **146 705** |
| **MAÇÃO (Total município)** | **384 267** | **0** | **384 267** |
| Alcobertas | 47 388 | **0** | **47 388** |
| Arrouquelas | 34 095 | **0** | **34 095** |
| Fráguas | 30 910 | **0** | **30 910** |
| Rio Maior | 152 085 | **0** | **152 085** |
| Asseiceira | 30 558 | **0** | **30 558** |
| São Sebastião | 26 656 | **0** | **26 656** |
| União das freguesias de Azambujeira e Malaqueijo | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Marmeleira e Assentiz | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões | 52 955 | **0** | **52 955** |
| União das freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João | 56 280 | **0** | **56 280** |
| **RIO MAIOR (Total município)** | **527 381** | **0** | **527 381** |
| Marinhais | 77 868 | **0** | **77 868** |
| Muge | 48 916 | **0** | **48 916** |
| União das freguesias de Glória do Ribatejo e Granho | 104 464 | **0** | **104 464** |
| União das freguesias de Salvaterra de Magos e Foros de Salvaterra | 141 609 | **0** | **141 609** |
| **SALVATERRA DE MAGOS (Total município)** | **372 857** | **0** | **372 857** |
| Abitureiras | 35 171 | **0** | **35 171** |
| Abrã | 36 591 | **0** | **36 591** |
| Alcanede | 102 598 | **0** | **102 598** |
| Alcanhões | 32 126 | **0** | **32 126** |
| Almoster | 49 029 | **0** | **49 029** |
| Amiais de Baixo | 30 088 | **0** | **30 088** |
| Arneiro das Milhariças | 25 693 | **0** | **25 693** |
| Moçarria | 28 536 | **0** | **28 536** |
| Pernes | 35 770 | **0** | **35 770** |
| Póvoa da Isenta | 28 125 | **0** | **28 125** |
| Vale de Santarém | 42 136 | **0** | **42 136** |
| Gançaria | 23 819 | **0** | **23 819** |
| União das freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém | 94 138 | **14 120** | **108 258** |
| União das freguesias de Azoia de Cima e Tremês | 69 563 | **10 435** | **79 998** |
| União das freguesias de Casével e Vaqueiros | 64 521 | **9 678** | **74 199** |
| União das freguesias de Romeira e Várzea | 65 333 | **9 799** | **75 132** |
| União das freguesias de Santarém (Marvila), Santa Iria da Ribeira de Santarém, Santarém (São Salvador) e Santarém (São Nicolau) | 294 467 | **44 170** | **338 637** |
| União das freguesias de São Vicente do Paul e Vale de Figueira | 91 835 | **13 775** | **105 610** |
| **SANTARÉM (Total município)** | **1 149 539** | **101 977** | **1 251 516** |
| Alcaravela | 64 165 | **0** | **64 165** |
| Santiago de Montalegre | 32 817 | **0** | **32 817** |
| Sardoal | 78 821 | **0** | **78 821** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Valhascos | 26 515 | **0** | **26 515** |
| **SARDOAL (Total município)** | **202 318** | **0** | **202 318** |
| Asseiceira | 52 307 | **0** | **52 307** |
| Carregueiros | 31 765 | **0** | **31 765** |
| Olalhas | 45 678 | **0** | **45 678** |
| Paialvo | 47 301 | **0** | **47 301** |
| São Pedro de Tomar | 56 361 | **0** | **56 361** |
| Sabacheira | 42 645 | **0** | **42 645** |
| União das freguesias de Além da Ribeira e Pedreira | 53 020 | **0** | **53 020** |
| União das freguesias de Casais e Alviobeira | 72 876 | **0** | **72 876** |
| União das freguesias de Madalena e Beselga | 85 628 | **0** | **85 628** |
| União das freguesias de Serra e Junceira | 71 720 | **0** | **71 720** |
| União das freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais | 201 479 | **0** | **201 479** |
| **TOMAR (Total município)** | **760 780** | **0** | **760 780** |
| Assentiz | 55 769 | **0** | **55 769** |
| Chancelaria | 47 480 | **0** | **47 480** |
| Pedrógão | 51 460 | **0** | **51 460** |
| Riachos | 69 229 | **0** | **69 229** |
| Zibreira | 28 745 | **0** | **28 745** |
| Meia Via | 27 997 | **0** | **27 997** |
| União das freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel | 89 944 | **0** | **89 944** |
| União das freguesias de Olaia e Paço | 67 628 | **0** | **67 628** |
| União das freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago) | 130 400 | **0** | **130 400** |
| União das freguesias de Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca | 120 811 | **0** | **120 811** |
| **TORRES NOVAS (Total município)** | **689 463** | **0** | **689 463** |
| Atalaia | 44 386 | **0** | **44 386** |
| Praia do Ribatejo | 59 769 | **0** | **59 769** |
| Tancos | 24 001 | **0** | **24 001** |
| Vila Nova da Barquinha | 73 066 | **10 960** | **84 026** |
| **VILA NOVA DA BARQUINHA (Total município)** | **201 222** | **10 960** | **212 182** |
| Alburitel | 30 368 | **0** | **30 368** |
| Atouguia | 44 077 | **0** | **44 077** |
| Caxarias | 41 800 | **0** | **41 800** |
| Espite | 36 068 | **0** | **36 068** |
| Fátima | 118 034 | **0** | **118 034** |
| Nossa Senhora das Misericórdias | 77 242 | **0** | **77 242** |
| Seiça | 46 353 | **0** | **46 353** |
| Urqueira | 46 372 | **0** | **46 372** |
| Nossa Senhora da Piedade | 73 976 | **0** | **73 976** |
| União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais | 109 805 | **0** | **109 805** |
| União das freguesias de Gondemaria e Olival | 72 500 | **0** | **72 500** |
| União das freguesias de Matas e Cercal | 55 904 | **0** | **55 904** |
| União das freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos | 76 434 | **0** | **76 434** |
| **OURÉM (Total município)** | **828 933** | **0** | **828 933** |
| **SANTARÉM (Total distrito)** | **9 967 999** | **131 459** | **10 099 458** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Torrão | 166 510 | **0** | **166 510** |
| São Martinho | 54 753 | **0** | **54 753** |
| Comporta | 76 166 | **0** | **76 166** |
| União das freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana | 474 440 | **0** | **474 440** |
| **ALCÁCER DO SAL (Total município)** | **771 869** | **0** | **771 869** |
| Alcochete | 126 770 | **0** | **126 770** |
| Samouco | 36 891 | **0** | **36 891** |
| São Francisco | 24 931 | **0** | **24 931** |
| **ALCOCHETE (Total município)** | **188 592** | **0** | **188 592** |
| Costa da Caparica | 113 537 | **0** | **113 537** |
| União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas | 453 836 | **0** | **453 836** |
| União das freguesias de Caparica e Trafaria | 244 116 | **0** | **244 116** |
| União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda | 296 802 | **0** | **296 802** |
| União das freguesias de Laranjeiro e Feijó | 293 723 | **0** | **293 723** |
| **ALMADA (Total município)** | **1 402 014** | **0** | **1 402 014** |
| Santo António da Charneca | 115 090 | **0** | **115 090** |
| União das freguesias de Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena | 363 973 | **0** | **363 973** |
| União das freguesias de Barreiro e Lavradio | 208 293 | **0** | **208 293** |
| União das freguesias de Palhais e Coina | 141 852 | **0** | **141 852** |
| **BARREIRO (Total município)** | **829 208** | **0** | **829 208** |
| Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão | 88 946 | **0** | **88 946** |
| Melides | 94 160 | **0** | **94 160** |
| Carvalhal | 55 097 | **0** | **55 097** |
| União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra | 298 321 | **0** | **298 321** |
| **GRÂNDOLA (Total município)** | **536 524** | **0** | **536 524** |
| Alhos Vedros | 138 402 | **0** | **138 402** |
| Moita | 168 108 | **0** | **168 108** |
| União das freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira | 291 069 | **0** | **291 069** |
| União das freguesias de Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos | 103 870 | **0** | **103 870** |
| **MOITA (Total município)** | **701 449** | **0** | **701 449** |
| Canha | 122 342 | **0** | **122 342** |
| Sarilhos Grandes | 43 733 | **0** | **43 733** |
| União das freguesias de Atalaia e Alto-Estanqueiro-Jardia | 64 611 | **0** | **64 611** |
| União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro | 227 185 | **0** | **227 185** |
| União das freguesias de Pegões | 96 893 | **0** | **96 893** |
| **MONTIJO (Total município)** | **554 764** | **0** | **554 764** |
| Palmela | 171 860 | **0** | **171 860** |
| Pinhal Novo | 175 905 | **0** | **175 905** |
| Quinta do Anjo | 99 498 | **0** | **99 498** |
| União das freguesias de Poceirão e Marateca | 220 004 | **0** | **220 004** |
| **PALMELA (Total município)** | **667 267** | **0** | **667 267** |
| Abela | 81 974 | **0** | **81 974** |
| Alvalade | 108 650 | **0** | **108 650** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Cercal | 110 485 | 0 | 110 485 |
| Ermidas-Sado | 69 575 | 0 | 69 575 |
| Santo André | 139 143 | 0 | 139 143 |
| São Francisco da Serra | 47 074 | 0 | 47 074 |
| União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra | 205 118 | 0 | 205 118 |
| União das freguesias de São Domingos e Vale de Água | 132 628 | 0 | 132 628 |
| **SANTIAGO DO CACÉM (Total município)** | **894 647** | **0** | **894 647** |
| Amora | 419 054 | 0 | 419 054 |
| Corroios | 319 100 | 0 | 319 100 |
| Fernão Ferro | 141 516 | 0 | 141 516 |
| União das freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires | 356 169 | 0 | 356 169 |
| **SEIXAL (Total município)** | **1 235 839** | **0** | **1 235 839** |
| Sesimbra (Castelo) | 210 691 | 0 | 210 691 |
| Sesimbra (Santiago) | 67 788 | 0 | 67 788 |
| Quinta do Conde | 105 404 | 0 | 105 404 |
| **SESIMBRA (Total município)** | **383 883** | **0** | **383 883** |
| Setúbal (São Sebastião) | 318 281 | 0 | 318 281 |
| Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra | 86 977 | 0 | 86 977 |
| Sado | 69 351 | 0 | 69 351 |
| União das freguesias de Azeitão (São Lourenço e São Simão) | 188 380 | 0 | 188 380 |
| União das freguesias de Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça) | 355 141 | 0 | 355 141 |
| **SETÚBAL (Total município)** | **1 018 130** | **0** | **1 018 130** |
| Sines | 180 958 | 0 | 180 958 |
| Porto Covo | 48 153 | 0 | 48 153 |
| **SINES (Total município)** | **229 111** | **0** | **229 111** |
| **SETÚBAL (Total distrito)** | **9 413 297** | **0** | **9 413 297** |
| Aboim das Choças | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Aguiã | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Ázere | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Cabana Maior | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Cabreiro | 41 530 | 0 | 41 530 |
| Cendufe | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Couto | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Gavieira | 46 579 | 0 | 46 579 |
| Gondoriz | 42 659 | 0 | 42 659 |
| Miranda | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Monte Redondo | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Oliveira | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Paçô | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Padroso | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Prozelo | 24 715 | 0 | 24 715 |
| Rio Frio | 31 677 | 0 | 31 677 |
| Rio de Moinhos | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Sabadim | 24 113 | 0 | 24 113 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Jolda (São Paio) | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Senharei | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Sistelo | 30 483 | **0** | **30 483** |
| Soajo | 52 498 | **0** | **52 498** |
| Vale | 29 796 | **0** | **29 796** |
| União das freguesias de Alvora e Loureda | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Arcos de Valdevez (São Paio) e Giela | 49 529 | **0** | **49 529** |
| União das freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada | 71 963 | **0** | **71 963** |
| União das freguesias de Eiras e Mei | 39 186 | **0** | **39 186** |
| União das freguesias de Grade e Carralcova | 40 212 | **0** | **40 212** |
| União das freguesias de Guilhadeses e Santar | 39 186 | **0** | **39 186** |
| União das freguesias de Jolda (Madalena) e Rio Cabrão | 39 186 | **0** | **39 186** |
| União das freguesias de Padreiro (Salvador e Santa Cristina) | 39 117 | **0** | **39 117** |
| União das freguesias de Portela e Extremo | 42 320 | **0** | **42 320** |
| União das freguesias de São Jorge e Ermelo | 45 305 | **0** | **45 305** |
| União das freguesias de Souto e Tabaçô | 48 066 | **0** | **48 066** |
| União das freguesias de Távora (Santa Maria e São Vicente) | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Vilela, São Cosme e São Damião e Sá | 64 699 | **0** | **64 699** |
| **ARCOS DE VALDEVEZ (Total município)** | **1 276 855** | **0** | **1 276 855** |
| Âncora | 25 559 | **0** | **25 559** |
| Argela | 25 422 | **0** | **25 422** |
| Dem | 23 819 | **0** | **23 819** |
| Lanhelas | 25 730 | **0** | **25 730** |
| Riba de Âncora | 26 932 | **0** | **26 932** |
| Seixas | 29 422 | **0** | **29 422** |
| Vila Praia de Âncora | 58 710 | **0** | **58 710** |
| Vilar de Mouros | 26 548 | **0** | **26 548** |
| Vile | 23 819 | **0** | **23 819** |
| União das freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João) | 60 765 | **0** | **60 765** |
| União das freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho | 53 294 | **0** | **53 294** |
| União das freguesias de Gondar e Orbacém | 47 637 | **0** | **47 637** |
| União das freguesias de Moledo e Cristelo | 53 230 | **0** | **53 230** |
| União das freguesias de Venade e Azevedo | 40 852 | **0** | **40 852** |
| **CAMINHA (Total município)** | **521 739** | **0** | **521 739** |
| Alvaredo | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Cousso | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Cristoval | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Fiães | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Gave | 25 069 | **0** | **25 069** |
| Paderne | 36 520 | **0** | **36 520** |
| Penso | 24 113 | **0** | **24 113** |
| São Paio | 24 354 | **0** | **24 354** |
| União das freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro | 102 141 | **0** | **102 141** |
| União das freguesias de Chaviães e Paços | 48 227 | **0** | **48 227** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| União das freguesias de Parada do Monte e Cubalhão | 58 294 | 0 | 58 294 |
| União das freguesias de Prado e Remoães | 39 186 | 0 | 39 186 |
| União das freguesias de Vila e Roussas | 55 746 | 0 | 55 746 |
| **MELGAÇO (Total município)** | **510 102** | **0** | **510 102** |
| Abedim | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Barbeita | 26 719 | 0 | 26 719 |
| Barroças e Taias | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Bela | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Cambeses | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Lara | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Longos Vales | 30 710 | 0 | 30 710 |
| Merufe | 42 724 | 0 | 42 724 |
| Moreira | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Pias | 28 089 | 0 | 28 089 |
| Pinheiros | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Podame | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Portela | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Riba de Mouro | 31 693 | 0 | 31 693 |
| Segude | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Tangil | 35 320 | 0 | 35 320 |
| Trute | 24 113 | 0 | 24 113 |
| União das freguesias de Anhões e Luzio | 33 937 | 0 | 33 937 |
| União das freguesias de Ceivães e Badim | 48 227 | 0 | 48 227 |
| União das freguesias de Mazedo e Cortes | 55 927 | 0 | 55 927 |
| União das freguesias de Messegães, Valadares e Sá | 71 775 | 0 | 71 775 |
| União das freguesias de Monção e Troviscoso | 66 038 | 0 | 66 038 |
| União das freguesias de Sago, Lordelo e Parada | 54 871 | 0 | 54 871 |
| União das freguesias de Troporiz e Lapela | 47 698 | 0 | 47 698 |
| **MONÇÃO (Total município)** | **838 971** | **0** | **838 971** |
| Agualonga | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Castanheira | 25 370 | 0 | 25 370 |
| Coura | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Cunha | 30 048 | 0 | 30 048 |
| Infesta | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Mozelos | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Padornelo | 24 771 | 0 | 24 771 |
| Parada | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Romarigães | 24 113 | 0 | 24 113 |
| Rubiães | 26 502 | 0 | 26 502 |
| Vascões | 24 113 | 0 | 24 113 |
| União das freguesias de Bico e Cristelo | 49 297 | 0 | 49 297 |
| União das freguesias de Cossourado e Linhares | 48 227 | 0 | 48 227 |
| União das freguesias de Formariz e Ferreira | 50 509 | 0 | 50 509 |
| União das freguesias de Insalde e Porreiras | 44 354 | 0 | 44 354 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| União das freguesias de Paredes de Coura e Resende | 54 788 | 0 | **54 788** |
| **PAREDES DE COURA (Total município)** | **522 657** | **0** | **522 657** |
| Azias | 24 274 | 0 | **24 274** |
| Boivães | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Bravães | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Britelo | 25 756 | 0 | **25 756** |
| Cuide de Vila Verde | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Lavradas | 25 539 | 0 | **25 539** |
| Lindoso | 47 741 | 0 | **47 741** |
| Nogueira | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Oleiros | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Sampriz | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Vade (São Pedro) | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Vade (São Tomé) | 23 719 | 0 | **23 719** |
| União das freguesias de Crasto, Ruivos e Grovelas | 72 093 | 0 | **72 093** |
| União das freguesias de Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil | 65 669 | 0 | **65 669** |
| União das freguesias de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães | 83 609 | 0 | **83 609** |
| União das freguesias de Touvedo (São Lourenço e Salvador) | 39 783 | 0 | **39 783** |
| União das freguesias de Vila Chã (São João Baptista e Santiago) | 40 531 | 0 | **40 531** |
| **PONTE DA BARCA (Total município)** | **617 505** | **0** | **617 505** |
| Anais | 28 578 | 0 | **28 578** |
| São Pedro d'Arcos | 27 411 | 0 | **27 411** |
| Arcozelo | 55 054 | 0 | **55 054** |
| Beiral do Lima | 24 166 | 0 | **24 166** |
| Bertiandos | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Boalhosa | 23 593 | 0 | **23 593** |
| Brandara | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Calheiros | 27 525 | 0 | **27 525** |
| Calvelo | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Correlhã | 44 500 | 0 | **44 500** |
| Estorãos | 26 697 | 0 | **26 697** |
| Facha | 35 697 | 0 | **35 697** |
| Feitosa | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Fontão | 25 096 | 0 | **25 096** |
| Friastelas | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Gandra | 25 096 | 0 | **25 096** |
| Gemieira | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Gondufe | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Labruja | 26 060 | 0 | **26 060** |
| Poiares | 25 043 | 0 | **25 043** |
| Refóios do Lima | 41 238 | 0 | **41 238** |
| Ribeira | 35 655 | 0 | **35 655** |
| Sá | 24 113 | 0 | **24 113** |
| Santa Comba | 24 113 | 0 | **24 113** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Santa Cruz do Lima | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Rebordões (Santa Maria) | 25 961 | **0** | **25 961** |
| Seara | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Serdedelo | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Rebordões (Souto) | 28 987 | **0** | **28 987** |
| Vitorino das Donas | 25 039 | **0** | **25 039** |
| Arca e Ponte de Lima | 58 258 | **8 738** | **66 996** |
| Ardegão, Freixo e Mato | 73 323 | **10 999** | **84 322** |
| Associação de freguesias do Vale do Neiva | 72 340 | **10 852** | **83 192** |
| Bárrio e Cepões | 48 227 | **7 234** | **55 461** |
| Cabaços e Fojo Lobal | 48 227 | **7 234** | **55 461** |
| Cabração e Moreira do Lima | 51 546 | **7 732** | **59 278** |
| Fornelos e Queijada | 57 755 | **8 663** | **66 418** |
| Labrujó, Rendufe e Vilar do Monte | 55 039 | **8 256** | **63 295** |
| Navió e Vitorino dos Piães | 58 273 | **8 740** | **67 013** |
| **PONTE DE LIMA (Total município)** | **1 363 740** | **78 448** | **1 442 188** |
| Boivão | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Cerdal | 48 205 | **0** | **48 205** |
| Fontoura | 26 095 | **0** | **26 095** |
| Friestas | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Ganfei | 32 157 | **0** | **32 157** |
| São Pedro da Torre | 27 403 | **0** | **27 403** |
| Verdoejo | 24 113 | **0** | **24 113** |
| União das freguesias de Gandra e Taião | 51 077 | **0** | **51 077** |
| União das freguesias de Gondomil e Safins | 42 602 | **0** | **42 602** |
| União das freguesias de São Julião e Silva | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão | 93 569 | **0** | **93 569** |
| **VALENÇA (Total município)** | **441 674** | **0** | **441 674** |
| Afife | 35 373 | **0** | **35 373** |
| Alvarães | 41 249 | **0** | **41 249** |
| Amonde | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Anha | 39 738 | **0** | **39 738** |
| Areosa | 59 200 | **0** | **59 200** |
| Carreço | 40 188 | **0** | **40 188** |
| Castelo do Neiva | 44 896 | **0** | **44 896** |
| Darque | 76 046 | **0** | **76 046** |
| Freixieiro de Soutelo | 32 451 | **0** | **32 451** |
| Lanheses | 34 634 | **0** | **34 634** |
| Montaria | 41 806 | **0** | **41 806** |
| Mujães | 28 985 | **0** | **28 985** |
| São Romão de Neiva | 28 912 | **0** | **28 912** |
| Outeiro | 35 545 | **0** | **35 545** |
| Perre | 45 153 | **0** | **45 153** |
| Santa Marta de Portuzelo | 52 879 | **0** | **52 879** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Vila Franca | 34 328 | **0** | **34 328** |
| Vila de Punhe | 36 637 | **0** | **36 637** |
| Chafé | 38 437 | **0** | **38 437** |
| União das freguesias de Barroselas e Carvoeiro | 80 835 | **0** | **80 835** |
| União das freguesias de Cardielos e Serreleis | 49 640 | **0** | **49 640** |
| União das freguesias de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e Deão | 99 907 | **0** | **99 907** |
| União das freguesias de Mazarefes e Vila Fria | 55 095 | **0** | **55 095** |
| União das freguesias de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda | 76 150 | **0** | **76 150** |
| União das freguesias de Subportela, Deocriste e Portela Susã | 74 546 | **0** | **74 546** |
| União das freguesias de Torre e Vila Mou | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela | 221 126 | **0** | **221 126** |
| **VIANA DO CASTELO (Total município)** | **1 476 096** | **0** | **1 476 096** |
| Cornes | 24 388 | **0** | **24 388** |
| Covas | 59 558 | **0** | **59 558** |
| Gondarém | 31 057 | **0** | **31 057** |
| Loivo | 26 428 | **0** | **26 428** |
| Mentrestido | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Sapardos | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Sopo | 34 204 | **0** | **34 204** |
| União das freguesias de Campos e Vila Meã | 54 563 | **0** | **54 563** |
| União das freguesias de Candemil e Gondar | 40 024 | **0** | **40 024** |
| União das freguesias de Reboreda e Nogueira | 48 684 | **0** | **48 684** |
| União das freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe | 58 573 | **0** | **58 573** |
| **VILA NOVA DE CERVEIRA (Total município)** | **425 705** | **0** | **425 705** |
| **VIANA DO CASTELO (Total distrito)** | **7 995 044** | **78 448** | **8 073 492** |
| Alijó | 49 403 | **0** | **49 403** |
| Favaios | 37 420 | **0** | **37 420** |
| Pegarinhos | 29 142 | **0** | **29 142** |
| Pinhão | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Sanfins do Douro | 38 723 | **0** | **38 723** |
| Santa Eugénia | 24 113 | **0** | **24 113** |
| São Mamede de Ribatua | 32 740 | **0** | **32 740** |
| Vila Chã | 29 516 | **0** | **29 516** |
| Vila Verde | 43 845 | **0** | **43 845** |
| Vilar de Maçada | 35 958 | **0** | **35 958** |
| União das freguesias de Carlão e Amieiro | 51 845 | **0** | **51 845** |
| União das freguesias de Castedo e Cotas | 49 017 | **0** | **49 017** |
| União das freguesias de Pópulo e Ribalonga | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas | 57 609 | **0** | **57 609** |
| **ALIJÓ (Total município)** | **551 671** | **0** | **551 671** |
| Beça | 39 295 | **0** | **39 295** |
| Covas do Barroso | 32 429 | **0** | **32 429** |
| Dornelas | 37 013 | **0** | **37 013** |
| Pinho | 29 697 | **0** | **29 697** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Sapiãos | 29 469 | **0** | **29 469** |
| Alturas do Barroso e Cerdedo | 62 679 | **9 402** | **72 081** |
| Ardãos e Bobadela | 52 182 | **7 827** | **60 009** |
| Boticas e Granja | 55 137 | **8 270** | **63 407** |
| Codessoso, Curros e Fiães do Tâmega | 53 317 | **7 998** | **61 315** |
| Vilar e Viveiro | 50 466 | **7 570** | **58 036** |
| **BOTICAS (Total município)** | **441 684** | **41 067** | **482 751** |
| Águas Frias | 37 524 | **0** | **37 524** |
| Anelhe | 24 757 | **0** | **24 757** |
| Bustelo | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Cimo de Vila da Castanheira | 27 640 | **0** | **27 640** |
| Curalha | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Ervededo | 31 129 | **0** | **31 129** |
| Faiões | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Lama de Arcos | 24 313 | **0** | **24 313** |
| Mairos | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Moreiras | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Nogueira da Montanha | 28 667 | **0** | **28 667** |
| Oura | 27 041 | **0** | **27 041** |
| Outeiro Seco | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Paradela | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Redondelo | 28 873 | **0** | **28 873** |
| Sanfins | 25 355 | **0** | **25 355** |
| Santa Leocádia | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Santo António de Monforte | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Santo Estêvão | 24 113 | **0** | **24 113** |
| São Pedro de Agostém | 42 375 | **0** | **42 375** |
| São Vicente | 33 007 | **0** | **33 007** |
| Tronco | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vale de Anta | 27 700 | **0** | **27 700** |
| Vila Verde da Raia | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Vilar de Nantes | 32 216 | **0** | **32 216** |
| Vilarelho da Raia | 28 687 | **0** | **28 687** |
| Vilas Boas | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vilela Seca | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vilela do Tâmega | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Santa Maria Maior | 110 998 | **0** | **110 998** |
| Planalto de Monforte (União das freguesias de Oucidres e Bobadela) | 39 798 | **5 969** | **45 767** |
| União das freguesias da Madalena e Samaiões | 56 527 | **8 479** | **65 006** |
| União das freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela | 72 340 | **10 852** | **83 192** |
| União das freguesias de Calvão e Soutelinho da Raia | 47 023 | **7 053** | **54 076** |
| União das freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações | 49 209 | **7 381** | **56 590** |
| União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge | 58 656 | **8 799** | **67 455** |
| União das freguesias de Soutelo e Seara Velha | 43 514 | **6 528** | **50 042** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| União das freguesias de Travancas e Roriz | 49 170 | **7 375** | **56 545** |
| Vidago (União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras) | 99 703 | **14 955** | **114 658** |
| **CHAVES (Total município)** | **1 410 866** | **77 391** | **1 488 257** |
| Barqueiros | 29 762 | **0** | **29 762** |
| Cidadelhe | 23 674 | **0** | **23 674** |
| Oliveira | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vila Marim | 48 035 | **0** | **48 035** |
| Mesão Frio (Santo André) | 85 321 | **12 799** | **98 120** |
| **MESÃO FRIO (Total município)** | **210 905** | **12 799** | **223 704** |
| Atei | 44 948 | **0** | **44 948** |
| Bilhó | 41 070 | **0** | **41 070** |
| Mondim de Basto | 69 575 | **0** | **69 575** |
| Vilar de Ferreiros | 43 322 | **0** | **43 322** |
| União das freguesias de Campanhó e Paradança | 61 960 | **9 295** | **71 255** |
| União das freguesias de Ermelo e Pardelhas | 67 087 | **10 063** | **77 150** |
| **MONDIM DE BASTO (Total município)** | **327 962** | **19 358** | **347 320** |
| Cabril | 55 249 | **0** | **55 249** |
| Cervos | 33 187 | **0** | **33 187** |
| Chã | 48 401 | **0** | **48 401** |
| Covelo do Gerês | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Ferral | 26 415 | **0** | **26 415** |
| Gralhas | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Morgade | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Negrões | 20 624 | **0** | **20 624** |
| Outeiro | 37 904 | **0** | **37 904** |
| Pitões das Junias | 29 510 | **0** | **29 510** |
| Reigoso | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Salto | 64 626 | **0** | **64 626** |
| Santo André | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Sarraquinhos | 34 933 | **0** | **34 933** |
| Solveira | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Tourém | 20 624 | **0** | **20 624** |
| Vila da Ponte | 24 113 | **0** | **24 113** |
| União das freguesias de Cambeses do Rio, Donões e Mourilhe | 56 783 | **8 517** | **65 300** |
| União das freguesias de Meixedo e Padornelos | 42 074 | **6 311** | **48 385** |
| União das freguesias de Montalegre e Padroso | 58 053 | **8 709** | **66 762** |
| União das freguesias de Paradela, Contim e Fiães | 55 483 | **8 323** | **63 806** |
| União das freguesias de Sezelhe e Covelães | 36 309 | **5 446** | **41 755** |
| União das freguesias de Venda Nova e Pondras | 44 492 | **6 675** | **51 167** |
| União das freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas | 59 478 | **8 922** | **68 400** |
| União das freguesias de Vilar de Perdizes e Meixide | 47 774 | **7 165** | **54 939** |
| **MONTALEGRE (Total município)** | **943 659** | **60 068** | **1 003 727** |
| Candedo | 41 192 | **0** | **41 192** |
| Fiolhoso | 27 537 | **0** | **27 537** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Jou | 43 024 | **0** | **43 024** |
| Murça | 49 038 | **0** | **49 038** |
| Valongo de Milhais | 29 190 | **0** | **29 190** |
| União das freguesias de Carva e Vilares | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Noura e Palheiros | 59 530 | **0** | **59 530** |
| **MURÇA (Total município)** | **297 738** | **0** | **297 738** |
| Fontelas | 24 964 | **0** | **24 964** |
| Loureiro | 30 620 | **0** | **30 620** |
| Sedielos | 34 406 | **0** | **34 406** |
| Vilarinho dos Freires | 29 533 | **0** | **29 533** |
| União das freguesias de Galafura e Covelinhas | 58 107 | **0** | **58 107** |
| União das freguesias de Moura Morta e Vinhós | 49 399 | **0** | **49 399** |
| União das freguesias de Peso da Régua e Godim | 121 387 | **0** | **121 387** |
| União das freguesias de Poiares e Canelas | 69 952 | **0** | **69 952** |
| **PESO DA RÉGUA (Total município)** | **418 368** | **0** | **418 368** |
| Alvadia | 33 522 | **0** | **33 522** |
| Canedo | 40 032 | **0** | **40 032** |
| Santa Marinha | 40 456 | **0** | **40 456** |
| União das freguesias de Cerva e Limões | 96 235 | **0** | **96 235** |
| União das freguesias de Ribeira de Pena (Salvador) e Santo Aleixo de Além-Tâmega | 92 731 | **0** | **92 731** |
| **RIBEIRA DE PENA (Total município)** | **302 976** | **0** | **302 976** |
| Celeirós | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Covas do Douro | 34 358 | **0** | **34 358** |
| Gouvinhas | 24 174 | **0** | **24 174** |
| Parada de Pinhão | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Paços | 31 128 | **0** | **31 128** |
| Sabrosa | 29 945 | **0** | **29 945** |
| São Lourenço de Ribapinhão | 24 201 | **0** | **24 201** |
| Souto Maior | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Torre do Pinhão | 24 595 | **0** | **24 595** |
| Vilarinho de São Romão | 24 113 | **0** | **24 113** |
| União das freguesias de Provesende, Gouvães do Douro e São Cristóvão do Douro | 64 699 | **9 704** | **74 403** |
| União das freguesias de São Martinho de Antas e Paradela de Guiães | 52 295 | **7 843** | **60 138** |
| **SABROSA (Total município)** | **381 847** | **17 547** | **399 394** |
| Alvações do Corgo | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Cumieira | 37 128 | **0** | **37 128** |
| Fontes | 38 948 | **0** | **38 948** |
| Medrões | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Sever | 27 927 | **0** | **27 927** |
| União das freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane | 84 241 | **0** | **84 241** |
| União das freguesias de Louredo e Fornelos | 48 227 | **0** | **48 227** |
| **SANTA MARTA DE PENAGUIÃO (Total município)** | **284 697** | **0** | **284 697** |
| Água Revés e Crasto | 26 800 | **0** | **26 800** |
| Algeriz | 31 082 | **0** | **31 082** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Bouçoães | 32 361 | **0** | **32 361** |
| Canaveses | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Ervões | 32 765 | **0** | **32 765** |
| Fornos do Pinhal | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Friões | 36 059 | **0** | **36 059** |
| Padrela e Tazem | 30 078 | **0** | **30 078** |
| Possacos | 25 096 | **0** | **25 096** |
| Rio Torto | 34 224 | **0** | **34 224** |
| Santa Maria de Emeres | 26 258 | **0** | **26 258** |
| Santa Valha | 33 171 | **0** | **33 171** |
| Santiago da Ribeira de Alhariz | 32 145 | **0** | **32 145** |
| São João da Corveira | 28 485 | **0** | **28 485** |
| São Pedro de Veiga de Lila | 26 560 | **0** | **26 560** |
| Serapicos | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vales | 26 941 | **0** | **26 941** |
| Vassal | 24 780 | **0** | **24 780** |
| Veiga de Lila | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vilarandelo | 34 803 | **0** | **34 803** |
| Carrazedo de Montenegro e Curros | 70 320 | **10 548** | **80 868** |
| Lebução, Fiães e Nozelos | 56 464 | **8 470** | **64 934** |
| Sonim e Barreiros | 48 227 | **7 234** | **55 461** |
| Tinhela e Alvarelhos | 44 737 | **6 711** | **51 448** |
| Valpaços e Sanfins | 89 255 | **13 388** | **102 643** |
| **VALPAÇOS (Total município)** | **887 063** | **46 351** | **933 414** |
| Alfarela de Jales | 25 761 | **0** | **25 761** |
| Bornes de Aguiar | 54 197 | **0** | **54 197** |
| Bragado | 32 349 | **0** | **32 349** |
| Capeludos | 30 428 | **0** | **30 428** |
| Soutelo de Aguiar | 22 981 | **0** | **22 981** |
| Telões | 50 115 | **0** | **50 115** |
| Tresminas | 46 472 | **0** | **46 472** |
| Valoura | 25 241 | **0** | **25 241** |
| Vila Pouca de Aguiar | 51 587 | **0** | **51 587** |
| Vreia de Bornes | 30 285 | **0** | **30 285** |
| Vreia de Jales | 47 472 | **0** | **47 472** |
| Sabroso de Aguiar | 25 814 | **0** | **25 814** |
| Alvão | 84 571 | **12 685** | **97 256** |
| União das freguesias de Pensalvos e Parada de Monteiros | 54 944 | **8 242** | **63 186** |
| **VILA POUCA DE AGUIAR (Total município)** | **582 217** | **20 927** | **603 144** |
| Abaças | 33 171 | **0** | **33 171** |
| Andrães | 38 399 | **0** | **38 399** |
| Arroios | 23 819 | **0** | **23 819** |
| Campeã | 41 539 | **0** | **41 539** |
| Folhadela | 38 704 | **0** | **38 704** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Guiães | 23 819 | **0** | **23 819** |
| Lordelo | 31 909 | **0** | **31 909** |
| Mateus | 26 027 | **0** | **26 027** |
| Mondrões | 29 700 | **0** | **29 700** |
| Parada de Cunhos | 24 788 | **0** | **24 788** |
| Torgueda | 35 287 | **0** | **35 287** |
| Vila Marim | 41 688 | **0** | **41 688** |
| União das freguesias de Adoufe e Vilarinho de Samardã | 70 805 | **10 621** | **81 426** |
| União das freguesias de Borbela e Lamas de Olo | 72 280 | **10 842** | **83 122** |
| União das freguesias de Constantim e Vale de Nogueiras | 55 665 | **8 350** | **64 015** |
| União das freguesias de Mouçós e Lamares | 72 948 | **10 942** | **83 890** |
| União das freguesias de Nogueira e Ermida | 47 637 | **7 146** | **54 783** |
| União das freguesias de Pena, Quintã e Vila Cova | 64 565 | **9 685** | **74 250** |
| União das freguesias de São Tomé do Castelo e Justes | 64 107 | **9 616** | **73 723** |
| União das freguesias de Vila Real (Nossa Senhora da Conceição, São Pedro e São Dinis) | 157 849 | **23 677** | **181 526** |
| **VILA REAL (Total município)** | **994 706** | **90 879** | **1 085 585** |
| **VILA REAL (Total distrito)** | **8 036 359** | **386 387** | **8 422 746** |
| Aldeias | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Cimbres | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Folgosa | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Fontelo | 24 768 | **0** | **24 768** |
| Queimada | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Queimadela | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Santa Cruz | 24 113 | **0** | **24 113** |
| São Cosmado | 34 067 | **0** | **34 067** |
| São Martinho das Chãs | 25 069 | **0** | **25 069** |
| Vacalar | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Armamar | 60 823 | **9 124** | **69 947** |
| União das freguesias de Aricera e Goujoim | 41 175 | **6 177** | **47 352** |
| União das freguesias de São Romão e Santiago | 40 585 | **6 088** | **46 673** |
| União das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião | 39 798 | **5 969** | **45 767** |
| **ARMAMAR (Total município)** | **435 076** | **27 358** | **462 434** |
| Beijós | 32 228 | **0** | **32 228** |
| Cabanas de Viriato | 43 115 | **0** | **43 115** |
| Oliveira do Conde | 68 293 | **0** | **68 293** |
| Parada | 30 838 | **0** | **30 838** |
| União das freguesias de Currelos, Papízios e Sobral | 94 352 | **0** | **94 352** |
| **CARREGAL DO SAL (Total município)** | **268 826** | **0** | **268 826** |
| Almofala | 25 799 | **0** | **25 799** |
| Cabril | 30 641 | **0** | **30 641** |
| Castro Daire | 66 588 | **0** | **66 588** |
| Cujó | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Gosende | 29 416 | **0** | **29 416** |
| Mões | 53 561 | **0** | **53 561** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Moledo | 48 652 | **0** | **48 652** |
| Monteiras | 30 095 | **0** | **30 095** |
| Pepim | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Pinheiro | 32 080 | **0** | **32 080** |
| São Joaninho | 24 113 | **0** | **24 113** |
| União das freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos | 72 996 | **0** | **72 996** |
| União das freguesias de Mezio e Moura Morta | 40 662 | **0** | **40 662** |
| União das freguesias de Parada de Ester e Ester | 60 509 | **0** | **60 509** |
| União das freguesias de Picão e Ermida | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Reriz e Gafanhão | 47 182 | **0** | **47 182** |
| **CASTRO DAIRE (Total município)** | **658 747** | **0** | **658 747** |
| Cinfães | 51 362 | **0** | **51 362** |
| Espadanedo | 29 349 | **0** | **29 349** |
| Ferreiros de Tendais | 29 391 | **0** | **29 391** |
| Fornelos | 26 405 | **0** | **26 405** |
| Moimenta | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Nespereira | 53 252 | **0** | **53 252** |
| Oliveira do Douro | 36 339 | **0** | **36 339** |
| Santiago de Piães | 39 450 | **0** | **39 450** |
| São Cristóvão de Nogueira | 41 498 | **0** | **41 498** |
| Souselo | 46 227 | **0** | **46 227** |
| Tarouquela | 29 424 | **0** | **29 424** |
| Tendais | 40 830 | **0** | **40 830** |
| Travanca | 25 416 | **0** | **25 416** |
| União das freguesias de Alhões, Bustelo, Gralheira e Ramires | 83 728 | **12 559** | **96 287** |
| **CINFÃES (Total município)** | **556 784** | **12 559** | **569 343** |
| Avões | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Britiande | 25 131 | **0** | **25 131** |
| Cambres | 42 220 | **0** | **42 220** |
| Ferreirim | 26 313 | **0** | **26 313** |
| Ferreiros de Avões | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Figueira | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Lalim | 25 559 | **0** | **25 559** |
| Lazarim | 30 906 | **0** | **30 906** |
| Penajóia | 30 425 | **0** | **30 425** |
| Penude | 36 045 | **0** | **36 045** |
| Samodães | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Sande | 25 048 | **0** | **25 048** |
| Várzea de Abrunhais | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vila Nova de Souto d'El-Rei | 25 967 | **0** | **25 967** |
| Lamego (Almacave e Sé) | 132 044 | **19 806** | **151 850** |
| União das freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca | 57 017 | **8 553** | **65 570** |
| União das freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões | 54 732 | **8 210** | **62 942** |
| União das freguesias de Parada do Bispo e Valdigem | 46 772 | **7 016** | **53 788** |
| **LAMEGO (Total município)** | **678 744** | **43 585** | **722 329** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Abrunhosa-a-Velha | 28 984 | **0** | **28 984** |
| Alcafache | 29 790 | **0** | **29 790** |
| Cunha Baixa | 32 309 | **0** | **32 309** |
| Espinho | 32 703 | **0** | **32 703** |
| Fornos de Maceira Dão | 34 996 | **0** | **34 996** |
| Freixiosa | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Quintela de Azurara | 24 113 | **0** | **24 113** |
| São João da Fresta | 24 113 | **0** | **24 113** |
| União das freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta | 153 908 | **0** | **153 908** |
| União das freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato | 48 038 | **0** | **48 038** |
| União das freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães | 63 262 | **0** | **63 262** |
| União das freguesias de Tavares (Chãs, Várzea e Travanca) | 77 775 | **0** | **77 775** |
| **MANGUALDE (Total município)** | **574 104** | **0** | **574 104** |
| Alvite | 38 209 | **0** | **38 209** |
| Arcozelos | 25 159 | **0** | **25 159** |
| Baldos | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Cabaços | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Caria | 27 543 | **0** | **27 543** |
| Castelo | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Leomil | 44 969 | **0** | **44 969** |
| Moimenta da Beira | 38 632 | **0** | **38 632** |
| Passô | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Rua | 24 588 | **0** | **24 588** |
| Sarzedo | 18 382 | **0** | **18 382** |
| Sever | 24 825 | **0** | **24 825** |
| Vilar | 24 113 | **0** | **24 113** |
| União das freguesias de Paradinha e Nagosa | 31 369 | **4 705** | **36 074** |
| União das freguesias de Pêra Velha, Aldeia de Nacomba e Ariz | 55 545 | **8 331** | **63 876** |
| União das freguesias de Peva e Segões | 44 799 | **6 720** | **51 519** |
| **MOIMENTA DA BEIRA (Total município)** | **494 585** | **19 756** | **514 341** |
| Cercosa | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Espinho | 48 793 | **0** | **48 793** |
| Marmeleira | 27 169 | **0** | **27 169** |
| Pala | 50 031 | **0** | **50 031** |
| Sobral | 71 570 | **0** | **71 570** |
| Trezói | 26 907 | **0** | **26 907** |
| União das freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça | 120 812 | **0** | **120 812** |
| **MORTÁGUA (Total município)** | **369 395** | **0** | **369 395** |
| Canas de Senhorim | 64 218 | **0** | **64 218** |
| Nelas | 61 578 | **0** | **61 578** |
| Senhorim | 49 818 | **0** | **49 818** |
| Vilar Seco | 26 910 | **0** | **26 910** |
| Lapa do Lobo | 26 708 | **0** | **26 708** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| União das freguesias de Carvalhal Redondo e Aguieira | 51 555 | **0** | **51 555** |
| União das freguesias de Santar e Moreira | 56 225 | **0** | **56 225** |
| **NELAS (Total município)** | **337 012** | **0** | **337 012** |
| Arcozelo das Maias | 42 747 | **0** | **42 747** |
| Pinheiro | 40 283 | **0** | **40 283** |
| Ribeiradio | 34 632 | **0** | **34 632** |
| São João da Serra | 25 773 | **0** | **25 773** |
| São Vicente de Lafões | 24 925 | **0** | **24 925** |
| União das freguesias de Arca e Varzielas | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Destriz e Reigoso | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães | 87 330 | **0** | **87 330** |
| **OLIVEIRA DE FRADES (Total município)** | **352 144** | **0** | **352 144** |
| Castelo de Penalva | 44 467 | **0** | **44 467** |
| Esmolfe | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Germil | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Ínsua | 38 199 | **0** | **38 199** |
| Lusinde | 23 974 | **0** | **23 974** |
| Pindo | 49 635 | **0** | **49 635** |
| Real | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Sezures | 37 942 | **0** | **37 942** |
| Trancozelos | 24 113 | **0** | **24 113** |
| União das freguesias de Antas e Matela | 48 227 | **7 234** | **55 461** |
| União das freguesias de Vila Cova do Covelo/Mareco | 39 748 | **5 962** | **45 710** |
| **PENALVA DO CASTELO (Total município)** | **378 644** | **13 196** | **391 840** |
| Beselga | 28 854 | **0** | **28 854** |
| Castainço | 22 455 | **0** | **22 455** |
| Penela da Beira | 31 648 | **0** | **31 648** |
| Póvoa de Penela | 28 109 | **0** | **28 109** |
| Souto | 28 523 | **0** | **28 523** |
| União das freguesias de Antas e Ourozinho | 46 319 | **0** | **46 319** |
| União das freguesias de Penedono e Granja | 70 730 | **0** | **70 730** |
| **PENEDONO (Total município)** | **256 638** | **0** | **256 638** |
| Barrô | 32 381 | **0** | **32 381** |
| Cárquere | 27 694 | **0** | **27 694** |
| Paus | 33 527 | **0** | **33 527** |
| Resende | 56 533 | **0** | **56 533** |
| São Cipriano | 25 423 | **0** | **25 423** |
| São João de Fontoura | 24 113 | **0** | **24 113** |
| São Martinho de Mouros | 47 780 | **0** | **47 780** |
| União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos | 51 279 | **0** | **51 279** |
| União das freguesias de Felgueiras e Feirão | 40 475 | **0** | **40 475** |
| União das freguesias de Freigil e Miomães | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Ovadas e Panchorra | 51 996 | **0** | **51 996** |
| **RESENDE (Total município)** | **439 428** | **0** | **439 428** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Pinheiro de Ázere | 28 974 | **0** | **28 974** |
| São Joaninho | 29 584 | **0** | **29 584** |
| São João de Areias | 45 881 | **0** | **45 881** |
| União das freguesias de Ovoa e Vimieiro | 59 453 | **0** | **59 453** |
| União das freguesias de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro | 82 861 | **0** | **82 861** |
| União das freguesias de Treixedo e Nagozela | 55 133 | **0** | **55 133** |
| **SANTA COMBA DÃO (Total município)** | **301 886** | **0** | **301 886** |
| Castanheiro do Sul | 28 809 | **0** | **28 809** |
| Ervedosa do Douro | 50 062 | **0** | **50 062** |
| Nagozelo do Douro | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Paredes da Beira | 33 643 | **0** | **33 643** |
| Riodades | 29 303 | **0** | **29 303** |
| Soutelo do Douro | 27 576 | **0** | **27 576** |
| Vale de Figueira | 25 151 | **0** | **25 151** |
| Valongo dos Azeites | 24 113 | **0** | **24 113** |
| União das freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões | 84 094 | **12 615** | **96 709** |
| União das freguesias de Trevões e Espinhosa | 48 674 | **7 301** | **55 975** |
| União das freguesias de Vilarouco e Pereiros | 48 192 | **7 228** | **55 420** |
| **SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (Total município)** | **423 730** | **27 144** | **450 874** |
| Bordonhos | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Figueiredo de Alva | 30 768 | **0** | **30 768** |
| Manhouce | 43 261 | **0** | **43 261** |
| Pindelo dos Milagres | 31 301 | **0** | **31 301** |
| Pinho | 30 456 | **0** | **30 456** |
| São Félix | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Serrazes | 31 684 | **0** | **31 684** |
| Sul | 51 134 | **0** | **51 134** |
| Valadares | 33 970 | **0** | **33 970** |
| Vila Maior | 30 696 | **0** | **30 696** |
| União das freguesias de Carvalhais e Candal | 66 002 | **0** | **66 002** |
| União das freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões | 62 952 | **0** | **62 952** |
| União das freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio | 61 054 | **0** | **61 054** |
| União das freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões | 106 553 | **0** | **106 553** |
| **SÃO PEDRO DO SUL (Total município)** | **628 057** | **0** | **628 057** |
| Avelal | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Ferreira de Aves | 79 169 | **0** | **79 169** |
| Mioma | 32 621 | **0** | **32 621** |
| Rio de Moinhos | 29 233 | **0** | **29 233** |
| São Miguel de Vila Boa | 34 203 | **0** | **34 203** |
| Sátão | 51 795 | **0** | **51 795** |
| Silvã de Cima | 24 113 | **0** | **24 113** |
| União das freguesias de Águas Boas e Forles | 39 798 | **5 969** | **45 767** |
| União das freguesias de Romãs, Decermilo e Vila Longa | 91 111 | **13 666** | **104 777** |
| **SÁTÃO (Total município)** | **406 156** | **19 635** | **425 791** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Arnas | 25 611 | **0** | **25 611** |
| Carregal | 29 120 | **0** | **29 120** |
| Chosendo | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Cunha | 26 323 | **0** | **26 323** |
| Faia | 15 685 | **0** | **15 685** |
| Granjal | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Lamosa | 23 501 | **0** | **23 501** |
| Quintela | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Vila da Ponte | 25 257 | **0** | **25 257** |
| União das freguesias de Ferreirim e Macieira | 43 843 | **0** | **43 843** |
| União das freguesias de Fonte Arcada e Escurquela | 39 879 | **0** | **39 879** |
| União das freguesias de Penso e Freixinho | 41 455 | **0** | **41 455** |
| União das freguesias de Sernancelhe e Sarzeda | 66 055 | **0** | **66 055** |
| **SERNANCELHE (Total município)** | **409 068** | **0** | **409 068** |
| Adorigo | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Arcos | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Chavães | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Desejosa | 18 427 | **0** | **18 427** |
| Granja do Tedo | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Longa | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Sendim | 38 139 | **0** | **38 139** |
| Tabuaço | 40 565 | **0** | **40 565** |
| Valença do Douro | 24 113 | **0** | **24 113** |
| União das freguesias de Barcos e Santa Leocádia | 42 036 | **0** | **42 036** |
| União das freguesias de Paradela e Granjinha | 32 539 | **0** | **32 539** |
| União das freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira | 34 118 | **0** | **34 118** |
| União das freguesias de Távora e Pereiro | 39 879 | **0** | **39 879** |
| **TABUAÇO (Total município)** | **390 381** | **0** | **390 381** |
| Mondim da Beira | 25 442 | **0** | **25 442** |
| Salzedas | 30 943 | **0** | **30 943** |
| São João de Tarouca | 44 606 | **0** | **44 606** |
| Várzea da Serra | 37 766 | **0** | **37 766** |
| União das freguesias de Gouviães e Ucanha | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira | 48 227 | **0** | **48 227** |
| União das freguesias de Tarouca e Dálvares | 88 604 | **0** | **88 604** |
| **TAROUCA (Total município)** | **323 815** | **0** | **323 815** |
| Campo de Besteiros | 30 703 | **0** | **30 703** |
| Canas de Santa Maria | 39 527 | **0** | **39 527** |
| Castelões | 37 199 | **0** | **37 199** |
| Dardavaz | 30 689 | **0** | **30 689** |
| Ferreirós do Dão | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Guardão | 38 356 | **0** | **38 356** |
| Lajeosa do Dão | 47 204 | **0** | **47 204** |
| Lobão da Beira | 32 255 | **0** | **32 255** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Molelos | 47 442 | **0** | **47 442** |
| Parada de Gonta | 24 291 | **0** | **24 291** |
| Santiago de Besteiros | 35 085 | **0** | **35 085** |
| Tonda | 28 017 | **0** | **28 017** |
| União das freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo | 67 561 | **0** | **67 561** |
| União das freguesias de Caparrosa e Silvares | 49 686 | **0** | **49 686** |
| União das freguesias de Mouraz e Vila Nova da Rainha | 51 757 | **0** | **51 757** |
| União das freguesias de São João do Monte e Mosteirinho | 76 294 | **0** | **76 294** |
| União das freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa | 52 480 | **0** | **52 480** |
| União das freguesias de Tondela e Nandufe | 74 925 | **0** | **74 925** |
| União das freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas | 52 639 | **0** | **52 639** |
| **TONDELA (Total município)** | **840 223** | **0** | **840 223** |
| Pendilhe | 31 632 | **0** | **31 632** |
| Queiriga | 39 846 | **0** | **39 846** |
| Touro | 51 099 | **0** | **51 099** |
| Vila Cova à Coelheira | 44 379 | **0** | **44 379** |
| União das freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas | 80 174 | **0** | **80 174** |
| **VILA NOVA DE PAIVA (Total município)** | **247 130** | **0** | **247 130** |
| Abraveses | 73 257 | **0** | **73 257** |
| Bodiosa | 49 887 | **0** | **49 887** |
| Calde | 47 359 | **0** | **47 359** |
| Campo | 58 807 | **0** | **58 807** |
| Cavernães | 33 958 | **0** | **33 958** |
| Cota | 47 350 | **0** | **47 350** |
| Fragosela | 36 718 | **0** | **36 718** |
| Lordosa | 43 270 | **0** | **43 270** |
| Silgueiros | 58 794 | **0** | **58 794** |
| Mundão | 36 980 | **0** | **36 980** |
| Orgens | 50 431 | **0** | **50 431** |
| Povolide | 39 462 | **0** | **39 462** |
| Ranhados | 38 177 | **0** | **38 177** |
| Ribafeita | 37 067 | **0** | **37 067** |
| Rio de Loba | 82 315 | **0** | **82 315** |
| Santos Evos | 34 800 | **0** | **34 800** |
| São João de Lourosa | 57 897 | **0** | **57 897** |
| São Pedro de France | 36 854 | **0** | **36 854** |
| União das freguesias de Barreiros e Cepões | 65 603 | **9 840** | **75 443** |
| União das freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita | 85 072 | **12 761** | **97 833** |
| União das freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima | 54 476 | **8 172** | **62 648** |
| União das freguesias de Faíl e Vila Chã de Sá | 56 487 | **8 473** | **64 960** |
| União das freguesias de Repeses e São Salvador | 61 461 | **9 220** | **70 681** |
| União das freguesias de São Cipriano e Vil de Souto | 55 982 | **8 397** | **64 379** |
| União das freguesias de Viseu | 212 198 | **31 829** | **244 027** |
| **VISEU (Total município)** | **1 454 662** | **88 692** | **1 543 354** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| Alcofra | 40 849 | **0** | **40 849** |
| Campia | 48 820 | **0** | **48 820** |
| Fornelo do Monte | 24 113 | **0** | **24 113** |
| Queirã | 42 673 | **0** | **42 673** |
| São Miguel do Mato | 28 619 | **0** | **28 619** |
| Ventosa | 31 904 | **0** | **31 904** |
| União das freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas | 64 942 | **0** | **64 942** |
| União das freguesias de Fataunços e Figueiredo das Donas | 49 236 | **0** | **49 236** |
| União das freguesias de Vouzela e Paços de Vilharigues | 54 206 | **0** | **54 206** |
| **VOUZELA (Total município)** | **385 362** | **0** | **385 362** |
| **VISEU (Total distrito)** | **11 610 597** | **251 925** | **11 862 522** |
| ARCO DA CALHETA | 77 300 | **0** | **77 300** |
| CALHETA | 58 677 | **0** | **58 677** |
| ESTREITO DA CALHETA | 41 088 | **0** | **41 088** |
| FAJÃ DA OVELHA | 50 190 | **0** | **50 190** |
| JARDIM DO MAR | 24 113 | **0** | **24 113** |
| PAÚL DO MAR | 25 138 | **0** | **25 138** |
| PONTA DO PARGO | 47 721 | **0** | **47 721** |
| PRAZERES | 33 172 | **0** | **33 172** |
| **CALHETA (Total município)** | **357 399** | **0** | **357 399** |
| CÂMARA DE LOBOS | 135 552 | **0** | **135 552** |
| CURRAL DAS FREIRAS | 106 876 | **0** | **106 876** |
| ESTREITO DE CÂMARA DE LOBOS | 93 795 | **0** | **93 795** |
| QUINTA GRANDE | 35 254 | **0** | **35 254** |
| JARDIM DA SERRA | 50 293 | **0** | **50 293** |
| **CÂMARA DE LOBOS (Total município)** | **421 770** | **0** | **421 770** |
| IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA | 68 793 | **0** | **68 793** |
| MONTE | 134 302 | **0** | **134 302** |
| FUNCHAL (SANTA LUZIA) | 66 560 | **0** | **66 560** |
| FUNCHAL (SANTA MARIA MAIOR) | 125 894 | **0** | **125 894** |
| SANTO ANTÓNIO | 199 439 | **0** | **199 439** |
| SÃO GONÇALO | 78 059 | **0** | **78 059** |
| SÃO MARTINHO | 158 239 | **0** | **158 239** |
| FUNCHAL (SÃO PEDRO) | 72 987 | **0** | **72 987** |
| SÃO ROQUE | 87 448 | **0** | **87 448** |
| FUNCHAL (SÉ) | 43 009 | **0** | **43 009** |
| **FUNCHAL (Total município)** | **1 034 730** | **0** | **1 034 730** |
| ÁGUA DE PENA | 35 060 | **0** | **35 060** |
| CANIÇAL | 57 564 | **0** | **57 564** |
| MACHICO | 117 009 | **0** | **117 009** |
| PORTO DA CRUZ | 79 678 | **0** | **79 678** |
| SANTO ANTÓNIO DA SERRA | 34 109 | **0** | **34 109** |
| **MACHICO (Total município)** | **323 420** | **0** | **323 420** |
| CANHAS | 66 160 | **0** | **66 160** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| MADALENA DO MAR | 24 113 | 0 | 24 113 |
| PONTA DO SOL | 96 684 | 0 | 96 684 |
| **PONTA DO SOL (Total município)** | **186 957** | **0** | **186 957** |
| ACHADAS DA CRUZ | 29 356 | 0 | 29 356 |
| PORTO MONIZ | 78 302 | 0 | 78 302 |
| RIBEIRA DA JANELA | 36 981 | 0 | 36 981 |
| SEIXAL | 56 708 | 0 | 56 708 |
| **PORTO MONIZ (Total município)** | **201 347** | **0** | **201 347** |
| CAMPANÁRIO | 61 998 | 0 | 61 998 |
| RIBEIRA BRAVA | 82 335 | 0 | 82 335 |
| SERRA DE ÁGUA | 58 658 | 0 | 58 658 |
| TÁBUA | 36 044 | 0 | 36 044 |
| **RIBEIRA BRAVA (Total município)** | **239 035** | **0** | **239 035** |
| CAMACHA | 86 835 | 0 | 86 835 |
| CANIÇO | 95 673 | 0 | 95 673 |
| GAULA | 42 866 | 0 | 42 866 |
| SANTA CRUZ | 93 131 | 0 | 93 131 |
| SANTO ANTÓNIO DA SERRA | 40 243 | 0 | 40 243 |
| **SANTA CRUZ (Total município)** | **358 748** | **0** | **358 748** |
| ARCO DE SÃO JORGE | 24 700 | 0 | 24 700 |
| FAIAL | 62 343 | 0 | 62 343 |
| SANTANA | 75 631 | 0 | 75 631 |
| SÃO JORGE | 53 500 | 0 | 53 500 |
| SÃO ROQUE DO FAIAL | 40 595 | 0 | 40 595 |
| ILHA | 32 692 | 0 | 32 692 |
| **SANTANA (Total município)** | **289 461** | **0** | **289 461** |
| BOA VENTURA | 68 086 | 0 | 68 086 |
| PONTA DELGADA | 36 848 | 0 | 36 848 |
| SÃO VICENTE | 110 372 | 0 | 110 372 |
| **SÃO VICENTE (Total município)** | **215 306** | **0** | **215 306** |
| PORTO SANTO | 150 572 | 0 | 150 572 |
| **PORTO SANTO (Total município)** | **150 572** | **0** | **150 572** |
| **RAM (Total RA)** | **3 778 745** | **0** | **3 778 745** |
| ALMAGREIRA | 25 071 | 0 | 25 071 |
| SANTA BÁRBARA | 30 011 | 0 | 30 011 |
| SANTO ESPÍRITO | 39 943 | 0 | 39 943 |
| SÃO PEDRO | 36 179 | 0 | 36 179 |
| VILA DO PORTO | 76 281 | 0 | 76 281 |
| **VILA DO PORTO (Total município)** | **207 485** | **0** | **207 485** |
| ÁGUA DE PAU | 76 188 | 0 | 76 188 |
| CABOUCO | 33 093 | 0 | 33 093 |
| LAGOA (NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO) | 66 968 | 0 | 66 968 |
| LAGOA (SANTA CRUZ) | 69 634 | 0 | 69 634 |
| RIBEIRA CHÃ | 24 113 | 0 | 24 113 |
| **LAGOA (AÇORES) (Total município)** | **269 996** | **0** | **269 996** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| ACHADA | 31 517 | **0** | **31 517** |
| ACHADINHA | 33 308 | **0** | **33 308** |
| LOMBA DA FAZENDA | 38 188 | **0** | **38 188** |
| NORDESTE | 52 176 | **0** | **52 176** |
| SALGA | 28 148 | **0** | **28 148** |
| SANTANA | 24 588 | **0** | **24 588** |
| ALGARVIA | 19 083 | **0** | **19 083** |
| SANTO ANTÓNIO DE NORDESTINHO | 19 336 | **0** | **19 336** |
| SÃO PEDRO DE NORDESTINHO | 22 047 | **0** | **22 047** |
| **NORDESTE (Total município)** | **268 391** | **0** | **268 391** |
| ARRIFES | 91 351 | **0** | **91 351** |
| CANDELÁRIA | 28 613 | **0** | **28 613** |
| CAPELAS | 55 097 | **0** | **55 097** |
| COVOADA | 29 738 | **0** | **29 738** |
| FAJÃ DE BAIXO | 52 558 | **0** | **52 558** |
| FAJÃ DE CIMA | 50 665 | **0** | **50 665** |
| FENAIS DA LUZ | 33 826 | **0** | **33 826** |
| FETEIRAS | 49 353 | **0** | **49 353** |
| GINETES | 32 757 | **0** | **32 757** |
| MOSTEIROS | 28 950 | **0** | **28 950** |
| PONTA DELGADA (SÃO SEBASTIÃO) | 57 356 | **0** | **57 356** |
| PONTA DELGADA (SÃO JOSÉ) | 55 306 | **0** | **55 306** |
| PONTA DELGADA (SÃO PEDRO) | 76 338 | **0** | **76 338** |
| RELVA | 40 899 | **0** | **40 899** |
| REMÉDIOS | 24 676 | **0** | **24 676** |
| ROSTO DO CÃO (LIVRAMENTO) | 50 458 | **0** | **50 458** |
| ROSTO DO CÃO (SÃO ROQUE) | 61 318 | **0** | **61 318** |
| SANTA BÁRBARA | 25 937 | **0** | **25 937** |
| SANTO ANTÓNIO | 37 301 | **0** | **37 301** |
| SÃO VICENTE FERREIRA | 34 786 | **0** | **34 786** |
| SETE CIDADES | 38 972 | **0** | **38 972** |
| AJUDA DA BRETANHA | 18 935 | **0** | **18 935** |
| PILAR DA BRETANHA | 17 597 | **0** | **17 597** |
| SANTA CLARA | 46 173 | **0** | **46 173** |
| **PONTA DELGADA (Total município)** | **1 038 960** | **0** | **1 038 960** |
| ÁGUA RETORTA | 29 562 | **0** | **29 562** |
| FAIAL DA TERRA | 26 055 | **0** | **26 055** |
| FURNAS | 58 568 | **0** | **58 568** |
| NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS | 35 766 | **0** | **35 766** |
| POVOAÇÃO | 62 464 | **0** | **62 464** |
| RIBEIRA QUENTE | 29 479 | **0** | **29 479** |
| **POVOAÇÃO (Total município)** | **241 894** | **0** | **241 894** |
| CALHETAS | 24 113 | **0** | **24 113** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| FENAIS DA AJUDA | 35 903 | 0 | 35 903 |
| LOMBA DA MAIA | 39 656 | 0 | 39 656 |
| LOMBA DE SÃO PEDRO | 24 113 | 0 | 24 113 |
| MAIA | 45 324 | 0 | 45 324 |
| PICO DA PEDRA | 36 508 | 0 | 36 508 |
| PORTO FORMOSO | 32 968 | 0 | 32 968 |
| RABO DE PEIXE | 89 708 | 0 | 89 708 |
| RIBEIRA GRANDE (CONCEIÇÃO) | 38 946 | 0 | 38 946 |
| RIBEIRA GRANDE (MATRIZ) | 53 650 | 0 | 53 650 |
| RIBEIRA SECA | 42 265 | 0 | 42 265 |
| RIBEIRINHA | 41 530 | 0 | 41 530 |
| SANTA BÁRBARA | 33 479 | 0 | 33 479 |
| SÃO BRÁS | 24 113 | 0 | 24 113 |
| **RIBEIRA GRANDE (Total município)** | **562 276** | **0** | **562 276** |
| ÁGUA DE ALTO | 42 926 | 0 | 42 926 |
| PONTA GARÇA | 73 150 | 0 | 73 150 |
| RIBEIRA DAS TAÍNHAS | 29 131 | 0 | 29 131 |
| VILA FRANCA DO CAMPO (SÃO MIGUEL) | 50 847 | 0 | 50 847 |
| VILA FRANCA DO CAMPO (SÃO PEDRO) | 24 089 | 0 | 24 089 |
| RIBEIRA SECA | 25 761 | 0 | 25 761 |
| **VILA FRANCA DO CAMPO (Total município)** | **245 904** | **0** | **245 904** |
| ALTARES | 39 636 | 0 | 39 636 |
| ANGRA (NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO) | 59 281 | 0 | 59 281 |
| ANGRA (SANTA LUZIA) | 45 147 | 0 | 45 147 |
| ANGRA (SÃO PEDRO) | 50 689 | 0 | 50 689 |
| ANGRA (SÉ) | 24 513 | 0 | 24 513 |
| CINCO RIBEIRAS | 24 201 | 0 | 24 201 |
| DOZE RIBEIRAS | 24 113 | 0 | 24 113 |
| FETEIRA | 24 798 | 0 | 24 798 |
| PORTO JUDEU | 50 392 | 0 | 50 392 |
| POSTO SANTO | 37 140 | 0 | 37 140 |
| RAMINHO | 24 113 | 0 | 24 113 |
| RIBEIRINHA | 42 837 | 0 | 42 837 |
| SANTA BÁRBARA | 35 517 | 0 | 35 517 |
| SÃO BARTOLOMEU DE REGATOS | 42 915 | 0 | 42 915 |
| SÃO BENTO | 38 656 | 0 | 38 656 |
| SÃO MATEUS DA CALHETA | 47 148 | 0 | 47 148 |
| SERRETA | 24 113 | 0 | 24 113 |
| TERRA CHÃ | 42 808 | 0 | 42 808 |
| VILA DE SÃO SEBASTIÃO | 44 521 | 0 | 44 521 |
| **ANGRA DO HEROÍSMO (Total município)** | **722 538** | **0** | **722 538** |
| AGUALVA | 52 351 | 0 | 52 351 |
| BISCOITOS | 43 357 | 0 | 43 357 |
| CABO DA PRAIA | 24 113 | 0 | 24 113 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| FONTE DO BASTARDO | 28 421 | **0** | **28 421** |
| FONTINHAS | 37 147 | **0** | **37 147** |
| LAJES | 52 524 | **0** | **52 524** |
| PRAIA DA VITÓRIA (SANTA CRUZ) | 86 091 | **0** | **86 091** |
| QUATRO RIBEIRAS | 24 217 | **0** | **24 217** |
| SÃO BRÁS | 24 168 | **0** | **24 168** |
| VILA NOVA | 34 106 | **0** | **34 106** |
| PORTO MARTINS | 24 113 | **0** | **24 113** |
| **VILA DA PRAIA DA VITÓRIA (Total município)** | **430 608** | **0** | **430 608** |
| GUADALUPE | 47 819 | **0** | **47 819** |
| LUZ | 33 507 | **0** | **33 507** |
| SÃO MATEUS | 34 809 | **0** | **34 809** |
| SANTA CRUZ DA GRACIOSA | 45 684 | **0** | **45 684** |
| **SANTA CRUZ DA GRACIOSA (Total município)** | **161 819** | **0** | **161 819** |
| CALHETA | 40 544 | **0** | **40 544** |
| NORTE PEQUENO | 24 113 | **0** | **24 113** |
| RIBEIRA SECA | 58 979 | **0** | **58 979** |
| SANTO ANTÃO | 45 916 | **0** | **45 916** |
| TOPO (NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO) | 24 113 | **0** | **24 113** |
| **CALHETA (SÃO JORGE) (Total município)** | **193 665** | **0** | **193 665** |
| MANADAS (SANTA BÁRBARA) | 24 526 | **0** | **24 526** |
| NORTE GRANDE (NEVES) | 42 044 | **0** | **42 044** |
| ROSAIS | 38 805 | **0** | **38 805** |
| SANTO AMARO | 37 919 | **0** | **37 919** |
| URZELINA (SÃO MATEUS) | 33 391 | **0** | **33 391** |
| VELAS (SÃO JORGE) | 47 351 | **0** | **47 351** |
| **VELAS (Total município)** | **224 036** | **0** | **224 036** |
| CALHETA DE NESQUIM | 25 271 | **0** | **25 271** |
| LAJES DO PICO | 67 567 | **0** | **67 567** |
| PIEDADE | 32 049 | **0** | **32 049** |
| RIBEIRAS | 43 473 | **0** | **43 473** |
| RIBEIRINHA | 24 113 | **0** | **24 113** |
| SÃO JOÃO | 38 363 | **0** | **38 363** |
| **LAJES DO PICO (Total município)** | **230 836** | **0** | **230 836** |
| BANDEIRAS | 33 507 | **0** | **33 507** |
| CANDELÁRIA | 41 068 | **0** | **41 068** |
| CRIAÇÃO VELHA | 30 544 | **0** | **30 544** |
| MADALENA | 59 266 | **0** | **59 266** |
| SÃO CAETANO | 33 775 | **0** | **33 775** |
| SÃO MATEUS | 34 253 | **0** | **34 253** |
| **MADALENA (Total município)** | **232 413** | **0** | **232 413** |
| PRAINHA | 34 610 | **0** | **34 610** |
| SANTA LUZIA | 33 627 | **0** | **33 627** |
| SANTO AMARO | 24 113 | **0** | **24 113** |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | Majoração | Total |
|---|---|---|---|
| | (1) | (2) | (3) = (1) + (2) |
| SANTO ANTÓNIO | 39 355 | **0** | **39 355** |
| SÃO ROQUE DO PICO | 49 433 | **0** | **49 433** |
| **SÃO ROQUE DO PICO (Total município)** | **181 138** | **0** | **181 138** |
| CAPELO | 31 727 | **0** | **31 727** |
| CASTELO BRANCO | 39 933 | **0** | **39 933** |
| CEDROS | 35 282 | **0** | **35 282** |
| FETEIRA | 35 461 | **0** | **35 461** |
| FLAMENGOS | 34 844 | **0** | **34 844** |
| HORTA (ANGÚSTIAS) | 44 398 | **0** | **44 398** |
| HORTA (CONCEIÇÃO) | 24 889 | **0** | **24 889** |
| HORTA (MATRIZ) | 40 120 | **0** | **40 120** |
| PEDRO MIGUEL | 26 929 | **0** | **26 929** |
| PRAIA DO ALMOXARIFE | 24 113 | **0** | **24 113** |
| PRAIA DO NORTE | 24 113 | **0** | **24 113** |
| RIBEIRINHA | 24 113 | **0** | **24 113** |
| SALÃO | 24 113 | **0** | **24 113** |
| **HORTA (Total município)** | **410 035** | **0** | **410 035** |
| FAJÃ GRANDE | 27 551 | **0** | **27 551** |
| FAJÃZINHA | 16 135 | **0** | **16 135** |
| FAZENDA | 27 771 | **0** | **27 771** |
| LAJEDO | 16 072 | **0** | **16 072** |
| LAJES DAS FLORES | 45 347 | **0** | **45 347** |
| LOMBA | 20 998 | **0** | **20 998** |
| MOSTEIRO | 15 073 | **0** | **15 073** |
| **LAJES DAS FLORES (Total município)** | **168 947** | **0** | **168 947** |
| CAVEIRA | 15 073 | **0** | **15 073** |
| CEDROS | 18 694 | **0** | **18 694** |
| PONTA DELGADA | 33 806 | **0** | **33 806** |
| SANTA CRUZ DAS FLORES | 73 796 | **0** | **73 796** |
| **SANTA CRUZ DAS FLORES (Total município)** | **141 369** | **0** | **141 369** |
| **RAA (Total RA)** | **5 932 310** | **0** | **5 932 310** |
| **TOTAL CONTINENTE** | **181 946 344** | **3 194 939** | **185 141 283** |
| **TOTAL NACIONAL** | **191 657 399** | **3 194 939** | **194 852 338** |

## MAPA XXI

## RECEITAS TRIBUTÁRIAS CESSANTES DOS SERVIÇOS INTEGRADOS

| CAPÍTULOS | GRUPOS | ARTIGOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS (Por origem) | DISPOSIÇÃO LEGAL | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | POR ORIGEM | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| **01** | | | **IMPOSTOS DIRETOS** | | | | | |
| | 01 | | *Sobre o Rendimento* | | | | | |
| | | 01 | Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) | | | | | |
| | | | Deficientes | Art.º 56.º-A e 87.º, n.º 1, do CIRS | 275 731 551 | | | |
| | | | Residentes não Habituais | Art.º 72.º, n.º 6, do CIRS | 176 452 129 | | | |
| | | | Dedução de IVA suportado em fatura | Art.º 78.º-F do CIRS | 48 407 701 | | | |
| | | | Planos de Poupança-Reforma/Fundos de Pensões | Art.º 16.º, 17.º e 21.º do EBF | 44 042 553 | | | |
| | | | Contribuições das entidades patronais para seg. social | Art.º 18.º, n.º 3, do EBF | 2 293 024 | | | |
| | | | Tripulantes de navios ZFM | Art.º 33.º, n.º 8, do EBF | 965 330 | | | |
| | | | Organizações internacionais | Art.º 37.º, n.º 1, b), do EBF | 4 474 891 | | | |
| | | | Pessoal em missões de salvaguarda de paz | Art.º 38.º, n.º 1, do EBF | 1 602 313 | | | |
| | | | Trabalhadores deslocados no estrangeiro | Art.º 39.º-A do EBF | 554 051 | | | |
| | | | Acordos e relações de cooperação | Art.º 39.º, n.ºs 1 e 2 do EBF | 4 333 869 | | | |
| | | | Infraestruturas comuns NATO | Art.º 40.º, n.º 1, do EBF | 2 028 | | | |
| | | | Propriedade intelectual | Art.º 58.º do EBF | 3 934 851 | | | |
| | | | Donativos | Art.º 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF | 4 637 066 | | | |
| | | | Donativos a igrejas e instituições religiosas | Art.º 63.º, n.º 2, do EBF | 5 000 000 | | | |
| | | | Encargos com a reabilitação de imóveis arrendados | Art.º 71.º, n.º 4, do EBF | 124 424 | 572 555 782 | | |
| | | 02 | Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) | | | | | |
| | | | Pessoas coletivas de utilidade pública e de sol. social | Art.º 10.º do CIRC | 115 000 000 | | | |
| | | | Atividades culturais, recreativas e desportivas | Art.º 11.º do CIRC e Art.º 54.º, n.º 1, do EBF | 15 000 000 | | | |
| | | | Lucros de obras e trabalhos das infraestruturas NATO | Art.º 14.º, n.º 2, do CIRC | 28 716 | | | |
| | | | Gastos relativos a creches, lactários e jardins de infância | Art.º 43.º, n.º 9, do CIRC | 1 921 853 | | | |
| | | | Quotizações a favor de associações empresariais | Art.º 44.º do CIRC | 3 859 287 | | | |
| | | | Investimento de natureza contratual - Grandes Projetos | Art.º 2.º a 21.º do CFI | 20 000 000 | | | |
| | | | Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI) | Art.º 22.º a 26.º do CFI | 133 711 971 | | | |
| | | | Lucros retidos e reinvestidos pelas PME | Art.º 27.º a 34.º CFI | 43 000 000 | | | |
| | | | SIFIDE | Art.º 35.º a 42.º CFI | 109 008 178 | | | |
| | | | Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento | Lei n.º 49/2013 | 48 200 000 | | | |
| | | | Fundos de pensões e equiparáveis | Art.º 16.º, n.º 1, do EBF | 130 624 683 | | | |
| | | | Criação de emprego | Art.º 19.º do EBF | 37 000 000 | | | |
| | | | Fundos de investimento | Art.º 22.º, n.º 14, b), do EBF (Revogado) | 47 020 | | | |
| | | | Fundos de poupança em ações | Art.º 26.º, n.º 1, do EBF | 980 236 | | | |
| | | | Sociedades de Capital de Risco | Art.º 32.º-A, n.º 4, do EBF | 199 404 | | | |
| | | | Entidades licenciadas na ZFM a partir de 01-01-2007 | Art.º 36.º do EBF | 428 673 | | | |
| | | | Remuneração convencional do capital social | Art.º 41.º-A do EBF | 1 046 473 | | | |
| | | | Empresas armadoras da marinha mercante | Art.º 51.º do EBF | 2 180 116 | | | |
| | | | Comissões vitivinícolas regionais | Art.º 52.º do EBF | 336 128 | | | |
| | | | Entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos | Art.º 53.º do EBF | 352 860 | | | |
| | | | Investimentos efetuados por clubes desportivos | Art.º 54.º, n.º 2, do EBF | 18 373 | | | |
| | | | Associações públicas, confederações, associações sindicais e patronais | Art.º 55.º do EBF | 4 001 706 | | | |
| | | | Baldios e comunidades locais | Art.º 59.º do EBF | 497 976 | | | |
| | | | Donativos | Art.º 62.º e 62.º-A do EBF | 32 000 000 | | | |
| | | | Cooperativas | Art.º 66.º-A do EBF | 9 411 447 | | | |
| | | | Reserva para a educação e formação das cooperativas | Art.º 66.º-A, n.º 7, do EBF | 22 696 | | | |
| | | | Outras isenções definitivas | Outros | 26 544 961 | | | |
| | | | Outras isenções temporárias | Outros | 31 814 | | | |
| | | | Outras deduções ao rendimento | Outros | 14 587 | | | |
| | | | Outras deduções à coleta | Outros | 72 588 | | | |
| | | | Resultado da liquidação (a abater) | Art.º 92.º do CIRC | -3 538 543 | 732 003 203 | 1 304 558 985 | 1 304 558 985 |
| **02** | | | **IMPOSTOS INDIRETOS** | | | | | |
| | *01* | | *Sobre o Consumo* | | | | | |
| | | 01 | Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) | | | | | |
| | | | Relações internacionais | Art.º 6.º, n.º 1, a), b), c) e d), do CIEC | 970 110 | | | |
| | | | Navegação aérea, com exceção de recreio privada | Art.º 89.º, n.º 1, b), do CIEC | 40 847 343 | | | |
| | | | Navegação marítima costeira e navegação interior | Art.º 89.º, n.º 1, c) e h), do CIEC | 24 249 227 | | | |
| | | | Produção de eletricidade ou cogeração | Art.º 89.º, n.º 1, d), do CIEC | 96 283 901 | | | |
| | | | Gás natural e GPL utilizados em transportes públicos | Art.º 89.º, n.º 1, e), do CIEC | 1 102 934 | | | |
| | | | Licenças de gases com efeito de estufa | Art.º 89.º, n.º 1, f) e n.º 2, e), do CIEC | 40 755 659 | | | |
| | | | Transporte por caminho de ferro | Art.º 89.º, n.º 1, i) e n.º 2, c), do CIEC | 8 275 354 | | | |
| | | | Tarifa Social (eletricidade e gás natural) | Art.º 89.º, n.º1, l) e n.º 2, d), do CIEC | 1 033 785 | | | |
| | | | Equipamentos agrícolas | Art.º 93.º, n.º 1 e 3, c), do CIEC | 81 065 252 | | | |
| | | | Motores fixos | Art.º 93.º, n.º 1 e 3, e), do CIEC | 2 723 813 | | | |
| | | | Motores frigoríficos autónomos | Art.º 93.º, n.º 1 e 3, f), do CIEC | 944 059 | | | |
| | | | Aquecimento industrial, comercial e doméstico | Art.º 93.º, n.º 1, do CIEC | 11 053 317 | | | |
| | | | Biocombustíveis | Art.º 90.º do CIEC | 385 404 | 309 690 158 | | |
| | | 02 | Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | | | | | |
| | | | Automóveis - deficientes | Art.º 13.º, n.º 1, j), do CIVA | 11 151 741 | | | |
| | | | Diferencial de taxas - Continente | Art.º 18.º do CIVA | 4 959 573 886 | | | |
| | | | Regime forfetário dos produtores agrícolas | Art.º 59.º-B do CIVA | 400 000 | | | |
| | | | Partidos políticos | Art.º 10.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003 | 1 500 000 | | | |
| | | | Missões diplomáticas | Art.º 1.º, do DL n.º 143/86 | 10 000 000 | | | |
| | | | Igreja Católica | Art.º 1.º, do DL n.º 20/90 | 10 400 000 | | | |
| | | | IPSS | Art.º 2.º, do DL n.º 20/90 | 31 500 000 | | | |
| | | | Forças Armadas e de segurança | Art.º 1.º, do DL n.º 113/90 | 51 000 000 | | | |
| | | | Associações de bombeiros | Art.º 2.º, do DL n.º 113/90 | 3 200 000 | 5 078 725 627 | | |
| | | 03 | Imposto sobre veículos (ISV) | | | | | |
| | | | Dedução da componente ambiental negativa | Art.º 7.º, n.º 4, do CISV | 200 000 | | | |
| | | | Automóveis ligeiros de passageiros com motores híbridos | Art.º 8.º, n.º 1, a), do CISV | 6 860 000 | | | |
| | | | Automóveis ligeiros mistos, PB > 2500 kg, > 7 lugares, sem 4 x 4 | Art.º 8.º, n.º 1, b), do CISV | 27 530 000 | | | |
| | | | Automóveis ligeiros passageiros com motores híbridos *plug-in* | Art.º 8.º, n.º 1, d), do CISV | 3 237 000 | | | |
| | | | Veículos fabricados antes de 1970 | Art.º 8.º, n.º 2, do CISV | 18 000 | | | |
| | | | Automóveis ligeiros mercadorias, caixa aberta, > 3 lugares, com 4 x 4 | Art.º 8.º, n.º 3, do CISV | 6 300 000 | | | |
| | | | Automóveis ligeiros mistos PB > 2.300 kg, sem 4 x 4 | Art.º 9.º, n.º 1, a), do CISV | 5 600 000 | | | |
| | | | Automóveis ligeiros mercadorias, caixa aberta, > 3 lugares, sem 4 x 4 | Art.º 9.º, n.º 1, b), do CISV | 2 500 000 | | | |

| CAPÍTULOS | GRUPOS | ARTIGOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS (Por origem) | DISPOSIÇÃO LEGAL | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | POR ORIGEM | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| | | | Automóveis ligeiros de mercadorias e <= 3 lugares | Art.º 9.º, n.º 2, do CISV | 164 300 000 | | | |
| | | | Autocaravanas | Art.º 9.º, n.º 3, do CISV | 4 035 000 | | | |
| | | | Funcionários das Comunidades Europeias e parlamentares | Art.º 35.º, n.º 8, do CISV | 69 000 | | | |
| | | | Missões diplomáticas em Portugal e seus funcionários | Art.º 36.º, n.ºs 6 e 8, do CISV | 425 400 | | | |
| | | | Veículos Autoridade Nacional de Proteção Civil e bombeiros | Art.º 51.º, n.º 1, a), do CISV | 176 500 | | | |
| | | | Veículos das forças militares e de segurança | Art.º 51.º, n.º 1, b), do CISV | 259 250 | | | |
| | | | Veículos com >= 7 lugares para transporte escolar | Art.º 51.º, n.º 1, d), do CISV | 177 500 | | | |
| | | | Veículos com lotação de 9 lugares de IPSS | Art.º 52.º, n.º 1, do CISV | 1 836 000 | | | |
| | | | Táxis | Art.º 53.º, n.º 1, do CISV | 2 915 400 | | | |
| | | | Táxis a GPL, gás natural ou energia elétrica ou híbridos | Art.º 53.º, n.º 2, do CISV | 30 000 | | | |
| | | | Táxis adaptados ao transporte de pessoas com deficiência | Art.º 53.º, n.º 3, do CISV | 51 300 | | | |
| | | | Automóveis novos para aluguer sem condutor | Art.º 53.º, n.º 5, do CISV | 930 300 | | | |
| | | | Automóveis para pessoas com deficiência | Art.º 54.º, n.º 1, do CISV | 7 197 800 | | | |
| | | | Automóveis com > 5 lugares adquiridos por famílias numerosas | Art.º 57.º-A, n.º 1, do CISV | 481 600 | | | |
| | | | Veículos de pessoas que transfiram para território nacional | Art.º 58.º, n.ºs 1 e 2 do CISV | 20 373 000 | | | |
| | | | Funcionários diplomáticos e consulares portugueses | Art.º 62.º, n.º 1, do CISV | 317 600 | | | |
| | | | Funcionários da UE e parlamentares europeus | Art.º 63.º, n.º 1, do CISV | 31 400 | | | |
| | | | Partidos políticos | Art.º 10.º, n.º 1, f), da Lei n.º 19/2003 | 23 200 | | | |
| | | | Regime exc. de automóveis em fim de vida - veículo *plug-in* | Art.º 25.º, n.º 1, b, da Lei n.º 82-D/2014 | 4 400 | | | |
| | | | Deficientes das Forças Armadas | Art.º 15.º, n.º 4, do DL n.º 43/76 | 347 250 | 256 226 900 | | |
| | | 04 | Imposto de consumo sobre o tabaco (IT) | | | | | |
| | | | Relações internacionais | Art.º 6.º, n.º 1, a), b), c) e d), do CIEC | 544 075 | | | |
| | | | Tabaco destinado a testes científicos e ensaios | Art.º 102.º, n.º 1, a), b), c) e d), do CIEC | 816 | 544 891 | | |
| | | 05 | Imposto sobre o álcool, as bebidas alcoólicas e as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes (IABA) | | | | | |
| | | | Relações internacionais | Art.º 6.º, n.º 1, a), b), c) e d), do CIEC | 91 784 | | | |
| | | | Bebidas alcoólicas e álcool para fins industriais | Art.º 67.º, n.º 1, a), c), d), e) f), e g), do CIEC | 18 379 475 | | | |
| | | | Bebidas alcoólicas e álcool para produção de vinagre | Art.º 67.º, n.º 1, b), do CIEC | 10 107 110 | | | |
| | | | Bebidas alcoólicas utilizadas no fabrico de alimentos | Art.º 67.º, n.º 1, h), do CIEC | 40 520 | | | |
| | | | Aguardentes de pequenas destilarias para autoconsumo | Art.º 67.º, n.º 2, do CIEC | 95 669 | | | |
| | | | Álcool desnaturado utilizado para fins industriais | Art.º 67.º, n.º 3, a), do CIEC | 55 766 606 | | | |
| | | | Álcool distribuído totalmente desnaturado | Art.º 67.º, n.º 3, b), do CIEC | 7 372 750 | | | |
| | | | Álcool destinado a consumo próprio de hospitais e similares | Art.º 67.º, n.º 3, c), do CIEC | 3 478 593 | | | |
| | | | Álcool para testes laboratoriais e investigação científica | Art.º 67.º, n.º 3, d), do CIEC | 2 792 170 | | | |
| | | | Álcool destinado a fins terapêuticos e sanitários | Art.º 67.º, n.º 3 e), do CIEC | 27 098 523 | | | |
| | | | Álcool utilizado no fabrico de medicamentos | Art.º 67.º, n.º 3, f), do CIEC | 3 860 206 | | | |
| | | | Aguardentes produzidas em pequenas destilarias | Art.º 79.º, n.º 2, do CIEC | 95 485 | | | |
| | | | Cervejas produzidas em pequenas cervejeiras | Art.º 80.º, n.º 3, do CIEC | 40 954 | 129 219 845 | 5 774 407 421 | |
| | *02* | | *Outros* | | | | | |
| | | 01 | Imposto do selo | | | | | |
| | | | Estado, Regiões Autónomas, autarquias locais | Art.º 6.º, a), do CIS | 40 392 755 | | | |
| | | | REFER, EPE - Bens do domínio público do Estado | Art.º 6.º, a), do CIS | 24 825 | | | |
| | | | IP - Infraestruturas de Portugal, SA - Domínio público | Art.º 6.º, a), do CIS | 8 591 | | | |
| | | | Parque Escolar, EPE | Art.º 6.º, a), do CIS | 20 972 | | | |
| | | | Pessoas coletivas de utilidade pública administrativa | Art.º 6.º, c), do CIS | 5 558 064 | | | |
| | | | Instituições particulares de solidariedade social | Art.º 6.º, d), do CIS | 1 907 373 | | | |
| | | | Aquisição gratuita de bens, incluindo por usucapião | Art.º 6.º, e), do CIS | 235 632 427 | | | |
| | | | Prédio para revenda | Art.º 9.º, n.º 1, e), do CIMI | 870 660 | | | |
| | | | Terreno para construção | Art.º 9.º, n.º 1, d), do CIMI | 536 304 | | | |
| | | | Entidades licenciadas na ZFM e Santa Maria | Art.º 33.º, n.º 11, do EBF | 5 037 | | | |
| | | | Investimento de natureza contratual | Art.º 41.º, n.º 2, c), do EBF | 21 181 | | | |
| | | | Associações ou organizações de religião ou culto | Art.º 44.º, n.º 1, c), do EBF | 1 044 482 | | | |
| | | | Associações sindicais, empresariais e profissionais | Art.º 44.º, n.º 1, d), do EBF | 56 992 | | | |
| | | | Estabelecimento de ensino particular | Art.º 44.º, n.º 1, h), do EBF | 132 347 | | | |
| | | | Prédios classificados | Art.º 44.º, n.º 1, n), do EBF | 1 138 060 | | | |
| | | | Associações desportivas e juvenis | Art.º 44.º, n.º 1, i), do EBF | 10 804 | | | |
| | | | Prédios cedidos gratuitamente a entidades públicas isentas | Art.º 44.º, n.º 1, j), do EBF | 82 721 | | | |
| | | | Misericórdias e IPSS | Art.º 44.º, n.º 1, f), do EBF | 341 437 | | | |
| | | | Prédios rústicos em ZIF | Art.º 59.º-D, n.ºs 2 e 3, do EBF | 119 224 | | | |
| | | | Reorganização e Concentração de Empresas | Art.º 60.º, n.º 1, a), do EBF | 577 913 | | | |
| | | | Cooperativas | Art.º 66.º-A, n.º 12, do EBF | 805 608 | | | |
| | | | Organismos de investigação científica | Art.º 50.º da Lei n.º 49/86 | 1 535 | | | |
| | | | Partidos políticos | Art.º 10.º, n.º 1, c), da Lei n.º 19/2003 | 17 169 | | | |
| | | | Instituições de ensino superior público | Art.º 116.º da Lei n.º 62/2007 | 307 466 | | | |
| | | | Estruturação fundiária | Art.º 51.º, n.º2, da Lei n.º 111/2015 | 8 301 | | | |
| | | | Estados estrangeiros | Art.º 32.º do DL n.º 183/72 | 343 403 | | | |
| | | | Sociedades de agricultura de grupo | Art.º 8.º do DL n.º 336/89 | 32 631 | | | |
| | | | Emparcelamento rural | Art.º 51.º, n.º1, do DL n.º 103/90 | 5 180 | | | |
| | | | Programa Polis | Art.º 1.º, n.º 1, b), do DL n.º 314/2000 | 201 672 | | | |
| | | | Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas | Art.º 269.º do DL n.º 53/2004 | 6 729 840 | | | |
| | | | Aquisição pelo FIIAH / SIIAH | Art.º 102.º do OE/09 | 21 177 | | | |
| | | | Aquisição pelo Arrendatário | Art.º 102.º do OE/09 | 87 315 | | | |
| | | | RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento | Art.º 23.º, n.º 1, d), do DL n.º 162/2014 | 699 | | | |
| | | | Igreja Católica | Art.º 26.º, n.º 3, da RAR 74/2004 | 764 869 | | | |
| | | | Imamat Ismaili | Art.º 11.º, n.º 5, da RAR 135/2015 | 4 000 | 297 813 034 | | |
| | | 02 | Imposto Único de Circulação | | | | | |
| | | | Veículos administração central, regional, local, militares e bombeiros | Art.º 5.º, n.º 1, a), do CIUC | 1 841 399 | | | |
| | | | Veículos Estados estrangeiros e relações internacionais | Art.º 5.º, n.º 1, b), do CIUC | 4 442 | | | |
| | | | Automóveis e motociclos peças de museus públicos | Art.º 5.º, n.º 1, c), do CIUC | 104 141 | | | |
| | | | Veículos exc. elétricos, ambulâncias, funerários e tratores | Art.º 5.º, n.º 1, d), do CIUC | 48 733 | | | |
| | | | Automóveis ligeiros passageiros para aluguer com condutor e táxi | Art.º 5.º, n.º 1, e), do CIUC | 751 992 | | | |
| | | | Veículos apreendidos no âmbito de um processo-crime | Art.º 5.º, n.º 1, f), do CIUC | 10 628 | | | |
| | | | Veículos abandonados ou adquiridos pelo Estado | Art.º 5.º, n.º 1, g), do CIUC | 378 | | | |
| | | | Veículos declarados perdidos a favor do Estado | Art.º 5.º, n.º 1, h), do CIUC | 594 | | | |
| | | | Veículos do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios | Art.º 5.º, n.º 1, i), do CIUC | 2 844 | | | |
| | | | Pessoas com deficiência | Art.º 5.º, n.º 2, a), do CIUC | 3 257 085 | | | |
| | | | Pessoas coletivas de utilidade pública e IPSS | Art.º 5.º, n.º 2, b), do CIUC | 907 239 | | | |
| | | | Veículos da categoria D, para o transporte de grandes objetos | Art.º 5.º, n.º 8, a), do CIUC | 2 588 924 | 9 518 399 | 307 331 433 | 6 081 738 854 |
| | | | ***Total geral*** | | | | | 7 386 297 839 |

## RECEITAS TRIBUTÁRIAS CESSANTES DA SEGURANÇA SOCIAL

| CAPÍ-TULOS | GRU-POS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS | DISPOSIÇÃO LEGAL | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| 03 | | CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES E A ADSE | | | |
| | *01* | *Sistema Previdencial* | N.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 367/2007, de 2 de novembro | 291 112 235 | 291 112 235 |
| | | | | | 291 112 235 |